

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 35 2003

ISSN 1413-1803

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANAIS

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 35

Edição alusiva aos 70 anos do início efetivo da segunda
gestão de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional
(1933 - 2003)

2003

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Museu Histórico Nacional
Praça Marechal Âncora, s/nº
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20021-200

<http://www.museuhistoriconacional.com.br>

Capa: Campos Gerais / Washington Dias Lessa

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional

Museu Histórico Nacional (Brasil)

M986

Anais do Museu Histórico Nacional – Vol. 1 (1940) - -
Rio de Janeiro: O Museu, 1940 –
v.:il.; 23cm

Anual

Suspensa a partir do volume 26(1975). Reiniciado em
1995 com o volume 27.

ISSN 1413-1803

1. Brasil-História. 2. Rio de Janeiro, RJ - História. 3. Arqueologia. 4. Iconografia. 5. Museus - Rio de Janeiro, RJ. 6. Centros culturais - Rio de Janeiro. 7. Assis, Machado de, 1839-1908. 8. Barroso, Gustavo, 1888-1959. 9. Folclore - Brasil. 10. Exposições. 11. Acervo museológico. 12. Mundo lusófono. 13. Portugal. 14. África portuguesa. 15. Palácio Capanema, Rio de Janeiro, RJ. 16. Integralismo. I. Título.

CDD 069.0981

Presidência da República
Presidente Luís Inácio Lula da Silva
Ministério da Cultura
Ministro Gilberto Passos Gil Moreira
Instituto do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional
Presidente Maria Elisa Modesto Guimarães Costa
Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional
Diretor José do Nascimento Júnior

Museu Histórico Nacional

Diretora Vera Lúcia Bottrel Tostes

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Vera Lucia Bottrel Tostes – IPHAN/MHN

Membros

Afonso Carlos Marques dos Santos – UFRJ
Carlos Ziller Camenietzki – CNPq/ M. Astronomia
Denise Portugal Lasmar – Museu do Índio
Guilherme Paulo Pereira das Neves – UFF
Lorelay Brilhante Kury – UERJ
Margarida de Souza Neves – PUC/RJ
Maria Beatriz Borba Florenzano – USP
Maria de Lourdes Patteiras Horta – IPHAN/M. Imperial
Rejane Maria Lobo Vieira – IPHAN/MIIN
Roberto Conduru – UERJ
Ulpiano T. B. de Menezes – USP

EDITOR DESTE NÚMERO

José Neves Bittencourt – IPHAN/MHN

EDITORES CONVIDADOS PARA AS SEÇÕES

Adriano de Freixo - UFRJ
Aline Montenegro Magalhães - MHN
Luiz Edmundo Tavares - UERJ

COMISSÃO EXECUTIVA

José Neves Bittencourt
Ana Gabriela Dickstein (revisão)
Ana Rosenblat (revisão)

Mauricio Ennes de Souza (projeto gráfico)
Sarah Fassa Benchetrit (resumos/abstracts)

Sumário

Apresentação

Vera Lúcia Bottrel Tostes 7

1º DOSSIÊ - CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Apresentação

Luiz Edmundo Tavares 13

Uma História com muito mais de 500 anos

Um breve panorama do povoamento pré-colonial do Rio de Janeiro
Paulo Seda 15

Evolução urbana da antiga cidade de São Sebastião

Algumas considerações
Francisco S. Veríssimo e William S. M. Bittar 45

A cidade do Rio de Janeiro e a transição Império - República

A visão de Machado de Assis em “Esaú e Jacó”
Lincoln de Araújo Santos 63

Espaço e lugar: o Rio de Janeiro e o Méier

Luiz Edmundo Tavares 87

2º DOSSIÊ - O PAPEL DOS MUSEUS NA MELHORIA DE VIDA NO RIO DE JANEIRO

Apresentação

José Neves Bittencourt e Vera Lúcia Bottrel Tostes 105

Museus na era do efêmero

Sarah Fassa Benchetrit 107

Assim na terra como no céu

Celebrando os mortos, inspirando os vivos
Solange de Sampaio Godoy e Luis Antonelli 115

Muscografia contemporânea: suas opções

Vera Alencar 125

Papéis monumentais

A cidade do Rio de Janeiro e o patrimônio documental brasileiro
Márcia Chuva e Luiz Cristiano de Andrade 135

Um típico museu brasileiro na área de ciência e tecnologia

O Museu de Astronomia e Ciências Afins
Cláudia Penha e Marcus Granato 153

Um espaço para ciência e tecnologia no cotidiano do Rio de Janeiro

Heloisa Ribeiro e Enrique Blanco 165

3º DOSSIÊ - OLHARES SOBRE GUSTAVO BARROSO

Apresentação

Aline Montenegro Magalhães 177

Gustavo Barroso e o seu tempo

Lia Silvia Petes Fernandes 179

As colunas do templo

O folclore no pensamento de Gustavo Barroso
Fernando Vale Castro 197

Uma "mana barroseana"

A primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional
Cleber José das Neves Reis 213

O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso

Marcos Chor Maio 227

Ouro Preto: a cidade sagrada

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira 249

4º DOSSIÊ - O RIO NO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Apresentação

José Neves Bittencourt 267

Atribuição ou autoria?

Os ovais de Leandro Joaquim
Norma Botelho Portugal e Jorge Cordeiro de Melo 271

Um documento sobre o monumento

Revisitando um objeto clássico da coleção do Museu Histórico Nacional Inês Gouveia	289
<i>O Rio de Machado de Assis na pintura do Museu Histórico Nacional</i> Uma visita guiada Jorge Cordeiro de Melo	301
<i>Avenida Rio Branco, 161</i> Uma expressão do Rio de Janeiro Crib Tanaka, Vera Lúcia Lima e Vera Rodrigues de Mendonça	323
<i>Do oriente ao Rio de Janeiro</i> A imaginária indo-portuguesa e a rota dos marfins Patrícia Souza de Faria	347
<i>Crianças: ausentes dos discursos museográficos do Museu Histórico Nacional</i> Angela Cardoso Guedes	363
5º DOSSIÊ - OLHARES SOBRE O MUNDO LUSÓFONO	
<i>Apresentação</i> Adriano de Freixo	387
<i>Brasil e Portugal no sistema das relações internacionais</i> Williams Gonçalves	389
<i>De volta ao Atlântico</i> Portugal e a construção do “Espaço da Lusofonia” Adriano de Freixo	397
<i>Passado e presente de uma identidade</i> As perspectivas da comunidade lusófona Oswaldo Muntcal Filho	407
<i>Lusofonia e imaginário cultural no ensaísmo de Eduardo Lourenço</i> Maria de Lourdes Soares	419
<i>Educação e autonomia em sociedades africanas pós-coloniais</i> Um estudo sobre Angola e Moçambique Adjovanes Thadeu Silva de Almeida e Wagner Marques Pereira	431
<i>O azulejo como padrão cultural do patrimônio urbano modernista brasileiro e seus paralelos ao mundo lusófono</i> Sul Brasil Pinto Rodrigues	441

Apresentação

Vera Lúcia Bottrel Tostes

O Museu Histórico Nacional, o maior museu de história brasileiro, ao longo dos últimos 81 anos tem recolhido, preservado e exposto as mais diversas categorias de itens materiais relacionados com as dinâmicas social, política e econômica de nosso país.

Entretanto, por sua localização, o Museu Histórico Nacional é uma instituição fortemente relacionada, em sua própria dinâmica histórica, à cidade do Rio de Janeiro. Fundada na então capital federal, num momento bastante representativo – as comemorações do centenário da Independência – a instituição, em seus primórdios, deixava transparecer, no acervo e nas primeiras exposições, uma visão do Brasil de viés conservador. Essa “historiografia” tem sido tema de algumas pesquisas, cujos resultados parciais já surgem nas páginas destes “Anais” e em alguns relatórios de pesquisas acadêmicas. Trata-se de um campo promissor e que certamente apresentará, em breve, hipóteses estimulantes.

No entanto, existe um outro aspecto do Museu Histórico Nacional que, embora salte aos olhos do especialista e mesmo do público, nunca foi levantado – a ligação desta tradicional instituição de preservação do patrimônio cultural de nosso país com a cidade do Rio de Janeiro.

Para os historiadores e outros cientistas sociais, é questão resolvida o papel do Rio de Janeiro na formação do Estado Nacional no Brasil. O jogo pendular entre a capital do Império e o resto do país já foi, desde que Maria Odyla Dias escreveu o hoje clássico “A Interiorização da Metrópole”, em 1972, objeto de centenas de pesquisas, abordando os mais diversos aspectos dessa problemática. O que podemos concluir, depois de examinar alguns desses trabalhos, é que a capital do Império do Brasil e, depois, dos Estados Unidos do Brasil, realmente via a si mesma como uma espécie de representação do país. Por conseguinte, as instituições de governo que aqui tinham suas sedes acabavam por ver-se um pouco como instituições “do Rio de Janeiro”.

O trauma da mudança da capital federal resultou desta idéia que a cidade e, porque não dizer, seus habitantes, acostumaram-se a fazer da mesma.

Se, com relação à administração federal como um conjunto, essa tomada da parte pelo todo criou instituições que até hoje são vistas como “cariocas”, no caso da área da cultura essa identificação se fez, algumas vezes, absoluta. Instituições tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, a Imperial Academia das Belas Artes, somente para citar uns poucos exemplos, foram criadas no início dos oitocentos como importantes agências de assessoramento dos governos real e imperial. Criaram um nome em suas áreas e sobreviveram ao fim da monarquia brasileira, tão indispensáveis que se tinham feito. Com a mudança da capital para o Planalto Central, a transferência dessas instituições deveria ter acontecido. Continuam na Cidade Maravilhosa, tidas e havidas como cariocas. E, acrescentemos, com a maior justiça.

O Museu Histórico Nacional faz parte dessa tradição. Criado no Rio de Janeiro, foi a primeira instituição federal a ter como atividade específica a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Seu primeiro diretor, o intelectual, político e jornalista Gustavo Barroso, era um típico membro da República das Letras, em sua versão carioca. Sintonizado com as demandas do período, Barroso criou um museu que, embora voltado para a nação, atuava intensamente na capital federal. Desde cedo, logo após sua abertura, a sociedade carioca atendeu aos apelos do diretor por apoio. Mais até do que o próprio governo federal, responsável pelo Museu, dezenas de doadores encaminharam objetos para as exposições montadas no antigo Arsenal do Trem. E o que mostra a receptividade dos cidadãos cariocas ao apelo da então jovem instituição de história é o fato de que os parceiros eram membros da aristocracia da cidade – Guinle, Calmon, Ottoni –, mas também membros da classe média urbana ilustrada, como o contador Agostinho Nunes Dias d’Almeida, cidadão que encaminhou às coleções dezenas de objetos.

Pode-se pensar que esses parceiros viam a si mesmos e a sua cidade representados nas exposições do Museu. E, de fato, lá estavam todas as características da cidade-capital, da Colônia até a República: o trançado do poder e seus desdobramentos, seja na política, na economia, nas artes ou na vida cotidiana.

Por este motivo, o tema geral deste volume 35 dos Anais do Museu Histórico Nacional que agora se abre é “Rio de Janeiro”. Esse dossiê principal foi coordenado pelo professor Luiz Edmundo Tavares, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O professor Tavares aceitou o desafio de resumir a cidade que ele mesmo reconhece de “beleza exuberante e geografia múltipla” e “profundas contradições”. Alguns artigos apresentam os aspectos em questão. O segundo dossiê, preparado pelos professores José Neves Bittencourt e Vera Tostes, tem uma temática extremamente original: como os museus e instituições de memória podem contribuir para o desenvolvimento de nossa cidade. Alguns agentes, trabalhando em algumas importantes instituições museológicas de nossa cidade, convidados a contribuir, apresentam uma visão múltipla e interessante em torno dessa problemática. Gustavo Barroso, esse ativo e controverso cidadão carioca que, como tantos outros, adotou a cidade (era cearense de nascimento) e foi adotado por ela, mereceu também um dossiê, o terceiro, preparado pela historiadora Aline Montenegro. Como é de praxe, o acervo sob guarda do Museu Histórico Nacional mereceu um dossiê, neste caso buscando-se as expressões do Rio de Janeiro em objetos materiais.

Esperamos que, com tal amplitude de abordagens que têm o Rio de Janeiro como inspiração, o interesse dos produtores de conhecimento por essa ligação entre o Museu e a cidade seja estimulado, de modo que outras monografias surjam.

Por último, um dossiê que foi gerado pelas atividades do Centro de Referência Luso-Brasileira, atualmente o ativo centro de pesquisa aplicada da instituição, que não foge a seu papel de colaborar na problemática da cultura lusófona. A relação do Museu Histórico Nacional com o tema da lusofonia vem desde sua fundação, de modo que a criação do CERLUB, em 2000, apenas marca o ponto de chegada de uma trajetória e o início de uma nova caminhada, numa ambiência na qual a colaboração Brasil-Portugal se dá em termos de um relacionamento plural, por envolver uma comunidade global de mais de 250 milhões de homens e mulheres, nos quatro cantos do mundo.

Mais uma vez, a trigésima-quinta desde 1940, os Anais do Museu Histórico Nacional vêm a público, e pela nona vez temos o prazer de apresentá-lo. E tal prazer se torna duplo por sabermos que a cidade do Rio de Janeiro está tendo reconhecido seu lugar de parceira por excelência desta instituição.

1º dossiê

Cidade do Rio de Janeiro

Apresentação

Uma História com muito mais de 500 anos

**A evolução urbana da antiga cidade
de São Sebastião**

**A cidade do Rio de Janeiro e a
transição Império - República**

**Espaço e lugar: o Rio de Janeiro
e o Méier**

1º dossiê



Vista da Lapa, Rio de Janeiro, 1854. Ilustração do livro "Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro" de Joaquim Manuel de Macedo.

Apresentação

Luiz Edmundo Tavares

*Rio novo a cada menino que nasce
a cada casamento
a cada namoro
que te descobre enquanto, rio rindo,
assistes ao pobre
fluir dos homens e de suas
glórias pré-fabricadas.*

Carlos Drummond de Andrade

Conhecida internacionalmente por sua beleza exuberante e por uma geografia múltipla, onde rios, florestas, montanhas e praias conferem à paisagem particular encanto, a cidade do Rio de Janeiro nos oferece, também, profundas contradições sociais. Violência, abandono, insegurança tornaram-se palavras frequentes num cotidiano marcado pela precariedade.

O Imperador D. Pedro I e seu Ministro do Império José Bonifácio de Andrada e Silva deram-lhe o título de *muito leal e heróica cidade*, em Carta Imperial de 9 de janeiro de 1823. Posteriormente, ao visitá-la em 1859, o escritor francês Charles Ribeyrolles denominou-a *Cidade-Rainha*. O hino da cidade define-a como *maravilhosa*. A Igreja dos Capuchinhos conserva a imagem do seu padroeiro, São Sebastião, trazida por Estácio de Sá.

Este Dossiê Cidade do Rio de Janeiro tem como objetivo a análise de questões que possibilitem uma melhor compreensão dos problemas por ela vivenciados. A pluralidade temática, na qual política, educação, arqueologia, arquitetura, história, literatura e ações afirmativas se destacam, favorece o diálogo entre diferentes áreas do saber. Num mundo onde se acentua a opção pela via do pensamento único, a diversidade de visões representa, mais do que uma escolha, uma tomada de posição. Atentos a semelhante compromisso, procuramos reunir, nesta publicação, estudiosos de diversas instituições como, por exemplo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), das Faculdades Integradas Bennett, da Universidade Gama Filho e das Faculdades Integradas Silva e Souza.

A Edna Maria dos Santos, professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela experiência acumulada ao longo dos anos, coube discorrer sobre “Os desafios da educação no século XXI”. Atuando no mesmo sentido, iremos encontrar o professor Lincoln de Araújo Santos, que reúne em sua vida acadêmica profunda inserção no campo administrativo. “A cidade do Rio de Janeiro e a transição Império-República: a visão de Machado de Assis em ‘Esaú e Jacó’”, é o seu artigo.

Francisco Salvador Veríssimo, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dedica-se, entre outras atividades, ao estudo da evolução da casa no Brasil, publicando obras relevantes sobre vários temas. Docente da mesma faculdade, William Seba Mallmann Bittar assina competente estudo sobre a arquitetura do Rio de Janeiro. Ambos participam nesse dossiê com a análise acerca do tema “Rio de Janeiro: Algumas considerações sobre a evolução urbana da antiga cidade de São Sebastião”. Paulo Roberto Gomes Seda, historiador e arqueólogo, professor da UERJ, abordará, com peculiar originalidade, “Uma história com muito mais de 500 anos: povoamento pré-colonial do Rio de Janeiro – um breve panorama”.

Visões plurais de uma cidade singular.. Com ela seguimos.

Inventariá-la, recuperá-la num passado remoto, revendo o processo colonial, ele também, fruto de contrastes, cujos impasses atravessaram o tempo, chegando aos dias atuais, tornou-se objeto do artigo por nós assinado “Espaço e lugar: o Rio de Janeiro e o Méier”.

Multifacetada, sobre a cidade muito haveria por dizer. Gabriel Soares de Souza, em sua “Descrição quinhentista da terra e da cidade”, assim também pensava: “É tamanha coisa o Rio de Janeiro da boca para dentro, que nos obriga a gastar o tempo em o declarar neste lugar, para que se veja como é capaz de se fazer mais conta dele do que se faz”.

Ao finalizarmos esta breve apresentação deixamos, aqui, registrada a parceria estabelecida como o Museu Histórico Nacional, uma instituição que, apesar de “nacional”, tem sua base firmemente estabelecida em solo carioca. Recentemente, as duas instituições – o MHN e a UERJ – se associaram visando, no futuro, o desenvolvimento de trabalhos científicos. Este dossiê é um primeiro e promissor resultado dessa associação.

Ao leitor, o desejo de contribuir para aproximá-lo de sua cidade.

Uma história com muito mais de 500 anos

Um breve panorama do povoamento
pré-colonial do Rio de Janeiro

Paulo Seda

Nota biográfica

Paulo Seda, nascido no Rio de Janeiro, em 1957, é graduado em História pela UERJ e mestre e doutor em História pela UFRJ. Desde 1976 integra a equipe de pesquisadores do IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira, com pesquisas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Acre e Tocantins. De 1982 a 1998, foi professor de Arqueologia Brasileira do curso de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá. Hoje, além de pesquisador do IAB, é professor adjunto de História da América da UERJ, onde ingressou em 1993, e coordena ali o Programa de Estudos da Pré-História Brasileira. Sócio fundador da Sociedade de Arqueologia Brasileira, tem diversos trabalhos publicados no Brasil e no exterior, sobretudo sobre a arte rupestre de Minas Gerais. Criou e coordena o Projeto de Pesquisas Arqueológicas Serra do Cabral (Minas Gerais). No Rio de Janeiro, entre outras coisas, foi um dos coordenadores da criação e instalação do Museu de Sítio Sambaqui da Tarioba, no município de Rio das Ostras. Mais do que arqueologia ou pré-história, prefere dizer que pesquisa história indígena.

Resumo

Povoamento pré-colonial do Rio de Janeiro

Um breve panorama do povoamento pré-colonial do Rio de Janeiro

Paulo Seda

O litoral sul/sudeste brasileiro foi palco, desde, pelo menos, 8.000 anos atrás, de um desenvolvimento cultural intenso e marcante, no qual o território do atual Estado do Rio de Janeiro tem uma importância particularmente significativa. Os primeiros grupos de coletores de moluscos (sambaquis) se instalam, inicialmente, na região de Itaipu, expandindo-se por todo o litoral. Novas adaptações deste modo de vida surgem a partir de 4.000 anos atrás, nas margens de lagoas e sobre dunas, trazendo uma maior diversificação cultural. Estes mesmos grupos que ocupavam as lagoas parecem, mais tarde, ter iniciado o cultivo de tubérculos. Posteriormente, grupos horticultores-ceramistas vindos do interior e do sul ocupam, respectivamente, a serra, a baixada de Campos e o litoral fluminense, incrementando este cadinho cultural. Trata-se de uma rica e intensa história cultural desenvolvida antes da chegada do europeu, que vem sendo revelada pela arqueologia e que, sem dúvida, contribuiu para nossa formação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro pré-colonial, pré-história brasileira.

Nessa terra, revolvida assim por sábios e curiosos, é que se agitaram e viveram os homens que Cabral encontrou e que aqui se haviam estabelecido muitos anos antes da época da descoberta.

A existência pregressa desses homens é ainda uma curiosidade insatisfeita. Detalhes não desvalorosos, é certo, mas insuficientes para uma reconstrução satisfatória, constituem as fontes vivas do seu estudo. São os elementos arqueológicos. Surgidos das condições primitivas da vida indígena, se resumem nos sambaquis, "mound-buildings", hipogeus e cavernas, estações líticas e, bem assim, nas inscrições rupestres, quase todas de significação duvidosa, ou de nenhuma significação.

Angyone Costa, Introdução à arqueologia brasileira

A arqueologia é uma das disciplinas que, apesar de tudo, mais cresceu no Brasil nos últimos anos, seja em termos de resultados, seja em termos de avanços metodológicos. Este crescimento fica evidenciado tanto pelos resultados atingidos, que levaram ao seu reconhecimento internacional, quanto pelo espaço que ela vem conquistando na mídia. Por todo o nosso território, são encontrados vestígios de culturas já desaparecidas, que constituem a nossa denominada pré-história: instrumentos feitos em rochas, ossos, conchas, madeiras, cerâmica, sepulturas, pinturas e gravações rupestres, restos de fogueira, de alimentação, que constituem, junto com outros, os sítios arqueológicos e testemunham um passado muito mais antigo do que se supõe. Desta forma, a arqueologia brasileira hoje, com o apoio de diversas outras disciplinas, já nos permite saber sobre a alimentação, a busca dos alimentos, a produção artística, as crenças, as causas de morte,

dos primeiros povoadores de nosso território. Assim, escreve-se hoje uma história do Brasil muito anterior ao “descobrimento”.

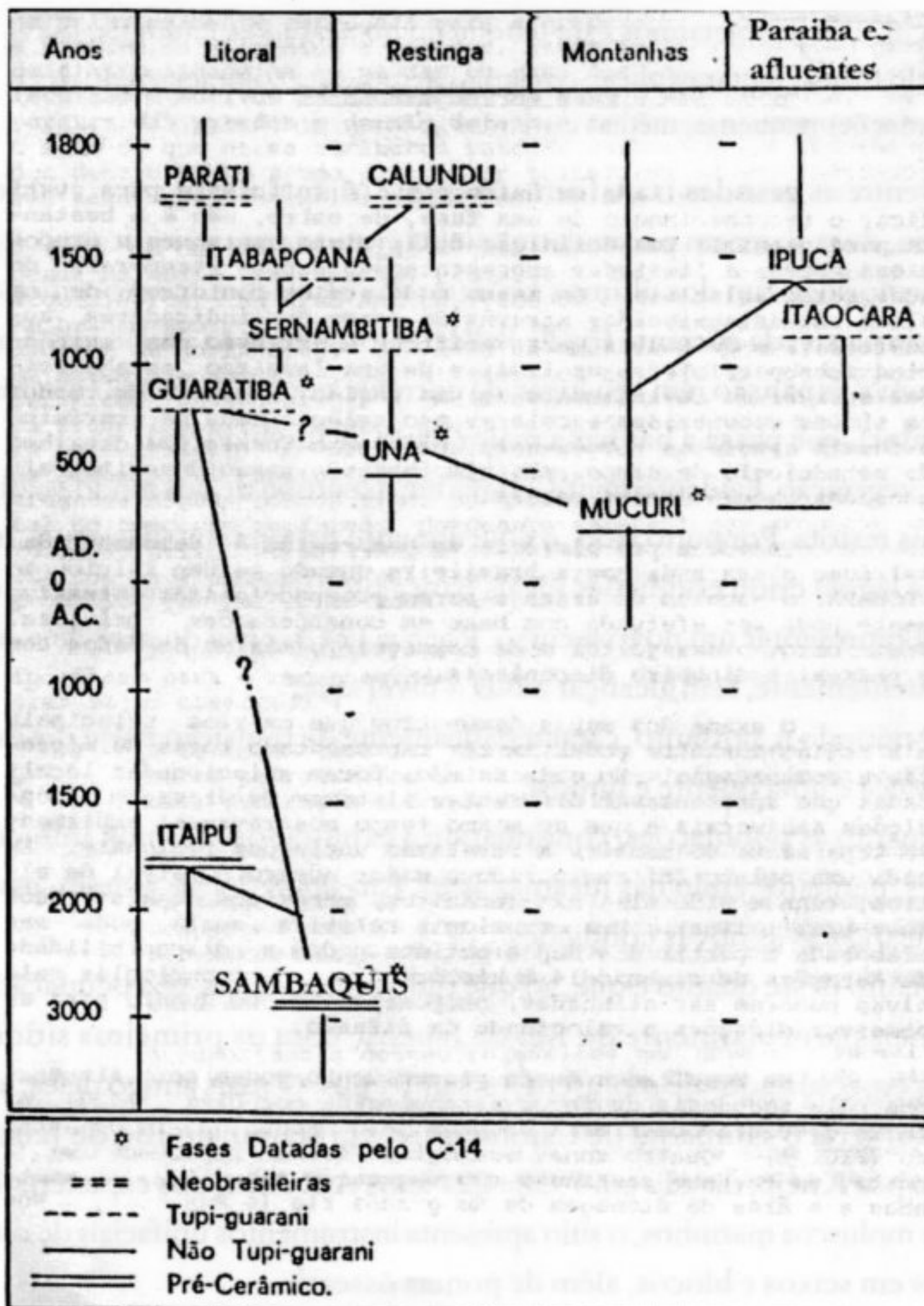
Portanto, hoje, mais do que reconhecer esta história é preciso discutir qual sua importância para a nossa formação histórica e social. Assim, nada mais oportuno que ampliar o conhecimento deste passado, que se contrapõe à idéia de “500 anos de Brasil” e à visão de que nossa história começou com a chegada do europeu e de que os povos que aqui viviam ou viveram não deram qualquer contribuição para nossa formação histórica.

O território do Rio de Janeiro é particularmente pródigo neste aspecto e a síntese que se segue foi desenvolvida, principalmente, com o objetivo de situar os não familiarizados com a arqueologia e a pré-história brasileira. Por isto mesmo, ela apresenta uma perspectiva muito ajustada, com muitas certezas e poucas dúvidas. A periodização adotada foi, também, a tradicional: Paleoíndio, Arcaico e Formativo, iniciando-se ao final do Pleistoceno (período mais frio e seco que o atual) e início do Holoceno (condições atuais), portanto transição entre o Paleoíndio e o Arcaico, uma vez que não existem datações que permitam falar-se em ocupação paleoindígena no litoral (quadro 1).

O período de transição

Entre nove e sete mil anos atrás, com o final do Pleistoceno (última glaciação) e início do Holoceno, a temperatura estava em ascensão e assim continuaria até atingir, há cerca de seis mil anos, o chamado “Ótimo Climático” ou “Altitermal”, ou seja, momento de maior elevação da temperatura dentro do Holoceno. Contudo, o mesmo não parece ter ocorrido com a umidade, pelo menos não com a mesma intensidade, uma vez que também foram comuns, por esta época, os períodos secos.

Assim, se no Pleistoceno final o clima parece ter sido basicamente frio e seco, no Holoceno inicial até o clímax (“Ótimo”) ocorreram alternâncias de períodos quentes, secos e úmidos, provavelmente com predomínio dos últimos. Tais alternâncias, na verdade não estão sequer necessariamente relacionadas com faixas cronológicas demarcadas, pois parecem ter ocorrido variações em um mesmo período de tempo, em função dos elementos da topografia local. Schmitz (...), por exemplo, assinala que no milênio situado entre 10.000 e 9.000 A.P. o clima foi



Quadro 1

predominantemente frio e úmido em Goiás e quente no Piauí (entre o Planalto Central e a Região Nordeste). Quando até hoje é possível observarmos a existência de uma “curva de curta duração”, que pode significar tendências divergentes da “média” ou da “principal” (como aquelas, por exemplo, provocadas pela corrente de “El Niño” no Pací-

fico), é fácil projetarmos este fenômeno no passado e entender, ou pelo menos tentar explicar, em linhas gerais, esta complexa rede de variações pequenas, médias e grandes ao longo do "Arcaico".¹

Dentre as grandes transformações que iriam dar origem ao Período Holoceno, duas parecem particularmente relevantes para a tropicalização de nosso território: o fim dos últimos vestígios das glaciações pleistocênicas e o desvio, para leste, da corrente fria de Falkland (originária na Antártida), juntamente com a expansão, em seu lugar, da corrente quente do Brasil (originária do Equador), que passa a banhar a maior parte de nosso litoral.

A vegetação, evidentemente, estava em expansão de um modo geral, e a caça, mais restrita. Por outro lado, o aquecimento progressivo das águas (mares, rios e lagos) criou condições ideais para a proliferação de moluscos, que passam a representar um novo recurso. Por sua vez, o nível do mar elevou-se, mas, aparentemente, sem alcançar ainda o nível atual.²

O período é, portanto, caracteristicamente de transição entre uma etapa fria e seca e uma quente e úmida.

Quanto às populações, continuaram a explorar os mesmos ambientes anteriores, permanecendo nas mesmas áreas. Em alguns locais, porém, parece já haver respostas às novas condições.

Dentro deste quadro é que, ao que tudo indica, inicia-se a ocupação do litoral, mais particularmente do Rio de Janeiro, com os primeiros sítios de coletores especializados de moluscos, os sambaquis. O mais antigo deles, até o momento, seria o sambaqui de Cambinhas, em Itaipu, no Rio de Janeiro, escavado por Kneip, datado em 7958±224 anos A.P. Além dos característicos restos de moluscos marinhos, o sítio apresenta instrumentos unifaciais de quartzo, peças em seixos e blocos, além de pontas ósseas.³

O total de sítios não parece ter aumentado no período e o povoamento ainda era muito disperso, enquanto o recurso a frutos e moluscos parece indicar que houve uma diminuição ou deslocamento dos recursos de caça.

Parece, portanto, que as culturas começaram a se diversificar e regionalizar, buscando uma melhor adaptação aos recursos locais.

O Período Arcaico

Após o período de transição, a temperatura, entre 6.500 e 4.000 anos atrás, atinge sua maior elevação no Holoceno e passam a predominar características gerais de umidade. Trata-se do “ótimo climático” ou “altitermal”. Em consequência, as florestas expandem-se significativamente, os cerrados deslocam-se e expandem-se, enquanto as caatingas reduzem-se até, pelo menos, os limites atuais. A Amazônia passa por um momento de biostasia (expansão da floresta), com a hidreléia ultrapassando os limites atuais.

Acompanhando estas características, as águas aquecem-se ainda mais e o nível do mar sobe alguns metros além do nível atual. Por outro lado, a decomposição química das rochas no período cria sedimentos finos (argila e siltito), que se depositam nos vales, estuários e baías derivados da subida do mar⁴.

Desta forma, surgem novas áreas com possibilidade de exploração, enquanto verifica-se o empobrecimento de áreas já tradicionalmente povoadas. Fato marcante do período é o abandono de diversos abrigos que haviam sido, até então, utilizados intensamente no interior, o que leva Dias Jr. a ressaltar o seguinte:

A densidade habitacional do interior aparentemente diminuiu, segundo o testemunho dos sítios escavados, mas o litoral parece ter sofrido um notável incremento populacional. As causas ainda não estão claramente configuradas, ainda mais que a impressão geral é que as mudanças climatológicas se fizeram no sentido de uma maior oferta de alimentação no todo. A compreensão deste processo e a explicação dos seus fatores é, agora, um dos mais instigantes problemas da arqueologia Pré-Histórica Brasileira. (...) No “interior” podemos acompanhar o gradual abandono, por um sensível lapso de tempo, das grutas e cavernas.⁵

O período revela, portanto, entre outras coisas, o deslocamento de populações, desenvolvendo novas respostas as novas condições, o que vai refletir-se em uma diversificação cultural.

Esta diversificação é óbvia quando comparamos as culturas que se desenvolvem no interior com aquelas que se instalam e se desenvolvem no litoral, cujas populações, inclusive, apresentam sensíveis diferenças físicas⁶, mas

ela também pode ser percebida entre o conjunto de culturas de cada um destes espaços.

Enquanto isto, as alterações ambientais criavam condições extremamente favoráveis no litoral, permitindo que as populações se expandissem rapidamente e trazendo, aparentemente, uma maior homogeneidade cultural, pelo menos em um primeiro momento.

As restingas costeiras formam-se entre 12.000 e 7.000 anos A.P., originando “um novo teatro de atividades para grupos que atingiram pontos e setores da faixa sublitorânea do Brasil tropical atlântico”. Posteriormente, entre 6.000 e 5.000 anos A.P., desenvolve-se a argilização. Sobre isto, Ab’Saber faz os seguintes comentários:

A argilização aparece como o fato mais universal e significativo (...) deslançou-se a sedimentação de finos nos bordos de lagunas e sistemas lagunares. Logo apareceram e se expandiram planícies-de-marés capazes de redistribuir os produtos mais finos da decomposição das rochas, criando pântanos salinos, em um ambiente de baixadas quentes e úmidas, onde vieram a se estender grandes manguezais.⁵

Nesta mesma época, o nível do mar parece ter atingido sua maior elevação, calculada em cerca de três metros acima do nível atual, estabilizando-se, observando Dias Jr. o seguinte:

Daí até 4.100 começou o processo de retração, chegando mesmo a baixar cerca de um metro em relação ao atual. Entre 4.100 e 1.500 anos A.P. ocorreriam pequenas flutuações, estabilizando-se, no geral, a linha da costa, embora os fatores locais, especialmente o assoreamento, implicassem num contínuo avanço da linha costeira.⁶

Estes fatores, combinados, ofereceram condições extremamente favoráveis ao estabelecimento dos grupos humanos. Particularmente os moluscos apareciam como uma nova, rica e farta fonte alimentar, além da considerável facilidade do seu recolhimento. Tão importante foi este recurso, que ousamos dizer que alguns grupos tornaram-se *coletores especializados de moluscos*. Trata-se dos construtores de “sambaquis”, um dos tipos de sítios mais conhecidos em nossa pré-história e, por extensão, do Rio de Janeiro.

Evidentemente, estes grupos não se alimentavam exclusivamente de moluscos, praticando a coleta de outros produtos, a caça e a pesca de forma complementar. Contudo, a ênfase maciça no consumo destes animais é inegável (foto 1).

Tais sítios são grandes e extensos, sendo formados, basicamente, pelo acúmulo das carapaças dos moluscos consumidos. Nestes sítios, eram realizadas todas as atividades: a alimentação, a preparação dos instrumentos, os sepultamentos, etc. Além disto, sem dúvida, o recurso aos moluscos favoreceu a maior fixação e incremento populacional. Desta forma, como destaca Schmitz:

(...) entre a Serra do Mar e a praia, ao largo das baías, canais, lagunas e rios, vai se afirmando um modo de vida de recoletores de moluscos, destinado a perdurar por milênios como um dos mais eficientes para concentrar e sustentar uma população caçadora. Por isto há a necessidade de explicar em que consiste esta nova cultura, muito estudada, na arqueologia, mas porém mal compreendida.¹⁰



Foto 1

Durante muito tempo a “cultura sambaquiana” foi vista como possuidora de uma grande homogeneidade. Contudo, os trabalhos mais modernos já sustentam uma certa diversificação cultural entre os coletores especializados de moluscos, conforme modelo proposto por Andrade Lima¹¹. Segundo a autora, as circunscritas áreas lagunares do litoral centro-meridional brasileiro, algumas com centenas de sambaquis, teriam favorecido o assentamento de grupos pescadores/coletores que se diferenciaram entre si hierarquicamente, alcançando, em determinados casos, níveis de complexidade emergente, como no estado de Santa Catarina (com sambaquis monumentais, de até 30 metros de altura, altas densidades demográficas, redes de troca e difusão ideológica a longas distâncias, arte elaborada, sepultamentos diferenciados, projetos construtivos, etc.). Isto não teria ocorrido no Rio de Janeiro, que seria uma área periférica em relação a esse fenômeno de complexidade emergente de Santa Catarina, identificando a pesquisadora apenas uma hierarquia entre os sítios, sugerindo fortemente diferenciação social entre seus ocupantes.

Para os pescadores/coletores do litoral sudeste, é impossível se falar em complexidade, nos moldes do que estamos aventando para Santa Catarina. Os sambaquis têm dimensões muito mais modestas, suas concentrações são bem menos densas, não existe a sofisticada arte escultórica, não há elementos que permitam identificar redes de trocas a longas distâncias, nem o controle do trabalho por lideranças.

No sudeste, nessa linha de trabalho, foram detectadas apenas possíveis diferenças de status sócio-econômico e relações de dominância e subordinação entre construtores de sambaquis na Baía da Ribeira, Rio de Janeiro (...), a partir de alguns indicadores, como território disponível para circulação imediata, água disponível, proporção entre quantidade de moluscos consumidos (seu principal objeto de desejo) x quantidade de peixes consumidos (recurso explorado com mais intensidade, compensatoriamente, quando os moluscos escasseavam) e matérias-primas disponíveis para confecção de ferramentas. Algumas evidências demonstraram que não estamos diante de sociedades que têm na partilha equilibrada o seu fundamento. Pelo contrário, a partilha entre esses grupos era feita de modo desigual, fosse ela do território ou dos

recursos essenciais de subsistência, como água e alimento, ou mesmo dos recursos econômicos, como matérias-primas. Uma desigualdade que só pode ser resultante de diferenciação social, na medida em que parece não haver outra razão que a sustente.

Para o sudeste, portanto, só vem sendo possível aventar, a partir da distribuição e exploração dos recursos econômicos, a existência de uma diferenciação, de uma desigualdade social e de uma possível hierarquia entre alguns sambaquis, que nem de longe alcançou a complexidade que vem sendo constatada nos sambaquis meridionais.¹²

Por outro lado, por volta de 4.000 anos A.P., verifica-se uma nova forma de adaptação ao litoral, a *Tradição Itaipu*¹³, diagnosticada por Dias Jr.¹⁴: são populações que, embora sem abandonar a intensa coleta de moluscos, já davam uma ênfase bem maior à coleta de vegetais e cujos sítios demonstram ainda que a caça e a pesca eram mais diversificadas. Trata-se, portanto, em oposição ao grupo anterior, do que chamaremos de *coletores-pescadores generalizados*. Também há dúvidas sobre a origem desta tradição, “tanto podendo se tratar de comunidades chegadas do interior, quanto grupos readaptados de populações litorâneas, ou mesmo da fusão de ambas”¹⁵. Embora apresentassem muitas semelhanças com os “sambaquianos”, sobretudo na tecnologia lítica e óssea, tiveram como característica particular e marcante, entre outras coisas, o desenvolvimento de instrumentos em carapaça de moluscos, particularmente a bivalve *Macrocalista sp*, com as quais fabricaram facas, raspadores, etc.

Dias Jr.¹⁶ admite duas expressões para esta Tradição: a *Fase A*¹⁷, mais antiga, com sítios à beira de mangues e lagoas, mais interioranos, que demonstram uma ênfase na coleta, principalmente do gastrópode “corondó” (*Ampullaria sp*) e a *Fase B*, mais recente, podendo significar uma nova adaptação, que tem seus sítios localizados em praias de mar aberto, sobre dunas (duna de Itaipu, duna grande de Cabo Frio), com uma economia voltada, principalmente, para a pesca, tendo-se, inclusive, localizado pelo menos um sítio desta Fase em ilha oceânica¹⁸.

Estudos atuais demonstram que esta Tradição se estenderia pelo menos do norte de São Paulo ao litoral central do Espírito Santo, embora Andrade



Foto 2

Lima¹⁹ entenda que as Fases A e B são duas expressões e adaptações diferentes e, portanto, não integrariam a mesma Tradição (foto 2).

Desta forma, acompanhando um movimento que se iniciara no período anterior, o povoamento do litoral torna-se mais intenso e diversificado.

A valorização atual das perspectivas pluralistas e do reconhecimento das diferenças pela arqueologia atualmente exigem uma reorientação no estudo dos caçadores-coletores entre nós, por muito tempo considerados de modo indiferenciado e até mesmo, em casos extremos como no litoral sudeste, considerados como um *único* grupo (...).²⁰

Quanto aos sepultamentos deste período, tanto no interior quanto no litoral, acompanhando as suas características gerais, também se mostram bastante diversificados, desenvolvendo-se segundo tradições locais, tanto nas formas de enterrar os mortos, quanto nos acompanhamentos, sobretudo de adornos e instrumentos (foto 3).

Por volta de 4.000 anos A.P. encontram-se os primeiros sinais de horticultura, dando início a um novo período.



Foto 3

O Período Formativo

O *Formativo* costuma ser caracterizado por dois aspectos bem marcantes: a cerâmica e a horticultura. Seria, portanto, um período dominado pelos horticultores-ceramistas. Contudo, a questão de quando se dá o início da agricultura e o surgimento da cerâmica ainda é muito discutível.

Normalmente, cerâmica e horticultura caminham juntas, ou seja, onde temos um temos outra. Portanto, a cerâmica costuma ser um bom indicador de horticultura. Contudo, existem diversos exemplos de povos horticultores que não possuíam cerâmica e vice-versa. Na verdade, a mais antiga cerâmica do Brasil, a da Tradição Mina (litoral do Pará), surgida no período anterior (5.100 anos A.P.) aparentemente não está associada à horticultura, mas à exploração de recursos marinhos. Isto, porém, deve ser visto muito mais como uma exceção, não como uma regra.

Por outro lado, grupos horticultores-ceramistas costumam representar uma horticultura já solidamente incorporada, constituindo, se não a base, parte fundamental da sua subsistência, e não meramente um

complemento. Seria de se supor, portanto, uma horticultura anterior a estes grupos, a qual deve ser buscada através de outras evidências, diretas e indiretas.

Evidências diretas, os vegetais que estes grupos cultivavam, não são muito comuns em países de clima tropical como o Brasil. Felizmente, porém, o incremento de pesquisas em grutas a partir da década de 70, onde estes restos têm muito mais condições de se preservar, tem permitido a localização destes vegetais, como por exemplo, nos sítios Gruta do Gentio e Lapa do Boqueirão Soberbo, ambos em Minas Gerais, onde, entre 4.000 e 3.500 anos A.P., diversos restos de milho (espigas, sabugos e grãos), considerado como uma evidência segura de cultivo, foram encontrados²¹. Estes restos antecedem o aparecimento da cerâmica nestes sítios e podem ser considerados as mais antigas evidências de cultivo em nosso país.

Quanto às evidências indiretas, elas parecem indicar que, a partir de 3.500 anos A.P., grupos da Tradição Itaipu, do tipo mais interiorano, começaram a desenvolver experiências no sentido da domesticação de tubérculos no litoral do Rio de Janeiro²². O estudo dos restos esqueléticos destas populações indicou um alto consumo de carboidratos, cáries e um desgaste dentário específico²³. Este desgaste ("lingual surface attrition of the maxillary anterior teeth", LSAMAT), não transmissível geneticamente, resultaria da utilização dos dentes incisivos superiores, juntamente com a língua, para descascar ou raspar plantas abrasivas²⁴. Isto, associado ao alto índice de cáries (mais de 80%, por exemplo, no sítio Corondó, enquanto a média, para grupos tipicamente agrícolas da América, fica em torno dos 60%), permitiu a hipótese de um cultivo incipiente de tubérculos por estas populações. Neste sentido, Cheuiche Machado observa que

(...) a associação entre o grau muito elevado de cáries e do tipo peculiar (LSAMAT) de desgaste dentário, permitiu sugerir para a população do sítio Corondó, uma dieta rica em carboidratos e um consumo de vegetais muito maior do que se esperava (...). Foi lançada a hipótese de que plantas tuberosas, como a mandioca, podem ter sido consumidas e até estimuladas por práticas agrícolas incipientes.²⁵

Desta forma, tudo indica que entre 4.000 anos A.P. e 3.500 anos A.P., já se iniciara o cultivo do milho (no interior) e de tubérculos (no litoral) em

nosso território. Diante disto, torna-se bastante interessante a idéia apresentada por Miller da existência de dois complexos de agricultura em nossa pré-história: um de plantas de semeadura (abóbora, milho, etc.), originário ao sul da Amazônia e outro de plantas de propagação (tubérculos), originário da Amazônia²⁶.

Por outro lado, existem diversas teorias, algumas inclusive antagônicas, que procuram explicar como teria ocorrido o início da horticultura e que fatores teriam propiciado seu surgimento²⁷. Um fato, contudo, nos parece inquestionável: a importância do Arcaico para o advento dos cultivos. O incremento da coleta de vegetais traz, como uma de suas conseqüências, um acúmulo considerável de conhecimento, a tal ponto que, no final do período, as populações já podiam interferir na reprodução das plantas.

Acompanhando estas mudanças, grupos ceramistas começaram a se expandir pelo Brasil, originando diversas tradições, que podem ser divididas em três grandes grupos: as tradições amazônicas, as tradições regionais e as tradições nacionais. Trataremos, aqui, apenas daquelas que atingiram o Rio de Janeiro.

A cerâmica aparece, no Sudeste, pouco depois da horticultura. Esta cerâmica aparece em sítios já ocupados durante o Arcaico, não havendo nenhum registro de cerâmica antiga que represente a primeira ocupação dos sítios. Desta forma, ao que tudo indica, nem a horticultura, nem a cerâmica trazem, em um primeiro momento, grandes alterações. Estas inovações, portanto, não seriam um fator revolucionário, inexistindo uma dicotomia entre os dois períodos, mas sim uma continuidade: exemplo disto é a continuidade dos instrumentos líticos, associados a novos, do Arcaico dentro do novo período. É preciso lembrar que a horticultura não é invenção de povos horticultores, mas sim de povos caçadores-coletores.

Na transição do pré-cerâmico para o período cerâmico parece ter havido uma procura consciente de um novo sistema alimentar, com experiências que levaram à posterior adoção de horticultura. No (sítio Lapa do) Dragão, por exemplo, houve um consumo impressionante de caramujos terrestres da família Strophocheilidae, com a formação de um verdadeiro "sambaqui" cobrindo quase toda a extensão da escavação principal, à qual não parece se limitar. Centenas de conchas inteiras

e várias bacias de fragmentos moídos foram retirados deste nível a cada m².

Um consumo exagerado deste taramujo - mais de dois por dia -, cria problemas de saúde, como demonstram as análises realizadas por M.F. Solá, para o Setor de Arqueologia da UFMG, e o fato já tinha sido observado pelos indígenas, conforme alusão de Soares de Souza. É provável que os maus resultados da experiência feita no início de nossa era tenha precipitado o sucesso da agricultura e sua adoção.²⁸

Além dos grupos amazônicos já referidos, por volta de 3.500 anos A.P. já aparece cerâmica na Gruta do Gentio, em Minas Gerais, dando início à *Tradição Una*²⁹.

Originária, possivelmente, da Amazônia, esta tradição expande-se por todo o sudeste: partindo do noroeste de Minas Gerais, atinge o sul deste Estado, o norte de São Paulo, posteriormente a serra fluminense (*Fase Mucuri*), a baixada de Campos, onde está datada em 1430±65 anos A.P., o litoral do Rio de Janeiro (a *Fase Una*, com data de 1060±90) e, por fim, a serra do Espírito Santo³⁰. Ocupantes tanto de grutas (Minas Gerais e serras) como de sítios abertos, os grupos da Tradição Una eram portadores de uma cerâmica pequena, tecnologicamente bem feita, cor escura (devido à queima redutora – queima sem contato com o O₂), formas arredondadas (as mais antigas lembrando a forma de cabaças) e alguma decoração plástica. Acompanhando esta cerâmica, aparece material lítico (lascado, polido e picoteado), adornos diversos e, nos sítios de maior preservação (grutas), abundante material têxtil e vegetal.

Inicialmente, Dias Jr., que diagnosticou a Tradição e as Fases em Minas Gerais e Rio de Janeiro, associou os sítios de Campos à Fase Mucuri. Hoje, com o avanço dos estudos, há uma tendência a considerar estes sítios de Campos como uma outra expressão da Tradição Una, sobretudo devido aos dados do Sítio do Caju, escavado naquela região, a maior aldeia pré-histórica conhecida no Estado do Rio de Janeiro:

(...) quando em 1968 ali chegamos (...) o que sobrara do sítio ficava entre as áreas construídas, de habitação, paióis, criadores de animais e granja. Mesmo assim, observamos graças à chácara que abrangia a maior parte do terreno, ainda sobrava uma extensa área preservada, onde somente a camada superior fora em parte removida.

(...)

Concluimos, então, que toda a sua face interna, hoje ocupada pelo cemitério da Cidade, como – pelo menos – metade da sua porção litorânea do rio Paraíba, foram destruídas pela abertura da praça e inutilizadas para propósitos científicos, desde que totalmente perturbada pelo arruamento e pelos enterramentos atuais. Concluimos que o que restara, provavelmente seria o equivalente a um quinto da antiga ocupação indígena.³¹

Quase vinte anos depois, este sítio foi escavado, através de um salvamento, constatando-se que cerca da metade da área delimitada em 1968 estava ocupada por um colégio e outras construções foram erguidas em direção ao rio Paraíba, sendo que “relatos não confirmados, apontam a descoberta de inúmeros conjuntos de urnas ao serem feitas as tais obras do educandário” (*op. cit.*, p.66). Mesmo assim, durante as escavações o sítio foi dividido em quatro áreas específicas, tendo a “A” cerca de 350m², a “B” cerca de 400m², a “C” 156m² e a “D”, no mínimo, 800m² (*idem*). Apesar de toda a destruição, a escavação revelou toda a riqueza do sítio, onde, além dos materiais (cerâmica, lítico, ósseo, conchas), foi possível identificar-se estruturas habitacionais (pisos de cacos de cerâmica compactados – “chãos de cabanas”; buracos de estacas – os maiores esteios de cabanas e os menores formando superfícies que podem ter sido cobertas e fogueiras com restos alimentares) e estruturas funerárias (em urnas, em covas forradas de cacos de cerâmica e ainda direto no solo, sem qualquer acompanhamento).

Aliás, os sepultamentos da Tradição apresentam uma grande variação, inclusive com a prática da cremação e, pelo menos em Campos, uma diferenciação quanto ao sexo e a faixa etária: mulheres e crianças sepultamento secundário em urnas, com riquíssimo acompanhamento e adultos masculinos sepultamentos primários em covas com os corpos, normalmente, envolvidos por cacos de cerâmica, formando um “invólucro”³². De fato, a riqueza e complexidade dos sepultamentos em Campos, impressionam:

(...) sepultamentos em urnas, em número superior a duas dezenas. Algumas delas formavam grupos, o que nos permite supor algum laço de relacionamento social entre os defuntos. Sempre continham ossos de

jovens, predominando o sepultamento secundário. Na maior parte das vezes a urna era preenchida com areia do rio, algumas vezes coloridas e cacos de panelas, que nos fornecem uma amostragem interessante de conjuntos de vasilhames contemporâneos do funeral. O morto era acompanhado de ornamentos, colares, ocre, contas, etc. O segundo, menos usual, era deitar o morto em uma cova forrada de cacos, algumas vezes colocando a cabeça dentro de uma urna tipo vaso, inteira ou parcialmente fragmentada, cobrindo todo o corpo ou parte dele (sempre a superior). O defunto poderia levar algum acompanhamento ou não. O adulto, masculino, de nº 18, por exemplo, além de dois brincos de dente de roedor grande, levou junto a si dois cachimbos tubulares de cerâmica, com cerca de 15 cm cada um. Como na tradição tribal, normalmente um dos atributos dos pajés era esse, podemos até supor sua existência na comunidade estudada. De qualquer forma fica constatado uso do fumo.³³ (fotos 4 e 5).

Por volta de 1.000 anos A.P., esta Tradição também está presente em Goiás³⁴ e, em torno de 950 A.P., no sudoeste da Bahia³⁵.

Na Serra Fluminense, esta tradição parece estar associada aos grupos chamados de “puri-coroado”, descritos por cronistas, sendo que algumas ilustrações de M. Rugendas (séc. XIX) parecem retratar matérias e hábitos



Foto 4



Foto 5

registrados arqueologicamente (o célebre quadro “Enterro do cacique puri-coroado”, por exemplo). De outro lado, em Campos, algumas características culturais parecem vincular o grupo aos goitacazes.

Enquanto estas tradições regionais se desenvolviam e expandiam, uma outra tradição, de expressão nacional, também se desenvolvia: a *Tradição Tupiguarani*³⁶. Tão vasto e densos são os estudos sobre esta tradição, que seria temeroso pretender resumi-la aqui. Desta forma, optamos por apresentar apenas alguns dos dados mais atuais.

De origem também possivelmente amazônica, região de onde teriam saído, ainda sem a horticultura, por volta de 5.000 anos A.P., os tupiguarani acabam por atingir o extremo sul do Brasil (além de expandir-se por Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai), de onde, após um certo tempo, parecem ter retornado, realizando diversas migrações em direção norte, sobretudo pelo litoral (mapa 1). Através destas migrações, terminam por se estabelecer em todo o litoral brasileiro, além de diversos pontos do interior. Sua datação absoluta mais antiga é de 1.220 anos A.P., para a sua *Subtradição Pintada*, no Rio



Mapa 1

Grande do Sul (*Fase Irapuã*)³⁷, enquanto a *Subtradição Corrugada*, tem a datação absoluta mais antiga em 1.475 anos A.P., também no Rio Grande do Sul (*Fase Guaratã*).

Sua expansão demonstra que eram grupos de grande mobilidade e alto grau de adaptação. Sua cerâmica, não tão boa tecnologicamente, é extremamente decorada, ocorrendo tanto a pintura policroma (vermelho e preto sobre branco) com padrões geométricos, quanto a decoração plástica (corrugado, escovado e unglado, principalmente). Estes padrões decorativos parecem predominar diferentemente entre as subtradições e as regiões. As formas são bem diversificadas, parecendo predominar os vasilhames tipo vasos e tigelas (fotos 6 e 7). Esta cerâmica costuma ser acompanhada de material lítico (tanto instrumentos quanto lascas). Seus sítios, normalmente não muito profundos, seguem o padrão típico de aldeias a céu aberto, sendo que dificilmente ocupavam grutas. São conhecidos sepultamentos tanto primários quanto secundários. Sua subsistência baseava-se no cultivo da mandioca, seguindo o padrão amazônico (derrubada e queimada). Os tupiguarani parecem ter preferido os

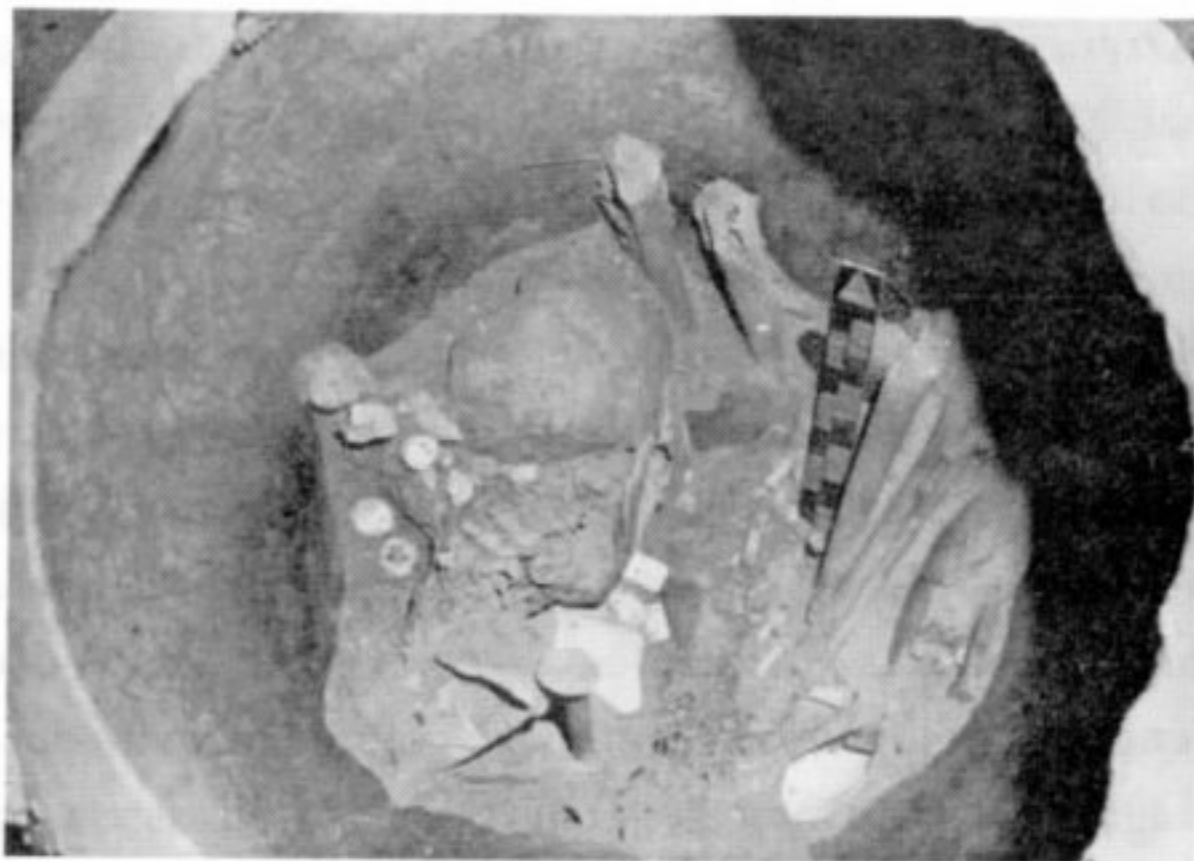


Foto 6



Foto 7

ambientes de mata, embora estejam presentes até no semi-árido nordestino. Tão importante e forte foi esta Tradição, que terminou por influenciar praticamente todas as tradições regionais.

Um dos aspectos mais interessantes desta tradição são suas migrações em direção norte. Ao que tudo indica, iniciaram-se algum tempo antes da chegada do colonizador, havendo ainda alguns poucos grupos que prosseguem neste deslocamento. Segundo sua mitologia, os tupiguarani migrariam à

procura da *terra sem males* (um “paraíso” na terra), que se localizaria ao norte ou além mar. Mais de um estudioso da cultura tupiguarani já interpretou esta busca como um saudosismo amazônico. Contudo, deveriam existir, também, razões materiais bem fortes a impulsioná-los.

Evidentemente, uma Tradição tão rica, longa e extensa teria que comportar variações, além das fases locais. Diferentemente das quatro iniciais, os pesquisadores reconhecem hoje duas subdivisões para a Tradição, tendo o Paranapanema como divisa: ao norte a Subtradição Pintada, ao sul a Subtradição Corrugada. Entre os dois grupos, além do predomínio destas decorações, haveria diferenças tecnológicas e econômicas, como o formato dos vasilhames e as práticas agrícolas, tudo indicando que ao sul se cultivasse a mandioca doce e ao norte a mandioca amarga. Esta divisão corresponderia, também, a duas populações diferenciadas lingüisticamente, sendo comum falar também em *Subtradição Tupi* ou *Tupinambá*, para a variante norte e *Subtradição Guarani*, para a variante sul.

Contudo, se os pesquisadores parecem concordar quanto a este esquema, discordam quanto à origem destas duas subtradições, existindo dois modelos principais para explicá-las. Para Schmitz³⁸, inicialmente, um único grupo ter-se-ia instalado nas matas do sul, predominando, em um primeiro momento, a decoração pintada.

Passados alguns séculos de sua instalação nas matas do Sul, nos damos conta de duas populações: uma do Paranapanema para o norte e ao longo da costa leste brasileira, que fala Tupi; a outra, no Paraguay, nos três estados do sul do Brasil e em partes do nordeste argentino, falando Guarani.

Por outro lado, Brochado³⁹ propõe um esquema mais complexo, em que os dois grupos sempre estiveram separados. Para este autor, os antigos tupiguarani, saindo do vale do rio Madeira, ter-se-iam se dividido, já naquele momento, em dois grupos: o primeiro, “protoguarani”, originário de um ramo da Subtradição Guarita (da Tradição Policroma da Amazônia), teria seguido em direção ao vale do Guaporé, daí teriam descido para o Paraguai, atingindo o sul do Brasil; o outro, “prototupi”, também originário de um ramo daquela tradição amazônica, por ele denominada de Subtradição Miracangüera, teria

descido o Amazonas e, após colonizar a ilha de Marajó, depois de “uma longa e, diga-se, descaracterizadora viagem”, como observa Dias Jr.⁴⁰, ter-se-ia expandido em direção sul, pelo litoral. Segundo Brochado:

Do encontro entre os dois grupos, separados por quase um milênio, resultou a formação de uma fronteira ativa e hostil, em parte ao longo do Tietê, a qual subsistiu até o início do período histórico, só terminando com a destruição dos Tupinambá e a dispersão dos Guarani.⁴¹

Em que pese a maior sedução deste modelo, onde os tupiguarani descenderiam da Tradição Policroma, da Amazônia, Dias Jr.⁴² demonstrou sua inviabilidade, na medida em que, entre outros fatores, o quadro de datações da tradição não sustenta uma migração norte/sul pelo litoral. Por outro lado, sem negar o modelo de Schmitz, o autor propõe outras questões:

Como modelo inicial de proposta, apresentamos a idéia de que a região entre o Paranapanema e Guaratiba seja a zona “core” do povoamento Tupi, de onde grupos pressionaram os limites com a região sul e se expandiram para o norte. Sugerimos ainda, frente ao horizonte antigo estabelecido por um razoável número de datações disponíveis para a área, que tal povoamento pode ter ocorrido nos momentos iniciais da diferenciação Tupi e Guarani. Em relação à economia horticultora predominante, supomos que existam elementos documentais e arqueológicos suficientes para demonstrar o uso constante, embora com práticas alimentares diferenciadas, tanto da mandioca quanto do aipim, o que poderia reforçar nossa idéia anterior de que esta é uma daquelas áreas onde este cultígeno é mais antigo neste país, anterior mesmo à colonização por povos desta Tradição.⁴³

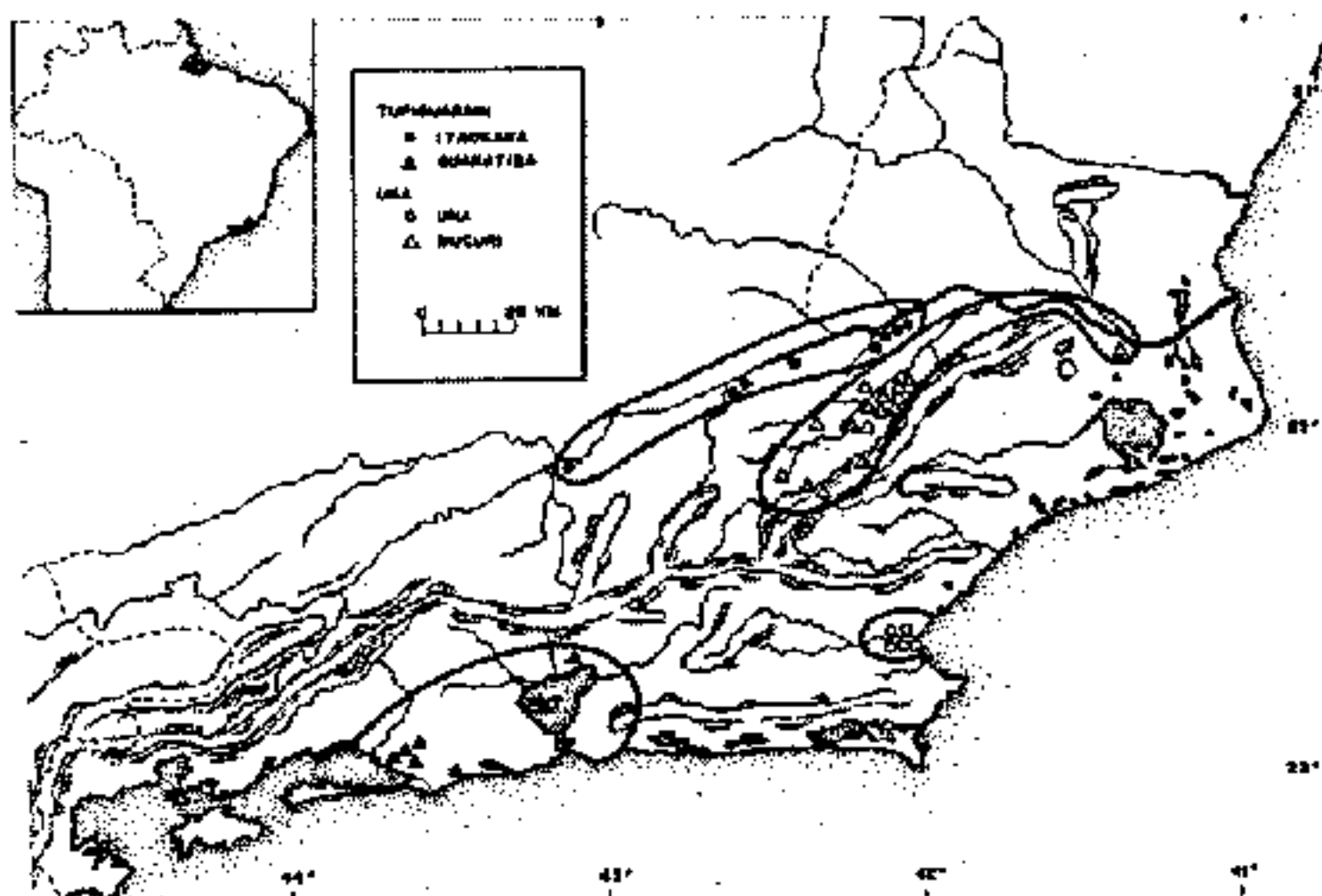
Fica claro, desta forma, em que pese os inúmeros estudos, que questões importantes sobre esta tradição ainda estão longe de serem resolvidas.

No Rio de Janeiro, são reconhecidas cinco fases desta Tradição: as Fases Guaratiba (970 ± 100 anos A.P.), Sernambitiba e Itabapoana no litoral e as Fases Ipuca e Itaocara, no vale do Paraíba e afluentes. Ocorre, no litoral, um caso interessante: embora a Tradição Una seja mais antiga que a Tupiguarani no território fluminense, enquanto aquela penetra pela serra, esta penetra pelo litoral. Desta forma, quando populações portadoras de cerâmica da Tradição

Una atingem o litoral (a Fase Una), localizando-se principalmente na região de Cabo Frio, já encontram ali os Tupiguarani e, desse modo, sofreram sua influência desde o início de sua instalação, que se prolonga, pelo menos, até 720 ± 95 . Ao contrário, os que permaneceram na serra sofreram a influência Tupiguarani apenas no final da Fase Mucuri, que também parece ter influenciado a Fase Ipuca⁴⁴ (mapa 2).

Assim, os grupos das tradições Una e Tupiguarani, como podemos perceber, embora aparentemente originários da mesma região (Amazônia), tomam caminhos completamente diferentes e terminam por se encontrar no Rio de Janeiro. Acompanhar seus deslocamentos no tempo e no espaço, com a manutenção de características fundamentais, juntamente com a perda e incorporação de outras, pode nos fornecer pistas significativas sobre a questão do espaço e do tempo entre as sociedades primitivas⁴⁵.

Quando da chegada do europeu, ocupam o litoral brasileiro principalmente grupos do formativo. O impacto da colonização sobre estes grupos se dá de forma diferenciada e muitas destas tradições perduram ainda por um bom tempo. É preciso lembrar que a colonização não se deu imediatamente e que ela ocorreu em momentos diferentes ao longo de nosso território. Assim,



Mapa 2

no Rio de Janeiro, por exemplo, existem notícias de grupos da Tradição Una até o século XVIII na Serra Fluminense.

Houve grupos, porém, que cedo acusaram este impacto, o que ficou manifestado na mescla de suas características com características européias e, posteriormente, negras. Estes grupos, conhecidos como *Tradição Neobrasileira*⁴⁶, embora mantivessem, aparentemente, sua autonomia e identidade, já apresentam em seus sítios diversas influências “estrangeiras”: peças de cerâmica torneadas “importadas”; na sua própria cerâmica, a queima redutora (podendo utilizar-se forno para esta queima), decoração incisa diferente da cerâmica tipicamente indígena, “asas”; objetos “estrangeiros”, como porcelana, faiança, moingas, talhas, objetos de ferro, etc. Tudo isto associado com materiais tipicamente indígenas, como por exemplo, lâminas de machado de pedra.

Embora esta Tradição possa ser encontrada por todo o Estado do Rio de Janeiro, somente duas fases, até o momento, foram diagnosticadas para ela: a *Fase Calundu* (restingas e Baixada Fluminense) e a *Fase Parati* (litoral sul).

Desta forma, o litoral sul/sudeste brasileiro foi palco, desde, pelo menos, 8.000 anos atrás, de um desenvolvimento cultural intenso e marcante, no qual o território do atual Estado do Rio de Janeiro tem uma importância particularmente significativa.

Conclusão

Fica claro, no entanto, a quantidade de lacunas existente nesta história e é impossível saber quanto tempo ainda levaremos para completá-las, se é que as completaremos. Contudo, ela hoje já é uma história muito mais completa do que a dez, vinte ou trinta anos atrás, quando muito poucos sabiam, ou se davam conta, que havia alguma história antes da chegada do europeu.

Evidentemente, as fontes para a reconstituição histórica de sociedades como estas são diferentes das da história tradicional. Recentemente porém, Sahlins⁴⁷ fez as seguintes observações:

A história é ordenada de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. (...) a cultura é historicamente reproduzida na ação. (...) Sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada histórica-

mente na ação. (...) O que os antropólogos chamam de “estrutura” - as relações simbólicas de ordem cultural - é um objeto histórico. Esta afirmação cancela de modo explícito a oposição de noção, encontrada por toda a parte nas ciências humanas, entre “estrutura” e “história”. (...) O mesmo tipo de mudança cultural, induzida por forças externas mas orquestrada de modo nativo, vem ocorrendo há milênios. (...) A história é construída da mesma maneira geral tanto no interior de uma sociedade, quanto entre sociedades. (...) Segue-se daí que ordens culturais diversas tenham modos próprios de produção histórica. Culturas diferentes, historicidade diferente.

Desta forma, os arqueólogos sofrem hoje as mesmas inquietações que os historiadores: a história geográfica, a história da cultura material, a história ambiental, etc., todas com pontos de contato. Assim, a aproximação entre história e arqueologia é mais do que desejável, é natural e necessária. Evidentemente, quase todos nós temos consciência disto, contudo, a história das populações primitivas brasileiras continua a não fazer parte de nossa formação histórica, a não ser muito superficialmente.

No entanto, como vimos, pelo menos 2.500 anos antes da chegada do europeu já se cultivava o milho, o algodão e possivelmente cabaças e amendoim em Minas Gerais, enquanto no Rio de Janeiro iniciava-se a domesticação de tubérculos (possivelmente a mandioca). Nossa história agrária não pode mais, portanto, iniciar-se com a lavoura canavieira.

A arte rupestre brasileira é uma das mais expressivas e numerosas em todo o mundo, reconhecida internacionalmente por sua beleza e riqueza de informações, já existindo pelo menos 10.000 anos antes do “descobrimento”. Nossa história da arte não pode desconhecer este patrimônio.

Estas populações souberam como ninguém lidar com esta terra, explorá-la sem destruí-la, coisa que os indígenas atuais, seus herdeiros, continuam a fazer. Uma história ambiental não pode abrir mão deste conhecimento etnobiológico⁴⁸.

Parece que cerca de 1.500 gerações indígenas sucederam-se, contra apenas 25 de europeus, e é destas populações, estamos certos disso, que vem a nossa estrutura básica como povo.

Os exemplos seriam intermináveis, pois toda essa herança cultural, mesmo sem percebermos, se manifesta nos nossos hábitos mais simples. É preciso, portanto, reconhecer o lugar desta cultura e deste passado em nossa

história, assumi-lo e comprometer-se com ele, não por solidariedade, mas por ser ele digno, embora tremendamente menosprezado. Esta é sem dúvida a principal contribuição que podemos tirar da arqueologia pré-histórica.

Estes povos, que têm nos indígenas atuais seus descendentes, deixaram para nós conhecimentos importantíssimos, como, por exemplo, o cultivo do milho e da mandioca, entre outros. Assim, nossa história não pode começar em 1.500.

Notas

1. DIAS Jr., Ondemar F. "Desenvolvimento cultural no horizonte 9000/4000 anos AP. no Brasil Tropical." *Revista de Arqueologia Americana* (N.4, 1991). México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1991. P.61-62. Mantivemos para a referência de datações o sistema da arqueologia, onde elas são apresentadas em relação aos anos decorridos ou "Antes do Presente" (A.P.), contando-se, por convenção, a partir de 1950.
2. Ver AB'SABER, Aziz. "Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários." *Paleoclimas* (N. 3, 1977). São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977; ver também BIGARELLA, João José. "Variações climáticas no Quaternário Superior do Brasil e sua datação radiométrica pelo método de Carbono 14." *Paleoclimas* (N.1, 1971). São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1971.
3. KNIPF, Lina M. et alii. "The radiocarbon dating of the Sambaqui de Cambuinha, Iraipu, Niterói, RJ, Brazil." *Anais da Academia Brasileira de Ciências* (Vol. LIII, n. 2, 1981). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1981. P. 339-343.
4. AB'SABER, Aziz. "Paleoclimas quaternários e pré-históricos da América Tropical." *Dédalo* (Pub. av., n.1, 1989). São Paulo, 1989. P.21.
5. Ver DIAS Jr., Ondemar F. "Desenvolvimento cultural..." *Op. cit.* P.69.
6. Ver MELLO E ALVIM, Marília C. de; UCHÔA, Dorath P. "Contribuições ao estudo das 'populações de sambaquis'. Os construtores do sambaqui de Piaçaguera." *Série: Sambaqui de Piaçaguera* (N.1, 1976), São Paulo: Instituto de Pré-História da USP, 1976. Ver também MELLO E ALVIM, Marília C. de et alii. Os antigos habitantes da área de Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. Estudo Morfológico." *Arquivos do Museu de História Natural* (N.2, 1977), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais .P.119-171.
7. AB'SABER, Aziz. "Paleoclimas quaternários..." *Op. cit.* P. 17.
8. Idem. P.21.
9. DIAS Jr., Ondemar F. "Desenvolvimento cultural..." *Op. cit.* P. 71.
10. SCHMITZ, Pedro Ignácio. "Migrantes da Atuzônia: a tradição Tupiguarani."

Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos (N.5, 1991)., São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991. P.24.

11. ANDRADE LIMA, Tânia. "Os pescadores-coletores litorâneos antes de Cahral: revendo um velho modelo." *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira* (N.11, 2001), Rio de Janeiro: IAB, "Muito mais de 500: o 'Brasil' antes do Brasil", . Disponível em < <http://acd.ufrj.br/modgp/tania.html> >.

12. Idem. P. 9.

13. Sobre a noção de "tradição" em Arqueologia, ver CHMYZ, Igor *et alii*. "Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica." *Cadernos de Arqueologia* (N.1, 1976), Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, Universidade Federal do Paraná. 1976. Segundo a publicação, "tradição" significa um grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal.

14. DIAS Jr., Ondemar F. "A tradição Itaipu, costa central do Brasil." In: MEGGERS, B.J. (ed.). *Prehistoria Sudamericana - nuevas perspectivas*. Washington, D.C.: Taraxacum, 1992. P.161-176

15. DIAS Jr., Ondemar F. "Desenvolvimento cultural..." *Op. cit.* P. 73.

16. Ver DIAS Jr., Ondemar F. "Evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro." *Anuário de Divulgação Científica* (N.3 e 4 1976/77). Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, UCG, 1977. P. 110-130., ver também DIAS Jr., Ondemar F. "A tradição Itaipu..." *Op. cit.* P. 161-176.

17. Sobre a noção de "fase" em Arqueologia, ver CHMYZ, Igor *et alii*. "Terminologia arqueológica brasileira..." *Op. cit.* Segundo a publicação, "fase" é qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrão de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios.

18. ANDRADE LIMA, Tânia. *Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 1991. Tese de Doutorado. 2 vols.

19. Idem.

20. Id. P.20. Grifado no original.

21. BIRD, R. McK.; DIAS Jr., O.; CARVALHO, F.T. "Subsídios para a arqueobotânica no Brasil: o milho antigo em cavernas de Minas Gerais, Brasil." *Revista de Arqueologia* (N.6, 1991). São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1991. P. 15-32.

22. DIAS Jr., Ondemar F. "Desenvolvimento cultural..." *Op. cit.* P. 30-32.

23. MACHADO, Lilia C. "Análise dos remanescentes ósseos humanos do sítio arqueológico Corondó: Aspectos biológicos e culturais." *Série Monografias* (N.1, 1984), IAB, Rio de Janeiro, 1984.

24. TURNER II, Christy; MACHADO, Lilia C. "A new dental wear pattern and evidence for high carbohydrate consumption in a Brazilian Archaic skeletal population." *American Journal of Physical Anthropology* (N.61, 1983). P. 125.

25. MACHADO, Lilia C. "Análise dos remanescentes ósseos humanos..." *Op. cit.* P. 364.

26. SCHMITZ, Pedro Ignácio; BARBOSA, A.S.; RIBEIRO, M. B. (ed.). "Temas de Arqueologia Brasileira: Os cultivadores do planalto e do litoral." *Anuário de Divulgação*

Científica (N.9, vol.5, 1978/79/80), Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, UCG, 1980. P. 88-89.

27. DIAS Jr., Ondemar F. "As origens da horticultura no Brasil." *Revista de Arqueologia Americana* (N.7, 1993). México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1993. P. 9-17.

28. PROUS, A., JUNQUEIRA, P.A., MALTA, I.M. "Arqueologia do alto médio São Francisco: região de Januária e Monrealvânia." *Revista de Arqueologia* (Vol. 2, n. 1, 1984). Belém: Museu Paraense Emílio Göeldi, 1984. P. 68.

29. SCHMITZ, Pedro Ignácio; BARBOSA, A.S.; RIBEIRO, M. B. (ed.). "Temas de Arqueologia Brasileira: Os cultivadores..." *Op. cit.* P. 17-20.

30. Recentemente, uma falange proximal de mão de um indivíduo adulto com resquícios de pele, retirada do interior de uma urna do sítio Toca dos Urubus (Santa Maria Madalena), da Fase Mucuri, foi datada por um processo: a espectrometria de massa com aceleradores – MAS. Problemas com o acelerador durante a medida causaram uma grande barra de erro para o resultado: datada em 1430 ± 400 anos AP, a calibração do resultado gerou um intervalo de 2350 – 550 anos AP, abrangendo um longo período de tempo. Apesar da grande barra de erro, o resultado mostrou que a ocupação era mais antiga do que se imaginava. Nesse caso, uma nova medida da amostra será necessária.

31. DIAS Jr., Ondemar F. "Pesquisas arqueológicas no sítio do Caju RJ-MP-8 (Campos dos Goitacazes)." *Anais da Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório*. Campos: Universidade Estadual do Norte Fluminense/Centro de Ciências do Homem, 1997. P.67.

32. MACHADO, Lilia C. "Sobre as práticas funerárias de cremação e suas variações em grutas do norte e noroeste de Minas Gerais." *Revista do CEPA*(N.17, 1990), Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1990. P. 235-247; _____. "Biologia de grupos indígenas pré-históricos do sudeste do Brasil. As tradições Itaipu e Una." In: MEGGERS, B. J. (ed.), *Op. cit.* P. 94-98; _____. "Inferências sócio-comportamentais a partir de dados bioesqueléticos de população horticultora pré-histórica de Campos, RJ." *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. P. 519-535.

33. DIAS Jr., Ondemar F. "Pesquisas arqueológicas no sítio do Caju..." *Op. cit.* P.68.

34. Ver WÜST, Irmhild; SCHMITZ, Pedro Ignácio. "Fase Jataí, estudo preliminar." *Anuário de Divulgação Científica* (Ano 2, n.2, 1975). Goiânia: Gabinete de Arqueologia da UCG, 1975. P. 71-93; ver também SIMONSEN, I., OLIVEIRA, A.P. e SOUZA, A. M. de "Seqüência arqueológica da bacia do Paraná - II. Sítios cerâmicos: a fase Palma." *Arquivos do Museu de História Natural* (Vol. 6/7, 1981/82). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. P. 249-264.

35. SCHMITZ, Pedro Ignácio *et alii*. "Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Sudoeste da Bahia e Leste de Goiás. O Projeto Serra Geral." *Pesquisas* (N 52, 1996. Série Antropologia). São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1996. P.185-188.

36. Ver BROCHADO, José Proenza. "A Tradição Tupiguarani na América do Sul." *CIO - Revista do Mestrado em História* (Vol. III, 1980). Recife: UFPE, 1980. P. 47-

60; _____. "A expansão dos Tupi e da cerâmica Policrômica Amazônica." *Dédalo* (N.27, 1989). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 1989. P. 65-82; _____. "Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul." *CLIO - Revista do Mestrado em História* (N. 4, 1994. Série Arqueológica, Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro). Recife: UFPE, 1994. P. 85-87; DIAS Jr., Ondemar F. "Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica tupi-guarani no Brasil." *Revista de Arqueologia* (Vol. 8, n.2, 1994-95), São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1995. P. 113-132; MEGGERS, B. J. e EVANS, C. "A reconstrução da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas." *Paleoclimas* (N. 2, 1974), São Paulo: Instituto de Geografia/USP; SCATAMACCHIA, M.C. *A Tradição Policroma no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá*. Fontes arqueológicas e etnohistóricas. São Paulo, 1990. Museu de Arqueologia e Etnografia/USP. Tese de Doutorado. SCHMITZ, Pedro Ignácio. "Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani." *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos* (N.5, 1991). São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991. P. 31-66.

37. Essa observação é feita com base em comentário feito ao autor por Mentz Ribeiro em 1998.

38. SCHMITZ, Pedro Ignácio. "Migrantes da Amazônia..." *Op. cit.* P.37.

39. BROCHADO, J. P. "A expansão dos Tupi e da cerâmica Policrômica Amazônica." *Dédalo* (N.27, 1989). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. 1989. P. 65-82.

40. DIAS Jr., Ondemar F. "Considerações a respeito..." *Op. cit.* P. 117.

41. BROCHADO, J. P. *Op. cit.* P. 75.

42. DIAS Jr., Ondemar F. "Considerações a respeito..." *Op. cit.*

43. Idem. P.131.

44. MEGGERS, B. J. e EVANS, C. "A utilização de seqüências cerâmicas seriadas para inferir comportamento social." *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira* (N. 3, 1985, Série Ensaio). Rio de Janeiro: IAB, 1985.

45. SEDA, Paulo. "Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as Tradições Una e Tupiguarani no Rio de Janeiro pré-colonial." In: MOURA, A.M.S., LIMA, C.A.M. (org.). *Rio de Janeiro: tempo - espaço - trabalho*. Rio de Janeiro: UFRJ/Laboratório de Estudo Sobre Diferenças e Desigualdades Sociais, 2002. P. 39-86.

46. DIAS Jr., Ondemar F. "A cerâmica Neo-brasileira." *Arqueo-LAB* (N.1, 1988, Textos Avulsos), Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, 1988. P. 3-13.

47. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. P. 7-11.

48. Cf. RIBEIRO, Berta (coord.). "Etnobiologia." In: RIBEIRO, D. (ed.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes: Brasília, DF: FINEP, 1987. Vol. 1,

**A evolução urbanada cidade
de São Sebastião**
Algumas considerações

Francisco S. Veríssimo e William S. M. Bittar

Nota biográfica

Francisco Salvador Veríssimo é arquiteto, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 02/04/1951. Formou-se pela Universidade Santa Úrsula em 1974, e obteve o título de Mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO em 1998. Atualmente, é professor adjunto da UFRJ, UGF, Instituto Metodista Bennett e Faculdades Integradas Silva e Souza, além de professor do Curso de Especialização em Restauro e Reciclagem das Edificações, no IMB, e conselheiro do CREA-RJ. É co-autor dos livros “Inventário Arquitetônico – Neocolonial no Município do Rio de Janeiro” (1983), “500 Anos da Casa no Brasil” (1999) e “Vida Urbana” (2001) e de diversos artigos publicados em revistas. Participou como arquiteto em várias restaurações.

William Seba Mallmann Bittar é carioca, nascido em 21/11/1955, formado em Arquitetura pela UFRJ em 1978. Livre docente em Arquitetura, é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e da Universidade Gama Filho. Além de desenvolver vários trabalhos na área de preservação do patrimônio cultural, é autor de artigos em periódicos e co-autor dos livros “Inventário Arquitetônico - Neocolonial no Município do Rio de Janeiro” (1983), “500 anos da Casa no Brasil” (1999), “Ensaio – Imagens brasileiras” (2000) e “Vida Urbana” (2001).

Resumo

A evolução urbana da antiga cidade de São Sebastião

Algumas considerações

Francisco S. Veríssimo e William S. M. Bittar

Este texto tem como objetivo apresentar considerações sobre a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, abordando cronologicamente a interdependência entre as diferentes nuances que interferem nas transformações da fisionomia de um núcleo urbano. No caso do Rio, as diversas situações político-sociais incidentes em uma urbe que já nasceu com o fôlego de cidade, apesar de suas restritas e mesmo insignificantes condições primitivas, tornam-se peças fundamentais para compreender as condições geradoras de mudanças de uma das mais importantes metrópoles do mundo. Apesar das odes às belezas naturais, frequentemente foram elas, associadas às subseqüentes dinâmicas mudanças políticas, responsáveis pelas condições extremamente adversas de desenvolvimento. No entanto, peculiaridades inerentes a um povo que sempre dependeu das boas relações externas para sua sobrevivência tornaram a adversidade um combustível, inclusive para incluí-la, segundo pesquisa americana de junho de 2003, como a primeira cidade mais cordial do mundo. Não é possível falar do Rio sem cantar sobre o Rio ou olhar a paisagem, daí nossa opção pela inclusão da música popular e de imagens, certamente marcos da memória de nossa cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, vida urbana, evolução urbana., arquitetura e iconografia.

Minha alma canta
vejo o Rio de Janeiro
estou morrendo de saudade...

Tom Jobim, *Samba do avião*

O Período Colonial

Da cidade-fortim à capital dos Vice-Reis

A região onde está implantada a cidade do Rio de Janeiro foi identificada muito antes da fundação oficial portuguesa, em 1565. Já nos primeiros anos de colonização, as expedições exploradoras da costa brasileira haviam localizado uma grande baía, que as primeiras impressões registravam como um estuário, situação corroborada em mapas holandeses no início do século XVII, registrando o acidente geográfico como *flumen*, - rio, em latim – e fluminenses, os habitantes de suas margens.



Figura 01 - Registrar a denominação *flumen*, neste mapa holandês de 1624.

Perseguições religiosas trouxeram os franceses de Villegagnon, que aqui se estabeleceram em 1555 em algumas das várias ilhas que pontilham a baía. Diante da situação, tomava-se necessário a expulsão dos protestantes e a ocupação da terra em nome da Igreja Católica e do Rei, perpetuando a força da cruz que chegara com a esquadra de Cabral.

Onde implantar o berço da nova urbe? Pois o Rio de Janeiro, à semelhança de Salvador e diferente de quase todas suas contemporâneas, pequenos arraiais que eventualmente transformavam-se em modestas vilas, iniciou sua vida política com o foro de cidade.

Contrariamente à tradição medieval predominante, o núcleo original não fora implantado sobre uma elevação, mas em um pequena praia, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, estrategicamente junto à entrada da baía da Guanabara.

Ao deslocar-se para o Morro de São Januário, depois do Castelo, baía adentro, após a expulsão definitiva dos franceses em 1567, novamente prevaleceu a estratégia defensiva sobre prováveis condições de habitabilidade como água potável e acesso fácil: um pequeno morro junto à várzea, na qual seria possível instalar um arracadouro, regiões alagadas e uma excelente visibilidade para instalação de uma fortificação. Delineava-se um sítio ideal para o novo arraial que contemplava o ideário medieval de cidade: ponto elevado e murado, envolvido por uma região alagadiça para dificultar a aproximação de intrusos e proximidade do mar, permitindo a implantação de um porto, entreposto necessário para ocupação do litoral sudeste-sul.

Além desses requisitos, o Morro de São Januário apresentava outras vantagens sobre as elevações vizinhas, pois suas encostas íngremes facilitavam as condições defensivas para seus ocupantes. Áreas planas próximas ao topo permitiam a implantação das edificações do núcleo de forma mais ágil. Além disso, sua localização estratégica excepcional permitia aos seus habitantes o controle da navegação na Baía, atendendo às disposições militares da época.

A cidade está situada em um monte, boa vista para o mar e dentro tem uma baía que bem parece que a pintou o arquiteto do mundo, Deus Nosso Senhor, e assim é coisa formosíssima e mais aprazível que há em todo Brasil...¹

Muito rapidamente os moradores locais perceberam que o sítio escolhido, perfeito nos aspectos defensivos, frustrava as exigências primárias para o funcionamento satisfatório de uma de uma urbe. A água era escassa no morro, obrigando a população a contar com o auxílio dos índios para trazer, das nascentes do Rio Carioca, a quantidade mínima suficiente para o abastecimento do núcleo. Esta solução, além de dispendiosa, implicava em esforço descomunal para os fornecedores, pois o precioso líquido deveria ser entregue morro acima, situação que dificultava demasiadamente a vida dos locais. Outra grande desvantagem consistia na dificuldade para administrar e fiscalizar as atividades do pequeno porto a partir do alto da elevação. O conjunto de aspectos negativos, além dos prenúncios de problemas mais graves de abastecimento e esgotamento e das naturais dificuldades de crescimento na topografia acidentada, levaram a expansão da cidade para a várzea, desenvolvendo-se por entre as fraldas dos morros vizinhos.

A cidade crescia, lânguida, transpirando sensualidade no calor dos trópicos, aguardando tempos melhores. Entreposto comercial, abarcava pequenos navios, poucas casas, ordens religiosas e seus edifícios conventuais e monásticos, algumas igrejas para a função das ordens terceiras e demais irmandades.

O traçado sinuoso galgava as pequenas encostas que balizavam o núcleo da várzea, os quatro morros tradicionais, e organizava-se, à medida que se aproximava do mar, num arremedo de tabuleiro de xadrez. No entanto, à medida que se afastava do litoral, outra vez serpenteava em caminhos quase selvagens, com nomes peculiares, abrindo trilhas nas fraldas das matas ou às margens dos alagados, procurando atingir regiões ainda não povoadas, ao sul e norte da área estabelecida como central.

Ouro no sertão das Gerais e a singela vila transformava-se, em meados do século XVIII, na Capital da Colônia, sem perder seu ar provinciano. Afinal, era o porto do Rio dos Vice-Reis que acumulava e exportava as arrobas de ouro que sobreviviam ao cruzamento das vias do sertão, aos saques, fraudes nas Casas de Fundição e contrabando dentro das imagens de santos “do pau-ocu”, como rezava a tradição. Também era o porto que recebia as novidades da Europa para abastecer os empórios e armazéns, enriquecendo a burguesia local, além de modernizar os confins das Gerais. Aumentavam os problemas de abastecimento; implantaram-se, então, aquedutos e chafarizes, insuficien-

tes, no entanto, para matar a sede da população. Rede de esgotos? Permanecia a prática nada salutar do “água vai”², transformando as ruas em becos fétidos e escorregadios com os dejetos atirados pelas janelas (fig.2).



Figura 2 - Sistema de abastecimento através de aqueduto e chafarizes.

O Século XIX - Sede do Reino e Império

Poucas mudanças imediatas foram registradas com a chegada da Família Real, em 1808, quando a população aumentou abruptamente, ampliando-se o perímetro urbano, através de vetores forçados de crescimento para a periferia imediata, multiplicando-se os problemas. Sede da Corte Portuguesa. Centro do Império Brasileiro, cuja iniciante nobreza procuraria lugares bucólicos e pitorescos, longe do adensamento infecto e nauseabundo do núcleo central.



Figura 3 - Largo do Paço no início do século XIX, por Debret.

À feição de modelos europeus, esse segmento da sociedade construiu suas casas de chácara implantadas em amplas propriedades arborizadas, com generosas varandas voltadas para miniaturas de parques ingleses. Ocupava-se gradativamente áreas pouco densas como Andaraí, Botafogo, Glória, Flamengo, até os altos da Tijuca, cenários perfeitos para as visitas e moradia de futuros personagens machadianos.

Um dia, há bastantes anos, lembrou-me de reproduzir no Engenho Novo, a casa em que me criei na antiga Rua de Matacavalos...³

Apesar do agravamento dos problemas urbanos, situação natural decorrente da maior concentração populacional, a cidade cada vez mais polarizava as atenções, atraindo migrantes internos e estrangeiros. Os tradicionais limites definidos pelos quatro morros, São Bento, Conceição, Santo Antônio e Castelo, além da antiga Rua da Vala (depois Uruguaiana), por séculos imutáveis, tiveram suas ilusórias muralhas rasgadas pelos tentáculos dos caminhos para veículos de tração animal ou pelo vigor do cavalo de ferro, que penetrava nas entranhas dos sertões da futura área suburbana.

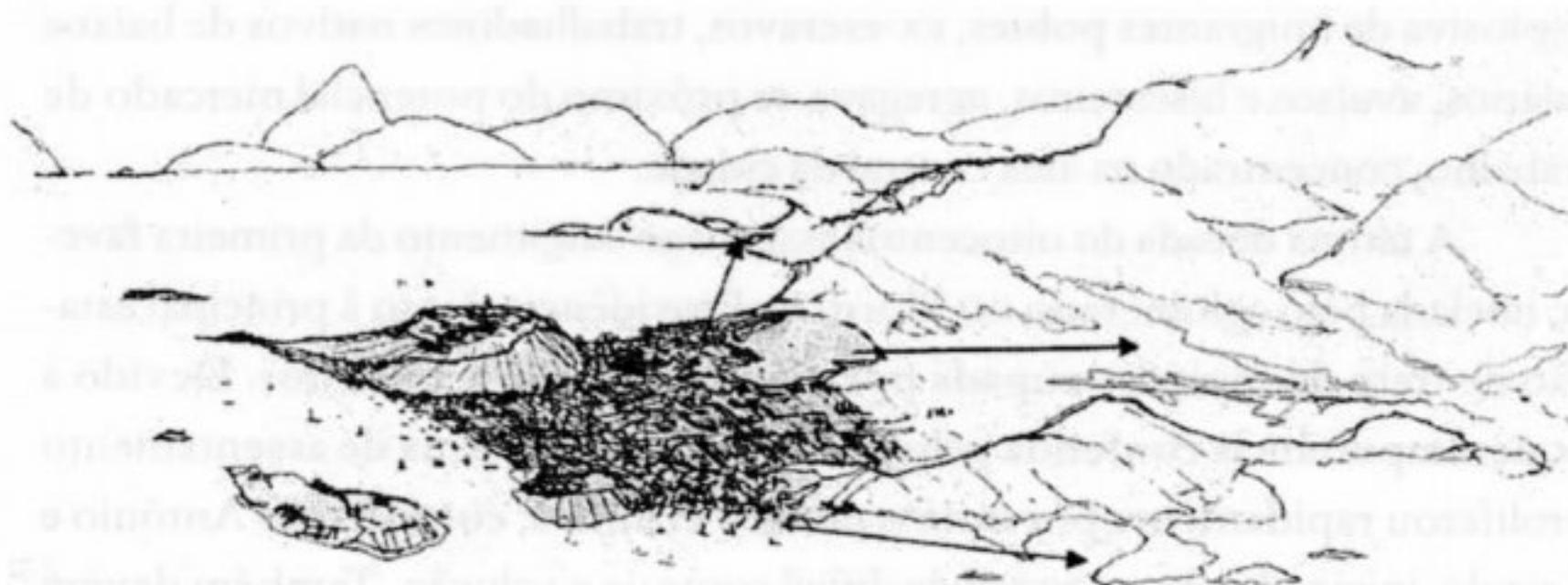


Figura 4 - Esquema da expansão da área inicial da cidade para as regiões norte e sul.

A abolição da escravatura, sucedida pouco mais de um ano pela proclamação da República, alterou não apenas a estrutura de morar, mas também a fisionomia da cidade. Afinal, não havia mais escravos para acender lampiões, coletar água para uso diário, esgotar os despejos, carregar cadeirinhas e liteiras. Surgia uma classe proletária, que brevemente iria definir sua pauta de reivindi-

cações, nas fábricas, nas ruas, nas forças armadas. Aos poucos, lideranças combatiam a chibata das classes dominantes, independente de suas formas de dominação, prenunciando uma luta que ainda não terminou.

Rubras cascatas jorravam das costas dos negros / entre cantos e chibatas, / inundando o coração do pessoal do porão / que a exemplo do marinheiro, gritava então: / glória aos piratas, às mulatas, às sercias; / glória à farofa, à cachaça, às baleias; / glória a todas as lutas inglórias / que através da nossa história / não esquecemos jamais.⁴

Definia-se, gradativamente, uma pirâmide social composta por classes, substituindo os estamentos anteriores. Latifundiários, habitantes dos modernos palacetes ecléticos, ocupavam novas áreas dotadas de acessos recém-criados: avenidas arborizadas, à beira-mar, simulacros dos bairros-jardins howardianos.

A pequena burguesia, com poucos recursos para aquisição da casa própria, contentava-se com o aluguel de casas para ganho, pertencentes a segmentos da elite, construídas em bairros novos, periféricos, muitos deles ao longo das ferrovias. A base da pirâmide, constituída por uma composição explosiva de imigrantes pobres, ex-escravos, trabalhadores nativos de baixos salários, avulsos e biscateiros, agregava-se próximo do potencial mercado de trabalho, concentrado na área central da cidade.

A última década do oitocentos assistiu ao surgimento da primeira favela, iniciada pelo aglomerado no Morro da Providência, junto à principal estação de trem da capital, ocupada por remanescentes de Canudos. Devido à pouca importância conferida pelo poder público, tal forma de assentamento proliferou rapidamente por outros morros vizinhos, como Santo Antônio e Castelo, iniciando um processo de difícil controle e solução. Também devem ser registrados os cortiços, existentes desde a metade do século XIX, combatidos no início da República, as eternas casas-de-cômodos ou as modernas vilas operárias ou higiênicas, muitas contribuindo para a implantação e desenvolvimento de novos bairros.



Figura 5 - Formas de habitação das classes menos abastadas: favelas (à direita), cortiços e vilas (à esquerda).

O século XX - Da capital da República à cidade-estado

Capital da República. Apenas a definição de um *status*, pois de fato a cidade continuava com sua aparência e condição colonial: ruas estreitas, falta de água e esgoto, iluminação pública deficiente ou inexistente, analfabetismo, peste bubônica, febre amarela, varíola. Mais do que um projeto de reforma urbanística, tornava-se necessário um grande plano de reforma urbana para transformar aquela vila no Rio Capital Federal do Plano Passos. Cidade do futuro. Cosmopolita. Pronta e aberta para inovações. Pouso certo para a modernidade que chegava e se consolidaria, ainda que com sacrifício da população mais pobre, que, desalojada de suas habitações, foi banida para o distante subúrbio, com precário sistema de transportes, tendo assim onerada sua já combalida economia proletária, além ver aumentado o tempo de deslocamento para o trabalho, e gradativamente diminuído o tempo de convívio familiar. Enfim, delineava-se o fiel retrato que refutava todas as premissas utópicas da Revolução Industrial, principalmente quando prometia mais tempo para o homem e sua prole.

Nos cartões postais surgia uma cidade paradisíaca, passeios pelos *boulevards* e avenidas repletas de lojas, confeitarias, sorveterias, primeiros cinematógrafos. A cidade maravilhosa ganhava as páginas dos jornais como uma das mais progressistas metrópoles da América Latina, cenário perfeito para a *belle époque*, que agonizava diante da iminência da I Grande Guerra (fig.6).



Figura 6 - Avenida Central, início do século XX.

Até meados da década de 1920 o panorama da cidade pouco se alterou, excetuada a melhoria do transporte de massa, com a incorporando do lotação e ampliação dos limites municipais. Em 1922, comemorando o Centenário da Independência, a capital abrigou um dos mais expressivos eventos do século passado, uma monumental exposição na Praça XV de Novembro e arredores, onde treze países entre os mais importantes do mundo, expuseram suas novidades em vinte e seis pavilhões e diversos estandes. Paradoxalmente, enquanto se comemorava um evento histórico, o Morro do Castelo, segundo sítio da cidade, onde de fato se consolidara o primeiro núcleo urbanizado, era arrasado sem deixar vestígios.

Com a gestão municipal de Prado Júnior promoveu-se o primeiro plano urbanístico de caráter um pouco mais abrangente: o urbanista francês Alfred Agache, após um extenso estudo sobre as condições da cidade, entregou, ao final da década, um pretensioso projeto de modificações. No entanto, muito breve iniciar-se-ia um novo tempo republicano com a revolução de 30. Além disso, o plano Agache era uma proposta onerosa e megalômana, talvez muito mais um exercício do que uma proposição realizável. No entanto, algumas sugestões pontuais eram extremamente eficientes e adequadas, tanto que fo-

ram incorporadas ao futuro Decreto 6000, que por décadas regulamentou as construções na cidade.

A conclusão dos trabalhos de Agache coincidiu com a mudança no cenário político nacional: após uma turbulenta eleição, de resultados fraudados previamente conhecidos, um oportuno assassinato criava o motivo necessário para a transformação. A morte de João Pessoa servira oportunamente como estopim para a eclosão da Revolução de 30, que iria levar ao poder um dos mais importantes estadistas brasileiros de todos os tempos, apesar de suas polêmicas manobras e atitudes. Iniciava-se a Primeira Era Vargas, que em seus quinze anos assistiu a um período revolucionário seguido de uma fase constitucional, sucedida pelo totalitarismo do Estado Novo.

Dentro dessa quinzena de anos a cidade assistiu a diversas transformações, principalmente em seu último quinquênio. Apesar do envolvimento gradativo na Segunda Grande Guerra, o governo Vargas não diminuiu seu empenho em relação à fisionomia da Capital Federal. O Rio de Janeiro finalmente iria dispor de sua Esplanada dos Ministérios, na área resultante do desmonte do Morro do Castelo, aglutinando instituições públicas antes dispersas pela cidade em edificações alhagadas. Naquele local, objeto de estudo do Plano Agache, local da exposição do Centenário e fragmento do extinto centro histórico, em menos de dez anos, foram construídos os edifícios-sede para as pastas ministeriais, um mostruário simbólico-arquitetônico que ratificava a prática política da presidência em honrar seus ministros, como recomendava Maquiavel.

A Educação e Saúde recebera, após polêmico e controvertido concurso, o privilégio de construir um edifício moderno, que através da propaganda oficial tornou-se verdadeiro ícone da arquitetura do século XX; a Fazenda fora contemplada com um “sólido e imponente edifício”, dotado de pórtico neogrego, constituído de colunas dóricas suportando arquitrave e métopas com alegorias sobre a economia nacional; o Trabalho, inaugurando a pasta, implantava-se em edificação austera, porém de execução simplificada, de influência *art-déco*, apresentando a neutralidade necessária para dirigir relações entre patrões e empregados; a Justiça, cujo edifício não foi construído segundo o projeto aprovado, alojar-se-ia em verdadeiro fórum romano.

Fora da Esplanada Carioca, outro sítio desenhava-se orquestrado pelo prefeito Henrique Dodsworth, ávido por agradar Sua Excelência, o Presidente. Rasgando o centro do Rio, no sentido leste-oeste, projetava-se a monumental Avenida Presidente Vargas, com 66m de largura, ligando a Igreja da Candelária – diga-se de passagem, seus fundos – às imediações da Praça da Bandeira, numa versão tropical da Avenida da Conciliação de Mussolini em Roma (fig.7).

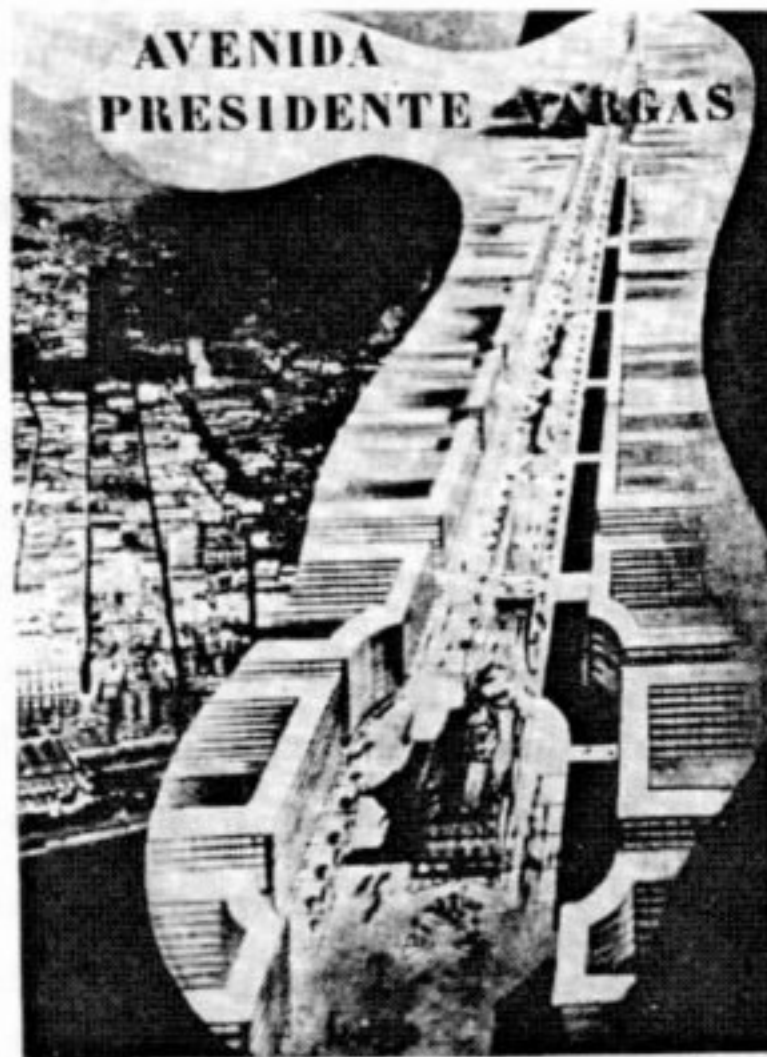


Figura 7 - Abertura da Avenida Presidente Vargas: cartaz promocional.

Outra vez, assim como com Passos, a população mais pobre foi o alvo da sanha demolidora. Quadras inteiras foram arrasadas, conferindo à cidade um ar de terra bombardeada, ainda que a Guerra estivesse além-mar. Acabou-se a Praça XI, reduto do samba, da tia Ciata, das primeiras escolas. O possível bairro de imigrantes árabes e judeus, em início de formação junto ao Campo de Santana, foi repartido para nunca se consolidar. Outra vez o subúrbio, através da ferrovia, recebia de braços abertos essa população desprovida de atenção do poder público.

Abria-se a via e criavam-se novas esplanadas, uma delas para abrigar um novo marco da cidade, o relógio da Central, no topo de um novo arra-

nha-céu, capaz de regular a vida dos trabalhadores através de seus trens e ponteiros, junto ao sólido e austero edifício do antigo Ministério da Guerra, uma construção que mais parecia um pelotão a postos para o combate. Os bondes, associados aos trens em constante atraso, constituíam-se no sistema de transportes de massa preferidos pela população de menor poder aquisitivo. Afinal “o bonde de São Januário leva mais um sócio-otário, só eu não vou trabalhar”⁵, cantava a música popular proibida e modificada pela censura do Estado Novo, que preferia o memorando da Central atestando que o trem atrasou meia hora⁶, numa preocupação declarada do “Pai dos pobres” pelos trabalhadores do Brasil.

Na vertente Sul, Copacabana iniciava sua trajetória para o destaque nacional e internacional como a “Princesinha do Mar”, atraindo um público elegante, que certamente não imaginava a situação caótica nos poucos anos vindouros, quando “Kátia Flávia, Godiva de Irajá”, derrubaria a princesa com seus “*exocets*, calcinhas!”⁸.

Chegava-se aos anos cinqüenta! O ufanismo e a euforia desenvolvimentista, ainda respaldados no gigante adormecido que se levantava - certamente para se espreguiçar e olhar as peles morenas bronzeadas ao sol ou a fartura inebriante das mulatas, nessa época com trajes de banhos mais generosos, as duas peças em seu *début* - não foram impedidos sequer pela morte de um presidente em exercício. O chefe de Estado saía da vida para entrar na História e também em um samba de Morcira da Silva.

Após uma sucessão mais uma vez turbulenta, chegava ao poder Juscelino Kubitschek, o presidente Bossa Nova⁹, que soube como poucos capitalizar a euforia reinante, combustível para seu plano de metas de um país que parecia dar certo.

A orfandade da capital

Para o Rio de Janeiro, um trauma de conseqüências irreparáveis: a cidade cosmopolita, “berço do samba e das lindas canções que vivem n’alma da gente”¹⁰ ficava órfã política com a transferência da capital para Brasília, tornando-se um estado de vida curta, chamado Guanabara.

Em pouco tempo, outra experiência traumática, agora um golpe militar, num fatídico primeiro de abril, golpe este cujo desfecho para

muitos ocorreu no Forte de Copacabana, sem nenhum tiro sequer para que pudesse ser denominado revolução. Em breve ocorreria o ocaso cultural diante de uma perversa e ignóbil censura.

Os anos sessenta não presenciaram modificações estruturais, apesar do plano Doxiades, muito mais escrito do que desenhado, que sugeria novas vias para melhorar as condições de fluxo viário da cidade, em cores variadas. Obras, muitas. Viadutos, túneis, vias alargadas, adutoras, estação do Guandu, aterro do Flamengo, remoção de favelas, o que criou uma classe de devotos do Governador Carlos Lacerda, apesar de seu posicionamento favorável ao golpe militar, contrário à democracia. A oposição certamente poderia alegar que as obras simplesmente transferiam os problemas de lugar.

Com exceção do plano piloto para a Barra da Tijuca, no final dos anos sessenta, pouca coisa planejada foi de fato concluída no último quartel do século XX. Este, inclusive, pouco manteve de sua proposta original, dominado pela sanha do lucro imediato de empreendimentos que nem sempre primavam pela preocupação com a qualidade (fig.8). A maioria das iniciativas sub-reptícia ou claramente pretendiam beneficiar endereços determinados. Havia um claro propósito de facilitar o acesso para aquela região pouco explorada da cidade, a zona oeste, para valorizar lotes e depois negociá-los a preços convidativos, parcelados pelo sistema financeiro, desviando o verdadeiro destino do capital aplicado nas cadernetas de poupança ou recolhidos no fundo de garantia.



Figura 8 - Barra da Tijuca: ocupação da faixa litorânea.

A década de setenta assistiu, impassível, à verticalização de muitos bairros da cidade. Alguns, verdadeiros santuários residenciais, tiveram suas ruas invadidas por inexpressivos edifícios de varandinhas, aumentando drasticamente a densidade de ruas outrora arborizadas.

A malha urbana pouco se alterara. Apenas ocorria uma ocupação de áreas pouco adensadas na região oeste ou norte da cidade, pois entre muitas particularidades cariocas, talvez o Rio seja uma das poucas, senão a única urbe do mundo que não tem região Leste...

Conjuntos habitacionais, favelas em crescimento, população migrante em busca do “sul maravilha” anunciado na TV, pois “sigo o anúncio e vejo em forma de desejo, um sabonete, acordo e durmo na televisão”¹¹.

Curta vida teve o Estado da Guanabara! Apenas quatorze anos, sem debutar em bela jovem de quinze, sem virar mais uma bela garota de Ipanema num doce balanço a caminho do mar.

Em 1974, o jovem estado chegou ao seu fim, com a fusão ao antigo Rio de Janeiro, configurando-se como uma capital de maior amplitude, depondo a vizinha Niterói de seu posto tradicional. Isto ocorreu após uma campanha velada em que afirmou-se que a mudança seria benéfica para a população, sem que houvesse, no entanto, a preocupação de consultá-la.

Uma metrópole consolidada, assim como a “vizinha” São Paulo, renunciava um futuro tenebroso: profetas do apocalipse anunciavam o iminente processo de conurbação, estranha palavra para explicar a fusão de dois grandes centros! No entanto, as cidades não se fundiram e continuam com suas particularidades e rivalidades.

A instabilidade político-econômica da década de 1980 não permitiu grandes transformações na cidade, exceção feita para a declarada ocupação da área da Barra da Tijuca e adjacências, com modelos arquitetônicos que merecem uma abordagem específica por campos distintos de conhecimento.

Na última década do século passado, o programa “Rio-Cidade” anunciava que o “urbanismo estava de volta às ruas”. Certamente, diante da atual situação, ele já se retirou outra vez...

Entramos no novo milênio, século XXI, novos tempos. No entanto, uma breve visita a periódicos antigos revela que pouco mudou além da aparência, e esta, sempre às custas do dinheiro público e sem consulta à popula-

ção. O mesmo ocorreu em ocasiões recentes com decisões municipais sobre as construções milionárias, sem concurso, da sede carioca do Guggenheim ou da Cidade da Música da Barra da Tijuca.

Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas (...) que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi.¹²

Mas, apesar do caos que se insinua, é indispensável acreditar que é possível uma situação melhor, com soluções muito simples, pouco onerosas, participativas, que só a capacidade criativa é capaz de produzir, adequadas à realidade de um país pobre, porém capaz de resistir, ultrapassar fronteiras, muito mais do que meramente sobreviver. E continuar...

Vento do mar em meu rosto / e o sol a queimar, queimar / Calçada cheia de gente a passar / e a me ver passar / Rio de Janeiro / gosto de você¹³

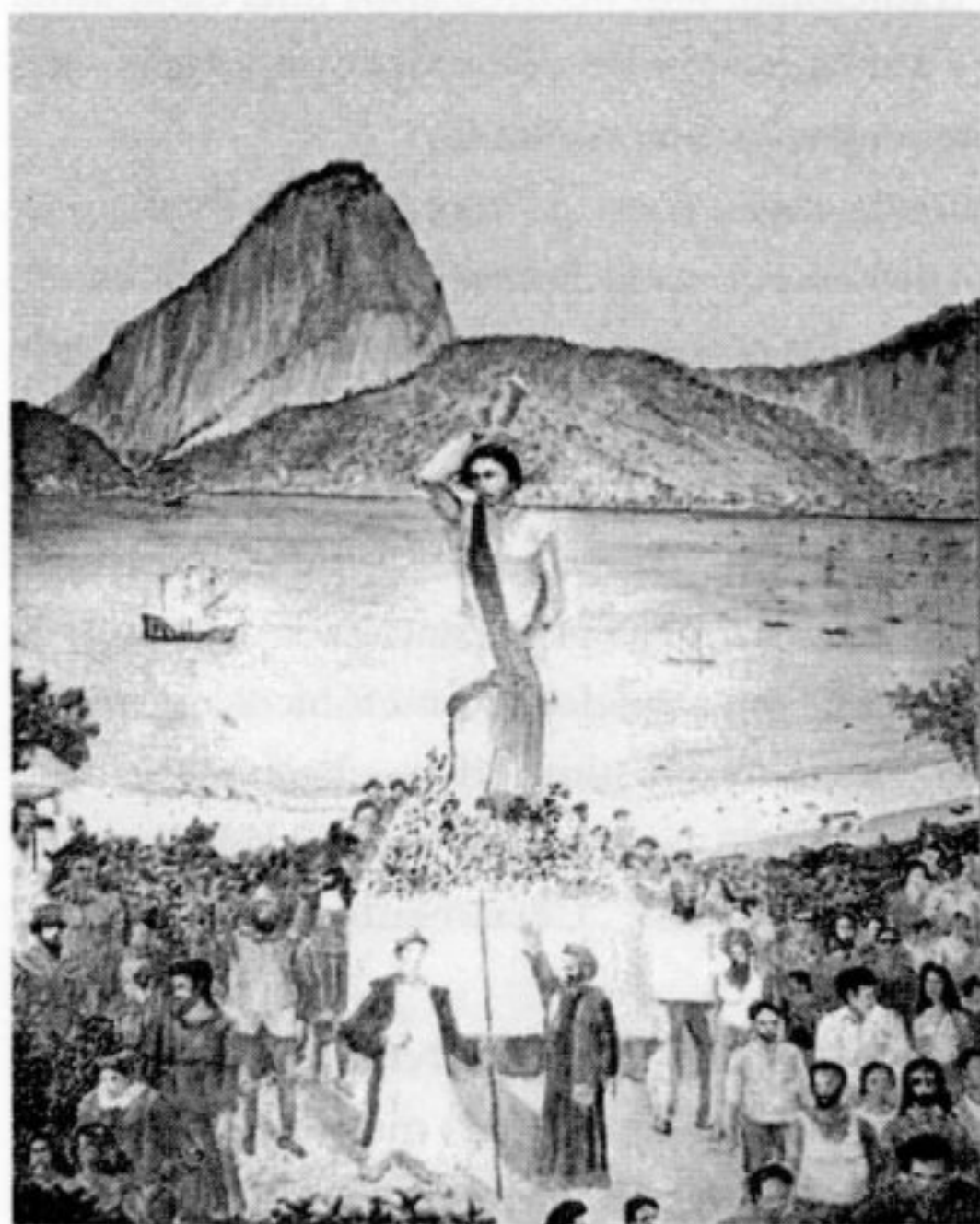


Figura 9 - Rio de Todos os Santos e Todos os Cantos.

Crédito das ilustrações

1. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.
2. Desenho de Chico Veríssimo.
3. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. e notas de S. Millet. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: USP, 1978. Tomo II. p.141.
4. Desenho de Chico Veríssimo.
5. Composição de duas imagens extraídas de SANTOS, Afonso Carlos Marques dos (org). *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMC, 1983. P.321 e VERÍSSIMO, Francisco Salvador, BITTAR, William S. Me ALVAREZ, José M. *Vida urbana: A evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, P.37.
6. MALTA, Augusto. In: *Nosso Século 1900/1910*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. P.17.
7. BRASIL, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro. Uma cidade no tempo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. P.88.
8. Idem. P. 130.
9. Aquarela de Chico Veríssimo.

Notas

1. Padre Fernão Cardim, apud LAMEGO, Alberto. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 2.ed., 1948. P. 368.
2. Referimo-nos aqui à prática de atirar urinóis e outros recipientes pela janela, diretamente à via pública, desde que precedido pelo aviso adequado.
3. ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. P. 178.
4. Trecho de *Mestre Sala dos Mares*, composição de João Bosco e Aldyr Blanc de 1975, em sua versão original.
5. Trecho de *O Bonde São Januário*, composição de Wilson Batista e Aaulfo Alves, gravada por Ciro Monteiro em 1941.
6. Alusão à letra de *O Trem atrasou*, composição de Artur Villarinho, Estanislau Silva e Paquito, gravada por Roberto Paiva em 1941
7. Título da música *Copacabana*, composição de João de Barro e Alberto Ribeiro, gravada Dick Farney em 1946.
8. Alusão à música *Kátia Flávia (Godiva de Irajá)*, composta por Carlos Laufer e Fausto Fawcett e gravada por Fernanda Abreu. In: *Rain X*, FMI, 1997.
9. Alusão à música *Presidente Bossa-nova*, composta e gravada por Juca Chaves, em

1958, e que chegou a ser proibida pela censura, mas depois liberada pelo próprio presidente.

10. Trecho da música *Cidade Maravilhosa*, de André Filho, 1934, que se tornou hino da cidade do Rio de Janeiro conforme Lei n.5, de 25.08.1960 e Lei n.488, de 27.10.1964.

11. Trecho da música *Comunicação*, composta por Edson Alencar e Helio Matheus e gravada por Elis Regina. In: *Em pleno Verão*. Philips, 1970.

12. CALVINO, Ítalo. *As Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, P. 30.

13. Trecho de "*Valsa de uma cidade*" composta por Ismael Netto e Antonio Maria.

**A cidade do Rio de Janeiro e a
transição Império - República**
A visão de Machado de Assis em “Esaú e Jacó”

Lincoln de Araújo Santos

Nota biográfica

Lincoln de Araújo Santos, 39 anos, é graduado em História e Pedagogia pela UERJ, e pós-graduado em Planejamento e Administração Educacional, também pela UERJ. Mestre em Educação Brasileira pela UFF, desenvolveu pesquisa sobre federalismo brasileiro e descentralização do ensino no sistema estadual de educação do Rio de Janeiro.

Foi Secretário Municipal de Educação e Cultura de Nilópolis, na Baixada Fluminense, em 1993, tendo ainda exercido a função de conselheiro no Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro em 1994, representando a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RJ).

Atuou como Subsecretário de Estado de Educação (SEE/RJ), de janeiro a outubro de 1999, no governo Garotinho/Benedita. Atualmente exerce a função de Subsecretário Municipal da Secretaria de Educação da cidade de Niterói, além de membro do Conselho Diretor da Universidade Metodista de Piracicaba (IEP/UNIMEP/SP) e de professor auxiliar nas disciplinas de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil, nas Faculdades Integradas Bennett.

Resumo

A cidade do Rio de Janeiro e a transição Império – República

A visão de Machado de Assis em “Esaú e Jacó”

Lincoln de Araújo Santos

Perceber os olhares para a cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX, compondo o quadro da crises sócio-institucionais do período, e ressaltando, a partir da obra machadiana “Esaú e Jacó”, o cotidiano do homem comum, bem como o impacto de um novo modelo político sobre o mesmo (com a transição entre a monarquia e a república), é o principal objetivo deste artigo.

A obra “Esaú e Jacó” estabelece um panorama do Rio de Janeiro, retratando a passagem das formas de governo, o comportamento das elites cariocas diante da crise monárquica e as tentativas de adaptação ao novo tempo.

O texto relaciona história e literatura, buscando reconhecer o processo histórico a partir de uma construção fictícia, tendo em vista que esta é uma fonte documental de época, uma crônica que demarca o homem do seu tempo, no seu ambiente cultural, com seus hábitos e costumes.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; Machado de Assis, Joaquim Maria; Brasil, Monarquia; Brasil, República; século XIX; “Esaú e Jacó”, romance.

Perceber os olhares para a cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX, compondo o quadro da crises sócio-institucionais do período, e ressaltando, a partir da obra machadiana, o cotidiano do homem comum, bem como o impacto de um novo modelo político sobre o mesmo (com a transição entre a monarquia e a república) será o principal objetivo deste artigo.

A obra de Machado de Assis, que ora se apresenta, retrata um panorama conjuntural da cidade do Rio de Janeiro, tendo ao fundo dois elementos fundamentais que vão sustentar o romance: a passagem das formas de governo, e como a sociedade da época e seus atores receberão o ensejo republicano, obviamente como um “corpo estranho” aos padrões sócio-comportamentais consolidados no período imperial.

“Esaú e Jacó”, texto de 1904, estabelece um panorama da cidade, demonstrando como as elites cariocas vão se comportar diante da crise monárquica e as tentativas de adaptação ao novo tempo. Machado de Assis, dentro de sua narrativa, constrói uma rede de relações, apresentando-se no contexto social elementos como a religião oficial e as práticas religiosas pagãs, assim como a tentativa de famílias de continuar na dependência do Estado monárquico através da conquista de emprego e da obtenção de favores na burocracia, além do *glamour* decadente das corporações da monarquia, com suas festas e concepções de mundo.

Relacionar história e literatura é uma possibilidade concreta na busca de reconhecer o processo histórico a partir de uma construção fictícia, sendo esta uma fonte documental de época, uma crônica que demarca o homem do seu tempo, no seu ambiente cultural, com seus hábitos e costumes. Caberá considerar o olhar do autor, seu estilo literário e como o mesmo observará a sociedade, considerando o movimento do homem, da política e das relações sociais.

Evidenciaremos no romance a crise institucional brasileira, enfocando como se manifesta, entre os diálogos e observações de Assis, a passagem monarquia-república, e como as pessoas comuns pelas ruas do Rio de Janeiro puderam perceber (ou não) o golpe intra-elites.

“Esaú e Jacó” é uma verdadeira crônica da cidade do Rio de Janeiro, retratando as pessoas, as idéias e expressões, a arquitetura indefinida da

capital do país a própria política incerta. Reconstruir cada personagem machadiano contrapondo-se à representação histórico-ideológica em seu contexto será, na produção deste texto, a tentativa de desvelar o “não-dito”, mas corroborado pela história.

Historiografia, literatura e estilo em Machado de Assis

(...) mas o tempo é um tecido invisível em que se pode abordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo (...)¹

Se falamos em estudar as “atitudes mentais” dos personagens de Machado de Assis e o cenário histórico-político da cidade do Rio de Janeiro na transição Império-República, cabe destacar que trataremos o conceito de ideologia, conforme propõe Althusser, “num sistema de representações dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma dada sociedade”. A ideologia, como conjunto de símbolos e representações, é inserida na obra de Machado de Assis em um contexto de crise dos paradigmas socioculturais, tão marcante em “Esaú e Jacó”. A ideologia em crise, na transição institucional brasileira reflete-se no conflito dos personagens e em suas expressões diante do advento republicano.

Aproximar história e literatura será a tentativa de se reconhecer no texto machadiano as questões que se manifestam no tempo histórico de seu romance. Cuidar da literatura como problema histórico, explorando e analisando seus efeitos, determina o princípio desta aproximação. Chalhoub e Pereira elaboram com precisão o objeto de estudo, enfocando a relação entre história e literatura:

(...) a proposta é historicizar a obra literária - seja ela conto, crônica, poesia ou romance -, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social.³

Neste complexo campo de articulação entre análise histórica e romance propõe-se uma questão: *seria, pois, a ficção uma fonte de um testemunho histórico?* Para Chalhoub e Pereira, quatro princípios delimitariam o caminho do historiador no confronto com a obra ficcional: primeiro, esclarecer a especificidade de

cada testemunho, descobrindo as condições da produção literária; segundo, identificar as intenções do sujeito e as relações daquilo que diz e o real; terceiro, desvendar o testemunho do sujeito na obscuridade do “não dito”; e quarto, investigar as interpretações da obra do autor⁴. Sendo assim, cabe cercar a literatura em sua temporalidade e dos seres viventes da história.

Cabe ainda pensar no contexto histórico da transição dos séculos XIX e XX e nas transformações estruturais que marcam o processo, que, como afirma Sevcenko, serão registradas pela literatura e que, dialeticamente, vão interferir na produção literária deste tempo⁵. O autor afirma ainda que a criação literária do período estará vinculada, efetivamente, à própria epiderme da história brasileira. Profissionais liberais, em uma atuação cívica, assumiriam diante dos seus textos uma perspectiva de registrarem os valores éticos e sociais, assim como os comportamentos do homem e sua vida cotidiana. O ofício do escritor, seja ele o historiador ou o romancista, é mesclado numa relação contraditória, onde história e literatura confundem-se, mas sem perder as suas especificidades:

(...) Dessa forma, lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem faz história fazendo literatura. A forma diferenciada pela qual cada autor se comporta diante de um mesmo cenário, glosando um mesmo tema, testemunha profunda de quadros mentais traduzida em linguagem literária.⁶

O conjunto da obra de Machado de Assis representa, em sua trajetória, traços estilísticos singulares de uma “ironia equilibrada”, transitando entre o romantismo e o perfeccionismo na idealização psicológica dos seus personagens, na identificação de costumes e no registro preciso da esfera social. O estilo em Machado de Assis, temática importante sobre a estética literária, terá uma forte marca com o tempo histórico - elemento encontrado constantemente em seus textos. O historiador Peter Gay ressalta esta relação entre o escritor, o tempo e o estilo:

(...) um embate subjetivo entre um homem de letras e o passado, o qual ele remodela com sua visão pessoal e relata daquela maneira idiossincrática a que damos o nome de estilo.⁷

O autor de “Esaú e Jacó” foi um vivo observador da formação social do Brasil, e sua noção própria diante da história é comprovada na produção jornalística: a crítica literária registrou certa vez que “(...) se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país (...)”⁸

Mas como encontrar o “espírito” machadiano no contexto de suas características em “Esaú e Jacó”? Esta questão nos acompanhará no desenvolvimento deste artigo, na possível construção de um Rio de Janeiro e de seu povo, e na passagem institucional que reorientará a caminhada política do Brasil.

Crise institucional monárquica e o contexto da obra machadiana.

(...) o tempo é um rato roedor das cousas, que as diminui ou altera no sentido de lhes dar outro aspecto (...)

O texto machadiano retrata o conflito entre irmãos, a disputa entre estes por um grande amor, sendo que o desejo pela conquista, a arte da sedução, o jogo de cumplicidades no triângulo romântico servirá, na verdade, como elemento singular num contexto mais amplo das relações sociais cotidianas da cidade, da política em transição e das angústias humanas na instabilidade institucional. Este romance encontra-se situado na história brasileira tendo como ambiente e cenário o Estado, a Sociedade e a falência monárquica.

Na estrutura da obra “Esaú e Jacó” identifica-se o que Ilmar Rohloff Mattos expressa como características do Segundo Reinado e da Cidade: três mundos serão considerados, o do Governo, o do Trabalho e o da Desordem, “mundos” estes que encontraremos no enredo de Machado de Assis. A “boa sociedade” constituía, segundo Ilmar, o mundo do governo, o povo-político, a elite responsável em ordenar o conjunto da trama social¹⁰.

Em Machado de Assis, o mundo do governo encontra-se representado nas famílias que compõem o enredo do romance. A família Batista (Flora e os pais) marca uma classe dominante monárquica, fútil, sem a “pragmaticidade” republicana diante da política, e apegada às funções públicas oferecidas pelo Estado imperial¹¹. Os pais dos gêmeos, no seu ambiente familiar, demonstrarão a cultura do “mundo do governo”: o Sr. Santos, personagem pouco

definido na obra, é o banqueiro que vive para os negócios, alheio às interferências políticas na cidade.

O “mundo do trabalho”, segundo Ilmar, seria composto pelos escravos negros, atores presentes “(...) no dia-a-dia da vida das fazendas, nos núcleos urbanos e na sociedade como um todo”¹². Tal concepção sobre o escravo e o trabalho permeia todo o texto machadiano, sendo que a crítica sutil ao escravismo é um traço presente em todo o roteiro de “Esaú e Jacó”.

O “mundo da desordem”, é caracterizado por Mattos como uma “massa de homens livres e pobres (...) e que povoavam as mentes e escritos dos cronistas, autoridades governamentais e demais componentes da ‘boa sociedade’ (...) predominantemente mestiços e negros, estes quase sempre escravos que haviam obtido alforria (...)”¹³. Este “mundo” é inscrito em “Esaú e Jacó” na identificação de uma cidade do Rio de Janeiro dual, no entrelaçamento de culturas: a “oficial” - do “mundo do governo” - e a do senso comum - a popular - que emergiria da cidade marginal, do morro, das ruas apertadas do centro urbano, do jogo explícito entre o rito católico-romano e a magia (“coisas futuras”)¹⁴, o sagrado e o profano, numa cumplicidade mística. O “mundo da desordem” é a arena do meio urbano que se manifesta com clareza em Machado de Assis.

Cabe, pois, ressaltar que os três mundos discutidos por Mattos devem ser entendidos como esferas que se interpenetram, constituindo o perfil social do Segundo Império. No contexto político-social, tais “mundos” encontram-se em uma crise na qual suas instituições iriam fragilizar o regime e seus princípios de ordem. O exército, a igreja católica, as classes dominantes rurais e urbanas (os intelectuais) determinavam um quadro de transição da sociedade brasileira. Nas bases econômicas nacionais, a passagem do trabalho escravista para uma tênue sociedade liberal-capitalista, compondo novas forças produtivas, vai desencadear movimentos libertários e de reformas no sistema político brasileiro.

Vale, pois, destacar a observação de Murilo de Carvalho na constatação dos “ventos” republicanos no Brasil:

(...) Acontece que a própria avaliação da Monarquia era condicionada pelas idéias republicanas. A versão jacobina, em particular, tendia a

projetar sobre a Monarquia brasileira os mesmos vícios do *Ancien Regime* francês, por meios comparáveis que fossem as duas realidades. Via-se no Império brasileiro, por exemplo, o atraso, o privilégio, a corrupção (...).¹⁵

A convergência de crises - a econômico-financeira e a política - consolidará os passos para a inauguração do novo regime. A centralidade de “Esaú e Jacó” está no cenário da transição monarquia-república, na visão do homem comum, na experiência da elite nacional e seu comportamento diante dos fatos, no conflito entre irmãos, na própria constituição do Rio de Janeiro urbano e suas contradições sociais. Machado de Assis constrói a trama partindo de uma ótica mais ampla sem perder o controle das micro-relações. Será, pois, esta mobilidade entre o problema institucional brasileiro e o embate entre Pedro e Paulo, além do romance em si, o foco do autor da obra.

O simbolismo de um baile realizado na Ilha Fiscal, no Rio de Janeiro, em homenagem aos oficiais chilenos, ficaria registrado como o da própria decadência imperial - foram mais de 2.000 convidados para um encontro de luxo e muitos exageros. O baile, como lugar da elite monárquica, será identificado por Machado de Assis da seguinte forma:

(...) Não importa; a esquisitona foi ao baile da Ilha Fiscal com a mãe e o pai. Assim também Natividade, o marido e Pedro, assim Aires, assim a demais gente convidada para a grande festa. Foi uma bela idéia do governo, leitor. Dentro e fora, do mar e de terra, era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas, novas para uns, saudosas para outros, e de futuro para todos - ou, quando menos, para a nossa amiga Natividade e para o conservador Batista.¹⁶

A crônica machadiana retrata com detalhes o último baile e expõe o receio das elites quanto às mudanças futuras:

(...) A novidade da festa, da vizinhança do mar, os navios perdidos na sombra, a cidade defronte com os seus lampiões de gás, embaixo e em cima, na praia e nos outeiros, eis aí aspectos novos que a encantavam durante aquelas horas rápidas.¹⁷

Em “Esaú e Jacó”, a crítica ao regime monárquico se expressa no decorrer de todo o romance. Machado, em seu estilo irônico, aproveita o

ensejo do texto e articula com habilidade a fragilidade do Estado e da cultura real:

(...) Era tão bom chegar à província! Tudo anunciado, as visitas a bordo, o desembarque, a posse, os cumprimentos (...). Ver a magistratura, o funcionalismo, a oficialidade, muito calva, muito cabelo branco, a flor da terra, enfim, com as suas cortesias longas e demoradas, todas em ângulo ou em curvas, e os louvores impressos.¹⁸

Através do doutor Aires, Machado de Assis “interfere” na obra. Trata-se do conselheiro dos gêmeos e diplomata, mas, através do personagem, Assis condiciona reflexões, insere-se na trama, não como o condutor dos conflitos, mas como um analista, um observador das relações cotidianas. Assim, através do doutor Aires, identificamos a fala machadiana e sua crítica ácida ao regime. A partir deste personagem, o autor constrói o clima da crise monárquica, insinua o novo modelo político, partindo do olhar das ruas e pessoas. Em “Recuerdos”, capítulo 40, Machado, a partir de Aires, relata a possível mudança no poder:

(...) Estava em casa, de palestra com uma atriz da moda, pessoa chistosa e garrida. De repente, ouviram um clamor grande, vozes tumultuosas, vibrantes, crescentes ...

Que rumor é este, Carmem? Perguntou ele entre duas carícias.

- Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.

- Mas eu ouço aclamações ...

- Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de cumprimentá-lo.¹⁹

Segundo Fragoso e Teixeira da Silva, a monarquia brasileira estaria caracterizada a partir de três elementos: a Unidade, a Centralização e a Baixa Representatividade, compondo um sistema nacional de poder, numa conjugação da elite imperial, do grande comércio e da grande propriedade (cafeicultura fluminense). A forma de governo, uma Monarquia Parlamentarista de quatro poderes - Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário - e o próprio sistema bipartidário acirram a disputa política pelo poder, distante da sociedade, mediante o voto distrital, garantindo uma representatividade dos segmentos dominantes da sociedade:

(...) cabia à Coroa chamar para o exercício do Executivo um dos partidos políticos existentes (o Partido Conservador e o Liberal). Este, uma vez empossado, teria em tese recursos da máquina do Estado para o necessário apoio legislativo. Desta forma ficava invertido o esquema do parlamentarismo clássico: o Legislativo se transformava em uma criação do Executivo, adquirindo a disputa interpartidária uma nova dimensão. Uma das conseqüências de tal sistema é que os partidos “disputavam” entre si não apenas diante da sociedade mas também frente à Coroa.²⁰

Na formação do personagem Batista, Machado expõe criticamente o jogo de Conservadores e Liberais - Saquaremas e Luzias:

(...) E depois não era propriamente conservador, mas Saquarema, como os liberais eram Luzias. (...) E lembrava-se do Visconde de Albuquerque ou de outro Senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que liberal, e vice versa²¹

Será, pois, no ambiente psicológico da família Batista que a análise diante do velho modelo monárquico tomará corpo. A comparação do Segundo Império junto ao perfil de Batista será evidenciado a partir da seguinte frase: “(...) Era alto, e o ar sossegado dava um bom aspecto de governo. Só lhe faltava ação.”²²

A crise institucional é apresentada como pano de fundo do enredo de Machado de Assis. Os detalhes deste processo misturam-se ao entorno do romance, na paisagem urbana carioca e em sua gente - escravos, homens livres, elites inseguras com as possíveis transformações - atores de “Esaú e Jacó” mais até do que os principais personagens. Machado é o escritor-reporter, testemunha e agente nesta história.

O Rio de Janeiro: o cenário e a trama

(...) Que estranhos? Não vou viver com ninguém. Viverei com o Catete, o Largo do Machado, a Praia de Botafogo e a do Flamengo, não falo das pessoas que lá moram, mas das ruas, das casas, dos chafarizes e das lojas (...).²³

O texto de “Esaú e Jacó” ressalta a geografia da cidade do Rio de Janeiro em um período de expansão demográfica e de desenvolvimento econômico. O cotidiano e a cultura urbana são, portanto, elementos que se completam na trama construída por Machado. A cidade do Rio compreende o *glamour* dos bairros nobres, lugar das elites, e o “mundo da desordem”, no morro, na magia, nos “sem trabalho”, como mostram Ilmar de Mattos e José Murilo de Carvalho. A obra machadiana articula com precisão este Rio de Janeiro dual: o de Botafogo - o lugar da ordem, morada da “sociedade de bem” - e o do Morro do Castelo – lugar da população vinculada às “classes perigosas”, como afirma Murilo de Carvalho:

(...) Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (a palavra já existia).²⁴

O primeiro capítulo de “Esaú e Jacó” representa o encontro destes “mundos” que, na verdade, caracterizam a cidade do Rio de Janeiro. Natividade e Perpétua, símbolos de uma “cidade da ordem”, dos bem-vividos, seguem ao encontro do mistério, do lado profano, porém místico, de um povo excluído. O morro é a síntese do Brasil que surge sem o controle de governo, à margem do eixo de poder monárquico-estatal. Machado retrata estes lugares confrontando-os, mesclando-os, como que querendo afirmar que ambos constituem a cidade:

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muito mais nascerá e morrerá sem lá por os pés... Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871. (...) O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às pobres classes.²⁵

A “Cabocla do Castelo” é a vidente que virou referência em consultas para se saber o destino dos gêmeos. Poderosa no morro, controlará a própria polícia, que a respeitava com devoção²⁶. A ambigüidade cidadina fica evidente

no fervor católico da sociedade carioca junto à prática pagã, na magia da Cabocla, uma religiosidade popular, um misto de fé oficial com o misticismo popularesco, mistura de um espiritismo mulato de cunho africano.

O relato machadiano da subida de Natividade e Perpétua ao morro demonstra o quadro social representativo da cidade. O movimento da manhã trazendo homens, mulheres, crianças, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre²⁷... - elementos que vão compor a paisagem social do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Este contexto se completa com o trabalho do escravo urbano, sobre o qual Marilene Rosa destaca:

Nesta cidade, os escravos circulavam por todos os cantos, dedicando-se a várias atividades, quer fossem escravos domésticos encarregados de pequenas compras ou recados para seus senhores, alugados a negociantes, ou mesmo escravos empregados ao ganho por seus proprietários.²⁸

O escravismo brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, será adaptado aos seus mecanismos de controle, e os elementos da cultura urbana serão incorporados, construindo, assim, um sistema de dominação com peculiaridades surgidas das contradições sociais. O “mundo da ordem”, o Estado, será o regulador deste escravo de serviços²⁹ na dinâmica urbana.

O movimento no Morro do Castelo demonstra o crescimento populacional na década que precedeu a República. Entre os anos de 1872 e 1890, o salto no fluxo populacional da cidade foi de 266 mil para 522 mil. Para se ter uma idéia, só no ano de 1891 entraram 166.321 habitantes³⁰.

No segundo capítulo, “A esmola da felicidade”, Assis contrapõe a religiosidade popular-marginal do Morro do Castelo com o catolicismo oficial, porém adaptado ao ambiente místico, resultado das relações multi-sociais. Afinal, a cidade era o porto, espaço livre para a chegada de experiências culturais de toda a parte. Ao receber a doação, o irmão das almas (“um pobre diabo sem mais ofício que a devoção”)³¹ agradece fervorosamente o ato de bondade de “dous mil-réis”, mesmo com suspeita de ser uma nota falsa.

A alegria de Perpétua e Natividade pelas visões da Cabocla trarão resposta e compensação ao irmão das almas, responsável por levar doações à

igreja. A caminho da igreja, este “pobre-diabo” cria a sua própria liturgia – é quando Assis, de forma ímpar, desvela a ética da cidade e dos costumes, nas possíveis “quebras” dos paradigmas da civilização do Velho Mundo. Este personagem verifica a validade da nota, esconde-a ao entrar na igreja, entrega a bacia ao sacristão como que expressasse alívio e o dever cumprido, verificando-se a presença da ironia machadiana no seguinte trecho:

(...) ouviu uma voz débil como de almas remotas que lhe perguntavam se os dous mil-réis (...). Os dous mil-réis, dizia outra voz menos débil, eram naturalmente dele, que, em primeiro lugar, também tinha alma, e, em segundo lugar, não recebera nunca tão grande esmola.³²

Ao fim de sua trajetória, na purgação de suas angústias no que lhes restava de culpa por não deixar a maior fração da esmola à Santa Igreja, o irmão das almas depara-se com um mendigo, talvez olhando seu próprio futuro:

Viu um mendigo que lhe estendia o chapéu roto e sebento; meteu vagarosamente a mão no bolso do colete, também roto, e aventou uma moedinha de cobre que deitou ao chapéu do mendigo, rápido, às escondidas, como quer o Evangelho. Eram dous vinténs; ficavam-lhe mil novecentos e noventa e oito réis. E o mendigo, como ele saísse depressa, mandou lhe atrás estas palavras de agradecimento, patecidas com as suas:

- Deus lhe acrescente, meu senhor, e lhe dê ...³³

Um amor que surge de divergências entre irmãos por uma única musa e a ebulição sócio-política na cidade do Rio de Janeiro são as referências da trama machadiana. A disputa entre os gêmeos Pedro e Paulo pelo amor da bela e superficial Flora, que parece demonstrar um carinho imenso por ambos, caracteriza o romance nas divergências dos irmãos e, como afirmou a Cabocla, as “coisas futuras” - conflitos inaugurados já no ventre materno.

Gêmeos com personalidades fortes e distintas, Pedro e Paulo representarão, cada um, uma determinada visão de mundo. Pedro, um conservador e monarquista e Paulo, progressista e republicano, vão travar debates e viver situações em que as justificativas para a defesa de cada regime serão a

tônica no texto machadiano. O Rio de Janeiro é o cenário deste triângulo amoroso - Pedro, Paulo e Flora - com idas e vindas, nas incertezas da complexidade da existência humana, da política, da própria vida.

Será, pois, mais uma vez através do doutor Aires que Machado de Assis “passeia” pela cidade, nos bairros nobres, nos bairros onde se misturam pessoas de várias raízes, que se completam, na síntese de uma brasilidade inaugurada. Aires é o repórter que transita pelas regiões do Rio de Janeiro. Quando sentia a solidão, partia para bairros excêntricos, ia aos morros e às igrejas velhas, às ruas novas, “a Copacabana e à Tijuca”³⁴; viveria entre o Catete, o Largo do Machado e Flamengo - ruas, casas, chafarizes e lojas, uma paisagem, um traço estilístico de uma cidade que se desenvolvia em contrastes. A solidão de Aires, vivência da urbanidade e que já se manifestava como primícia da modernidade: “Alonguei-me fugindo, e morei entre a gente (...)”³⁵, afirmará o personagem.

Os personagens e a representação da crise institucional brasileira

Que o homem se acostume às leis, vá; que incline o colo à força e ao bel-prazer, vá também; é o que se dá com a planta, quando sopra o vento. Mas que abençoe a força e cumpra as leis sempre, sempre, é violar a liberdade primitiva, a liberdade do velho Adão. Ia assim cogitando o Conselheiro Aires (...).³⁶

Pedro e Paulo, na disputa pelo amor de Flora, e Custódio, com sua “bestialização” diante do evidente quadro político, atores fundamentais para a compreensão da teia composta por Machado de Assis, terão como sombra as mudanças que acontecem no âmbito social e o cotidiano do golpe de estado. Vale, pois, observar os atos, os movimentos de cada personagem e o sentido histórico de cada um no desenvolvimento da trama, no jogo que se estabelece do interior do lar (lugar da “ordem”) para a rua (o espaço da “desordem”).

A disputa entre Pedro e Paulo, o distanciamento de Custódio diante da mudança institucional, o “sono” do cidadão perante o fim do velho regime, serão os indicadores deste capítulo.

Pedro e Paulo: Luiz XVI e Robespierre

A maternidade tem dessas incoerências, a felicidade também, e por fim a esperança, que é a meninice do mundo.³⁷

As previsões místicas da cabocla Bárbara afirmavam que os irmãos já se desentediavam no ventre materno. No contexto histórico, forças contraditórias travavam a luta, uma defendendo sua continuidade, outra a mudança de como se exercia o poder. Pedro e Paulo, Monarquia e República em constante confronto.

As indicações quanto à predileção de cada gêmeo inicia-se na obra na própria apresentação de ambos:

(...) Paulo respondeu:

Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.³⁸

Cresceram em oposição, com modelos políticos ideológicos distintos. O caso da compra dos retratos exemplifica a competição entre os gêmeos em suas posições políticas: Pedro definiu-se pelo retrato de Luís XVI, a Monarquia, o regime, a conservação; já Paulo opta pelo retrato de Robespierre, a subversão, a modernidade, a República.

Fato interessante é a queixa de Pedro ao vendedor das gravuras, que oferece o retrato de Luís XVI mais barato que a figura de Robespierre: “Então o senhor vende mais barato um rei, e um rei mártir?”³⁹ A polêmica dos quadros continua até que o vendedor apresentou-lhes um retrato de D. Pedro I. Pedro recusou por não ter dinheiro para a compra e Paulo disse que não daria “um vintém pela cara de traidores”⁴⁰.

A luta dos retratos chegava ao próprio quarto dos gêmeos:

(...) Como eu rezava por alma de Luiz XVI, etc, para machucar-me bem, rezava a Robespierre; compôs uma ladainha chamando Santo ao outro e cantarolava baixinho para papai nem mamãe ouvissem (...).⁴¹

Se Pedro simboliza a continuidade do regime, a respeitabilidade às instituições monárquicas, Paulo representará o novo, o moderno, a síntese dos movimentos republicanos democráticos fundados na França e Estados

Unidos. Cabe aqui diferenciar os segmentos políticos que vão desencadear o quadro Proclamação da República. Murilo de Carvalho percebe uma divisão de correntes no movimento republicano: a democrática, a jacobina e a sociocrática:

(...) entendendo-se por democrática a posição dos históricos não-positivistas, partidários de uma república representativa à maneira americana (...). Os sociocráticos, ou positivistas, eram inimigos abertos da democracia representativa, para eles característica do estado metafísico da humanidade (...)⁴²

O bairro de Botafogo daria margem às interpretações de Pedro e Paulo. Na visão de Pedro, a enseada seria imperial, sendo que, na observação de Paulo, seria a Veneza republicana, em que o antigo e o moderno se confundem na República francesa e nos Estados Unidos da América⁴³, o que vem confirmar a opção do gêmeo de Pedro pelas correntes democráticas no movimento de proclamação do novo regime.

A abolição será o outro elemento da polêmica entre os modelos ideais. Pedro elogiará a tendência reformista do Império, considerando o ato abolicionista como de justiça, mas para Paulo seria o início da revolução: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o Sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco.”⁴⁴

As posições de Paulo incomodavam a sua família, a disputa entre os gêmeos preocupava os pais e o Conselheiro Aires. O pensar diferente de Paulo, defendendo com veemência posições liberal-democráticas deixavam não só a Pedro, mas a todos preocupados.

O eixo da trama romântica envolve a figura de Flora, que no dizer do Conselheiro Aires, seria uma pessoa confusa, cheia de dúvidas quanto a quem amava. Gostava do ímpeto republicano de Paulo e da moderação monárquica de Pedro. Amava a ambos, porém, duvidava destes sentimentos. Flora era a conquista de poder pelos irmãos, a disputa-síntese de ambos diante de suas convicções políticas. Flora era a República, em Paulo; e Monarquia, em Pedro.

Noite de 14 de novembro, manhã de 15: o susto republicano

A Sonata trazia a sensação da falta absoluta de governo, a anarquia da inocência primitiva naquele recanto do Paraíso que o homem perdeu

por desobediente, e um dia ganhará, quando a perfeição trazer a ordem eterna e única.⁴⁵

Em “Esaú e Jacó”, Machado de Assis registra no olhar da cidade a passagem institucional de modelos políticos que não animavam, no primeiro momento, a participação da sociedade neste momento crucial da vida política brasileira. Deste modo, vale citar a observação de Carone diante do fato:

Falta de participação do povo e inércia das camadas dirigentes monarquistas explicam o resultado feliz da quartelada no Rio de Janeiro; daí a opinião desairosa que sobre o golpe teve a maior parte da imprensa estrangeira, perplexa em face da queda de um monarca reinante há quase cinqüenta anos, quando nada, aparentemente, fazia prever um fim tão inglório. Por outro lado, o que se constata é a segurança com que uma elite de civis e militares toma imediatamente as rédeas do poder e se organiza para governar, mostrando determinação em tornar realidade o seu pensamento.⁴⁶

Sem compreender o que se passava, a sociedade, que deveria ter sido o principal ator no processo republicano, assumia o papel de descompromisso, alheia aos movimentos intra-elites, assistindo sem entender a tomada do poder por militares e intelectuais positivistas.

O autor de “Esaú e Jacó” desenha o quadro do cotidiano da Cidade às vésperas do golpe de Estado afirmando que, na manhã de 15 de novembro, o Rio de Janeiro estava tranqüilo, notando poucas pessoas nas ruas, alguns curiosos discutiam em pequenos grupos a novidade. A crônica machadiana é rica nos pormenores deste cenário singular: falta de povo, tranqüilidade incomum, ressaca de algo inexplicável. Assis chama de novo o seu “alter ego” no relato da primeira manhã republicana:

Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. (...) Ouviu umas das palavras soltas: *Deodoro, batalhões, campo, ministéria*, etc. (...) Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas.⁴⁷ (grifos no original)

O Conselheiro Aires relata, ainda, a manhã do dia 15 em conversa com o cocheiro. No diálogo, dois elementos importantes invocam a novidade. Para o cocheiro, a informação era a de que uma revolução acontecia (ouviu dizer...); e há ainda a opinião de um homem que, assustado, contava algumas confusões que aconteciam na Rua dos Inválidos.

O texto retrata, obviamente, o descolamento do todo social do “mundo da ordem” - do fato que viria a definir os caminhos da organização política e social. O dilema republicano no Brasil consolida-se na omissão dos atores que seriam fundamentais como base de um regime democrático e participativo. A observação de Renato Lessa determina o vazio do centro de poder na manhã republicana:

O Brasil acordou sem Poder Moderador. (...) Isto é, sem ter qualquer resposta institucional a respeito de si mesmo: quem faz parte da comunidade política, como serão as relações entre polis e demos, entre o poder central e as províncias, como se organizarão os partidos e se definirão as identidades políticas. Enfim, sobre quem deverá mandar, pois como disse Sílvio Romero: ‘A questão toda hoje no Brasil é saber com que patrão se há de estar.’⁴⁸

Aires, em seu moderado pensamento político, considerava que a crise monárquica resultaria em um novo gabinete, mas o “sono dos cidadãos”⁴⁹ criou um clima de dúvidas. Machado de Assis relata assim os primeiros dias do acontecimento: “Ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas sabiam que era um fato.”⁵⁰

O panorama brasileiro no final do século XIX retrata a incerteza e a incredulidade na forma de governo que se apresentava como imposição das elites militares positivistas. No capítulo 67, Paulo tenta participar pelas ruas do regime que nascia. O paradigma republicano fugia à lógica libertária do irmão de Pedro: “propôs cantarem a Marselhesa; os outros não quiseram ir tão longe (...)”.⁵¹ O movimento de inspiração francesa era muito mais um desejo romântico de alguns poucos para a democracia republicana⁵². O fato em si predeterminava um Estado forte, centralizador, autoritário. Modelo comtiano de República autoritária, símbolo do Terceiro Estado positivista.

O sono do cidadão, cúmplice obscuro de uma República militar-positivista, seu descompromisso com a dinâmica de participação social, re-

presentam, na fala de Paulo, a lógica absurda da exclusão do indivíduo: “Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela cousa?”⁵³

Custódio: um “bestializado” na República inaugurada

Vossa Excelência crê que, se ficar “Império”, venham quebrar-me as vidraças?⁵⁴

A República, bem como a abolição da escravatura, fora resultado da nova conjuntura nacional: o processo de mudanças que deslocava o poder dos proprietários escravistas, em contrapartida à ascensão de uma burguesia agrocafeira.

O que se destaca na obra de Machado de Assis é o traço de personalidade, de perfil explícito diante da construção de um personagem. Para isto, a figura de Custódio representará esta “bestialização” diante dos processos políticos inaugurados ao ensejo republicano.

A República proclamada reduzia-se às preocupações privadas de Custódio. O seu problema pessoal, naquele momento, tinha uma dimensão maior que uma revolução ou qualquer movimento. O caso era comercial: uma nova tabuleta para a sua confeitaria, com o título tradicional - “Confeitaria do Império”. Aí encontrava-se o impasse: como manter o título original com o advento republicano? Afinal de contas, suas preocupações não tinham o interesse de estimular a polêmica entre os regimes, mas garantir a frequência em seu estabelecimento.

O fato vem demonstrar o distanciamento do processo no cotidiano da cidade, que se exemplifica no diálogo travado entre o proprietário da confeitaria e o empregado:

Quando o portador trouxe a notícia de que a tabuleta estava pronta.

Você viu-a pronta?

- Vi, Patrão.

- Tinha escrito o nome antigo?

- Tinha, sim, senhor. “Confeitaria do Império.”⁵⁵

O susto e o desagravo de Custódio ficam evidentes; suas preocupações também.

Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete (...).⁵⁶

O dilema de Custódio é tratado com a qualidade irônica machadiana, ao pensar nos títulos que pudessem substituir o termo “Do Império”. Aires, mais uma vez, entra em cena: apresenta sugestões, propõe alternativas. O que importava, naquele momento, não era o contexto de conspiração positivista, ou a nova composição governamental, mas sim Custódio e sua dúvida comercial-existencial: manter os termos da tabuleta, insistindo em dar publicidade ao regime decadente, ou reinaugurar a tabuleta considerando os novos tempos? Machado identifica com perfeição este homem, que só desejava “tocar” os negócios: “Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública.”⁵⁷

Aires sugere alguns títulos: Confeitaria da República, Confeitaria do Governo – “Tanto serve para um regimen como para outro”⁵⁸ - Império das Leis, Confeitaria do Catete, Confeitaria do Custódio... Termos que, de uma forma ou outra, comprometiam o proprietário da doceria que somente queria, na verdade, continuar a viver de forma pacata e sem aborrecimentos com o seu negócio.

Na verdade, o autor explicita, no caso de Custódio, duas vertentes do dilema social da época: a primeira, o próprio fato da República ser imposta de tal forma que o homem comum, nos seus officios diários, tem uma vaga noção do novo modelo político, e está alheio aos movimentos efetivos de transformação do regime; a segunda, a significativa quebra dos símbolos monárquicos, construídos culturalmente no contexto social.

A tabuleta da confeitaria representa o fim de todo o conjunto ideológico monárquico, que seria substituído - ou imposto - pelas novas relações políticas. Custódio representará a transição dos símbolos e dos costumes republicanos. José Murilo de Carvalho ressalta o papel ideológico do novo regime na tentativa de se hegemonizar culturalmente:

(...) houve entre nós batalha de símbolos e alegorias, parte integrante das batalhas ideológica e política. Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos.⁵⁹

A articulação de um novo imaginário social é trabalho de legitimação de qualquer regime político que se inaugure. É por meio do imaginário coletivo que as pessoas são tocadas - em seus sentimentos, aspirações, medos e incertezas. A República do Brasil atuou eficientemente neste projeto de consolidação no centro de poder do país.

Machado de Assis e o dilema republicano

Paulo, meio tonto, temia alguma traição sobre a madrugada. Pedro tinha uma idéia vaga de restauração, e contava ler nas folhas um decreto imperial de anistia. Nem traição nem decreto. A esperança e o receio fugiram deste mundo (...).⁶⁰

“Esaú e Jacó” relata o que chamamos de dilema da sociedade brasileira, um vazio de poder e a indefinição de um modelo político que pudesse compor um produto da participação e construção da cidadania. Trata-se de uma crônica da cidade que evidencia os contrastes entre o jogo de poder e o cotidiano dos homens, e reflete como as rearticulações institucionais aconteceram, com a omissão popular (um “sono dos cidadãos”) diante da República inaugurada. Os símbolos monárquicos em crise e as incertezas quanto ao que viria estarão presentes na personalidade de cada personagem; o baile da Ilha Fiscal, ícone do *glamour* do período monárquico, é relatado com nostalgia e com dose fortemente irônica, já considerando-se a decadência da improdutiva elite imperial.

Por outro lado, o significado machadiano de República, mesmo com as contradições do seu surgimento, é demonstrado pelo seu ambiente de desenvolvimento urbano e econômico:

Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos. (...) Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas.⁶¹

Tratava-se da inauguração de um regime que seria marcado historicamente por intervenções do Estado na “ordem pública”, interrompendo o avanço cidadão.

A dúvida crucial de Flora não significará somente a escolha do mais belo (eram idênticos) ou o de melhor caráter. A dúvida de Flora é o dilema da sociedade brasileira na escolha indefinida entre duas formas de governo, a monarquia preexistente e a desconhecida e por isso temida república.

Pedro e Paulo são a síntese do dilema social brasileiro: Monarquia ou República? O jogo político se constrói na teia amorosa dos jovens, nas perspectivas familiares, no cotidiano de personagens comuns como o indivíduo carioca na transição republicana, desde o final da década de 1860, aos primeiros anos da “entropia republicana”⁶². Na cidade, se estabelece a convivência entre os amores, o poder, e, simplesmente, a vida.

Todo o romance é construído na perspectiva de fatos trágicos intrínsecos à obra. Flora falece por doença desconhecida, trazendo profunda tristeza para os gêmeos. A tragédia da morte da musa de Pedro e Paulo extrapola simples questão amorosa, fio condutor do enredo. A morte de Flora é o símbolo da República brasileira que nasceu sem vida, com mais impasses do que certezas, e que se inaugurou sob a proteção autoritária dos militares, afastando as utopias libertárias de movimentos cujas referências viriam da América e da Europa. A tragédia está numa República sem povo, que nasce contraditoriamente morta, ao sono do cidadão carioca.

Vale destacar, ainda, a fala de Olavo Bilac, em homenagem àquele que foi o fundador da Academia Brasileira de Letras, e, principalmente, o escritor que identificou a alma carioca e o sentido de ser do brasileiro:

Não vos sucedemos apenas: também vos continuamos; mudam-se os nomes, mas fica o ideal que os encadeia.⁶³

O ideal de um país construído, e não inventado...

Notas

1. ASSIS, Machado de. *Essa e Jacó*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995. Capítulo 12.
2. DUBY, Georges. “História social e ideologias das sociedades.” In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (orgs.). *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995. P.132.
3. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada: Capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P. 7.
4. Idem. *Op. cit.* P. 8.
5. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995. P.237.
6. Idem. P. 241.

7. GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P.30.
8. Machado de Assis apud CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *Op. cit.* P. 8.
9. ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó... *Op. cit.* Capítulo 21.
10. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: A formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2ª. ed., 1990. P. 117.
11. Cf. ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó ..., *Op. cit.*, Capítulo 30.
12. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. cit.* P. 118.
13. Ibidem.
14. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 1.
15. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 26.
16. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 48.
17. Ibidem.
18. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 30.
19. Idem. Capítulo 40.
20. FRAGOSO, João Luiz, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A política no Império e no início da Velha República." In: LINHARES, Maria Yeda (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. P. 180.
21. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 47.
22. Idem. Capítulo 30.
23. Idem. Capítulo 32.
24. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 18.
25. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 1.
26. Idem. Capítulo 8.
27. Idem. Capítulo 1.
28. SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: A nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC, 1988. P. 31.
29. Cf. ASSIS, Machado de. *Op. cit.*, Capítulo 1. Citação do autor para "homens e mulheres".
30. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados ...*, *Op. cit.* P. 16.
31. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 3.
32. Ibidem.
33. Ibid.
34. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 33.
35. Ibidem.
36. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 39.
37. Idem. Capítulo 7.

38. Idem. Capítulo 23.
39. Idem. Capítulo 24.
40. Ibidem.
41. Ibid.
42. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas..., *Op. cit.* P. 41. Do mesmo modo, os jacobinos seriam os propagandistas mais intimamente ligados aos "Clubes" republicanos da capital imperial, liderados por Lopes Trovão e Silva Jardim e mantidos quase que totalmente à margem do golpe de 15 de novembro; após a instalação da República, são rapidamente neutralizados pelas demais facções republicanas (Cf. especialmente capítulo 1).
43. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 36.
44. Idem. Capítulo 37.
45. Idem. Capítulo 69.
46. CARONE, Edgar. *A república velha: Evolução política*. São Paulo: DIFEL, 2ª. ed. 1974. P. 7.
47. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 60.
48. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. P. 46.
49. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 66.
50. Ibidem.
51. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 67.
52. Cf. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas ... *Op. cit.*, capítulo 1.
53. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 67.
54. Idem. Capítulo 63.
55. Idem. Capítulo 62.
56. Ibidem.
57. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 63.
58. Ibidem.
59. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas... *Op. cit.* P. 10.
60. ASSIS, Machado de. *Op. cit.* Capítulo 68.
61. Idem. Capítulo 73.
62. Cf. LESSA, Renato. A invenção republicana ... *Op. cit.*
63. BILAC, Olavo. *Revista*. Introdução, P. 12.

Espaço e lugar: o Rio de Janeiro e o Méier

Luiz Edmundo Tavares

Nota biográfica

Luiz Edmundo Tavares é licenciado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ. Professor assistente do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atua nas áreas de História do Brasil e História do Rio de Janeiro, especialmente no estudo sobre período colonial. Participa também da diretoria da ASDUERJ (Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), seção sindical do ANDES. Publicou artigos em revistas, seguindo sempre a temática acerca da história do Rio de Janeiro, destacando-se, entre outros: *O Porto do Rio de Janeiro: reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVI*, *Subúrbio: A "(In)Previsão"* e *Influência Portuguesa no Rio de Janeiro de Ontem e de Hoje*. Atualmente é o editor da Revista ADVIR, da ASDUERJ, cujo número 17, que tem como tema central a cidade do Rio de Janeiro, foi lançado em agosto de 2003.

Resumo

Espaço e lugar: O Rio de Janeiro e o Méier

Luiz Edmundo Tavares

A cidade do Rio de Janeiro teve seu desenvolvimento intimamente relacionado ao porto desde o século XVI. A posição estratégica da Baía da Guanabara, extensa e profunda, abrigada de ventos fortes e tempestades, foi fundamental para a vocação comercial do Rio de Janeiro ao longo dos séculos. Desde o século XVII, a cidade "feudo dos Sás", contribuiu para que Portugal recebesse os benefícios do Brasil e de Angola, principalmente nos setecentos, após a crise da Restauração de 1640. Na época, a figura mais notória do Rio de Janeiro era Salvador Corteia de Sá e Benevides, que com suas múltiplas atividades controlava a economia carioca. Mais tarde, com a mineração e a transferência da corte portuguesa, o Rio consolidou-se como principal cidade do Brasil. Seu crescimento urbano e demográfico foi notável e para isso contribuíram sensivelmente as freguesias rurais, com destaque especial para a região da antiga freguesia do Engenho Novo, cabendo peculiar atenção para a área atualmente denominada "Grande Méier".

PALAVRAS-CHAVE: Guanabara, Rio de Janeiro, subúrbio, Méier, História.

Pus, finalmente, os pés onde murmura
O plácido Janciro, em cuja areia
Jazia entre delícias, a temura...

Bocage

A cidade

Quando, em 1567, foi instalada a cidade do Rio de Janeiro no Morro do Descanso, a região da baía da Guanabara já era conhecida e apreciada, já tendo sido, inclusive, ocupada pelos franceses uma ocupação por 12 anos (1555 – 1567).

Martim Afonso de Souza, comandante da expedição que veio constatar a veracidade das notícias segundo as quais o sul do Brasil era rico em minerais preciosos, sem êxito na empreitada, já havia experimentado os bons ares da baía da Guanabara, assim como outros portugueses, espanhóis e franceses, principalmente. O local era excelente refúgio para embarcações no Atlântico Sul, conforme descreve Corvino Medeiros dos Santos:

(...) ampla e ao mesmo tempo abrigada, pois tem sua barra estreita entre a ponta de São João e a de Santa Cruz, saliências que mais se aproximam com uma distância de 1600m. No interior a largura da baía chega a 28Km. O perímetro total é superior a 130Km e sua área, incluindo a parte ocupada pelas ilhas, chega a 412Km².¹

Nicolas Barré, participante da esquadra francesa que invadiu o Rio de Janeiro em 1555, em correspondência enviada à Paris, em fevereiro de 1556, também descreveu a baía da Guanabara com alguma exatidão, assinalando:

No dia 10 de novembro, chegamos ao rio Guanabara, rio que mais parece um lago. O local encontra-se exatamente sob o trópico de Capricórnio. (...) A baía é bela e fácil de fixar na memória, pois sua entrada é estreita e fechada de ambos os lados por duas altas montanhas. No meio da dita entrada (que tem cerca de meia légua), há uma rocha, com mais ou menos 100 pés de comprimento e 60 de largura (...) O referido rio é tão espaçoso que todos os navios do mundo pode-

riam aí ancorar com segurança; sua superfície é cheia de belas ilhas, todas cobertas de verdes bosques (...).²

Mais tarde, em 1649, era o poeta inglês Richard Flecknoe quem se entusiasmava com a baía. Ele descreve:

A entrada da baía é ladeada por dois grandes rochedos, separados um do outro por algumas milhas; um deles é denominado Pão de Açúcar. Ao avançarmos para além do forte que defende a baía, deparamos com a mais sedutora paisagem do mundo: um lago, com umas 20 milhas de extensão, todo salpicado de ilhas verdejantes de diversos tamanhos. À esquerda, a umas três milhas do forte, num local onde a baía oferece segurança para a ancoragem de milhares de naus, foi edificada a cidade (...).³

Com um recôncavo fértil e bem drenado por numerosos cursos d'água, proliferaram no local os portos que deram suporte à economia carioca. Ainda em 1565, ano do desembarque militar de Estácio de Sá, foi doada uma sesmaria à Companhia de Jesus “para que estabelecesse seu Colégio – abrangia desde a parte alta do rio Iguaçu até uma tapera chamada Inhaum (Inhaúma).”⁴

Coube a Alberto Lamago sinalizar a influência da baía da Guanabara no crescimento da cidade, ao enfatizar o papel dos rios, quando registrou :

(...) pelas águas do Meriti, do Satapuá, do Iguaçu, do Pilar, do Saracuruna, do Guapemirim, do Suruí, do Magé, do Inhomirim, do Macacu e do Guaxindiba é que foram subindo os desbravadores. Ao longo de suas margens é que se foram alinhando os engenhos e as fazendas.⁵

O Rio, mercê da sua localização estratégica privilegiada e das demais condições positivas, tornou-se fundamental no que diz respeito ao acolhimento das embarcações que demandavam ao Oriente, a Angola, ao Prata e ao Pacífico, facilitando e encurtando as viagens.

A soma de todos esses fatores demonstra o acerto da escolha do sítio onde foi erguida a futura capital do Brasil, no Morro do Descanso, por Mem de Sá, em 1567. O próprio governador, citado pelo mestre Eduardo Canabrava Barreiros, relata a sua preferência.

(...) escolhi um sítio que parecia mais conveniente, para edificar nêle a cidade do Rio de Janeiro o qual sítio era de um grande mato espeço cheio de muitas árvores grossas em que se levou asaz de trabalho em as cortar alimpar o dito sítio e edificar uma cidade grande cercada de um muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia.⁶

Durante os três primeiros séculos, o Rio de Janeiro experimentou maiores dificuldades na sua expansão para a várzea, limitado geograficamente a um quadrilátero irregular cujos vértices eram os morros de Manuel de Brito (São Bento), Conceição, Santo Antônio e Castelo. O restante era sertão, apesar de, ainda no século XVI, regiões como o Engenho Novo, Engenho de Dentro, Engenho Velho, Ilha do Governador, Jacarepaguá e Barra da Tijuca já desenvolverem a cultura da cana-de-açúcar, fazendo da cidade, no século XVII, um imenso canavial, conforme se infere em Vivaldo Coaracy:

O século XVII é a era do Rio de Janeiro agrícola, dos engenhos de açúcar que lhe esboçaram a riqueza e lhe dividiram as terras das primeiras glebas, radicando as famílias originárias que haviam de constituir o núcleo da sua população. É o tempo em que a cidade, na ânsia de crescimento, rompe os limites estreitos do morro onde a localizara Mem de Sá, e desce para a Várzea, derrama-se pelos vales apertados entre os montes, firmando as diretrizes materiais do seu desenvolvimento urbano, traçando as ruas primitivas que até hoje perduram.⁷

No mesmo no século XVII intensificaram-se as relações comerciais do burgo carioca, “feudo dos Sás”. Isto ocorreu com o aumento de sua função de porto exportador e reexportador, visando o abastecimento do Potosi, região andina rica em metais preciosos, principalmente a prata, através de Buenos Aires, e ainda com o desenvolvimento do tráfico negreiro com Luanda e com o Paraguai. O desenvolvimento do tráfico negreiro se deu em virtude dos interesses do governador D. Luís de Céspedes Y Xêrya, senhor de engenhos no Rio de Janeiro, e de Salvador Correia de Sá e Benevides, “encomendeiro” no Tucuman, depois do seu casamento com D. Catarina de Velasco, filha do governador do Chile, D. Pedro de Ugarte, e sobrinha de D. Luís Velasco, Vice-Rei do Peru. Salvador era, também, o principal proprietário de terras no Rio

de Janeiro, interessado no tráfico de africanos e no rico comércio ilegal com o Rio da Prata.

Em 1680, refletindo a necessidade de oficializar esse comércio, e explorando as indeterminações do Tratado de Tordesilhas de 1494, o governador do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo, seguindo orientação da metrópole, fundou a Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, dando curso à querela entre lusitanos e castelhanos que culminou com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Nesse momento, o Rio constituía-se no principal porto da colônia, exercendo singular função militar.

Com a descoberta do ouro na última década dos setecentos, o burgo carioca recebe peculiar impulso, pois era o principal centro abastecedor de Minas Gerais, cuja população, em 1776, chegava a cerca de 320.000 habitantes. Corcino Medeiros dos Santos fundamenta a nossa assertiva ao afirmar:

O número de armazéns existentes no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII constitui um índice seguro do crescente movimento comercial da praça carioca. (...) Além dos armazéns reais – o do Arsenal de Marinha e o do Trem – havia na Segunda metade do século XVIII, mais o da cidade, construído junto da Alfândega; o construído por Francisco da Mota Leite, na Prainha e que por sua morte foi transferido à Ordem Terceira de São Francisco; o de Domingos Martins Brito, também na Prainha, o da Saúde, construído pelo capitão Antônio Leite por volta de 1760. Em 1763, o capitão Luís Manuel Pinto, em troca de uma casa que possuía na fralda do morro de São Bento que foi tomada para depósito dos apetrechos de construção naval, recebeu do Vice-Rei Conde da Cunha terrenos na Ilha das Cobras, onde edificou dois armazéns. O sétimo armazém foi construído na Ilha das Enxadas por José Antônio Barbosa; o oitavo foi erigido também na Prainha pelo contratador do sal, Luís Antônio Ferreira no vice-reinado do Conde de Rezende e o nono foi construído na Gamboa por José da Costa de Araújo Barros já no ano de 1806.⁵

O centro da cidade também experimentou modificações substanciais, podendo ser citados como exemplos mais significativos: a Casa do Governador, depois Paço Imperial; o aqueduto dos Arcos da Lapa; o Arco do Teles; o chafariz da hoje denominada Praça XV, cuja obra é creditada a Mestre Valentim;

a urbanização da Lapa, com a construção do Passeio Público, também de Mestre Valentim; e os templos religiosos da atual Rua Primeiro de Março, excetuando-se a Candelária, entre outros.

A cidade e o subúrbio

É o Méier o orgulho dos
subúrbios e dos suburbanos.

Lima Barreto

Concomitantemente ao crescimento da cidade, a região que mais tarde constituiria os subúrbios experimentava algumas mudanças ao longo do século XVII. Na centúria anterior já tinham sido realizadas as obras iniciais de drenagem e saneamento nos engenhos Velho e Novo que, ao lado da Fazenda de Santa Cruz, desde 1656 se transformaram em “centros de produção fabril”.

Dêles saíram madeiras trabalhadas, tijolos, ladrilhos, telhas e ferragem para as construções da cidade e o levantamento de fortificações bem como materiais para obras de várias espécies, como fôssem as hidráulicas e as aberturas de caminhos.⁹

Dentre esses caminhos merece destaque especial, à época, a Estrada Real de Santa Cruz, relevante na redução das dificuldades no contato entre a parte central da urbe carioca e o interior, através de São Cristóvão. Desta forma, os campos de Irajá e Inhaúma recebiam maior estímulo ao crescimento econômico. Mais tarde, registra-se a ocupação do desfiladeiro de Irajá (atualmente Campinho), ponto estratégico por onde passou Jean François Duclerc em 1710, quando do seu ataque ao Rio, merecendo, portanto, maior atenção das autoridades cariocas. Nessa região, posteriormente, surgiram os bairros de Madureira, Cascadura e Campinho, a partir da Fortaleza de Nossa Senhora da Glória, de 1822.

No mesmo século XVII, agora com referência aos campos que constituiriam os subúrbios cortados pela antiga Estrada de Ferro Leopoldina, ressaltamos o ano de 1635, quando foi erguida a Capela da Nossa Senhora da Penha, origem da famosa Igreja da Penha, responsável pelo nome do impor-

tante bairro, por Baltasar Cardoso. O lugar transformou-se rapidamente em local de romaria, existindo, ainda hoje, a Rua dos Romceiros, reminiscência desse passado. A primitiva capela foi erguida no cume de um morro e a Igreja de Nossa Senhora da Penha constitui-se atualmente em um dos principais símbolos da nossa cidade.

O século XVIII vai revelar-se particularmente decisivo para a cidade, acanhada e pouco populosa, apesar do movimento do porto, gradativamente transformado no principal da colônia, superando Salvador nos oitocentos. Nesse momento constata-se o acerto de Mem de Sá ao escolher o sítio no Morro do Castelo, no qual o Rio de Janeiro nasceu.

A luta com os espanhóis pela manutenção da colônia do Sacramento e o desenvolvimento da mineração fizeram avultar a preponderância carioca, que, juntamente com os portos de Salvador, Luanda e Buenos Aires contribuiu para fortalecer a grande “estrada” que era o Atlântico Sul.

Desde o final do século XVI, as relações comerciais do burgo carioca com Buenos Aires já mereciam destaque. Reportamo-nos à figura de Salvador Correia de Sá e Benevides, “agora associada a Frei Francisco da Vitória, bispo de Tucuman, no contrabando com o Potosi, via Rio da Prata.”¹⁰ Alice Piffer Canabrava, acerca desse comércio, registra:

Calcula-se que por volta de 1597 entravam em Buenos Aires, procedentes do Brasil, cerca de 250 escravos por ano, que eram vendidos em Potosi, a 250 pesos cada um; em 1603, o número oficialmente computado chegava a 450.¹¹

Nilo Garcia, emérito estudioso do assunto, em brilhante ensaio apresentado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ressalta:

Na primeira metade do século XVII Salvador de Sá e Benevides dispunha de asiento em Buenos Aires, destacando-se como traficante de negros. Em seu reduto administrativo no Rio de Janeiro, nessa época, circulavam livremente os reales, moeda de prata espanhola, razão talvez de haver o referido Governador tentado estabelecer uma casa de fundir moeda no Rio de Janeiro (...).¹²

De fato, a vocação comercial do porto do Rio de Janeiro estava consolidada, contribuindo para tanto, em muito, os campos do interior, com razoá-

vel produção de açúcar, aguardente, farinha, feijão, arroz e milho, principalmente. Nesse momento, penúltima década do século XVIII, tínhamos uma população estimada em 38.707 indivíduos na zona central e 14.615 na região que mais tarde constituiria a zona suburbana da cidade.

No século XIX, quando da chegada da corte portuguesa, em 1808, a população era estimada em aproximadamente 60.000 almas. E, em 1821, chegávamos a cerca de 116.000 habitantes, dos quais 31.121 localizavam-se no sertão. Em 1850, o número demonstrava acentuado crescimento, atingindo a quantidade de 266.466 habitantes, “sendo 155.864 livres e 110.602 escravos. Nas freguesias urbanas e suburbanas viviam 205.906 indivíduos, cerca de 77% da população, enquanto nas freguesias rurais residiam 60.550 indivíduos.”¹³

As freguesias rurais, onde surgiram os subúrbios eram, portanto, pouco habitadas em comparação com as urbanas e suburbanas, e assim permaneceram por bastante tempo. Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro experimentava sensíveis mudanças, tornou-se grande centro de consumo, estimulando o desenvolvimento das zonas periféricas, como as freguesias rurais, por exemplo. Fábricas, bancos, estabelecimentos comerciais e voltados ao lazer atraíam novos indivíduos à cidade. A importância cultural carioca não tinha par no país. A cidade urbanizava-se.

Em relação aos transportes, com a concessão dada ao Sargento-Mor Sebastião Fábregas Suriqué, em 18 de outubro de 1817, foram criadas as duas primeiras linhas de gôndolas no Rio de Janeiro. Uma dirigia-se a São Cristóvão objetivando “proporcionar uma condução cômoda às pessoas que quisessem ter a honra de beijar a Augusta Mão de sua Alteza”.¹⁴ A outra partia para Santa Cruz, cobrindo o percurso entre o centro urbano e a zona rural em aproximadamente cinco horas.

A ferrovia começou a impor-se em meados do século XIX, e os subúrbios ganhavam visibilidade. Até então, o Caminho do Aterrado ou das Lanternas, obra de Grandjean de Montigny, e a antiga Estrada Real de Santa Cruz eram as principais vias que conduziam ao “meio rural”. Em 1858, a inauguração do primeiro trecho da E.F.D. Pedro II possibilitou a integração do que hoje conhecemos como “subúrbios da Central”. A região da Leopoldina começa a ganhar destaque a partir de 1897, conforme ressalta Sílvia F. Padilha, quando afirma:

Em 1897, a Leopoldina Railway organizou-se como empresa, ampliando o capital primitivo e expandindo seus negócios. Por esse tempo Inhaúma e Irajá também cresciam, transformando-se em importantes núcleos populacionais. Além da estação inicial que estava situada em São Francisco Xavier, contava as de Jockey Club (Triagem), Bonsucesso, Penha e Meriti. Os outros pontos do percurso eram simples paradas: Benfica, Amorim, Ramos, Olaria, Kilômetro 10, Brás de Pina, Cordovil e Vigário Geral, dentro do Distrito Federal (...). O primeiro núcleo de habitantes dessa zona que mais acentuadamente prosperou foi Bonsucesso. Esta localidade e as de Ramos, Olaria e Penha, em pouco tempo – entre os anos de 1898 e 1902 – tiveram seus terrenos divididos em lotes, organizando-se simultaneamente empresas para construção de prédios.¹⁵

A linha Auxiliar, incorporada à E.F. Central do Brasil em 1903, e a E.F. Rio Douro completaram, na época, a integração do subúrbio ao centro da cidade.

Enquanto os trens cumpriam o seu papel de rasgar a cidade, os bondes, a partir de 1868, permitiam estender os bairros além da linha férrea, apesar de alguns fatores, tais como os elevados preços das passagens, dificultarem a interiorização da população. Em 1872, por exemplo, do total de 274.000 habitantes, apenas 46.000 residiam na região suburbana. Efetivamente, a expansão urbana derivada da extensão das linhas férreas, na época, atendeu aos interesses tanto do capital nacional como do capital internacional, principalmente inglês.

O Méier

Você sabe, eu sou do Méier
Não preciso da cidade pra viver
Pois o Méier tá com tudo, pode crer
Se você não acredita, por favor, vá ver

.....

O Méier tem um jardim pra gente amar
É lá que eu vou construir meu lar

O Méier sempre foi o maioral
É a capital dos subúrbios da central.

Wilson Batista e Dunga,
Samba do Méier

A construção do engenho novo dos jesuítas assinala o primeiro impulso da região hoje correspondente aos bairros de Pilares e Inhaúma.

Sabe-se que em 1717, o Conde de Assumar, viajando para Minas Gerais, ficou admirado com a grandiosidade do engenho 'não só pela quantidade de pretos que ali trabalhavam', mas pelo modo de moer com água tornando 'mui suave' o trabalho.¹⁶

Após a expulsão dos inacianos, durante o reinado de D. José I (1750-1777), as terras do engenho novo, segundo consta dos *Autos de demarcação e limites do Engenho Novo*, passaram em grande quantidade para o capitão José Paulo da Mata Duque Estrada e sua mulher Maria Dulce de Castro Duque Estrada, constituindo o embrião do bairro do Engenho de Dentro, a antiga Quinta dos Duques, posteriormente englobada ao Méier, em virtude da ligação com a família do Camarista Méier.

As terras da antiga Quinta dos Duques compreendiam o espaço entre os atuais bairros de Benfica e Inhaúma. As principais vias de comunicação eram os rios Faria e Timbó e a Estrada Real de Santa Cruz, que ia da Cancela (São Cristóvão) até Santa Cruz. A estrada foi construída por iniciativa dos jesuítas, que na sua Fazenda tinham grande produção agrícola e no início do século XVIII, segundo Antonil, contavam aproximadamente 20.000 cabeças de gado bovino. A região, parte do sertão carioca, foi apreciavelmente beneficiada ao longo do século XVIII, quando da construção de numerosas chácaras que permitiram à população urbana mais abastada fugir da insalubridade e do burburinho da cidade.

Em 1890, a Freguesia do Engenho Novo, criada pela Lei nº 2335, de 2 de agosto de 1873, compreendia a população de aproximadamente 28.000 habitantes. O topônimo Méier, como designação da área que hoje abrange o bairro, surgiu em 16 de junho de 1903, em virtude do Decreto nº 434, que criou o 2º Distrito da então Freguesia do Engenho Novo.

O bairro deve à ferrovia, a então Estrada de Ferro D. Pedro II, as condições para o seu primeiro grande surto de progresso no século XIX. A ferrovia, ao cortar as terras da família Méier, trazia, aos poucos, a população que se estabeleceria às margens dos trilhos, pois como afirmou Lima Barreto:

O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou S. Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central. Para os lados, não se aprofunda muito, sobretudo quando encontra colinas e montanhas (...).¹⁷

Antes da inauguração da estação ferroviária, ocorrida em 13 de maio de 1889, a Cancela do Perna de Pau, entre as ruas atualmente denominadas Medina e Coração de Maria, permitia o embarque e o desembarque das pessoas que, pelo Caminho do Basílio, atual Rua Silva Rabelo, atingiam os pontos mais distantes.

O bairro comporta hoje duas regiões com acentuadas diferenças, o “lado” da Rua Dias da Cruz e o “lado” do Jardim do Méier. O primeiro foi ocupado inicialmente utilizando-se o Caminho, hoje Rua Dias da Cruz, que permitia acesso ao Caminho do Mateus, atual Rua Aquidabã, e à Rua Lins de Vasconcelos, que registra o nome do militar morador da Boca do Mato, facilitando a que se chegasse à Serra do Mateus. O “lado” do Jardim do Méier possuía ligação com a Estrada Real de Santa Cruz, mais tarde Avenida Suburbana, hoje Avenida D. Hélder Câmara, através das atuais ruas José Bonifácio e Aristides Caixe. Lima Barreto registra:

Na rua José Bonifácio canto da Estrada Real. Pela manhã gosto de ler os jornais num botecim que há por lá. (...) Quando saio de casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro.¹⁸

Além do trem, o bonde exerceu sensível influência na dinamização do Méier. Bairro inicialmente de passagem, com linhas secundárias, aos poucos concentrou outras que tinham ponto final em seus limites. A primeira linha que atendeu a região pertencia à Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, fundada em 1872 por João Batista Drummond, o Barão de Drummond, Joaquim Rodrigues de Oliveira e Carlos Frederico Taylor. Ia da Praça Tiradentes, antiga Constituição, aos bairros do Andaraí e Engenho Novo. Posteriormente, com

a criação da Companhia Ferro-Carril do Cachambi, contemplou-se o Méier, ainda bairro de passagem, com a linha que cortava o Engenho Novo ao Engenho de Dentro. Após o início de atuação da Light, em 1904, e a introdução dos serviços de distribuição de energia elétrica para os subúrbios, disseminaram-se os bondes elétricos, responsáveis iniciais pela interligação de toda a cidade.

Lima Barreto, então morador do bairro de Todos os Santos, cuja obra utilizamos com mais constância para enfatizar a importância do Méier nas primeiras décadas da República, escrevia, em relação aos bondes e ao bairro :

O Méier é o ponto inicial de quatro linhas de bondes, uma até de grande extensão, a de Inhaúma, e outra que leva à Boca do Mato, lugar pitoresco, que já teve fama de ter bons ares, para curar moléstias do peito, como diz o povo. Além das quatro de que falei, três linhas vindas do centro da cidade, passam por esta localidade, de modo que a impressão que dá não é bem de um subúrbio, mas de uma cidade de classe média. Junta-se a isto a Central com os seus trens de subúrbios, e verão que não aumento.¹⁹

Em torno da estação ferroviária, interiorizando-se, inicialmente com a utilização dos bondes, e mais tarde com os lotações e ônibus, os subúrbios crescem e contribuem substancialmente para o fortalecimento da nossa cidade, embora não tenham merecido da maioria dos governantes maior reciprocidade ao seu papel. Ocorre singular descaracterização, e o Méier de Lima Barreto, Agripino Grieco, Wilson Batista, Aristides Caire, entre outros, enfrenta problemas semelhantes àquelas de qualquer subúrbio, quase sempre relegados a segundo plano, exceto em momentos de eleições. Todavia, o subúrbio, ironicamente sobrevive, ainda que marcado por profundo preconceito. A fronteira simbólica, tão estudada pelos antropólogos, que destaca a *aparência* daquele que habita outras regiões consideradas nobres, em oposição ao suburbano e, após a década de 60 do século XX, a nova fronteira física imposta pelo Túnel Rebouças, não podem, entretanto, apagar a singular contribuição que, desde o século XVI, a região hoje cortada pela ferrovia, presta à história da cidade – marco indelével no esforço de crescimento da nação.

Conclusão

Na vida dos subúrbios, a
estação da estrada de ferro
representa um grande papel: é o
centro, é o eixo dessa vida.

Lima Barreto

Foi objetivo desse trabalho resgatar a importância das terras que hoje constituem os subúrbios, particularmente o Méier, e que desde o século XVI contribuem para o desenvolvimento da cidade. A partir das freguesias de Irajá e Inhaúma, sob os mais diversos aspectos, o subúrbio tornou-se decisivo para que o Rio de Janeiro atingisse o status que hoje ostenta no país.

Na origem da existência da cidade do Rio de Janeiro, restrita ao centro acanhado, coube ao sertão contribuir com a produção agrícola, criação de gado, produção de materiais para construção, e fomento, através dos vários portos existentes na baía da Guanabara, do comércio interno. Os rios, outrora volumosos, permitiram intenso movimento, como lembrou com veemência o mestre Alberto Lamago, cabendo destaque ao conjunto Faria e Timbó, através dos quais eram exportados açúcar e telhas, ainda no século XVIII. Na centúria anterior, a cidade, segundo Vivaldo Coaracy, era um imenso canavial e, além de área produtora, contribuía para o lazer, como relatou D. Juan Francisco Aguirre em 1782, ao assinalar:

No caminho que dá acesso à cidade, denominado novo, estão localizadas muitas chácaras, nas quais nota-se uma forte influência do bom gosto inglês. (...) Os proprietários procuram sempre instalar suas chácaras num local que lhes permita fugir do forte calor do verão, o que têm conseguido com brilho.²¹

Com a transferência da Corte portuguesa em 1808, inaugurou-se uma nova era para a cidade, já elevada à categoria de capital desde 1763, quando, estimulada pela circulação dos metais preciosos, mudou, sobremaneira, suas características na zona central. Ao mesmo tempo, em função da Colônia do Sacramento, marcou sua importância sob o aspecto estratégico.

Ainda com referência ao século XIX, as freguesias rurais começaram a ser vistas como regiões de maior importância, principalmente a partir da utilização dos trens e dos bondes. Aqueles assinalam a ocupação longitudinal da cidade, estes facilitam a ocupação transversal, sendo exemplo marcante o bairro do Méier.

Com relação ao Méier, os problemas crescem de forma impressionante transformando-o em verdadeira síntese do que infelizmente também ocorre em outras regiões da cidade. Atingir aqueles que nos devem, no mínimo, a devolução do que é arrecadado em impostos e taxas, sensibilizando-os em relação às mínimas necessidades do lugar e sua gente, tornou-se um compromisso.

Recortadas pela memória, pessoas, situações revivem.

O espaço e o lugar ganham unidade. O Rio de Janeiro e o subúrbio resistem, e quando conseguirem conquistar o que lhes é devido, desconsiderarão a afirmativa de Lima Barreto que, em *Clara dos Anjos*, afirma: “O subúrbio é o refúgio dos infelizes”²¹.

Notas

1. SANTOS, Corcino Medeiros. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. P. 13.
2. Apud CARVALHO, Jean Marcel. “Visões do Rio de Janeiro Colonial.” _____. *Antologia de Textos, 1531 – 1800*, Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 1999. P. 20.
3. Idem. P. 35.
4. RIOS F”, Adolfo Morales de los. “Evolução Urbana e Arquitetônica do Rio de Janeiro.” *Revista do IHGB* (vol. 288, 1970), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970 P. 222.
5. LAMEGO, Alberro, apud TAVARES, Luiz Edmundo. “A influência portuguesa no Rio de Janeiro de ontem e de hoje.” *APP4*(Vol. 1, n.1, 1998), Londres: Goldsmiths College – University of London. P. 11.
6. BARRIROS, Eduardo Canabrava. “A Cidade do Rio de Janeiro de sua fundação aos fins do século XVII.” *Revista do IHGB* (Vol. 288, 1970), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970. P. 202.
7. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. P. 7.
8. SANTOS, Corcino Medeiros. *Op cit.* P.72.

9. RIOSI^m, Adolfo Morales de los. *Op. cit.* P. 244.
10. TAVARES, Luiz Edmundo. "O Porto do Rio de Janeiro: Reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVII." *América Latina em Discussão* (Vol. I, 1994), Rio de Janeiro: UERJ, Depto. de História, 1994. P. 184.
11. Apud TAVARES, Luiz Edmundo. *Op. cit.* P. 184.
12. *Ibidem.*
13. SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas e polacas*. São Paulo: Ática, 1992. P. 11.
14. DUNLOP, Charles. *Os meios de transportes do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Grupo de Planejamento Gráfico, 1973, P. 26.
15. PADILHA, Sylvia F. "Da 'Cidade Velha' à periferia." *Revista Rio de Janeiro*, Niterói: UFF, 1986. P. 21.
16. TAVARES, Luiz Edmundo. "Subúrbio: A ('In')Previsão." *(SYN)THESIS - Cadernos do Centro de Ciências Sociais* (Vol. 1, n. 1, 1997), Rio de Janeiro: UERJ, 1997. P. 32.
17. VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Lima Barreto: Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2001. P. 691.
18. Lima Barreto, apud TAVARES, Luiz Edmundo. *Subúrbio... Op. cit.* P. 32 - 33.
19. *Idem.* P. 33.
20. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, P. 131.
21. Lima Barreto, apud BARBOSA, Francisco de Assis. *Op. cit.* P. 132.

2º dossiê

O papel dos museus na melhoria de vida no Rio de Janeiro

Apresentação

Museus na era do efêmero

Assim na terra como no céu

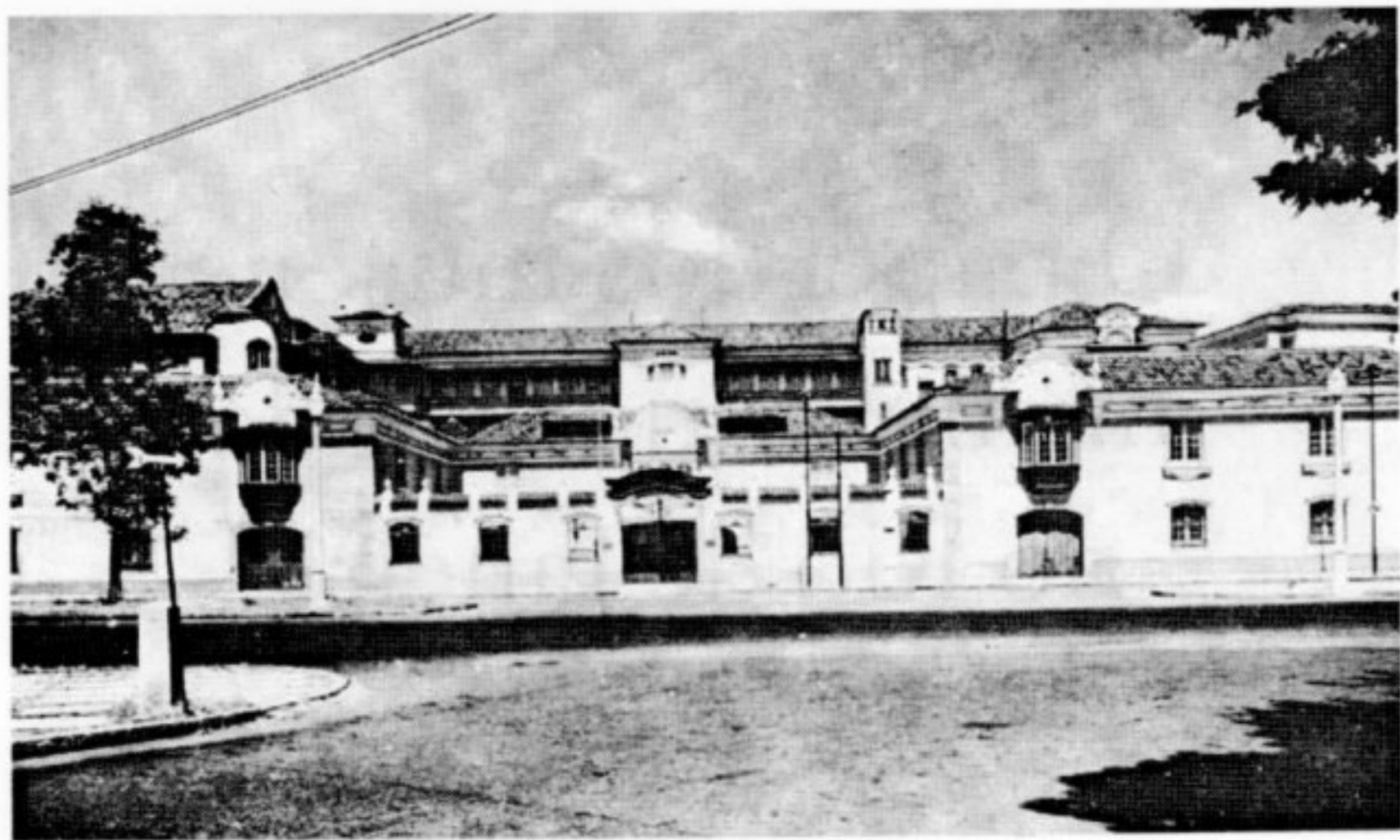
**Museografia contemporânea:
suas opções**

Papéis monumentais

**Um típico museu brasileiro na
área de ciência e tecnologia**

**Um espaço para ciência e tecnologia
no cotidiano do Rio de Janeiro**

2º dossiê



Fachada principal do Museu Histórico Nacional, na década de 40. Acervo Museu Histórico Nacional/Arquivo Histórico.

Um espaço para ciência e tecnologia
no cotidiano de Rio de Janeiro

Um espaço museu brasileiro
à luz de ciência e tecnologia

Um espaço contemporâneo
para o futuro

Um espaço para ciência e tecnologia
no cotidiano de Rio de Janeiro

Apresentação

José Neves Bittencourt e Vera Lúcia Buttrel Tostes

Os museus, em sua versão moderna, começam a formar-se no século XV. Estas instituições, à época tributárias do reencontro do Mundo Clássico, por um lado, e do encontro de novos mundos, por outro, até nossos dias não cessaram de expandir-se. Na atualidade, os museus tornaram-se, nas palavras de Dillon Ripley, equipamento indispensável de toda grande cidade, tão indispensável como escolas ou iluminação pública.

Certamente não é exagerada a afirmação desse antigo director da Smithsonian Institution. Juntamente com arquivos e bibliotecas, os museus são a forma sistemática de garantir a expansão da memória das sociedades. E, tanto quanto arquivos e bibliotecas, inicialmente, eram vistos como parte do ferramental administrativo dos Estados. Basta lembrar que, no momento em que resolveu reformar a administração portuguesa, o marquês de Pombal determinou a criação de museus de história natural e de ciências. Mesmo depois de terminado, abruptamente, seu consulado, o novo governo manteve parte das reformas por ele iniciadas – inclusive os museus. Estes foram, inclusive, expandidos e sistematicamente completados com envios feitos por naturalistas viajantes das diversas partes do império ultramarino português. Quando da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o príncipe-regente, depois rei de Portugal, Brasil e Algarve logo cogitou criar, na nova sede de sua corte, um museu – isto em 1818.

Desde então, o Rio de Janeiro nunca deixou de ter museus. Ao contrário, o número dessas instituições não parou de crescer. De um punhado delas, ao longo do século XIX, chegamos a, talvez, mais de meia centena, no alvorecer do século XXI. Museus de todas as categorias espalham-se por os cantos da cidade; públicos e privados, grandes e pequenos, preservando enormes coleções ou pequenos ajuntamentos de objetos, estas instituições multiplicaram suas funções: de agências de assessoramento administrativo do governo imperial em áreas restritas, incorporaram também funções educativas, de pesquisa e de lazer. Podem, inclusive, ser considerados os precursores das atuais instituições de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Mas, mesmo diante de tal expansão de funções – fala-se hoje, por exemplo, na importância dos museus para a revitalização de áreas decadentes das cidades –, cabe perguntar qual o papel dos museus, e por extensão, das instituições de memória, como partícipes da dinâmica do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pergunta cuja resposta é, ao mesmo tempo, complexa e fascinante. A cidade tem diversas dimensões, e sua dinâmica se faz sentir em todas elas: produção, lazer, cultura, violência. O drama que se manifesta na tessitura da cidade é múltiplo, e seu dimensionamento, assim como o encaminhamento das soluções, exige o engajamento de todos os agentes que possam ser mobilizados.

Pensando nessa questão, e na qualidade de editores dos “Anais do Museu Histórico Nacional”, resolvemos, a professora Vera Tostes e eu, apresentar a alguns desses agentes uma questão bastante objetiva: qual o papel dos museus na criação de condições para a melhoria da vida em nossa cidade?

Os artigos que se seguem foram a resposta de alguns desses agentes. Uma coisa, todos têm em comum: são profissionais de reconhecida competência, todos atuando em instituições museológicas e de memória por longo tempo. E, mais do que isto, com trabalhos de reconhecida competência: Vera Alencar, operadora de um dos maiores museus de arte da cidade; Solange Godoy e Luís Antonelli, curadores de um pequeno, porém ativo museu, localizado numa área de risco; Cláudia Penha e Marcus Granato cumprem importantes funções técnicas em um dos mais importantes museus de ciências do Brasil, assim como o fazem Heloisa Ribeiro e Enrique Blanco, atuando num dos mais novos espaços de memória científica e tecnológica do Rio de Janeiro; Márcia Chuva e Luiz Cristiano de Andrade são técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com larga experiência na área de arquivos e documentação.

E, abrindo a seqüência de artigos que constituem uma densa reflexão sobre as demandas feitas pela cidade a seus museus e instituições de memória, um texto de Sarah Bencherit, socióloga envolvida, desde muito tempo, com a produção cultural do Museu Histórico Nacional, que pode ser considerado verdadeiro “programa” para a atuação dos museus na modernidade.

A leitura desses seis textos levanta, como não poderia deixar de ser, mais dúvidas do que certezas. Certeza, por sinal, o leitor terá apenas uma, ao final do percurso: que, na modernidade, as grandes cidades não podem, em sua consciência, abrir mão de suas instituições de memória.

Museus na era do efêmero

Sarah Fassa Benchetrit

Nota biográfica

Sarah Fassa Benchetrit é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e cursou a pós-graduação na Universidade Hebraica de Jerusalém (mestrado em Sociologia). Desde 1983 pertence aos quadros do IPHAN, estando alocada no Museu Histórico Nacional, onde, como chefe da Divisão de Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico Cultural, coordenou a área de cursos de extensão (curta e média duração) e de cursos de pós-graduação "lato sensu", em convênio com diversas universidades. Atualmente integra a Assessoria de Projetos Especiais, e tem entre suas atividades a realização dos seminários internacionais do Museu Histórico Nacional.

Resumo

Museus na era do efêmero
Sarah Fassa Benchetrit

Abordando questões relativas à massificação, mundialização e homogeneização de práticas culturais da atualidade, o texto traz algumas reflexões e uma série de indagações sobre qual deve ser o comportamento dos museus, visto que têm os mesmos, entre suas missões, a seleção e a preservação de bens patrimoniais, e, entre seus objetivos, a socialização da oferta de produtos culturais.

PALAVRAS-CHAVE: mundialização, homogeneização, democratização/socialização, memória, patrimônio, musealização, representatividade, preservação, disseminação.

Antes mesmo do estabelecimento desta nova era de acelerados avanços científicos, já existia, como fato concreto, um sistema de trocas internacionais de produtos culturais e de manifestações artísticas. Com a evolução tecnológica e dos meios de comunicação de massa, chegamos ao estágio em que nos encontramos e simultaneamente podemos nos fazer “ouvir, ver e falar” com um número cada vez maior de pessoas.

Somos, na atualidade, partícipes de um processo de mundialização no qual se tece uma trama em cujo traçado percebemos o encontro de diferentes culturas, bem como complexas situações de desencontro ou de declarado confronto.

Acontecimentos políticos, sociais ou culturais tendem a ser cada vez menos pontuais e mais mundializados. O deslocamento ou “desmoronamento” de limites geográficos - reais ou virtuais - indicam uma tendência à globalização de “discursos de memória”, que, através dos meios de comunicação de massas, vêm expandindo seu raio de alcance, tornando-se mais acessíveis a um número cada vez maior de pessoas.

Existe uma distância entre um fato real (passado ou presente) e a forma como o mesmo é representado e, tradicionalmente, a poderes instituídos de “direito” e pontuais cabe a tarefa de selecionar que fatos ou heróis serão consagrados e como serão preservados - em museus ou monumentos, por exemplo - estabelecendo um modelo de memória “oficial”.

Porém, outros organismos também vêm tomando para si a tarefa de apontar, selecionar, registrar e consagrar fatos e heróis, estabelecendo bases para a construção de um discurso de memória que é disseminado através da televisão, dos filmes ou da música popular, e gerando um modelo alternativo de “lugar de memória”.

Através da história dos homens, não raramente um fato real, documentado, fantasiou-se em mito e, de outro lado, alguns mitos assumiram a roupagem de um fato real. Um acontecimento - uma guerra, uma revolução, a criação de uma cidade ou até casos de amor e traição - projetado eletrônica e cinematograficamente, ainda que sob a aura de ficção, pode sem dúvida ter o efeito de um fato real e, como tal, consolidar-se na memória.

O fato político de hoje pode no futuro constituir-se em um capítulo da história, e um acontecimento à primeira vista banal, cotidiano, pode constituir-se em um “pedaço de história”. Considerando que novas tecnologias interferem no processo de seleção e registro dos eventos, sem dúvida aqueles

que detêm a posse dos instrumentos e dessas novas tecnologias são determinantes também na escolha de que eventos ou acontecimentos políticos e sociais deverão ser considerados como “históricos”, quais deverão ser esquecidos, quais deverão ser mantidos vivos na lembrança, que tipo de lembrança deverão suscitar e sobretudo qual será seu tempo de vida útil.

Neste sentido, talvez, entre as inúmeras decorrências da expansão tecnológica e do avanço nos meios de comunicação de massa, estejamos nos deparando também com um novo processo de recodificação do passado e provavelmente com uma nova codificação do presente.

Tomados como instrumento de registro, os filmes, por exemplo, assumem o papel de testemunho – como quando um fato passa a ser lembrado pelo que é visto nas telas do cinema. Não provocam uma mudança nos fatos ou acontecimentos, mas sem dúvida interferem na percepção do processo histórico.

Se promove, se difunde e também se comercializa um acontecimento “histórico”. Embora a comercialização não o banalize, ao assumir as características de um produto comercial, tal acontecimento acaba se tornando um produto de consumo para ser rápida e facilmente substituído. Os acontecimentos de ontem são apagados, esquecidos ou relegados a pequenos lembretes de noticiários.

A massificação na produção de bens, materiais ou abstratos, e na geração de informações, e mais, a emergência massificada de heróis, legitimados e reconhecidos por um breve período – os “quinze minutos de fama”, segundo a fórmula de Andy Warhol – indicam uma tendência à redefinição ou a uma nova compreensão do próprio conceito de memória coletiva, induzida através dos meios de comunicação de massa, reproduzida e multiplicada “ad nauseum”.

Há um grande e quase ininterrupto fluxo de informações e de troca de saberes e de fazeres, acompanhado pelo aumento e extraordinária diversificação das modalidades de instrumentos que podem ser usados para registro e para disseminação. Tomados em conjunto, são fatores que podem estar contribuindo para o estabelecimento de bases para a criação deste novo modelo de memória, que está refletindo uma certa democratização do lugar comum e do não extraordinário. Porém, este novo modelo está refletindo sobretudo um estado de efemeridade e enfatizando a dificuldade na preservação por tempo prolongado do “culto” à memória de acontecimentos e de heróis.

Em meio a este universo ampliado de saberes, de criações culturais, de manifestações artísticas e dos inúmeros e diversificados meios para a divulgação destes saberes e fazeres surgem as questões sobre o que deve efetivamente ser preservado e transmitido, como isto deve ser feito, e quais critérios estabelecer. O quê, na atualidade, constitui o patrimônio artístico e cultural de um povo, de uma nação? Como e onde deve ser preservado e transmitido?

Tradicionalmente os museus, sobretudo os de história, são considerados os “santuários” onde devem ser preservados, para glorificação, a memória de grandes heróis da pátria e os seus feitos.

Como devem se comportar e qual é exatamente o papel dos museus, sobretudo os de história, nestes tempos e neste contexto, em que há uma tendência à mundialização e mesmo à musicalização de tudo?

Geralmente associados à cultura dita clássica, os museus ainda são as instituições às quais se atribui a responsabilidade pela guarda e exibição de patrimônio histórico e cultural, com responsabilidades de preservar e refletir a chamada memória oficial. Envolvidos no processo de preservação e transmissão da capacidade criativa e dos conhecimentos adquiridos pelo homem, estão inscritos no universo que trata da “cultura material”, coletando os testemunhos que constituem a base para a construção de um determinado tipo de memória a ser preservada e difundida.

Entre as questões em evidência na atualidade que dizem respeito ao papel e desempenho dos museus, sem dúvida uma se relaciona com o que os museus devem incorporar aos seus acervos e que tratamento deve ser dado a estes itens incorporados.

Embora tenham mudado muito, os museus ainda mantêm suas funções específicas e ainda são os locais para onde se dirige o público a fim de conhecer e apreciar objetos e coleções aos quais são atribuídas qualidades especiais, como beleza e raridade.

O patrimônio preservado em museus abrange itens que escaparam da destruição e que não têm mais a função para a qual foram originalmente criados. São geralmente singulares e, produzidos no passado - ou no presente - chegaram até nossos dias como objetos cultuados. Ao serem registrados, fornecem dados que serão o testemunho de sua época, do tempo e do espaço, enfim, do contexto em que foram criados. Ao se transformarem em peças de museus, têm também enfatizado seu aspecto material, ou seja, o produto empregado em sua manufatura e suas qualidades específicas.

Mantendo uma linha de continuidade, as coleções em museus são constituídas, geralmente, por itens que oferecem a possibilidade de traçar referências comuns e passam a integrar um patrimônio constituído e preservado como símbolo, uma imagem para que um povo ou o homem se conheça e se reconheça. Sobretudo, adquirem um sentido de permanência - que se opõe à sensação do efêmero.

Os museus, hoje, não são mais considerados apenas de interesse de seus dirigentes, funcionários, colecionadores, estudiosos ou integrantes de determinadas elites. É exigido que acompanhem a evolução de outros setores e, tendo em vista que é sempre importante considerar a **representatividade** do patrimônio preservado nos museus, há que se compatibilizar a coleta dos objetos na atualidade com coleções incorporadas anteriormente.

Mas estarão os museus preparados para incorporar a seus acervos bens que sejam representativos de uma tão vasta e tão diversificada produção, resultado da prática cultural da contemporaneidade? Com a massificação da produção, o que é efetivamente representativo e quem são os heróis? Outrossim, uma vez decidida a questão da representatividade, surgem outros impasses, por exemplo, qual o material empregado na produção dos objetos que serão incorporados aos acervos dos museus? Além disso, nestes tempos da produção em massa e do efêmero, como estabelecer o que é apenas um objeto ou idéia passageira? E ainda, em termos práticos, qual a durabilidade e como conservar itens que efetivamente foram produzidos para ter pouca duração, resultado de chamados “modismos”?

A seleção para aquisição e o tratamento de coleções em um museu, e mesmo a forma como eram expostas, refletiam os objetivos, o como, para quem, e o que queriam os museus comunicar. Ora, e se a prática cultural contemporânea estiver preconizando um rompimento com a cultura clássica? Esta deverá ser preservada e oferecida nos museus apenas à disposição de uma assim considerada “elite”, devendo as expressões culturais ditas “populares” ser então direcionadas para atender a outros tipos de público?

E mais, como devem ser tratados os produtos da “cultura de massas”? Como tratar harmoniosamente, nos museus, as expressões das culturas ditas “clássica”, “popular” e “de massas”?

Instituições às quais se atribui a função de registrar e preservar os testemunhos do PENSAR e do FAZER dos homens, as quais sempre tiveram um ritmo próprio, agora têm que se adequar com agilidade a uma nova ordem e a

novas práticas. Não é uma tarefa simples, sobretudo para os museus de história, que se vêem obrigados não apenas a rever as antigas atribuições, mas ainda a acumular novas.

Aos museus de história se exige, na atualidade, acompanhar os passos de uma “nova” historiografia e refletir outros conceitos e ideais que não apenas os estabelecidos pela história considerada oficial.

Há que se ter cautela ao se expressar, dado que as celebrações de uns são as memórias dolorosas de terceiros. Há que se ter cautela em respeitar e refletir a história dos outros conduzindo melhor as diferenças.

As questões sobre o conceito do produto cultural não envolvem apenas os aspectos relativos à coleta de bens, mas dizem respeito também à forma como deverão os mesmos ser exibidos, o que na atualidade tem levado museus a provocar alterações em sua estética e em sua linguagem. O tema, sem dúvida, vem gerando dificuldades, dado que os museus simultaneamente devem comportar-se como instituições de pesquisa e produção de saber mas também, sobretudo, como um lugar de preservação de memória.

Outro aspecto importante a se considerar é que os museus, instituições consideradas tradicionalmente como conservadoras, instalados geralmente em edificações que necessitam ser modernizadas, vêm despendendo grandes esforços para criar condições que permitam oferecer modalidades diferenciadas de lazer e utilidades como lojas e restaurantes, galerias virtuais e megaexposições com “extravagâncias” antes impensáveis contemplando, por exemplo, cenografias teatrais, muitas luzes e muitas cores.

Há, portanto, um grande empenho por parte de tais instituições em desenvolver programas de natureza variada, fruto da necessidade de atrair diversificados segmentos de público, esforço este que pode ou não vir acompanhado da preocupação em manter-se coerente com o desenvolvimento de suas funções básicas.

Criam-se, então, galerias virtuais, transformam-se em grandes espetáculos as exposições, promove-se intenso intercâmbio internacional. A ordem é imprimir nas ações dos museus um dinamismo que implica “abrir as portas” e atrair multidões, oferecendo programas que possam competir com os grandes espetáculos temáticos, atingir metas condizentes com a conquista e manutenção de um elevado e constante fluxo de visitantes, produzir eventos que se mostrem sedutores aos olhos de patrocinadores em potencial e que propiciem excepcional retorno institucional e material.

Constatada a necessidade de promover tais mudanças, estas devem estar expressas claramente nas ações dos museus e os resultados devem ser de natureza pragmática, se possível mensuráveis.

É preciso, portanto, considerar estas questões pelo seu lado prático, devendo os museus, para promover as mudanças:

- apresentar condições estruturais para a consolidação e materialização de projetos acompanhando a produção historiográfica contemporânea;
- ter discursos abrangentes e claramente refletidos em suas atividades;
- ter os instrumentos para manter se a par das manifestações intelectuais mundiais crescentes e diversificadas e torná-las compreensíveis para o público;
- dispor dos mecanismos necessários para satisfazer os “cânones” do que na atualidade se convencionou chamar de turismo cultural e oferecer programas de lazer para o público nacional e internacional;
- estar equipados para enfrentar e responder aos desafios de uma nova e poderosa mídia como o cinema, vídeos, televisão a cabo, internet;
- fazer uso de equipamentos de moderna tecnologia, que rapidamente se tornam obsoletos, precisando ser substituídos.

Enfim, para serem reconhecidos como “instituições modernas e dinâmicas”, devem os museus estar aptos a atuar simultaneamente em muitas frentes e a percorrer a passos largos caminhos que seguem diferentes direções.

A ênfase no lazer cultural vem desencadeando transformações no desempenho dos museus, visando a atrair público cada vez maior e a fazer das visitas algo divertido e agradável, oferecendo comodidades como restaurantes e lojas. O grande desafio é caminhar seguindo estas novas direções e acompanhando novos ritmos, porém sem perder de vista as funções específicas que tradicionalmente são atribuídas a estas instituições, e que as caracterizam como museus.

Assim na terra como no céu
Celebrando os mortos, inspirando os vivos

Solange Godoy e Luis Antonelli

Nota biográfica

Solange Godoy é museóloga e mestranda em História Social da Cultura. Trabalhou como voluntária no projeto “Assim na Terra como no Céu”, exposição de curta duração feita pela Casa de Banho D. João VI - Museu da Limpeza Urbana da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB).

Luis Antonelli é arquiteto, com larga experiência na área de museografia. Atuou como coordenador geral do projeto “Assim na Terra como no Céu”.

Resumo

Assim na Terra como no Céu

celebrando os mortos, inspirando os vivos

Solange Godoy e Luis Antonelli

O artigo é o relato de uma experiência feita pela equipe da Casa de Banho D. João VI - Museu da Limpeza Urbana, com o apoio da COMLURB e de trabalho voluntário. O Museu, situado no bairro do Caju, procurou fornecer subsídios para uma reflexão sobre a importância da presença da necrópole, a segunda em tamanho na América Latina e a mais antiga do Rio de Janeiro, como lugar de Identidade e Memória.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, memória, necrópole, comunidade, celebração.

A poesia da história repousa no fato quase milagroso de que, por esta mesma terra, por este mesmo chão familiar, já caminharam outros homens e mulheres, tão reais quanto nós, com pensamentos próprios, levados pelas próprias paixões, todos já se foram, gerações e gerações completamente desaparecidas, da mesma forma que nós muito em breve desapareceremos como fantasmas ao raiar do dia.

G.M. Trevelyan

O bairro do Caju, tão tradicional na cidade do Rio de Janeiro, é referenciado na maioria das vezes pela existência de um número significativo de cemitérios, grandes e antigos. Na verdade, a necrópole do Caju é composta de quatro cemitérios e um crematório que constituem, juntos, a segunda área de enterramento das Américas. Em relação ao bairro, eles são um terço da área disponível e sua ocupação data do século XIX.

O cemitério vem sempre associado à idéia de perda, dor, sofrimento e saudade, de recordação, de memória. No entanto, autores contemporâneos consagrados, como é o caso de Anthony Smith, têm identificado os locais de enterramento e os rituais de comemoração aos mortos como importantíssimos para a construção da identidade nacional, por considerá-los um vínculo entre o passado, o presente e o futuro.

“Assim na Terra como no Céu” foi uma exposição de curta duração feita pela Casa de Banho D. João VI - Museu da Limpeza Urbana da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB), com o objetivo de motivar os moradores do bairro a conhecer o seu patrimônio, aumentando-lhes a auto-estima e a consciência do papel representado pelos mortos. Embora não tenham sido realizados estudos posteriores que verificassem de que forma a população local interagiu com a exposição e como foram as diversas



Fachada da Casa de Banho D. João VI - Museu da Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (COMLURB)

leituras em torno da mesma, pode-se dizer que a mobilização foi ampla e os resultados coincidiram com o que era esperado.

A partir da valorização do patrimônio artístico encontrado nas esculturas dos túmulos, num olhar voltado para elementos estéticos, o museu buscou modificar o significado da presença dos cemitérios no bairro, dando-lhes significado patrimonial artístico e de memória.

Uma série de atividades educativas, como ateliês de criatividade, funcionaram durante toda a duração da exposição para atender às escolas do bairro mediante agendamento prévio.

Organização

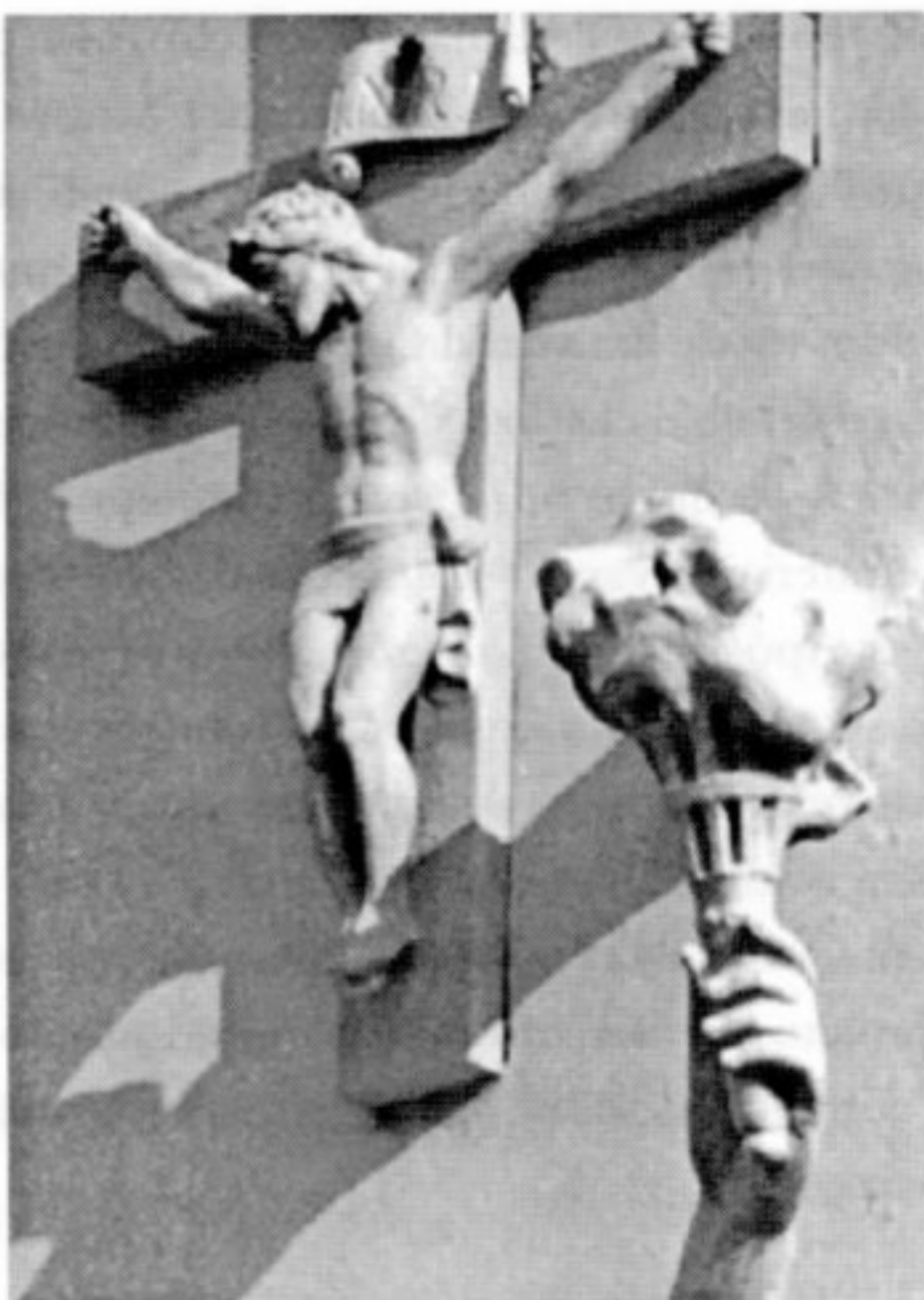
A exposição ocupou parcialmente o espaço interno da Casa de Banho de D. João VI, desenvolvendo-se em dois módulos temáticos. O primeiro módulo tratou das diferentes formas de enterramento e do significado das necrópoles ao longo da história; o segundo tratou das necrópoles do Caju em particular.

Acervo

Foram feitas grandes reproduções fotográficas das pirâmides do Egito, do Taj-Mahal, na Índia, e do cemitério dos caídos da primeira guerra mundial, em Vladsla, Bélgica.

O velho cemitério judaico em Praga, na República Tcheca, foi escolhido por seu significado histórico, pois existia desde a Idade Média e funcionou como necrópole até 1787, quando foi fechado por superlotação. Preservado durante a perseguição aos judeus nos anos da Segunda Guerra Mundial, é muito visitado hoje, como um lugar de memória. As lápides guardam identificação, nome, datas de morte e do enterro, e algumas fazem referências simbólicas a profissão do morto. O túmulo mais antigo é de 1439 e pertence ao rabino e médico tcheco, da cidade de Praga, Avigdor Kar.

O acervo do primeiro módulo de exposição constava de esculturas cemiteriais e urnas funerárias e cinerárias de coleções particulares e do Museu Histórico Nacional.



Textos

Não são exclusivas do mundo moderno as sepulturas dos ancestrais em locais especialmente reservados para esta finalidade. No Antigo Testamento, Livro de Gênesis encontramos uma passagem em que Jacó ordena ser enterrado junto aos pais na gruta do campo de Macpela, diante de Mambré, na terra de Canaã, que Aabrão comprara de Efron, o eteu, como posse funerária.

As sepulturas podem tomar formas arquitetônicas monumentais como as pirâmides do Egito ou o Taj-Mahal, na Índia, ou formas inusitadas como as urnas funerárias indígenas. O que importa é entender o sentido dado em toda a história da humanidade ao ato de reverenciar seus mortos, heróis, santos, líderes, artistas ou meros cidadãos, como forma de perpetuar no presente o passado e preparar o futuro que está por vir. No Livro do Êxodo, Antigo Testamento, há referência à volta do povo judeu à terra prometida. Ao deixarem o Egito, após tantos anos de permanência, levaram consigo ouro, prata e jóias para garantir o futuro incerto durante sua viagem pelo deserto hostil até chegarem a Israel. Moisés, seu líder, não levou ouro, nem prata, mas os restos mortais de José, seu ancestral, dentro de uma urna. Moisés havia compreendido que não há futuro sem passado, nem destino sem história. Se queria dar forma a um grupo de escravos refugiados e criar uma comunidade moral, uma nação, teria que dotá-los de um sentido, de um destino próprio.

O segundo módulo da exposição está ligado diretamente à necrópole do Caju. Foram feitas pesquisas nos diversos cemitérios e fotografias de algumas esculturas cemiteriais levando-se em consideração o valor artístico e histórico das mesmas. Após criteriosa seleção, foram reproduzidas e ampliadas algumas, que passaram a compor a exposição. Junto com a seleção de imagens foram feitos textos explicativos, assim como uma foto aérea do bairro do Caju, para dar idéia do espaço ocupado pelos cemitérios.

Os textos utilizados na exposição expressam, em detalhes, os objetivos buscados pelo projeto, ou seja, motivar os moradores do bairro a conhecer seu patrimônio, aumentando-lhes a auto-estima e a consciência do papel representado pelos mortos.

O conjunto de cemitérios do Caju é composto de quatro necrópoles e um crematório. São eles: Cemitério da Venerável Ordem III de Nossa Senhora do Monte do Carmo; Cemitério da Ordem III de São Francisco da Penitência; Cemitério Comunal Israelita; Cemitério São Francisco Xavier.

A área ocupada é de aproximadamente 1.191.756m² (um milhão cento e noventa e um mil, setecentos e cinquenta e seis metros quadrados), parte considerável do bairro.

Aí estão enterrados aproximadamente 1.100.000 (um milhão e cem mil) pessoas, num período de 164 anos, enquanto que a população do bairro do Caju, pelo último censo, é de 17.675 pessoas.

O Cemitério São Francisco Xavier foi o primeiro secularizado no Brasil. Possui áreas para mortos de outras religiões que não a religião católica, como a quadra 16, onde, por muito tempo, se enterravam judeus, até a criação do Cemitério Comunal Israelita em 1956.

O Cemitério de São Francisco Xavier data de 1839 e foi feito por iniciativa de um ilustre brasileiro, provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira.

É muito importante que a comunidade do Caju possa entender todo este espaço como um local de memória, de conexão com o passado, e como um local que abriga obras de arte da melhor qualidade e dos mais variados estilos.

Os cemitérios do Caju acolhem brasileiros e estrangeiros, pessoas de todos os credos ou sem nenhum deles; alguns de passado ilustre como José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, outros com vida militar destacada como é o caso do General Mallet, além de presidentes da República como Hermes da Fonseca e João Batista Figueiredo, artistas como Dina Sfat, escritores como Cruz e Souza e Clarice Lispector, músicos como Noel Rosa, Tim Maia, Lamartine Babo e outros que no anonimato deixam sua lembrança.

O reconhecimento e a homenagem aos mortos fortalecem a consciência dos vivos e dos que ainda nascerão para a importância das raízes e da identidade cultural. Este trabalho de redefinição do papel do cemitério foi muito importante para a comunidade de um bairro como o Caju, onde a população dos mortos é muito maior do que a dos vivos.

Hoje o Caju sofre sérios constrangimentos com a violência urbana. Muitos dos criminosos mortos são enterrados no Cemitério de São Fran

cisco Xavier, gerando clima de insegurança e mesmo de pânico na medida em que os comandos das diversas facções fecham os acessos do bairro no horário do enterro.

Será necessário haver sempre, por parte da população, um olhar de reconhecimento ao papel representado pelos cemitérios como local de memória, de referência e de identidade.

Atividades educativas e culturais

O Museu desenvolveu uma série de atividades para complementar as visitas, visando o seu público alvo preferencial, que são os estudantes das diversas escolas do bairro do Caju.

Foi programada para o final de semana a projeção de filmes que estivessem relacionados com o tema da exposição a fim de atender ao público em geral. No dia da abertura da exposição, o numeroso público do bairro que compareceu foi surpreendido pela presença de um anjo envolto em densa névoa, o que encantou os convidados! Tratava-se de um artista de teatro amador que faz um trabalho de escultura viva, envolto em fumaça de gelo seco. A idéia do anjo partiu da equipe de *design* da COMLURB, que contatou o artista ideal para que a idéia de aproximação com a morte não fosse feita de forma macabra ou carregada de sofrimento, mas sim com beleza e poesia.

Na semana que antecedeu a comemoração do Dia de Finados foi desenvolvida mais uma atividade artística, desta vez com inspiração na cultura mexicana: a montagem do “Altar dos Mortos”, com trabalhos elaborados nos ateliês.

O culto aos mortos no México reveste-se de um caráter especial e singular. Enquanto no resto do mundo este culto tem um aspecto sombrio e muitas vezes macabro, no México é festejado com cerimônias vistosas e cheias de cor e sentimento. Em diversos pontos do país, como Santo André Mixquic (Distrito Federal), Xantolo, Puebla e Pátzcuaro Michoacan, são realizadas festas populares entre 31 de outubro e 2 de novembro, todos os anos. Como observou José Antônio McGregor, “[a] cultura mexicana, consolidada em sua identidade, não distingue a vida e a morte: tudo é vida e a morte é parte dela...” Altares dos Mortos são montados para a celebração doméstica do culto aos

ancestrais. Neles são colocados retratos, velas ornamentadas com flores de papel estilizadas, cestas com alimentos como pão e doces especialmente preparados em forma de caveiras, incenso, máscaras, e muitas outras coisas referentes aos antepassados, mas sempre com muita cor e alegria. Os mexicanos acreditam que as pessoas só morrem quando são esquecidas e que a vida dos mortos consiste em fazer-se presente na lembrança dos vivos.

Foi essa a idéia que o Museu procurou passar para a comunidade na qual se insere, não só com a exposição mas também com as atividades educativas e culturais. Dentre essas atividades, uma das principais, e que maior resposta teve da comunidade local, foi o “Altar dos Mortos”. Este foi montado numa sala pequena especialmente preparada para este fim e constou de flores de papel multicoloridas, anjos de cartolina, recortes em papel de seda, inspirados nas bandeiras mexicanas, retratos, oferendas de doces em forma de caveira, máscaras e velas.

As visitas das escolas foram precedidas por um seminário organizado pelo Museu para as professoras que se interessaram pelo projeto e que trouxeram posteriormente seus alunos. Durante um semestre tivemos escolas agendadas e acompanhadas, atendendo grande número de alunos. Contamos com monitores especialmente contratados para este fim, selecionados entre estudantes de segundo grau do próprio bairro, que receberam uma bolsa de estímulo ao trabalho desenvolvido. A supervisão permanente foi dada pelo professor de arte Oswaldo Pontes Coelho David.

A exposição foi totalmente concebida e executada pela equipe da Casa de Banho D. João VI - Museu da Limpeza Urbana, coordenada pelo diretor Luis Antonelli. A museóloga Solange Godoy, com larga experiência, e atuando como voluntária, exerceu a função de curadora, tendo sido responsável pela concepção geral e pesquisa conceitual, no que teve a parceria de Santusa Magaldi. A museografia e a programação visual ficaram a cargo dos funcionários Gislaine Gomes Cassau e Maxwell Torres. As fotografias foram realizadas por Estevão de Lima e o projeto educativo, pelo professor Oswaldo Pontes Coelho David. Atuaram ainda Lenora Moraes de Vasconcellos como produtora executiva e William Wernick Mota como assistente de criação e *design*.

A exposição “Assim na Terra como no Céu” pode ser considerada importante ferramenta para a integração entre uma comunidade catioca,

sua memória e seu patrimônio material e imaterial. O Casa de Banho D. João VI - Museu da Limpeza Urbana não se situa num bairro central da cidade maravilhosa, que receba constante atenção do poder público, imprensa e formadores de opinião. Entretanto, esta ação, realizada com poucos recursos, demonstra como, nos dias atuais, os museus podem funcionar como importante equipamento cultural e educativo, atuando decididamente na implementação do desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida de uma cidade cheia de problemas, mas plena de possibilidades, como é o Rio de Janeiro.

Museografia contemporânea: suas opções

Vera Alencar

Nota biográfica

Vera Alencar é museóloga, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e funcionária do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1984, com passagem pelo Museu da República como Chefe da Sessão de Exposições e pelo Museu Histórico Nacional como Chefe da Divisão de Educação e, depois, como Coordenadora de Comunicação. Atualmente é diretora dos Muscus Castro Maya (Chácara do Cú e Museu do Açude).

Como sócia da Sábria Produções Artísticas, coordenou a edição dos seguintes trabalhos: *Caymmi, Som Imagem Magia* (livro e disco); *Tom Jobim 60 anos* (livro e disco); *Vinícius de Moraes* (livro e disco); *Bangu 100 anos* (livro) *Canto Carioca* (pranchas fotográficas e disco) e *Série Jardim Botânico* (gravuras).

Resumo

Museografia contemporânea: suas opções

Vera Alencar

Pretendo abordar o tema proposto, primeiramente, situando a museografia desde seu aparecimento até sua valorização como técnica de expor, tentando mostrar a complexidade de sua função e, principalmente, a dificuldade de se estabelecer o equilíbrio entre os diversos opostos que a ameaçam.

Para exemplificar uma das opções contemporâneas, como me é dado no tema, falarei de dois projetos que serão realizados concomitantemente no Museu do Açude: um deles dentro do museu – a reestruturação da exposição de longa duração – e o outro ao ar livre, através da criação de um circuito de instalações permanentes de artistas contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: museu, arte contemporânea, natureza, cultura, meio ambiente.

Este artigo foi baseado na comunicação apresentada durante o seminário internacional “História representada - o dilema dos muscus”, realizado no Museu Histórico Nacional entre os dias 7 e 11 de outubro de 2002.

Abrirei este trabalho falando da emoção que é estar de volta a esta Casa, onde trabalhei durante seis anos, e onde deixei muitos amigos. Agradeço em particular à Sarah Benchetrit, cujo trabalho competente na organização desses seminários torna especialmente honrosa a participação nos mesmos.

Outro sentimento que me assalta, neste momento, é o de orgulho. Orgulho por ter integrado a equipe que concebeu e montou o primeiro módulo da então novíssima exposição permanente do Museu Histórico. Esta ação estava articulada a um processo geral de grande porte e alcance, denominado “Revitalização do Museu Histórico Nacional”, e iniciado em 1985. A exposição “Colonização e Dependência” nos exigiu grande esforço, mas, hoje em dia, vejo claramente o significado que teve esse trabalho no cenário da moderna museografia brasileira¹.

Também aqui, neste mesmo lugar, no já distante ano de 1995, realizou-se o seminário “Museografia - A linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural”², proposto pelo IPHAN. Este seminário foi pioneiro, pois reuniu profissionais de notório saber, atuando nos países América Latina, para tratar dos caminhos da museografia nos países americanos. Naquela época, como eu disse, já um tanto distante, a questão já era tida como complexa, e a idéia de integração animava a todos os participantes.

Hoje, o Museu Histórico, comemorando com competência seus 80 anos, não só propõe como organiza este seminário denominado “História representada: o dilema dos Museus”, que, dentre diversas questões de fundo, propõe-se a discutir “A museografia contemporânea e suas opções”.

O que mudou de lá para cá? Ou melhor, como evoluiu o conceito de “museografia”? Sem pretender retroceder ao Templo das Musas, me proponho a fazer um rápida análise do processo de valorização da museografia como técnica de expos, tendo como parâmetro minha experiência e, num segundo momento, apresentar as opções adotadas nos Museus Castro Maya, utilizando como exemplos dois projetos que estão sendo realizados, concomitantemente, em uma de suas sedes, o Museu do Açude.

O termo “museografia” já era citado desde o início do século XVIII, mais precisamente desde 1727, quando Caspar Neickel publicou um tratado intitulado *Museographia*. Mas foi somente quando os museus acrescentaram

às suas funções de preservar e pesquisar uma terceira, que se revelou primordial, a de *comunicar*, que a museografia passou a exercer um papel fundamental. Isto só ocorreu em meados do século XX, com o surgimento de novas tecnologias.

O papel complexo e mutável que a museografia foi desempenhando, no decorrer dos anos, torna difícil sua definição. Sem dúvida, uma das melhores abordagens - ou, talvez, a melhor delas - na minha opinião é a do venezuelano Ciro Caraballo Perichi, em seu texto "Que é museografia?", apresentado aqui mesmo no já citado seminário de 1997³. Fazendo um rápido exame da história dos museus, ele os avaliou como uma das instituições mais criativas e dinâmicas do século XX, mesmo que quase meio mundo apontasse, com frequência, sua extinção como claramente previsível. Com relação à complexidade e mutabilidade da museografia, propõe Perichi que se pense no que o museógrafo estaria fazendo em cada um desses momentos⁴. Por exemplo: na década de 20, a Arte, reclamando seu direito de existir como forma de expressão autônoma, e não como atividade subordinada à arquitetura e à decoração, clamava por espaços neutros, sem moldura, sem cor, querendo o vazio como pano de fundo para a observação individual das obras. Neste caso, o museógrafo passa a atuar basicamente como técnico de iluminação de painéis, pois não lhe restava muito a fazer, nesses espaços destinados à arte pura. Num outro momento, a década de 90, acontece a entrada do computador no museu. Neste momento, as exposições incorporam um grande conjunto de tecnologias de informação e de sistemas multimídia que, articulados, trouxeram para dentro dos museus imagem, som e movimento, em grau nunca imaginado. O museógrafo passa, às vezes, a se fazer de engenheiro eletrônico, integrando ao ambiente toda uma parafernália de vídeos, televisores, música ambiente e efeitos sonoros.

Ao discutir sobre essas várias mutações, lembrei-me da teoria da "curvatura da vara", de Dermeval Saviani⁵. Este respeitado teórico da educação defende a idéia de que, em vários campos do conhecimento, quando um extremo aparece muito radicalmente, o equilíbrio só poderá ser alcançado com o aparecimento do outro extremo. Pegando as pontas da evolução da museografia, pode-se afirmar que também a esta disciplina se aplica a "curvatura da vara". Na sua origem, os espaços dos museus eram totalmente ocupados pelas obras, do chão ao teto. Não haviam reservas técnicas nem trata-

mento de informação, e os objetos eram colocados diretamente nas galerias e lá passavam toda sua vida. Atualmente, os espaços parecem não ser suficientes para a parafernália tecnológica, que vai do computador, passando por vídeos, equipamentos de som fixos e portáteis, até chegar aos diversos equipamentos de controle ambiental usados para assegurar a integridade do acervo. Qual seria o ponto de equilíbrio?

Nesse extremo da “vara” também estão os críticos da indústria cultural, que denunciam uma crescente “disneylandização” dos ambientes expositivos. O contexto de fundo é a denúncia de uma sociedade do espetáculo, de ímpeto consumista e descartável, ameaçando um dos últimos redutos em que a noção de cultura substantiva ainda predomina: o museu. Resta saber até que ponto essas exposições-espetáculo não estariam contribuindo para fazer dos museus uma mídia com características próprias, capaz de disputar espaço em um mercado cada vez mais competitivo⁶.

Por outro lado, quanto de uma atitude conservadora e pouco dinâmica sobre os processos de mudança cultural pode estar contida nessa visão apocalíptica, que vê a essência dos museus ameaçada pelas chamadas “megaxposições”?

Em seu trajeto de “templo” de um projeto político e cultural datado – o Estado nacional – a fórum das demandas do mundo contemporâneo, o museu tem sido reconhecido como um projeto cultural consistente e de grande utilidade. Sua renovação, nos últimos tempos, é inegável, e pode-se dizer que, no Brasil, os últimos quatro ou cinco anos equivalem aos últimos 15 anos nos países mais desenvolvidos. E a museografia, junto com os projetos educativos, vem formando a linha de frente da comunicação nos museus. Ambos precisam estar associados a uma intenção pedagógica. Logo, o ponto de equilíbrio entre objeto/conteúdo e sua instalação no espaço museal é hoje, certamente, uma das questões chave da museologia.

Enfim, a museografia não é um acessório, um complemento, ou (em certas visões mais radicais), um auxílio luxuoso: é a pele no corpo da exposição. E é através dela que se toca – e se sente – o corpo.

A museografia não deve querer ofuscar o brilho dos objetos expostos ou tentar disfarçar inconsistências curatoriais, dizem uns. No outro extremo, dizem alguns que uma exposição não deve ser uma expressão da leitura do curador, funcionando as obras como meras ilustrações de tal leitura, daquilo que o responsável gostaria que elas fossem, coisa que equivale a colocá-las

numa camisa de força. Uma visão de meio-termo é considerar a museografia como estruturante e recurso de valorização comunicacional. Deve concorrer para favorecer uma leitura clara, direta da proposta curatorial e tocar o público em sua dimensão sensível e emocional, dando vida ao enredo.

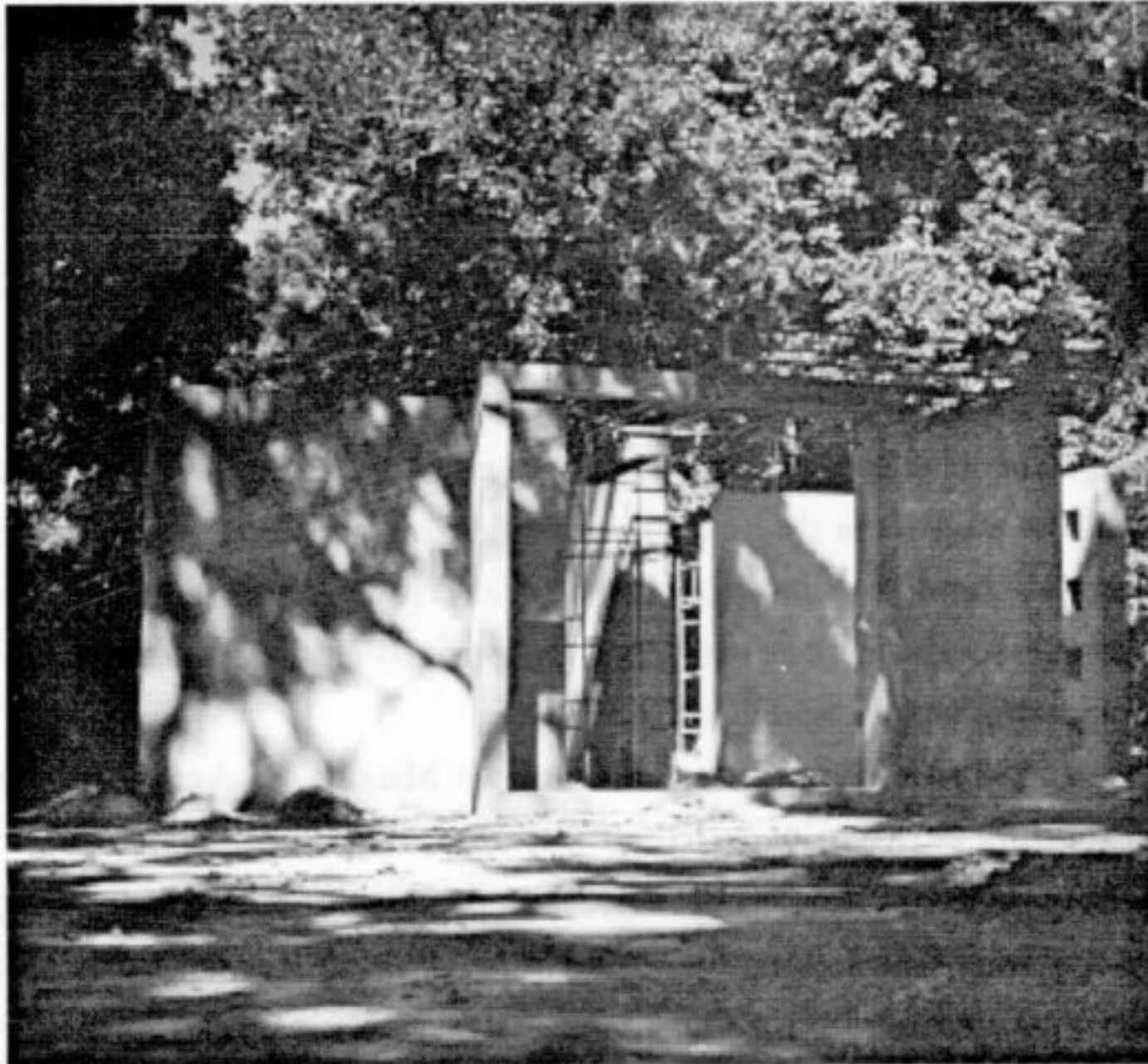
Parece claro que dificilmente se poderá discordar desses princípios “programáticos” da museografia; mas também não se discordará da importância dos componentes emocionais que levam o espectador, individualmente, a se identificar com parte, ou com toda a exposição. O espectador, mesmo sem saber, reivindica grande grau de autonomia, que usa para fazer múltiplas leituras, além e independentemente da que lhe é proposta pela curadoria e pela museografia.

Mas, para não ficarmos apenas na teoria, apresentarei, resumidamente, dois casos concretos, referentes a dois projetos em andamento no Museu do Açude⁷, que levantam novas questões e diferentes abordagens: o “Espaço de Instalações Permanentes”, ao ar livre, e a “Reestruturação da Exposição de Longa Duração”, no interior da Casa Principal.

Gostaria de explicitar o princípio do qual partimos para conceituar e desenvolver os critérios destes dois trabalhos. O Museu do Açude já foi definido como uma “jóia da cidade”, ainda que pouco visível, ou como lugar dentre aqueles que, na cidade do Rio de Janeiro, portam grande carga expressivo-simbólica. É consenso que a atmosfera do Museu do Açude, surpreendendo e extasiando seus visitantes, se constitui na nossa matéria-prima e capital, o substrato que deve inspirar nossas ações de intervenção em seus espaços. O sítio não se organiza de maneira aleatória ou meramente paisagística. Foi construído por Castro Maya, numa época específica, a partir de suas percepções, juízos e valores sobre seu tempo, sobre arte, patrimônio, coleção e bem viver. Desde então, vem sofrendo leituras e releituras, que incorporam, a partir de 1983, sua condição de museu.

O Espaço de Instalações Permanentes foi iniciado em 1999, com a curadoria de Márcio Doctors, apresentando trabalhos de Iole de Freitas, Anna Maria Maiolino e Hélio Oiticica⁸. Em 2002/2003 teve continuidade, através do apoio do Projeto Artes Visuais da Petrobras. Mais três artistas - Lígia Pape, José Resende e Nuno Ramos - realizaram obras especificamente concebidas para o Espaço de Instalações, que recebe tratamento museográfico adequado. Embora ao ar livre, esse espaço é firmemente caracterizado como circuito

foto: Vicente Mello



*Penetrável "Magic Square nº 5 de luxe" de Hélio Oiticica
acervo Fundação Museus Castro Maya.*

expositivo, com placas de sinalização, folheto explicativo, e demais cuidados inerentes a sua estruturação.

Ao implementar o "Espaço de Instalações Permanentes", que relaciona arte contemporânea e natureza, os Museus Castro Maya não só dão continuidade ao gesto inaugural de Castro Maya, que apoiava iniciativas artísticas e ambientais, como também encontra nos 150.000m² de Mata Atlântica o espaço museológico ideal para fazer manifestar essa proposta de relacionar arte e natureza como forças capazes de preservar a qualidade de vida. Para os que não estão familiarizados com o personagem, ele não só foi o grande responsável pela reestruturação da Floresta da Tijuca na década de 1940, como também praticou na sua própria residência essa interação arte-natureza, conforme se vê em algumas das imagens da época⁹.

O "Espaço de Instalações Permanentes" do Museu do Açude diferencia-se de um parque de esculturas ao afirmar um conceito de uso do espaço onde é enfatizada a integração necessária entre o artista e o meio em que ele

se situa através da obra (*site-specific*), isto é, a obra é criada de acordo com o local específico onde será instalada. Assim, ao pensar sua área florestal como parte de seu acervo e incorporá-la museologicamente, o museu dá vida à idéia de patrimônio integral.

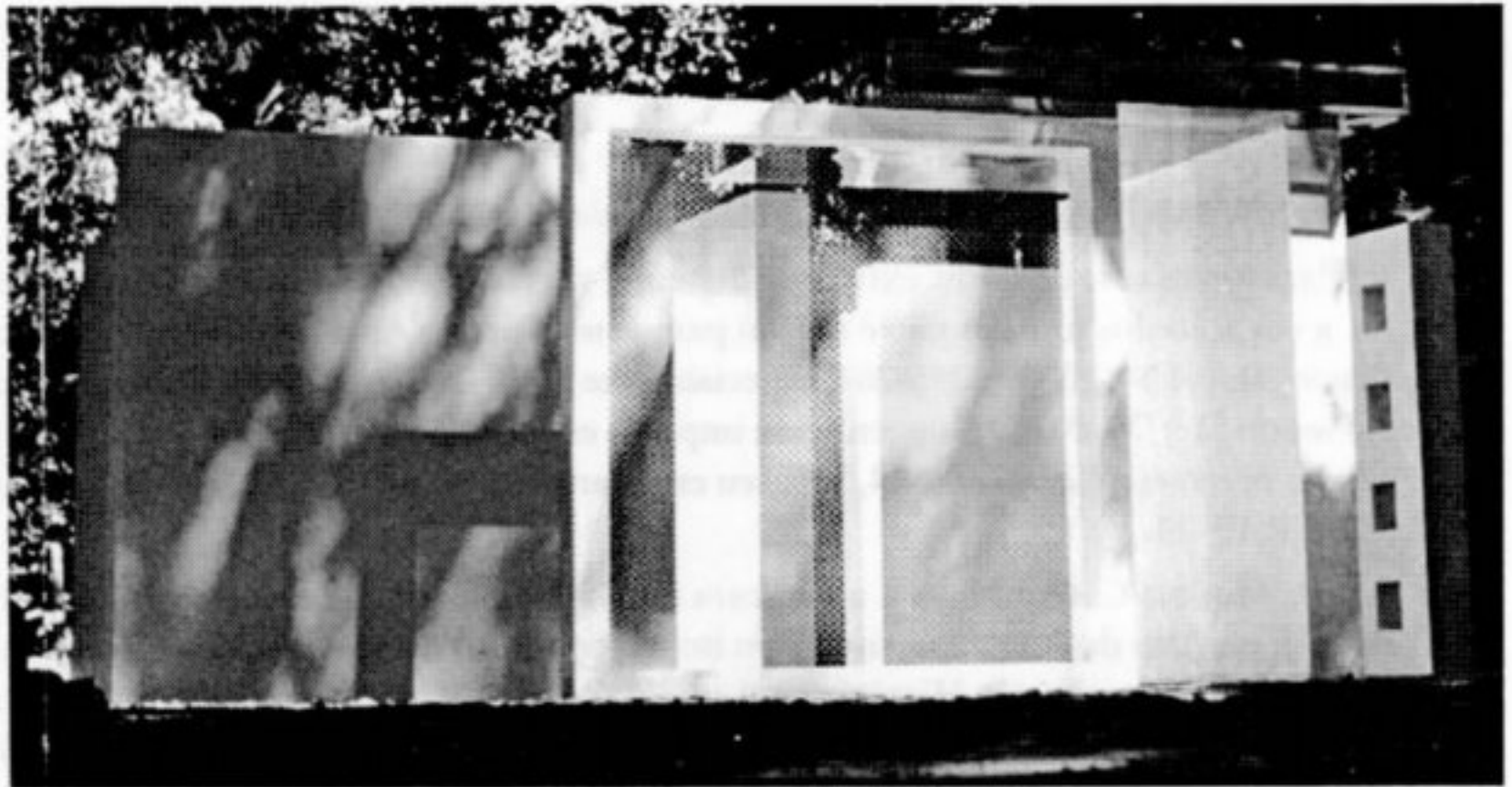
Portanto, com relação a este projeto, algumas questões têm sido levantadas e enfrentadas por uma equipe multidisciplinar, declarando-se que o desafio da equipe do Museu é tentar tornar mais legível, logo mais comunicativo e rico de experiências, o nexos, no espaço e no tempo, entre colecionador e coleção, tendo a cautela de não promover um conflito de linguagens ou desconexão de sentidos. Aliás, gostaria de dizer que este texto está impregnado das idéias de Paulo Sá, coordenador do projeto e pesquisador do Museu, com quem partilhei estas reflexões.

O segundo projeto em andamento no Museu do Açude se refere à reestruturação da exposição de longa duração, dentro da "Casa Principal". Aprovado pelo programa de apoio a museus da Fundação VITAE, este projeto visa a tornar mais nítidos os vínculos entre a coleção de arte, a memória da residência e a figura do patrono Castro Maya. A elaboração do projeto museográfico tomou como partido a manutenção dos referenciais da residência propriamente dita - sala de jantar, cozinha e lavabo - e a utilização dos demais espaços como áreas de exposição onde o acervo será enfatizado. Os recursos museográficos estariam assim voltados para o objetivo de promover uma leitura mais articulada entre o espaço e suas tradições de uso, entre os diversos núcleos do acervo em exposição - azulejaria, arte oriental, mobiliário, faiança, prataria e cristais - e a memória de quem o colecionou.

Se na área externa se parte do território ambiental (patrimônio natural), buscando-se atribuir ao mesmo um caráter museal, através da presença dos trabalhos de artistas contemporâneos, no circuito interno se busca que os objetos estabeleçam sinergia museográfica com o espaço arquitetônico (patrimônio cultural).

Concluindo, imagino que esses dois projetos, aqui considerados como dois lados do mesmo processo de intervenção museológica no Museu do Açude, uma vez concluídos, possam ser capazes de ilustrar a idéia de que uma intervenção museográfica deve guardar relação orgânica com a referência conceitual (no caso Museu-Natureza-Cidade), com a proposta curatorial es-

foto: Vicente Mello



*Penetrável "Magic Square nº 5 de luxo" de Hélio Oiticica
acervo Fundação Museus Castro Maya.*

pecífica e com as estratégias de ação comunicacional, isto é, a exposição de seu acervo bem interpretado e sua conseqüente ação educativa.

Acredito que estes projetos serão bem sucedidos à medida em que consigam oferecer ao visitante, de forma sensível e plástica, régua e compasso para que, quando na atmosfera exuberante da residência da Floresta da Tijuca, possa surpreender o Castro Maya contemporâneo de seu tempo e o diligente viajante ao tempo passado de nossa cultura, pois talvez ninguém melhor do que ele tenha percebido que o modernismo continha um viés de tradição.

Notas

1. Para uma visão geral do Processo de Revitalização do Museu Histórico Nacional, ver GODOY, Solange de S. *O Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 1988; ver também GODOY, Solange de S.; LACERDA, Luís Carlos A. de. *Museografia e Museu: um estudo de caso nos oitenta anos do Museu Histórico Nacional*. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol.34, p.167-188, 2002.

2. O conteúdo deste seminário, realizado nas dependências do Museu Histórico Nacional, foi editado em livro. Ver ARNAUT, Jurema Kopke E.; ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. *Museografia: A linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN: OEA, 1997.

3. PERICHI, Ciro Caraballo. Que é museografia? In: ARNAUT, Jurema Kopke F., ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. *Op. cit.* P. 17.
4. Idem. P. 23ss.
5. Ver SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Ed. Cortez, 1983.
6. Para um exame dos dois extremos do tema, ver a entrevista de Peter van Mensch "... a vocação dos museus não é ser um parque temático." (Anais do Museu Histórico Nacional, vol.34, 2002, p.245-264, especialmente p.257-260) e SMITH, Jeffrey. Exposições no Met, MoMA e Guggenheim: impacto econômico sobre Nova York. *CADERNOS de Memória Cultural* (N.4, "Museu em Transformação", 1998), Rio de Janeiro, 1988. P. 10 -11.
7. "Os Museus Castro Maya – a Chácara do Céu, em Santa Teresa, e o Museu do Açude, no Alto da Boa Vista, integram hoje o conjunto de museus pertencentes ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura. Residências de Raymundo Ottoni de Castro Maya, foram por ele doadas à fundação que levou seu nome. Criada em 1963, foi extinta em 1983 quando deixou de ser uma fundação, para constituírem os Museus Castro Maya. (...) Buscando não apenas registrar, mas também sistematizar a orientação de Raymundo Ottoni de Castro Maya, foi elaborada a filosofia dos Museus da Chácara do Céu e do Açude. A partir da ampliação do conceito de patrimônio – que atualmente inclui, além dos bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, o meio ambiente e os chamados bens não-tangíveis (...) e a moderna teoria museológica, que considera como principais responsabilidades dos museus Preservação-Pesquisa-Educação, foi definido, para cada um dos Museus Castro Maya, um trinômio que identifique sua prática cultural específica. Para o Museu do Açude estabeleceu-se o trinômio Museu-Natureza-Cidade, justificado não apenas pelo aspecto óbvio de sua localização no seio da Floresta da Tijuca, como sobretudo, pelos nexos históricos de Castro Maya com a floresta e pela atualidade da questão da preservação do patrimônio natural." (BRASIL, Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya. *Museus Castro Maya*. Museu do Açude, Chácara do Céu. Rio de Janeiro: Agir, 1994. P.20-24.)
8. DOCTORS, Marcio. *Espaço de instalações permanentes*: Iole de Freitas, Anna Maria Maiolino. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 1999; _____. *A forma na floresta: espaço de instalações permanentes*: Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2000; _____. *A forma na floresta: espaço de instalações permanentes*: José Resende, Lygia Pape e Nuno Ramus. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2003.
9. Sobre a relação entre Raymundo Ottoni de Castro Maya entre seus tempos e suas coleções, alguns interessantes aspectos podem ser encontrados em SIQUEIRA, Vera Beatriz. Certeza da forma, fracasso do estilo: A paixão pela atualidade do colecionador Castro Maya. *Anais do Museu Histórico Nacional* (Vol. 33, 2001), Rio de Janeiro, 2001. P. 59-72.

Papéis monumentais
A cidade do Rio de Janeiro e o patrimônio
documental brasileiro

Márcia Chuva e Luiz Cristiano de Andrade

Nota biográfica

Márcia Chuva é historiadora do IPHAN e doutora em História pela UFF.

Luiz Cristiano de Andrade é historiador contratado pelo IPHAN, especialista em História da Arte e da Arquitetura no Brasil pela PUC-RJ e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

Resumo

Papéis Monumentais

A cidade do Rio de Janeiro e o patrimônio documental brasileiro

Márcia Chuva e Luiz Cristiano de Andrade

O artigo analisa a constituição de acervos documentais e bibliográficos na cidade do Rio de Janeiro, como parte dos processos de formação do Estado brasileiro e de invenção de identidades nacionais. Este exercício, por um lado, pretende debater o uso da noção de *patrimônio* no Brasil, e, por outro, tenta contribuir para a desnaturalização das práticas de seleção e reunião de documentos. Os acervos em questão constituem os vestígios de práticas que tinham a intenção de fundar lugares de memória da nação e, portanto, são entendidos como parte integrante do *patrimônio* da cidade. A noção de *patrimônio* indica aqui não uma excepcionalidade intrínseca ao objeto, mas a operação de atribuição de valor que caracteriza os bens culturais.

PALAVRAS-CHAVE: documento, memória, monumento, patrimônio cultural, instituições de pesquisa, Rio de Janeiro, patrimônio nacional.

Os documentos não aparecem aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável designo dos deuses. A sua presença, ou ausência, nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas...

Marc Bloch

A constituição do patrimônio cultural do Rio de Janeiro ancorou-se sobretudo na valoração da arquitetura civil, militar e religiosa da cidade. Quando o termo “patrimônio” é mencionado, impossível não pensar no Mosteiro de São Bento, no Convento e Igrejas de Santo Antônio, na Igreja de N. S. da Glória do Outeiro, nos Arcos da Lapa, no Paço Imperial, ou – para citar um exemplo de construção mais recente – no prédio do Ministério da Educação. Mas seria esse o patrimônio mais significativo da cidade?

Este artigo pretende tratar de um patrimônio histórico e cultural bastante peculiar da cidade do Rio de Janeiro, quer por sua identidade com a história da cidade, quer pelo reconhecimento unânime do seu valor excepcional e único, ou, ainda, por pertencer, legitimamente, a todos os brasileiros: trata-se das instituições de memória e casas de pesquisa de âmbito nacional, historicamente constituídas no Rio de Janeiro, que marcaram e permearam a vida de estudantes anônimos e de intelectuais consagrados, muitos dos quais oriundos de outras regiões e que para a cidade afluíram.

No Rio de Janeiro, além dos tradicionais bens arquitetônicos, também os elementos naturais foram de modo significativo protegidos pelo tombamento, talvez pela sua generosa beleza. Desta forma, a Pedra da Gávea, o Parque Nacional da Tijuca, os morros Cara de Cão, da Babilônia, da Urca e Dois Irmãos, entre outros, são considerados patrimônio nacional, inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN.

É correto afirmar também que, tradicionalmente, a tangibilidade dos bens culturais orientou as políticas de preservação no Brasil e no Rio de Janeiro. Esse procedimento, iniciado com os primeiros tombamentos do SPHAN, em 1938, pode ser compreendido pelo predomínio dos arquitetos nas instituições de preservação, mas não somente por isso¹. É necessário, ainda, compreender a concepção de patrimônio que embasou as ações de preservação naquele momento inicial e que deu suporte à continuidade dessas ações posteriormente². De início, deve-se assinalar que a reflexão acerca da tensão entre o caráter material e imaterial de todo patrimônio foi bastante prejudicada pela ênfase dada às suas características físicas, estético-estilísticas. Se pensarmos que todo *patrimônio* se constitui a partir da prática cultural de atribuição de valor a objetos, bens, manifestações, enfim, práticas e vestígios de práticas culturais, e que seu valor resulta dos significados que lhes são atribuídos, podemos compreender que todo patrimônio é, por natureza, imaterial. Por sua vez, podemos afirmar também que, por mais que se valorizem os significados atribuídos, acreditamos que é possível generalizar o fato de que todo patrimônio é representado por alguma materialidade, ainda que sejam componentes de uma expressão volátil ou fugaz, como uma dança ou uma música. Ambas, além de poder ser registradas em novos suportes, como o áudio-visual, deixam vestígios materiais do evento que se dissipou no ar, como os instrumentos e as partituras musicais, as roupas, os adereços.

Desse modo, a (di)visão de *patrimônio material e imaterial* é, sim, histórica - resultado de lutas de representação em torno da noção de patrimônio e das políticas públicas de preservação cultural - e não ontológica. Para chegar à raiz desse assunto, é preciso entender que qualquer *patrimônio*, do monumento arquitetônico à música - da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto ao Tambor de Mina do Maranhão - é nada mais que vestígio ou indício de práticas culturais às quais foram atribuídos significados que unem um grupo identitário.

Nessa perspectiva, os acervos documentais e bibliográficos, constituídos sob a guarda das instituições de memória, são, sem dúvida, objetos aos

quais se pode atribuir valor de patrimônio, ao ser considerados não só em sua dimensão material - as características físicas do seu suporte expressas nas qualidades da sua forma e edição -, como em sua dimensão imaterial - suas representações, as informações que contêm, as interpretações da realidade às quais se filiam, o ambiente histórico em que foram produzidos e as diversas formas de apropriação vivenciadas ao longo do tempo.

A tradicional concepção de patrimônio, elaborada no bojo da construção dos estados nacionais, no século XIX e, no Brasil, principalmente a partir do século XX, privilegiou a monumentalidade arquitetônica. Naquele contexto, os monumentos seriam provas materiais do passado nacional, entendendo-se, desse modo, que seu valor de prova ou exemplo estava contido no próprio objeto, era intrínseco a ele e não atribuído pelos homens, como resultado de uma escolha.

A partir dos anos 70, no século XX, tomam espaço, no Brasil, questionamentos a esta noção de “patrimônio”. Estes novos pensamentos ganham força teórica e política a ponto de desestabilizar as representações de autenticidade e verdade contidas e naturalizadas na noção tradicional. No Brasil, criticava-se, então, a ênfase exagerada dada ao patrimônio de “pedra e cal”, especialmente representativo das elites brancas e católicas. Tais críticas encontraram sua caixa de ressonância no Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, que funcionou entre 1975 e 1979 com o objetivo de valorizar bens culturais que expressassem a diversidade cultural brasileira, além dos monumentos arquitetônicos primordialmente identificados como representativos da nação até aquele momento³.

Trata-se, portanto, de um contexto em que se processa uma ampliação das “coisas patrimoniais”, a partir da ação de diversos grupos sociais, trazendo questões que passaram obrigatoriamente a ser tratadas pelos órgãos de preservação. Dentre elas, ressalta-se a preocupação em relação aos diferentes sujeitos em jogo no processo de atribuição de significados e valores aos bens culturais selecionados – através da noção de *referência cultural*. Não obstante o novo discurso sobre os bens culturais tenha se projetado amplamente e se incorporado ao IPHAN, na prática, as mudanças significativas em relação à

noção de patrimônio não se tornaram hegemônicas na gestão do patrimônio cultural no Brasil. As medidas de descentralização promovidas pelo poder público, estruturando novos órgãos de proteção dos poderes estaduais e municipais⁴, tiveram como pressupostos a tradicional concepção patrimonial de excepcionalidade arquitetônica, advinda do IPHAN⁵. Posteriormente, já na virada para o século XXI, o deslocamento das atenções em relação ao produto cultural, em favor de uma preocupação em relação ao processo de produção e seus agentes - através da noção de *patrimônio imaterial* - torna-se a principal chave de entendimento da noção de patrimônio⁶.

Ainda em 1972, a iniciativa de se preservar uma instituição de memória de expressão nacional da cultura brasileira - a Biblioteca Nacional - deixa bastante clara a permanência e a reafirmação do paradigma arquitetônico⁷. Os estudos de tombamento no IPHAN, iniciados a partir da solicitação do Instituto dos Arquitetos do Brasil e apoiado pelo Clube de Engenharia, colocou em campos opostos os arquitetos do IPHAN; Paulo Santos - relator do processo de tombamento no Conselho Consultivo do Instituto, que defendia o tombamento do conjunto de prédios ecléticos da Avenida Rio Branco, desde a Avenida Almirante Barroso até o Palácio Monroe - e Lucio Costa, contrário à medida de proteção de todo esse conjunto. Os defensores da proposta alegavam que as edificações eram testemunho da remodelação da cidade empreendida durante o governo de Pereira Passos, fato que assinalavam como o mais importante da passagem do Império para a República. A perspectiva que orientava os defensores do tombamento atribuía um conteúdo histórico ao bem arquitetônico, o que diferia essencialmente das concepções modernistas de Lucio Costa (e do IPHAN) que, em última instância, opunham as marcas da história às qualidades universais e atemporais do que chamava a "boa arquitetura".

Contudo, havia um elemento de maior urgência para a preservação do conjunto: a pressão exercida pelo Jockey Clube, que pretendia demolir a sua sede e o prédio contíguo, também de sua propriedade, o Derby Clube. Para que fossem evitadas essas perdas, seria necessário negociar, mas a falta de unidade de pensamento no interior do IPHAN levou à vitória do Jockey

Clube, com a construção de um arranha-céu de 35 pavimentos no lugar dos edifícios do Jôquei e do Derbi Clube. Quanto aos conflitos no interior do IPIIAN, resultaram no tombamento das edificações do Museu Nacional de Belas Artes, do Teatro Municipal, da Câmara Municipal, da Caixa de Amortização e da Biblioteca Nacional, mas, também, na aprovação da recomendação de demolição do Palácio Monroe, que foi brutalmente executada sem que nada tomasse o seu lugar, tornando-se um vazio preñado de significado na cidade do Rio de Janeiro.

As representações que consubstanciam as práticas de preservação cultural estão permanentemente em luta, como neste caso exemplar. Mas os indícios dessa luta podem ficar em segundo plano pelo discurso hegemônico acerca do patrimônio no Brasil. No caso, as razões que fundamentaram o processo de tombamento eram de todo arquitetônicas. De fato, o resultado representou uma ampliação do tipo de arquitetura protegida pelo IPHAN, somando alguns exemplares ecléticos da Avenida Rio Branco à imensa lista de edificações coloniais e algumas modernas. Mesmo no caso da Biblioteca Nacional, o valor – e, portanto, a legitimidade do tombamento – foi conferido tão somente pela excepcionalidade da edificação. O seu acervo, que constituiu a razão precipua pela qual o próprio prédio foi projetado, não fez parte dos debates havidos naquele ano.

Não se pode afirmar que nunca houve uma preocupação do IPHAN em relação aos acervos documentais e bibliográficos. O Decreto-lei nº 25, de 1937, instituiu que a constituição do patrimônio histórico e artístico nacional incluía, entre outros, os bens móveis de excepcional valor bibliográfico. Em suas viagens, Rodrigo Mello Franco de Andrade coligiu diversos documentos que se perdiam nas igrejas e casas de câmara e cadeia de diversas cidades, formando assim parte do acervo do Arquivo Central do IPHAN. Contudo, os documentos deveriam apenas embasar a construção da memória acerca dos monumentos nacionais, ou, mais especificamente, da arquitetura nacional. A eles caberia chancelar a autenticidade do monumento, ainda que não lhes fosse atribuído um valor, significado ou sentido, ou seja, ainda que não se tomassem *patrimônio*.

Segundo esse entendimento sobre o que é o documento, é interessante lembrar a etimologia da palavra tombamento. Nas palavras do jurista Hely Lopes Meirelles:

As expressões *Livro do Tombo* e *tombamento* provêm do Direito Português, onde a palavra *tombar* significa *inventariar, arrolar ou inscrever* nos Arquivos do Reino, guardados na *Torre do Tombo*. Por tradição, o legislador brasileiro conservou as expressões reinícolas na nossa “lei de tombamento”. E fez bem, porque começou assim a preservar o nosso patrimônio lingüístico, dando o exemplo aos que vão cumprir a lei.⁸

Por sua vez, a origem do termo “documento” confunde-se com as origens filológicas da palavra “monumento”, como tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. A idéia de documentar está na gênese do pensamento da preservação, pois os arquivos e bibliotecas, originariamente, tiveram a função de guardar a memória administrativa e jurídica das monarquias européias ou das grandes famílias, ao longo da Idade Moderna. Os *monumentos* documentam uma história e materializam a “memória” de todo um grupo, do mesmo modo que os *documentos* são monumentalizados, por serem capazes de assegurar veracidade à memória construída de um grupo de identidade.

Nesse sentido, é fundamental assinalar a importância dos saberes materializados nos livros e das práticas culturais de colecionar, inventariar, classificar, expressas na constituição de coleções e na organização dos acervos. Essa prática, que no Rio de Janeiro ganha fôlego no século XIX, tornou-se uma característica tradicional da cidade, que monumentaliza uma parcela integrante da cultura brasileira e constitui um *patrimônio* de valor inquestionável, tanto quanto a sua exuberante paisagem natural e os seus excepcionais exemplares arquitetônicos. Estes dois últimos elementos compõem o cenário que reforça a crença de que a cidade, não obstante tenha perdido o seu *status* político, permanece a “capital cultural do país”.

Contudo, se os projetos arquitetônicos – desde Grandjean de Montigny até Christian de Portzamparc, passando pelos ecléticos, neocoloniais e modernos – desempenham importante papel na consolidação dessa imagem, não se

pode diminuir o valor das instituições de pesquisa de âmbito nacional existentes no Rio de Janeiro. Não só pelos documentos que comportam, mas pela atividade de produção de conhecimento que geraram e pelos saberes que nelas foram engendrados. Os acervos documentais e bibliográficos aqui localizados são, ainda, um dos traços do período que o Rio de Janeiro sediou a capital do Império e da República e, portanto, são fundamentais como referência cultural da cidade e objeto de memória dos cidadãos.

Dessa forma, os acervos guardados nas instituições de pesquisa de âmbito nacional sediadas no Rio de Janeiro são indícios significativos e vestígios materiais incontestáveis da construção da memória nacional – ou, na expressão de José Murilo de Carvalho, das sucessivas imagens produzidas sobre a nação brasileira⁹. Este esforço foi empreendido principal e primeiramente no Rio de Janeiro, pois o pensamento produzido na então capital era conformado pelo seu caráter nacional, sendo impossível escapar dessa pregnância, de modo que a identidade da cidade confundia-se com a identidade da nação. No intervalo de quase cem anos, foram fundados na cidade o IHGB (1838) e o SPHAN (1937), duas casas que se destacaram em diferentes momentos de construção da identidade nacional. Seus acervos e suas histórias são referenciais e exemplares, sendo expressão desses diferentes projetos de nação empreendidos em seus contextos de criação.

É impossível desvincular a história da cidade do Rio de Janeiro da história da nação e, em decorrência, da dimensão que a constituição e as apropriações desses diferentes acervos documentais têm na história da cidade. Seguindo a tradição de Pierre Nora, a história da cidade pode e deve ser contada a partir dos seus “lugares de memória”, que liberam uma dimensão memorial e têm, ao mesmo tempo, uma existência material, simbólica e funcional¹⁰.

Durante o período colonial, seria anacrônico defender qualquer tipo de papel cultural para a cidade de São Sebastião, principalmente de influência sobre as demais capitanias. Em primeiro lugar, porque não se pode tratar da cultura como esfera autônoma entre os séculos XVI e XVIII, já que tal entendimento é operável somente com o advento do Iluminismo. Em segundo lugar, o contato difícil entre as capitanias não permitia integração significativa.

Seus governantes correspondiam-se mais facilmente com Lisboa do que entre si. As práticas letradas emulavam os condicionamentos retóricos que chegavam de Portugal. Ademais, os textos produzidos, assim como os registros de governo, eram, via de regra, enviados a Lisboa. No Brasil, a documentação era armazenada sobretudo pelas ordens religiosas, também proprietárias dos poucos livros que chegavam, pois até o século XIX não havia instituição com a finalidade de guardar e conservar documentos.

Nos Oitocentos, contudo, o processo de secularização da sociedade brasileira encontra no Rio de Janeiro o seu principal foco. Em 1808, com a chegada da família real, seriam instaladas as primeiras instituições de saber públicas e laicas na cidade – o Museu Real, a Biblioteca Régia e o Real Horto. A internacionalização do Rio de Janeiro e a constituição de seu caráter cosmopolita têm início, sem dúvida, a partir de então. E, no alvorecer do Império brasileiro, as elites dirigentes progressivamente absorvem a necessidade de construção de um sentimento nacional, o que se dará, dentre outras medidas, com a nacionalização de algumas instituições criadas pela corte portuguesa no Brasil, ou com a criação de novas instituições, todas elas voltadas para a construção de uma história nacional e de uma feição própria à nação brasileira, bem como para o fortalecimento do Estado Nacional.

Além do valor das informações contidas no amplo acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os seus livros e manuscritos constituem, principalmente, vestígio de práticas das sucessivas administrações da instituição desde o retorno da família real à Europa¹¹. A Biblioteca continuou a adquirir livros e a formar coleções, passando também a organizar importantes eventos, como, por exemplo, a Exposição de História do Brasil de 1881, que ensejou a reunião de textos impressos e manuscritos, mapas, estampas, medalhas e moedas, que se encontravam dispersos nas mãos de colecionadores particulares ou sob a guarda de outras instituições. Além da produção de estudos e teses que ensejou, a BN – como a chamam seus mais íntimos usuários – publicou diversos outros documentos nos *Anais da Biblioteca Nacional*, desde 1876 e na revista *Documentos Históricos*, desde 1928.

Na esteira da afirmação nacional e do poder imperial, advindos do processo de Independência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - o IHGB - foi criado em 1838. Segundo José Murilo de Carvalho, o Instituto foi responsável pela criação de uma imagem romântica da nação, a fim de manter a unidade do país sob o regime monárquico¹². Além de produzir a história da nação, o IHGB também possuía a atribuição de coletar documentos sobre a história pátria. O Rio de Janeiro era, assim, o baluarte da unidade do Império, e a permanência na cidade dos documentos coligidos pelos sócios do Instituto perpetua a memória dessa função, desempenhada ao longo do século XIX. A revista trimestral do Instituto, atualmente, é, no gênero, a mais antiga das Américas.

Também em 1838, e como parte do mesmo projeto, foi criado o Arquivo Nacional, atual órgão da Casa Civil da Presidência da República. A principal atribuição do Arquivo era, além de centralizar e gerir as fontes sobre a história pátria, prestar um serviço cartorial, pelo caráter comprobatório de parte de seu acervo, especialmente relacionado à propriedade da terra e de bens, espólios, inventários, negócios, etc. Entre os seus 55Km lineares de documentos, destaca-se o acervo de história colonial luso-brasileira. Atualmente, a instituição é responsável pela gestão de documentos públicos e preside o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que criou o registro de arquivos privados de interesse público, a fim de valorizar esses acervos sem usar o instrumento do tombamento¹³.

Pode-se afirmar que esta prática cultural de reunir, traduzir ou transcrever, enfim, de organizar publicações, viabilizando o acesso a fontes documentais localizadas por pesquisadores e estudiosos em um imenso e diversificado acervo, permanece atual e tem cada vez mais se aprimorado, ainda que o *documento* tenha se transformado desde o século XIX, deixando de ser fonte de verdade, para tornar-se hoje vestígio de uma época, indício das representações de uma dada ordem social.

A função cultural da cidade cresce significativamente na segunda metade dos Oitocentos e início dos Novecentos. Durante a *belle époque*, os homens de letras que desejavam obter reconhecimento nacional estabeleciam-se no

Rio de Janeiro. Com o advento da abolição de escravatura e da República, tornou-se fundamental construir uma nova imagem do país. Com esse objetivo, o Distrito Federal foi completamente remodelado. Em suas ruas eram editados os principais jornais e localizavam-se as mais importantes livrarias e editoras, como a Garnier e a Laemmert. Essa centralidade ensejou a criação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras, que, a partir de então, passou a constituir também o seu próprio acervo bibliográfico.

A cidade, remodelada na República para enquadrar-se aos novos padrões sanitários, urbanísticos e civilizatórios europeus do começo do século XX, continuou abrigando instituições que visavam forjar uma imagem moderna e civilizada da nação. Em 1922, foi fundado o Museu Histórico Nacional, como parte das comemorações do Centenário da Independência, reunindo um acervo museológico, bibliográfico e arquivístico dedicado à história brasileira. No Museu, dirigido inicialmente por Gustavo Barroso, funcionou a Inspeção de Monumentos Nacionais, de 1933 até 1937, e foi ministrado o primeiro curso de museologia do país, o qual formou inúmeras gerações de profissionais, até sua transferência para a Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO, na década de 70.

Podemos identificar também um outro conjunto de instituições, vinculadas aos antigos ministérios sediados na cidade, cujas funções administrativa e política da época foram transferidas para a capital federal, e que se tornaram arquivos históricos, de caráter nacional. São eles o Serviço de Documentação da Marinha e o Arquivo Histórico do Exército, que disponibilizam aos pesquisadores desenhos e cartografia de todas as regiões brasileiras dos tempos coloniais e do século XIX, especialmente. Também o acervo do Arquivo e da Mapoteca do Itamarati, constituído não só de farta documentação oriunda dos momentos iniciais da diplomacia brasileira, no século XIX, da consolidação das fronteiras nacionais desde o século XVIII até o começo do século XX, com o Barão do Rio Branco, e da profissionalização da carreira diplomática no Brasil, como, primordialmente, das preciosas plantas produzidas pelos engenheiros militares portugueses ao longo do período colonial - indícios de uma meticulosa prática

colonizadora urbanística portuguesa -, dentre as quais se destaca o atlas de João Teixeira Albernaz e que, a partir de novas abordagens, têm ampliado o universo de investigação histórica.

Acompanhando o pensamento de José Murilo de Carvalho referido acima, a partir de 1930, outro momento de invenção da identidade nacional, houve a criação de novas instituições e, com elas, novos acervos arquivísticos e bibliográficos. Em que pese o caráter autoritário e de orientação populista do regime de Vargas, ele minou o poder das oligarquias estaduais, proeminente desde a Proclamação da República, e pela primeira vez foi elaborado um discurso positivo sobre o povo brasileiro. Com a instauração do Estado Novo, essa direção se consolida como projeto governamental, incorporando-se às malhas do Estado um grande número de intelectuais de diferentes matizes, abrigados, acolhidos ou cooptados pelo Estado. Desse modo, os conflitos dispersos na sociedade civil foram contidos pelo Estado, que passa a ter o controle e a capacidade de regulamentar setores especialmente ligados à área da cultura, da propaganda pública e da educação, com a criação do Ministério da Educação e Saúde - MES.

Dentre os vários órgãos criados que implementaram a marca da política cultural estadonovista, dentro do MES, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional institucionalizou uma nova frente de intervenção no mundo social. Ou seja, com funções semelhantes de construção de uma memória e uma identidade nacional, constituiu um novo acervo de bens materiais tornados *patrimônio*, e, para a preservação de tais bens e a implantação efetiva das práticas de preservação cultural na esfera pública no Brasil, constituiu-se um acervo documental inédito até então. No Arquivo Central do IPHAN – atual Arquivo Noronha Santos – formou-se um acervo com documentação da burocracia estatal, isto é, documentos técnico-administrativos tais como relatórios, estudos e pareceres dos profissionais da instituição, desenhos e fotografias dos bens tombados e atas das reuniões do Conselho Consultivo, ainda hoje realizadas no Palácio Gustavo Capanema. Ao acervo, organizado por Carlos Drummond de Andrade como funcionário de carreira do IPHAN desde 1945, somam

se os documentos que fundamentaram os estudos para a criação do SPHAN, anteriores ao ano de 1937.

A Biblioteca Noronha Santos – assim denominada a partir de 1954, em homenagem a um de seus maiores colaboradores e profundo conhecedor da história do Rio de Janeiro – foi criada ainda em 1936 por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Além das obras nas áreas de história da arte e arquitetura, Rodrigo M. F. de Andrade realizou um esforço hercúleo para adquirir coleções de quase todos os periódicos publicados pelas instituições culturais do país.

Ambos, biblioteca e arquivo Noronha Santos, bem como o próprio SPHAN, estabeleceram-se na sede do Ministério da Educação desde 1945, quando o prédio modernista foi inaugurado por Gustavo Capanema. Apesar do poder público, que há anos subutiliza suas dependências e descuida de suas instalações, o Palácio recebe visitantes do Brasil e do exterior para conhecê-lo como patrimônio arquitetônico consagrado mundialmente e é referência para pesquisadores do patrimônio cultural brasileiro. Com o lançamento da sua candidatura à Lista de Patrimônio Mundial pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, esse uso originário, persistente até os dias de hoje, adaptado às modernas instalações – sem paredes – tornou-se, simbolicamente, parte estrutural do monumento, ao compor sua memória na origem. Neste momento, ao se consagrar o monumento como patrimônio mundial, seria fundamental a construção de instrumentos de pesquisa que ampliassem significativamente o acesso do público, e particularmente dos estudiosos, ao patrimônio cultural brasileiro, através do seu registro em diferentes suportes, bem como o sólido estabelecimento de um centro de altos estudos para a formação de profissionais de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Essa grande massa documental e bibliográfica embasou as sucessivas imagens da nação, produzidas desde o século XIX por intelectuais sediados no Rio de Janeiro, ainda que a produção da intelectualidade carioca freqüentemente não tenha sido assinalada, talvez em virtude de seus estudos não se aterem às questões locais, mas, sobretudo às nacionais.

Para se pensar o Brasil, era (e é) preciso consultar as fontes guardadas no Rio de Janeiro. Paulistas como Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade, paraenses como José Veríssimo, mineiros como Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo de Mello Franco de Andrade, pernambucanos como Gilberto Freyre, sergipanos como Sílvio Romero, entre outros nomes, sempre tiveram o Rio como destino para o enriquecimento de seus artigos, livros, ensaios ou teses. Aqui foram germinadas obras universais dos maranhenses Coelho Neto e Ferreira Goulart, do paraense José Veríssimo e do sergipano Sílvio Romero, mas também dos cariocas Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio, para citar alguns.

Portanto, esses acervos são constituintes da cidade e constituídos pela cidade, cuja história ainda hoje se confunde com a vida da nação. Os arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro, durante anos pólo aglutinador da intelectualidade brasileira, são parte integrante dessa construção historiográfica e permitiram que a história intelectual carioca, por vezes obliterada, adquirisse contornos específicos.

Rio de Janeiro: cidade guardiã da “memória nacional”

A cidade do Rio de Janeiro construiu, progressivamente, como parte de sua história, uma ampla, significativa e complexa rede de instituições de memória e casas de pesquisa de caráter nacional, como apoio a diferentes projetos de construção da nação em sua capital política e cultural. Esta rede, composta por um conjunto de instituições criado com a intencionalidade de forjar uma feição para a nação, constituiu um acervo incomparável, como o da Biblioteca Nacional, do IHGB, do Museu Histórico Nacional, do Arquivo Nacional e do IPHAN. Sem embargo, outros acervos igualmente notáveis, de caráter nacional, estabelecidos no Rio de Janeiro, embora não tenham sido reunidos com a mesma finalidade, tornaram-se casas de pesquisa, compondo essa rede de consultas integradas tradicionalmente sediada na cidade. Este grupo é formado pelos arquivos ministeriais, que preservaram o caráter fundamentalmente histórico que orientou os acervos no Rio de Janeiro após a transferência da capital para Brasília, sendo todos eles profundamente enraizados na

cultura cosmopolita da cidade, dentre os quais destacamos o Ministério das Relações Exteriores – Itamarati, bem como o Exército e a Marinha brasileiros.

Essas instituições, como árvores frondosas que constituem a paisagem do Rio de Janeiro e abrigam os vestígios da história brasileira e os estudiosos de todo o Brasil, permanecem dando frutos. Sediadas no Rio de Janeiro, essas casas lutam há aproximadamente um século para construir temporalidades e instrumentalizar as pesquisas que buscam compreender a formação da sociedade brasileira. O caráter catalisador e central da cidade do Rio de Janeiro, consolidado historicamente, é permanentemente atualizado na memória não somente dos cariocas, como de todos os brasileiros, constituindo-se num valor próprio quando referido às casas de pesquisa de âmbito nacional nela enraizadas.

Por fim, usufruir e apropriar-se dessas instituições de memória ou casas de pesquisa não somente como *lugares*, mas também como “lugares de memória”, é um dos modos possíveis de se compreender, ainda que parcial e fragmentariamente, a complexidade do espaço urbano do Rio de Janeiro: seus usos; os hábitos constituídos e constituintes desses lugares e as sociabilidades e lutas que engendram; suas inúmeras temporalidades; as escolhas que propiciam; os cultos cívicos e as práticas cidadãs e públicas que acolhem, do mesmo modo que as individuais e privadas; as manifestações de poder a que dão lugar e as relações sociais que engendram, que modelam toda e qualquer cidade no plural.

O Brasil é plural e deve multiplicar-se – os *lugares*, como construções simbólicas que se formam em função de práticas culturais e grupos territorializados, só existem, efetivamente, se verdadeiramente interagirem nos ritos, que agregam grupos e geram sentimentos de pertinência e identidade. Essas instituições de memória, como *lugares*, se desterritorializados, correm o risco de tornar-se um *não lugar* – sem identidade, sem pertencer a ninguém.

Numa ordem democrática e plural, os órgãos de preservação devem, prioritariamente, garantir o direito ao reconhecimento dos valores atribuídos aos bens culturais por diversos grupos, por todos que compõem a sociedade brasileira. Para compreendermos a rede de instituições de memória como patrimônio do Rio de Janeiro nessa perspectiva, é preciso

ultrapassar a enganadora divisão entre o popular e o erudito e dar acesso a todos os cidadãos, garantindo a todos que ainda são excluídos a possibilidade de apropriar-se dessa riqueza, que é do povo brasileiro. Ao invés de disputado, o acesso ao conhecimento deve ser ampliado e simplificado, tornado cotidiano, capacitando todos a compreender a complexidade da sociedade brasileira e a conviver com a diferença.

A tradição, ou melhor, o valor da tradição, deveria ser o mediador em conflitos e negociações de ordem político-cultural. A constituição de hábitos e práticas de pesquisa com base no acervo existente no Rio de Janeiro é uma tradição incorporada por pesquisadores, estudiosos, etc., e a centralidade da cidade, nesse aspecto, é parte da tradição de produção intelectual brasileira, constituínte de uma memória que merece ser atualizada, permanentemente, com o fomento à produção cada vez maior de estudos em todo o Brasil, baseados nesses acervos historicamente constituídos.

O tombamento realizado pelo INEPAC, em dezembro de 2002, das instituições de memória de âmbito nacional existentes no Rio de Janeiro, encaminhado pelo Conselho Estadual de Cultura, vem ao encontro dessa tese e põe fé na sua perspectiva democrática e plural, pois o contrário disso seria tratá-las como produto de uma cultura elitista, de forma reificada, primeiro passo para realmente impedir o acesso democrático a essas fontes.

Notas

1. Para uma discussão mais ampla acerca da sócio-gênese das práticas de preservação cultural no Brasil ver CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil nos anos 1930 – 40*. Niterói, Rio de Janeiro: UFF. Depto de História, 1998. Tese de Doutorado em História.

2. Sobre a operacionalização dos critérios estético-estilísticos, ver o estudo de caso de MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do PHAN*(N.22, 1987), Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, 1987. P. 108-122.

3. Para uma compreensão do CNRC e sua incorporação ao IPHAN, sob a direção de Aloísio Magalhães, ver FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
4. Órgãos estaduais e municipais de preservação cultural, como o INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural / RJ, IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico / MG, ou o DGPC – Departamento Geral de Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro, dentre outros.
5. MOTTA, Lia. *Patrimônio Urbano e memória social* práticas discursivas e seletivas de preservação cultural (1975-1990). Rio de Janeiro, 2000. Dissertação de Mestrado. UNI-RIO.
6. CHUVA, Márcia. “Patrimônio imaterial: práticas culturais e construção de identidades de grupos”. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Grupo Gestor (org.). *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/ MG, 2002.
7. Arquivo Noronha Santos. Processo de Tombamento nº860-T-72.
8. MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiro Editores, 2003. P. 546.
9. CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas.” In: *Pontos e bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
10. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (N. 10, dez. 1993), PUC: São Paulo, 1993.
11. Sobre a constituição do acervo, composto inclusive por cimélios e incunábulo herdados da Biblioteca Real Portuguesa ver: SCWARCZ, Lillian Moritz. *A grande viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. Atualmente, as suas cinco seções guardam o oitavo maior acervo bibliográfico do mundo.
12. CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* P.241-242. Ver ainda: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional” *Estudos Históricas* (N.1, 1988/1), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1998.
13. Para mais informações sobre a política de documentação no Brasil ver CAMPOS, Ana Maria Varela Cascardo *et alii*. *Gestão de Documentos: conceitos e procedimentos básicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

Um típico museu brasileiro na área de ciência e tecnologia

Cláudia Penha e Marcus Granato

Nota biográfica

Claudia Penha dos Santos, nascida no Rio de Janeiro, formou-se em Museologia pela UNI-RIO em 1988 e iniciou sua vida profissional na Superintendência de Museus da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais como responsável técnica dos Museus Guignard (Ouro Preto) e Casa Alphonsus de Guimaraens (Mariana). Desde 1992 atua como chefe do Serviço de Conservação e Processamento Técnico de Acervo no MAST/MCT. Em 2001 obteve o título de especialização em Teoria da Arte: Fundamentos e Práticas Artísticas, pela UERJ. Atualmente, desenvolve seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz.

Marcus Granato, nascido no Rio de Janeiro, graduou-se em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1980. Iniciou a vida profissional no Centro de Tecnologia Mineral, onde desenvolveu e coordenou projetos de pesquisa tecnológica. Em 1993, obteve o título de Mestre em Ciências (M.Sc) pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia Metalúrgica (COPPE/UFRJ). Transferiu-se para o MAST em 1997, onde atuou como chefe do Departamento de Museologia por quatro anos e coordenou diversos projetos de preservação de patrimônio e divulgação científica. Atualmente, desenvolve seu doutorado em restauração de objetos culturais metálicos, dentro do mesmo programa de pós-graduação já citado.

Resumo

Um típico museu brasileiro na área de ciência e tecnologia

O Museu de Astronomia e Ciências Afins

Cláudia Penha e Marcus Granato

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) é um dos poucos exemplos de museu de ciência e tecnologia (C&T) na América Latina. Criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1985, vincula-se, a partir de setembro de 1999, diretamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Suas atividades têm sido direcionadas para a preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio a partir do seu acervo. Este artigo está organizado em quatro partes, apresentando, inicialmente, um breve panorama acerca da conceituação de museus de ciência e o histórico do MAST. Em seguida, é traçado um quadro do momento presente da instituição e de suas perspectivas futuras, que, segundo os autores, se consolidariam na forma de um museu científico brasileiro responsável pela implementação da política nacional de preservação da memória da C&T.

PALAVRAS-CHAVE: museu de ciência e técnica, instrumentos científicos, história das ciências.

Introdução

As atividades de divulgação, educação e alfabetização científicas em espaços não-formais acontecem em dois tipos bem característicos de instituição: os museus de ciência e os centros de ciência. O debate conceitual que confronta estas modalidades de instituição não é objeto deste artigo, contudo, alguns comentários se fazem necessários. A atual definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM) relaciona tanto os museus tradicionais como os centros de ciência como instituições museais. Porém, diversos autores apontam para diferenças entre estas instituições, diferenças estas que gostaríamos de ressaltar.

McManus¹ classifica os museus de ciência, de acordo com suas temáticas, em museus de primeira, segunda e terceira gerações. Os primeiros são os de história natural, que surgem em meados do século XVIII, no rastro dos gabinetes de curiosidades. Nessas instituições, as coleções já classificadas passam a ser utilizadas para fins de estudo e difusão. Ainda naquele século, aparecem os museus de ciência e tecnologia industrial, cujo foco é voltado para o ofício e para o avanço científico, sendo o primeiro exemplo o *Conservatoire des Arts e Métiers*. Os museus de terceira geração têm como base os fenômenos e conceitos científicos, apresentando uma forma nova de comunicação com o público e enfatizando a ciência e a tecnologia contemporâneas em exposições interativas - são os denominados centros de ciência.

Bragança Gil e Lourenço² apresentam uma outra possibilidade de classificação que divide os museus de ciência em primeira ou segunda geração. Os primeiros são aqueles que apresentam objetos históricos e de importância documental para a história das ciências, enquanto os de segunda geração, também conhecidos como centros de ciência, são os que apresentam os princípios e fundamentos da ciência através de módulos participativos. Segundo estes autores, a tendência mais recente é integrar as abordagens histórica e interativa.

Em função das diferenças apontadas anteriormente, a visão sobre o tema apresentada por J. M. M. Loureiro coaduna-se com a opinião dos autores. Segundo Loureiro

(...) o museu de ciência se diferencia do centro de ciência em virtude de sua configuração como instituição voltada à preservação, gestão e difusão da história, produtos e influências socioculturais da ciência. Nesse sentido, o museu de ciência configura-se ainda, principalmente por meio da exposição museológica, como instrumento de divulgação científica.³

Os questionamentos acerca do conceito de divulgação científica não são objeto deste artigo, entretanto, é importante ressaltar que ao falarmos de divulgação científica devemos estar atentos aos “(...) perigos do pedagogismo ou como mensagem tão didática que reduz o saber ao ver”⁴.

O MAST é uma instituição que apresenta características das diversas tipologias aqui apresentadas. Contudo, não podemos deixar de frisar que as atividades desenvolvidas na instituição a partir e em torno de sua principal coleção - a de instrumentos científicos - nortearam nossas reflexões em torno da conceituação desse museu e do seu papel social. A questão se torna um pouco mais complexa pelo fato de estarmos, entre outros aspectos, analisando um grupo de instrumentos científicos que também são objetos museais, objetos que perderam seu valor de uso e adquiriram o valor de documento. A integração entre as dimensões relacionadas à utilidade e ao significado desses objetos aqui se contrapõe, dificultando o encontro dos meios adequados de utilização deste acervo em exposições temporárias e de longa duração. Os instrumentos científicos enquanto objetos museais não são utilizados mais para determinar distâncias angulares ou para observação dos espectros das estrelas. A função de ver o invisível foi alterada para a de ligação do visível com o invisível.

Em 1958, a *International Union of the History and Philosophy of Science*⁵ reconhece a importância dos instrumentos científicos como uma das principais fontes da historiografia contemporânea. Os instrumentos científicos já não são mais considerados apenas artefatos técnicos interessantes, mas testemunhos materiais do passado, podendo ainda ser utilizados por professores

de ensino médio como forma de estimular uma abordagem histórica e didática da ciência moderna.

Um pouco da história da instituição

As origens institucionais do MAST remontam ao Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins - PMAC (RE nº130 do CNPq, de 11/10/82), que tinha como objetivos lançar as bases para a criação de um museu de ciências voltado para a preservação, para a pesquisa histórica e para a formação de recursos pedagógicos, além de elaborar um projeto para a preservação da memória científica brasileira. Em um segundo momento, surge o Núcleo de Pesquisa em História da Ciência (04/12/1984), coordenação diretamente ligada ao CNPq com ênfase em pesquisas em história das ciências no Brasil e onde surgem as primeiras iniciativas para a criação do MAST.

O MAST é criado oficialmente em 08 de março de 1985 (RE nº30/85 do CNPq) como um instituto de pesquisas do CNPq, passando, em setembro de 1999, juntamente com os demais institutos de pesquisas do CNPq, para o vínculo direto com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

As edificações históricas e as coleções envolvidas nesse processo de criação são preservadas por lei federal de 1986 (processo nº1009-T-79/IPHAN), estando registradas no Livro Histórico volume 1, folhas 94-97, inscrição 509, de 14/08/1986⁶. O MAST é criado na perspectiva de ser um “espaço não só de preservação, mas de difusão da cultura científica”⁷. A imagem apresentada a seguir mostra a sede do MAST, no bairro de São Cristóvão (Rio de Janeiro), em foto de 2002.

O acervo inicial do MAST foi constituído de objetos, cúpulas e pavilhões de observação procedentes do Imperial Observatório/Observatório Nacional (ON) e de documentos textuais do ON e CNPq, estando diretamente relacionado com a história das ciências e das técnicas dos séculos XIX e XX. O tombamento dividiu o acervo institucional em arquivístico, bibliográfico e museológico.

A partir da análise dos planos diretores da instituição, verifica-se que o processo de consolidação institucional sempre se baseou nos princípios de



Sede do MAST (foto de Roberto Delpiano).

preservação do acervo, difusão e popularização da ciência e pesquisa em história das ciências. Na prática, as ações do museu sempre foram norteadas por essas premissas, às vezes com predomínio de uma área em detrimento das outras. Neste sentido, a partir de 1992, quando da criação do Departamento de Museologia, a área de preservação das coleções, entendida em seu sentido lato (registro, documentação, conservação e pesquisa do objeto), passou a receber um maior incentivo, permitindo a conservação e o registro sistemáticos do acervo museológico. Nesse mesmo ano, intensificam-se os esforços de elaboração do projeto da primeira exposição de longa duração do MAST.

Em junho de 1995 é inaugurado o primeiro módulo da exposição permanente (“Quatro Cantos de Origem”) e instala-se a reserva técnica de instru-

mentos em algumas salas do prédio sede, sendo esta reserva incorporada ao circuito de visitação do museu como reserva técnica visitável. A partir daí, são ampliadas as áreas de exposição permanente, buscando-se contextualizar parte da coleção em espaços temáticos (“Espaço Espectroscopia”, “Espaço Sismologia”, “Observando o Céu”). Por outro lado, os espaços interativos são aprimorados com base nas pesquisas em educação realizadas pela instituição. Ao longo dos anos, são instalados o “Laboratório de Ciências”, “Ciclos Astronômicos e a Vida na Terra” e “Estações do Ano: A Terra em Movimento”.

Durante todo o período de funcionamento, o MAST investe maciçamente na formação e titulação da sua equipe de profissionais. Além disso, procura canalizar parte de seu orçamento, além de financiamentos de outras fontes, para a conservação e o restauro dos bens imóveis que estão sob sua guarda. Destaca-se um projeto em parceria com a Fundação VITAE, finalizado em 2001, para o restauro do Pavilhão da Luneta Equatorial de 32cm.

O MAST hoje

O MAST apresenta hoje uma estrutura organizacional com quatro coordenações técnicas (Museologia, Educação em Ciências, História da Ciência e Documentação em História da Ciência) e as seguintes missões institucionais:

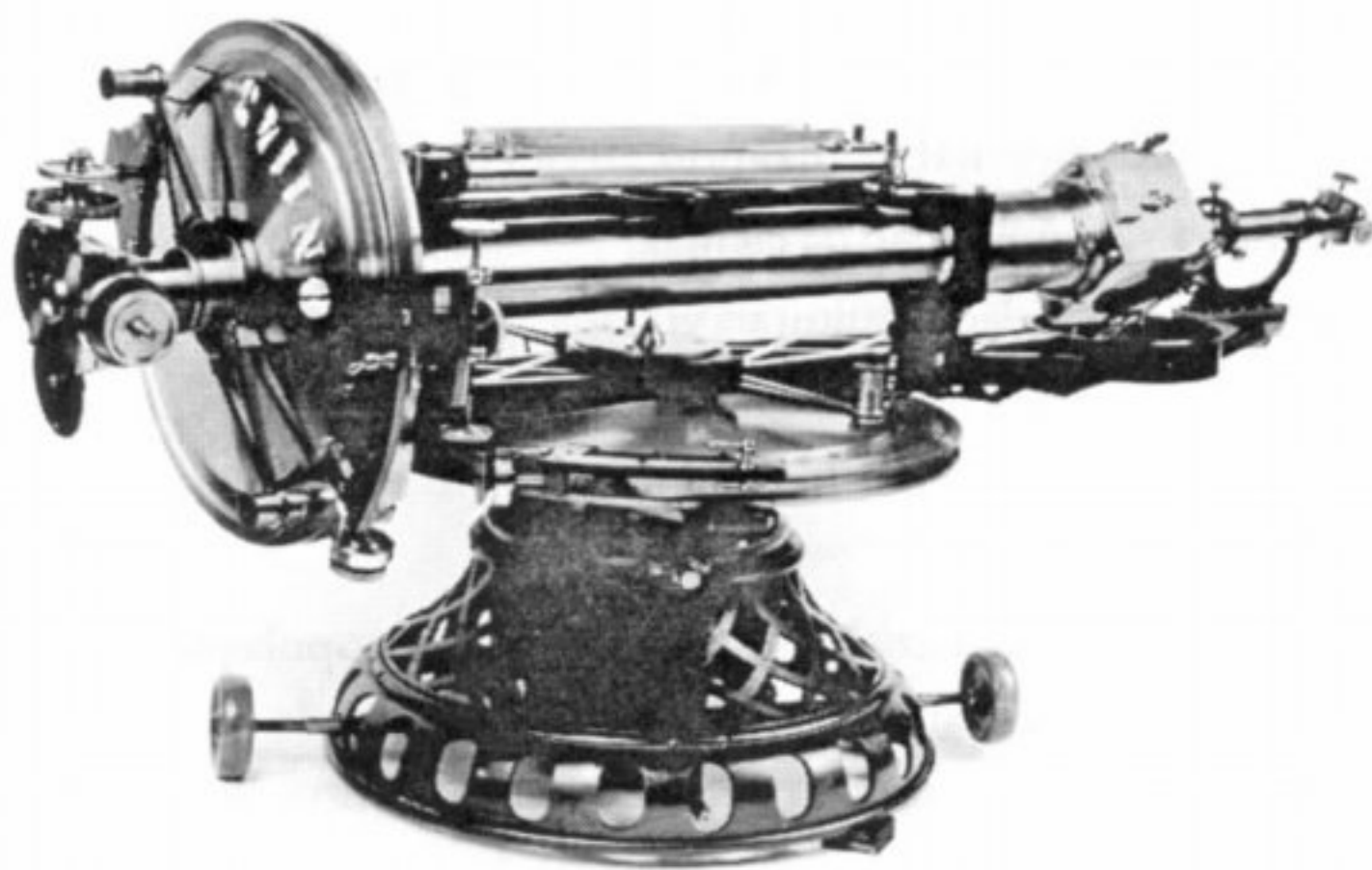
- preservar e estudar os elementos constitutivos do legado científico e tecnológico nacional, realizando atividades educacionais dirigidas ao estímulo e sensibilização da ciência;
- desenvolver atividades culturais voltadas para a compreensão da natureza e das relações entre sociedade, ciência e técnica;
- produzir e divulgar conhecimentos sobre a história da ciência e da técnica;

Acredita-se que o ensino da ciência para a população em geral é um dos mais importantes fatores para a inclusão social do indivíduo. E neste aspecto o MAST tem assumido papel de crescente importância, uma vez que vem elaborando e realizando programas de divulgação científica, buscando sempre o fortalecimento da cidadania. Como museu de ciência e técnica, tem o importante papel social de servir de ponte entre o saber acadêmico e

tecnológico produzido nos mais importantes centros de pesquisa do Brasil e do mundo e o público em geral.

O acervo histórico do MAST, constituído pelas coleções museológicas, por arquivos históricos de instituições científicas e de cientistas brasileiros e por edificações de importância histórica, tem crescido de forma ininterrupta, mas em ritmos muito variados. Foram incorporados ao acervo institucional arquivos importantes como os de Luis Cruls, Feiga Rosenthal, Jacques Danon, Alexandre Giroto e Bartira Arezzo, entre outros, além de objetos do Instituto de Engenharia Nuclear e doados por particulares. O acervo bibliográfico cresceu substancialmente (mais de 7.000 volumes), tomando a biblioteca do MAST referência em suas áreas de atuação.

O acervo museológico é formado por esculturas, equipamentos fotográficos, instrumentos científicos, instrumentos de comunicação, máquinas e motores, máquinas de escrever e mobiliário. A coleção de instrumentos científicos conta atualmente com 1.640 objetos e foi a primeira a ser registrada museologicamente, por ser a mais significativa em termos numéricos e a que melhor caracteriza o MAST como um museu de ciência e técnica. É formada,



Altazimute Prismático, acervo MAST (foto de Job/Vicente Valverde – Visual Studio).

em sua maioria, por instrumentos adquiridos pelo Imperial Observatório/ Observatório Nacional entre os anos de 1850 e 1930 e fabricados principalmente na Alemanha, Inglaterra e França, além de alguns poucos instrumentos produzidos no Brasil. A imagem a seguir apresenta um dos raros exemplos de instrumento científico fabricado no Brasil no século XIX⁸.

Foi estabelecida uma classificação por tipologias para esses instrumentos, com base em critérios internacionais, abrangendo as seguintes áreas: astronomia, cálculo e desenho, cosmografia e geografia, medição do tempo, eletricidade e magnetismo, geodésia e topografia, geofísica e oceanografia, mecânica, meteorologia, metrologia, navegação, ótica, termologia e química. A publicação do inventário da coleção em 2000 e do cd-rom *Acervo Museológico* permitiram ampliar o conhecimento do público sobre a coleção.

O museu tem desenvolvido um amplo trabalho educativo, tanto junto ao público visitante, como em escolas, pelo qual foi premiado nacional (Prêmio José Reis/2000) e internacionalmente (Red-POP/1997). Entre as atividades realizadas regularmente nessa área pelo museu destacam-se o treinamento de professores, o programa de visitação escolar e a produção e divulgação de material didático específico, além de atividades culturais regulares (quartas, sábados e domingos), sempre buscando ampliar o acesso da população ao conhecimento científico. Através de sua página na internet (www.mast.br), tem disponibilizado uma série de informações, inclusive apresentando parte de sua coleção de instrumentos científicos, exposições virtuais, acervo bibliográfico e a bibliografia brasileira de história da ciência⁹.

O MAST desenvolve também parcerias com outras instituições científicas para a preservação de acervos arquivísticos e de instrumentos científicos, bem como para a realização de exposições, prestando ainda serviços no treinamento e capacitação de técnicos para a preservação de acervos históricos institucionais.

Como base para o desenvolvimento de todas as suas atividades, o MAST realiza pesquisas sobre educação em ciências e sobre preservação e história das ciências, esta última configurando-se como uma área abrangente e interdisciplinar de estudos da filosofia e das ciências humanas e sociais.

Organiza congressos, seminários e palestras em âmbito nacional e internacional, publicando livros e artigos nas suas áreas de atuação, destacando-se ainda a construção de bases de dados informatizadas para facilitar a pesquisa de visitantes.

As perspectivas institucionais

Nos últimos dois anos, o MAST tem passado por um processo de questionamento institucional face a uma incompreensão do seu papel enquanto instituição museológica no âmbito de um ministério voltado para a pesquisa em ciência e tecnologia. Em função das avaliações ministeriais, vários modelos institucionais já foram propostos, como por exemplo: a continuidade da instituição como se apresenta hoje, com missão similar e vinculações institucionais diversas; a extinção do MAST e sua absorção por outro instituto de pesquisas do MCT; a extinção ou reformulação do MAST e a utilização parcial ou integral de seu patrimônio e equipe na formatação de uma nova instituição com viés vinculado à preservação do patrimônio histórico de ciência e tecnologia brasileiro.

Os autores entendem que a preservação da memória de ciência e tecnologia brasileira passa efetivamente pelos moldes de uma instituição museológica, uma vez que esta por definição está fundamentada em três pilares principais, quais sejam: preservação, pesquisa e socialização do patrimônio e do conhecimento produzido. Estamos aqui apontando para uma instituição que vincula a preservação à divulgação e que faz da pesquisa a base para o desenvolvimento de seus trabalhos.

A instituição teria abrangência nacional, funcionando como um centro produtor de conhecimento e de procedimentos de preservação de coleções e arquivos, e para a coleta de documentos (arquivísticos e objetos), atuando como um centro executor e orientador no que concerne à política nacional de preservação da memória de ciência e tecnologia. O museu assim constituído teria como referência a história das ciências e das técnicas no Brasil.

Esta instituição teria como uma de suas finalidades promover o esclarecimento e a reflexão sobre os grandes temas científicos e tecnológicos, utilizando meios como exposições itinerantes, material de divulgação específico (vídeos, programas de TV, livros, folhetos etc.) ou internet. Sob sua respon-

sabilidade estariam o estímulo à criação de praças e núcleos de divulgação e preservação da cultura científica no país.

A idéia de que a ciência trabalha com leis e conteúdos universais é aceita sem maiores restrições. Contudo, também é corrente que o desenvolvimento científico e tecnológico é próprio de um lugar. Por essa razão, a inserção de um museu de ciência e tecnologia numa cidade como o Rio de Janeiro é determinante para a compreensão desses processos de desenvolvimento locais: trabalha-se ao mesmo tempo com as dimensões universal e regional. Por outro lado, amplia-se a oportunidade da população local de informar-se sobre conceitos e aspectos da ciência e da tecnologia, uma vez que favorecida pela facilidade de acesso. A visitação aos espaços desse tipo pode trazer experiências únicas às pessoas, aproximando-se a ciência e a técnica e dos indivíduos e desmistificando o fazer científico.

Por outro lado, caso se configure a ampliação da instituição como apresentado pelos autores, a cidade será sede de um centro de preservação do patrimônio histórico nacional de ciência e tecnologia. O trânsito de pesquisadores e interessados no assunto e a realização de eventos relacionados à preservação serão estimulados pela existência dessa instituição na cidade. A atuação marcante e continuada estaria consolidando esta instituição como mais um símbolo cultural do Rio de Janeiro, assim como outros espaços museológicos na cidade que são referência nacional.

Notas

1. McMANUS, P.M. "Topics in museums and science education." *Studies in Science Education* (V. 20, 1992), P.157-181.
2. GIL, Fernando Bragança; LOURENÇO, Marta Catarina. "Que cultura para o século XXI? O papel essencial dos Museus de Ciência e Técnica." In: MAST Anais da VI REUNIÃO DA RED-POP, (1999), Rio de Janeiro. MAST, 1999. CD-ROM. Windows 95/98.
3. LOUREIRO, José Mauro Matheus. "Museu de Ciência, divulgação científica e hegemonia." *Revista Ciência da Informação* (Vol. 32, n.1, jan./abr. 2003). P.88-95.
4. JANEIRA, Ana Luísa. "O lugar da memória na comunidade científica e museológica actual. Disponível em: <http://www.triplov.com/ana_luisa/memoria.html>. Acesso em: 24/07/2003.

5. GUIMARÃES, M. B. C. "Estudos de Cultura Material. A pesquisa histórica do acervo de instrumentos científicos e acessórios do MAST." In: BRASIL.MAST *Relatório de Atividades 2000/2002*, Rio de Janeiro: MAST, 2002.
6. BRASIL, Inst. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Rio de Janeiro: Depto. de Promoção, 1994.
7. CAZELLI, *Alfabetização científica e os museus interativos de ciência*. Rio de Janeiro: PUC, Depto. de Educação 1992. Dissertação de mestrado não publicada. Depto. Educação, PUC/RJ.
8. Instrumento projetado pelo astrônomo francês e diretor do Imperial Observatório (1870-1881) Emmanuel Liais, fabricado em 1880 nas oficinas de José Hermida Passos. Pode ser utilizado para determinar a altura dos astros com bastante precisão. Conquistou vários prêmios, entre eles o Diploma de Honra na Exposição Universal de Paris, em 1889.
9. A Bibliografia Brasileira de História da Ciência consiste numa base de dados dos trabalhos em história da ciência publicados no Brasil. Inclui livros, capítulos de livros, artigos de periódicos científicos, trabalhos completos publicados em anais de congressos e teses de pós-graduação.

**Um espaço para ciência e tecnologia
no cotidiano do Rio de Janeiro**

Heloisa Ribeiro e Enrique Blanco

Nota biográfica

Heloisa Ribeiro é graduada em Pedagogia e especialista em Planejamento e Administração da Educação pela UERJ, além de mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e coordenadora pedagógica do Espaço COPPE Miguel de Simoni TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO, onde é responsável pelo desenvolvimento do projeto e pela implantação plena de atividades socioeducativas

Enrique Blanco é jornalista, graduado em Comunicação Social e pós-graduado em Filosofia Contemporânea pela UERJ. Participa como colaborador da Revista Senac e Educação Ambiental. É pesquisador associado ao Espaço COPPE Miguel de Simoni TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO, onde desenvolve atividades de divulgação científica.

Resumo

Um espaço para ciência e tecnologia no cotidiano do Rio de Janeiro

Heloisa Ribeiro e Enrique Blanco

Na associação entre cultura, desenvolvimento e participação social, as instituições de produção e preservação culturais têm se voltado para a dimensão socioeducativa de suas ações, buscando, na formação de um público consumidor de bens culturais, as possibilidades de reversão da atual dinâmica das relações sociais excludentes. Dentro dessa perspectiva, não devemos minimizar o papel das instituições produtoras de ciência e tecnologia como participantes decisivas para a inclusão social, na dinâmica contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade, educação, ciência e tecnologia, divulgação científica.

Na fase final de consolidação das economias industriais mais avançadas, o mundo assistiu à emergência de grandes iniciativas de difusão científico-tecnológica. Os primeiros grandes centros de ciências desse período atestavam a consciência das nações mais industrializadas em torno da importância da ciência e da tecnologia enquanto vetores do desenvolvimento sócio-econômico. Tal consciência estava na base de propostas arrojadas, combinando a exibição técnica com o ensino, a difusão e a expressão estética.

Nos dias atuais, o eixo das economias passa do setor industrial para o setor de serviços, e a informação e a comunicação tornam-se elementos estratégicos por excelência de todo projeto de sociedade. Fala-se mesmo em sociedades “pós-industriais”, “era das comunicações” e “gestão do conhecimento”. Nesse novo contexto, assiste-se a um “boom” no campo da difusão científico-tecnológica, não apenas no ensino formal, mas sobretudo com a emergência de inúmeros museus e centros de difusão dinâmicos e interativos em todo o mundo.

Esse fenômeno aponta para uma tomada de consciência, por parte de diferentes sociedades, da necessidade de valorizar o conhecimento científico-tecnológico como insumo indispensável à qualificação do cidadão, tendo em vista sua inserção no sistema produtivo. O número crescente destes centros de difusão e a prioridade a eles atribuída, tanto pelos governos como pela iniciativa privada, fazem pensar que estamos assistindo a um verdadeiro fenômeno no campo das comunicações em nível mundial.

Nesse contexto, o tipo de difusão e o tipo de cidadão que se pretende alcançar passam a ser decisões vitais. Trata-se, pois, de decidir a respeito de qual formação se pretende para parcelas consideráveis das populações em sociedades que vivem sob o impacto crescente da evolução tecnológica. As iniciativas de difusão científico-tecnológica que dão igual ênfase à reflexão crítica sobre a evolução da ciência e da tecnologia e aos rumos atuais do desenvolvimento científico-tecnológico constituem antes a exceção que a regra. Essa perspectiva aponta o caráter incompleto das concepções predominantes até o momento, segundo os parâmetros em vigor, e a conseqüente necessidade de constituição de centros de difusão onde, ao lado do conhecimento operativo, também o de natureza crítica e reflexiva possa ter lugar. Identifica-se aqui,

portanto, a necessidade de dar continuidade a um amplo processo, que já se verifica em nível mundial, porém redirecionando-o de forma a combinar a formação técnica com a humanística. Uma nova iniciativa no campo da difusão científico-tecnológica que assuma e coloque em prática este redirecionamento apresentará, portanto, uma contribuição diferenciada – e de interesse social – no atual cenário brasileiro.

A inclusão social como elemento de diálogo entre cultura e desenvolvimento

No Brasil, o hábito de freqüentar museus e centros de ciências não existe. Diversos estudos já demonstraram que os alunos visitam essas instituições levados por professores e escolas, mas dificilmente fazem esse roteiro acompanhados por seus pais ou familiares. A sociedade permanece à margem desses espaços, seja por não conseguir ver neles referências que lhe sejam pertinentes – o que impossibilita o estabelecimento do diálogo –, seja porque a instituição em si não reconhece a legitimidade desse acesso.

A fim de entendermos um pouco mais esse processo vamos tentar analisar algumas das razões que contribuem para o afastamento da sociedade de seus espaços de preservação ou de produção de cultura. Uma delas, e talvez a mais forte, é a questão da exclusão social.

A exclusão social é um conceito que se refere aos processos pelos quais um indivíduo ou grupos de indivíduos encontram-se com acesso limitado aos instrumentos que constituem a vida social e são, por isto, alienados de uma participação plena na sociedade em que vivem¹.

Um outro ponto que deve ser destacado é que o foco de atuação no combate ao processo de exclusão está em suas causas e mecanismos, mais do que em seus resultados. Não adianta simplesmente implementar ações que busquem resultados imediatos, é necessária a construção de mecanismos de inclusão que atuem a longo prazo e preparem a sociedade para assimilar essa participação como parte de uma rotina. Nessa perspectiva, destacam-se as ações educacionais voltadas, principalmente, para crianças e jovens e sua integração às ações das instituições culturais – e que farão com que as futuras gerações circulem com mais desenvoltura por estes ambientes.

Nos últimos vinte anos tem havido uma transformação radical dos museus e a proliferação dos centros de ciências, ambos enfatizando, prioritariamente, as questões educativas. Museus de ciências ou centros de ciências são denominações utilizadas por instituições de todo mundo e que, excetuando-se a preocupação com a ciência e a tecnologia de um modo geral, não as caracterizam de forma clara ou definida, como acontece, por exemplo, com museus de arte. Os objetivos, atividades, funções, instalações e público-alvo variam de instituição para instituição, sobretudo no Brasil.

Os museus e centros de ciências servem hoje de modelo de educação informal. Diferentemente da escola, a educação em museus e centros de ciências não se atém ao compromisso com o cumprimento de conteúdos programáticos rígidos, fazendo com que na liberdade de abordagem possam ampliar seus objetivos e diversificar sua metodologia. Os objetivos básicos da educação nesses centros culturais são os mesmos da escola: informação, aprendizado, construção da cidadania e da identidade. Entretanto, a educação em museus e centros de ciência opera promovendo atividades - baseadas em metodologias próprias - que permitem a formação de um sujeito histórico-social capaz de analisar criticamente e reconstruir a realidade. Essa reconstrução é estimulada a partir de referenciais que se situam em outros objetos, que não simplesmente aqueles oferecidos pela educação formal. Objetos que propiciam a articulação do afetivo, do emotivo, do sensorial e do cognitivo, do abstrato e do conhecimento inteligível na própria produção do conhecimento. Objetos estes que podem ser reconhecidos como pertinentes à realidade do indivíduo e do cidadão.

A transmissão do conhecimento – um desafio

É consenso em todo o mundo dito civilizado que ensinar é a principal tarefa da escola. Nos dias de hoje, no entanto, essa segmentação de funções já não se mostra suficiente para atender às necessidades da sociedade. Ainda que todas as escolas pudessem ser instituições eficientes - livres das críticas e queixas que atualmente se voltam contra estas até nos países desenvolvidos - ser-lhes-ia impossível abarcar toda a produção de conhecimento que vem se acumulando ao longo dos tempos e, de forma mais intensa, nos últimos séculos. Dessa forma, a distância entre o saber abrangido pela escola

e aquele gerado e acumulado pelo homem cresce assustadoramente. Cada vez mais a humanidade, em sua imensa maioria, fica alheia às suas próprias conquistas.

Faz-se necessário, nesse momento, procurar formas alternativas de acompanhar e transmitir todo o imenso acervo científico-cultural que já foi e vem sendo produzido. A educação formal, escolar, precisa então ser complementada ou acrescida por um sistema de ações que geram uma educação não-formal e informal, extra-escolar, que tem, de certa forma, oferecido à sociedade o que a escola não pode oferecer.

Nessa perspectiva se inserem os museus e centros de ciências. Ainda que haja muito por saber a respeito destas instituições e sua efetiva contribuição, o seu papel de complementação à educação formal já é plenamente aceito. Procurando colocar o público em contato com as novas tecnologias industriais, conscientizá-lo das transformações na sociedade e criar ambientes que mostrem os efeitos das inovações tecnológicas na nossa vida diária, tais instituições vão delimitando seus caminhos e consolidando seu espaço educacional não formal. Roqueplo² afirma que o museu de ciências “deve servir como uma ferramenta para tornar indivíduos e a população mais amadurecidos, mais aptos a enfrentar a presença permanente da ciência e tecnologia em suas vidas diárias, a estar à altura do desenvolvimento da ciência e tecnologia atuais”.

Impõe-se, então, uma questão: quem deve encarregar-se da tarefa da alfabetização em ciências e tecnologia, e como?

É evidente que uma parcela substancial dessa tarefa caberá à escola: é ela que dá as noções básicas, desde a alfabetização propriamente dita às primeiras operações aritméticas, que permitirão às pessoas a aquisição de uma cultura científica básica. Entretanto, é preciso refletir se a escola, com sua estrutura institucional, seus currículos, programas e horários e, mais do que isso, seu compromisso com a formação do técnico, profissional ou cientista, pode acompanhar o explosivo desenvolvimento científico atual.

A escola tem como matéria-prima o conhecimento organizado, sistematizado, o que forçosamente retarda a sua atualização, já que as conquistas da ciência e da tecnologia obviamente não acompanham a seqüência curricular. Por outro lado, a inclusão de um novo conceito ou uma nova descoberta nessa estrutura curricular exige um certo tempo, não só em função de dificuldades

materiais e até mesmo burocráticas, como também em razão da prudência, que faz necessário esperar até que o novo conhecimento se consolide.

Também o professor, nem sempre preparado ou atualizado, é, freqüentemente, um sério obstáculo à introdução de novos conteúdos ou estratégias que permitam um ensino voltado à realidade ou aos acontecimentos do dia-a-dia. Outra limitação da escola reside em suas instalações, equipamentos e laboratórios, sempre restritos e orientados a suas aplicações pedagógicas. Mesmo que existam essas instalações, dificilmente permitirão ou oferecerão espaço para atividades puramente qualitativas, informativas ou mesmo voltadas apenas para o encantamento e a emoção.

Tanto experimentos que demonstrem ou evidenciem as mais recentes conquistas da ciência, como também outros ligados à história da ciência ou até mesmo curiosidades científicas, raramente têm lugar no rol de práticas experimentais escolares, porque fogem à possibilidade de uma utilização didática tradicional ou à seqüência curricular previamente programada.

Podemos concluir, portanto, que a alfabetização em ciências não pode depender apenas da escola, não só por todas estas razões como também porque muitos já não mais a freqüentam. A maioria das pessoas passa a maior parte de suas vidas fora da escola e, particularmente, nos países subdesenvolvidos, ela é ineficiente e nem sempre está ao alcance da população.

Desde que se entenda um museu ou centro de ciências como uma instituição de educação informal, ela pode contribuir para a alfabetização em ciências, e mesmo fazer disso seu objetivo principal. Da mesma forma, museus e centros de ciências certamente poderão desenvolver essa tarefa em condições mais favoráveis que a escola, pois não têm as limitações de uma instituição de ensino formal.

Em outras palavras, sob o ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, o aluno tanto pode se beneficiar na escola do que aprendeu numa visita a um museu ou centro de ciências, como essa visita pode lhe ser muito mais produtiva em função do que tiver aprendido na escola.

O espaço social do Espaço COPPE

Destacando em suas proposições os parâmetros anteriormente levantados, apresentamos o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Espaço

COPPE *Miguel de Simoni* TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO a partir da idéia central de sua missão e do encaminhamento de suas ações, que repercutem diretamente na perspectiva esperada para o seu papel social, bem como das implicações para o desenvolvimento e a cultura.

A atuação do Espaço COPPE insere-se na perspectiva da formação integral do Homem nas sociedades técnico-científicas da atualidade. Mais especificamente, trata-se de um espaço de difusão científico-tecnológico, que emerge em um centro de excelência de uma universidade pública brasileira - a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Combinando preparo técnico e formação ético-cultural em uma proposta pedagógica unificada, busca a interação com os esforços já existentes no ensino formal, de modo a contribuir para minorar as causas e mecanismos do processo de exclusão social.

O Espaço COPPE entende a difusão do conhecimento científico-tecnológico, associada ao incentivo à reflexão e ao discernimento, como a sua via própria de aporte à formação do cidadão participativo e integrado do futuro. Neste sentido, cabe lembrar que ciência e tecnologia afirmam-se como a base da produção nas sociedades atuais, de tal forma que o domínio da linguagem científico-tecnológica passa a ser condição necessária para o pleno exercício da cidadania. Dito em outros termos, quem desconhece esta linguagem não pode existir enquanto produtor e cidadão, não pode exercer seus direitos e nem mesmo reconhecer seus deveres. Vive uma condição de exclusão, semelhante à de outros contextos sócio-culturais.

O compromisso educacional do Espaço COPPE *Miguel de Simoni* TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO é o mesmo que se almeja ver implantado e desenvolvido na escola, isto é, um compromisso com o Homem e a sociedade da qual faz parte. Uma relação educacional na qual as atividades implementadas e desenvolvidas possam vir a ser um espaço de encontro e debate, descobertas e novas possibilidades, que estimulem a produção de novos conhecimentos e o despertar de novas vocações. Um espaço onde os objetos e as situações se inter-relacionem para alcançar novas dimensões, e não apenas onde seja comunicado aquilo que já foi produzido.

Tal posicionamento vem ao encontro da atual tendência na área da educação no sentido de uma ampla preocupação com a transdisciplinaridade e a participação social. Atualmente, o sistema educacional sustenta-se numa vi-

são mais ampla, de uma educação que atinja cada vez mais todos os campos e momentos da ação humana. Uma educação que proporcione um aperfeiçoamento progressivo, duradouro e a formação de um ser responsável, crítico e livre, capaz de apreender o seu presente - o seu momento histórico - e de contribuir para a transformação da realidade, tornando-se um agente beneficiário da mesma e co-responsável pelas gerações futuras.

Pela observação e análise da atual estrutura de funcionamento da educação, em particular das escolas da rede pública do Rio de Janeiro, ficam evidentes as necessidades que estas enfrentam, principalmente quanto à promoção de eventos culturais, desenvolvimento de atividades culturais e científicas, tanto para seus alunos quanto para os educadores, desenvolvimento de oficinas, cursos e palestras, enfim, tudo aquilo que diz respeito à complementação do trabalho do professor em sala de aula.

A partir disso, entendemos que o papel do Espaço COPPE *Miguel de Simoni* TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO deve ser o de popularizar os resultados do avanço tecnológico e as discussões acerca de suas implicações para parcelas cada vez mais amplas e significativas dos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, a metodologia adotada, a princípio, é de concentrar esforços numa Mostra Permanente, onde se realizam as visitas escolares e de grupos da sociedade civil, previamente agendadas e com o apoio de monitores especialmente treinados para favorecer as interações sociais. Simultaneamente, o Espaço COPPE expande suas ações de complementação pedagógica continuada - voltada para professores e licenciandos - através de cursos diversos nas áreas de ciência e tecnologia. Tais ações oferecem a este público específico possibilidades mais amplas de reflexão e utilização do espaço da exposição como local de interação entre o ensino formal e as múltiplas possibilidades de diálogo que a cultura científico-tecnológica oferece no presente.

Uma contribuição

Muito se fala, hoje em dia, em desenvolvimento e cultura, em inclusão e participação social, mas nem sempre o desenvolvimento e a cultura de um povo andam juntos e acessíveis a todos. No entanto, no mundo de hoje, é impossível almejar um verdadeiro desenvolvimento sem a erradicação do

analfabetismo, em todas as suas áreas, e sem uma educação mínima acessível a todos. Em outras palavras, isto supõe que o homem, antes de *ter*, deve *ser*. E o *ser* implica uma identificação, uma história, uma relação social, um modo de vida, um ambiente. É este ser que, no seu ambiente natural, vai procurar afirmar a sua existência, tendo em conta os outros seres e as suas necessidades, comprometendo-se com a produção do conhecimento e com a intencionalidade ética da justiça social.

Isso implica dizer que o desenvolvimento cultural de um povo não é uma peça isolada do contexto global do desenvolvimento, pois acompanha a evolução sócio-econômica desse povo e suas relações internas e com os demais povos. Logo, o desenvolvimento é um conjunto que une cultura e economia, passado e presente, o aqui e o adiante, no espaço e no tempo.

O Espaço COPPE *Miguel de Simoni* TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO compromete-se com essa ação integrada, com a visão sócio-histórica da ciência e da tecnologia a favor do homem e da sociedade. Suas ações buscam incentivar e promover a discussão dos rumos futuros da produção do conhecimento, levando em conta a construção de uma cidadania e identidade que sejam, efetivamente, elementos de inclusão social e possibilidade de garantia das condições de sustentabilidade para as gerações futuras.

Notas

1. AIDAR, Gabriela. "Museums and social change: two perspectives on the social role of museums", São Paulo, SP, 2002 (mimeo).
2. ROQUEPLO, P. *Penser la technique*. Paris: Ed. La Seuil, 1983.

3º dossiê

Olhares sobre Gustavo Barroso

Apresentação

Gustavo Barroso e o seu tempo

As colunas do templo

Uma marca “barroseana”

O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso

Ouro Preto: a cidade sagrada



Retrato de Gustavo Barroso

óleo/ tela

Raimundo Brandão Cela

Acervo Museu Histórico Nacional

Apresentação

Aline Montenegro Magalhães

O ano de 1933 pode ser considerado o ano do efetivo retorno de Gustavo Barroso à direção do Museu Histórico Nacional, instituição por ele idealizada e conduzida desde sua criação, em 1922. Seu afastamento, em 08 de dezembro de 1930, tende a ser visto como uma resposta do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, ao apoio dado por Barroso à candidatura de Júlio Prestes. Somente em 18 de novembro de 1932 o ex-diretor é reconduzido ao cargo, por meio de decreto assinado pelo próprio Vargas.

Nos dois anos em que Gustavo Barroso esteve afastado do Museu, a instituição foi dirigida por Rodolfo de Amorim Garcia, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que promoveu algumas mudanças. A criação do Curso de Museus e a inauguração da primeira exposição temporária do Museu Histórico Nacional, *Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação de D. Pedro I (1831-1931)* podem ser destacadas como principais realizações da gestão Garcia. Quando Gustavo Barroso retornou à direção deu continuidade à administração anterior, principalmente no que tange ao Curso de Museus, coordenando e lecionando.

Produzir um dossiê voltado para a análise da trajetória política, acadêmica e profissional de Gustavo Barroso é mais do que lembrar os setenta anos do início efetivo de sua segunda gestão como diretor do Museu Histórico Nacional. O propósito maior que envolve a reunião de artigos escritos por estudiosos do pensamento barroseano é refletir sobre as variadas iniciativas de um intelectual da *República das Letras*. É conhecer um pouco das inquietações e dos questionamentos de um erudito preocupado em compreender o seu tempo e em contribuir para a condução da nação à civilidade, a partir da valorização das tradições.

Gustavo Barroso formou-se em Direito, no entanto não foi no campo jurídico que se destacou. Atuando como jornalista, romancista, conservador de museus, político e professor, Barroso desenvolveu – em livros e artigos –

diversificados temas referentes ao Brasil e ao exterior. O estudo sobre suas atividades e sua variada produção intelectual possibilita o conhecimento do perfil de um intelectual generalista que, ao longo de sua trajetória, busca sempre caminhos para entender e resolver os problemas de seu tempo, principalmente os referentes à constituição da nação brasileira. Nessa perspectiva, a história, o folclore, e o Integralismo foram apenas alguns dos caminhos percorridos por Barroso.

O presente dossiê, estruturado a partir de cinco artigos, pretende abordar aspectos do pensamento barroseano e algumas iniciativas deste intelectual que, além de diretor do Museu Histórico Nacional, fez parte das principais instituições culturais no Brasil, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Inicia-se o dossiê com artigo de Lia Silvia Peres Fernandes, um estudo biográfico no qual a autora busca relacionar a trajetória individual de Gustavo Barroso com os principais acontecimentos que marcaram a virada do século XIX para o XX. Em seguida, Fernando Vale Castro analisa o Gustavo Barroso folclorista. Seu estudo sobre as obras de Barroso dedicadas ao folclore aponta para um outro lado do pensamento barroseano em relação à busca de conhecimento sobre a nação brasileira. No terceiro artigo, Cleber José das Neves Reis dedica-se à reflexão sobre a “marca barroseana” que caracteriza a primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional, a exposição de 1924. No artigo seguinte, Marcos Chor Maio analisa o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso, no período em que o diretor do Museu esteve à frente do movimento Integralista, como um de seus principais líderes. Finalmente, o dossiê é encerrado com o artigo de Ana Cristina Audebert, voltado para o estudo sobre a iniciativa preservacionista de Gustavo Barroso, que de 1934 a 1937 foi o responsável pela proteção do Patrimônio Nacional, ao dirigir a Inspeção de Monumentos Nacionais.

Por fim, gostaria de agradecer aos colaboradores desse dossiê, ressaltando que sem a competência, o profissionalismo e a generosidade dos autores, esse passeio pela trajetória individual e pelo pensamento de Gustavo Barroso não seria possível.

Gustavo Barroso e o seu tempo

Lia Silvia Peres Fernandes

Nota biográfica

Lia Silvia Peres Fernandes nasceu em São Paulo, capital. Formou-se em Muscologia pela Universidade Estácio de Sá e, em 1984, tornou-se funcionária da Fundação Nacional Pró-Memória, inicialmente lotada no Museu da República, tendo por foco de atuação as exposições temporárias. A seguir, transferiu-se para a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, onde continuou a trabalhar com exposições, fazendo inclusive parte do grupo de trabalho que viabilizou o Museu Delmiro Gouveia, na cidade do mesmo nome, no interior de Alagoas.

A partir de 1990, tornou-se funcionária do Museu Histórico Nacional, a princípio como responsável pelo controle do acervo e a seguir designada como chefe do Departamento de Acervo, cargo que ocupa atualmente.

É mestre em História Social, título obtido no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

Resumo

Gustavo Barroso e o seu tempo

Lia Silvia Peres Fernandes

Gustavo Barroso esteve à frente do Museu Histórico Nacional, como diretor, durante 35 anos – de 1922 a 1930 e de 1932 a 1959, ano em que morreu. Além disso, a partir de 1932 esteve também à frente do Curso de Museus, sediado no MHN e formador de conservadores que, geralmente, permaneciam na instituição como colaboradores.

Por outro lado, desde menino Barroso demonstrou interesse por fatos relacionados com o exército, interesse posteriormente explicitado em diversos textos que produziu, defendendo a preservação de objetos ligados à história militar.

Conhecer um pouco de sua biografia, portanto, é importante para a compreensão da formação das coleções iniciais do Museu Histórico Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Museu Histórico Nacional, criação, coleções, armaria, Centenário da Independência.

O primeiro diretor do Museu Histórico Nacional foi Gustavo Barroso. Quanto a ter sido ele, no entanto, o idealizador de um museu de história à época, é assunto controvertido, uma vez que em 1911 já escrevia artigo propondo a criação de um museu militar, com o pseudônimo de João do Norte. O mesmo artigo foi utilizado em 1917, em apoio ao Clube Militar, para a criação de um museu “onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros de nossos guerreiros e heróis”. Nas suas palavras,

Nós, às vezes, nos lembramos da Guerra Holandesa e das campanhas sangrentas do Prata, da gauchada brava que invadiu o Uruguai e, com a cavalhada a morrer de fadiga, horas e horas combateu em Índia Muerta; de Paissandu e de Oribe fugindo medroso do acampamento do Cerrito; da assombrosa Retirada da Laguna e da heróica defesa do Forte de Coimbra; de quando em Monte Caseros, à nossa frente, recuavam os batalhões argentinos, e de quando passamos impávidos o Toneleros, desafiando as fanfarrônicas de Mansilla; lembramo-nos de tudo isso e não podemos demorar os olhos numa relíquia desses tempos! Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os numes que tal idéia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopes de mármore e granito dos templos da Acaia.¹

Em diversos outros textos, Barroso foi defensor da preservação de objetos concernentes à história militar, “guardando tradições guerreiras, documentando o progresso dos armamentos e das táticas, exaltando o culto das glórias passadas.”

Por outro lado, em 1918, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro propunha a criação de um museu histórico, onde seriam preservados e expostos objetos e documentos de interesse para a “nacionalidade”, vinculado ao próprio IHGB.² Mesmo não tendo sido aprovada, a proposta, feita pelo Instituto à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, demonstra que outras pessoas e instituições estavam preocupadas com a criação de um museu histórico na mesma época, a exemplo do responsável pelo Museu Nacional, Bruno Lobo, que também em 1918, “em seu discurso na solenidade de Comemoração dos Cem Anos do Museu Nacional, levantaria

a questão da importância da criação de um Museu Histórico Nacional, para o qual o Museu Nacional já teria importantes coleções a doar.”³

No Museu Nacional, um museu de história natural, existia uma seção criada especialmente para preservar objetos históricos referentes ao Brasil e, em 1920, todo esse acervo estava exposto na sala “Pedro II”.

Mesmo após a criação do Museu Histórico Nacional, através do Decreto nº15.596, de 2 de agosto de 1922, a imprensa continuou a discutir a questão:

Em verdade, o Museu Histórico, recém criado, já existia anexo ao Arquivo Nacional desde 1883, e era até agora seu conservador o ilustre diretor do mesmo arquivo, o senhor Luiz Gastão d’Escragnolle Doria: nome que representa na história pátria uma tradição de arte e de cultura. Haveria, sim, a necessidade de ampliar o núcleo, aliás importantíssimo, das coleções do museu do Arquivo Nacional, agregando-lhe o patrimônio histórico disperso por outras instituições oficiais. Foi isso que o decreto regulou, embora separando o Arquivo do Museu, dando a cada um organização e direção independentes. Poderia fundamentar-se amplamente um dissentimento ao critério descentralizador aplicado à fundação autônoma do Museu Histórico, mas não vale criticar um fato consumado, quando tanto há que elogiar no alto e instruído pensamento que o originou.⁴

Com a aprovação do decreto de criação do Museu Histórico Nacional, o governo “acabou por ceder à pressão de vários grupos, cujo clamor comum era por um museu que unisse, sob o mesmo teto, objetos de importância histórica”⁵ até então dispersos entre diversas instituições.

Idealizador ou não, Gustavo Barroso esteve à frente do Museu Histórico Nacional durante trinta e cinco anos – de 1922 a 1930 e de 1932 a 1959, ano em que morreu. Além disso, a partir de 1932 esteve também à frente do Curso de Museus, formador de conservadores que permaneciam na instituição como seus colaboradores, fato que pode ser indicativo de que o tipo de objetos que Barroso procurava para fazer parte do acervo do MHN continuou a ser buscado por sucessivas equipes de funcionários. Sendo assim, é importante conhecer um pouco sua biografia, aqui entendida como auxiliar à compreensão da formação das coleções iniciais do Museu Histórico Naci-

onal, bem como importante para a reflexão sobre a possível noção de história que embasou o seu “projeto de nação”.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu já no final do período monárquico, em 29 de dezembro de 1888, ano em que foi abolida a escravidão no Brasil. Nasceu em Fortaleza, Ceará, filho de Antonio Felino Barroso – tabelião e dono de um modesto cartório - e de Anna Dodt Barroso, que, por sua vez, nasceu na Alemanha⁶ e veio para o Brasil com o pai, engenheiro contratado para realização de obras públicas. Segundo Marcos Chor Maio, “a origem social de Gustavo Barroso remonta a um tradicional clã rural em pleno declínio material, que participou ativamente dos principais acontecimentos políticos do Ceará entre 1840 e 1880.”⁷

Gustavo foi criado pelo pai e tias paternas, por ter ficado órfão de mãe aos sete dias. Referindo-se aos primeiros anos de sua infância, um de seus biógrafos informa o seguinte:

Pela morte de sua mãe, seus irmãos mais velhos foram levados por seu pai para a companhia de seus avós alemães, então em São Luiz do Maranhão. Como fosse muito pequeno para viajar, ficou com sua avó e tias brasileiras. Assim, em volta de seu berço, em torno da sua infância, nunca se pronunciou uma palavra em alemão, nunca bateu asas um pensamento alemão. Toda a tradição brasileira o envolveu desde seus primeiros anos de vida. Fisicamente, não saiu alemão como seu irmão Valdemar, a não ser na altura, nem tão morenamente brasileiro como sua irmã Nini. Espiritualmente, ao lado do seu vasto e profundo amor pelo Brasil, sua vida e sua história, o pendor natural para a disciplina, a ordem, o sentido construtivo da existência trai a ascendência germânica. Saiu misturado.⁸

No final do ano seguinte ao seu nascimento, com a proclamação da República, o Brasil passou por mudanças políticas que ocasionaram, inclusive, o banimento da família Imperial. D. Pedro II e seus familiares foram obrigados a deixar o país com destino à Europa⁹. A mudança do regime político, no entanto, não afetou a primeira infância de Barroso.

Embora de família tradicionalista e conservadora, Gustavo não teve formação religiosa. Foi batizado pela igreja católica, mas não chegou a fazer a primeira comunhão. Em suas memórias escreveu: “não tenho obrigação

de ir à missa. Vou às vezes por curiosidade (...). O meu colégio é um colégio absolutamente leigo, ao gosto do século XIX.”¹⁰

Sua infância foi influenciada inicialmente pela irmã mais velha de seu pai, “que tinha bastante leitura e o espírito romântico da cultura de 1860. Falava muito em Lamartine, em Victor Hugo, na Revolução Francesa, em D. Pedro II, Joaquim Nabuco e Maciel Monteiro.” Influência exercida também por seu padrinho de batismo, anteriormente um Voluntário da Pátria, ferido em Itororó, que “usava sempre na botocira do casaco a fita vermelha da Ordem de Cristo”¹¹ e freqüentemente narrava ao menino suas memórias da Guerra do Paraguai.

Paralelamente, um amigo de seu pai, antigo oficial da Guarda Nacional, também lhe falava sobre a Guerra do Paraguai, segundo o próprio Barroso, que escreveu em suas memórias:

É um companheiro de mocidade de meu pai (...). Não é somente meu primeiro e inconsciente professor de desenho, como também o meu primeiro mestre, também inconsciente, de história militar. Conta-me dezenas de histórias da Guerra do Paraguai, que produzem funda impressão no meu espírito. Através de suas narrativas, vejo as cargas de baioneta, o avanço das cavalarias sob o brilho das lanças, o estrondar dos canhões e os vultos dos heróis – Caxias, Osório...

Na seqüência, Barroso complementa, dizendo que “minha vida é povoada de recordações militares e gosto tanto de tudo o que se refere à vida guerreira que todos os amigos e conhecidos de meu pai me auguram um futuro de soldado. Na nossa família há o culto da tradição da pátria e a estima pela bravura pessoal.”¹²

Nesse aspecto, Barroso não era diferente dos outros meninos do seu tempo. Comentando uma série de entrevistas realizadas como base para seu livro *Ordem e Progresso*, Gilberto Freyre lembra que os heróis infantis para a maioria dos seus entrevistados eram militares, e cita Caxias, Osório, Napoleão, conde d’Eu, entre outros, informando que “não só nos dois últimos decênios do Império, como já depois de fundada e consolidada a República, era de soldado que brincavam com mais entusiasmo, os meninos brasileiros. Os

nascidos ainda no tempo de D. Pedro II, mas crescidos sob a presidência de Deodoro e sob a de Floriano, foi como cresceram: sob o encanto da figura de soldado.”¹³

O imaginário infantil da época, povoado por heróis militares, pode ser interpretado como um reflexo do que ocorria no mundo dos adultos. Segundo José Murilo de Carvalho, “no início da guerra contra o Paraguai, as primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico. Formaram-se batalhões patrióticos, a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, em cenas de partida de tropas e de vitórias nos campos de batalha. O hino nacional começou a ser executado, o imperador D. Pedro II foi apresentado como o líder da nação, tentando conciliar as divergências dos partidos em benefício da defesa comum. A imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis.”¹⁴

Barroso escreveu, em suas memórias, que suas tias o vestiam ainda bem pequeno com uniforme de oficial, em ocasiões festivas, e ele passeava assim pelas ruas da cidade, com uma espada de brinquedo presa na cintura, “todo ancho”. Mas não foram apenas os feitos militares que chamaram sua atenção. Também lia muito, na infância e na adolescência:

Meu avô paterno, o capitão José Maximiano Barroso, político cearense em evidência no tempo da Monarquia, era homem muito lido e orador de grandes recursos. Deixara no velho sobrado, onde me criei em Fortaleza, um armário de livros, que foram os meus primeiros mestres: obras de Fenimore Cooper, traduzidas por Caetano Lopes de Moura; “As mil e uma noites”, vertidas da tradução do Padre Galant; “Mil e um quartos de hora”, contos tártaros, anônimo; “História dos piratas bucaneiros e flibusteiros”, não me recordo mais o autor, “Misceno, o feliz independente da vida e da fortuna”, do Padre Teodoro; “A Bíblia Sagrada” e a “História dum bocadinho de pão”; “O Renegado”, de Arlincourt; “Estevinho Gonçalves” e o “Lazarillo de Tormes”. Alguns desses livros ainda conservo na minha biblioteca. Em seguida, morando na vizinhança da famosa Fenix Caixeiral e sendo amigo de seu bibliotecário, li tudo o que Júlio Verne escreveu.



Gustavo Barroso aos 4 anos de idade, fardado de alferes-aluno. Acervo Museu Histórico Nacional/Arquivo Histórico.

Enfim, freqüentando, quando aluno do Liceu, a Biblioteca Pública de Fortaleza, travei conhecimento com a “História de Napoleão”, de Carlos Hugo, filho de Victor Hugo, que teve grande influência no meu espírito. Fui ainda grande leitor de Dumas, Montépin e Ponson du Téraïl, Eça de Queiroz e Flaubert me deslumbraram.

Outro aspecto da personalidade de Gustavo Barroso era seu hábito de colecionar objetos, desenvolvido ainda na infância, a partir de alguns selos em duplicata que a ele foram apresentados por sua avó paterna. Em suas *Memórias*, Barroso cita selos como os *Olhos de Boi* e os *Olhos de Cabra*, entre outros com os quais iniciou sua primeira coleção¹⁵.

Enquanto Barroso passava sua infância e adolescência em Fortaleza, em outros pontos do país acontecimentos envolviam o Exército e também a polícia, a exemplo dos combates que ocorriam no interior da Bahia, mais exatamente no arraial de Canudos, onde os seguidores de Antonio Conselheiro enfrentavam sucessivas investidas do Exército brasileiro, em confronto que só terminou em 1897 com a morte do Conselheiro e a dizimação da população do local. Em meados do primeiro ano do século XX, foi a população do Rio de Janeiro que se revoltou com o aumento das passagens dos

bondes, promovendo apedrejamentos, queimando bondes e enfrentando violenta reação da polícia. Como resultado do conflito, atualmente conhecido como “a revolta do vintém”, alguns manifestantes morreram e vários ficaram feridos. Mas a Companhia de São Cristóvão cancelou o aumento das passagens¹⁶.

Ainda em 1897, um fato que contribuiu decisivamente para a “escrita da história” da cidade do Rio de Janeiro foi, sem dúvida, a instalação do governo republicano no Palácio do Catete, originalmente conhecido como Palácio Nova Friburgo, imóvel cujos “primeiros documentos relativos a construção (...), cujo projeto foi confiado ao arquiteto alemão Gustav Waehnelde, datam de maio de 1858”. Segundo Cícero Antonio F. Almeida, após a proclamação da República o governo provisório decidiu instalar-se no Palácio Itamaraty, e não no Paço da Cidade, “moradia impregnada de tradição monárquica aos olhos do povo”. Somente no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), primeiro presidente eleito pelo voto direto, foi decidida a transferência da sede do Poder Executivo do Itamaraty para o Palácio Nova Friburgo¹⁷.

Naquele mesmo ano de 1897, ainda menino, Gustavo Barroso assistia às aulas do professor Lino da Encarnação, no Colégio Parténon Cearense. Dois anos depois, em 1899, foi matriculado no Liceu do Ceará, onde concluiu o curso secundário. Apesar de todo seu apreço pelo Exército, Barroso não teve apoio familiar para seguir a carreira militar. Formou-se em Direito, em curso iniciado em 1907 no Ceará e concluído em 1912 na Faculdade Livre do Rio de Janeiro, cidade para onde veio em 1910.

Enquanto Barroso cursava os primeiros anos da Faculdade Jurídica de Fortaleza, no Rio era realizada a exposição nacional de 1908, e, de acordo com Gilberto Freyre,

“nessa exposição o Brasil procurou exhibir o que de melhor se vinha produzindo no país, numa demonstração de ser realidade brilhante o progresso brasileiro de manufaturas e indústrias. (...) Os hotéis se encheram desses brasileiros ávidos de ver não só o que a exposição exhibia nos seus pavilhões como as reformas que vinham modernizando o Rio. Acabando com os quiosques. Pondo abaixo as casas com biqueiras. Alargando ruas. Abrindo avenidas. Destruindo os chamados

pardieiros. Levantando edifícios novos, os mais requintados em estilo mourisco. Maravilhas de art nouveau. E tudo iluminado de modo tal, que as noites comuns pareciam noites de festa. Era o Rio que se ‘civilizava’, na frase de um dos seus cronistas.”¹⁸

Antes de vir para o Rio de Janeiro, entretanto, Barroso já havia iniciado sua carreira como redator de jornais, trabalhando no *Jornal do Ceará* nos anos 1908 e 1909, época em que também escreveu em *O Malho*, possivelmente como correspondente. Em 1907 colaborou com Joaquim Pimenta no órgão socialista que este fundou naquele ano, intitulado *O Demolidor*, que durou até princípios de 1908. A seguir, “associado a José Gil Amora, lançou outro periódico socialista, *O Regenerador*(...). Pertenceu também à sociedade do Clube Máximo Gorki, o primeiro clube socialista do Ceará”¹⁹.

De acordo com suas memórias, porém, mesmo não seguindo carreira continuou interessado em assuntos militares:

Em janeiro de 1907, um Decreto de Governo reorganizara o Exército e modificara seus uniformes. O oficial intendente do 9º de infantaria começou a apresentar-se nas ruas de túnica verde e calças garance. Pouca gente soube naquele tempo e ninguém sabe hoje que anonimamente eu colaborara na transformação da indumentária militar, enviando ao Ministério da Guerra pelo correio, meses antes, uma série de desenhos com projetos de fardamentos. Algumas de minhas sugestões foram aceitas e entre elas aquela túnica verde. A criação dos Dragões da Independência, o meu livro sobre Uniformes do Exército em colaboração com Washt Rodrigues e outros trabalhos no gênero têm, como se vê, raízes antigas.²⁰

No então Distrito Federal, “trazendo na bagagem a herança dos Barroso, que ainda mantinham um certo prestígio no cenário político cearense, Gustavo conseguiu inserir-se no círculo intelectual do início do século, gozando de certa intimidade com literatos como Coelho Neto, famoso escritor à época e proeminente membro da Academia Brasileira de Letras”²¹. Eduardo Campos, biógrafo de Barroso, diz que a amizade entre este e Coelho Neto já não era recente por ocasião da vinda do primeiro para o Rio de Janeiro. Era, inclusive, na casa de Coelho Neto que Barroso jantava quase

todas as noites, antes de conseguir meios de sustentar-se plenamente, uma vez que ainda não tinha remuneração suficiente mesmo já sendo colaborador de jornais cariocas.

Pesquisando as relações entre os intelectuais da época, Musa Clara C. Velasques considera que como “cidade e capital, o Rio era também identificado como o principal centro intelectual do país. Na capital morava a maior parte dos literatos consagrados, estava sediada a Academia Brasileira de Letras, tinham se estabelecido as principais livrarias e, até os anos 20, as principais casas editoras. Também os jornais cariocas, tomados como padrão para o resto do país e, principalmente, a presença do Estado e os cargos públicos daí decorrentes, acabavam por se somar explicando a força de atração que a cidade exercia sobre todos aqueles que sonhavam com a carreira das letras.”²²

Em 1912, Gustavo Barroso publicou seu primeiro livro: *Terra do Sol*. Segundo seus biógrafos, o livro foi recebido com elogios por intelectuais como Silvio Romero e Rui Barbosa. Naquela ocasião, era presidente da República e morador do Palácio do Catete o marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Sua mulher, Nair de Tefé, “revolucionou” os costumes da época, promovendo “reuniões acompanhadas de recitais musicais com artistas populares no Palácio, como Catulo da Paixão Cearense, além do lançamento do maxixe *Carta Juca*, da maestrina Chiquinha Gonzaga, considerado então um estilo de música impróprio para os salões do palácio do governo”²³. Utilizando-se do pseudônimo Rian, (seu nome invertido), foi ainda a primeira mulher a tornar-se caricaturista no Brasil, com obras publicadas em diversas revistas, a exemplo da *Fon-Fon*.

Em termos políticos, o governo do marechal Hermes da Fonseca, eleito após derrotar nas urnas Rui Barbosa e a campanha civilista, foi abalado uma semana depois da posse, com o início da Revolta da Chibata. Segundo Carvalho, “pânico e fascínio tomaram conta da população do Rio de Janeiro entre os dias 23 e 26 de novembro de 1910, tempo que durou a revolta dos Marinheiros contra o uso da chibata e outras práticas humilhantes vigentes na Marinha brasileira”²⁴. Lideradas por João Cândido, as tripulações dos mais possantes navios de guerra à época – Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Deodoro – sublevaram-se e apontaram os canhões para a capital, fazendo com que os cariocas mais assustados (e mais abastados) fugis-

sem para Petrópolis, embora outros, mais curiosos, subissem os morros da cidade para ver melhor as manobras da frota.

Com muitas resistências e lentamente, os costumes sociais começavam a mudar. Em 1911, as principais revistas publicaram matéria enfocando o escândalo provocado nas ruas do Rio por duas senhoras trajando o que na época era chamado de *jupe-culotte*, na verdade uma saia-calça longa e muito larga. A *Ilustração Brasileira* publicou a respeito fotos com legendas ilustrando a “multidão seguindo duas saias calções na rua Uruguaiana”, e a “multidão diante da casa *Rannier*, esperando a saída de uma senhora em *jupe-culotte*”²⁵. As exigências quanto aos hábitos femininos ainda eram bastante rígidas no início da segunda década do século XX, embora algumas senhoras saíssem às ruas sem companhia masculina ou de criados, principalmente para fazer compras.

No mesmo ano em que publicou seu primeiro livro – 1912 – Gustavo Barroso filiou-se ao Partido Republicano Conservador, pelo qual foi eleito deputado federal pelo Ceará em 1915, “com o apoio do governo estadual e de Pinheiro Machado, importante líder oligárquico gaúcho da República Velha, que tinha influência política em diversos estados e que mantinha amizade com Barroso desde 1912. Como parlamentar, teve um perfil situacionista apoiando tanto o governo federal quanto o estadual.”²⁶

Foi em 1916, como deputado federal, que apresentou projeto restaurando o uniforme tradicional da Imperial Guarda de Honra para o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, dando-lhe a designação de Dragões da Independência. Em 1917, apresentou projeto de criação do Dia do Soldado. Seu mandato parlamentar terminou nesse ano e ele não foi reeleito. Para Nair de Moraes Carvalho, Barroso, “pela imprensa e pela palavra, constantemente, tem posto sua atividade no sentido de defender e restabelecer nossas tradições militares, vulgarizando seus episódios gloriosos e procurando dar aos seus leitores e ouvintes o perfeito conhecimento do valor e importância do Exército na formação e sustentação da nacionalidade”²⁷.

Embora não seja tema de discussão deste texto, é importante ao menos lembrar a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que não apenas substituiu o otimismo da *belle époque* pela dura realidade das batalhas, mas ainda

mudou parte da face do mundo. Esta guerra foi também o motivo pelo qual, em 1919, Gustavo Barroso viajou à Europa como secretário da delegação brasileira para a Conferência de Paz de Versalhes, chefiada por Epitácio Pessoa, então senador pela Paraíba do Norte. Foi em Paris que Epitácio Pessoa recebeu “o apelo de seus compatriotas para que aceitasse a sua candidatura à presidência da República, vaga pela morte do saudoso Conselheiro Rodrigues Alves”²⁸. Ao término da Conferência, Barroso acompanhou o chefe da delegação em viagens por países da Europa e, posteriormente, aos Estados Unidos e Canadá.

Em 1922, já no último ano do governo de Epitácio Pessoa, Gustavo Barroso foi nomeado diretor do então recém criado Museu Histórico Nacional.

Disputas políticas, questões militares, agravamento de problemas sociais com eclosões de greves em diversas partes do país. Este era o panorama geral brasileiro no início dos anos 20, enquanto se aproximavam as comemorações do centenário da Independência.

Agravando a crise política, a imprensa dedicou-se a discutir a derrubada do Morro do Castelo, para muitos considerada como um crime contra a história. Destruir o núcleo inicial da cidade do Rio de Janeiro, onde não apenas havia sido enterrado o fundador, Estácio de Sá, mas também foram construídos a primeira igreja e o primeiro colégio, era inadmissível inclusive para pessoas como Monteiro Lobato, que escreveu vários artigos contra a obra. Apesar dos protestos generalizados, o Castelo começou a ser derrubado em 1921, e os seus mais de 4.000 moradores foram transferidos para instalações provisórias na Praça da Bandeira.

Em 1922, na cidade de São Paulo, durante a Semana de Arte Moderna, artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Anita Malfati, entre outros, escandalizaram o público com suas obras, com as quais pretendiam combater o naturalismo e o classicismo da Escola Nacional de Belas Artes e da Academia Brasileira de Letras, ambas sediadas no Rio de Janeiro. Segundo Carvalho, “um grupo de escritores, artistas plásticos e músicos de grande talento, patrocinados por ricos mecenas da elite

paulista, escandalizaram a bem-comportada sociedade local com espetáculos e exposições de arte inspirados no modernismo e no futurismo europeus. O movimento aprofundou suas idéias e pesquisas e colocou em questão a natureza da sociedade brasileira, suas raízes e sua relação com o mundo europeu. (...) Mas desde o início, mesmo na versão puramente estética do movimento, ele já trazia em si uma crítica profunda ao mundo cultural dominante.”²⁹

De acordo com Marly S. da Motta, “1922 pode ser considerado um ano paradigmático, na medida em que nele se concentraram acontecimentos que a historiografia consagrou como marcos fundadores de um ‘novo’ Brasil: a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna e a primeira manifestação do movimento tenentista”. Paralelamente, “ocupando amplos espaços na imprensa, *locus* privilegiado do debate político-intelectual da época, os literatos brasileiros se envolveram num processo de questionamento da identidade nacional e conseqüentemente de produção de ‘novas’ idéias e modelos, por vezes vagos e contraditórios, mas que se cristalizaram na medida em que se tornaram núcleos em torno dos quais se estruturaram as aspirações nacionais”³⁰.

Para o governo de Epitácio Pessoa, 1922 foi um ano difícil, e as comemorações em torno do centenário da Independência eram vistas como uma forma de recuperação do prestígio político desgastado. Não foram poupados esforços para a concretização do evento. E a criação de um museu histórico nesse momento pode ser interpretada também como uma resposta do governo aos que o acusavam, com base na derrubada do Morro do Castelo, de não respeitar as tradições. Outra provável motivação para o excessivo empenho na realização das comemorações foi a possibilidade de utilizá-las para o fortalecimento da identidade nacional, através do orgulho pela visibilidade do progresso do país.

Diferentes grupos intelectuais promoveram, então, inúmeras discussões. Era necessário definir, por exemplo, se o sete de setembro, data tradicionalmente comemorada durante a monarquia como marco fundador da nacionalidade, poderia ser identificada com a República; se a independência fora centrada em D. Pedro I, um monarca português, ou em José Bonifácio, um paulista; e mesmo se a nação que se pretendia construir deveria espelhar-

se no Rio de Janeiro ou em São Paulo, ambos reivindicando o *status* de marco da modernidade. Muitas outras questões foram então discutidas. Mas a grande exposição comemorativa do centenário da Independência deveria realizar-se na Capital Federal. De início proposta como um evento nacional, teve suas proporções ampliadas de tal forma que terminou por ser não apenas internacional, mas também uma das duas maiores exposições promovidas durante a Primeira República (a outra foi a do Centenário da Abertura dos Portos, de 1908).

O prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) foi escolhido por Epitácio Pessoa para ser também o presidente da comissão organizadora das festividades e, segundo Carlos Kessel, “as expectativas que cercavam a comemoração do Centenário da Independência dependiam efetivamente do trabalho da prefeitura. Os pavilhões da exposição – que abrigariam as mostras dos principais produtos e atividades do Brasil e de 14 países estrangeiros – seriam construídos em duas áreas contíguas, que se estenderiam do Palácio Monroe ao mercado da Praça XV, e deveriam ser constituídas, em sua maior parte, por aterros provenientes do Castelo.”³¹

O prefeito foi também o responsável pelas reformas do Arsenal de Guerra e da Casa do Trem, optando pela não demolição dessas edificações (que se tornariam sede do Museu Histórico Nacional), bem como pela integração das mesmas ao circuito expositivo. Ainda segundo Kessel, “a Exposição não teria somente o caráter de uma vitrine dupla, onde os visitantes do exterior conheceriam a riqueza e as potencialidades do país e onde os brasileiros teriam a oportunidade de tomar contato com as maravilhas do estrangeiro; o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam e deveriam projetar, a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza.”

As obras, entretanto, atrasaram a tal ponto que o próprio programa oficial informou que no dia sete de setembro, após a sessão solene que se iniciaria às 16 horas, “o presidente da República presidirá a inauguração dos

pavilhões de honra que estiverem concluídos, na Seção Internacional da Exposição e os pavilhões nacionais do Distrito Federal, Palácio das Festas, Higiene, Estatística, Pequenas Indústrias, Caça e Pesca e Várias Indústrias”.

As festividades, que contaram com a presença do presidente Epitácio Pessoa, começaram no dia seis, com a apresentação das credenciais dos embaixadores estrangeiros no Palácio do Catete, e estenderam-se até o dia dez de setembro, tendo como ponto alto o dia sete. Alguns dos eventos foram programados para ser também realizados em outros pontos do país, a exemplo do juramento à bandeira pelos alunos de escolas públicas no Palácio da Municipalidade, estando previsto que “à mesma hora cerimônia idêntica realizar-se-á em todas as escolas primárias do Brasil”.

Além das solenidades que contaram com a presença do presidente da República – revista de forças de terra; revista de esquadras e vasos de guerra surtos na baía de Guanabara; baile de gala no Jockey Clube; recepções no Palácio do Catete; representação da ópera *O guarani* em espetáculo de gala no Municipal; além do *Grande Cortejo Cívico Luminoso*, sem dúvida um dos pontos altos da noite do sete de setembro -, muitas outras festividades foram realizadas. Campeonato de futebol, corridas de cavalos, bailes públicos, desfiles cívicos, queimas de fogos, bandas de música. O programa oficial previa também eventos em outros estados. Em São Paulo, inauguração da Avenida da Independência, ligando o centro da cidade ao “local histórico” do Ipiranga; em Santos, inauguração do monumento dos Andradas; na Bahia, inauguração do palácio do Instituto Histórico e Geográfico; em Ouro Preto, “peregrinação cívica ao local onde existiu a casa de Tiradentes, o proto-martir da Independência, e inauguração da lápide mandada crigir pelos governos da União e do Estado de Minas Gerais”.

Foram dias agitados, e as revistas da época não se cansaram de publicar matérias elogiosas, fartamente ilustradas com fotos. O discurso proferido por Epitácio Pessoa no banquete oferecido aos embaixadores foi uma espécie de “balanço” do progresso do país. O presidente enumerou habitantes, balança comercial, linhas férreas, toneladas de navios, quilometragem de linhas telegráficas e telefônicas, agricultura, pecuária, instrução pública, estabelecimentos de assistência, associações científicas, literárias e artísticas, organização sa-

nitária, jornais e revistas etc., sem no entanto deixar de referir-se ao fato de formarmos uma nação jovem: “a vida das nações conta-se por séculos. Vencemos a primeira etapa, com tropeços é verdade, mas com honra e altivez”¹³².

Em 11 de outubro de 1922, em duas salas no espaço físico formado pelo Pavilhão das Grandes Indústrias, Epitácio Pessoa presidiu a exposição inaugural do Museu Histórico Nacional, formada por cerca de 1.500 objetos devidamente organizados por Gustavo Barroso.

Notas

1. BARROSO, Gustavo (João do Norte). Museu Militar. In: *Idéias e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo Editores, 1917.
2. ELKIN, Noah Charles. 1922 – o Encontro do Efêmero com a Permanência. *Anais do MHN*, Rio de Janeiro, v.29, 1997.
3. LOPES, Maria Margaret. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica – os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
4. Revista da Semana, nº36, 02 de setembro de 1922.
5. ELKIN, N.C., *op. cit.*
6. Na biografia de Gustavo Barroso compilada por Nair de Moraes Carvalho, em uma das primeiras páginas encontra-se xerox da cópia de sua certidão de batismo, fornecida em 19 de janeiro de 1922, onde se lê: “filho legítimo de Antonio Felino Barroso e Anna Dodt Barroso, ele natural de Fortaleza e da de Minas Gerais, do lugar de Juiz de Fora.” Os biógrafos de Barroso informam que sua mãe nasceu na Alemanha.
7. MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1922.
8. SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Gustavo Barroso – Cadeira nº 18*. Oração proferida em 2 de setembro de 1987. In: *Elogios Acadêmicos*, vol. III. Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.
9. O banimento da família Imperial foi revogado por decreto do presidente Epitácio Pessoa, em 1920. Gustavo Barroso escreveu artigo louvando a atitude do presidente.
10. BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. In: *Memórias de Gustavo Barroso*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.
11. SILVEIRA, Aureliano Diamantino, *op. cit.*
12. BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*, *op. cit.*
13. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1959.
14. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – a longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

15. Os selos conhecidos como *Olhos de Boi* foram os primeiros selos postais adesivos a circular no Brasil, em 1º de agosto de 1843. Foram gravados na Casa da Moeda do Rio de Janeiro em chapas de cobre, com valores faciais de 30, 60 e 90 réis. Os *Olhos de Cabra* foram emitidos pela primeira vez em 1850, com valores variando entre 10 e 600 réis. *O Museu Histórico Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 1989.
16. *Jornal do Brasil* e *Jornal do Século*, 05/11/2000.
17. ALMEIDA, Cícero Antonio F. *Catete: memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/Museu da República, 1994.
18. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso, op. cit.*
19. SILVEIRA, A.D., *op. cit.*
20. BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. In *Memórias*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.
21. MAIO, Marcos Chor. *op. cit.*
22. VELASQUES, Musa Clara Chaves. *Homens de Letras no Rio de Janeiro nos anos 30 e 40*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF, 2000.
23. ALMEIDA, Cícero Antonio F., *op. cit.*
24. CARVALHO, José Murilo de. *Os bordados de João Cândido*. In *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
25. Revista *A Ilustração Brasileira* nº45, 01/04/1911.
26. MAIO, Marcos Chor, *op. cit.*
27. Biografia de Gustavo Barroso. Arquivo Histórico do MHN, processo 05/94.
28. Revista *A Ilustração Brasileira*. Edição Comemorativa, 1922.
29. CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil, op. cit.*
30. MOTTA, Marty Silva da. *A Nação faz 100 Anos – A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 1992.
31. KESSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas/Depto. Geral de Doc. e Inf. Cult./Arquivo Geral da Cidade, 2001.
32. Revista da Semana nº 38. Edição Comemorativa do Centenário da Independência, 16/11/1922.

As colunas do tempo

O folclore no pensamento de Gustavo Barroso¹

Fernando Vale Castro

Nota biográfica

Fernando Vale Castro é graduado em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em História Social pela mesma universidade, com a dissertação "As Colunas do Templo: História e Folclore no Pensamento de Gustavo Barroso".

Atualmente, cursa o doutorado em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Resumo

As Colunas do Templo

o folclore no pensamento de Gustavo Barroso

Fernando Vale Castro

No início do século XX, no afã de constituir uma identidade nacional, o Brasil se volta para a cultura popular, valorizando especialmente os traços regionais. Gustavo Barroso partilhava destas idéias, como evidencia a sua produção que versa sobre folclore. Segundo ele, o "verdadeiro Brasil" só seria conhecido através do povo brasileiro. Numa temática mais geral, o sincretismo era seu enfoque, apreendido através do viés da língua, das manifestações artísticas e religiosas.

Barroso realizou um estudo sobre as metodologias para analisar o folclore, tendo ele próprio proposto uma Escola, denominada Eclética, que agregava argumentos das escolas anteriores. É nesse sentido que o artigo explica a necessidade de se estudar a produção barrosiana, de grande contribuição para se entender – e se contrapor – a visão de outros folcloristas brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso, folclore, intelectuais, sincretismo, identidade nacional.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os escritos de Gustavo Barroso sobre Folclore e Cultura Popular produzidos entre os anos de 1912 e 1932. Tal recorte cronológico justifica-se, fundamentalmente, pelo fato da historiografia considerar as primeiras décadas do século XX como um período de suma importância para se pensar a história intelectual brasileira. Isto porque, na época, a matriz europeia ocidental foi redimensionada em detrimento de uma discussão mais particular da brasilidade, que, a partir de então, não mais seria compreendida apenas pela relação entre a ordem mundial, como legisladora, e o Brasil, buscando seu lugar.

Em síntese, passou-se a exigir da intelectualidade o conhecimento profundo das especificidades nacionais, além de raízes autênticas e do espírito e cultura particularmente brasileiros. Estes seriam elementos capazes de sustentar a nova Nação a ser erigida, baseada no “combate aos idealismos, aos artificialismos, aos estrangeirismos”², criando-se então um ideal de nação que estivesse conectado com a modernidade, mas que fosse ao mesmo tempo original, pois tinha que ser genuinamente brasileiro. Logo, uma das possibilidades seria voltar-se para o interior do Brasil em busca de sua cultura popular, de suas raízes e tradições, valorizando-se a cultura local-regional na construção de uma identidade nacional. Em última análise, era fundamental, para muitos intelectuais, fundir passado e presente. A construção de um novo conceito de brasilidade passou a ser a tarefa principal da intelectualidade brasileira de então.

O contexto de se repensar as “genuínas” tradições do povo brasileiro acabou por fortalecer os estudos sobre a cultura popular e o folclore, que vinham ganhando força desde o final do século XIX. A este respeito, a antropóloga Maria Laura Cavalcanti enfatiza que a descoberta da cultura popular na Europa e o afã de valorizar as singularidades nacionais traziam consigo um sentido de urgência, já que ao longo do século XIX a cultura folk teria sofrido constante ameaça de desaparecimento em função do avanço da industrialização e modernização da sociedade³.

Essa preocupação com a cultura popular já fazia parte da produção intelectual brasileira desde as últimas décadas dos oitocentos, tendo, por conseguinte, o estudo do folclore seguido este mesmo caminho, passando a ser ainda mais valorizado quando da crítica aos paradigmas europeus, no início

do século XX. O afastamento, ou ao menos a relativização do evolucionismo do século XIX, possibilitou, por meio do desenvolvimento dos estudos sobre folclore e cultura popular, a busca das singularidades nacionais de forma mais sistemática do que feito anteriormente. A referência ao folclore possibilitou o ajuste de uma certa definição do ser nacional. Em resumo, o moderno caminhar no sentido do nacional e este, no sentido do popular, passo decisivo para alcançar o folclórico.

Ao pensarmos no processo de construção de um ideal de Nação, a intelectualidade ocupou (e ocupa) lugar importante, tendo em vista que ela acaba por assumir o papel de decodificadora dos diferentes símbolos de uma região e/ou país. No caso do folclore e da cultura popular, tal fato ganha maior relevância, pois somente os intelectuais têm a possibilidade de atingir, através de “métodos científicos”, algo próximo da “realidade” da vida popular⁴.

Nesse sentido, torna-se extremamente fecunda a análise da produção sobre folclore e cultura popular de um intelectual que buscou sistematizar a “ciência folclórica” para, a partir daí, construir um projeto para pensar a nação brasileira.

Em busca da ciência folclórica

A ênfase dada aos estudos sobre o folclore foi uma preocupação constante na obra de Gustavo Barroso desde os seus primeiros escritos, no início da década de 10, uma vez que, para ele, somente com o conhecimento dos costumes do “povo brasileiro” seria possível compreender o “verdadeiro Brasil”, para, a partir daí, construir um país diferente. Para o autor, o estudo do folclore “(...) faz penetrar na alma dos povos e no espírito das raças. Acostuma a amar o que é nosso, o querer as nossas tradições, a sentir como a nossa nação sente (...). Ele não é passatempo sem valor e sem um estudo científico em que a filologia e a sociologia se dão as mãos para resultados os mais curiosos e interessantes, os mais úteis e os mais belos”⁵.

Na introdução de “Ao Som da Viola”, livro publicado em 1921, Barroso, seguindo Paul de Saint Victor, afirmava que a alma de um povo se resume basicamente nas suas trovas alegres ou tristes.

Com efeito, em todas as manifestações do ‘folk-lore’ dum país (...) a própria história deriva de tres grandes escolas: a popular, a classica e a

philosófica, sendo que a última decorre das duas primeiras e a segunda da popular, base de todo o edifício das tradições e do espírito dum povo através dos tempos.⁶

Para Barroso, era fundamental compreender a alma e as ações de um povo “estudando carinhosamente” seus costumes, seu folclore. Para que isto fosse bem feito, suas fontes deveriam ser analisadas profundamente, através de uma metodologia específica, buscando-se construir todas as analogias possíveis, na medida em que todas as manifestações folclóricas seriam semelhantes, variando apenas na adaptação a cada região. Logo, o folclore como manifestação inerente à humanidade sempre esteve presente na obra barrosiana.

Em relação ao desenvolvimento de um método para as pesquisas sobre o folclore, desde 1911, em artigo no *Jornal do Commercio*, Barroso deixava claro sua preocupação em sistematizar os estudos sobre o tema, o que ele denominou “ciência folclórica”. Nesse artigo, Barroso, pela primeira vez, enunciou sua metodologia, que consistia em dividir as manifestações folclóricas em grandes ciclos, com o intuito de facilitar as pesquisas. Em 1921, dando sequência ao caminho iniciado dez anos antes, o autor resume o seu método para pensar o folclore, inspirado na teoria de Luce e Kroeber, que consiste no seguinte:

(...) reduzir todo o folclore do mundo a uma pequena série de ciclos em torno de certos temas, versando uma quantidade constante de elementos, de cuja combinação provém uma variedade mais aparente do que real, eu propunha que se classificasse a nossa demopsicologia seguindo o mesmo sistema. Teríamos, assim, em primeiro lugar os grandes ciclos de temas em torno de assuntos principais como a penetração do país a vida pastoril, o contato com o selvagem; depois, os ciclos médios em volta de cada tema particular; por fim, os pequenos ciclos em redor de cada elemento dos ciclos secundários.⁷

Ainda no sentido de pensar em um método para os estudos folclóricos, devemos salientar a importância concedida por Barroso às Escolas que buscavam desenvolver uma metodologia para analisar o folclore.

A primeira destas Escolas destacada por Barroso foi a Escola Mitológica ou Ariana, dos irmãos Grimm, em especial Jacob Grimm, que tinha como tese central a necessidade de se observar temáticas praticamente idênticas em

vários países como prova “duma comunidade de origem” na cultura européia. Reconhecendo que o desenvolvimento dos estudos sobre folclore enfraqueceu essa escola, Barroso chamou a atenção apenas para o fato de ela ter sido a primeira a buscar organizar um grupo de intelectuais em torno do tema e de criar uma metodologia para estudá-lo.

Logo após, segundo Barroso, Gastão Paris, oriundo da Escola Mitológica, criou a Escola Orientalista ou Histórica, que defendia que a origem dos contos populares era asiática e não européia. A terceira escola é a Antropológica, do inglês Andrew Lang, que, baseando-se na obra “Myth, ritual and religion”, de 1886, propôs um novo método de análise, segundo o qual as histórias semelhantes não seriam consequência de mitos comuns nem de fatos históricos semelhantes, mas sim de hábitos e idéias análogas em regiões e populações diversas.

A quarta escola era a Ritualista, termo cunhado por Gédéon Huet. Para essa corrente, os contos não passavam de indicações “propositais” de velhos rituais religiosos, o que permitiria um avanço nos estudos comparativos de folclore, tendo em vista que a matriz da maioria das religiões é análoga, quando não iguais.

A quinta escola foi proposta pelo próprio Barroso, que a denominou de Eclética, na medida em que utilizava argumentos das quatro supracitadas, aceitando “(...) em cada caso especial uma explicação especial. Porque estou mais ou menos convencido que certos contos devem provir de mitos, outros devem representar fatos históricos ou serem transmissões literárias, outros não passarão de coincidências acidentais e outros de meros rituais ou de tradições esotéricas antiquíssimas”.⁶

Inspirado em Joseph Bedier, Barroso afirmou ser impossível saber a verdadeira origem dos contos, problema este sem nenhuma importância para o autor, pois nenhum deles seria característico desta ou daquela região. O fundamental seria observar como o folclore se propaga, se adapta e resiste ao tempo e aos diferentes locais. Como forma de sistematizar a “ciência folclórica”, Barroso dividiu seus estudos em

(...) lendas históricas, contos, fábulas e apólogos, canções e cantigas, trovas, superstições, tradições religiosas e científicas, adivinhação, ditados e provérbios (...) Crenças, magia, medicina popular, instituições,

ritos, indústrias, festas, jogos, brinquedos, construções rústicas, artes locais, costumes, roupas, utensílios, teatro popular, danças, anedotas, inscrições, linguajar, nomes. 'Tudo isso é Folclore.'

Intelectuais e folclore: uma aproximação necessária

Segundo Barroso, estudar o folclore de um povo, de uma região, exigiria do intelectual um exercício rigoroso, pois somente com uma vasta erudição seria possível compreender com alguma precisão a cultura folk. Explicita-se aqui a importância da formação de estudiosos, que deveriam possuir cultura geral e um conhecimento sólido da tradição e dos costumes das camadas populares e, principalmente, do "homem brasileiro".

Para se pensar o Brasil, seria necessário compreendê-lo a partir da aproximação entre o que poderíamos chamar, grosso modo, do erudito com o popular. Em 1921, Barroso afirmava o seguinte:

Em muitas das produções tradicionais sertanejas, sob qualquer forma poética, nota-se algumas vezes a influencia de individuos de uma certa cultura. São restos de ensinamentos deixados ali pelos jesuítas, quando ensinaram àquellas gentes, ou interferencia directa de certas pessoas mais ou menos cultas na confecção de cantos ou de histórias. Isto em nada tira à produção influenciada o seu caracter popular e a sua significação popular.¹⁰

Igualmente importante era a presença dos intelectuais para se compreender o folclore de um país. Barroso defende a tese que se, de um lado, pensar a cultura popular passa pela decodificação dos elementos folclóricos pelas "pessoas letradas" da sociedade, de outro lado, a cultura da elite acaba por influenciar as manifestações típicas do folclore. Observa-se aí uma via de mão dupla, única maneira de se pensar a cultura de uma região e país.

Aliás, a colaboração erudita se sente em muitos folclores, nas cantigas francesas e nas canções italianas, nos rispetti toscanos e no classicismo de xúcaras, quadras, motes, glosas e advinhas da nossa gente. Puymaigre, Pittré, Milá y Fontanals observaram isso. O povo burila, depois, a seu modo as idéias vindas de cima. Às vezes suas idéias são aproveitadas pelos letrados e por estes a ele devolvidas. Ele, então, as remenda, de novo, a seu jeito.'

Ao analisar o folclore no Brasil, Gustavo Barroso concede destaque ao trabalho de Couto Magalhães, que, ao escrever sobre as tradições populares do Centro-Sul, em 1859, teria inaugurado “o estudo do nosso folclore”. Para Barroso, a partir deste trabalho, começaram a ser alicerçadas as bases da ciência folclórica no país, que apesar de ainda não estar consolidada no início dos anos 30, para ele “em breve será majestosa”. Alguns folcloristas foram considerados por ele também construtores dessa ciência no Brasil, dentre os quais destacam-se Melo Moraes Filho, Celso de Magalhães, Barbosa Rodrigues, José de Alencar, Sant’Ana Neri, Batista Caetano e, segundo o autor, o maior de todos os primeiros folcloristas, Sílvio Romero.

Este último teria sido, para Barroso, “um criador”, o primeiro a sentir a importância e colocar em prática um método sistemático para os estudos feitos, dividindo as “manifestações demológicas” brasileiras em três categorias: as oriundas do negro, do índio e do branco. Para Barroso, porém, apesar de meritório, tal método apresentava certas limitações.

É uma classificação racional e até certo ponto aceitável, prestou relevantes serviços, como todos os métodos prestam sempre; porém deu já o que tinha que dar (...). Mas seria grave injustiça negar-lhe valor e negar-lhe os serviços prestados. Deve-se mesmo dizer que, para uma antologia parcial de lendas, contos, tradições, ele ainda pode continuar a servir, desde que se evitem as manifestações que se não afirmar sejam do negro, do índio ou do branco, porque são comuns aos três.¹²

Este fragmento abre a discussão de um outro aspecto relevante nos trabalhos de Gustavo Barroso, a saber: a perspectiva sincrética na formação cultural brasileira.

Brasil: um país sincrético

Barroso sempre afirmou que a formação étnica e cultural brasileira impede a elaboração de uma classificação restrita apenas aos aspectos das raças formadoras de nosso país: a indígena, africana e branca. O que deve ser observado são os aspectos culturais da formação histórica do Brasil, na medida que, por exemplo, os índios aqui encontrados não pertenciam a uma raça única, apresentando, igualmente, significativas diferenças culturais e linguísticas. Barroso, baseando suas interpretações nos estudos de Ehrenreich



Gustavo Barroso em 1917 com seu filho Flávio. Acervo Museu Histórico Nacional/ Arquivo Histórico.

acerca dos panos, nos de Capistrano de Abreu sobre os Caxinauás e nos do Padre Colbachen, que pesquisou os Bororós, afirmou, desde seus primeiros trabalhos, ser inviável uma classificação bem feita restringindo-se apenas à esfera racial. A observação de aspectos culturais seria condição *sine qua non* para a compreensão dos símbolos construídos nos contos, lendas e outras manifestações folclóricas. O Brasil, muito mais que um país miscigenado racialmente, era um país sincrético culturalmente.

Ao estudar as lendas, o sincretismo foi observado por Barroso, que afirmava existirem “(...) lendas com reminiscências indígenas, africanas ou portuguesas. Lendas nas quais se chocam as credences de três raças opostas, que viveram durante séculos em contacto, que se vão fundindo uma nas outras e se misturando de tal modo até formarem dentro em pouco um typo resultante de toda essa ancestralidade.”¹³

No já no livro “Idéias e Palavras”, de 1917, Barroso valoriza de forma mais sistemática o estudo do negro, revelando uma preocupação em estudar a formação cultural desse segmento da sociedade. Barroso chamava a atenção para a ausência quase total, e bastante significativa, de pesquisas sobre o negro

brasileiro, fato para ele bastante lamentável, pois “dos paizes onde se distribuíram as populações arrancadas da África pela ambição cruel dos negreiros o Brasil foi um dos que mais se heram de elementos negros. Esse fato trouxe à sua história, em todas as manifestações, influencia que ainda perdura e muito tempo perdurará”.¹⁴

Salta aos olhos, ao lermos Barroso, a relevância dada ao estudo do negro, no sentido de se compreender a formação histórica brasileira. Não se trata, porém, de uma valorização da cultura negra unicamente, mas sim, e principalmente, da inserção desta no processo de construção do Brasil. Outrossim, era fundamental desenvolver uma Ciência Social capaz de explicar a “nossa particular formação histórica”, baseada no sincretismo desde os seus primórdios.

Em 1932, no livro “As Colunas do Templo”, Barroso continuava a lamentar a inexistência, no Brasil, de um estudo “profundo e consciencioso da influência africana”. Ela era, segundo o autor, maior do que parece. Não somente o indígena, mas também o negro deixou uma terminologia na “corografia, na fauna e na flora do Brasil.” Segundo o autor, “(...) até hoje nossas lendas oriundas da África, apenas muito raramente foram estudadas como requer o método comparativo e exegético do folclore.”¹⁵

O sincretismo cultural como forma de se pensar a questão nacional ganha relevo quando da análise da língua aqui falada. No artigo “A Língua Brasileira”, de 1917¹⁶, Barroso, comentando um texto da escritora lusitana Branca de Gonta Colaço publicado em um jornal lisboeta, afirmou que deveria ser criada no Brasil, em poucos anos, uma língua totalmente independente da original.

Mesmo sem negar a existência de “um certo dialeto brasileiro” formado ao longo da formação histórica brasileira, Barroso não aceitava o fato de a língua portuguesa falada no Brasil continuar quase toda amarrada aos “grilhões e parcedões europeizantes”. Isto porque ela era o resultado da mistura

(...) de correntes indígenas, africanas e européias, cheirando a sol e a matagal, trescalando a café e a fumo, manchando de óleo, empoada de carvão, estriada de ferro, salpicada de ouro, com muito da poesia do passado, porém com maior quantidade ainda de todas as trepidações do presente e de todas as promessas do futuro – para ser falada um dia, liberta dos arcaísmos, modelada na sua forma aparente tanto quanto na sua estrutura íntima, por formidáveis mestiços, em cujo sangue o índio

se encontre com o germano, o luso se misture ao eslavo, o japonês se mescle ao sírio e o africano se caldeie com o latino. (...) A língua, como, aliás, as outras manifestações nacionais, não se submeterá a formas arcaicas (...).¹⁷

No que tange aos sincretismos aqui construídos, Barroso sempre chamou atenção para a necessidade de se observar as manifestações artísticas e religiosas das camadas populares, como podemos notar nessa passagem de “Terra do Sol”:

Os divertimentos, excetuando-se os sambas, festas de aniversários e casamentos, têm sempre um pretexto religioso. As mais concorridas festas se realizam nas grandes datas da Igreja (...). A música do sertão é languida e dolente, quasi sem variações, tendo a tristeza das melopéas africanas e a rusticidade dos instrumentos indígenas. Nos sambas tocam-se quadrilhas, valsas, polkas e scotisches, mas o gemer triste das violas e o arfar fanhoso dos accordéons dão lhes um som arrastado e nostálgico do batúque negro.

A música e a dança revestem-se do mesmo característico que toda e qualquer manifestação artística mistura das inclinações e das heranças de três raças.¹⁸

Aqui se explicita, no texto de Barroso, a necessidade de se pensar o Brasil a partir da observação dos sincretismos construídos, e portanto, das culturas aqui formadas, que constituem a particularidade da nação brasileira. Mesmo transmitindo, como no texto acima, uma clara visão elitista (“(...) a dissonância bárbara dos seus tambores (...) reminiscências choreográficas e musicas da senzala (...)”), Barroso não perde de vista o fato de ser o elemento popular um dos pilares constitutivos da cultura do país. Não se trata, portanto, de definir o projeto barrosiano como sendo um projeto sem preconceitos, mas sim de pensá-lo como uma maneira de aceitar o Brasil como ele é, estudando-o a fundo.

Dentro dessa temática de se pensar o “popular”, não podemos deixar de mencionar o projeto de construção de um Museu Ergológico Brasileiro, objetivo este trabalhado detalhadamente em um artigo publicado em 1942, no terceiro volume dos Anais do Museu Histórico Nacional¹⁹, mas que já vinha sendo

pensado, segundo o próprio Barroso, desde a feitura dos livros “Através dos Folk-lores”, em 1927, e, principalmente, “As Colunas do Templo”, de 1932.

“Através dos Folk-lores”, reuniu uma série de artigos de Barroso sobre as manifestações folclóricas no Brasil e no mundo. A obra, buscava, primeiramente, demonstrar que o Folclore era uma ciência e, como tal, deveria ser estudado de maneira sistemática e criteriosa, por meio de um método de pesquisa. Em segundo lugar, objetivava mostrar que, para pensar o folclore brasileiro, era preciso ter em mente as várias influências por ele sofridas, consequência de nosso processo de formação histórica.

“As Colunas do Templo”, publicado em 1932, tinha como objetivo, segundo o próprio Barroso, oferecer um panorama geral de suas idéias, especialmente, mas não exclusivamente, sobre o Folclore. Apresentado na forma de textos curtos, oferece uma bela radiografia do pensamento barrosiano.

Em 1932, Barroso chama atenção para o fato de que os estudos sobre folclore, ou, como ele também denomina, “demopsicologia”, não abordavam, como deveriam, a parte referente à Ergologia:

(...) parte da vida popular que envolve valores úteis ou artes de utilidade: cozinha, ofícios manuais, profissões rústicas, etc. Assim encontramos nesse capítulo do folclore brasileiro uma riqueza formidável desde os alimentos, com suas receitas de pitéus ou doces de origens mais diversas – monacais, africanas, árabes (...). A descrição e a tecnologia dos próprios artefatos e produtos.²⁰

Desenvolvendo seu argumento, Barroso critica os estudos folclóricos que, na maioria das vezes, limitam-se a interpretações da “vida espiritual pura”, “oásis de simplicidade e ditosa despreocupação”. Há que se ter em mente, porém, que, apesar das críticas a essa mentalidade, dominante nos trabalhos sobre folclore, foi essa perspectiva que, segundo o autor, garantiu o crescimento dos estudos sobre as “tradições populares”. Tais estudos normalmente eram resumidos ao tripé música, dança e poesia, “mais acessíveis ao gosto ou ao diletantismo do público urbano”. Barroso ressaltava que esse tripé era explicitado pela narrativa em “prosa, provérbio, adivinhações, superstições, etc.”

Convém salientar que, para se pensar numa evolução dos estudos sobre folclore, era necessário dividir a “ciência folclórica”²¹ em duas partes

principais: a Animologia, referente à alma, ao espírito, que envolve costumes, usos, cerimônias, ritos, contos, músicas, danças, parêmias, fábulas, entre outros; e a Ergologia, baseada nos “valores de utilidade”, que estuda desde os alimentos (e seus preparos) até os ofícios manuais como trançador de couro, prateiro etc.

Que riquíssimo museu se poderia organizar com a ergologia brasileira, abarcando os valores de utilidade do nosso povo de norte a sul, englobando as nossas artes populares e permitindo sobre elas estudos e publicações (...) ²²

Com toda esta preocupação com o folclore, impressiona o não reconhecimento da importância dos escritos de Gustavo Barroso no sentido de se pensar no desenvolvimento dos estudos sobre folclore no Brasil. Em artigo de 1988, Rita Carvalho assinala a delimitação do campo e os critérios formais que permitem a identificação do tipo de cultura que pode ser considerada folclore com base na “Carta do Folclore Brasileiro”, de 1951, elaborada no I Congresso Brasileiro de Folclore:

(...) reconhece o estado do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda a sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual. ²³

A “Carta do Folclore Brasileiro” buscou legitimar os estudos sobre o folclore, dando-lhe um embasamento científico e centrando-se nos chamados “valores tradicionais”, cuja retomada e sobretudo conservação são vistos como pontos-chave. Nitidamente, a preocupação central nesta época ficava por conta do receio do folclore desaparecer, fruto da aceleração da industrialização, bem como dos modernos meios de comunicação que marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. O desaparecimento do folclore poderia marcar “a perda da identidade do povo brasileiro.”

Em face do exposto, podemos observar a relevância de se estudar a obra barrosiana, que antecipa alguns pressupostos que aparecem na “Carta do Folclore”, tanto no que diz respeito à importância de se manter as tradições ameaçadas pelo progresso, como, sobretudo, no que tange à valorização do “aspecto material” concatenado com os “aspectos espirituais”.

Tal relação é a pedra de toque teórica do pensamento barrosiano. Desde de 1911, o autor refletia sobre a cultura popular, buscando construir um método que tinha como objetivo sistematizar a ciência, assim como entender a “verdadeira” história do Brasil, que só poderia ser de fato compreendida quando os costumes do “povo” fossem transformados em objetos privilegiados de análise. Se pudéssemos pensar numa possível visão de História, as idéias de Barroso chamam bastante atenção, pois sua visão acerca do processo histórico era muito mais ampla que a “História Mestra da Vida”, o que pode ser observado nas palavras do próprio escritor em texto de 1932.

A verdadeira História do Brasil é aquela contada pelo seu povo.²⁴

Explicita-se aí a questão chave para a compreensão do projeto barrosiano. Este passa, nitidamente, pela convivência de diferentes “brasis”, sendo que a integração é premissa básica para pensarmos o país. Porém, para que isso ocorra é necessário despertar nas camadas populares o sentimento de amor à pátria. Barroso, ao longo de sua trajetória intelectual no período por nós recortado (1911-1932), buscou valorizar as manifestações populares brasileiras, a cultura e o folclore nacionais, sempre concedendo relevância a tais elementos. A construção do Brasil passaria pela aproximação dessa cultura popular com valores urbanos, “influenciados”, “impregnados” por um cosmopolitismo, e ainda com as tradições aristocráticas brasileiras. Em última análise, o Brasil só seria um país de verdade quando olhasse para si e se observasse como um todo, indivisível e sincrético, no qual os diferentes setores da sociedade, respeitando suas diferenças e distâncias, caminhassem num mesmo sentido: o de construir uma verdadeira identidade nacional.

Considerações finais

A valorização da pesquisa sobre o folclore e a cultura popular brasileiros, bem como a busca de uma sistematização dos estudos folclóricos no país, ambas realizadas por Barroso no recorte por nós estudado, abrem o leque para questões mais amplas. Isto porque servem para relativizar a visão defendida por alguns estudiosos do movimento folclorista brasileiro que, seguindo a trilha iniciada pelas análises de Mário de Andrade, afirmam só ser possível pensar numa ciência folclórica no Brasil a partir dos anos 20. Tal visão precisa

ser redimensionada pois, pelo menos os desde fins do século XIX, buscou-se pensar em um método para pesquisar o folclore brasileiro. Gustavo Barroso foi um dos folcloristas que buscaram alcançar este objetivo, conforme pudemos observar neste artigo. Barroso procurou legitimar o folclore como uma ciência, buscando desenvolver e aplicar uma metodologia própria para os estudos folclóricos. O pensamento barrosiano sobre o folclore, bem como o de outros folcloristas das últimas décadas dos oitocentos e primeiras dos noventa, deve ser observado e analisado pelos pesquisadores de nossa história intelectual, por serem as idéias e projetos destes intelectuais bastante interessantes para se compreender como a “cultura do povo” foi apropriada e como o Brasil foi pensado naquela época.

Gustavo Barroso identificava como um dos motivos da crise nacional das primeiras décadas do século XX a degradação da cultura brasileira. Para Barroso, a análise da formação brasileira deixava clara a necessidade de repensá-la de forma rápida e eficiente. Neste sentido, os intelectuais exerceriam um papel de extrema importância. Eles seriam os bastiões da cultura, responsáveis pela apropriação e transmissão dos valores culturais para o povo.

Existia em Gustavo Barroso um certo “padrão moral” objetivado, ou ao menos idealizado, que denunciava a impunidade e a inversão de valores na sociedade. A própria temática central de boa parte da sua obra - as manifestações culturais das camadas populares - já nos oferece uma série de reflexões, à medida que tais manifestações sofrem influências de processos de civilização entendidos como “progresso”. A dicotomia parece ser entre tradição e inovação copiada. A questão não é simplesmente criticar o progresso, e sim a não apropriação deste ao Brasil. Tais processos de civilização promovem uma série de mudanças que se caracterizam pela constante subversão dos preceitos básicos da sociedade. Esta perspectiva pode ser encontrada apenas no homem “genuinamente brasileiro”; daí a valorização da cultura do povo feita por Barroso.

Os estudos sobre cultura popular e folclore realizados por Gustavo Barroso permitem-nos observar de forma relativamente clara o projeto barrosiano para pensar o Brasil, no qual o sincretismo, consequência de nossa formação social e histórica, deve ser o pilar central para se compreender o país.

Notas

1. Este artigo é versão modificada de parte do segundo capítulo de dissertação de mestrado defendida em junho de 2001, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da professora Dra. Martha Abreu.
2. PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
3. CAVALCANTI, Maria Laura et alii. Os estudos de Folclore no Brasil. In: *Seminário de Folclore e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, IBAC, 1992.
4. Idem. P. 107.
5. BARROSO, Gustavo. *Idéias e Palavras*. Rio de Janeiro: Costallat, 1917. P.46.
6. BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921, P 13.
7. Idem. P. 15.
8. Idem. P. 13.
9. BARROSO, Gustavo. *As colunas do templo: erudição; folclore; história; crítica e filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932. P.18. Barroso se remete aos seu artigos publicados na imprensa entre os anos de 1911 e 1920.
10. BARROSO, Gustavo. *Ao som da viola, op. cit.* P. 16.
11. Idem. P.29 (grifo nosso).
12. BARROSO, Gustavo. *As colunas do templo, op. cit.* P. 21.
13. Idem. P. 270.
14. BARROSO, Gustavo. O negro do Novo Mundo. In: _____. *Idéias e Palavras, op. cit.* P. 61-62.
15. BARROSO, Gustavo. *As colunas do templo, op. cit.* P. 172.
16. BARROSO, Gustavo. A língua brasileira. In: _____. *Idéias e Palavras, op. cit.* P. 72 a 78.
17. Idem. P. 74.
18. BARROSO, Gustavo. *Terra do sol: natureza e costumes do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.
19. BARROSO, Gustavo. Um Museu Ergológico para o Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional* (Vol.3, 1942), Rio de Janeiro. 1942
20. BARROSO, Gustavo. *As colunas do templo, op. cit.* P. 234.
21. Termo utilizado pelo próprio Barroso.
22. BARROSO, Gustavo. Um Museu Ergológico para o Brasil. *Op. cit.* P. 434 (grifo nosso).
23. CARVALHO, Rita. In: *Seminário de Folclore e Cultura Popular. Op. cit.* P. 16.
24. BARROSO, Gustavo. *Luz e pó*. Rio de Janeiro: Renascença, 1932.

Uma “marca barroseana”
A primeira exposição permanente do
Museu Histórico Nacional

Cleber José das Neves Reis

Nota biográfica

Cleber José das Neves Reis, nascido no Rio de Janeiro, em 1951, é graduado pela Escola Naval em Ciências Navais. Comandou o Navio de Assistência Hospitalar Carlos Chagas, em 1989, e foi Capitão dos Portos no Estado do Piauí de 1993 a 1995. Coursou a Escola de Guerra Naval, concluindo os cursos de Comando e Estado Maior e Superior de Guerra Naval. Em 1996, foi para a reserva no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra. Em 2003, graduou-se museólogo pela UNIRIO.

Resumo

Uma “mana Barrosteana”

A primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional.

Cleber José das Neves Reis

O texto trata da exposição de 1924, a exposição permanente que inicia a trajetória do Museu Histórico Nacional, apontando os objetos museológicos expostos, as salas de exposição e os recursos museográficos adotados. Aborda, ainda, o fato da exposição ter sido idealizada por uma só pessoa (Gustavo Barroso), e a sua importância para consolidação do MHN como casa de memória.

PALAVRAS-CHAVE: Exposição de 1924, Gustavo Barroso, museografia, objetos museológicos.

A exposição de 1924 pode ser considerada a que marca em definitivo a entrada do Museu Histórico Nacional (MHN) como uma casa de memória no país. Isso porque foi mais ampla que a inaugural, não só quanto ao número de objetos expostos, mas também quanto à sua preparação e à área destinada à exposição.

Quando, em 1923, o MHN recebeu o prédio utilizado pelo Pavilhão das Grandes Indústrias (concedido pelo decreto de criação), encerrou a exposição inaugural, em 03 de julho daquele ano, dando início à sua reinstalação, ocupando a Casa do Trem e a ala direita do Arsenal de Guerra.

Os serviços começaram em agosto daquele ano e culminaram com a abertura da exposição permanente, em setembro de 1924. Isto é, o museu ficou fechado ao público por um ano e dois meses.

A instituição já havia adquirido algum mobiliário, armários, vitrines e pedestais com os recursos alocados em 1922 pelo governo federal; mesmo assim, faltavam móveis para a exposição, pois o acervo crescia. Assim, o Ministro do Interior, João Luiz Alves, cedeu o seguinte material, usado na Exposição do Centenário, encerrada em março de 1923: 11 mostruários, 22 vitrines, 7 banquetas de madeira, 6 colunas, 200 metros de passadeira de coco e 50 metros de passadeira verdes². Também havia objetos do museu que ainda permaneciam em outras instituições como a Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu Nacional e Escola Nacional de Belas Artes, fazendo-se necessário o seu transporte para tomar lugar nas novas instalações.

O MHN, na sua organização administrativa, apresentava duas Seções. A 1ª Seção cuidava dos objetos históricos e a 2ª Seção, da Numismática, Sigilografia e Filatelia. Ressaltamos que a 2ª Seção do MHN funcionava nas dependências da Biblioteca Nacional e somente foi transferida em setembro de 1923, passando a ocupar o primeiro andar do pavilhão (Casa do Trem), que constava de três grandes salas e dois cubículos³. A sala central destinava-se à exposição de moedas, medalhas, sinetes e condecorações; a sala da direita abrigava o gabinete do chefe da seção, a biblioteca especial da seção, catálogos e mesas de consultas e dos funcionários; finalmente, a sala da esquerda foi reservada para receber a coleção Guinle de moedas. Os Guinle, segundo os Relatórios Anuais do MHN, foram considerados um dos grandes protetores

do museu, sendo homenageados pela instituição, que posteriormente atribuiu nomes dos mecenas a algumas salas.

Guinle ofereceu vários objetos preciosos para 2ª Seção, coleção de condecorações, mandou adquirir objetos históricos por sua conta desde que não haja verba, encomendou a Casa Laubisch mobiliários ricos e excelentes para a Seção de Numismática, no valor aproximado de 70 contos de réis.⁴

A montagem da exposição continuava e, no início de 1924, o museu ainda não estava preparado para ser aberto ao público. Conforme o Relatório Anual de 1924, faltavam os *cartões designativos* (etiquetas) dos objetos expostos, que por sua vez dependiam da confecção do Catálogo Geral da Exposição⁵, o qual estava sendo elaborado por Barroso. Este catálogo ficou pronto em maio de 1924 e nele constavam, somente, os objetos históricos relativos à 1ª Seção (História).

Em setembro de 1924, o museu foi aberto ao público, inclusive aos domingos e feriados⁶. Os visitantes puderam conhecer uma nova e ampliada exposição com diversas salas, as quais foram arrumadas pelo próprio diretor (Barroso), abrigando um número maior de objetos. Analisando o Catálogo da Exposição, encontramos as seguintes salas e áreas utilizadas pelo museu (a terminologia utilizada na coluna referente aos objetos museológicos teve como fonte de consulta o *Thesaurus para Acervos Museológicos*).

Quadro I		
Catálogo da Exposição: Objetos museológicos, distribuição espacial e quantitativa.		
Localização	Classe dos objetos museológicos	Quantidade
Ala dos Candelabros	Escultura religiosa, candelabros e peça de mobiliário	15
Sala dos Ministros	Armas brancas de choque e de haste (clavina, espingarda, carabina), equipamento de defesa (couraça), munição (balas e bombas) e pintura (retrato)	311

Sala dos Retratos	Pintura (retrato), indumentária (uniformes), peça de mobiliário (mesa, cadeira, escrivaninha) e escultura (estátua, busto)	55
Sala das Bandeiras	Insígnias (bandeiras históricas)	111
Arcada dos Canhões	Máquinas de guerra (canhão, colubrina, obuseiro)	18
Arcada das Pedras	Fragmentos de construção (porta, portão, grade), objeto funerário (cruz de sepultura), instrumento de castigo (traves de força), objeto comemorativo (placa comemorativa)	43
Arcada dos Coches	Transporte terrestre (cuche, cadeirinha, vitória)	8
Escadaria dos Escudos	Fragmentos de construção (balaustrada), pintura (retrato), insígnias (brasão)	49
Sala dos Capacetes	Pintura (retrato, marinha, arquitetônica), estampa (gravura), fragmentos de construção (azulejo, chave de porta, ladrilho), peça de mobiliário (cadeira, mesa), documento (diploma, carta patente, mapa), armas brancas de choque (sabre, rapieira, espada), armas de fogo portáteis (bacamarte, clavina, espingarda, espingardão, pistola), equipamento de defesa (couraça, armadura, capacete), instrumento de precisão (relógio, relógio de sol), insígnias (bandeiras), lazer (brinquedo, tabuleiro de xadrez), peça de indumentária (lenço, uniforme), utensílio de mesa (travessa, talher, prato)	328
Sala da Constituinte	Peça de mobiliário (mesa, cadeira), fragmento de construção, indumentária (hábito, dragona), insígnias (condecorações, estandarte, fiador), pintura (retrato), escultura (estátua), acessório de transporte terrestre (salteira), arma branca de choque (espada), artigo de tabagismo (cigarreira, caixa de rapé, porta-caixa de fósforos)	53
Sala do Cetro	Pintura (retrato), escultura (busto), fragmento de construção, equipamento de comunicação	

	escrita (porta-documentos, caixa de correio), documento (livro, álbum, carta), insígnia (cetro majestático, brasão), utensílio de cozinha (talha)	92
Sala dos Tronos	Peça de mobiliário (console, mesa, trono, cadeira) pintura (retrato, histórica), acessório de transporte marítimo, objeto de iluminação (castiçal), escultura (busto, estatueta), documento (carta patente) objeto funerário (chave de caixão), instrumento de precisão (cronômetro, relógio de sol), insígnia (estandarte), equipamento de telecomunicação (telefone), indumentária (uniforme, chapéu, calça, botão), acessório de transporte terrestre (selim), artigo de tabagismo (caixa de rapé), fragmentos de construção (azulejo), utensílio de mesa (fruteira, prato, terrina, copo, pires, travessa, xícara), documento (livro), munição (balas), arma de fogo portátil (espingarda), arma branca de choque (espada, florete, sabre), acessório de interiores (espelho), conforto pessoal (leque)	523
Sala Osório	Escultura (busto), documento (fotografia, álbum, mapa), artigo de viagem (guampa), indumentária (poncho, túnica, gravata, chapéu, botões), estampa, arma de fogo portátil (revólver), arma branca de haste e de choque (lança, faca), acessório de transporte terrestre (salteira), insígnias (bandeira, condecorações), artigo de tabagismo (charuteira)	116
Sala dos Troféus	Indumentária (botões, poncho), estampa (retrato), arma branca de choque e de haste (machado, sabre, lança), escultura (busto, estátua), fragmentos de construção, documentos (mapas, planos), pintura (retrato), insígnias (dragona, fiador, bandeira), equipamento de documentação escrita (porta-documentos), acessório de transporte terrestre (salteira), arma de fogo portátil (clavina, pistola, espingarda, revólver), máquina de guerra (canhão)	406
Escadaria das Armas	Estampa (retrato, documental), pintura (retrato), arma branca de choque e de haste (sabre, adaga, lança), arma de fogo portátil (pistola, bacamarte, carabina)	50

Sala da Abolição e do Exílio	Documento (fotografia), instrumento de castigo (gargalheira, vira-mundo, algema, palmatória), estampa (retrato), escultura (estátua), indumentária, peça de mobiliário (cadeira, armário, mesa), acessório de transporte marítimo (roda do leme)	77
Sala da República	Peça de mobiliário, indumentária uniforme), estampa (retrato), escultura (estátua, busto), documento (fotografia), pintura (retrato), arma branca de choque (espada, faca), arma de fogo portátil (carabina, mosquetão), documento (mapa, carta), munição (bala, pólvora), insígnia.	177
Galeria das Nações	Fragmentos de construção (balaustrada), insígnia (bandeira, brasão)	12
Sala das Conferências	Documento (fotografia, diploma, estampa)	14
Gabinete do Diretor	Pintura (retrato, documental), indumentária (uniforme), equipamento de defesa (capacete), estampa (retrato), documento (fotografia)	18
Secretaria	Estampa (retrato, documental, histórica)	15

A procedência dos objetos museológicos do Quadro I é a seguinte:

- transferência de estabelecimento público – 1402
- aquisições de várias espécies – 639
- ofertas de particulares e associações – 432
- dádivas de governos e representações estrangeiras – 13

A exposição inaugural, em 1922, continha 643 objetos distribuídos em duas salas e uma arcada. Nota-se, ao observarmos a exposição inaugurada em 1924, um acréscimo no número de objetos expostos, que passou para 2.486, ou seja, quase quatro vezes mais numerosa. Em dois anos, o acervo histórico foi quadruplicado e a área destinada à exposição, expandida em três arcadas e diversas salas e espaços.

A exposição de 1924 contribuiu para o desenvolvimento, expansão e consolidação do MHN:

O projeto de Barroso, dadas as suas características, logo conquistou apoios consideráveis, do ponto de vista político e social. O Museu justificava-se por constituir, ao mesmo tempo, signo da modernidade e signo da tradição. Os apoios cristalizaram-se principalmente através das doações que começaram afluír em grande quantidade a partir de 1924.⁷

O modo como Barroso empregou recursos museográficos para montagem da exposição revela sua atenção para a conquista que foi a criação do museu e sua futura sustentação.

Isso é demonstrado com a apresentação do Catálogo da Exposição, volumoso, com 203 páginas nas quais se descreve cada objeto, sua procedência e distribuição pelas respectivas salas, e que contém fotografias que mostram a arrumação da maioria das salas, bem como pela inauguração a exposição somente após a confecção e colocação das etiquetas.

Ao observarmos o acervo apresentado na exposição em questão, verificamos, conforme apresentado anteriormente, que a quantidade de objetos de várias espécies obtidos por recursos orçamentários (639 objetos), é bem próxima daquela de objetos doados por particulares e associações (432 objetos). Barroso, necessitando ampliar o acervo do museu para levar adiante o seu projeto de *Culto da Saudade, na Casa do Brasile* para que o país apresentasse um lugar de memória dentro do planejado pelo seu idealizador, fazia o que era necessário para manter o “fogo sagrado” da instituição e prover seu constante crescimento.

O país, na década de 1920, passava por diversas crises econômicas e havia poucos recursos financeiros públicos para serem empregados em órgãos do governo.

Barroso, sabedor de que não poderia contar com os recursos governamentais que desejava, incentivou e seduziu os detentores do capital, pertencentes às oligarquias e empresariado, convencendo-os de que, com doações, fossem elas financeiras ou de coleções e objetos, poderiam melhorar e ampliar o acervo do museu e suas instalações. Além disso, tais objetos doados atendiam a outra necessidade do museu, que era apresentar de “maneira grandiosa” a história do país.

Como é de uso em todas as partes do mundo os museus recorrerem aos particulares e generosos para o aumento de seu patrimônio e mobi-

liário, a Diretoria tem procurado despertar entre os nossos grandes industriais, comerciantes, capitalistas e colecionadores ricos o interesse pelas nossas tradições, discretamente.⁸

O Relatório Anual do MHN de 1925 apresenta o montante de 130:270\$000, cerca de 130 contos de réis, como valor que representa os donativos recebidos pelo museu de seus benfeitores.

A Diretoria faz notar a V. Exa que tem procedido com o máximo escrúpulo nessa questão. Nenhum vintém dessa elevada quantia passou por suas mãos. Desde que um doador resolve organizar à sua custa uma sala, a Diretoria pede orçamento e esboço do plano as casas capazes de realizá-los, entrega-os à escolha do doador e, quando este escolhe aqueles que lhe agradam, pede-lhe para mandar fazer o serviço diretamente, e diretamente pagá-lo, pondo nas faturas somente o visto da entrega do material.⁹

Isto demonstra lisura nesse processo e, de certa forma, a interferência do doador na montagem da sala, uma vez que este escolhia o que estava doando, ou seja, acabava interferido na museografia apresentada pelo museu. Remetendo-nos à criação do museu, relembramos que a instituição recebeu 150 contos de réis do governo para abertura e funcionamento, valor próximo ao que foi doado em 1925 por particulares.

A via de mão dupla criada por Barroso para ampliar o museu e seu acervo, incentivando e seduzindo os doadores ou protetores através de homenagens - atribuição de seus nomes às salas e coleções -, parece-nos válida para a época, tendo em vista os poucos recursos financeiros e também porque particulares possuíam objetos de interesse do museu.¹⁰

A exposição de 1924 inicia a consolidação do MIIN como um novo museu no país, um museu pioneiro na apresentação da historiografia brasileira.

Os recursos museográficos da exposição de 1924

Conceito

O MHN, na sua exposição permanente, denominou diversas salas e áreas expositivas conforme a época (período) ou de acordo com a classe dos objetos expostos. Passamos a apresentar estas denominações, segundo o Catálogo da Exposição:

- *Ala dos Candelabros*—Época Colonial. Exibia em exposição diversos candelabros.
- *Sala dos Ministros*—Época: Colônia, Brasil-Reino, Brasil-Império e República. Um aspecto interessante é que, apesar do nome atribuído a esta sala, a maioria dos objetos expostos é composta por armas de fogo e armas brancas.
- *Sala dos Retratos*—Época: Brasil-Reino, 1º e 2º Reinados.
- *Sala das Bandeiras*—A época não é mencionada. Nesta sala só havia réplicas de bandeiras históricas.
- *Avada dos Canhões*—Todas as épocas. Exibição de canhões, obuses.
- *Avada das Pedras*—Todas as épocas. Expunha fragmentos de construção e diversos objetos que utilizavam pedra como material.
- *Avada dos Coches*—Todas as épocas. As viaturas do acervo do museu eram mostradas neste espaço.
- *Escadaria dos Escudos*—Todas as épocas. Apesar do nome, a maioria dos objetos expostos era composta por retratos.
- *Sala dos Capacetes*—Época: Colônia, Brasil-Reino, Independência, e Regência. Expunha diversas classes de objetos, dificultando a análise do nome atribuído à referida sala.
- *Sala da Constituinte*—Época: 1º e 2º Reinados. Nesta sala estavam expostas a mesa e as cadeiras da 1ª Assembléia Constituinte do Brasil.
- *Sala do Cetro*—Época: 2º Reinado. A maioria dos objetos pertencia à Casa Imperial do Brasil, principalmente a D. Pedro II.
- *Sala dos Tronos*—Época não mencionada. Expunha os tronos utilizados por D. Pedro II.
- *Sala Osório*—Época: Guerra do Paraguai. Expunha objetos da coleção Gen. Osório.
- *Sala dos Troféus*—Época: Guerras contra Rosas e do Paraguai. Expunha objetos usados e referentes às duas guerras mencionadas.
- *Escadaria das Armas*—Época: Monarquia e República. Diversas armas eram expostas juntamente com retratos.
- *Sala da Abolição e do Exílio*—Época: Monarquia e República. Eram expostos objetos de castigo aos escravos, os relativos à abolição e ao exílio da família imperial.
- *Sala da República*—Época: República. Expunha objetos do período republicano.

- *Galeria das Nações*— Época: Exposição do Centenário. Expunha as bandeiras de alguns países participantes da Exposição do Centenário da Independência.
- *Sala de Conferências*— Época não mencionada. Esta sala era um auditório e apresentava algumas fotografias.
- *Gabinete do Diretor e Secretaria*— Época não determinada. Expunha pinturas, gravuras e fotografias, empregadas, talvez, na composição do ambiente de trabalho. Estavam dispostas no Gabinete do Diretor cerca de duas dezenas de objetos que estão incluídos no Catálogo da Exposição de 1924.

O MHN não contava naquela ocasião com museólogos ou com qualquer equipe especializada para concepção e montagem da exposição. Foi o próprio Barroso quem se incumbiu da realização destas tarefas (concepção e montagem), atribuindo os nomes das salas e de outros espaços de exposição, distribuindo e arrumando os objetos museológicos.

Gustavo Barroso, em algumas salas, expôs objetos museológicos que abrangiam várias épocas (por exemplo, na *Sala dos Ministros*), desde o período da Colônia até a República. Porém, em outras salas (*Constituinte, Cetro, Osório, Troféus, Abolição e do Exílio, República*), as épocas são específicas (1º e 2º Reinados, Guerra do Paraguai, Monarquia, República).

No Catálogo da Exposição, Barroso menciona o Brasil-Império, porém atribui outro nome para esta época, Monarquia. Além disso, divide o período referente à Monarquia em 1º Reinado, Regência e 2º Reinado.

A época mais abordada na exposição é o Brasil-Império ou Monarquia e, dentro deste período, o destaque é relativo ao 2º Reinado. Isto porque a maioria dos objetos museológicos da exposição refere-se ao 2º Reinado ou pertenceram a pessoas ou a vultos históricos daquele período.

A importância que Barroso dispensava às bandeiras pode ser notada na *Sala das Bandeiras* e *Galeria das Nações*. Tal constatação pode ser verificada quando publica, em 1945, o livro *Introdução à Técnica de Museus*.¹¹

A importância atribuída aos nomes das salas, que remetem à disposição e distribuição dos objetos museológicos e a fatos históricos, reflete o objetivo de “engrandecer a pátria”. As salas *Osório* e *dos Troféus* tratam das Guerras do Paraguai e contra Rosas; a *Sala da Abolição e do Exílio* trata da abolição da escravatura e Proclamação da República, apresentando, também, a ruptura do regime de governo e o exílio da família Imperial, ou seja, queda da monarquia;

e a República, com pouco mais de 30 anos de implantação no país, é contemplada com uma sala (*Sala da República*). As *Salas do Cetro e dos Tronos* reforçam o simbolismo histórico atribuído à figura do Imperador D. Pedro II.

Vitrines e outros elementos auxiliares

Foram empregados três tipos de vitrines nas salas de exposição: altas, baixas e poligonais¹². As altas eram normalmente encostadas às paredes. As baixas possuíam vidros em todas as faces, exceto no fundo, e ficavam dispostas no meio da sala, permitindo a orientação para circulação do visitante. No meio da sala também era utilizada uma vitrine poligonal que exibia, no centro, uma escultura (estatueta ou busto). Os pés dessas vitrines eram torneados ou simples.

As vitrines normalmente abrigavam os mesmos tipos de objeto. Alguns objetos eram destacados, sendo colocados sobre um pequeno pedestal ou estrado.

Havia vitrines para abrigar os tronos utilizados por D. Pedro II e para algumas cadeiras consideradas de maior expressão na exposição. A armaria era colocada em suportes próprios ou, em algumas salas, presas às paredes.

Identificação dos objetos – etiquetas

Todos os objetos museológicos expostos foram identificados com o emprego de etiquetas, as quais podem ser observadas em algumas fotografias constantes no catálogo. Estas etiquetas continham a descrição do objeto museológico e a sua procedência.

Iluminação

A iluminação da exposição era natural, proveniente das janelas e arcadas. Também havia iluminação artificial nas salas, obtida com focos elétricos no teto. A iluminação artificial nas arcadas empregava luminárias pendentes.

Orientação

As passarelas orientavam o trânsito das pessoas nas salas de exposição.¹³

A permanência da marca

A exposição de 1924 iniciou a trajetória do museu, contribuiu para a formação do acervo, pois incentivava as doações, e consolidou o MHN como um museu de história, até então inexistente no Brasil. Esta exposição aponta para um modelo historiográfico que se apoia em vultos e fatos históricos, apresentando uma cronologia que abrangia desde a época colonial até a



Gustavo Barroso em 1922 com o fardão da Academia Brasileira de Letras. Acervo Museu Histórico Nacional/Arquivo Histórico.

República. Além disso, conseguiu incentivar os doadores, pois as doações a partir do ano seguinte começaram a crescer.

No que se refere à procedência dos objetos, a exposição de 1924 (a primeira permanente) apresentava, além daqueles que foram transferidos de outras instituições, outros pertencentes e adquiridos junto às elites, por meio de compra ou doação. Tais compras e doações eram efetuadas porque, segundo a direção do museu, os objetos estavam impregnados de tradição, e representavam o passado da história brasileira, atendendo aos propósitos de Barroso para o desenvolvimento do MHN. Vale ressaltar que, quanto aos objetos empregados no castigo e aprisionamento de escravos, alguns foram adquiridos pelo MHN e outros faziam parte da Coleção J. J. Raposo, que foi comprada com recursos orçamentários e continha 397 objetos.

A captação de objetos, fruto da política de aquisição efetuada por Gustavo Barroso, contribuiu para que o museu passasse a ter importante acervo. A postura pessoal e profissional de Barroso, um intelectual, foi decisiva para a consolidação do museu e este se tornou depositário de diversos objetos museológicos do país.

A credibilidade que Barroso emprestou à instituição, ao longo dos anos, tornou-se consistente junto ao público, propiciando ao museu, até hoje, receber doações, embora em quantidades reduzidas, de pessoas públicas ou de pessoas anônimas da nossa sociedade.¹⁴

Devemos focar, além da quantidade, a qualidade dos objetos coletados por Barroso. Isto pode ser observado pela exibição, até os dias atuais, de vários objetos que faziam parte da exposição de 1924 e, também, pelos empréstimos de objetos museológicos (históricos e numismática) para exposições em outros museus do país e do exterior.

Notas

1. Este artigo é versão modificada do terceiro capítulo da monografia *Museu Histórico Nacional: dois momentos de sua Exposição Permanente*, defendida em junho de 2003, na Universidade do Rio de Janeiro, na graduação em Museologia sob a orientação da professora Dra. Diana Parjalla Correia Lima.
2. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual - MIIN 1923*. MHN, 1923. Arquivo Permanente.
3. Idem.
4. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual - MHN 1924*. MIIN, 1924. Arquivo Permanente.
5. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional, Primeira Seção - Arqueologia e História - 1924*. MHN, 1924.
6. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual - MHN 1924*. MHN, 1924. Arquivo Permanente.
7. BITTENCOURT, J. N.; FERNANDES, L. S. P.; TOSTES, V. L. B. Examinando a política de aquisição do MHN. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: MIIN, v.27, p. 66, 1995.
8. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual - MHN 1925*. MHN 1925. Arquivo Permanente.
9. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Relatório Anual - MHN 1925*. MHN 1925. Arquivo Permanente.
10. Exemplificando, o Barão Smith de Vasconcelos doou recursos para aquisição de vitrines, de lambris de imbuia e de tapetes e para pintura da sala de seu nome.
11. "Entre todos os povos, as condecorações são valiosos elementos de identificação, sobre tudo de retratos antigos, complementando a heráldica e a indumentária. Do mesmo modo as bandeiras." BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus*, v.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Olímpica, 1951. P.18.
12. Esta classificação referente aos tipos de vitrines é a adotada por Barroso, podendo ser encontrada no livro *Introdução à Técnica de Museus (op. cit.)*.
13. BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional, Primeira Seção - Arqueologia e História - 1924*. MHN, 1924.
14. O MHN recebeu, em 2002, a Coleção Geisel, pertencente ao ex-presidente Ernesto Geisel. A coleção consta de cerca de 600 objetos, que foram doados pela família.

**O pensamento anti-semita moderno
no Brasil: o caso Gustavo Barroso**

Marcos Chor Maio

Nota biográfica

Marcos Chor Maio, doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), é pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Além de ter publicado diversos artigos sobre raça, etnicidade, Pensamento Social Brasileiro e História das Ciências Sociais no Brasil, é autor de *Nem Rothschild, Nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso* (Editora Imago, 1992) e organizador das seguintes obras: *Raça, Ciência e Sociedade* (Editora Fiocruz, 1996, com Ricardo Ventura Santos), *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil* (Editora da UFRGS, 1999, com Gláucia Villas Boas) e *Visões da Amazônia* (História Ciências Saúde - Manguinhos, 2000, com José Augusto Drummond).

Resumo

O pensamento anti-semita moderno no Brasil: o caso Gustavo Barroso
Marcos Chor Maio

Este trabalho versa sobre o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Sugiro, inspirado em Hannah Arendt, que o pensamento anti-semita de Barroso é de natureza moderna, de corte totalitário. Para dar fundamento a minha hipótese, apresento, em princípio, duas linhas de interpretação existentes na historiografia sobre as relações entre judeus e não-judeus, e que contribuem para o entendimento da qualidade de moderno, que atribuo às idéias antijudaicas de Barroso. Tais interpretações foram analisadas por Arendt na primeira parte de sua trilogia sobre o totalitarismo, *Anti-semitismo: instrumento de poder*. Em seguida, localizo Gustavo Barroso na ambiência anti-semita que floresceu no Brasil dos anos 1930 para, finalmente, analisar os conteúdos de sua produção militante do período integralista.

PALAVRAS-CHAVE: anti-semitismo, pensamento social brasileiro, Integralismo.

Este trabalho¹ versa sobre o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Intelectual de destaque na cena brasileira, com uma extensa obra que abarca a história, a sociologia, a política, a literatura, a museologia, o folclore, Gustavo Barroso foi também parlamentar, jornalista, criador e diretor do Museu Histórico Nacional por um longo período, membro e presidente da Academia Brasileira de Letras, e uma das lideranças mais expressivas da Ação Integralista Brasileira.

Minha pesquisa se restringe aos anos 1930, quando o integralismo de Barroso se confunde com o anti-semitismo. Neste sentido, sugiro, inspirado em Hannah Arendt, que o pensamento anti-semita de Barroso é de natureza moderna, de corte totalitário. Para dar fundamento a minha hipótese, apresentarei, em princípio, duas linhas de interpretação existentes na historiografia sobre as relações entre judeus e não-judeus, e que contribuem para o entendimento da qualidade de moderno, que atribuo às idéias antijudaicas de Barroso. Tais interpretações foram analisadas por Arendt, na primeira parte de sua trilogia sobre o totalitarismo, *Anti-semitismo: instrumento de poder*. Em seguida, localizo Gustavo Barroso na ambiência anti-semita que floresceu no Brasil dos anos 1930 para, finalmente, analisar os conteúdos de sua produção militante do período integralista.

O modelo da continuidade e a concepção clássica de História

Entendo por *modelo da continuidade* a visão da relação entre judeus e não-judeus ao longo da história do mundo ocidental como uma coleção invariável, na sua essência, de tensões, conflitos, perseguições e massacres, que teriam resultado num elevado custo para a sobrevivência do povo judeu. Portanto, a história seria a melhor escola para revelar e ensinar o “drama milenar”. Parte-se de uma visão cíclica, em que os atores sociais teriam um leque finito de opções, em lugares previamente estabelecidos, onde sempre haveria um opressor e um oprimido.

Uma boa ilustração do modelo da continuidade é o livro intitulado *A Conspiração Mundial dos Judeus: Mito ou Realidade*, do historiador Norman Cohn. Ele investiga as origens de *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, panfleto elaborado pela polícia secreta do governo autocrático russo no final do

século XIX como um suposto plano político judaico de domínio do mundo. Cohn considera *Os Protocolos* “uma versão modernizada e secularizada, da idéia medieval popular de que os judeus constituíam uma liga de feiticeiros empregados por Satanás para arruinar, espiritual e fisicamente, o mundo cristão”².

A pesquisa proposta pelo historiador segue o seguinte roteiro: após conceituar o anti-semitismo moderno como mera atualização do passado, localiza este fenômeno em diversas obras, apresentando ao mesmo tempo, em rápidas pinceladas, o cenário histórico no qual foram elaboradas. Mediante essas publicações, Cohn traça uma linha evolutiva do grau de complexidade do mito da conspiração mundial judaica, culminando no principal deles, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. A intenção primordial, a cada momento, é a de revelar a falsidade destas publicações e a permanência, com roupagens diversas, dos mesmos conteúdos que estavam presentes na origem do mito. Cohn substitui, com freqüência, a compreensão do anti-semitismo por um processo de detecção de um fenômeno e de denúncia de suas diferentes formas de manifestação.

A análise de Cohn está calcada numa determinada concepção de história, a qual Kosseleck³ denominou de clássica. Esta concebe a história como um conjunto de experiências passíveis de ser catalogadas e arquivadas, transformando as vivências do passado em fonte de conduta, de ensinamento para o presente e o futuro. Este enfoque da história contrapõe-se à abordagem moderna que realça o contexto histórico, o rigor do método científico apartado de elementos valorativos, procurando romper assim com o primado da memória.

No que tange à historiografia sobre as relações entre judeus e não-judeus, observa-se a predominância de um olhar recorrente que credita à história a capacidade de predizer, ignorando com isso a especificidade de cada contexto e a expectativa de compreensão global da realidade. Esta vertente historiográfica que clege o anti-semitismo como fonte explicativa da trajetória do povo judeu pinça exemplos de perseguição, acontecimentos pontuais que reforçam a imagem do “eterno bode expiatório”. Assim, o antijudaísmo é

entendido, na sua essência, como invariante e atemporal, favorecendo o surgimento de uma crença na “normalidade” do fenômeno. Além disso, os episódios do passado, ou seja, o conjunto de expulsões, catástrofes e martírios são transformados pela memória em algo passional, valorativo, que deve informar as atitudes presentes e futuras.

O estudo de Norman Cohn procura, aparentemente, fundar-se no tempo, trazendo o máximo de evidências que possam fundamentar os argumentos desenvolvidos. Apesar da riqueza documental recuperada no processo de investigação, o “material histórico” coletado aparece como material de um laboratório onde deve ser testada a hipótese do anti-semitismo moderno como versão secularizada de populares superstições medievais.

O modelo da ruptura e o anti-semitismo moderno

À visão monocórdia do anti-semitismo contrapõe-se o *modelo da ruptura*. Entre os trabalhos que seguem esta linha de raciocínio, destaca-se o de Hannah Arendt que, ao considerar o genocídio nazista como um crime sem precedentes na história da humanidade, investiga a singularidade do anti-semitismo moderno. Este seria o primeiro ensaio, a ante-sala do fenômeno totalitário, tema central das reflexões da filósofa alemã.

Diante dos limites do *modelo da continuidade*, que pode ser resumido pela indiferenciação entre “o moderno anti-semitismo e o antigo ódio religioso antijudaico”⁴, a pensadora alemã propõe uma análise dialética, centrada no processo de interação entre judeus e não-judeus, ou seja, na longa e tortuosa história destas relações que prevaleceram desde o começo da diáspora judaica.

O *modelo da ruptura* contempla dois padrões de anti-semitismo qualitativamente diferentes: o tradicional e o moderno⁵. O padrão tradicional caracteriza-se pela existência de conteúdos religiosos e econômicos, indicando as formas de inserção dos judeus na sociedade até o início da época moderna. A princípio, esta inserção se desenvolveu no terreno religioso, através da competição interconfessional, que fez dos judeus o exemplo vivo da verdade do cristianismo. Em seguida, na economia, como embrião monetário de uma eco-

nomia pré-capitalista. Neste momento surgiu o judeu-da-corte, que mantinha vínculos estreitos com o Estado. Marginalizados, mantendo-se num equilíbrio precário com certa autonomia, os judeus, dentro de uma sociedade não-judaica, oscilavam entre a exclusão e a tolerância.

Para o anti-semitismo tradicional, os judeus seriam um “mal necessário”, ocupando um lugar definido e visível na sociedade, ou seja, exercendo determinadas funções que garantissem a manutenção do corpo social. Neste jogo histórico em que participavam, tinham a intenção e a possibilidade de manter-se como comunidade à parte. Esta atitude era reforçada pelas concepções e papéis atribuídos aos judeus pelo mundo não-judaico.

Neste sentido, é plausível considerar a existência de limites à atuação do anti-semitismo tradicional, limites estes que se revelaram através de, pelo menos, três exercícios do poder: “converter, isolar e expulsar”⁶. Converter os judeus pressupunha a esperança de que a alma judaica, supostamente impregnada dos males do mundo, fosse recuperável, salva. A forma concreta de realização desta mediação seria o batismo.

Outra solução encontrada para os judeus estaria no isolamento, impedindo assim o intercuro com os cristãos e a volta à origem dos recém-conversos. Esta separação se efetivou por meio de exigências que distinguissem os judeus através de trajes especiais, reclusão em certas datas nobres cristãs, além da proibição do exercício de funções públicas. O exemplo mais expressivo do ato de isolar foi o Gueto. Esta organização espacial, que delimitava um lugar apropriado para os judeus, era o maior símbolo da visibilidade judaica no medievo e na transição para o mundo moderno. É importante registrar que o constrangimento geográfico, que significava o controle dos judeus, confluiu de maneira contraditória com os anseios judaicos de preservação de sua identidade.

Quando as soluções de conversão e de isolamento não eram eficazes, a opção encontrada era a expulsão, que não se constituía em algo definitivo, variando conforme os interesses do príncipe, principalmente os de natureza econômica.

O que se observa nestes três tipos de poder do anti-semitismo tradicional é a existência de um campo de possibilidades para a resolução da “questão judaica” que, mesmo sendo provisórias ou restritivas, revelavam que judeus e não-judeus, em lugares diferentes na sociedade, constituíam “sócios na separação”.

O anti-semitismo moderno, por sua vez, opera mudanças radicais. Seu conteúdo, essencialmente político, destoa das notas religiosas e econômicas que caracterizam o anti-semitismo tradicional. A diferença entre estes dois padrões encontra suas origens nas profundas transformações ocorridas na Europa a partir do século XVIII.

Entre as múltiplas explicações que poderiam elucidar este processo conferi especial atenção, inspirando-me em Hannah Arendt, à tese de Tocqueville que procura explicar o ódio feroz do povo francês à nobreza após a Revolução Francesa. Para Tocqueville, este conflito surgiu quando a perda do poder dos aristocratas não correspondeu ao declínio de suas riquezas. Enquanto investida de poder, a nobreza suscitava constrangimentos à conduta da população mas, ao perder sua força política, que se traduzia numa série de privilégios, a aristocracia foi desnudada, revelando seu parasitismo. Sem qualquer função pública, mas preservando sua riqueza, a nobreza tornou-se alvo do ódio popular. Algo semelhante teria acontecido com os judeus. O auge do anti-semitismo moderno corresponderia ao período em que os judeus perderam a influência e funções públicas passadas, embora preservassem seus recursos⁷.

Os judeus adentraram o mundo moderno envoltos pelas imagens preconceituosas do passado. O período inaugurado pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa significou, em termos formais, a igualdade de direitos e a extensão da cidadania. Os judeus não estiveram imunes à dinâmica deste processo, que foi denominado de Emancipação.

Emancipação significava a derrubada dos muros, a saída do gueto, modificações substanciais no mundo tradicional judaico. Neste momento, a cidadania viria em primeiro lugar e depois a etnia, trocando a ordem dos fato-

res que até então tinha regido a vida dos judeus". A passagem do velho para o novo não se desenvolveu sem percalços. Ao entrar pela porta da frente da sociedade, os judeus não estavam despojados de seu passado de tensões com os cristãos, nem do perfil de comunidade à parte e intimamente ligada ao Estado através da economia.

Os cristãos viam na Emancipação uma forma de persuadir os judeus a se inscrever completamente na sociedade civil, abrindo mão de suas tradições, de seu "exclusivismo". Esta proposta assimilacionista gerava dúvidas quanto ao sucesso da integração judaica. A Emancipação poderia significar a criação de um "Estado dentro do Estado", ou seja, os judeus só aparentemente pertenceriam à sociedade, preservando seus laços ancestrais clandestinamente e, por isso mesmo, sendo uma fonte de poder não visível que ameaçaria a sociedade.

A saída do gueto desencadeou a dinâmica assimilacionista, ou seja, um processo de secularização e fenecimento dos antigos valores religiosos e culturais do judaísmo. A separação entre o Estado e a Igreja, produto da secularização e uma das pré-condições para a existência da plena cidadania, contribuiu sobremaneira para que os judeus perdessem sua função religiosa que nutria a identidade cristã.

Além desta privação, os judeus deixaram de exercer o antigo papel de principal agente financeiro do Estado. Até o século XIX, nenhum grupo, inclusive a burguesia, estava interessado em canalizar seus recursos para fins públicos. Desta forma, a escolha de um grupo vinculado precariamente à sociedade, estigmatizado, controlado pelo Estado e com longa experiência como emprestadores de dinheiro ligados à nobreza europeia, foi o ingrediente necessário para fazer dos judeus os principais fomentadores monetários do aparato estatal. Com o advento do imperialismo no final do século XIX, a burguesia deslocou os banqueiros judeus de sua tradicional atividade, ao constatar que a continuação de sua expansão econômica pressupunha a utilização do Estado".

A perda das funções públicas, tanto religiosas quanto econômicas, não se traduziu pela diluição da singularidade dos judeus. A Emancipação, que trazia em seu âmago um convite à assimilação, apresentou no decurso

de sua realização os limites de tal projeto. Se a aquisição da liberdade de ação no campo econômico, que significou mobilidade ascendente, e a existência de igualdade formal de direitos foram avanços importantes do tempo da Emancipação, mantiveram-se, ao mesmo tempo, os constrangimentos no terreno social.

A permanência dos antigos preconceitos antijudaicos, mesmo com as mudanças ocorridas a partir do final do século XVIII, combinada com a persistência dos judeus em se manter como grupo identificável, revelou não só o caráter indissolúvel da identidade judaica aos olhos da sociedade, mas também a natureza escandalosa e inaceitável desta identidade, já que desprovida das suas antigas funções. O já citado argumento de Tocqueville aplica-se finalmente aos judeus, dando conta da nova, absoluta e intolerante exclusão pela qual passam agora a ser submetidos.

Neste sentido, mesmo quando se consegue observar a existência de esforços isolados na direção de uma efetiva assimilação, este quadro permanece e acaba, inclusive, sendo reforçado. Isso porque tais esforços, marcados pelo excesso, confirmam a incapacidade judaica de aderir plenamente, sem reservas, à sociedade burguesa que então se estabelecia. Isto ocorre tanto no caso de uma adesão positiva, como a do *parvenu*, quanto no de uma negativa, como a representada pela figura do *pária*¹⁰.

No primeiro caso, temos a tentativa de uma pequena parcela da comunidade judaica de inserir-se com sucesso na sociedade, mediante estratégias variadas de aceitação e acomodação ao contexto, sem uma visão crítica, aproveitando os privilégios de serem “úteis e ricos”¹¹. A este procedimento *parvenu* irá opor-se a alternativa *pária*, radicalmente diversa, que assume uma atitude reativa diante das situações de exclusão, pretendendo julgar e agir por si próprio e desconhecendo totalmente o respaldo que lhe poderia ser fornecido por qualquer tradição constituída.

Como se vê, ambas as alternativas não fazem mais do que realçar os limites - internos - de uma efetiva diluição da identidade judaica no mundo moderno. Persistente, mas aparentemente inútil, esta identidade transforma-se num alvo fácil para todos aqueles que compreendem sua permanên-

cia apenas como manifestação de uma conspiração que teria por objetivo final o controle do mundo.

O melhor exemplo desta imagem encontra-se em *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Recheado de indicações de cunho religioso e econômico que caracterizariam a organização e os procedimentos judaicos ao longo da história, o que realmente singulariza *Os Protocolos* é a visão de que estes elementos seriam utilizados unicamente para fins políticos.

Desta forma, com *Os Protocolos*, os judeus transformaram-se em senhores absolutos do mal, organizados em sociedades secretas e articulados internacionalmente, presentes nas principais mudanças ocorridas no mundo moderno. Assim, a eles foi atribuída a criação do iluminismo, do individualismo, do capitalismo, do materialismo, da competição, dos conflitos, do Estado dentro do Estado, da manipulação dos governantes e das massas, do socialismo e, finalmente, do comunismo.

Dessa maneira, o anti-semitismo moderno, ao evocar a responsabilidade judaica pela destruição dos valores da tradição, indica como única solução para este problema o trinômio suspeita, vigilância e eliminação. Ao infiltrar-se em todos os lugares e de forma não transparente, devido ao reino da cidadania, todos se tornam potencialmente judeus. Com isso, é necessário desenvolver o espírito da suspeita diante da necessidade de desvendar-se a atuação dos judeus e, ao mesmo tempo, vigiá-los. Além disso, devido à impossibilidade de dissolução das características singulares e malignas deste povo, só restaria a eliminação da fonte de todos estes males: os judeus. Cabe, então, abordar as afinidades entre o anti-semitismo moderno e o antijudaísmo de Gustavo Barroso.

Gustavo Barroso: trajetória individual, social e política

A intenção de estudar especificamente os conteúdos anti-semitas de Gustavo Barroso levou-me a apresentar, de início, modelos de abordagem do antijudaísmo que pudessem elucidar o enfoque barrosiano. Nesta parte do trabalho, apresentarei em rápidas pinceladas a trajetória individual, social e política do intelectual cearense, no intuito de tornar mais inteligível sua opção preferencial pelo anti-semitismo.

Os caminhos percorridos por Gustavo Barroso se confundem em grande parte com os de muitos intelectuais de sua geração. Nascido no Ceará no final do século passado, de família oligárquica em pleno declínio material¹², Barroso cursou a Faculdade de Direito, depois da frustrada tentativa de seguir a carreira militar. Antes mesmo de se tornar bacharel, migrou para o Rio de Janeiro para concluir seus estudos. Trazia em sua bagagem uma pequena experiência jornalística e literária. Entrou no mundo das letras pela casa do então famoso escritor Coelho Neto e continuou suas atividades na imprensa e funções ligadas ao serviço público. Voltou à sua terra natal para ser secretário de Estado por um breve período, retornando ao então Distrito Federal como parlamentar. Através da amizade de Epitácio Pessoa conseguiu realizar o seu primeiro projeto de maior vulto: a criação do Museu Histórico Nacional, fruto da ambição antiga de fundar um museu militar que cultuasse o passado e seus heróis¹³.

Ao longo dos anos 20, dedicou-se ao Museu e a sua obra literária. Entrou para a Academia Brasileira de Letras e ensaiou alguns movimentos de oposição à política vigente, através do apoio ao Partido Democrático Paulista, que congregava à época figuras ilustres da intelectualidade. Nas eleições de 1930, apoiou a chapa situacionista de Julio Prestes-Vital Soares, em oposição à Aliança Liberal. A Revolução de 30 trouxe o dissabor de sua destituição do Museu Histórico Nacional. Dois anos depois conseguiu retornar ao cargo.

Em 1933, filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), assim como outros intelectuais descontentes com os rumos da Revolução de 30. Desde o início destacou-se como ideólogo deste movimento, tomando-se adiante chefe de milícias, uma organização paramilitar. A singularidade de Barroso na AIB deve-se a sua identificação com o anti-semitismo. Apesar de perpassar a organização, o anti-semitismo não adquiriu a centralidade atribuída ao fenômeno por Barroso. Desta forma, ater-me-ei a algumas considerações sobre a questão.

Nos anos 1920 e 1930, grande parte dos intelectuais brasileiros atribuíram a si a vocação de organizadores da nação¹⁴. Havia uma ênfase na análise



Gustavo Barroso em 1936 com uniforme do Integralismo. Acervo Museu Histórico Nacional/Arquivo Histórico.

da realidade nacional, no sentido de buscar-se as raízes do Brasil. Este debate, que vinha ocorrendo desde o final do século XIX, agudizou-se neste período. Gustavo Barroso concebeu, a partir do seu engajamento no integralismo, um projeto nacional, que, para a sua plena realização, necessitava eliminar o problema judaico. Esta formulação estava em sintonia com sua época, que presenciava, tanto interna como externamente, a ascensão de movimentos autoritários e totalitários. Para uma intelectualidade que tinha por objetivo pensar um futuro autóctone que fornecesse uma nova direção política e moral para o Brasil, o que representava o judeu?

O judeu nos anos 1930 representava o cosmopolitismo, o desenraizamento, o povo apátrida, o capitalista, o comunista, o estrangeiro, o moderno, o urbano. Para quem buscava uma identidade nacional, a imagem conferida aos judeus não era uma boa referência. Estes estereótipos eram reforçados pelo papel assumido pelo Brasil de pólo de atração para a imigração judaica a partir, principalmente, dos anos 1920. Fugindo do anti-semitismo e/ou das precárias condições de vida da Europa Central e Oriental, e instalando-se nos principais centros urbanos, os judeus aumentaram significativamente sua visibilidade¹⁵. Com esses condimentos surgiu, neste período, uma cultura anti-semita nas obras de intelectuais, na imprensa e na política imigratória

restritiva, estabelecida na Constituição de 1934 e reforçada pela atuação do Itamarati, durante o Estado Novo.

Gustavo Barroso só se torna anti-semita quando entra na Ação Integralista Brasileira. Além da ambiência indicada acima, que contribuiu para delinear o perfil anti-semita de Barroso, podem-se acrescentar dois aspectos que dizem respeito a sua militância. O primeiro refere-se a sua condição de Chefe de Milícias, em constante contato com as bases integralistas, onde o anti-semitismo estava presente - como prova a pesquisa de Trindade (1974) -, facilitando a sedimentação de suas novas crenças. O outro aspecto refere-se a sua competição com Plínio Salgado pela liderança do movimento. O anti-semitismo como elemento aglutinador e mobilizador foi um instrumento de pressão utilizado por Barroso no interior da AIB. Em diversas ocasiões entrou em conflito com Plínio, chegando a ser proibido, pelo líder máximo do integralismo, de escrever nas publicações da organização durante um período. O motivo alegado foi a sua radicalidade anti-semita.

Intelectual, reconhecido homem de letras da República Velha, Gustavo Barroso adentrou os anos 1930 com intensa participação nos “anos radicais”. Com seu anti-semitismo totalitário, ofereceu uma proposta política de transformação radical do país.

O anti-semitismo de Gustavo Barroso e os ciclos da História

Com o quadro apresentado até o momento é possível entrar na análise propriamente dita das idéias anti-semitas de Barroso. Suas obras da fase integralista são, na grande maioria, voltadas para as reflexões sobre a crise vivida pelo mundo moderno e as mudanças que adviriam com a revolução integral. Dedico especial atenção ao seu principal trabalho: *O Quarto Império*. Nele, o autor apresenta os ciclos que compõem a história da humanidade, caracterizando-os e, ao mesmo tempo, revelando as forças que definiriam os caminhos que seriam trilhados pelos homens. Neste sentido, o “motor da história” envolveria um conflito incessante entre duas concepções de mundo radicalmente opostas: o espiritualismo e o materialismo.

O espiritualismo seria inspirado por uma visão holista, onde o todo submeteria as partes, através da hierarquia, da unidade, da solidariedade, da justiça, dos valores espirituais. Já o materialismo se pautaria pelo primado do individualismo, do poder, da competição, do dinheiro, do instinto, da violência, prescindindo dos princípios ético-religiosos. Na luta entre estas duas concepções, que embasariam as diversas fases da história, teria aparecido, a partir de determinado momento, os interesses inconciliáveis de cristãos e judeus.

Inicialmente a investigação de *O Quarto Império* tem a intenção de historiar os primórdios da humanidade. Esta seria configurada a partir das lutas raciais que, no decorrer do tempo, afirmariam a superioridade da raça branca. Esta raça, com seus inerentes predicados morais e espirituais, fundou o Império de Carneiro, a teocracia arbitral, que se distinguiu pelo caráter totalizador, hierarquizante e solidário¹⁶.

Devido à competição sem trégua entre os povos originários da raça branca, o Império de Carneiro entrou em decadência, cedendo espaço ao Império de Loba, caracterizado pela “política-arbitrária”. Presenciou-se a passagem de um mundo harmonioso para outro onde prevaleceria o individualismo e a força¹⁷. Roma seria o exemplo mais representativo deste império, inaugurando um verdadeiro estado de natureza hobbesiano. Mas o primado da força revelou, com o tempo, a sua fraqueza. A violência sem limites não criava condições favoráveis à legitimação do poder político, comprometendo definitivamente a longevidade deste império.

A decadência do Império de Loba encontraria o cristianismo que, segundo Barroso, trazia consigo “a maior das revoluções”¹⁸. Este poder espiritual lembrava o passado, o Império de Carneiro. O cristianismo assistiu ao declínio de Loba, invadido por povos oriundos da raça branca, que foram aos poucos convertidos à religião de Cristo.

A revolução cristã transformou a mentalidade da época, renovando os padrões tradicionais. Superou rivalidades de classes e de raças, chamou a todos os homens irmãos e declarou-os iguais. Afirmou o triunfo da vida religio-

sa sobre a material. O auge deste período correspondeu à Idade Média, quando houve uma estreita vinculação entre o feudalismo e a Igreja.

Esta ordem holista, harmônica, conciliadora de interesses entre superiores e inferiores, onde a economia era baseada na ética e a riqueza e o poder existiam apenas como delegações divinas, foi denominado por Barroso de “síntese medieval”.

A proposta revolucionária cristã foi aceita por todos, com exceção de um grupo: o povo judeu. Gustavo Barroso acreditava que a trajetória milenar dos judeus nunca contribuiu para a organização estável de uma sociedade¹⁹. Dividido e disperso, mas mantendo o seu projeto messiânico e exclusivista, através das leis férreas do *Talmud*, que seria um conjunto de preceitos extremamente racionais, e da *Kebilá*, o auto-governo das comunidades medievais, que assumiria a dimensão de um “Estado dentro do Estado”, os judeus seriam incapazes de criar um Estado Nacional.

Com a sua resistência, os judeus não só impediram a realização da utopia cristã medieval como abriram caminho para a criação do mundo moderno, regido pelo Império de Capricórnio. Este Império teve, com o impulso do liberalismo, na Revolução Francesa, precedida pela Reforma Protestante, seu momento mais significativo, inaugurando um tempo dominado pela cisão entre a política e a moral.

Nesta nova realidade a atuação dos judeus assumiu outra feição. Se na derrota do então denominado “Estado Cristão Totalitário” os judeus teriam atuado à luz do dia, enfrentando a possível diluição de sua identidade, no caso do mundo moderno elegeram a clandestinidade. Segundo Barroso, os judeus se infiltraram numa tradicional organização medieval, “A Ordem dos Templários”, transformando-a na Maçonaria. Através de sua ação secreta, haveriam de contar com mais um instrumento de desestabilização da ordem social²⁰.

O desenvolvimento do capitalismo, inspirado pelo liberalismo, teria incutido nos homens o gosto pela acumulação e pela aquisição de bens através do dinheiro. O predomínio das relações monetárias alterou sensivelmente as tradições, os laços familiares, vínculos com a propriedade, tudo se transfor-

mando em objetos de compra e venda. Estas múltiplas mudanças contribuíram para a alienação do homem. A riqueza fomentada pelo capitalismo suscitou nos indivíduos a ilusão da ascensão social. O sonho acalentado pelas máximas da liberdade e da igualdade transformou-se em objeto de manipulações políticas visando interesses privados.

Protagonista deste processo de desespirtualização por meio de diversos artifícios, a ação supostamente nefasta dos judeus procuraria agudizar os conflitos com o intuito de alcançar uma dominação total. Na visão de Barroso, a difusão da ideologia liberal inviabilizou o surgimento de uma síntese social.

Diante deste quadro de profunda instabilidade, o materialismo, através dos preceitos liberais, criou as condições necessárias para que a exploração da classe trabalhadora a levasse ao desespero. Por conseguinte, os judeus, mentores intelectuais desta guerra social, inventariam o comunismo por meio do marxismo, com o objetivo aparente de ir ao encontro dos anseios dos oprimidos.

Os judeus teriam instrumentalizado o liberalismo para minar o espiritualismo cristão, pulverizando assim a sociedade. Com isso, tornou-se possível a absolutização da opressão, mediante a extinção definitiva dos princípios ético-religiosos que ainda permeavam as relações entre os homens.

Ao ludibriar o operariado com a solução comunista, o complô judaicomacônico chegaria ao ápice de sua dominação com a revolução bolchevique de 1917, quando realizou se plenamente o Império de Capricórnio.

Mas parece que nem tudo estava perdido. Ao desvendar as “chaves da história”, através de uma leitura atenta de *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, Barroso acreditou ser possível resolver a situação caótica vivida pela humanidade.

Ao denunciar o utilitarismo judaico, que criou o liberalismo para fins de dominação absoluta, e propor um Estado como realização suprema dos destinos do homem, Gustavo Barroso estaria cômscio da força do antagonismo judaico, mas acreditava que com o tempo este poder teria efeito inverso. A partir do momento em que era iminente a destruição total dos princípios espirituais, os homens se voltariam para o nobre significado da

civilização cristã, que se encontrava latente, mas perdido no tempo. Para isso, contribuiria a atuação de um movimento que alertasse os homens para as adversidades vividas por eles.

A revolução interior proposta por Barroso, que fundaria o Império de Cordeiro, a síntese econômica-política-espiritual, apesar de se inspirar no passado cristão medieval, teria por objetivo fundar uma nova humanidade sem a presença do povo judeu, concebido como a fonte de todos os males.

Uma revolução antijudaica: a proposta totalitária de Barroso

Como pode-se observar ao longo da apresentação das idéias centrais de Barroso inseridas em *O Quarto Império*, os fatos parecem meros ornamentos de um movimento subterrâneo onde diferentes concepções de mundo se digladiariam. Haveria um caráter cíclico na dinâmica das relações entre espiritualismo e materialismo, que se revezariam no comando das diversas fases da história. Mas este processo repetitivo é imperfeito, pois em determinado momento a história é congelada. O Império de Cordeiro, inspirando-se fundamentalmente na civilização cristã medieval, seria a realização plena do fim da história, o freio derradeiro às ameaças ao projeto revolucionário sonhado por Barroso. Mas que revolução era esta proposta pelo então líder integralista?

No que se refere ao período inicial da humanidade, Barroso procurou enfatizar as raças como fonte explicativa do desenvolvimento da história. Com o Império de Loba, onde prevaleceu o materialismo, carente de princípios éticos e espirituais, o caos foi instaurado. Esta situação só foi superada, parcialmente, com o alvorecer do cristianismo. A revolução cristã, que atualizou o período áureo do Império de Carneiro com seu peso civilizatório, procurou substituir o determinismo racial pelo domínio da religião. Em outras palavras, a competição entre as raças seria dissolvida na unidade espiritual. Contudo, este projeto não obteve o êxito desejado na medida em que uma "raça" resolveu não abrir mão de sua identidade para participar da proposta cristã totalitária. Os judeus não só resistiram à incorporação ao modelo de sociedade formulado pelo cristianismo, como pretenderam também miná-lo, revelando assim sua vocação dominadora.

Barroso indica a existência de um totalitarismo medieval, construído pelo revolucionarismo cristão, que levaria à criação de um novo homem, guiado por costumes, leis e crenças radicalmente diferentes dos existentes no caótico Império de Loba. No mais, haveria um igualitarismo espiritual que, com a abolição das classes e raças, levaria a uma sociedade indiferenciada.

Mas o processo de institucionalização do cristianismo revolucionário revelou um distanciamento entre os seus postulados gerais e o modelo de sociedade concretamente estabelecido. Este modelo, embasado no mundo feudal, com estruturas sociais que envolviam a nobreza, o clero, as corporações, a família e a servidão, caracterizava-se por uma feição hierarquizante e totalizadora, oferecendo uma situação estável sob a égide do espiritualismo.

Este pluralismo medieval, calcado em instituições sólidas, regidas pela tradição, aparentemente não se coadunaria com a ênfase totalitária da proposta revolucionária cristã, que proclamaria o fim das diferenças e dos conflitos em nome de uma espiritualidade dominadora de todas as almas, segundo um padrão único. Neste caso, o modelo barroso de sociedade, que teria como referência a Idade Média, estaria mais próximo de uma visão conservadora²¹, no que tange às idéias de hierarquização e diferenciação engessadas por uma totalidade espiritual cristã. Com isso, estaríamos na presença de uma certa ambigüidade quanto à qualificação de totalitário atribuída ao Estado cristão medieval. Acredito que esta situação híbrida possa adquirir maior inteligibilidade se tivermos em mente que a identificação de Barroso com o modelo medieval não se limita ao desenho de suas instituições mas, principalmente, ao espírito que dá sentido às mesmas e que deve ser retomado no mundo contemporâneo. Desta forma, Barroso já indica, nas referências ao mundo medieval, o caráter de sua revolução. Se a revolução integralista fosse mero retorno à institucionalidade do medievo, teríamos uma contradição insuperável, caracterizada pelo hibridismo. Mas o que se observa é que este período histórico representa muito mais uma fonte inspiradora do que a busca de uma reconstrução de fato, até porque é impossível retornar ao passado após o surgimento do Império de Capricórnio, pois este império, liderado pelos judeus, criou a modernidade, destruindo as instituições até então existentes. Já que o passado

é irrecuperável, a única opção possível é a realização de suas esperanças. A insistência na restauração contida na proposta revolucionária de Barroso não deixa de contemplar a idéia de fundação, de criação do novo²².

O reconhecimento da necessidade do novo aponta para a essência da proposta totalitária de Barroso, que tem na revolução espiritual, interior ou subjetiva, um conceito chave. Esta revolução seria um ato regenerador que teria como pré-condição a solução do conflito com o inimigo objetivo, que procuraria preservar-se a todo custo. Este inimigo, que se tornou oculto a partir da idade moderna, infiltra-se nos indivíduos e nas instituições, manipulando-os sem que estes o percebam. Assim sendo, só uma revolução profunda poderia combatê-lo. Desta maneira, o que importa para Barroso não é a conquista imediata do poder ou a destruição, pela violência, de indivíduos ou grupos. Em vez disso, sua preocupação maior consiste na organização de uma campanha eminentemente pedagógica, evangelizadora²³, que tenha condições, através da propaganda e da disseminação concreta de valores espirituais, de tornar as pessoas independentes e conscientes, libertando-as do domínio judaico.

Neste sentido, o pensador integralista sugere aos camisas-verdes o exercício da oração e da vigília no combate às forças secretas judaicas.

Na luta que travamos contra os altos poderes da finança, da política, do judaísmo e da maçonaria, contra as forças mais terríveis do mundo atual, desprovidos de dinheiro, de armas, de situações políticas e de cornucópias de empregos e benefícios, somente podemos contar com a ajuda de Deus, mantendo pura a nossa doutrina moral, conservando imaculada a energia do espírito e suplicando as graças do Senhor... Por isso, camisas-verdes, orai e vigiai sem desfalecimento. A camisa-verde é um símbolo de luta, sobretudo de Luta Espiritual. Para lutar é preciso estar acordado, estar em constante vigília.²⁴

Para Gustavo Barroso, a revolução espiritual pressupõe uma intensa mobilização no combate ao poderoso inimigo judeu. Assim sendo, uma das leituras possíveis do exercício da oração expressa o sentimento de suspeita, de medo, de premonição diante de algo de mal que ocorra ou possa ocorrer. Este

pressentimento, que deve ser constante, associado à idéia de vigilância, constitui o instrumento necessário para o triunfo sobre a conspiração judaica²⁵.

Se o adversário irreconciliável está em todas as partes e potencialmente infiltrado em todos, é necessário uma intensa mobilização que dispa a sociedade da malignidade judaica. Por conseguinte, o conjunto dos cidadãos deve ser obrigado a ser livre, através de uma militância ilimitada. A irreversibilidade da história, uma novidade criada pelos judeus, leva Barroso a direcionar sua proposta para o futuro. Deste modo, orar e vigiar contém a esperança num mundo pós-judaico onde todos, de maneira cristã, seriam iguais e irmãos²⁶.

Com forte conteúdo mobilizador, este ideal guarda íntima relação com o modelo das milícias integralistas, à semelhança dos modelos fascista e nazista, das quais Barroso foi chefe até a sua extinção. Portanto, a proposta totalitária da revolução barrosiana é abrangente, contemplando a totalidade dos indivíduos e de suas atividades, e tem por princípio a uniformização dos mesmos sob a égide de um conjunto de idéias e sentimentos que supere de vez o mundo instável ditado pelo materialismo judaico.

Para o integralismo barrosiano, os judeus devem ser eliminados por não querer abandonar sua condição racial em benefício de um projeto cristão totalitário. Na perspectiva de Barroso, “não é por ódio, desdém ou desprezo que se deve fazer uma campanha sistemática contra a judiaria infiltrada por toda a parte e sim por instinto de conservação. (...) Antes da completa eliminação do elemento judaico (...) os povos não se curarão de suas enfermidades”²⁷.

O caminho da eliminação proposto pelo líder integralista revela sua proximidade do modelo nazista. Este último, que estaria calcado no determinismo racial, considerava impossível a resolução do conflito entre arianos e judeus sem a eliminação dos últimos, pois a raça seria um elemento inalterável. Maurice Barrés, importante líder da Ação Francesa, movimento de extrema-direita criado no final do século XIX, considera que, em relação ao famoso caso Dreyfus, não seria necessário provar a traição de Dreyfus à França: “que ele é capaz de trair, eu acredito, pelo conhecimento de sua raça”²⁸. Neste sentido, a condição imutável das qualidades derivadas do constructo

racial confluía para a idéia de genocídio dos judeus como ponto de partida para a restauração da quase divina ancestralidade alemã.

Os fundamentos da eliminação dos judeus em Barroso são de outra natureza. Seu modelo de revolução estaria centrado em conteúdos ideológicos e políticos, e não raciais. A seu ver, “a questão judaica não é, como pensa muita gente e como muitos judeus se esforçam por espalhar, uma questão *Religiosa* ou *racial*. É uma *questão política*. Ninguém combate o judeu porque ele seja da raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age *politicamente* dentro das nações, no sentido dum plano preconcebido e levado por diante através dos tempos”²⁹ (grifos do autor).

Desta forma, o modelo revolucionário de Barroso baseia-se na fé e nas instituições, que são passíveis de ser alteradas. A revolução espiritual, que criaria o homem novo, também seria a base para a fundação de novas instituições. Só que os judeus, ao recusarem o convite à diluição sugerida pela totalização absoluta barrosiana, impediriam a realização da mesma, impondo assim a necessidade da eufemística “solução final”.

Notas

1. A primeira versão deste trabalho foi apresentada no Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil, no XV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Ele é uma síntese da minha dissertação de mestrado em Ciência Política defendida no IUPERJ (maio, 1992).
2. COHN, Norman. *A Conspiração Mundial dos Judeus: Mito ou Realidade*. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1969. P.19.
3. KOSSELECK, Reinhart. *Futures Past: On The Semantics of Historical Time*. Massachusetts and London: The MIT Press, Cambridge, 1985.
4. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Instrumento de Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975. P.27.
5. LAFFER, Celso. *Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P.40.
6. DEJUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P.296.
7. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo... op. cit.* P.22.
8. KATZ, Jacob. *Out of the Ghetto: The Social Background of Jewish Emancipation: 1770-*

1870. New York: Schocken Books, 1978.
9. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo...* op. cit.
10. ARENDT, Hannah. *Jew as Pariah: Jewish Identity and Politics in the Modern Age*. New York: Grove Press, 1978.
11. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo...* op. cit. P.51.
12. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
13. SANTOS, Myriam Sepulveda dos. *História, Tempo e Memória: Um Estudo sobre os Museus*. Rio de Janeiro, 1989. Tese de Mestrado. IUPERJ.
14. PECAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
15. LESSER, Jeff H. *O Brasil e a Questão Judaica: Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1995.
16. BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1935. P.21.
17. Idem. P.59.
18. Idem. P.72.
19. Idem. P.79.
20. Idem. P.102.
21. NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
22. ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Lisboa: Moraes Editora, 1971.
23. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: O Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
24. BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: Ed. ABC, 1937. P.32-33.
25. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: O Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. P.109.
26. BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1935. P.72.
27. BARROSO, Gustavo. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Ed. Minerva, 1937. P.75-76.
28. MOSSE, George. *Toward The Final Solution*. New York: Howard Fertig, 1978. P.109-110.
29. BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1935. P.119.

Ouro Preto: a cidade sagrada

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira

Nota biográfica

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira graduou-se em Museologia pela Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio) em março de 2001 sendo admitida, no mesmo mês, no mestrado em História Social da Cultura da PUC/RJ, onde trabalha na dissertação "O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso (1888-1959)" sob orientação da professora Dra. Margarida de Souza Neves. Sua trajetória acadêmica é pautada pelo grande interesse na área de pesquisa. Ainda durante a graduação, foi bolsista de iniciação científica do CNPq do Departamento de Pesquisa do Museu de Astronomia e Ciências Afins/RJ durante três anos, sob orientação direta da historiadora Alda Heizer. No seu atual trabalho de dissertação, também financiado pelo CNPq, busca compreender como os conceitos de museu e de tradição estão articulados no pensamento de Gustavo Barroso moldando a prática deste que é considerado o fundador da Museologia no Brasil. Para tanto, a autora considera indispensável uma análise que privilegie a museologia como a cidadela intelectual de maior expressividade de Gustavo Barroso a partir de quatro frentes: o Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus, a Inspeção de Monumentos Nacionais e o projeto do Museu Ergológico.

Resumo

Ouro Preto: A Cidade Sagrada

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira

Tomando como ponto de partida a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, este artigo pretende discutir alguns aspectos que envolvem a problemática das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Ao revisitar o desenvolvimento do conceito de "patrimônio" no Brasil, abordando inclusive a atuação de Gustavo Barroso a partir da Inspeção de Monumentos Nacionais, pretende-se contribuir para o alargamento da discussão, que se tem concentrado principalmente em torno do IPHAN.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso, patrimônio cultural, memória social.

Introdução

Há um quadro de Guignard¹ chamado *Paisagem de Minas*. Neste quadro vemos igrejas salpicadas sobre montanhas ou nuvens carregadas de azul, vermelho, marrom, em tons escuros. Algumas igrejas mais ao longe, quase perdidas, outras mais perto; um aglomerado disperso de igrejas com seus sinos. Se apurarmos bem nossos ouvidos, conseguiremos, num esforço de imaginação, escutar os sinos batendo quase num concerto.

É interessante percebermos sobre qual paisagem este quadro nos informa; em outras palavras, qual Minas ele está traduzindo. Assim, o quadro de Guignard serve de pretexto para introduzirmos neste trabalho duas discussões principais, eixos de nossa reflexão: a primeira envolvendo Ouro Preto, cidade que a paisagem parece evocar e que nos permitirá realizar uma discussão sobre a questão do patrimônio cultural brasileiro e as políticas de preservação; já a segunda, rigorosamente ligada à primeira, nos permitirá associar estas políticas de preservação a projetos de construção de identidades e memórias nacionais.

Convém um breve esclarecimento a respeito do título deste trabalho. Tomamos este título de empréstimo; em 1928, Gustavo Barroso fazia publicar no jornal *Correio da Manhã* uma série de três artigos, todos em defesa do “Patrimônio Histórico Artístico e Tradicional de Minas”, um dos quais chamado “A Cidade Sagrada”. Utilizaremos também estes artigos para visualizar a noção de tradição e de patrimônio presentes no pensamento de Barroso.

Começaremos uma viagem por ruas estreitas, subindo e descendo ladeiras, num jogo constante entre claro e escuro, onde ao final de cada rua se descortina uma paisagem diferente e ao mesmo tempo igual: uma viagem barroca, se as palavras nos permitem a ousadia.

Ouro Preto: cidade sagrada, cidade Penélope

De seu calmo esconderijo,
O ouro vem, dócil e ingênuo;
torna-se pó, folha, barra,
prestígio, poder, engenho...
É tão claro e turva tudo:
honra, amor e pensamento.
*Cecília Meireles, Romanceiro da
Inconfidência*

Nossa viagem a Ouro Preto começa pelo ouro. A cidade não se chamou sempre Ouro Preto; seu nome anterior era Vila Rica de Albuquerque, ou somente Vila Rica, fundada em 1711, na recém criada Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro.

Podemos dizer que a cidade se desenvolveu em torno da corrida pelo ouro que havia na região. Alcançou seu auge na segunda metade do século XVIII, época das principais construções, igrejas, pontes e chafarizes. Nas palavras de Manuel Bandeira, foi durante a “(...) época ardente da mineração, em que foi, de resto, um arraial de aventureiros, a sua idade mais bela como fenómeno de vida”². É possível falar de Ouro Preto tendo como referência o desenvolvimento da “indústria” aurífera. Basta pensar, por exemplo, na Inconfidência Mineira (1789), que alimentou sonhos de liberdade e independência e que se nutriu de uma revolta contra taxas cada vez mais pesadas que a Coroa fazia cobrar sobre a extração do ouro.

Se por um lado o ouro determinou o desenvolvimento da cidade, determinou também seu declínio, sendo que já no final do século XVIII era cada vez menor a quantidade de ouro extraída.

Quando, em 1822, o Brasil tornou-se independente de Portugal e D. Pedro I foi aclamado Imperador, a cidade de Ouro Preto ainda gozava de relativo prestígio. De 1823 até 1897 a cidade foi a capital de Minas Gerais.

No ano de 1897 foi inaugurada Belo Horizonte, a novíssima capital do Estado. Então Ouro Preto ficou esperando, esperando... “a salvo” do pro-

gresso devido às “condições ingratas da sua situação topográfica”³, a cidade tornou-se pobre apesar de todo o ouro de suas igrejas.

Vamos considerar que a Ouro Preto coubesse realmente esperar, visto que sua condição geográfica nada favorável, somada ao pouco prestígio que lhe restava – Belo Horizonte centralizava todas as decisões políticas, administrativas e comerciais – lhe impusesse mesmo esta condição de cidade Penélope. Arriscamos a resposta de que Ouro Preto esperava ser descoberta e esta resposta nos leva a trabalhar com a idéia de que a Ouro Preto corresponde uma certa “vocação” para patrimônio.

Esta “vocação” é rapidamente percebida. Em 1933 a cidade é elevada à categoria de Monumento Nacional e mais recentemente, em 1981 é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Em 1917, Mário de Andrade vai a Minas e encontra o barroco mineiro e o poeta Alphonsus Guimarães⁴. Um pouco depois, em 1924, é bastante conhecida a chamada caravana modernista que vai ao encontro das Minas Gerais. É uma viagem importante e os estudiosos do modernismo brasileiro se ocuparam bastante dela.⁵

A caravana que vai a Minas busca redescobrir o país. Nesta busca dos modernistas “assume lugar de destaque a questão da brasilidade e de suas possíveis origens, na crença de que só será moderno quem for nacional”.⁶

A descoberta do barroco mineiro pelos modernistas deixou marcas de sua importância na já consolidada política oficial de preservação do patrimônio através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, se considerarmos que Minas Gerais possui cerca de setenta por cento dos monumentos tombados do Brasil.⁷

Menos conhecida, entretanto, é uma outra voz que se ergue a favor de Ouro Preto, uma outra voz que reconhece naquela cidade a certa “vocação” para patrimônio de que falamos acima. Estamos falando de Gustavo Barroso, intelectual que ficou “imortalizado” como diretor do Museu Histórico Nacional⁸, instituição que fundou e dirigiu até o ano de sua morte em 1959. Um intelectual que também se preocupou com a construção de uma identidade nacional, e para quem era importante destacar que as igrejas mineiras deixa-

vam de ser coisa local para “pertencer de fato ao patrimônio do Brasil, Brasil-Raça, Brasil-Nação, Brasil-Humanidade”⁹.

Uma comparação possível entre as idéias de Gustavo Barroso e a dos modernistas no que diz respeito a um projeto de construção de nação e, portanto de identidade nacional, pode ser feita através de uma perspectiva que privilegie os opostos. Logo, dois projetos distintos de nação estavam em disputa num campo onde a construção da memória social se faz às claras: o campo do patrimônio, esta máquina de materialização da memória.

Admitir a existência destes projetos distintos nos leva a considerar a pluralidade de identidades possíveis para a nação e a perceber que, nesta construção, assume papel de destaque um “lugar” que possa ser fundador desta “comunidade imaginada”¹⁰. Estes *mitos de origem* estabelecem um passado comum a todos, transformam memórias particulares, locais ou até individuais em memória coletiva, nacional. Os mitos de origem podem referir-se a lugares – neste sentido estamos considerando a cidade de Ouro Preto – mas podemos pensar também nos nossos heróis nacionais como mitos de origem.¹¹

Chamamos a atenção para Ouro Preto, cidade que acaba por informar propostas diversas em relação à construção da nação e que, no presente trabalho, figura como protagonista para concepções rigorosamente opostas de tradição e de patrimônio; mito de origem comum tanto para modernistas quanto para conservadores.

A qualidade de autenticidade de Ouro Preto é um aspecto que não podemos deixar de ressaltar. Esta divisão entre o autêntico e o não autêntico, sublinhada por Walter Benjamin em relação ao campo da obra de arte na modernidade, é muito significativa quando transferida para a discussão sobre patrimônio, como nos mostra José Reginaldo Gonçalves. Segundo este autor, Benjamin refere-se não a objetos, mas a formas de percepção: uma delas associada à singularidade e permanência e uma outra associada ao transitório e à reprodutibilidade mecânica. Deste modo, podemos pensar em tipos distintos de autenticidade; um primeiro no qual a autenticidade está relacionada à singularidade e à permanência, e um segundo no qual a autenticidade está relacionada justamente à transitoriedade e à reprodutibilidade.¹²

Neste sentido, falamos de uma autenticidade de Ouro Preto, marcada pela singularidade e pela permanência. É ainda neste mesmo sentido que enunciámos, algumas linhas atrás, uma certa “vocação” da cidade para património, quando a noção de património estava associada justamente à singularidade e à permanência. Vale lembrar que o primitivismo visto nas cidades barrocas pelos modernistas estava também associado ao singular, ao particular.

Nosso objetivo nas próximas páginas será o de tentar visualizar a noção de tradição e de património de Gustavo Barroso, ao mesmo tempo contemporânea e distante da de Mário de Andrade e dos modernistas.

Daremos eco à voz de Gustavo Barroso amplificando três artigos que circularam pelo Rio de Janeiro através do jornal matutino *Correio da Manhã* nos idos de 1928.¹³

Ouro Preto: a Nurembérgia do sertão

Em um dos já citados artigos¹⁴, Gustavo Barroso demonstra um desejo: o de que Ouro Preto se transforme numa Nurembérgia do sertão. Ora, Barroso se refere a uma cidade na Alemanha famosa por seus velhos quarteirões medievais e monumentos.¹⁵

O tom que Barroso imprime aos seus artigos é o de defesa seguido pelo de salvação. Neste sentido, não há nenhum tipo de relativização do que seja tradição e não há nenhuma dúvida a respeito da necessidade de defesa de um património que, “dada a sua antiguidade e valor tradicional”¹⁶, merece ser preservado; uma defesa que vai contra os “insultos do tempo e das tolices dos homens”¹⁷.

Para Gustavo Barroso, a tradição está ligada ao passado, e este vem informado por um sentido de culto, o que invalida a possibilidade de uma análise crítica ou de uma desnaturalização da tradição.

Enquanto para Barroso a tradição está rigorosamente ligada ao passado, para Mário de Andrade – o porta-voz de um certo modernismo na mesma época – a tradição está ligada ao presente: “Nós já temos um passado guaçu e bonito pesando em nossos gestos; o que carece é conquistar a consciência desse peso, sistematizá-lo e tradicionalizá-lo, isto é, referi-lo ao presente”¹⁸.



*Gustavo Barroso em 1926, visita a Ouro Preto (o quinto da esquerda para a direita).
Acervo Museu Histórico Nacional/Arquivo Histórico.*

O modo como Gustavo Barroso nomeia esses “vestígios do passado” que necessitam de proteção já nos dá uma idéia de como é indiscutível o valor da tradição para este intelectual. Suas palavras se dirigem para a “salvação do Patrimônio Histórico e Artístico e Tradicional” da nação. Ao associar a noção de patrimônio à noção de tradição, Barroso esclarece a necessidade de preservação do passado por si só, no sentido de um culto ao passado, o que os modernistas, na postura crítica, chamavam *passadismo*.

Percebemos, nestes artigos de Barroso, uma matriz romântica de pensamento, o que lhe rendeu naqueles tempos o título de tradicionalista ou, ainda, de conservador, porque em oposição aos modernos, nas palavras de Helena Bomeny, “os guardiães da razão”.

Sabemos que o romantismo, no sentido de um movimento intelectual e artístico, além de datado, isto é, de ter seu surgimento localizado no final do século XVIII na Inglaterra e na Alemanha, caracteriza-se por fazer prevalecer a emoção sobre a razão e a imaginação em detrimento de um espírito crítico, privilegiando a emotividade e a subjetividade, envolvendo também a idealização do passado e a valorização do “eu”, da individualidade.

Podemos perceber esta matriz romântica no pensamento de Gustavo Barroso se pensarmos no culto ao passado, tão importante, como vimos algumas linhas atrás, na defesa do patrimônio. Suas palavras, aqui transcritas, dão-nos a dimensão exata do valor dado ao passado por este intelectual:

Mas a pressa dos dias atuais, as necessidades decorrentes da existência moderna não matarão nunca o passado, *porque ele é a essência das coisas humanas*. É o saber acumulado, é a experiência ganha, é o caminho feito, é o que há de verdadeiramente conquistado. O presente escapa à relatividade do nosso conhecimento. E o futuro resulta dos materiais que nós e todos os que nos antecederam reuniram. O desprezo do passado seria mais do que ingratidão, porque seria inconsciência.¹⁹

Localizamos outros ecos destes pensamentos na obra de Barroso em passagens tais como “todos quanto amamos a tradição no nosso país” ou então quando nos esclarece que as linhas do artigo são ditadas “pelo patriotismo e amor à tradição”. O trecho seguinte exemplifica muito bem como pela tradição se fortalecem os argumentos de pertencimento, comunhão e experiência compartilhada, categorias centrais da matriz romântica de pensamento:

Esse amor de nossas coisas fez-me voltar várias vezes a Ouro Preto e pregar sempre a necessidade de tomar aquela uma cidade sagrada do Brasil, defendendo dos insultos do tempo e protegendo das tolices dos homens a soberba floração dos seus monumentos.²⁰

Do SPAN ao IPHAN passando pela Inspetoria: caminho menos conhecido

Alguns anos após escrever os artigos em defesa de Ouro Preto e do “Patrimônio Histórico e Tradicional de Minas”, Gustavo Barroso entra em ação²¹ e, em 1934, cria a Inspetoria de Monumentos Nacionais, órgão que realiza a “restauração de quase todos os templos, pontes e chafarizes tradicionais de Ouro Preto”²².

Mário de Andrade, a pedido do ministro Capanema, projeta, em 1936, o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), que sofre alterações de

forma e conteúdo, gerando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Este serviço passa a existir oficialmente em 1937, por ocasião do Decreto-lei nº25, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, funcionando sob a direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Neste mesmo ano a Inspetoria é desativada em função do novo serviço.

Algumas importantes observações devem ser frisadas neste contexto. A primeira delas diz respeito à atuação dos dois serviços. Enquanto a Inspetoria não chegou a tomba nenhum dos monumentos dos quais se ocupava, o SPHAN, ao contrário, funciona desde o começo com a prática do tombamento, o que assinala uma diferença significativa entre os dois órgãos. Neste sentido, o tombamento de um bem cultural é o estágio final de um longo processo, através do qual o bem possuidor de um valor tal que justifique sua inclusão no patrimônio cultural do país é avaliado por especialistas do SPHAN, que preparam um relatório técnico, o qual é submetido ao Conselho Consultivo do SPHAN. Convém lembrar que os membros do Conselho Consultivo são indicados pelo Presidente da República e exercem a função em termos vitalícios.²³

Um segundo aspecto diz respeito à atuação da Inspetoria, que se dava somente na cidade de Ouro Preto e arredores, enquanto ao SPIAN cabe desde o começo uma atuação mais ampla, teoricamente em nível nacional. Apesar de não termos encontrado nenhuma menção nos documentos, é possível que a criação da Inspetoria esteja diretamente ligada à elevação de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, através do Decreto-lei nº22.298, de 12 de julho de 1933.

Um terceiro aspecto diz respeito à própria noção de patrimônio que norteia a atuação do SPHAN. A noção está vinculada ao anteprojeto de Mário de Andrade e inclui a inscrição do bem em um dos quatro livros de tomo, divididos em quatro categorias: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Belas-Artes; Livro de Tombo das Artes Aplicadas.²⁴

Com base nos três aspectos ressaltados acima, propomos uma relativização desta ligação bastante estreita apontada pelos autores que traba-

lham com a questão do patrimônio cultural brasileiro, ligação esta que vincula a Inspetoria ao SPHAN, considerando-se a Inspetoria como o “berço” do SPHAN, atual IPHAN.²⁵

Tomamos a cidade de Ouro Preto neste trabalho como uma espécie de fio condutor para levantar algumas questões acerca do processo que vem se desenvolvendo e que acaba por delinear uma política oficial em relação ao patrimônio cultural brasileiro. Falamos, no momento atual, menos de um patrimônio “histórico e artístico” e mais de um patrimônio “cultural”, em razão da própria dinâmica histórica da ação patrimonial. Neste sentido, o próprio IPHAN revela-se um documento aonde podemos perceber esta dinâmica. Em livro já citado, José Reginaldo Gonçalves analisa os discursos do patrimônio cultural a partir dos estudos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães, num estudo bastante abrangente.

A possibilidade de que um patrimônio intangível ou imaterial fosse objeto de estudo, bem como sua conseqüente valorização, já se faz sentir através da denominação “patrimônio cultural”, na medida em que se soma à cultura material - histórica e artística - todo um conjunto de saberes, fazeres, técnicas que a “antiga” denominação já não cobria. Esta questão já estava presente nos trabalhos do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e, muito antes, no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, numa atitude que Helena Bomeny nomeia de “pansensualismo integrador”²⁶.

O interessante é fazer notar que esta questão foi trazida à tona mais recentemente por uma via da cultura tradicional ou popular, em forte oposição ao patrimônio de pedra e cal, voltado basicamente para bens imóveis.

Aqui gostaríamos de introduzir uma discussão, levantada por Pierre Nora, a respeito de dois tipos de memória, uma que o autor diz ser “verdadeira” e outra que ele nomeia “memória transformada por sua passagem em história”. A memória verdadeira está “abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos”, e é, como mais adiante descreve o autor, “espontânea, social, coletiva, globalizante”. Em oposição a essa memória verdadeira, temos a memória transformada pela história, uma me-

mória “voluntária e deliberada, vivida como um dever, memória arquivística”, e que “se apoia sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem”²⁷.

Esta distinção operada por Pierre Nora sugere que a memória verdadeira, a memória da experiência, social, seja justamente a memória alvo do projeto que visa a proteger o patrimônio imaterial. Em complementação, na política de preservação do patrimônio material teríamos a preservação da outra memória, aquela transformada pela história, a “memória oficial”.

A Carta de Fortaleza de 1997 é o documento produzido em um seminário promovido pelo IPHAN em comemoração aos seus 60 anos de criação. O nome do seminário acaba por nomear também a carta: “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”. A principal recomendação deste seminário, expressa pelo documento, é a de que seja criado um grupo de trabalho voltado especialmente para a preservação de bens culturais de natureza imaterial.

Em 1998, organiza-se o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPi). O primeiro problema enfatizado pelo grupo diz respeito ao tipo de expressão que melhor daria conta desse conjunto de bens. Ao privilegiar-se a expressão “imaterial”, pretende-se ressaltar a importância dos processos de criação e da manutenção do conhecimento sobre o produto.

O segundo problema enfrentado pelo GTPi diz respeito às formas de proteção desse patrimônio imaterial. O Grupo de Trabalho recomenda o inventário, o registro e a documentação, bem como medidas de apoio financeiro (suporte econômico a atividades vinculadas e aos detentores de conhecimentos), difusão de conhecimento sobre manifestações e, por fim, proteção à propriedade intelectual. Considerando que a transmissão dos conhecimentos tradicionais é fundamental para a continuidade dessas manifestações, recomenda-se que grupos ou detentores desses saberes sejam declarados oficialmente “Tesouros Humanos Vivos” e passem a receber do Estado ajuda financeira com vistas à transmissão de seus conhecimentos às novas gerações. A pesquisa realizada pelo GTPi revelou que os principais problemas que interferem na continuidade e na manutenção das expressões da cultura tradicional

são o turismo predatório, sua apropriação inadequada pela mídia, a uniformização de produtos decorrente do processo de globalização da economia, a apropriação industrial desses conhecimentos e a comercialização inadequada, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Em contrapartida, o principal desafio tem sido o reconhecimento da existência de uma propriedade intelectual coletiva, uma vez que a legislação relativa ao direito autoral, em todo o mundo, reconhece apenas a autoria individualizada.²⁸

A diferença abissal entre o patrimônio imaterial e o patrimônio material revela-se, no entanto a partir do instrumento legal que permitiria a valorização daquele.

A percepção de que o patrimônio imaterial é oriundo de processos culturais, de construção de sociabilidades, de formas de sobrevivência, de relacionamento com o meio ambiente, enfim, da vida, sugere que, para ser preservado, esse patrimônio necessite menos de intervenção e mais de acompanhamento, no sentido de divulgação, apoio. O patrimônio imaterial não requer conservação, o que implicaria seu fim; antes, precisa ter asseguradas suas condições de sobrevivência.

A questão da autenticidade, discutida algumas páginas antes num contexto de patrimônio material, especificamente da cidade de Ouro Preto, perde aqui o seu sentido. A proposta é de que, neste caso, a noção de autenticidade seja substituída pela idéia de continuidade histórica, passível de ser identificada através de estudos que apontem características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vincula. Esses princípios permitem que caracterizemos o registro não como um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial.

Em agosto de 2000, com o Decreto nº 3.551, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Jacques Le Goff, trabalhando com o conceito de memória²⁹, chama a atenção para dois aspectos que nos parecem particularmente importantes nesta discussão sobre patrimônio imaterial. Num primeiro momento, a percepção de Le Goff de que a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento, nos leva a crer, tomando por base a política para implantação do patrimônio imaterial, que a memória social está num movimento de agudo retraimento. Quando se torna urgente e necessário que se “preservem” manifestações dinâmicas por natureza, modos de fazer e de saber e não apenas os suportes materiais da atividade humana, o que se coloca em questão é a própria sobrevivência da cultura, não apenas no seu aspecto mais concreto, o da cultura material, mas no seu aspecto geracional, qual seja, o da capacidade de manutenção da comunicação, da experiência entre os homens. Tal manutenção é assegurada em grande parte pela memória, seja no seu aspecto individual, seja no seu aspecto coletivo, a qual, segundo o autor, é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Notas

1. Óleo sobre madeira, 1950. Alberto da Veiga Guignard nasce em Nova Friburgo (RJ) em 1896. Estuda Belas Artes em Munique, Alemanha e volta ao Brasil em 1929. Transfere-se para Minas Gerais em 1944, a pedido do então prefeito da cidade Juscelino Kubitschek, para dirigir a Escola de Artes de Belo Horizonte. Vivendo em Ouro Preto entre 1961 e 1962, intensificam-se seus registros da cidade. Morreu em 1962 e seu corpo está enterrado na Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Em 1987, é criado na cidade de Ouro Preto o Museu Casa Guignard.
2. BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lendas e Artes, 1963. P.43.
3. Idem. P.43.
4. BOMJENY, Helena. O patrimônio de Mário de Andrade. In: *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil* Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. P.13.
5. O tema é bastante discutido. Neste sentido e sobre as repercussões da viagem na produção dos modernistas ver: MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; SANTIAGO, Silviano. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: BORNHEIM, Gerd. (org.). *Cultura brasileira: tradição – contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Funarte, 1987, p.111-132; DIAS, Fernando

- Correia. A redescoberta do barroco pelo movimento modernista. *Revista Barroca*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, n.4, p.7-16, 1972.
6. DAMASCENO, Sueli. *Pedras e sombras de Villa Rica. Um estudo sobre a monumentalização da cidade de Ouro Preto*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação de mestrado. PUC/RJ, P.67.
7. ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Ouro Preto*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. P.20.
8. Para estudos sobre o Museu Histórico Nacional ver: ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *História, Tempos e memória: um estudo sobre museus a partir da observação feita no Museu Imperial de Petrópolis e no Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação de mestrado, IUPERJ.
9. BARROSO, Gustavo. As Igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.5, p.9, 1944.
10. ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
11. *Revista Estudos Históricos*, v.14 (Heróis Nacionais), Rio de Janeiro, n.25, 2000.
12. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da pedra: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. P.94.
13. O jornal matutino Correio da Manhã foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt. Segundo SODRÉ, o jornal Correio da Manhã marca a passagem de um jornalismo individual, caracterizado como jornalismo de circunstância, ligado a uma figura de prestígio, para um jornalismo de empresa, ou empresa jornalística cada vez mais complexa e cada vez mais inserida na complexidade da estrutura social. O Correio da Manhã era “o órgão popular por excelência (...), folha de oposição, vibrante escandalosa às vezes, veemente sempre”. (SODRÉ, Nelson Weneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. P.347)
14. Os artigos em questão foram publicados no Volume V dos Anais do Museu Histórico Nacional.
15. Barroso refere-se a Nuremberg, cidade que teve seus monumentos muito danificados posteriormente durante a II Guerra Mundial. Entretanto, ficou muito conhecida por ter sediado o tribunal que julgou os criminosos nazistas entre 1945 e 1946. Para uma reflexão sobre o julgamento de Nuremberg numa perspectiva voltada para o tema da responsabilidade tanto individual quanto coletiva, ver LEITE, Edgard. *Essays sobre Ética e História: Texto e Contexto*. Rio de Janeiro: UERJ, KOI III-F1, 2001.
16. BARROSO, Gustavo. As Igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.5, p.8, 1944.
17. BARROSO, Gustavo. A Cidade Sagrada. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.5, p.13, 1944.
18. ANDRADE, Mário de, *apud* LOPEZ, Telê Porto Ancona (org.). *Entrevistas e depoimentos / Mário de Andrade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p.19, *apud* BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. P.95.
19. BARROSO, Gustavo. A Cidade Sagrada. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.5, p.12, 1944 (grifo nosso).

20. Idem. P.13.
21. Cabe aqui um pequeno trocadilho, pois Barroso entra literalmente em ação. Em 1933, Gustavo Barroso filia-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada um ano antes por Plínio Salgado. Para um belíssimo estudo sobre o integralismo de Plínio Salgado, com interpretações das variantes entre Miguel Reale e Gustavo Barroso, ver: ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Totalitarismo e Revolução. O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. Para um estudo sobre o pensamento anti-semita de Barroso e sua participação na AIB ver: MAIO, Marcos Chor. *New Trotsky nem Rotschild: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
22. Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v.5, p.5, 1944.
23. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, op. cit. P66.
24. *Proteção e revitalização do patrimônio e artístico nacional: uma trajetória*. Brasília: Pró-Memória, 1980.
25. Neste sentido, ver: FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. P.103. *A Invenção do Patrimônio...*, op. cit. P7-8.
26. *A Invenção do Patrimônio...*, op. cit. P18.
27. NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História. História e Cultura*. São Paulo: PUC/SP – Programa de Pós-Graduação em História, n.17, p.7-28, 1993.
28. *Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial*. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2000.
29. LE GOFF, Jacques. Memória-História. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.1 (Memória). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. P.11-50.

4º dossiê

O Rio de Janeiro no acervo do Museu Histórico Nacional

Apresentação

Atribuição ou autoria? os ovais
de Leandro Joaquim

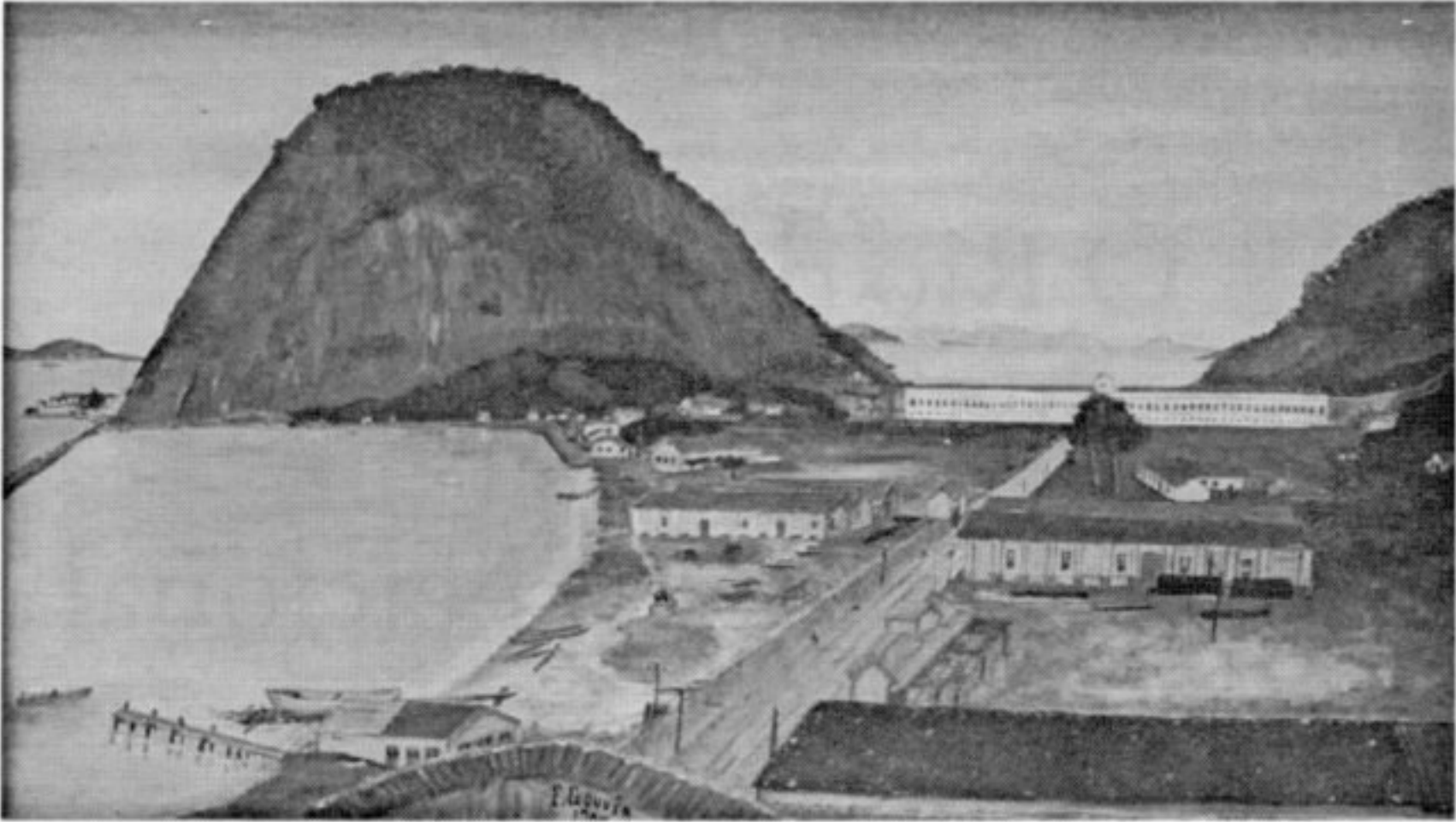
Um documento sobre o monumento

O Rio de Machado de Assis na pintura
do Museu Histórico Nacional

Avenida Rio Branco, 161

Do oriente ao Rio de Janeiro

Crianças: ausentes dos discursos
museográficos do Museu Histórico Nacional



Antiga escola militar da Praia Vermelha
óleo/madeira
E. Gouveia, 1907.
Acervo Museu Histórico Nacional.

Apresentação

José Neves Bittencourt

Não é novidade para ninguém que o Museu Histórico Nacional foi fundado em 1922, no decorrer das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, uma grande festa comemorativa da nacionalidade. Os primeiros documentos materiais recolhidos foram armas, arte sacra, itens civis, indumentária e documentos, cuidadosamente arrumados nas exposições que ocupavam, parcialmente, as salas da Casa do Trem. Historiadores que têm estudado a instituição do ponto de vista de seu papel na historiografia brasileira apontam para o fato de que o Museu constrói uma narrativa sobre a formação do Estado nacional, costurando, através de objetos, sua trajetória no tempo e no espaço. É bastante notável que, nas exposições do Museu, o local e o regional dão lugar ao nacional, como idéia e como construção política. Tudo se subordina a uma formação política maior, mais abrangente e mais determinante – o Estado nacional.

Esta diretriz programática orientou a identificação e recolhimento de itens para incorporação ao acervo. Sob a diligente supervisão de Gustavo Barroso, servidores públicos com alguma experiência em instituições culturais (como Edgar Romero, antigo funcionário da Biblioteca Nacional) percorreram o Rio de Janeiro e as regiões adjacentes procurando itens que apresentassem interesse para as coleções do Museu. Era, entretanto, um recolhimento bastante limitado, visto que a instituição não tinha uma real capacidade de alcançar todos os cantos do país. Essa limitação, bastante evidente quando se examina a documentação restante relativa às primeiras aquisições, não chega, entretanto, a constituir um empecilho à atuação da instituição. Esta, em seus primeiros momentos, teve bastante apoio das elites da sociedade brasileira, que lhe encaminharam grande número de doações. Objetos de todas as categorias eram “presenteados” ao MHN por cidadãos que muitas vezes esperavam, através de tal gesto, juntar suas próprias histórias à história do país.

Um outro motivo para as numerosas doações, talvez ainda mais considerável, é que a visão “nacional” buscada e transmitida pelo Museu fazia com que qualquer objeto, doado, comprado ou transferido (e foram muitas as transferências, nos primeiros tempos) logo encontrasse pouso nas exposições. O Museu não tinha, nesta época, um projeto conceitual criteriosamente formulado, mas era evidente que se buscava nos objetos um tipo de “prova testemunhal” da existência do Estado no tempo, e do papel das elites do presente como partícipes da trajetória que tinha, então, seu momento de celebração.

Embora não fossem poucas as referências aos estados da federação, eram mais raras aquelas feitas a locais em particular. Formações políticas como vilas e cidades, quando apareciam, era como espécie de subproduto de um projeto maior, que já aparecera, em forma embrionária, durante o período colonial. Exceto num caso: o do Rio de Janeiro.

As referências ao Rio de Janeiro são, no acervo tridimensional, bastante comuns. A cidade, a partir de 1808 incorpora o papel de “capital”, de que, ainda hoje, não se despiu. Boa parte do acervo recolhido pela instituição se explica desta forma. Assim, em um volume dos “Anais do Museu Histórico Nacional” cujo tema é “Rio de Janeiro”, não poderia deixar de constar uma seção que busque a relação entre a cidade e o acervo preservado numa instituição umbilicalmente a ela ligada.

Abordar um tema a partir do acervo é sempre tarefa complicada. Trata-se do tipo de articulação que exige do pesquisador não apenas um conhecimento amplo do tema proposto – no caso, o Rio de Janeiro –, como também um conhecimento especializado sobre o corte do acervo do qual se espera que incidam as questões. Patrícia Souza de Farias, jovem historiadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o faz com brilhantismo, ao abordar questões ligadas ao lugar do Rio no sistema atlântico gerado a partir das navegações portuguesas. Sua monografia examina uma das mais importantes coleções sob guarda do Museu Histórico Nacional: a coleção de estatuária religiosa em marfim. Jorge Cordeiro de Melo, museólogo com larga experiência

administrando a Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional mostra, pela primeira vez, o exaustivo levantamento que fez na obra de Machado de Assis, e aproxima as conclusões à coleção de pintura reunida no Museu. O resultado, interessantíssimo, possibilita ao leitor uma verdadeira “visita guiada” ao Rio de Janeiro na virada do século XIX. O mesmo Jorge Cordeiro, desta vez acompanhado da museóloga Norma Portugal, conhecida especialista em registro e procedimentos jurídicos aplicados a museus, volta ao acervo para discutir a autoria de uma das mais importantes coleções de pintura que tem a cidade colonial como tema: os “ovais” de Leandro Joaquim. É ao, ao mesmo tempo, concisa e apaixonada a defesa que os dois especialistas fazem em torno da atribuição de autoria aos objetos, que mostram aspectos da vida da cidade no final dos setecentos. Vera Lima, museóloga e estilista, especialista em indumentária, se associa à estilista Crib Tanaka para nos guiar numa visita a uma importante casa de moda dos anos vinte, na então *fashion* Avenida Central. Desta análise surgem interessantes questões que mostram como a análise da cultura material pode esclarecer pontos de dúvida sobre uma temática sócio-cultural. Por fim, a pesquisadora Inês Gouveia apresenta uma interessante monografia que recupera um item do acervo, a espada de honra de José Joaquim Coelho, Barão da Vitória – um “documento-monumento” –, já analisado em outras ocasiões, e recupera a trajetória da formação da identidade dos objetos preservados no acervo de um museu.

Um texto que merece destaque, por sua estrutura, é o de Angela Guedes. Atuando no Museu Histórico Nacional faz alguns anos, Angela, jornalista por formação, mestre e doutoranda em Ciência da Informação, assumiu, tempos atrás, uma “curadoria experimental” – a da coleção de brinquedos conservada pela instituição. São muito interessantes e, ao mesmo tempo, perturbadoras, suas conclusões sobre o lugar das crianças no discurso museal urdido pela casa. Deixarei que o leitor tire suas próprias conclusões.

Ao atravessar essas seis monografias, o leitor poderá ter uma idéia clara de como o acervo de uma instituição de memória articula-se à ambiência em que a instituição está ancorada; a isso se junta a apresentação da

metodologia e da sistemática de que lançam mão os profissionais desse campo – os chamados “estudos de cultura material”. Num momento em que é trazida ao foco da atenção dos diversos especialistas do campo dos museus, da história e das ciências sociais, a problemática ligada à construção da narrativa nessas instituições, sem dúvida será de grande interesse a reflexão que, quase um ano atrás, foi proposta a esse punhado de especialistas.

Atribuição ou autoria?

Os ovais de Leandro Joaquim

Norma Botelho Portugal e Jorge Cordeiro de Melo

Nota biográfica

Norma Botelho Portugal é graduada em Museologia pela UNIRIO, com pós-graduação em Ação Educativa e Cultural em Museus, também por esta universidade. Foi professora do curso de Museologia da UNIRIO de 1985 a 1987. Atua no MHN/IPHAN desde 1986, primeiro como chefe da Divisão de Filatelia do Departamento de Numismática, e desde 1998 como responsável pela Divisão de Controle do Acervo.

Jorge Cordeiro de Melo graduou-se em Museologia pela Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1982. Desde então, tem trabalhado na Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional, que ajudou a implantar e atualmente coordena. É também interessado na história e nos aspectos pitorescos da cidade do Rio de Janeiro.

Resumo

Atribuição ou autoria?

Os ovais de Leandro Joaquim

Norma Botelho Portugal

Jorge Cordeiro de Melo

O artigo recupera a história da entrada das referidas peças no acervo do museu e, através de fontes diversas, faz um estudo dos diferentes títulos atribuídos às obras. Levanta também a questão da autoria das mesmas, confrontando opiniões de vários autores. Conclui aceitando como definitivas as opiniões de Gilberto Ferrez em “Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890: Catálogo Analítico” quanto à autoria, e propondo uma normatização dos títulos das obras a ser adotada pelo Museu Histórico Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Fluminense de Pintura, Leandro Joaquim, telas ovais, atribuição de autoria, normatização de títulos, iconografia, paisagens do Rio de Janeiro.

A iconografia conhecida do Rio de Janeiro nos séculos XVI, XVII e XVIII é parca. Segundo Gilberto Ferrez, “toda ela representa apenas 1/20 do total até agora identificado e localizado”¹, porém oferece um exemplo da pintura laica que era feita no Rio antes da chegada da Missão Artística Francesa e do advento do ensino artístico oficial no Brasil.

O material é bastante escasso se comparado com o que temos a partir de 1808, época da vinda da corte portuguesa para o Brasil, que muito nos enriqueceu intelectual e artisticamente, a ponto de o século XIX poder ter todo o seu desenvolvimento acompanhado através da iconografia.

Escola Fluminense de Pintura do final do século XVIII

No século XVIII, muitos pintores trabalharam no Rio de Janeiro, inclusive leigos e ex-escravos; existem ainda em igrejas e conventos obras anônimas, cujos autores só poderiam ser identificados depois de muita pesquisa. Por outro lado, são razoáveis as informações sobre um grupo de pintores que aqui atuou e ao qual se convencionou chamar Escola Fluminense de Pintura.

Esta escola teria se originado ainda no século XVII, com Frei Ricardo do Pilar, e continuado a existir mesmo depois da chegada da Missão Artística Francesa em 1816.

No final do século XVIII, começa a surgir, na Escola Fluminense, o gosto pelos temas não religiosos, o que era a tônica da época; aparecem os retratos, pinturas históricas e paisagens, ao lado de um maior interesse pelo desenho – sinais de que o ciclo Barroco/Rococó estava se esgotando. Vários pintores iniciaram então sua produção, legando-nos verdadeiros documentos do período em que viveram, revelando em suas obras um registro dos meios de locomoção, trajes, mobiliário e arquitetura da cidade à época.

Nesse contexto, nos são dadas a conhecer, entre outras, as obras de José Oliveira Rosa - considerado por muitos o herdeiro de Frei Ricardo do Pilar e chefe da Escola Fluminense de Pintura -, João Francisco Muzzi, Leandro Joaquim, José Leandro de Carvalho e Francisco Pedro do Amaral, estes dois os últimos representantes da Escola Fluminense.

Os Ovais de Leandro Joaquim

O Museu Histórico Nacional possui em seu acervo seis pinturas a óleo sobre tela, de forma elíptica, de autoria atribuída ao pintor Leandro Joaquim. Pesquisando em todos os processos de 1922 a 1924, nos arquivos da Divisão de Controle de Acervo do museu, não encontramos documentação referente à aquisição destas telas.

No entanto, elas são citadas no Catálogo de 1924 do Museu Histórico, o que nos dá certeza que, naquele ano, já faziam parte do acervo colecionado pela instituição, fato este comprovado mais tarde no Relatório do Museu Histórico Nacional ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, do ano de 1923², onde é mencionada a compra dos “ovais”. Pesquisando então nos antigos Livros de Registro de Objetos Históricos e Artísticos, verificamos que, no Livro 1, exercício de 1924³, consta o modo de aquisição das obras, como se segue:

Pag. e nº de ordem anual	Modo de aquisição	Objetos Adquiridos	Procedência	Obs.
P.46 24.619	Compra G. Jorge	“Pesca da Baleia na Baía de Guanabara, nos tempos coloniais. Vêem-se neste painel a Ilha de Villegaignon, no 1º plano e ao fundo, a antiga fábrica de óleo e esparmacete da ponta da armação.”	Pintura decorativa do velho Paço português, adquirida pelo Museu Histórico	Óleo de Leandro Joaquim séc. XVIII
P.48 24.635	Compra G. Jorge	“Festa Veneziana em honra de D. João VI, diante do Hospital dos Lázaros”	Pintura decorativa do velho Paço Português, adquirida pelo Museu Histórico	Óleo de Leandro Joaquim Séc. XVIII
P.52 24.667	Compra G. Jorge	“Pesca de arrastão na Praia da Glória, período colonial”	Pintura decorativa do velho Paço Português, adquirida pelo Museu Histórico	Óleo de Leandro Joaquim Séc. XVIII
P.52 24.668	Compra G. Jorge	“Os Arcos da Carioca, vistos da Lapa, na época da colônia	Pintura decorativa do velho Paço Português adquirida pelo Museu Histórico	Óleo de Leandro Joaquim Séc. XVIII

P.52 24.669	Compra G. Jorge	“O Príncipe Regente D. João I desembarcando de Lisboa, passa em revista a guarnição do Rio de Janeiro, no Terreiro do Paço, hoje Praça 15 de Novembro”	Pintura decorativa do velho Paço Português, adquirida pelo Museu Histórico	Óleo de Leandro Joaquim Séc. XVIII
P.52 24.670	Compra G. Jorge	“A esquadra inglesa que escoltou D. João VI do Tejo ao Brasil e a nau portuguesa que o trouxe, formadas em frente de Villegaignon”	Pintura decorativa do velho Paço Português, adquirida pelo Museu Histórico	Óleo de Leandro Joaquim Séc. XVIII

A Galeria Jorge, citada acima, comercializava e restaurava “pinturas de grandes artistas”. Foi fundada em 1908 e funcionava à Rua do Rosário nº 131, telefone 1303, no Rio de Janeiro. Seu proprietário, Jorge de Souza Freitas, possuía também uma fábrica de molduras na Av. Suburbana nº 2779, e uma filial em São Paulo, à Rua São Bento, nº 12-D.

As obras em questão, que foram adquiridas, como podemos comprovar acima, logo após a época da criação do Museu Histórico Nacional, representam aspectos da cidade do Rio de Janeiro e fatos ocorridos nos seus arredores que são registros importantes do passado da nossa cidade. Constarão, com destaque, da exposição comemorativa do cinquentenário do Museu Histórico Nacional, em 1972.

Em 1984, as telas foram emprestadas por tempo indeterminado ao Museu Nacional de Belas Artes, o que se pode comprovar no Processo 502/84, arquivado na Divisão de Controle do Acervo – DICOP. A transferência está registrada na guia de remessa 73/84, datada de 18/08/1984.

Em 1985, iniciou-se a árdua empreitada da solicitação de devolução das peças, como podemos ver em carta datada de 28/02/1985 e assinada pela Diretora Adjunta à época, Sra. Solange Godoy. Em 13/05/1985, foi acordado com o diretor do Museu Nacional de Belas Artes que retornariam ao Museu Histórico os “ovais” de temática histórica, ficando lá os de tema paisagístico.

Em 1987, as três telas cedidas foram devolvidas ao MIIN, por dois meses, para fazer parte da exposição temporária “O Rio para inglês ver..”, que integrou as atividades comemorativas do bicentenário da chegada ao Brasil da primeira frota de colonização da Austrália; isto com a condição de

retornarem depois ao Museu de Belas Artes, o que de fato aconteceu – guia datada de 30/12/1987.

Em 27/01/1992, o empréstimo das referidas obras ao Museu de Belas Artes foi mais uma vez formalizado, desta vez com a assinatura de um Termo de Responsabilidade com validade de três anos, pois as obras “Pesca da Baileia”, “Vista da Igreja da Glória” e “Vista da Lagoa do Boqueirão” já se encontravam expostas, desde novembro de 1991, na Galeria Nacional dos Séculos XVII, XVIII e XIX do Museu Nacional de Belas Artes. Em 1996, o Museu Histórico foi convidado a participar, com as seis obras de Leandro Joaquim, de uma exposição sobre História e Cultura Brasileiras a realizar-se na Bolívia, o que não se concretizou pois não houve acordo para a devolução das peças.

Finalmente, em novembro de 1999, houve consenso entre as direções dos dois museus e, após negociações, foi assinado novo Termo de Responsabilidade, através do qual o Museu Histórico Nacional se comprometia a ceder outras peças do seu acervo para compor a Galeria do Museu de Belas Artes, em troca da vinda definitiva dos “ovais”, que iriam participar da exposição comemorativa dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. A data final do empréstimo ficou sendo o dia 31/03/2000, quando então, de fato, as obras retornaram. Atualmente, todo o conjunto, isto é, as seis telas, encontram-se expostas, em caráter permanente, na Galeria Memória do Estado Imperial, no MHN.

Argumentos que favorecem a autoria

É sadia e oportuna toda discussão que vise esclarecer e estabelecer a autoria de obras de arte, momento quando tais obras tenham, a par de sua relevância artística, importância histórica e memorativa para a nossa cidade e para o país. Este é o caso da polêmica em torno da autoria dos seis ovais, até esta data *atribuídos* ao pintor Leandro Joaquim. O Museu Histórico Nacional, como casa de memória e cultura, é responsável pela identificação o mais precisa possível de seu acervo. Quando se trata de determinar a *autoria*, o MHN, como de resto procedem várias outras instituições congêneres em nosso país e no exterior, preocupa-se sobretudo com a veracidade dos dados e com uma criteriosa avaliação de suas indicações, determinem elas um aumento ou diminuição do *status* da obra em questão. Verifica-se assim,

muitas vezes, que as instituições, a bem da verdade e da lisura de suas catalogações, vejam-se obrigadas a conferir o *status* de *atribuição* a uma obra que antes gozava da reputação de *autoria* de um artista famoso, ficando assim de certa forma diminuída a importância relativa não só da referida peça, mas do próprio acervo como um todo.

No caso em discussão, como foi exposto na primeira parte deste artigo, a tendência da polêmica aponta claramente no reconhecimento da autoria de Leandro Joaquim, pelas razões aduzidas sobretudo por Gilberto Ferrez em seu “Catálogo analítico sobre a Iconografia do Rio de Janeiro”.⁴ Concorrem para isso não apenas a inegável autoridade técnica e científica do autor e sua reconhecida seriedade no trato de tais assuntos, como a procedência e a exatidão lógica de seus argumentos. Lamentando o fato de não estarem os citados ovais assinados nem datados, principia ele por citar a opinião de Francisco Marques dos Santos, em estudo publicado em 1938, no qual aquele autor não hesita em afirmar que “quadro oval só Leandro Joaquim pintou naquela época”. Este argumento estaria neutralizado se de fato três desses ovais houvessem sido pintados “após a morte do artista, que se deu, quase com certeza, em 1798”, como quer Menezes de Oliva, que externa essa opinião taxativa em seu artigo “Os falsos painéis de Leandro Joaquim”, publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*, em 1940.⁵

Essa posição restritiva foi posteriormente rebatida, a nosso ver com eficácia, por Gustavo Barroso, que estudou minuciosamente cada tela e localizou historicamente cada um dos temas nelas tratados. Com essa opinião concorda Gilberto Ferrez, para quem “é óbvio que os seis painéis foram pintados pelo mesmo artista e para um determinado lugar” e não cremos que fossem executados em épocas diversas e tão afastadas, como quer Menezes de Oliva. Para Oliva, três dos ovais seriam de fato anteriores a 1800, mas dois seriam de 1808 e o último, de 1818. Ocorre, entretanto, ainda segundo Ferrez, que os pavilhões onde se encontravam originalmente os painéis, no Passeio Público, já haviam sido demolidos em 1817, após o desabamento da muralha do terraço pela ação do mar. Com toda a certeza, se o quadro da “Festa Veneziana – Romaria marítima diante do Hospital dos Lázaros” representa uma cena ocorrida em 1818, “o artista não iria pintá-la para um local que já não existia”.

O autor cita ainda estudo de José Wash Rodrigues⁶, que, a partir de análise dos uniformes dos soldados representados no quadro do “Terceiro do (Revista Militar no) largo do Carmo”, afirma que tal fardamento é anterior a 1808. Acrescenta ainda Wash Rodrigues que a “Cena marítima” também não deve referir-se à chegada da esquadra portuguesa que trazia o príncipe regente D. João, pelo fato de ver-se apenas um navio português recebendo salva de cerca de vinte e dois navios ingleses. Se de fato a cena representasse a chegada da família real ao Rio, seria muito mais lógico e razoável que ali estivesse representada a esquadra portuguesa, embandeirada festivamente, junto com os navios ingleses, e com as fortalezas engalanadas cumprimentando o estandarte real com uma salva de vinte e um tiros, na deliciosa descrição de Luís Gonçalves dos Santos, dito Padre Perereca, em suas “Memórias para servir à história do reino do Brasil”.

Quanto à “Revista militar no largo do Carmo” (que no MHN recebeu o título “Revista militar no largo do Paço”), em que se representa a tropa formada em três lados do largo, em continência, e a multidão que assiste à solenidade, o raciocínio de Ferrez é também esclarecedor: se a festa fosse, como sustenta Oliva, uma parada em homenagem ao príncipe regente D. João, é manifesto que a personagem real estaria ali figurada, e o séquito seria muito mais numeroso que o relativamente pequeno grupo de personalidades que ali recebe a homenagem militar. Ferrez aduz algumas hipóteses para explicar o tema: inauguração do novo chafariz do mestre Valentim, com a remodelação da praça; recepção da oficialidade da frota mercante que ia fundar Sidney, cujo comandante era o almirante Arthur Phillip, amigo íntimo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Argumento semelhante maneja Ferrez na análise da “Romaria Marítima diante do Hospital dos Lázaros”, único documento iconográfico de uma procissão marítima no Rio de Janeiro daquela época, e que pelas construções e acidentes geográficos ali representados, não poderia ter ocorrido após 1818.

Quanto aos outros três painéis, “A pesca da baleia na baía do Rio de Janeiro” – única cena conhecida que descreve essa atividade no local –, a “Vista da praia, morto e igreja da Glória” – cujas edificações representadas ao longo da praia e princípios do Catete aparecem indicadas na planta de Francisco João Roscio, de 1778 – e a “Vista da lagoa do Boqueirão, aqueduto

da Carioca e igrejas da Lapa e Santa Teresa” - que representam a “atual praça da Lapa e Passeio Público criados em 1783 pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza” -, não há nenhuma dúvida, ao menos quanto à época em que foram realizados, seguramente anteriores a 1800. Mas o argumento definitivo quanto à autoria de Leandro Joaquim está, a nosso ver, na conclusão de Ferrez: “todos foram pintados na mesma época – a técnica é absolutamente idêntica em todos eles – para um determinado lugar”. cremos assim que o Museu Histórico Nacional pode, sem hesitação, trocar a rubrica de “atribuição” pela de “autoria”, ficando assim reconhecida a real procedência da argumentação favorável a Leandro Joaquim. Sem prejuízo de que o MHN continue a sustentar sua posição tradicional de abertura ao diálogo e à análise de argumentos contrários que possam surgir de outros estudos, na crença de que é justamente a partir da discussão franca e transparente que se pode lançar uma luz sobre essas questões tão importantes para a exatidão dos seus registros e, mais ainda, para a memória e a cultura brasileira.

Por uma normatização dos títulos das telas ovais de Leandro Joaquim

Um problema observado ao longo do trabalho de registro e catalogação realizado em qualquer museu é a multiplicidade de títulos atribuídos a obras para as quais não haja uma segura nomeação feita pelo autor. Em museus nos quais o número de obras antigas é muito grande, como é o caso do Museu Histórico Nacional, tal multiplicidade de títulos chega a criar problemas sérios, no que tange, por exemplo, à manutenção da base de dados e à criação de etiquetas e publicações.

Com os ovais, esse problema torna-se gritante. Trata-se de obras largamente conhecidas e utilizadas em exposições, textos monográficos, livros e mesmo em outros fins, como publicidade, por exemplo, para as quais cada autor atribui um “título”, baseado, aparentemente, na análise e interpretação de suas próprias fontes de pesquisa. Com base no material existente no Museu Histórico Nacional, foi feito um levantamento dos títulos atribuídos, ao longo dos últimos oitenta anos, a cada um dos seis ovais. O resultado, listado a seguir, chega a ser espantoso, e indica a necessidade de um maior rigor na normatização de títulos de obras sem atribuição de nome pelo

autor conhecido. A lista reproduz também o título atualmente utilizado no material oficialmente gerado pela instituição. Nota-se que neste material, que é base para os produtos museológicos da instituição, está refletida a confusão de títulos atribuídos.

- Número de registro: 000.568⁷. Título atualmente adotado pelo Museu Histórico Nacional: “Cena Marítima”.



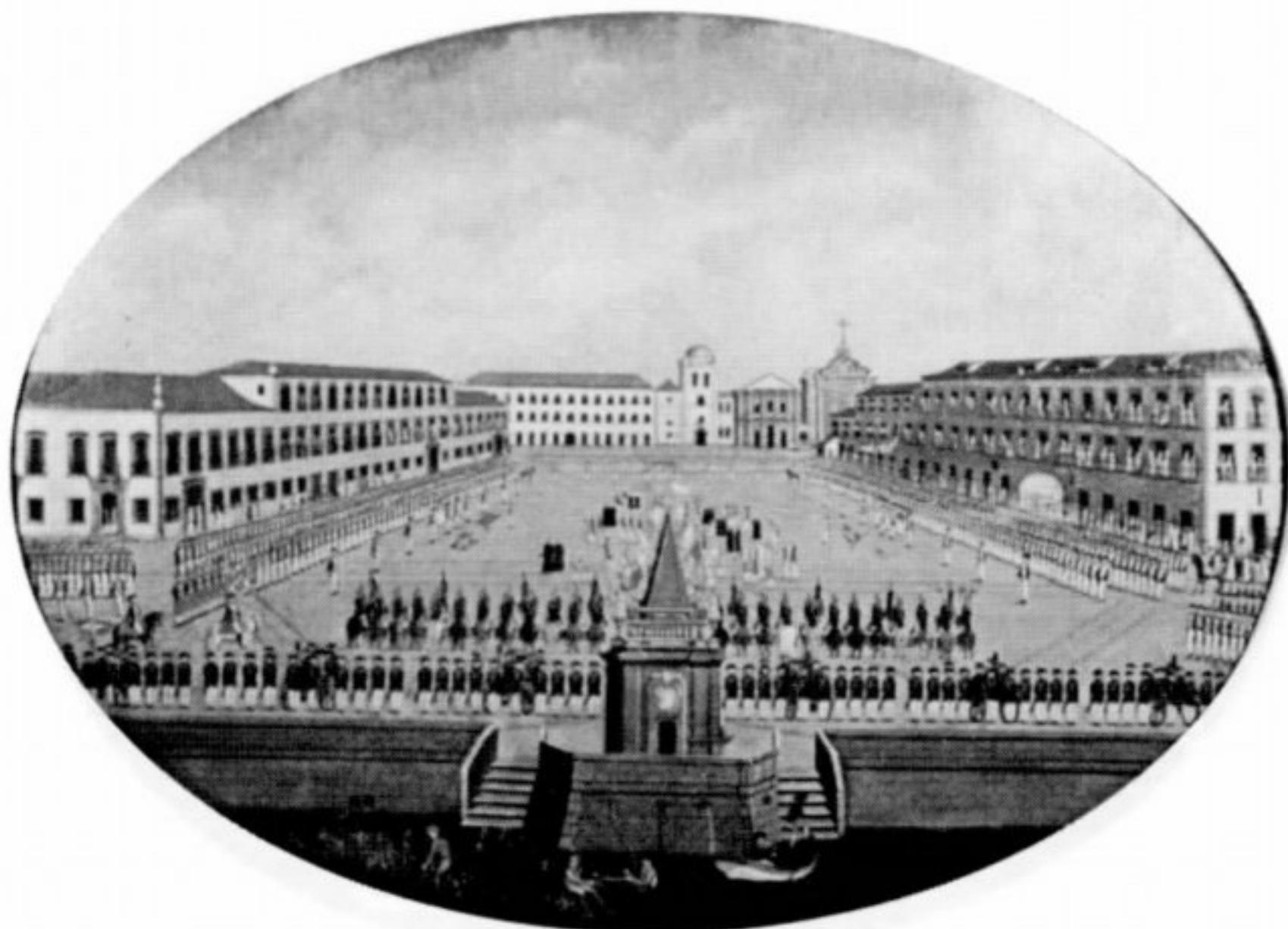
Outros títulos atribuídos à mesma obra, levantados em diversas publicações e/ou documentação usualmente consultadas: “Visita de uma esquadra inglesa na baía de Guanabara”; “Visita de uma esquadra inglesa ao Rio de Janeiro”; “Chegada de uma frota inglesa ao Rio de Janeiro”; “Chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro”; “Chegada do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro”.

- Número de registro: 003179. Título atualmente adotado pelo Museu Histórico Nacional: “Procissão Marítima - Hospital dos Lázarus”.



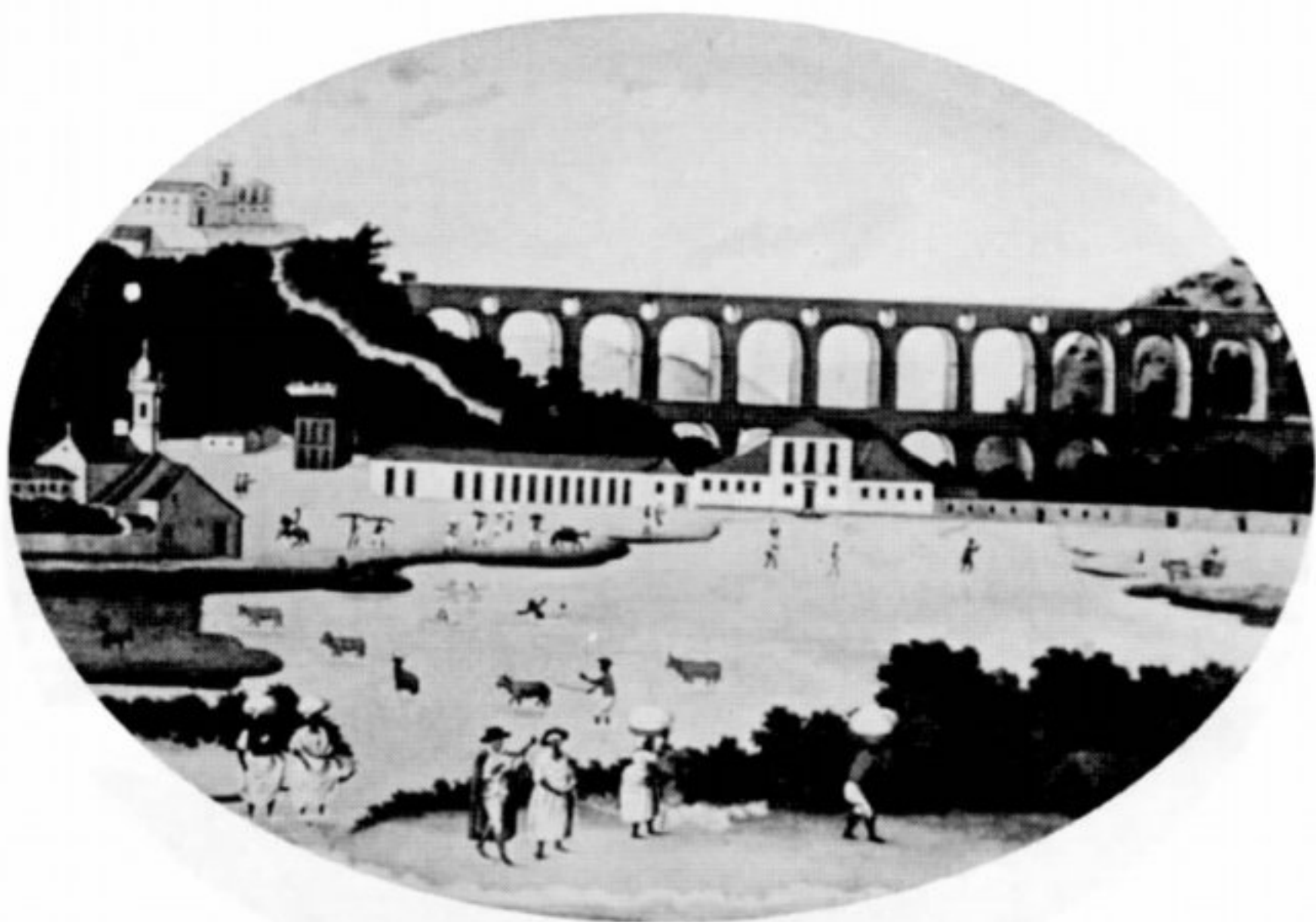
Outros títulos atribuídos à mesma obra, levantados em diversas publicações e/ou documentação usualmente consultadas: “Procissão ou romaria marítima”; “Festa veneziana em honra a D. João VI”; “Procissão ou romaria marítima ao Hospital dos Lázarus”; “Festa veneziana em honra ao príncipe D. João”; “Festa veneziana em honra a D. João VI, diante do Hospital dos Lázarus”; “Festa veneziana na baía de Guanabara”; “Procissão marítima ou festa veneziana”; “Festa veneziana”; “Festa veneziana em honra ao Príncipe Regente”; “Romaria marítima diante do Hospital dos Lázarus”;

- Número de registro: 003180. Título atualmente adotado pelo Museu Histórico Nacional: “Revista militar no Largo do Paço”.



Outros títulos atribuídos à mesma obra, levantados em diversas publicações e/ou documentação usualmente consultadas: “Largo do Paço por ocasião de uma revista militar”; “Revista militar do largo do Paço”; “A revista militar no largo do Paço”; “Revista militar no largo do Paço, em honra ao príncipe D. João, a 13 de maio de 1808”; “Revista militar no largo do Carmo”.

- Número de registro: 021.009. Título atualmente adotado pelo Museu Histórico Nacional: “Lagoa do Boqueirão e aqueduto da Carioca”.



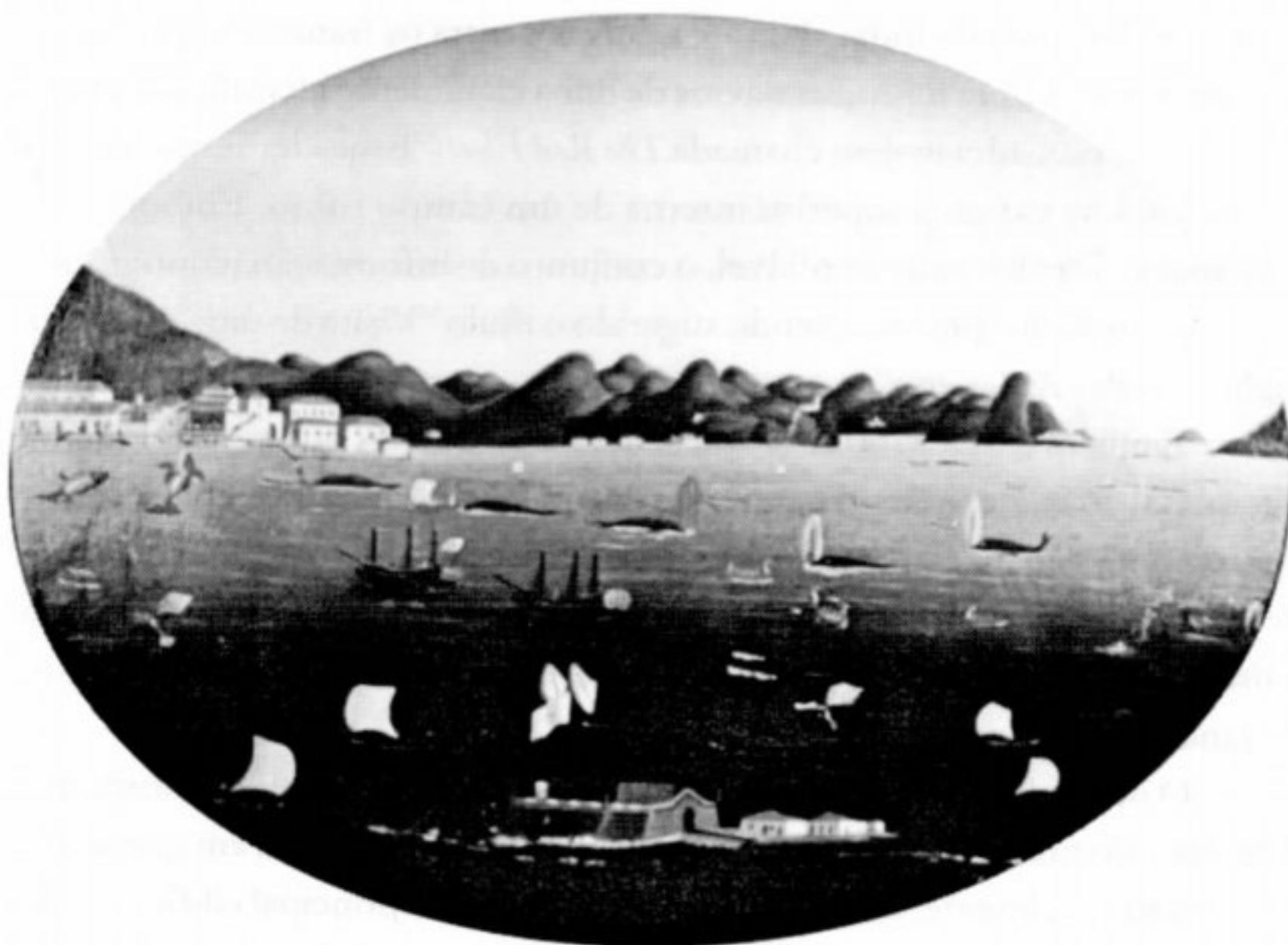
Outros títulos atribuídos à mesma obra, levantados em diversas publicações e/ou documentação usualmente consultadas: “Arcos da Carioca, Lapa do Desterro e Lagoa do Boqueirão”; “Lagoa do Boqueirão e aqueduto da Carioca”; “Vista da lagoa do Boqueirão e dos arcos da Carioca”; “Os arcos da Carioca e a Lapa em 1808”; “A Lapa do Desterro, os arcos da Carioca e a lagoa do Boqueirão”; “Os arcos da Carioca, vistos da Lapa, na época da colônia”; “Vista da lagoa do Boqueirão, aqueduto da Carioca e igrejas da Lapa e Santa Teresa”.

- Número de registro: 021010. Título atualmente adotado pelo Museu Histórico Nacional: “Igreja e praia da Glória”.



Outros títulos atribuídos à mesma obra, levantados em diversas publicações e/ou documentação usualmente consultadas: “Vista da igreja e praia da Glória”; “Vista da Glória”; “Vista da praia, morro e igreja da Glória”.

- Número de registro: 021011. Título atualmente adotado pelo Museu Histórico Nacional: “Pesca da baleia na baía da Guanabara.”



Outros títulos atribuídos à mesma obra, levantados em diversas publicações e/ou documentação usualmente consultadas: “Rio de Janeiro. Pesca da baleia”; “Pesca da baleia”; “A pesca da baleia na baía de Guanabara”; “A pesca da baleia na ilha da Guanabara”; “Pesca da baleia na bahia (sic) de Guanabara”.

Após estudos e debates internos, foi estabelecido que os títulos atualmente adotados pelo Museu Histórico Nacional são insatisfatórios e fazem perder informação baseada nos dados das obras. Para que a interpretação de tais dados gere informações mais precisas, novos títulos são sugeridos, sendo que estes títulos, oportunamente, devem passar a ser adotados em todas as referências a tais obras originadas na instituição.

Para o objeto 000568, os dados visuais representados são bastante claros. Certamente representa uma esquadra inglesa que aportava no Rio de Janeiro, em demanda da Índia, durante a guerra contra os franceses, que terminou em 1781. A obra reproduz navios de linha claramente identificados pelo pavilhão da esquadra inglesa chamada *The Red Fleet* (“Esquadra Vermelha”): o *Union Jack* na extrema superior interna de um campo rubro. Embora essa informação seja bastante confiável, o conjunto de informação iconográfica não permite maior precisão, sendo sugerido o título “Visita de uma esquadra inglesa ao Rio de Janeiro”.

Também o objeto 003179 apresenta dados visuais que permitem uma interpretação relativamente segura quanto ao local e logradouro representados, embora não precisa no que diz respeito à datação. Elementos representados nas embarcações indicam, claramente, uma festa religiosa, fato que embasa o título sugerido, “Procissão marítima diante do Hospital dos Lázaros, no Rio de Janeiro”.

O objeto 003180 traz representados alguns dados visuais que tornam a discussão do título atualmente atribuído interessante. Na época em que acontece, presumivelmente, a cena representada na obra, a principal edificação do logradouro não seria o Paço dos Vice-reis, mas a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao fundo. Ademais, “largo”, evento urbano de grande importância nas cidades do período, por articular diversos espaços, provendo passagem entre os mesmos não poderia estar ao lado de uma edificação, mas abrindo-se em frente à mesma. Estes motivos levam ao título sugerido de “Revista militar no largo do Carmo”.

O objeto 021009 representa uma interessante vista de um sítio tradicional da cidade do Rio de Janeiro, atualmente conhecido como Largo da Lapa. A região da Lagoa do Boqueirão foi aterrada durante as obras realizadas na

cidade no último quartel do século XVIII, pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos. O grande aqueduto destinado a canalizar as águas do Rio Carioca desembocava no largo situado diante do mosteiro de Santo Antônio, e era conhecido por “Arcos do Carioca”, em referência ao rio, motivo pelo qual o título mais adequado é “Lagoa do Boqueirão e aqueduto do Carioca”.

O objeto seguinte na série, de número 021010, traz uma outra questão interessante para a consideração conceitual da catalogação, da mesma ordem, embora inversa, da que está sendo discutida: a informação visual, quando suscita pouca dúvida, aumenta o grau de segurança observado em sua nomeação. Representando um sítio que ainda é claramente presente na vida da cidade, o oval “Igreja e praia da Glória” foi o que menor número de títulos teve encontrados, e com menor grau de imprecisão. O título sugerido mantém em primeiro plano a informação principal: “Igreja e praia da Glória”.

O último objeto da série dos “ovais de Leandro Joaquim”, de número 021011, também não suscita muitos problemas de interpretação dos dados visuais, mas tem uma questão de geração de informação: até a segunda metade do século XIX, a baía da Guanabara não aparecia, em mapas e outros documentos, sob a denominação “da Guanabara”, mas “do Rio de Janeiro”. Esta informação parece a mais adequada para constar do título sugerido para a obra: “Pesca da baleia na baía do Rio de Janeiro”.

Notas

1. FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890: Catálogo Analítico*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2000.
2. BRASIL, Museu Histórico Nacional. Relatório do Museu Histórico Nacional ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores para o ano de 1923. Rio de Janeiro, 1923. P. 4. Acervo da Seção de Apoio Administrativo (SEADAD)/Arquivo Institucional.
3. Ver BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Livro de Registro de Objetos Artísticos e Históricos*. Acervo da Divisão de Controle do Patrimônio (DICOP). A numeração dos objetos é aquela constante desses livros, que não está mais em uso pela área de registro do MHN.

4. FERREZ, Gilberto. *Op. cit.* P.103.
5. OLIVA, J. Menezes de. Os falsos painéis de Leandro Joaquim. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/MHN, v.1, 1940.
6. FERREZ, Gilberto. *Op. cit.* P.104.
7. Para maiores informações sobre os objetos ver BRASIL, Museu Histórico Nacional. *Catálogo geral Reserva Técnica*. Dossês números 000568, 003179, 003180, 021.009, 021010, 021011. Os objetos encontram-se atualmente integrados à exposição de longa duração intitulada "Memória do Estado Imperial", nas salas 5 e 6 do Museu.

Um documento sobre o monumento
revisitando um objeto clássico da coleção
do Museu Histórico Nacional

Inês Gouveia

Nota biográfica

Inês Gouveia é graduanda em História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Desde de 2002 está integrada, como auxiliar de pesquisa, à equipe do Centro de Referência Luso-Brasileira do Museu Histórico Nacional (CERLUB/MHN). Atuando principalmente em projetos executados pelo CERLUB, como o catálogo eletrônico *Expressões da Expansão do Mundo Luso-Atlântico no acervo do Museu Histórico Nacional*, também tem participado de pesquisas em torno do ensino de história.

Resumo

Um documento sobre o monumento

Revisitando um objeto clássico da coleção do
Museu Histórico Nacional

Inês Gouveia

O presente artigo discute a construção da memória, tomando por referência o Sabre de Honra do Barão da Vitória, um objeto tradicional da coleção do Museu Histórico Nacional. Nessa perspectiva, verifica como as impressões de caráter técnico, apuradas a partir do objeto, conferiram uma determinada imagem ao General José Joaquim Coelho, condecorado com o Sabre por sua atuação na Sabinada como militar das Forças Imperiais. A partir dos conceitos de documento e de monumento, analisa como a peça foi entendida principalmente em dois momentos: quando foi adquirida pelo Museu e atualmente, no contexto da exposição que integra.

PALAVRAS-CHAVE: memória, documento, monumento.

O Museu Histórico Nacional possui em suas coleções de relíquias militares um sabre de honra que pertenceu ao General José Joaquim Coelho, Barão da Vitória (...).¹

Muito tem sido escrito nos Anais do Museu Histórico Nacional sobre a mentalidade que vigorou nesta instituição nas suas primeiras décadas, especialmente quando Gustavo Barroso ainda era o seu diretor. Nair de Moraes Carvalho vivenciou este período como funcionária do Museu, foi coordenadora do curso de Museus em 1944, professora de Esculturas do curso em 1949, e em 1975 exerceu a chefia do departamento de Artes, dentre outras atividades. A forma como ela situa o Sabre de Honra do Barão da Vitória em seu artigo nos ajuda a compreender como os objetos eram entendidos enquanto acervo. Entretanto, o objetivo da presente argumentação não é fazer uma revisão do que foi escrito nos Anais de 1942, mas sim pontuar o atual lugar da peça no acervo do MHN, segundo a historiografia atual.

O lugar dos vestígios nos Museus e nos seus discursos

José Joaquim Coelho, Barão da Vitória, nasceu no dia 25 de setembro de 1797, na cidade de Lisboa. Ingressou na carreira militar no ano de 1814, quando tinha apenas 17 anos. Ao longo de sua vida, ocupou diversos cargos políticos e militares, tendo inclusive ajudado a pôr fim à Sabinada na Bahia, em 1838. O título de Barão da Vitória lhe foi dado no dia 14 de março de 1860 e não está diretamente atrelado à Sabinada, mas sim à sua dedicação ao Império. O Sabre de Honra é uma condecoração que lhe foi oferecida em lembrança da repressão à Sabinada, ainda que não sejam conhecidos documentos que comprovem isto, como declara Nair de Moraes².

A peça foi incorporada à coleção do Museu Histórico Nacional através de Antônio Vicente de Barros, um dos descendentes do General Joaquim Coelho. A compra foi feita no último mês do ano de 1939. Neste período, a

política de aquisição da instituição não era documentada, não sendo portanto, explícita. Mas, através do acervo da época, é possível perceber-se o gosto pela tradição, que era materializada em objetos que representavam vultos, pessoas ilustres e famílias tradicionais cuja história individual se confundia com a História do Brasil, por terem exercido importantes cargos políticos e/ou militares, principalmente³. O Sabre, a exemplo disso, é a expressão do poder do exército, que na visão de Gustavo Barroso é uma das mais importantes instituições de um país, sinônimo de tradição, sem dúvida⁴. O Museu era a Casa que por excelência deveria guardar a História Nacional, algo que a peça representava e memorava.

Não há registros precisos sobre o lugar em que o Sabre foi colocado no circuito da exposição permanente. O processo⁵ declara que a compta "(...) viria a enriquecer com um objeto de valor, as nossas coleções de armas". Segundo Pedro da Veiga Omellas - que publicou artigos sobre o Museu, reunidos em 1944 num volume intitulado "Relíquias da Pátria Brasileira"⁶ - armas diversas, como por exemplo sabres, compunham a Sala Arnaldo Guinle ou a Sala das Armas. Gustavo Barroso, discorrendo sobre a forma como se deveria organizar o acervo, comenta que "(...) não se deve pôr em contraste, salvo em casos excepcionais, objetos díspares e chocantes"⁷. É possível, então, supor a localização do Sabre do Barão da Vitória, que, ainda que não tenha sido exatamente na sala das "Armas", foi certamente colocado junto a outras armas, possivelmente outros sabres.

A localização da peça pode nos dizer muito sobre o seu significado no contexto do acervo do MHN. Considerando que esse objeto foi exposto junto a outras armas, de caráter diferente, frutos de diferentes momentos da História do Brasil, há que se perceber que o mesmo - bem como os outros objetos do acervo - não estava inserido num discurso que era orientado historicamente. Tais objetos estavam expostos para que os visitantes os contemplassem como provas legítimas dos fatos e feitos do passado, marcos gloriosos para esta nação que começava a ordenar os vestígios da sua História.

É importante considerar que, embora o Sabre seja uma arma, nunca foi usado para combater. Sua intenção fora - desde o momento da sua fabricação - conferir honra, condecorar o feito relativo à Sabinada. Portanto, antes mesmo de ser uma arma, o Sabre de Honra do Barão da Vitória é uma insígnia.

Condecorar é uma das formas de dar ênfase a um acontecimento que se pretende destacar. Durante o Império, este artifício foi utilizado com frequência, pois era um meio pouco burocrático e menos dispendioso de exaltar os feitos, especialmente em relação aos militares. Segundo Luiz Marques Poliano as condecorações são as “moedas de honra” e ele acrescenta que com elas “(...) se pagam e estimulam ações que o interesse do Estado quer multiplicadas em benefício da coletividade”²⁸.

Ao optar por um tipo de acervo, os museus constroem um certo discurso, orientado num sentido específico, e que tem como base seus vestígios preservados nos acervos, “provas” que o passado legou. Quando trazemos esta questão para nossa análise sobre o Museu Histórico Nacional, percebe-se que esta instituição tinha certa capacidade de reordenar a memória nacional. Através dos objetos que recolhia e, além disso, pela forma como a exposição era montada, o Museu contava uma história cheia de nomes imponentes - homens que seriam símbolos de patriotismo e tinham como palco o Estado Nacional.

Além da função de guardar e preservar objetos, os museus organizam suas exposições para que o público tenha acesso ao discurso construído com base nesses registros materiais. É estabelecido um canal de comunicação onde o receptor da mensagem é o indivíduo que visita tais espaços²⁹. O processo de comunicação em uma exposição museológica visa transmitir ao observador informações que são o conteúdo de um processo de aprendizagem. No caso da exposição do MHN e dos museus de história de um modo geral, essa proposta pedagógica buscava, por intermédio dos objetos, ensinar ao visitante a história do Brasil, com um forte apelo ao patriotismo. A contemplação das vitrines da exposição era um meio simples de efetuar esse processo. Para as elites, o Museu tinha ainda uma outra função: representá-las.

Uma questão de memória

A forma como um povo guarda sua memória e dela lança mão foi se transformando ao longo dos séculos. Segundo Jacques Le Goff, os marcos que proporcionam a observação destes diferentes momentos são, grosso modo: transmissão oral (quando o mítico ainda impregnava o pensamento); o surgimento da escrita e mais tarde a laicização da escrita (e da memória); e o

advento da imprensa que “(...) revoluciona, embora lentamente, a memória ocidental”¹⁰. Apesar de serem estágios diferentes, todos trazem em si uma mesma característica: a memória como forma de identidade coletiva, servindo para agregar. Agregar a família, grupos, comunidades, enfim, pessoas diferentes em lugares diferentes, que se identificam porque se reconhecem, através do passado lembrado, fruto de uma mesma história.

Pierre Nora¹¹ explica que se o passado se desse a conhecer livremente, se a memória existisse como algo que independe de um agente, não seria necessário construir os lugares de memória. Entretanto, se a espontaneidade já não é a face mais recorrente, devemos considerar que, assim como a história, a memória sofre a intervenção direta de agentes específicos. No entanto, quando guardar o passado é um processo intencional e essa intencionalidade atende interesses de um número restrito de pessoas, ocorre necessariamente uma seletividade. Embora seja um importante fator de coesão, a memória, enquanto uma construção, não é nada democrática. Ao contrário, é muito mais um agente de manipulação, que impele grupos distintos – com heranças diferentes dos mesmos processos históricos - para uma mesma História, agregadora a princípio, mas certamente excludente.

O Sabre de Honra do Barão da Vitória

O Sabre de Honra foi o assunto do artigo “O Barão da Vitória no Museu Histórico”, publicado no terceiro volume dos Anais do Museu Histórico Nacional em 1942. Nair de Moraes Carvalho descreve a peça ao longo do seu artigo:

Verdadeira obra de arte, com cabo e guarnições de prata dourada e cinzelada a mão, foi feita na Inglaterra. Mede da ponta à maçã do punho um metro e dois centímetros. Sabre reto com a cota terminando a 23 centímetros da ponta. Lâmina com ramagens damasquinadas, cujo ouro a ferrugem fez quase inteiramente desaparecer. Guarda em cruz, rematando em volutas de folhagem e com uma orelha voltada para baixo em forma de escudo ibérico, com os cantos do chefe chanfrados, na qual se insculpe um medalhão: o feixe litórico em pala

sôbre um arco em santor, entre duas cornucópias voltadas para cima e carregadas de frutos, ramos e flores, tudo circulado pela legenda – RESTAURAÇÃO DA BAHIA, MARÇO, 1838. (...)

A bainha, medindo 89 centímetros, é de madeira forrada de veludo com guarnições de prata dourada. O veludo acha-se bastante estragado. As guarnições são: bocal, refôrço e ponteira com ramagens e volutas cinzeladas em alto relêvo, em puro estilo barroco. As argolas para prender ao talim são fixas e representam volutas com folhagem rematadas em pequenos leões deitados.¹²

Os detalhes da descrição da autora impressionam. A ressaltada peculiaridade da peça a todo instante confirma o que o artigo pretende: mostrar que a condecoração é uma relíquia de valor incontestável, que nos remete a um objeto majestoso, de valor inigualável, um valor que deve ser conhecido e reconhecido. Nair de Moraes confere autenticidade à peça através dos seus próprios detalhes, especialmente pela inscrição que se remete à Sabinada. Não é apenas mais um sabre, é o Sabre de Honra do Barão da Vitória, um vulto do Império.

O que se pode observar relativamente ao período da compra, à localização no contexto do acervo do MHN e sobretudo através do artigo de Nair de Moraes Carvalho, é que o objeto foi predominantemente entendido como uma prova incontestável do passado. Um passado que não é submetido a indagações, mas que, através dos seus vestígios oficiais, intenciona contar - sem a intromissão do investigador - sua história oficial. É remontado o quadro de poder estabelecido e potencializado no contexto em que o



Sabre de honra do barão da Vitória (detalhe). Acervo Museu Histórico Nacional.

Sabre de Honra foi dado ao General José Joaquim Coelho, sem que questões sobre a Sabinada, por exemplo, sejam discutidas. Não há intenção de se investigar além do objeto.

Carlo Ginzburg trata dessa temática – da investigação minuciosa que se estabelece junto ao objeto – designando esse método de paradigma indiciário¹³. Este autor mostra como a prática de procurar indícios no próprio objeto para caracterizá-lo tornou-se comum a partir do fim do século XIX, tendo sido inicialmente utilizada pelo pintor italiano Morelli, que, para investigar as pinturas, procurava não só as semelhanças dos traços, mas também as diferenças dos detalhes como o nariz e o contorno da orelha, por exemplo. A argumentação de Ginzburg incide justamente no período que tratamos e se relaciona muito bem com a prática dos conservadores do Museu Histórico Nacional. Nair de Moraes Carvalho, como os outros conservadores de sua época, examinava todos os detalhes da peça, tendo sido, bem como os demais, capacitada para isso ao longo do Curso de Museus. Os conservadores são a expressão do paradigma indiciário, pois procuram nos objetos pistas que assegurem a sua autenticidade.¹⁴

Uma questão historiográfica

Jacques Le Goff, em “Documento/Monumento”¹⁵, analisa as modificações que ocorreram ao longo da história no que se refere ao tratamento dado ao vestígio histórico e, mais especificamente, ao documento. A intencionalidade do material que o pesquisador utiliza como fonte sempre foi algo que alavancou as discussões. Serviria como fonte um vestígio histórico deixado intencionalmente? Ou ainda: serviria como documento um objeto do uso cotidiano? E até que ponto o observador/pesquisador poderia utilizar de seu juízo crítico para lidar com a fonte?

Desde a Antigüidade, a palavra “monumento” esteve atrelada à finalidade explícita de memória. Era uma construção intencional, e, na maior parte dos casos, também tridimensional. Quanto ao “documento”, Le Goff argumenta que, segundo a escola positivista do século XIX e início do século XX, era o “fundamento do facto histórico”, “parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica”¹⁶ e figurava estritamente como testemunho escrito. O documento era a prova inquestionável do passado e o pesquisador não pode-

ria se valer de suas prerrogativas, não poderia extrair dele o que não fosse explícito. O documento devia falar por si e não através da intromissão do investigador. Acreditava-se, assim, estar-se extraíndo uma verdade não comprometida sobre a história.

A partir de 1929, através da Escola dos *Annales*, o documento ganha um sentido mais abrangente. Já não é mais somente a prova escrita. Todo e qualquer vestígio histórico começa a ser tratado como documento, pois por mais rico em fontes escritas que fosse um processo histórico, percebeu-se ser necessário considerar as diversas marcas da presença dos homens que o vivenciaram. Esta modificação no trato do documento é acompanhada por uma mudança mais geral na própria História. A pretensão agora não é mais a apreensão do passado como algo possível de ser reconstruído com total verdade e objetividade. A problemática está voltada para uma *História Total*, que abarque as mais variadas versões dos mesmos acontecimentos. Uma História que além do econômico e político também se interessa pelo cultural, diminuindo o enfoque nos grandes feitos e dos grandes heróis como no positivismo.

A própria concepção de que qualquer vestígio pode ser um documento deu margem para a posterior constatação de que toda fonte deve ser submetida a um juízo. De forma diferente do que antes se observava, a autenticidade dos vestígios era sujeita à análise, mas não para se consagrar, monumentalizar. Percebia-se que documentos falsos também testemunhavam. Se alguém se deu o trabalho de registrar algo, mesmo forjando informações, há de ser também esse o problema do pesquisador.

A evolução da ciência foi uma das condições que possibilitou as transformações ocorridas no campo da pesquisa histórica. As novas técnicas que surgiram permitiram (e permitem cada vez mais) que uma fonte, tridimensional ou não, seja datada, por exemplo, e que dela se extraíam diversas outras informações que possam ser “lidas”. Além disso, a informática trouxe um avanço singular sob o aspecto quantitativo. O documento, enquanto um dado, já não basta para o pesquisador, a análise deve ser feita considerando outros dados, outros documentos. Seu valor é relativo e podem-se obter informações a partir de uma série de documentos.

Situando o Museu Histórico Nacional no período da aquisição do Sabre de Honra, nesta discussão historiográfica, percebe-se que a história contada neste contexto era sem dúvida a dos mitos, como o General José Joaquim Coelho. O monumento ainda o era por excelência. Mais ainda: não se indagava o período histórico. No artigo, Nair de Moraes explicita não estar interessada em discutir a Sabinada, contexto do qual o Sabre é fruto, mas se limita ao objeto sem grandes questões, somente o objeto. Também não eram consideradas as características do acervo do MHN, ou até mesmo a importância “real” da peça. A autenticidade é a característica que importa e é por isso que o artigo a enfatiza. Apenas se concorda com o que já havia sido estabelecido na história oficial.

Considerações finais

Através da leitura sobre a Sabinada¹⁷, observa-se que o General José Joaquim Coelho - que na ocasião era Tenente-Coronel e só a partir de então foi promovido a Brigadeiro - não foi uma figura exponencial para o fim da Revolta. Seu nome é citado sim, mas junto ao de outros militares que participaram em condição semelhante. Atualmente, o nome “Barão da Vitória” figura em praças e ruas e, especialmente no caso destas últimas, onde não há legenda explicando quem foi este homem, quais foram os seus feitos e tampouco é mencionado o Sabre de Honra, muito provavelmente os que ali transitam desconhecem sua relevância histórica. Isso nos dá a possibilidade de pensar que o mito General José Joaquim Coelho foi uma construção do Museu Histórico Nacional, especialmente sustentada no artigo “O Barão da Vitória no Museu Histórico”. Ao Barão da Vitória foi atribuída toda importância que o Sabre lhe conferia. Afinal, uma insígnia tão nobre não poderia ter pertencido a qualquer General, ou poderia?

A mudança no olhar museológico e histórico proporcionou, em outubro de 1988, a montagem de uma exposição temporária chamada “Armas Que Não Vão à Guerra”¹⁸. A coleção de armas do MHN foi reunida segundo um outro enfoque. Apontou-se para a importância desses objetos em cada sociedade, em cada período representado e a evolução das técnicas utilizadas para a fabricação das armas. A argumentação mais importante era a transformação na finalidade destas armas. Inicialmente era a caça e o lazer, o combate, e, progressivamente, com a perda total de suas características

iniciais, a arma passou a ser vista como um adereço que confere prestígio, símbolo de poder, de ostentação. O Sabre de Honra do Barão da Vitória foi um dos objetos que integrou esta exposição.

A organização do acervo do Museu apresenta hoje um outro discurso, historicamente orientado segundo outra vertente investigativa. As salas não estão voltadas para os objetos em si e não dão ênfase a personagens. Objetos que representam personagens anônimos da história¹⁹ dividem espaço com tronos, armas, quadros e sabres, enfim, com outros objetos que antes predominavam. É possível entender o passado segundo diversos ângulos, o do poder do Estado, ou das revoltas, por exemplo. O Sabre de Honra do Barão da Vitória está em exposição numa parte do circuito permanente intitulada "Expansão, Ordem e Defesa", que ilustra bem este último caso, onde episódios do passado da nação são apresentados através de conflitos como a Sabinada, a Farrroupilha ou Guerra do Paraguai. Observando a legenda da peça se percebe que o destaque não é mais o General José Joaquim Coelho, mas sim a Sabinada:

Em aço, latão e veludo (séc. XIX). Pertenceu a José Joaquim Coelho (1797/1860), Barão da Vitória, que participou da repressão à Revolta da Sabinada (1837/1838). Este levante urbano, expressava o descontentamento da população de Salvador e não contou com o apoio dos proprietários de terra e dos escravos do Recôncavo baiano.²⁰

Conforme se observa, mesmo sendo um produto intencional de um dado recorte da sociedade brasileira, todo acervo, e especificamente o Sabre de Honra, pode ser um documento para o pesquisador apto a submetê-lo a uma análise crítica. Se assim não fosse, os museus serviriam apenas para contemplação.

Notas

1. CARVALHO, Nair de Moraes. "O Barão da Vitória no Museu Histórico." *Anais do Museu Histórico Nacional* (Vol. 3, 1942), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942 P. 227.
2. CARVALHO, Nair de Moraes. *Op. cit.* P. 238.

3. BITTENCOURT, José Neves; FERNANDES, Iza Silva P.; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. "Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional." *Anais do Museu Histórico Nacional* (Vol. 17, 1995), Rio de Janeiro, 1995.
4. BARROSO, Gustavo. "Esquemática da História Militar do Brasil." *Anais do Museu Histórico Nacional* (Vol. 3, 1942), Rio de Janeiro, 1942.
5. BRASIL, Museu Histórico Nacional. Processo nº 3/39, documento nº 27 da Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional.
6. ORNELLAS, Pedro da Veiga. *Relíquias da Pátria Brasileira*. Rio de Janeiro: Papelaria Alexandra Ribeiro, 1944.
7. BARROSO, Gustavo. *Introdução a técnica de museus* (Vol. 1), Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946 (2 Vols).
8. POLLANO, Luis Marques. *Ordens honoríficas do Brasil* História, organização, padrão, legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. P. 4.
9. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. "O processo de comunicação em museus." *Cadernos Museológicos* (Vol. 1, set. 1989), Rio de Janeiro: SPHAN/Pró Memória, 2ª edição, 1989.
10. LE GOFF, Jacques. "Memória." In: RUGGIERO, Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 1 - Memória/História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. P. 33.
11. NORA, Pierre. "Entre história e memória: a problemática dos lugares." *Projeto História* (Vol. 10, , dez. 1993). São Paulo: PUC São Paulo, 1983. P. 7-28.
12. CARVALHO, Nair de Moraes. *Op. cit.* P. 227-228.
13. GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário." In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
14. Ver BITTENCOURT, José Neves. "Cada coisa em seu lugar – Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história." Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1992. Monografia não publicada.
15. LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento." In: RUGGIERO, Romano (dir.). *Enciclopédia Einaudi... Op. cit.*
16. idem. P. 95.
17. BRASIL, Ministério da Defesa, *O Exército na História do Brasil: Reino Unido e Império*, (Vol. 2, 1998). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Salvador: Odebrecht, 1998.
18. BRASIL, Museu Histórico Nacional, Catálogo da Exposição *Armas que não vão à Guerra* Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1988.
19. Na mesma exposição, "Expansão, ordem e defesa," há objetos que pertenceram ao Movimento Sem-Terra (MST). Além de dar destaque ao movimento em si, a vitrine dá margem para pensarmos sobre os indivíduos comuns que dele fazem parte.
20. Legenda do Sabre de Honra do Barão da Vitória na exposição permanente "Expansão, ordem e defesa", Museu Histórico Nacional.

**O Rio de Machado de Assis na pintura
do Museu Histórico Nacional**

Uma visita guiada

Jorge Cordeiro de Melo

Nota biográfica

Jorge Cordeiro de Melo graduou-se em Museologia pela Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1982. Desde então, tem trabalhado na Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional, que ajudou a implantar e atualmente coordena. É também interessado na história e nos aspectos pitorescos da cidade do Rio de Janeiro.

Resumo

O Rio de Machado de Assis na pintura do Museu Histórico Nacional

Uma visita guiada

Jorge Cordeiro de Melo

Este trabalho objetiva, a partir de um extenso levantamento da geografia urbana do Rio de Janeiro na obra de Machado de Assis, identificar a presença de marcos urbanos e paisagísticos, conforme representados na coleção de pintura do Museu Histórico Nacional. Como muitas dessas obras têm no Rio de Janeiro seu tema, a pesquisa buscou reconstituir aspectos da cidade a partir da obra machadiana e encontrá-los no trabalho desses pintores. Foram assim criadas condições para uma breve “visita guiada” pelos logradouros da cidade ao longo da segunda metade do século XIX. Essa pesquisa serve como base conceitual para uma futura exposição sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis, Rio de Janeiro, século XIX, Santa Teresa, Paqueta, Corcovado, Rua D. Manuel, Rua da Misericórdia, Largo do Depósito, Ladeira do Valongo.

... Sou puro carioca.

Machado de Assis, 1893

Joaquim Maria Machado de Assis é um escritor do Rio de Janeiro – sua obra, aqui e ali, remete-se, refere-se ou reflete a vida carioca no século XIX. Em seus romances e contos, e também em seu teatro e em sua crônica, há referências explícitas sobre logradouros e bairros da cidade, que conhecia muito bem.

É meu costume, quando não tenho nada que fazer em casa, ir por esse mundo de Cristo, se assim se pode chamar a cidade de São Sebastião, matar o tempo. Não conheço melhor ofício, mormente se a gente se mete por bairros excêntricos; um homem, uma tabuleta, qualquer coisa basta a entreter o espírito, e a gente volta para casa “lesta e aguda”, como se dizia em não sei que comédia antiga. (*Bons Dias*, 21 de janeiro de 1889)¹.

Em alguns casos, a simplicidade dessas referências e a falta de descrição detalhadamente “realista” podem fazê-las passar despercebidas. No seu ensaio “Machado de Assis e o Rio de Janeiro”, Brito Broca esclarece: “Machado de Assis sugere um Rio de Janeiro real, verdadeiro, quer na paisagem urbana, quer na paisagem social. Não se ocupa em descrever o movimento de uma rua – isto seria a tarefa para os realistas à Zola – mas quando um dos seus personagens sai de casa procura indicar sempre que ruas ele percorre e onde se dão determinados fatos”.

E assim é. Vejamos alguns desses trajetos, pinçados aqui e ali em sua obra:

Gonçalves foi por ali fora, rua da Ajuda, rua dos Ourives, até à rua do Ouvidor. Depois lembrou-se que a casa do correspondente, na rua do Hospício, ficava entre as da Uruguaiana e dos Andradas; subiu, pois, a do Ouvidor para ir tomar a primeira destas. (“Vinte anos! Vinte anos!” In: *Relíquias da casa velha*).

A notícia foi referida por ele na Rua do Ouvidor, esquina da rua Direita [hoje, Primeiro de Março]. Daí a dez minutos chegara à rua da Quitanda. Tão depressa correu que um quarto de hora depois era assunto de conversa na esquina da rua dos Ourives. Uma hora bastou

para percorrer toda a extensão da nossa principal via pública. Dali espalhou-se em toda a cidade. (*Ressurreição*. Cap.18).

Ainda o apanhei na Rua dos Ciganos. Ia devagar, com a bengala debaixo do braço, e as mãos ora atrás, ora nas algibeiras das calças. Atravessou o Campo da Aclamação, enfiou pela Rua de São Pedro e meteu-se pelo Aterro acima. Eu, no Campo, quis voltar... ("Um erradio." In: *Páginas recolhidas*).

Lá ia ele agora, pela rua de Bragança, Prainha e Saúde, até ao princípio da Gamboa, onde mora Genoveva. ("Noite de almirante." In: *Histórias sem data*).

Machado praticamente nunca saiu da cidade do Rio de Janeiro: nascido no Morro do Livramento em junho de 1839, morou no Centro e depois no número 04 da Rua das Laranjeiras, até que em 1883 mudou-se para o casarão alugado da Rua do Cosme Velho, 18, onde viveu até sua morte, em 1908.

Suas saídas da cidade foram sempre breves e para lugares muito próximos, como Petrópolis. Somente em 1879 ausentou-se por um período mais longo, de três meses, quando foi para Nova Friburgo, em tratamento de saúde. Toda a sua obra passa-se na Corte durante o Segundo Reinado (1840-1889), num cenário em que predominavam as ruas estreitas e mal calçadas, as vielas insalubres e a arborização extremamente precária, em grande parte devido a um decreto do século XVII, que autorizou a derrubada de boa parte do arvoredo local, o que provocou um aumento considerável da temperatura. A arborização das ruas do Rio só começou em 1860, pelas mãos do arquiteto Glaziou, também responsável pela reforma do Passeio em 1861, pelo projeto do Campo de Santana e pela transformação do Jardim Botânico num grande parque, em 1871².

Era esta, portanto, a cidade a que se referiam os brasileiros como "a Corte".

Antes de 15 de novembro dizia-se Corte, não sendo verdadeiramente corte, senão o paço do imperador e o respectivo pessoal; mas tinha o seu nome de Rio de Janeiro, que não é bonito nem exato. Guanabara, Carioca, só eram usados em poesia. Niterói, que tanto podia caber a

esta como à cidade fronteira, foi distribuído à outra, que não largou nem larga mais, apesar da antonomásia familiar de Praia Grande. (*A Semana*, 24 de julho de 1892).

Na verdade, a cidade tinha mais a agradecer à natureza que aos homens. Machado a amava e este amor fica ainda mais explícito nesta nota de seu poema histórico “O Almada”, publicada postumamente:

Mais de uma vez tenho lido e ouvido que a cidade do Rio de Janeiro nada tem de airosa e garbosa (...). Não me oponho a esse juízo; mas eu não conheço as belas cidades estrangeiras, e depois, falo da minha terra natal, e a terra natal, por mais que seja uma aldeia, é sempre o paraíso do mundo. Em compensação do que não lhe deram ainda os homens, possuí ela o muito que lhe deu a natureza, a sua magnífica baía, as montanhas e colinas que a cercam, e o seu céu de esplêndido azul.³

Os prédios da cidade não mereceram de Machado nenhum destaque especial, nem mesmo pelo seu significado histórico ou arquitetônico.

Há anos chegou aqui um viajante, que se relacionou comigo. Uma noite falamos da cidade e sua história; ele mostrou desejo de conhecer alguma velha construção. Citei-lhe várias: entre elas a igreja do Castelo e seus altares. Ajustamos que no dia seguinte iria buscá-lo para subir o morro do Castelo. Era uma bela manhã, não sei se de inverno ou primavera. Subimos, eu, para dispor-lhe o espírito, ia-lhe pintando o tempo em por aquela mesma ladeira passavam os padres jesuítas, a cidade pequena, os costumes toscos, a devoção grande e sincera. Chegamos ao alto, a igreja estava aberta e entramos. Sei que não são ruínas de Atenas: mas cada um mostra o que possui. O viajante entrou, deu uma volta, saiu e foi postar-se junto à muralha, fitando o mar, o céu e as montanhas, e ao cabo de cinco minutos; “Que natureza que vocês têm!”. (*A Semana*, 20 de agosto de 1893).

O escritor tinha, no entanto, uma consciência clara da mentalidade então vigente de ir derrubando casas sem nenhum critério urbanístico e sem direito de apelação, tal como, de certa forma, ainda se observa em nossos dias.

A nova Assembléia local acabará provavelmente com a mania de condenar casas à demolição. Só no mês passado foram condenadas mais de

quarenta. Ora, eu pergunto se o direito de propriedade acabou. Eu, dono de duas daquelas casas, a quem recorrerei? Para tudo há limite, defesa, explicação. (*A Semana*, 05 de junho de 1892).

As imitações clássicas, as apelativas características francesas nos trópicos, o oficial e o pomposo sempre causaram repulsa ao escritor. Nesse sentido, é antológica sua apreciação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado, objeto de inúmeras citações em sua obra.

Quem não conhece esse templo grego, imitado da Madalena, com uma torre no meio, imitando coisa nenhuma? A impressão que se tem diante daquele singular conúbio, não é cristã nem pagã: faz lembrar, como na comédia, o casamento do grão-turco com a República de Veneza. (*A Semana*, 06 de novembro de 1892).

Não se pode ter uma idéia muito clara da população da cidade na época machadiana. Os dados referentes ao recenseamento realizado durante o Segundo Reinado no Rio de Janeiro são muito pouco precisos. Em 1850, de acordo com Morales de los Rios, a população totalizava 170 mil habitantes, sendo 110 mil escravos. Em 1860, portanto após uma década apenas, quando Machado era ainda um jovem de 21 anos, o Rio tinha 200 mil habitantes, dos quais dois terços moravam no Centro, como informa Vivaldo Coaracy. Naquele ano, a cidade tinha um total de 284 ruas, 42 travessas, 47 praças, 30 praias e 27 morros habitados.⁴ Uma cidade naturalmente muito pequena para ser chamada de metrópole, mesmo para os padrões internacionais da época. No entanto, com o passar dos anos, foi-se transformando e modernizando, sobretudo a partir das modificações urbanísticas e arquitetônicas do prefeito Pereira Passos, já no início do século XX. Nesta época, a intervenção mais profunda realizada no centro foi a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, que veio eliminar um grande número de pequenas ruas e fez desaparecer muitas edificações antigas. Iniciada em 1904, realizou-se essa reforma justamente durante os últimos anos de vida do escritor.

O nosso Rio mudou muito, até de costumes. Aquele cajuí que nós tomávamos numa casa da rua do Ouvidor agora provavelmente toma-se na rua, plena calçada, entre as pessoas que passam de um lado para outro. Há mais senhoras a passeio. Há um curso em Botafogo, às quar-

tas-feiras. (*Carta a Magalhães de Azevedo*, 1º de agosto de 1908).

O Rio de Janeiro do Segundo Reinado e da Velha República sofreu repetidas vezes as conseqüências da ideologia daquilo que Alexandre Herculano chamou, referindo-se à cidade de Lisboa, de *mentalidade do botu-abai-xo*, o que tornou praticamente impossível um contato mais realista com o passado. Felizmente, ainda podemos fazer uma idéia das características urbanas daquela época, através não somente das páginas brilhantes de Machado de Assis, mas também das telas de um grande número de pintores nacionais e estrangeiros, seus contemporâneos ou não, que souberam captar com rara sensibilidade aspectos relevantes desta cidade, símbolo permanente da nacionalidade brasileira.

Machado de Assis no acervo do Museu Histórico Nacional: aproximações para uma visita guiada

O acervo de pinturas do Museu Histórico Nacional reúne obras de vários artistas importantes no desenvolvimento da história de nossa pintura, e muitas dessas obras têm como tema principal a cidade do Rio de Janeiro. Reconstituir aspectos do Rio a partir de Machado, bem como reconstituir o Rio de Machado a partir desses pintores, é a idéia básica dessa superficial “visita guiada”, para a qual convidamos o leitor. Começaremos pelo Morro do Castelo, onde Mem de Sá lançou as bases definitivas da cidade, que seu sobrinho Estácio de Sá fundara em 1565, entre os morros do Pão de Açúcar e de São João, na época chamado de Cara de Cão. Depois percorrermos algumas ruas, largos e ladeiras, subiremos a Santa Teresa, de lá faremos uma breve visita à Ilha de Paquetá, de onde logo voltaremos para encerrar nosso passeio em um dos pontos mais emblemáticos da cidade: o Morro do Corcovado.

Morro do Castelo

Escolhi um sítio que parecia mais conveniente, para edificar nele a cidade de São Sebastião, o qual sítio era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores grossas em que se levou assaz de trabalho em as cortar e a limpar o dito sítio e edificar uma cidade grande, cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz a igreja dos padres de Jesus, onde agora residem, telhada e bem concer-

tada, fiz a casa da câmara sobradada, telhada e grande, a cadeia, as casas dos armazéns e para a fazenda de sua alteza sobradadas e telhadas e com varandas, dei ordem e favor com que fizessem outras muitas casas, telhadas e sobradadas (...).⁵

Em 1567, Mem de Sá escolheu o Morro do Castelo para construir a cidade do Rio de Janeiro. Era uma localização estrategicamente privilegiada por se situar bem em frente à Ilha de Villegagnon, onde os franceses tentaram levar avante o projeto de fundar no Rio de Janeiro a França Antártica.

O morro, que existiu até 1920, tinha cerca de 60 metros de altura e 184 mil metros quadrados de extensão, ocupados pelo forte do Castelo, casas, cadeia e igrejas, como a Sé Velha, que abrigou os capuchinhos desde 1842. Ocupava a região delimitada hoje pelas ruas São José, Santa Luzia, México e Largo da Misericórdia e era cercado por uma muralha.

Sua destruição durou dois anos. Foi feita com explosivos e jatos d'água, pela prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Carlos Sampaio. Entre os motivos alegados para a obra, iniciada em 1920, utilizaram-se argumentos de higienistas, segundo os quais o morro impedia a ventilação da cidade, favorecendo a proliferação de doenças. Até hoje, não se conhece nenhum estudo que comprove tal hipótese.

Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá por os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira (...) (*Esau e Jacó. Cap.1*).

Durante o período colonial, havia no alto do morro a Igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal. A população acreditava que os religiosos haviam enterrado ali suas vastíssimas riquezas. Esta lenda durou até o desmonte e, sob os 66 mil metros cúbicos de terra e escombros em que se transformou o primeiro local da cidade a ser povoado, seus pobres moradores procuraram

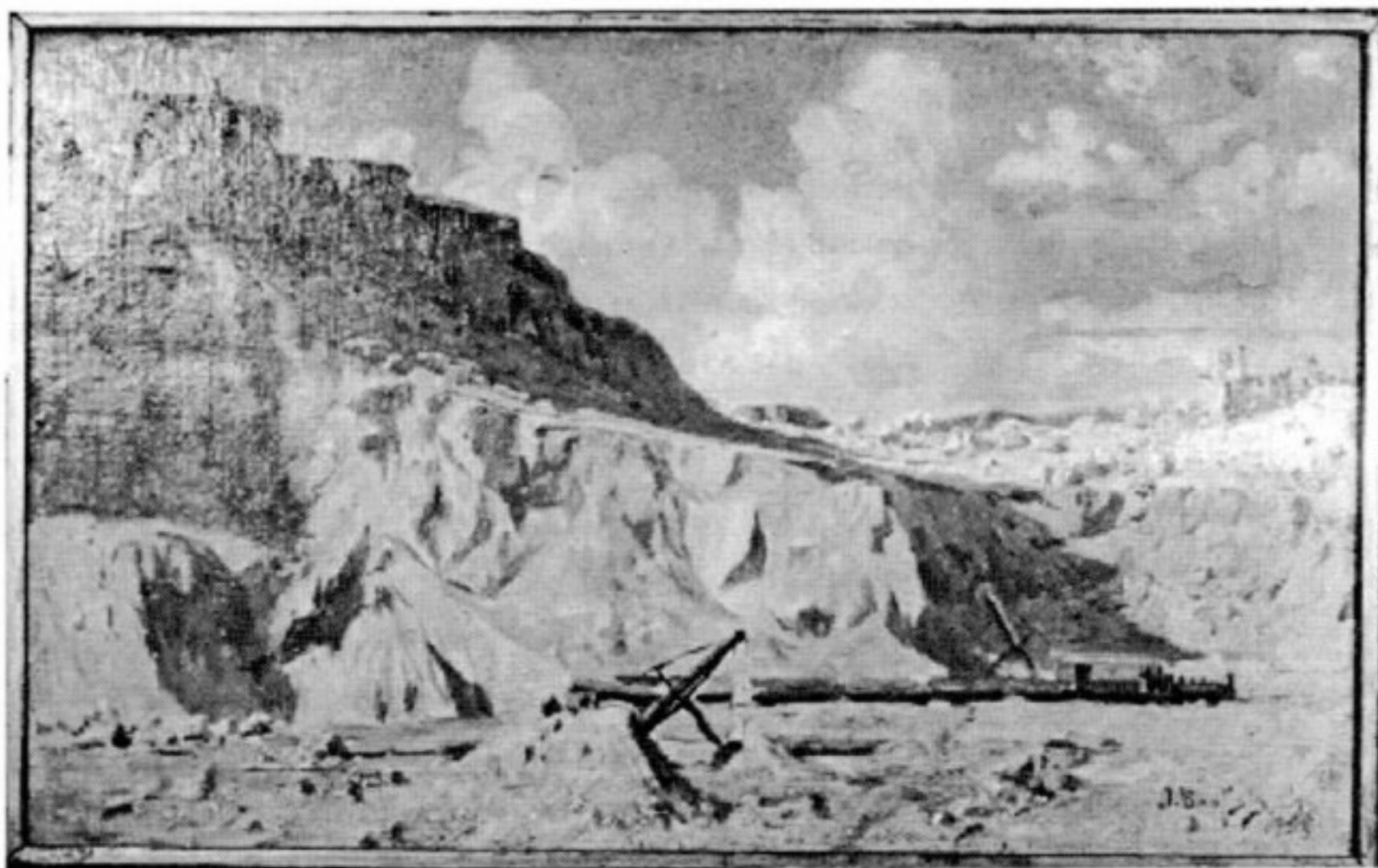
tenazmente o suposto tesouro, encontrando apenas pedaços da história da fundação do Rio de Janeiro.

Há pessoas para quem não é certo que haja uma África, que Napoleão tenha existido, que Maomé II esteja morto, pessoas incrédulas, mas absolutamente convencidas de que há no morro do Castelo um tesouro dos contos arábicos. (História de 15 dias, 1º de janeiro de 1877. In: *Crônicas*).

Um dia, por exemplo, acordou com o plano de arrasar o morro do Castelo, a troco das riquezas que os jesuítas ali deixaram, segundo o povo crê. Calculou-as logo em mil contos, inventariou-as com muito cuidado, separou o que era moeda, mil contos, do que eram obras de arte e pedraria; descreveu minuciosamente os objetos, deu-me dois tocheiros de ouro... (O anel de Polícrates. In: *Papéis avulsos*).

Do tesouro real, sabe-se o destino de alguma coisa: os restos mortais de Estácio de Sá foram para a Igreja dos Capuchinhos, na Tijuca; o marco da fundação da cidade – bloco de pedra mármore com brasão do Reino de Portugal – que estava na catedral, foi também para a Igreja dos Capuchinhos, na Rua Haddock Lobo; altares e púlpitos da Igreja de São Sebastião, primeira catedral da cidade, estão na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso, no Largo da Misericórdia; a Igreja de Santo Inácio (Igreja do Bom Jesus dos Perdões) e o Colégio dos Jesuítas formam parcialmente o atual Colégio Santo Inácio, na Rua São Clemente; a Câmara e cadeia chegaram a ocupar a área onde hoje está o Palácio Tiradentes; o Hospital Militar é atualmente o Hospital Central do Exército, em Triagem; o Hospital São Zacarias está na Ladeira do Leme; o Observatório Astronômico formou o Museu de Astronomia, em São Cristóvão; a Faculdade de Medicina foi para a Praia Vermelha e depois, para a cidade universitária, na Ilha do Fundão; o Seminário São Joaquim transformou-se no Seminário São José, na Estrada do Sumaré.

O Morro do Castelo também já foi chamado Monte do Descanso, da Sé, do Alto de São Sebastião, São Januário, Baluarte da Sé, Conselho, Colégio e Sé Velha. E, conforme constata Machado, sarcasticamente, numa crônica de 1862, “desde que o Brasil é Brasil fala-se em desmoronar a montanha do Castelo”.



BATISTA DA COSTA, João

*Reminiscência do Morro do Castelo*¹, 1923

Óleo s/ tela, 56,6 x 79,7cm.

Forte do Morro do Castelo

Ao transferir a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro do Morro Cara de Cão para um morro mais ao interior da Guanabara, Mem de Sá inicia por construir um forte semelhante a um castelo ibérico. Essa primeira fortificação passou a chamar-se Castelo de São Sebastião, nome que se estendeu por todo o morro. Ao longo de sua existência, a fortificação passou por muitas reformas, ampliações e, principalmente, aumento de capacidade bélica. Em 1718, segundo Gilberto Ferrez, possuía 24 canhões, colocando-se mais próxima das grandes fortalezas da cidade como a de Santa Cruz, esta com 53 canhões, a de São João, com 43, a da Conceição, artilhada com 36 peças, e a da Ilha das Cobras, que montava 26 canhões.



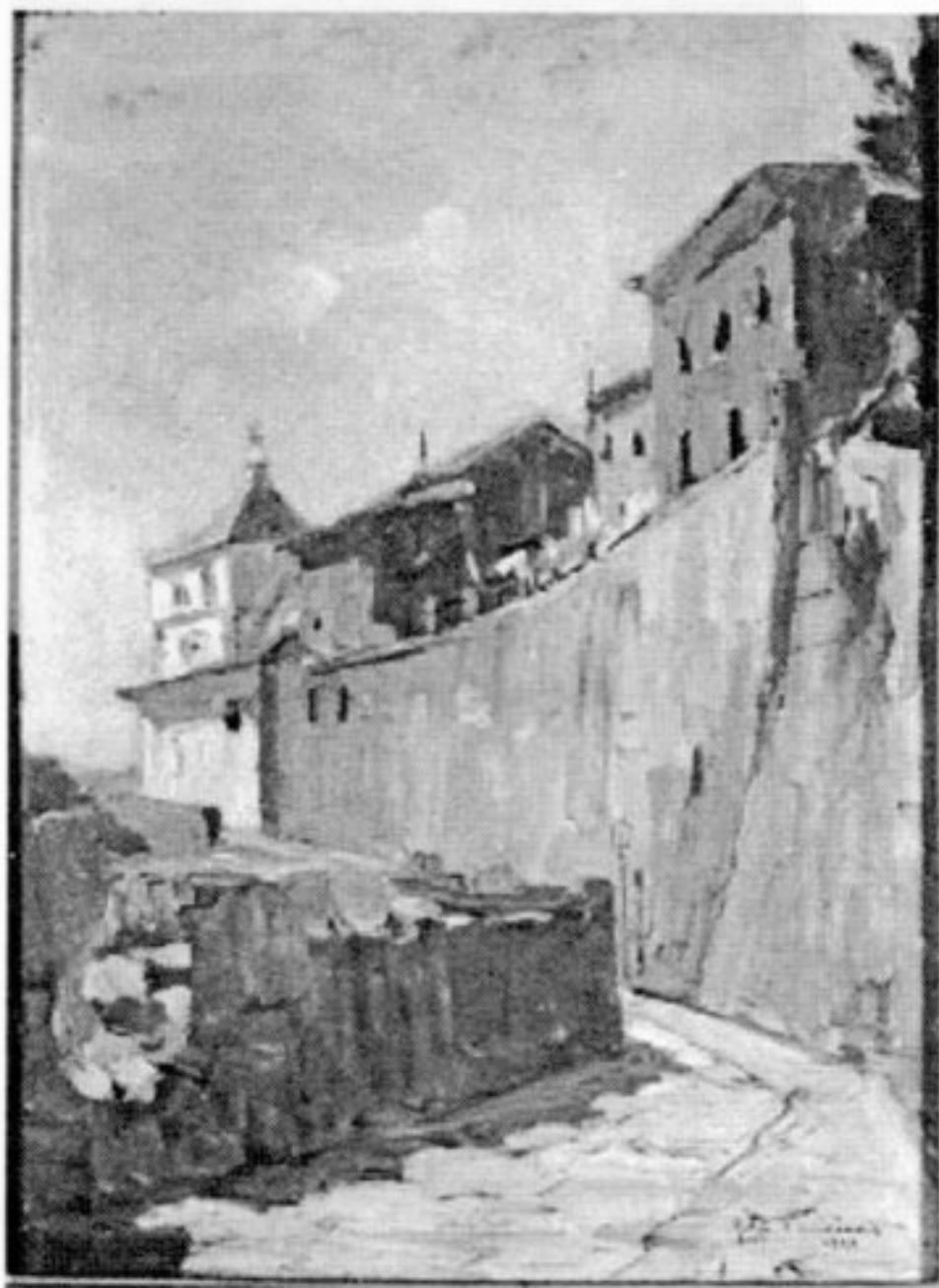
DALL'ARA, Gustavo
Forte do Morro do Castelo, 1922
Óleo s/ tela, 110 x 94cm.

Ladeira do Morro do Castelo

Quando a carruagem ia a dobrar a praia de Santa Luzia, ladeando a Santa Casa, Natividade teve idéia, mas só idéia, de voltar e ir ter à ladeira do Castelo, subir por ela, a ver se achava a adivinha no mesmo lugar. (*Esau e Jacó*. Cap. 118).

Desaparecida com o desmonte do morro, a Ladeira do Castelo foi também chamada de Ladeira do Colégio, Cotovelo e Carmo. Iniciava-se na Rua do Carmo e terminava na Rua do Castelo. No alto do morro, a Ladeira do Castelo, como a da Misericórdia, desembocava na praça à frente do colégio.

Apesar de mais extensa que a da Misericórdia, a ladeira do Castelo, por manter posição privilegiada em relação ao centro social e administrativo da cidade e ser propícia à exibição dos grandes espetáculos barrocos em que se constituíam as procissões religiosas e cortejos cívicos do Rio colonial, foi a mais utilizada para as cerimônias oficiais que se realizavam no morro.⁶



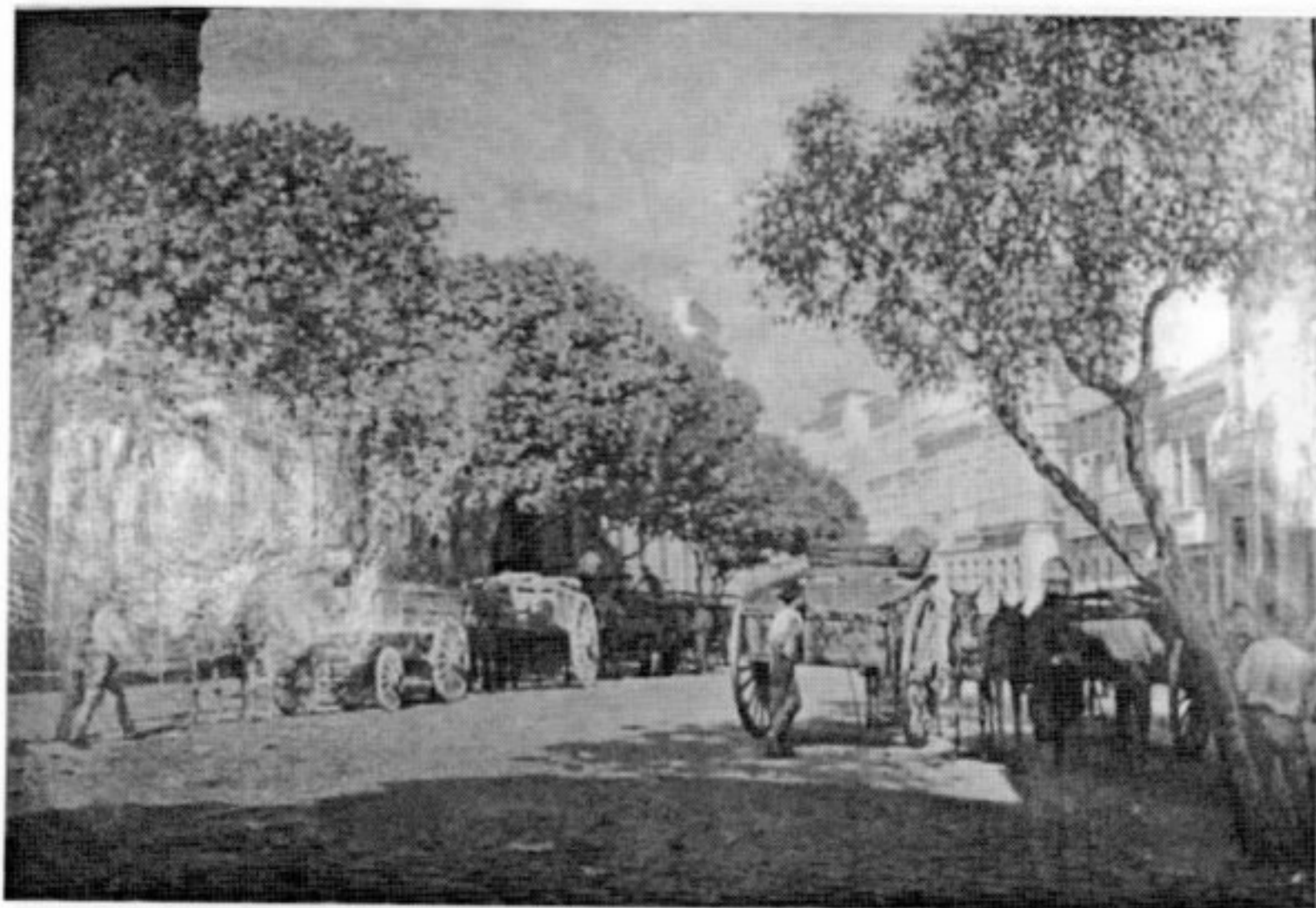
PARREIRAS, Edgar
Ladeira do Castelo, 1922
Óleo s/ madeira, 33 x 23cm.

Rua D. Manuel

Lá se foi a pé; desceu pela rua de São José, dobrou a rua da Misericórdia, foi parar à praia de Santa Luzia, tornou pela rua de D. Manuel, enfiou de beco em beco. A princípio olhava de esguelha, rápido, os olhos no chão. Aqui via a loja de barbeiro, e o barbeiro era outro. Dos

sobrados de grade de pau debruçaram-se ainda moças, velhas e meninas e nenhuma era a mesma. Nóbrega foi-se animando e encarando. Talvez esta velha fosse moça, há vinte anos; a moça talvez mamasse, e dá agora de mamar a outra criança. Nóbrega acabou parando e andando devagar. (*Esau e Jacó*. Cap. 74).

Local onde os jesuítas recebiam as mercadorias para o convento do Morro do Castelo, vem daí o nome primitivo de Porto dos Padres da Companhia (dos jesuítas). A partir de 1680, o local recebeu o nome de Praia de D. Manuel (Lobo), em homenagem ao governador da capitania do Rio de Janeiro, que faleceu prisioneiro dos argentinos na defesa da Colônia do Sacramento, em 07 de janeiro de 1863. Com o avanço sucessivo do cais sobre as águas da baía da Guanabara, surgiram áreas vazias que foram sendo ocupadas dando origem a uma rua com edificações em ambos os lados. Em 1917, por decreto do prefeito Amaro Cavalcanti, voltou à antiga denominação de Rua D. Manuel.



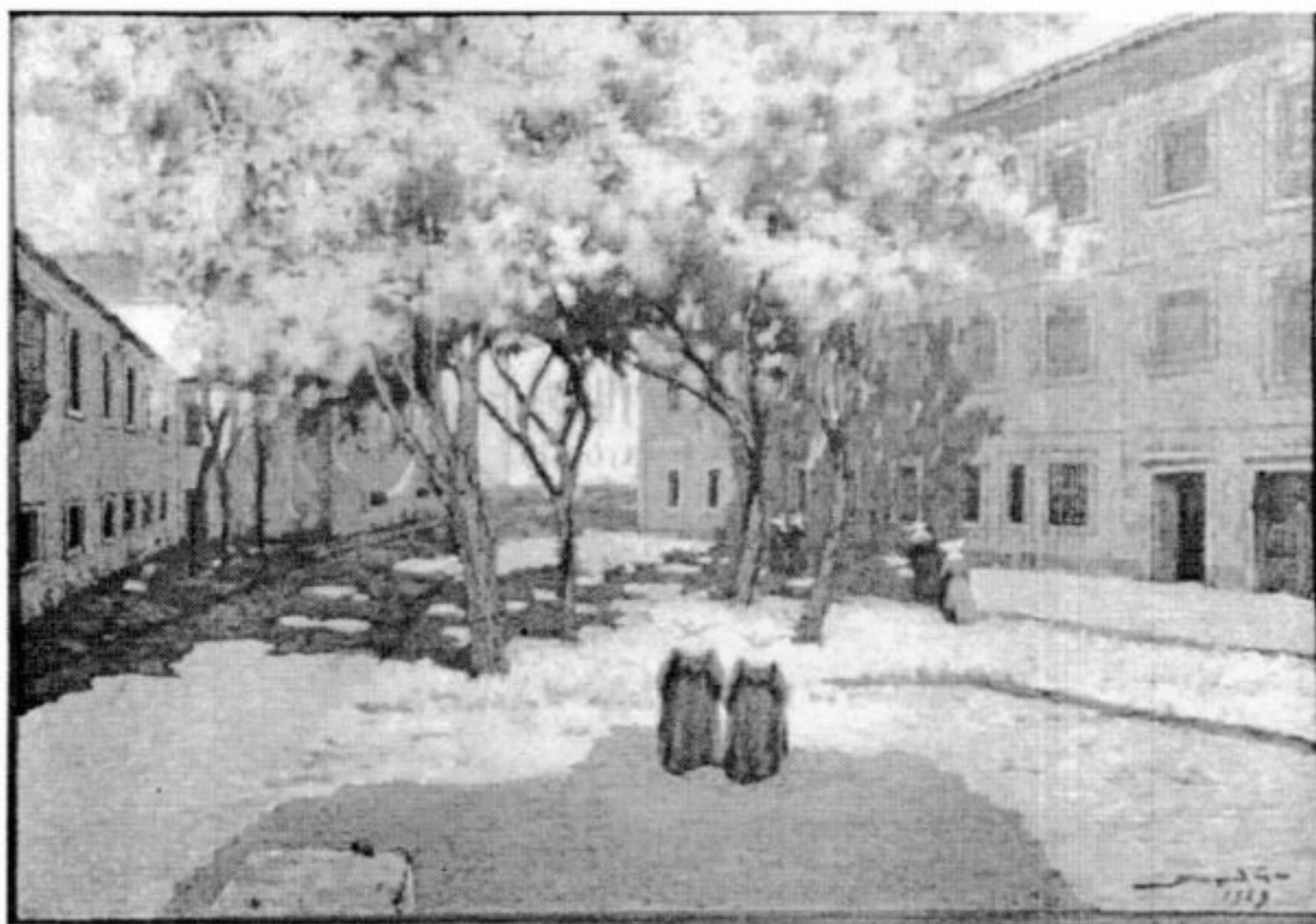
DALL' ARA, Gustavo
Trecho da Rua D. Manuel, 1920
Óleo s/ tela, 98,3 x 132,2cm.

Rua da Misericórdia

Perpétua compartia as alegrias da irmã, as pedras também, o muro do lado do mar, as camisas penduradas às janelas, as cascas de banana no chão. Os mesmos sapatos de um irmão das almas, que ia dobrar a esquina da rua da Misericórdia para a de S. José, pareciam rir de alegria, quando realmente gemiam de cansaço. (*Esau e Jacó. Cap. 2*).

Essa antiqüíssima rua cujo nome está ligado à Santa Casa de Misericórdia, segundo Serafim Leite já existia antes de 1570. Foi alterada com as diversas intervenções urbanísticas realizadas na área. Atualmente resta apenas o pequeno trecho inicial, junto ao largo da Misericórdia (atrás do Museu Histórico Nacional). A Avenida Presidente Antônio Carlos incorporou trecho dessa rua, mas grande parte dela foi completamente destruída.

Já foi chamada de Rua Direita para a Misericórdia, Rua Direita da Praia, rua para a Igreja do Bom Sucesso, rua que vai de São José para a Misericórdia.



NUNES, Jordão de Oliveira

Franciscanas / Trecho da Rua da Misericórdia, 1929

Óleo s/ tela, 92,3 x 121,9cm.

Largo da Misericórdia

No meio de uma notícia ou de um artigo, escorregava-me o espírito e caía na rua da Misericórdia, à porta da igreja, vendo passar a incógnita, vagarosa, cabisbaixa, apoiando-se no chapelinho de sol. (Primas de Sapucaia! In: *Historias sem data*).

Logradouro quinhentista, dos primeiros criados na várzea, nele foram construídos a capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso e as primeiras edificações pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia⁷. Dele partia uma das ladeiras que unia a várzea ao Morro do Castelo, chamada Ladeira da Misericórdia, da qual ainda existe o trecho inicial, que se pode ver em área situada atrás do Museu Histórico Nacional.



CAMPELO, Rui Alves
Largo da Misericórdia, 1944
Óleo s/ tela, 66,6 x 54cm.

Largo do Depósito

(...) Gastou, portanto, a tia Mônica dez compridíssimos minutos em dizer que nada ouvira aos dois rapazes desde que dali saíra; que os acompanhara até o Largo da Imperatriz e subira com eles até a um terço da Ladeira do Livramento, onde morava Alexandre, em cuja casa ambos entraram e se fecharam por dentro. Ali ficou, do lado de fora, cerca de meia hora; mas não os vendo sair, perdeu as esperanças e voltou para a Gamboa. (Encher tempo. In: *Histórias românticas*. Cap. 9).

Inicialmente neste largo se localizava o Depósito Público, daí o nome original de largo do Depósito. Com a chegada da imperatriz Teresa Cristina, em 1843, passou a se chamar Largo da Imperatriz. Quando da abolição da escravatura, em 1888, foi renomeado Praça da Redenção. Depois de 1904, em homenagem aos trabalhadores da estiva, ganhou o nome atual de Praça dos Estivadores, localizada na confluência das ruas Barão de São Félix e Senador Pompeu.



REIS, Almiro

Vista do Largo do Depósito, 1901

Óleo s/ tela, 42,5 x 53,5cm

Ladeira do Valongo

A casa resgatava-me tudo; o mundo vulgar terminaria à porta; dali para dentro era o infinito, um mundo eterno, superior, excepcional, nosso, somente nosso, sem leis, sem instituições, sem baronesas, sem olheiros, sem escutas...

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Caps. 67 e 68).

O nome Valongo deveu-se à semelhança topográfica com uma região periférica da cidade do Porto, em Portugal, conhecida como Valongo. A ladeira começa na Rua Camerino e termina na Ladeira do Pedro Antonio. Em meados do século XVIII, a região prosperou muito, depois que os vereadores obrigaram os negociantes de escravos a transferirem suas casas de negócios das ruas centrais da cidade para aquela região.



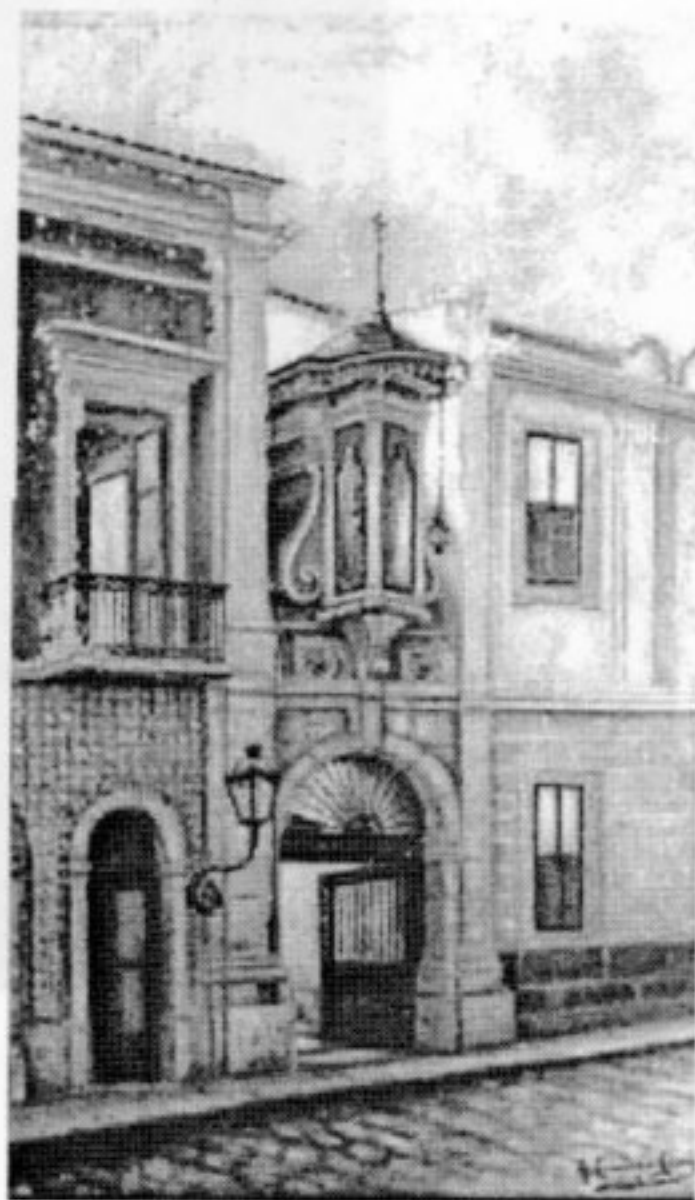
PASTANA, Manuel de Oliveira
Ladeira do Valongo, 1951
Óleo s/ tela, 60 x 51 cm

Rua do Carmo

No dia aprazado meteram-se as duas no carro, entre sete e oito horas com pretexto de passeio, e lá se foram para a rua da Misericórdia. Sabe-se que ali se apearam, entre a igreja de São José e a Câmara dos Deputados, e subiram aquela até à rua do Carmo, onde esta pega com a ladeira do Castelo. (*Esau e Jacó*. Cap. 8).

Nos terrenos do convento dos frades do Carmo, em 1611, abriu-se uma passagem pelos fundos da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que recebeu o nome de Rua Detrás do Carmo. Em 1898, recebeu, sem êxito, o nome de Júlio César, “em homenagem, não ao romano, mas ao paraense Júlio Ribeiro de Sousa” aeronauta que em 1881 subira aos céus de Paris no seu balão “Vitória”, como esclarece Brasil Gerson. Em 1917, prevaleceu o bom senso e restabeleceu-se o tradicional nome de Rua do Carmo.

Nela subsiste o único oratório público remanescente do Rio colonial, o votado a Nossa Senhora do Cabo da Boa Esperança, retirado do Morro do Castelo quando de sua demolição e colocado no alto do portão do corredor pertencente à Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sobre um arco de cantaria.



COSTA, Correia da
Oratório Colonial, 1919
Óleo s/ tela, 55,5 x 35,5

Santa Teresa

Dois meses depois do embarque de Jorge, Valéria mandou chamar o Sr. Antunes a Santa Teresa, onde tinha uma casa de verão.

No mês de setembro, a pretexto de calor, que ainda não fazia, transferiu a residência para a casa que tinha em Santa Teresa e que não ficava a longa distância da de Luís Garcia. Não havia que reparar no caso; sua mãe tinha o costume de passar ali três a quatro meses no ano. (*Iaiá Garcia*. Caps. 6 e 8).

A Igreja e o Convento de Santa Teresa estão localizados na ladeira e bairro de mesmo nome, exatamente no mesmo local onde havia uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro. Desterro, aliás, era o antigo nome do morro, zona de grandes chácaras e refúgio de escravos, com grande concentração de terreiros de candomblé.



CAMPELO, Rui Alves
Convento de Santa Teresa, 1946
Óleo s/ tela, 55,5 x 77,3cm

A construção do convento e da igreja, em meados do século XVIII, e a respectiva ladeira, direcionaram o crescimento do bairro. Eles dominam visualmente a Lapa e adjacências, formando um conjunto com outros monumentos pela proximidade e ligação histórica: Aqueduto da Carioca, Igreja e Convento de Santo Antônio e Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Desterro.

Na segunda metade do século XIX, era hábito entre os mais abastados a ida para Petrópolis e Alto da Tijuca durante os meses de verão, fugindo ao intenso calor e aos freqüentes surtos de cólera e outras doenças tropicais. Nesses lugares, devido ao clima mais ameno, essas moléstias não grassavam de forma tão intensa quanto no Rio. Nesse contexto, Santa Teresa, a meio caminho entre o Alto e a Cidade, era a fuga possível à classe média.

Paquetá

Supôs-se por muito tempo que o Camões inventara a ilha dos Amores... Descobriu-se agora que a ilha dos Amores é Paquetá... Quando a autoridade pública, no interesse da ordem, buscava auxiliar as mesas eleitorais, armando-as com os meios de dominar qualquer tumulto, sempre possível no estado de exaltação em que se achavam os ânimos, Paquetá declarou dispensar a força que lhe mandaram, certa de fazer uma eleição pacífica. Este procedimento faz crer que Paquetá é o seio de Abraão, a morada da concórdia pública, o primeiro centro de uma forte educação política. (Publicada em "O Cruzeiro", 11 de agosto de 1878. In: *Crônicas*).

A Ilha de Paquetá representa, no século XIX, um refúgio da vida tormentosa da Corte. Já no tempo de D. João VI, significava a tranquilidade, distante das preocupações do Paço. Durante a Regência, José Bonifácio, ao tentar promover a restauração imperial, foi destituído da tutoria, preso, processado e recluso na Ilha de Paquetá.



BRUNO, Pedro
Paquetá, 1915
Óleo s/ tela, 53 x 81,3cm.

Corcovado

O casamento foi para ele uma espécie de passeio ao Corcovado. Ora, todos são de acordo que do Corcovado se goza uma vista magnífica, mas a ninguém lembrou ainda a idéia de lá fundar uma cidade. Ninguém lá fica; sobe-se, goza-se, desce-se. (Qual dos dois? In: *Histórias românticas*)

Quando me perguntava se sonhara com ela na véspera, e eu dizia que não, ouvia-lhe contar que sonhara comigo, e eram aventuras extraordinárias, que subíamos ao Corcovado pelo ar, que dançávamos na lua, ou então que os anjos vinham perguntar-nos pelos nomes, a fim de os dar a outros anjos que acabavam de nascer. (*Dom Casmurro*. Cap. 12)

Em 1824, foi aberta por D. Pedro I a primeira trilha de acesso ao Corcovado. Desde então, tornou-se programa obrigatório ir ao belvedere que lá existia. A elite social carioca e os visitantes estrangeiros afluíam em grande número. Subia-se a cavalo até as Paineiras e o restante do trajeto era feito a pé. O trenzinho chegou ao Corcovado em 1885.



RIBEIRO, Francisco Joaquim Gomes

Corcovado

Óleo s/tela, 37,5 x 47,3cm

Notas

1. Os objetos relacionados pelo autor pertencem todos a Coleção de pintura do Museu Histórico Nacional. Seus números de registro são: pag. 310, SIGA 006227; pag. 311, SIGA 006213; pag.312, SIGA 000793; pag. 313, SIGA 000799; pag. 314, SIGA 000852; pag. 315, SIGA 000797; pag. 316, SIGA 000796; pag. 317, SIGA 000809, pag.. 318, SIGA 000809; pag. 319, SIGA 006368; pag. 321, SIGA 000787; pag 322 SIGA 021006.

2. Ainda que não seja praxe nos “Anais do Museu Histórico Nacional”, as referências dos trechos citados da obra de Machado de Assis no interior do texto foram mantidas como na forma dos originais, a pedido do autor, sendo dele a responsabilidade pela precisão. Estão indicados por capítulo de romance, título e volume de contos ou data e volume de crônica, retirados da coleção *Obras Completas de Machado de Assis*. São Paulo : Porto Alegre : Rio de Janeiro : Recife : Editora Mérito, 1959. (N.E.)

3. BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1974.

4. TRIGO, Luciano. *O viajante imóvel*. Rio de Janeiro : Editora Record, 2001. P.65.

5. CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro: Centro histórico 1808-1998*. Rio de Janeiro : Dresdner Bank Brasil : Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1998.

6. Mem de Sá, apud NONATO, José Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

7. Idem.

8. BERGER, Paulo, *Op. cit.*

Avenida Rio Branco, 161

Uma expressão do Rio de Janeiro

Crib Tanaka, Vera Lima e Vera Rodrigues de Mendonça

Nota biográfica

Vera Lima, é musicóloga, pesquisadora e curadora da coleção de indumentária do MHN.

Vera Rodrigues de Mendonça é técnica em comunicações e em história da arte pela UERJ.

Crib Tanaka é jornalista, pesquisadora e estudante de moda do Instituto Zuzu Angel/ Universidade Veiga de Almeida.

Resumo

Avenida Rio Branco, 161

Uma expressão do Rio de Janeiro

Crib Tanaka, Vera Lima e Vera Rodrigues de Mendonça

A Avenida Rio Branco e suas peculiaridades constituíram momentos importantes na construção do cenário carioca. O artigo resgata a essência deste local, um dia palco de grandes acontecimentos da cidade, através do testemunho de Dona René Grosman, doadora de raros fragmentos históricos de quem viveu e participou dos áureos tempos do Rio de Janeiro. Os relatos de Dona René vão desde a chegada de seus pais ao Brasil até seu estabelecimento na Avenida Rio Branco 161, iniciando a tradição têxtil de sua família, passando por histórias curiosas sobre o dia-a-dia do local e seus transeuntes. Moda, história, política e comportamento passam pelos depoimentos pitorescos e marcantes desta doadora, que traz em sua memória décadas de história.

PALAVRAS CHAVE: Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, René Grosman, moda, História, comportamento.

A trajetória de uma cidade é feita de lugares e acontecimentos, mas também é feita das pessoas que os materializam. Um museu também é materializado por pessoas, pois os objetos que os enchem nem sempre estiveram fora do circuito do uso. Em algum momento, foram o reflexo da vida de indivíduos bem situados, temporal e espacialmente.

Tanto o Rio de Janeiro quanto o Museu Histórico Nacional têm sido feitos de e por pessoas, e é uma dessas que será o tema, o objeto e o documento vivo de nosso encontro com a Cidade Maravilhosa e com seu principal museu de história. Uma amável senhora que nos procurou para doar diversos objetos que fizeram parte de sua vida. O que não passaria de uma mera formalidade de doação nos trouxe verdadeiras riquezas informativas pelo brilho do passado reluzente em todas as peças doadas, vividas e, agora, revividas pelo testemunho autêntico desta doadora saudosa e entusiasmada.

Dona René Grosman contou-nos a história da construção de um nome presente por muitas décadas na moda da sociedade brasileira, desde a idealização de roupas até a confecção e venda, tudo ocorrendo numa loja que se encontrava num dos pontos mais elegantes do Rio de Janeiro – a *Casa René*, na Avenida Rio Branco, 161. Suas lembranças nos levam a uma viagem pelo tempo, da qual fazem parte inúmeros momentos inesquecíveis da história da nossa cidade.

Segundo Baudelaire, “o passado, conservando o sabor do fantasma, recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará presente”¹.

A Avenida Rio Branco

A Avenida chic

Eu sou a Central

Da elegância o tic

Don à Capital...²

Conhecida atualmente com este nome, na realidade a Avenida Rio Branco foi “renomeada” em 10 de fevereiro de 1912, por ocasião da morte do Barão do Rio Branco, símbolo da soberania nacional. Originalmente, era a famosa Avenida Central que, desde seu nascimento, foi concebida para

ser a nossa porta para as novidades mundiais, nosso meio de alcance da modernidade, consistindo, na época, em reflexo do máximo do bom gosto e em um monumento ao progresso do país.

Era o bulevar o elegante fruto de um empreendimento grandioso.

Um pouco de história

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada, em 1565, junto ao Morro Cara de Cão. Em 1567, foi transferida para o Morro do Castelo e teve como principal via articuladora a Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março).

Com a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, conseqüentemente houve o deslocamento do eixo econômico e político para o sudeste, e o porto do Rio passou a ser a porta de comunicação do Brasil com o mundo.

A cidade começou a expandir-se sem um projeto para isto. Com a transferência da corte portuguesa, em 1808, e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, o Príncipe-Regente D. João iniciou profundas transformações na capital, a fim de dar conforto à nobreza e elevar a cidade ao *status* de capital de corte.

A chegada da missão artística francesa ao Rio trouxe ares europeus às artes e à arquitetura e uma nova cultura ao povo carioca. A partir de 1822, com a independência do país, a capital tomou para si o papel de assimilar as idéias européias e disseminá-las pelo pensamento brasileiro.

Todavia, a partir deste momento e nos anos seguintes, nem só de coisas boas a cidade participaria. A crise no setor cafeeiro do Vale do Paraíba e a abolição da escravatura atraíram ao Rio de Janeiro pessoas em busca de trabalho e sustento não mais encontrados na zona rural.

Entre 1872 e 1890, a população da cidade do Rio de Janeiro passou de 264 para 522 mil habitantes e, em decorrência de seu crescimento rápido e desordenado, proliferaram vilas e avenidas. Com o trabalho escravo chegando ao fim e a entrada de um número grande de imigrantes, a cidade tornou-se atrativo para um novo tipo de trabalho que despontava no Brasil: o assalariado.

Todos procuravam oportunidades na cidade que enriquecia. A consequência foi um assustador aumento das habitações coletivas, empilhadas de famílias que viviam em condições precárias de saneamento. O berço para as epidemias estava formado. A cidade ficou conhecida internacionalmente como um porto sujo e propiciador de febre amarela, varíola e cólera.

Na melhor das hipóteses os viajantes descreviam o Rio como um lugar exótico, repleto de quintas, arquitetura colonial, multidão de trabalhadores e vendedores ambulantes negros com roupas coloridas em meio à vegetação luxuriante. Na maioria das vezes, contudo, predominava o temor do morticínio periódico causado pela febre amarela e o desprezo pelas ruas sujas e superlotadas, pelo mau gosto e fedor de sujeira, suor e perfume dos locais públicos.³

Tornou-se imprescindível uma intervenção. O primeiro plano urbanístico para a cidade foi concebido entre duas grandes epidemias – as de 1873 e 1876. Porém, foi necessário esperar três décadas para que algo de concreto acontecesse.

Com a proclamação da República em 1889, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em Distrito Federal. O governo Campos Sales (1898-1902) trouxe estabilidade político-econômica ao país e seu sucessor, Rodrigues Alves, pôde fazer um programa de renovação urbana para que a capital assumisse ares modernos, se “civilizasse” - termo que demonstra a maneira como eram percebidas pelos contemporâneos as mudanças necessárias. Tal percepção permite observar um dos temas centrais da cultura de elite no século XIX, que celebrava não somente o que era feito, mas também o que era desfeito. A conclusão a que se chegou, à época, foi que o mapa da cidade e seu sistema de saneamento precisavam urgentemente de uma reforma, de mudanças concretas de acordo com os modernos padrões europeus, ou seja, franceses. Desta forma, além de sanear, limpar e iluminar, a arquitetura deveria ser digna de qualquer cidade européia com título de capital.

Seguindo o exemplo das grandes obras realizadas em Paris, foi dada ênfase à iluminação e à ventilação: ruas foram interligadas e alargadas para receber mais ar e luz, tudo graças à demolição de velhos edifícios; abriam-se

novas ruas, enquanto o traçado das antigas era alterado. Esta operação ficou conhecida como “o bota-abaixo”. Morria, assim, a cidade colonial, para dar lugar à cidade burguesa capaz de assumir o título de centro econômico do país. Para cumprir esta tarefa, Rodrigues Alves contou com a colaboração do Ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas, Lauro Severiano Müller, do prefeito Francisco Pereira Passos e de Oswaldo Cruz, que cuidaria do controle das epidemias.

O projeto da Avenida Central

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino júbilo, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas (...) começamos a caminhar para a reabilitação.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial imunda, retrógada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas das que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!⁴

Diferentemente do que se pensa, a idealização da Avenida Central coube a Lauro Müller e não ao prefeito Pereira Passos. O governo federal se responsabilizou por duas obras na cidade: o novo Cais do Porto e a Avenida Beira Mar. Quando o ministro Lauro Müller aprovou o projeto do Cais do Porto, lembrou da necessidade de se criar vias que suprissem o seu acesso. Por este motivo, traçou sobre o mapa da cidade uma importante avenida que cortava o centro da cidade de ponta a ponta, ou seja, de mar a mar, que recebeu o nome de Avenida Central.

Entretanto, o projeto para a futura Cidade Maravilhosa saiu das mãos de Pereira Passos, que acompanhou as reformas urbanas feitas em Paris pelo

Barão Housman, quando lá esteve para estudar. Isso lhe serviu para viabilizar a cidade do Rio de Janeiro quanto à circulação urbana, já antevendo o fluxo de pessoas que por ela passariam. Sua maior atenção recaiu sobre projetada Avenida Central que, por conseguinte, tornou-se um símbolo da *belle époque* carioca.

Deu-se início à construção...

Em novembro de 1903 foi criada, sob a responsabilidade de Paulo de Frontin, a Comissão Construtora da Avenida Central, que levaria à frente a abertura desta avenida. A empresa Antônio Jannuzzi, Irmão & Cia responsabilizou-se pelas demolições principais, que incluíam onze ruas centrais – entre elas a da Ajuda e a do Ourives –, para formar o traçado reto que iria da Praia da Ajuda à Prainha. De 08 de março de 1904 até agosto daquele ano, foram demolidas cerca de 1.600 construções residenciais e comerciais. Os novos terrenos ao longo da futura avenida foram vendidos “a preços convidativos aos donos das maiores e mais prestigiosas firmas da época, que se comprometeram a construir edifícios comerciais de no mínimo três pavimentos e de 10 a 35 metros de frente”⁵.

Na realidade, praticamente dois quilômetros de comprimento e 33 metros de largura cortaram a cidade com largas calçadas de sete metros em pedra portuguesa, executadas por 32 mestres calceteiros especialmente vindos de Portugal. Complementando a ornamentação dessa avenida tão especial, foram plantadas 53 mudas de pau-brasil nos canteiros centrais e 358 mudas de jambeiros nos canteiros laterais “para oferecer sombra e conforto ao *footing* diante das futuras vitrines”⁶. O entulho foi retirado em grande parte no lombo de burros e pelos carris da *Botanical Garden Railroad*, em ritmo intenso. Infelizmente, para ser mantido o traçado da avenida, partes de alguns morros foram demolidas - como o do Castelo e o de São Bento.

Com a instituição de um concurso em nível internacional para as fachadas dos prédios, inscreveram-se 107 concorrentes com 138 projetos, levando em conta que “o mais importante era a beleza e imponência das fachadas que seriam admiradas pelos pedestres”⁷, naturalmente inspiradas nas existentes em Paris. De acordo com esta concepção, cujo ponto de partida era a fachada, vinham depois as plantas, contrariando o que academicamente

é admitido como princípio básico de todo projeto arquitetônico, quando plantas, seções e fachadas formam um todo homogêneo.

Ganhou o primeiro lugar o projeto de Rafael Rabeccchi para o Clube de Engenharia, para o qual foram produzidos diversos desenhos em estilo eclético, segundo o gosto da época; em segundo lugar, ficou o projeto de Adolpho Morales de los Rios; e, em terceiro, o de M. F. Hehl. Cerca de vinte premiados tiveram seus trabalhos expostos na Escola de Belas Artes. A classificação ficou por conta de um júri formado pelo Prefeito Pereira Passos, pelo chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, Paulo de Frontin, pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, pelo diretor-geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, pelo diretor da Escola Nacional de Belas Artes, Rodolfo Bernardelli, pelo diretor da Escola Politécnica, Saldanha da Gama e pelo representante do Clube de Engenharia, Aarão Reis.

A inauguração da Avenida Central

O empenho na construção fez com que a primeira fase da obra pudesse ser inaugurada em 07 de setembro de 1904, quando já existiam 30 prédios prontos e 80 em construção. Contudo, a conclusão ficou com sua inauguração, em grande pompa – apesar da chuva torrencial –, no dia 15 de novembro de 1905, celebrando o aniversário da República.

Vale destacar o que foi dito pela imprensa da época:

Hoje deve ser entregue ao trânsito público a primeira Avenida construída no Rio de Janeiro, que recebeu o nome de Central. Como é igualmente sabido, esta grande artéria será oficialmente inaugurada hoje pelo Sr. Presidente da República, que cortará as fitas que a fecham. Quase todos os prédios concluídos terão as suas fachadas ornamentadas com bandeiras e galhardetes. (*Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1905).

Nem mesmo o mau tempo, tão inclemente e tão enfadonho desde a noite da véspera, conseguiu arrefecer o júbilo e o intenso entusiasmo com que o povo acorreu a festejar o aniversário da República, tão bem caracterizado pela inauguração dessa monumental Avenida, que agora

se oferece não somente à nossa admiração, mas à de todo o país e à do estrangeiro, como um exemplo do poder de vontade do governo federal, auxiliado fortemente pela nossa engenharia e pelos capitais e fortuna dos que viram na construção da grande artéria um emprego remunerador, do mesmo passo que uma contribuição pedida a todas as individualidades para o engrandecimento moral e material desta terra. (*A Tribuna*, 16 de novembro de 1905).

A chuva interrupta que cae sobre a cidade, desde ante-ontem, à noite, não permitiu que a inauguração da Avenida Central, tivesse o brilhantismo anunciado... A inauguração apesar do número de pessoas presentes, esteve fria. O conselheiro Rodrigues Alves foi, durante longo tempo, acompanhado por uma enormidade de garotos, que pulavam de um lado para outro lado, formando um séquito incómodo e alverecido. O povo, divorciado por completo das festanças e pagodes oficiais, não teve uma aclamação, não teve um viva, para o presidente da República. (*Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1905).

Raras vezes um acontecimento publico terá attrahido a uma extensa área da cidade mais gente do que a inauguração da Avenida Central attrahio hontem desde pela manhã à zona urbana, vulgarmente conhecida pelo nome de 'centro'. É evidente que a affluencia maior se localizou na nova via de comunicação, mas todas as transversaes entre o largo de S. Francisco e o Rocio, de um lado, o largo do Paço e a rua Direita, do outro, foram, desde as 7 horas da manhã, outros tantos carreiros por onde se agitou num fluxo continuo e animado um dos mais vastos formigueiros humanos que a actual geração será dado presenciar. (*Jornal do Commercio*, 16 de novembro de 1905).

A fita inaugural da avenida fóra rota; a grande via estava aberta oficialmente para o Rio de Janeiro; e por entre a massa popular, vibrante, exaltada, movida por um explicavel e justo entusiasmo, a carruagem presidencial, onde se alliavam as figuras do chefe do Estado e do ministro que fizera a construcção admirada, desfilava vagarosamente diante das continências da divisão e das aclamações do povo. (*O Paiz*, 16 de novembro de 1905).

As edificações continuaram surgindo...

O primeiro edifício foi concluído em 1905. Era o “Jannuzzi”, que, em 1910, foi vendido à Companhia Souza Cruz, para depois ser passado para a Tabacaria Londres. Na esquina da Rua do Ouvidor, surgiu o magazine Colombo, que pode ser considerado como sua primeira casa comercial. Perto da Praça Mauá, foram construídas as casas Arens, Theodor Wille e o Loyde Brasileiro (M. Buarque & Cia), a Companhia Comércio e Navegação e a Caixa de Amortização, construída pela Comissão de Frontin e inaugurada em 1906. Ainda apareceram os atacadistas Herm Stoltz, o Café Frontin, a Casa Hasenclever e Guinle & Cia no trecho compreendido entre as ruas do Rosário e Ouvidor. Os jornais “Jornal do Commercio”, “Jornal do Brasil” e “O Paiz” também encontraram seus lugares na recente avenida. Foi em uma das salas do jornal “O Paiz” que Gustavo Lacerda fundou a Associação Brasileira de Imprensa, em 1908. O primeiro escritório da Light também não poderia ter ficado longe da modernidade que contagiou a cidade. O arquiteto Adolfo Morales de los Rios ergueu a Escola de Belas-Artes e o arquiteto Francisco Oliveira Passos, filho do Prefeito Pereira Passos, o Teatro Municipal (onde Eliseu Visconti foi convidado para fazer o pano de boca para que fosse inaugurado em 1909) - cópia do “Théâtre de l’Opéra” de Paris.

Em torno de 1910, a avenida já estava circundada por uma arquitetura eclética que abrangia lojas, clubes, hotéis, jornais e empresas. A parte norte da avenida, próxima à Praça Mauá, foi ocupada pelo comércio de importação e exportação, em decorrência da sua proximidade com o porto. A área que se estende até a Rua São José ficou por conta de confeitarias, lojas de vestuário, bancos e jornais, e tornou-se ideal ao desfile das novidades vindas de fora e às ostentações burguesas. Um obelisco foi erguido na outra ponta, que ficou dedicada à cultura e concentrou obras como a Escola Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal, o Palácio Monroe e o Teatro Municipal. A nova avenida ainda ganhou a sede do Clube Militar, que seria a primeira sede própria; o Clube Naval, instalado na esquina da Rua Araújo Porto Alegre; e o Supremo Tribunal Federal, que foi, a princípio, o Palácio Arquiepiscopal. Em 1911, foi inaugurado o Hotel Avenida, com

uma novidade: o uso de “modernos” elevadores para o conforto de seus hóspedes.

Construído pela Light, o Hotel Avenida foi um dos edifícios mais populares da Avenida Rio Branco e um dos pontos mais movimentados da cidade. Ele era tão importante que acabou se transformando em marco histórico do Centro e cartão-postal do Rio Antigo. No térreo funcionava uma estação circular dos bondes que trafegavam pela Zona Sul da cidade pertencentes à Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico.⁸

Também foi muito moderna a construção do primeiro edifício de apartamentos da cidade do Rio de Janeiro, que ficava na esquina da Rua Santa Luzia - o Lafon, que muito lembrava os apartamentos franceses de luxo.

A burguesia podia, assim, caminhar pelas ruas de uma cidade com avenidas largas, belos jardins e chafarizes, bem ao estilo de qualquer capital européia. O requinte, principalmente francês, também era carioca agora. A *belle époque* chegara ao Rio de Janeiro.

Desta forma, não causou estranheza a abertura de várias salas de cinema nessa avenida. Francisco Serrador, proprietário de um grande lote do terreno resultante da demolição do Convento da Ajuda, seria o responsável pela construção de quatro arranha-céus: Capitólio, Glória, Império e Odeon. Inaugurados entre 1925 e 1926, formariam a Cinelândia, grande centro de lazer para a população. Todavia, em 1908, bem antes da inauguração da Cinelândia, portanto, os cinemas Kosmos e Parisiense – hoje, transformado em Teatro Nacional de Comédia – já existiam, assim como o Paraíso, o Palais e o Pathé.

A modernidade alcançava também a outra ponta da avenida. O Liceu Literário Português foi demolido para que fosse erguido, em 1929, o maior arranha-céu da América Latina e o maior do mundo em estrutura de concreto armado: o edifício “A Noite”, com seus 22 pavimentos. Aos poucos, o concreto armado tão moderno vai invadindo a avenida e dando forma aos prédios, agora americanizados. O espírito europeu desaparece gradativamente junto às estruturas de aço que lhe deram forma. Surgem as torres, na tentativa



O casal Grosman (Felippe e Bertha Reznicoff Grosman), 1910.

de garantir o caráter de modernidade concebido para a Avenida Central. Pode-se dizer que uma nova fase da Avenida Rio Branco surge com a construção do prédio do Ministério da Educação e Cultura, marco da arquitetura moderna mundial, da Esplanada do Castelo e do edifício Fontes Unidos, de 1937.

A família Grosman

Em 1908, chegou ao Rio de Janeiro, em lua-de-mel, o casal Felipe e Bertha Grosman, “em pleno verão, elegantemente trajados, pois eram acostumados a uma vida de luxo, falando fluentemente francês e alemão”⁹. Originários de Odessa (Rússia) e ouvindo os rumores de uma próxima guerra, vieram também com o objetivo de aqui se fixarem, pois alguns primos de Felipe já viviam no norte do país. No desembarque, depararam-se com um grande número de negros carregadores do Cais do Porto vestidos apenas com uma calça branca enrolada na cintura. Surpreenderam-se, pois D. Bertha nunca havia visto, de acordo com suas próprias palavras, “pessoas de outra cor”¹⁰. Ela, curiosamente, diria mais tarde aos filhos que “teve a vontade de passar o dedo na pele de um deles para ver se a cor desbotava...”¹¹

A família Grosman com dois técnicos contratados na Alemanha para a operação das máquinas de malharia. Sentados: Bertha e Felipe Grosman; os filhos: em pé ao centro René, à direita Gerson, à esquerda Leon e atrás de pé Cecília, ladeada pelos dois técnicos. 1928.



Depois de residirem em vários hotéis, finalmente foram morar em um sobrado na Rua de Santana, nº40. Com uma importância em dinheiro que trouxeram, compraram duas lojas nesta mesma rua, nos números 60-62, formando sua primeira fabricação e venda de roupas brancas, com vestidos de bordado suíço. O nome comercial de Alfaiataria Felipe Grosman significou o princípio de toda a sua tradição têxtil. Suas funcionárias eram “senhoras e senhoritas muito recomendadas e felizes por estarem trabalhando no meio de uma família de fina educação”¹².

Ao longo do tempo, em virtude de sua cultura e simpatia, o casal se tornou parte integrante do meio comercial e da comunidade. Sua primeira clientela era constituída pelos denominados prestamistas – famosos vendedores que pouco falavam a língua portuguesa e que vendiam a domicílio suas mercadorias à prestação, batendo de porta em porta, carregando maletas com todo o tipo de artigos, enfrentando dias de muito sol ou chuva. Curiosamente, nunca havia a troca de recibos ou documentos de compra entre os clientes, mas os pagamentos eram sempre feitos em dia. Muitas vezes, eles participavam da intimidade das famílias com que comercializavam,



René Grosman menina e sua irmã Cecília na avenida Rio Branco - 1929.

tornando-se amigos. A maioria dos filhos destes prestamistas freqüentou os melhores colégios da cidade, tornando-se médicos, advogados, comerciantes etc.

A firma do casal Grosman começou a crescer quando houve a mudança para o prédio Vila Cecília, na Rua do Matoso, nº175 (que havia pertencido ao Barão do Rio Branco), onde, nos fundos, foi construída uma grande fábrica de malhas. Da Alemanha, foram importadas diversas máquinas – como a *Jakar Circular*, dentre outras – e até técnicos europeus foram contratados e hospedados em sua casa. Felipe Grosman, inclusive, enviou o filho Leon, com apenas 14 anos de idade, para estudar mecânica em Kemnits.

D. Bertha era a responsável pelo corte e pela modelagem das peças. A grande tesoura industrial que ela sempre utilizou foi doada ao MHN com a seguinte frase: “Esta tesoura sustentou uma família...”¹³

Para vender a produção de malhas, já com o nome de fábrica Felgros, alugaram os fundos da tinturaria Pavão, na Rua Sete de Setembro, perto da perfumaria Kanitz. Sua clientela era composta, dentre muitas outras pessoas, por Carlos Galhardo, Aurora e Carmem Miranda, que encomendava as famosas camisas listradas para o Bando da Lua. “Era uma turminha muito

alegre que, aguardando sua vez para provar a camisa, cantava batucando na caixa registradora: Vestiu a camisa listrada e saiu por aí...”¹⁴

A fábrica Felgros tornou-se muito conhecida devido à fabricação de uniformes para escolas, roupas finas de malha e roupas de banho de mar “como o modelo bem discreto da esposa do presidente Washington Luís”¹⁵.

Bem no centro da cidade, na Rua Uruguaiana, nº50, abriram uma loja à qual deram o nome de “Casa René”, em homenagem à filha caçula – uma talentosa menina que se tornou a primeira bailarina infantil do corpo de baile do Teatro Municipal.

Avenida Rio Branco, 161

Com o término do contrato, mudaram para a Avenida Rio Branco 161, esquina da Rua São José, prédio de propriedade do Patrimônio da Irmandade de N. S. do Parto (Mitra Episcopal), cujo arquiteto foi Morales de los Rios e os construtores, Tosta & Machado. A loja foi inaugurada em 26 de maio de 1930, ano em que explodiu a Revolução que realmente mudou o país, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Com a revolução de 1930, Getúlio Vargas assume o poder no país, quebrando a política do café-com-leite, retirando o poder das mãos da oligarquia, e liquidando de vez com a Velha República. A tomada de poder por Vargas causou manifestações de júbilo e quebra-quebra por toda a capital, mas principalmente na ainda ‘aristocrática’ avenida Rio Branco, onde funcionavam as sedes de vários jornais governistas.¹⁶

Nas memórias de D. René, uma das cenas que mais a sensibilizou foi, quando criança, ter presenciado, da loja de sua família, “os soldados galopando em seus cavalos, perseguindo os revoltosos pelas calçada e a população amedrontada invadindo as lojas, que cerravam suas portas. Dentro, todos se jogavam no chão para não serem atingidos pelas balas perdidas”¹⁷.

Fazendo parte do mesmo edifício, a Casa René ficava justamente ao lado da conhecida Casa Carvalho – famosa pela venda de produtos em sua maioria importados e com uma espécie de bar que se tornou, na época, o ponto de reunião de intelectuais, políticos, escritores e artistas.

Eu lembro muito bem da presença de uma moça que me chamava a atenção pelo seu aspecto físico, Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, esposa do historiador Marcos Carneiro de Mendonça. Ela usava o cabelo preto cortado *à la garçonnet*; era uma criatura que estava sempre em evidência. F. políticos demais. Ah... e Getúlio Vargas que também participava dessas reuniões, tanto que, quando ele passava por nossa loja, de terno com aquela barriguinha bem destacada, e com o inseparável charuto, acenava com aquele seu gesto bastante característico com a mão estendida, muito simpático.¹⁸

Desta forma, como ponto obrigatório de passagem e pela qualidade do serviço que oferecia – mercadoria fina, bordada à mão – a Casa René passou a ser também uma loja da “sociedade carioca”, com sua clientela formada por senhoras de políticos como Oswaldo Aranha, Alencastro Guimarães, Negrão de Lima e Justo de Moraes e outras figuras ilustres, como a Madame Darcy Vargas e sua filha Alzirinha, além de muitos artistas famosos da época.

A especialidade era a lingerie feita à mão, blusas de renda *racine* e blusas desenhadas e cortadas por D. Bertha e levadas pelas irmãs de caridade para serem bordadas nos Asilos da Gamboa e São Cornélio. O ponto marcante da Casa René é que ela também vendia produtos da sua fábrica da Rua da Alfândega 214, de malha *peau-d'ange*, fio de *rayon*, fio da escócia e *jersey*.

As mais diversas encomendas eram atendidas.

Naquela época, veio ao Brasil o ballet russo de Monte Carlo, para apresentar Yara. Como não havia importação de malhas para as dançarinas, minha mãe foi quem as forneceu, assim como para Chianca de Garcia, coreógrafo do Cassino da Urca, além das mais diversas fantasias para o mundo teatral. Grande Otelo era nosso cliente.¹⁹

A partir desse momento, as lembranças de D. René tornam-se bastante pitorescas pela quantidade de curiosidades de quem vivenciou aquela época e nunca mais esqueceu.

De acordo com a revista “O Cruzeiro”, em uma das edições da década de 30:



Concurso de maiôs premiados e confeccionados pela Casa René, desfilados pelas “polacas”, 1930.

Copacabana é o amplo cenário aberto às grandes festas balneárias do Rio... imensas multidões que se entretêm no encantamento pagão dos seus grandes dias de alegria olympica e esportiva... A linda festa que foi o “Concurso de Maillots” encheu de alegria a manhã maravilhosa da praia. A iniciativa dos nossos confrades do “Fon-Fon” e da direção do “Lido” coroou-se de exito esplendido congregando milhares de banhistas e curiosos em derredor do Jury... Os maiôs premiados neste concurso foram especialmente confeccionados e oferecidos pela Casa René, a Avenida Rio Branco, 161.

Só que as modelos gordinhas que aparecem na foto da revista, bastante ousadas para a época – usando maiôs com grandes decotes e recortes (por baixo, usavam filó cor da pele) eram as famosas “polacas”, contratadas por Felipe Grosman para o evento, pois “moças de família” não poderiam nunca aparecer daquela maneira...

Entre estes e outros fatos, na memória de D. René ficaram marcadas as figuras de seu Rafael e de “uma senhora estrangeira que fazia a vida noturna”²⁰, como ela denomina. Seu Rafael era um dos raros jornaleiros que existiam na cidade cuja particularidade era a venda de jornais e revistas



Fachad da Casa René na Avenida Rio Branco, 161, 1945.

importadas. Ele ficava bem na entrada do prédio, junto a uma grande escadaria que dava acesso a dois ou três andares. A tal senhora arranjava clientes também estrangeiros, já que falava diversos idiomas, e fazia com eles que comprassem aquelas caras revistas, para revendê-las, no dia seguinte, ao mesmo jornaleiro. “Era mais uma forma de sobrevivência dela.”²¹

Na Avenida Rio Branco, os transeuntes se vestiam muito elegantemente. A mulher, por exemplo, não andava na rua sem os tradicionais chapéu, luvas, meias e “cinta-luva”: “um detalhe muito importante para que não aparecessem as banhas soltas. Era uma vergonha a moça andar com as nádegas balançando.”²²

Dentre suas lembranças também estão as campanhas de solidariedade, quando bem trajadas senhoras e senhoritas da sociedade carregavam pela cidade uma espécie de caneca de metal fechada, com apenas um pequeno orifício, onde o povo “honestamente colaborava depositando uma nota ou moeda que pudesse doar”²³. Também era prática comum fotógrafos percorrerem a Rio Branco tirando instantâneos dos transeuntes. Estes, caso se interessassem, iam depois ao escritório dos profissionais com o número

da fotografia para comprá-las, “conforme uma dessas fotos encontradas aí na minha doação, onde aparecem a minha irmã de luvas pretas, chapéu e eu ao seu lado também de chapéu”²⁴.

A vizinhança

Mas as bem trajadas senhoras e senhoritas da sociedade, bem como outros transeuntes, não aparecem, nas lembranças de D. René, levantando fundos para caridade ou se deixando fotografar.

Nas minhas lembranças, durante as duas décadas em que a Casa René era localizada na Avenida Rio Branco, entre outras edificações, eu me lembro que, perto, havia a famosa Livraria Odeon do senhor Dória. Mais adiante, uma floricultura e, do outro lado, a grande tabacaria Londres que vendia os famosos cigarrinhos doutados. Indo em direção à Praça Mauá, na esquina da rua da Assembléia, havia o famoso Automático, espécie de restaurante sem mesas e sem serviço de garçons, tendo nas paredes pequenas vitrinas automáticas, cada uma com um quadradinho contendo um sanduíche, que era acionado automaticamente quando se colocava uma moeda. Foi uma experiência sem gênero que fazia muito sucesso por ser uma arrojada novidade.²⁵

D. René ainda cita outros lugares:

A Casa Veneza do senhor Leôncio, amigo de papai que vendia os mesmos artigos de cama e mesa como nos dias atuais, a Capital, a Perfumaria Carneiro, a Casa Sussena, o café Conteville, a Casa Canadá, a Galeria Cruzeiro, o Hotel Avenida que tinha embaixo o cinema Cineac e que só passava filmes com uma hora de duração, o Café Belas Artes e seus famosos doces, o edifício primitivo do Jockey Clube, o Clube Naval, um bar chamado A Simpatia, que tinha umas cadeiras de vime na calçada onde se bebia a grande especialidade deste estabelecimento: um refresco de coco.²⁶

Os transportes

A Avenida Rio Branco era dividida ao meio: mão e contramão. No centro, havia um canteiro com postes de dois braços, tipo lampadário, que era enfeitado na época do Natal com guirlandas de luz e gambiarras.

Os bondes constituíam a maior parte dos transportes no centro da cidade e as linhas faziam o cruzamento na Avenida Rio Branco. Eles colocavam propagandas às vezes muito engraçadas como aquela do Rum Creosotado, que se tornou um clássico: “Veja ilustre passageiro, o belo tipo faceiro que o senhor tem ao seu lado e, no entretanto, acredite, quase morreu de bronquite, salvando-lhe o Rhum Creosotado.”

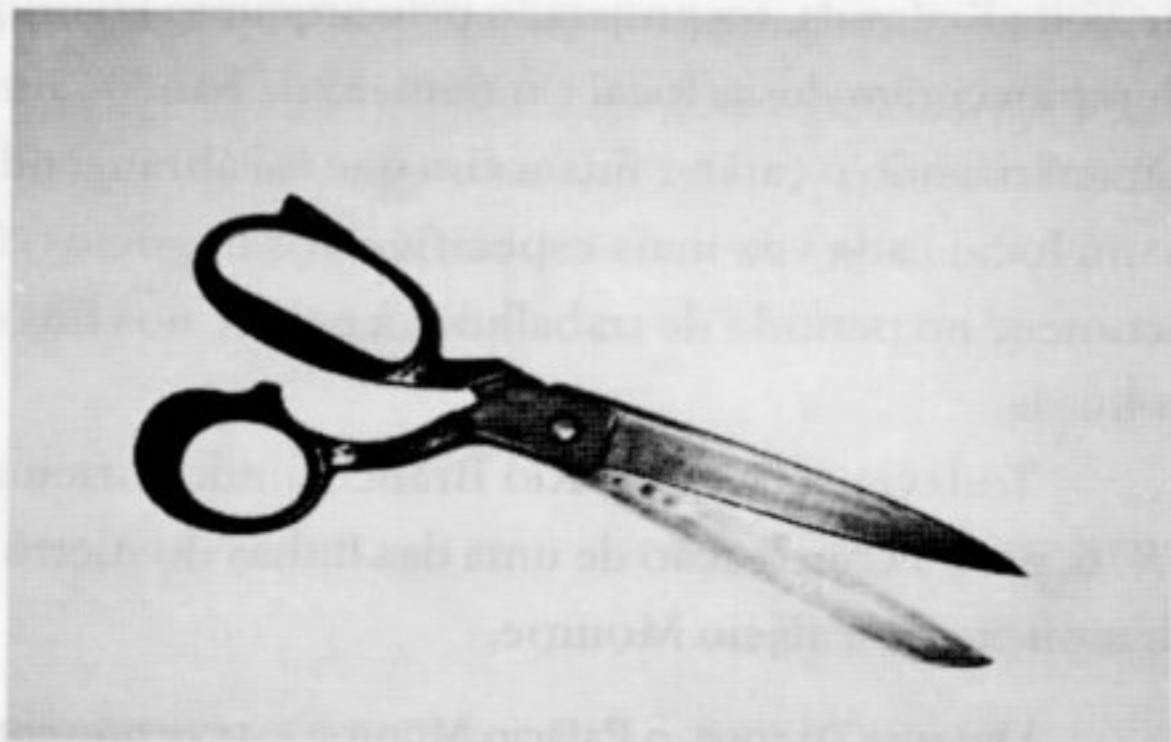
Havia poucos os ônibus e a única Companhia que me lembro era da Light. Era um ônibus grande, cinza, que fazia o percurso do centro da cidade para Botafogo. Era todo forrado de veludo cinza e não tinha trocador. Custava 400 réis. Nós tínhamos que colocar o dinheiro trocado numa caixa, à medida em que entrássemos. Houve também uma experiência inédita no Rio de Janeiro, mas que não durou muito tempo com o “chopp duplo”, parecido com aqueles de dois andares de Londres.²⁷

Os táxis da cidade eram dirigidos em sua maioria por motoristas portugueses, raramente por brasileiros. Era a época dos Buicks, Fords e Oldsmobiles, bastante confortáveis, com ou sem capota, muito utilizados durante o desfile de carnaval, quando percorriam a Avenida Rio Branco para “o Corso, que era justamente um desfile de carros, e cada carro, com um grupo de fantasiados dançando, brincando, jogando serpentina que ia se ligando ao carro da frente, sem pressa. Havia o interesse das pessoas em cantar, dançar e até usar lança perfume de uma maneira não maliciosa. Aliás, cantar e dançar, jogar lança perfume e serpentina era tudo na base da diversão, da brincadeira”²⁸.

Curiosamente, uma das formas de propaganda da produção da família Grosman era a distribuição de sapatinhos de lã no carnaval, durante o Corso, na Avenida.

Mudanças e heranças da Casa René

Em 1950, a Casa René passou por obras que transferiram sua entrada da Avenida Rio Branco para a Rua São José. Hoje, meio século depois, a tradição da família ainda é mantida: depois da Segunda Guerra Mundial, Leon e Gerson (irmãos de Dona René) continuaram a trabalhar com malharia



... *“esta tesoura sustentou uma família”*.

nos Estados Unidos. Outros parentes, por parte de Dona Bertha, levaram a tradição para a França. Dona René, no entanto, não mais lida com malhas, dedicando-se à participação em atividades beneficentes.

Mesmo com o foco imobiliário passando para a zona sul do Rio de Janeiro, a Avenida Rio Branco teve o seu momento de revitalização com a demolição de dois quarteirões para a necessária abertura da Avenida Presidente Vargas. Em 1950, o Palace Hotel cedeu lugar a um edifício de 36 andares, o Marquês de Herval, que foi inaugurado em 1952. No término do governo Vargas, tinham sido demolidos e/ou substituídos em torno de 20 prédios, além dos que ficavam nos quarteirões destinados à Avenida Presidente Vargas. Ainda na década de 50, com a era JK, a Avenida Rio Branco continuou com a sua renovação arquitetônica e seu valor imobiliário bastante alto. Isso levou à quase total deformação de seu projeto original sendo que hoje, podemos observar que mais da metade de suas construções datam da década de 50 e apenas 20% representam aquilo que foi Avenida Central.

Em 1960, a capital do país foi transferida para Brasília e esta passou a ser o símbolo da modernidade brasileira, exportando arquitetos. Esta modernidade se voltou também para a Avenida Rio Branco e o Edifício Avenida Central foi construído sobre a demolição da Galeria Cruzeiro, sob o Hotel Avenida, em 1961. O Edifício Central, que lembra uma cidade vertical em seus 34 pavimentos de estrutura em aço fornecido pela Companhia

de Volta Redonda, foi projetado pelo arquiteto Henrique Mindlin. Os bondes desapareceram desse local e o número de bancos aumentou sensivelmente, caracterizando o caráter financeiro que foi abrangendo a avenida, tornando-a um local cada vez mais específico aos negócios. O movimento imenso acontece no período de trabalho e, à noite e nos fins de semana, ela se torna solitária.

Todavia, a Avenida Rio Branco ainda sofreu um grande baque. Em 1976, para a construção de uma das linhas do metrô do Rio, foi proposta a demolição do Palácio Monroe.

Durante 70 anos, o Palácio Monroe esteve presente na vida carioca. Palácio de exposições, conferências, arquitetura premiada internacionalmente, tudo isso fazia parte do orgulho da cidade.²⁹

Não era mais uma transformação cultural para alterar a paisagem da avenida, mas um grande descaso com um símbolo de arquitetura eclética, que ainda podia ser visto como exemplo da Avenida Central. Infelizmente ainda nesta década, o Capitólio, na Cinelândia, também foi demolido, para surgir em seu lugar o Edifício Paulino Ribeiro Campos, com 35 pavimentos.



A Avenida hoje

Na década de 90, um mesmo escritório projetou dois grandes e modernos edifícios. A era pós-modernidade chegou à Avenida Rio Branco, através das fachadas em vidro azul dos 30 pavimentos do edifício Rio Branco 1, inaugurado em 1990. E, em 1992, controlado por computadores e denominado como

D. René Grosman

edifício “inteligente”, surgiu o Manhattan Towers, com grandes fachadas envidraçadas. Contudo, a prefeitura também se manifestou na transformação da avenida. O projeto Rio-Cidade, idealizado pelo escritório do arquiteto Cláudio Taulois, garantiu melhorias na sinalização - a fim de amenizar os transtornos com o trânsito de veículos -, recuperação das calçadas e o trânsito de deficientes - facilitado por novos acessos.

Essa avenida, que nasceu por tantos problemas, criou sua própria personalidade. Perguntando a D. René o que ela pensa da Avenida Rio Branco do passado e a dos dias atuais, ela responde:

Ela era a via principal dos grandes acontecimentos da cidade como, por exemplo, as paradas do dia 07 de setembro ou mesmo palco receptivo de todos os ilustres visitantes ao Rio de Janeiro, sem falar que quando vinha algum galã de Hollywood, ficava intransitável. O povo todo participava sem receios parecendo até que era feriado, como no dia em que Carmem Miranda veio ao Brasil. Hoje, eu ando pela Rio Branco com medo de ser assaltada, de ser esbarrada... Sinto saudades, ela perdeu o seu charme...³⁰

Apesar do saudosismo por parte de muitos e mesmo lembrando “outra cidade” famosa em outros tempos, com todos os problemas dos dias atuais, a Avenida Rio Branco soube conquistar seu lugar. Hoje, nela comungam o novo e o antigo, o monumento e a economia, o banco e a cultura. Milhões de pessoas transitam por ela ditando e absorvendo suas modas e modismos. Hábitos são permutados sem que isto seja percebido. Do carnaval às passeatas, tudo é efervescência nos pés daqueles que durante a semana agitam o centro financeiro do Rio de Janeiro. Não é mais a Avenida Central, é a Rio Branco. Já foi um ideal europeu e hoje, americano. Pode-se dizer: um recorte brasileiro, onde convivem vários estilos arquitetônicos em uma harmonia que só caberia aqui mesmo no Brasil. Nada é mais eclético. E isso não é o retrato do Brasil?

(...) palco de passeatas, manifestações, comemorações e marchas, a avenida Rio Branco, originalmente imposta como um corte ou uma cicatriz no corpo da cidade, logo tornou-se o seu mais importante nervo: o lugar onde a população debate seus conflitos e materializa novas tendências.³¹

Notas

1. BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. P.6.
2. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000. P.178.
3. NEEDLE, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988. P.53.
4. Idem. P.70.
5. REZENDE, Renato. *Avenida Rio Branco: Um projeto do futuro: 100 anos*. Rio de Janeiro: RioArre, s/d. P.18.
6. Idem. P.20.
7. Id. P.19.
8. Disponível em <<http://www.lightrio.com.br/institucional/cultura/seculolight/sec20/te1940c.shtml>>
9. Depoimento de Dona René Grosman, tomado por Vera Lima em julho de 2003 nas dependências do Museu Histórico Nacional. Transcrito por Vera Rodrigues de Mendonça e revisto pelas autoras.
10. Idem.
11. Id.
12. Id.
13. Id.
14. Id.
15. Id.
16. REZENDE, Renato. *Op. cit.* P.66.
17. Depoimento de Dona René Grosman. *Op. cit.*
18. Idem.
19. Id.
20. Id.
21. Id.
22. Id.
23. Id.
24. Id.
25. Id.
26. Id.
27. Id.
28. Id.
29. PAVÃO, Fábio. *Os bolafotes da cidade*. Disponível em <<http://www.gresportela.com>>
30. Depoimento de Dona René Grosman. *Op. cit.*
31. REZENDE, Renato. *Op. cit.* P.5.

Do Oriente ao Rio de Janeiro

A imaginária indo-portuguesa e a rota dos marfins

Patricia Souza de Faria

Nota biográfica

Patricia Souza de Faria é mestranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (dissertação sobre a colonização portuguesa na Índia). Desenvolve pesquisas sobre arte cristã. Trabalhou na elaboração de um Guia de Fundos para o Arquivo Histórico do Exército.

Resumo

Do Oriente ao Rio de Janeiro

A imaginária indo-portuguesa e a rota dos marfins

Patricia Souza de Faria

Este artigo pretende analisar algumas esculturas de marfim indo-portuguesas produzidas nos séculos XVII e XVIII que compõem a Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Busca-se, também, apresentar a circulação de produtos de luxo orientais no interior do Império Colonial Português, mais especificamente entre a Índia Portuguesa e o Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: arte indo-portuguesa, marfins, colonização portuguesa, Índia, Carreira da Índia, Rio de Janeiro, séculos XVI-XVII.

O império marítimo português e as histórias coloniais conectadas: de Goa ao Rio de Janeiro

As trocas culturais entre portugueses e orientais permitiram o surgimento de um precioso patrimônio artístico: a arte indo-portuguesa. Mais de quinhentas esculturas de marfim indo-portuguesas compõem a Coleção Souza Lima que se encontra no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, permitindo-nos apreciar graciosas representações do Menino Jesus, de Nossa Senhora ou de homens santos venerados pelo catolicismo. Este artigo pretende abordar a dinâmica de circulação dessas peças votivas no império marítimo português durante os séculos XVII e XVIII, atentando para os possíveis contatos entre a distante Goa Dourada e o Rio de Janeiro, assim como realizar uma breve análise iconográfica de algumas esculturas selecionadas.

Os tempos modernos foram marcados pelo contato regular entre europeus e povos de terras outrora ignotas, como a América, ou de reinos conhecidos porém mitificados que seduziam pelas riquezas prometidas - verdadeiras ou idilicamente imaginadas -, como foi o caso das Índias. Portugal destacou-se nesse processo de expansão europeia, que permitiu a emergência de *histórias conectadas*: instituições sobretudo políticas e religiosas vinculariam os destinos de homens da Europa, Ásia, África e América - homens separados por meses de navegação, por distintas tradições pretéritas, por diferentes visões de mundo.

Portugal estabeleceu uma talassocracia que no Oriente se estendia de Macau (na China) até Sofala (localizada na costa oriental africana), sob a designação de *Estado da Índia*. Controlou o Atlântico Sul com seus domínios no litoral ocidental da África e no Brasil. A dinâmica das trocas comerciais no interior do império português foi deveras complexa, realizada mediante alianças com elites locais ou confrontos bélicos. A *Carreira da Índia* era a rota marítima de Lisboa a Goa (Índia) e vice-versa, através do Índico e do Atlântico.

A Carreira da Índia interessa-nos particularmente pelos vínculos entre a longínqua Índia das especiarias, dos incensos, dos finos tecidos, e o Rio de Janeiro, dotado de um porto que serviria de escala para as naus que

percorriam esta rota e de uma elite de comerciantes e de escravocratas agro-exportadores, potencial consumidora dos refinados produtos de luxo do Oriente.

As naus que partissem de Lisboa com destino à Índia ou voltando da Ásia para Portugal não deveriam, oficialmente, tocar no Brasil. Esta proibição, explícita nos séculos XVI e XVII, não impediu que por pretextos vários as embarcações parassem nos portos brasileiros, até que essa escala fosse reconhecida como necessária pelo poder metropolitano português, em 1672². As atracações produziam lúgubres cenas de doentes carregados, inanimados devido à precariedade da alimentação. Na Bahia e posteriormente no Rio de Janeiro, as naus golpeadas pela inclemência da fúria dos mares passaram a ser reparadas. A ordem régia exigia a máxima rapidez no conserto das naus a fim de evitar qualquer prejuízo financeiro e a possibilidade de contrabando. Por vezes, as viúvas pobres e os entevados que sobreviviam da caridade do Estado deixavam de receber esmolas, pois os navios da Carreira das Índias deviam ser reparados imediatamente.

Contudo, a acuidade das autoridades não pôde evitar o contrabando. Documentos do século XVII indicam que capitães de naus que partiam da Índia até Lisboa tenham deixado no Brasil objetos do Oriente, levando em troca artigos brasileiros. O contrabando não se restringia ao espaço do império colonial português, pois produtos do Oriente, como os tecidos asiáticos, que chegavam ao porto do Rio de Janeiro, possivelmente eram desviados para a América Hispânica, através do Rio da Prata.³

Até aos religiosos era vedado o acesso aos navios da Carreira devido ao receio de realizarem também contrabando, temor realmente justificado visto que mercadorias do Oriente foram encontradas na bagagem de religiosos em 1764, assim como ocorreu o esdrúxulo episódio do frade repleto de protuberâncias pelo corpo formadas por tecidos que ocultava debaixo do hábito. Os objetos orientais ocultados deveriam ser de tamanho reduzido, como pequenas peças de porcelana, jóias, tecidos, lenços e objetos portáteis como caixinhas.

A elite colonial brasileira e o gosto por produtos do Oriente

O estudo da cultura material da sociedade colonial brasileira permite identificar o gosto das elites pelos produtos do Oriente. “Móveis, lacas, têxteis, marfins, brinquedos, jogos, enorme quantidade de porcelana” e pinturas trazidas do Oriente compunham “o refinado emolduramento da nossa sociedade colonial”⁴. Todavia, o consumo de produtos de luxo do Oriente pelas elites coloniais brasileiras precisa ser entendido nos limites de possibilidade de conforto e ostentação em uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos. O “luxo asiático” não foi generalizado a todo o norte açucareiro ou a toda região fluminense, sendo circunscrito a famílias abastadas e marcado pelo desequilíbrio entre o esplendor e a rudez: “Excesso numas cousas, e excesso à custa de dívidas; deficiências noutras. Palanquins forrados de seda, mas telha vã nas casas grandes e bichos caindo na cama dos moradores.”⁵

Especiarias como canela, incenso, pimenta, além de tecidos, utensílios variados, jogos de chá, arcas, sopeiras e imagens eram importados do Oriente. Atesta-se o uso no Brasil de palanquins, bangüês, chapéus-de-sol, leques da China com figuras de seda estofadas e caras de marfim, sedas, colchas da Índia, porcelana, chá. A elite de cristãos-novos do Rio de Janeiro usava palanquins, sedas da Índia e em um inventário mencionava-se livros de moral e de história da Índia.⁶

A economia e a sociedade do Rio de Janeiro consolidam-se nos marcos do mercado atlântico no século XVIII, pois o ouro de Minas Gerais propicia o aumento das importações de negros, favorecendo o crescimento do volume dos negócios que tomou o porto do Rio de Janeiro o maior e mais importante centro de importação e reexportação de africanos para o Brasil. João Fragoso considera que os grandes comerciantes do Rio de Janeiro, os “negociantes de grosso trato”, compunham a verdadeira elite colonial. Os grandes comerciantes que compunham esta elite tendiam a transformar-se em fazendeiros, pois o reconhecimento social implicava que se tornassem membros da aristocracia, compartilhando seus gostos e hábitos.⁷

O Rio de Janeiro setecentista dispõe, portanto, de uma rica elite apta a consumir os produtos fornecidos pelo mercado internacional. O Rio de Janeiro, além dos vínculos mercantis com outras partes do império português, evidencia um importante aspecto comum às terras sob colonização ibérica: a tentativa de consolidação da hegemonia católica.

“Ide e pregai o Evangelho”: a expansão do catolicismo nas colônias portuguesas (o caso de Goa e do Rio de Janeiro)

Portugal e Espanha receberam o *Padrão Real*, o qual consistia em uma série de direitos, privilégios e deveres conferidos aos países ibéricos, definidos como patronos das missões católicas e instituições eclesiásticas nas terras conquistadas por estes países. Através de bulas e breves papais, foram conferidos a Portugal direitos sobre a África, a Ásia e o Brasil. Uma grande missão, pois ocorrera a cisão definitiva da cristandade europeia com a reforma protestante, devendo-se evitar maiores danos à igreja de Roma. A reação católica foi asseverar os seus dogmas, preconizando investidas no Velho Mundo e nos espaços coloniais, através da atuação de ordens religiosas – destacando-se os jesuítas – e do Tribunal do Santo Ofício e, ainda, assegurando o cumprimento das decisões tomadas no Concílio de Trento.

No que tange às imagens votivas, é fundamental destacar o seu uso nas atividades missionárias, como fizeram os jesuítas no Rio de Janeiro, incentivando o desenvolvimento de oficinas e aprimorando o trabalho de artesãos dedicados à produção de artefatos religiosos⁸. O objetivo era retratar a vida dos santos com seus martírios exemplares, a mensagem edificante dos Evangelhos, os passos da Paixão de Cristo que suscitariam a compaixão do espectador. Imagens que conduziriam o neófito a descortinar a verdade teológica da igreja de Roma.

A igreja católica, através do Concílio de Trento, determinou que a arte cristã não poderia ser inspirada em falsos dogmas, seria proibida a nudez e os temas sagrados deveriam ser tratados com respeito.⁹

Na Índia Portuguesa, o 1º Concílio Provincial da Igreja de Goa (1567) determinou que “nenhum Cristão mande pintar imagens, nem cousa alguma pertencente ao culto divino a pintor infiel, nem fazer a ourives, fundidores, latoeiros infiéis, cálices,

cruzes, castiças, nem cousa outra alguma que aja de servir em Igrejas, vista a irreverencia com que os infiéis tratão as ditas cousas". Templos hindus e diversos pagodes foram derrubados (1567). As ruínas do antigo patrimônio artístico assistiram à emergência de uma arte híbrida, reflexo das trocas culturais na Índia Portuguesa: a arte indo-portuguesa.

O marfim indo-portugueses da coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro

Os marfins indo-portugueses são essencialmente voltados à ação missionária, refletindo o amplo esforço de evangelização das partes da Ásia. Os escultores de marfim tiveram acesso a esculturas e gravuras trazidas da Europa ou impressas em Goa, e produziram esculturas de caráter híbrido, em que as imagens de culto cristão identificam-se com as de religiões orientais, representando Jesus Menino como um pequeno Buda ou Nossa Senhora tal como uma divindade feminina benevolente oriental.

O artesão poderia ser um indiano que em seu labor exprimia a influência portuguesa nos temas e formas esculpidas. Os artesãos indianos mais talentosos (*mukadani*) foram conduzidos às oficinas artísticas de Portugal e havia portugueses que seguiam protótipos orientais.

Os marfins de Moçambique e Zanzibar eram muito apreciados na Índia. Os marfins tendem a amarelar com o passar dos anos, excetuando-se o translúcido "marfim verde" do Gabão e Guiné, que se torna cada vez mais alvo com o envelhecimento, sendo muito utilizado em esculturas.

O artesão indiano era muito cuidadoso ao esculpir o marfim por acreditar no mau agouro causado por estar incomodando os espíritos que habitam as árvores, pedras e defesas de elefantes. Um texto sagrado indiano menciona a existência de espíritos bons na base dos marfins e de maus espíritos na parte mediana, de modo que o corte em qualquer uma das partes traria implacáveis conseqüências por longo tempo. A Coleção Souza Lima do MHN dispõe de minúsculas esculturas que testificam o zelo do artesão indiano em não desperdiçar o marfim. As sobras de uma escultura eram empregadas na elaboração de braços ou outros pequenos detalhes destinados a uma nova escultura, sendo também bastante interessante

vislumbrar o quanto a curvatura de um marfim poderia definir a forma que assumiria a peça esculpida.

Os marfins luso-orientais, além de ser utilizados com propósitos missionários, consistiam em uma arte para exportação e, deste modo, eram suscetíveis aos apelos daqueles que encomendavam as esculturas - apreciadores do “exótico”. Como uma arte para exportação, as esculturas tiveram como destino o Brasil, Portugal, Espanha, Açores. As esculturas de marfim indo-portuguesas destinavam-se, amiúde, aos altares particulares da casa de fidalgos do século XVII e XVIII, e muito raramente eram acolhidas em igrejas ou conventos, pois eram preferidas as esculturas de dimensões maiores e policromadas.

As esculturas ebúmeas alimentavam a confiança de supersticiosos nos poderes benfazejos de uma imagem sacra: pequenas esculturas de marfim eram utilizadas como amuletos, Meninos Jesus eram retirados da companhia de Santo Antônio, cabeças e mãos da Virgem Maria e dos santos eram usados para espantar mau-olhado, invalidar sortilégios ou sanar enfermidades.

As naus da Carreira da Índia carregavam caixas e arcas repletas de marfins, tecidos, porcelanas e especiarias. Uma escultura do Menino Jesus feita por Frei Agostinho da Piedade no século XVII atestaria a chegada de marfins indo-portugueses ao Brasil. Silva-Nigra aponta a relação entre esta imagem produzida na Bahia por Frei Agostinho da Piedade e os marfins votivos indo-portugueses: “da Índia vieram as inúmeras pequenas imagens de marfim, já no começo do século XVII, as quais representam o Menino Jesus”, imagens semelhantes à escultura de Frei Agostinho¹⁰.

O Menino Jesus de Frei Agostinho da Piedade assemelha-se bastante a duas variantes do Divino Infante que se encontram na coleção de marfins indo-portugueses do Museu Histórico Nacional: o Menino Jesus Dormente e o Menino Jesus como Bom Pastor (fig.1). A Coleção Souza Lima do MHN dispõe ainda de representações de Jesus como *Salvator Mundi* (refletindo a forte influência flamenga nas oficinas portuguesas do período manuelino, mas denotando também traços que recordam representações tipicamente orien-

tais), como Menino para compor presépios, crucificado (agonizante ou morto), Jesus da Paciência, na Coluna e *Ecce Homo*.

A escultura indo-portuguesa do Bom Pastor (século XVII) representa um caso singular na arte cristã, pois o Bom Pastor costuma ser representado nesta arte como um jovem ou adulto e não como um menino (fig.1). O Bom Pastor carrega no colo uma ovelha, podendo existir também outra ovelha em seu ombro. Usa a indumentária de um pastor, traz uma cabaça, em alguns casos um cajado em que se pode ler a inscrição *Ego Sum Pastor Bonus*, clara referência à parábola do Bom Pastor (Jo 10:1-16 e Lc 15:3-7) que regozija-se com a volta da ovelha perdida e é deveras zeloso com todo seu rebanho, não abandonado as frágeis ovelhas mesmo diante da investida ameaçadora do lobo predador.

O Menino Jesus possui o cabelo formado por pequenos caracóis e apoia seu terno rosto sobre a mão direita, lembrando representações budistas. O modo como assenta-se sobre um coração recorda uma típica postura de Gautama Buddha (o Buda histórico) e de algumas imagens de Maitreya, o Buda futuro que espera



Figura 1

nos céus o seu nascimento, cinco mil anos após a morte de seu predecessor. A peanha compreende um monte composto por várias representações zoomórficas, botânicas e decorativas, onde encontramos uma fonte de água emanando de uma figura exótica, uma gárgula - quiçá um *yaksa*, um gênio da natureza indiano. Na parte inferior do monte encontra-se Maria Madalena reclinada, no interior de uma gruta. Madalena, grande modelo de pecadora arrependida, é normalmente representada com seus atributos mais comuns (caveira, cruz, açoite), mas na escultura analisada aparece com um livro aberto.

A peça esculpida revela uma noção clara de convite ao arrependimento do pecador e a noção de soteriologia, presente na imagem da ovelha desgarrada que caminha em direção a Jesus, a verdadeira fonte da vida. Outra idéia subjacente à escultura do Bom Pastor é a do constante Amor Divino. A mencionada escultura de Frei Agostinho da Piedade, que possivelmente se inspirou em um modelo luso-oriental, carrega em latim a inscrição "Eu durmo, mas meu coração está vigilante", verso do Cântico dos Cânticos. Podemos inferir que a escultura do Bom Pastor, assentado sobre um coração e cujos olhos e a postura do rosto parecem indicar que dorme serenamente, exprime a leitura cristianizada do Cântico dos Cânticos (Ct 5:2), livro bíblico extremamente lido nos conventos medievais e valorizado pela corrente mística cristã.

A devoção ao Menino Jesus foi amplamente difundida na Europa da contra-reforma, sendo muito comum o relato de mulheres devotas que passaram por alguma experiência mística em torno do mistério da Paixão futura do Menino - a consciência dos seus suplicios no porvir - ou do Amor de Cristo. O misticismo cristão, que teve Santa Teresa D'Ávila na Europa como uma grande representante, contou no Rio de Janeiro com representantes do porte de Jacinta, fundadora da Ordem das Carmelitas Descalças no Brasil e cuja atuação foi fundamental na criação do convento de Santa Teresa.

No Rio de Janeiro, os claustros encontravam-se repletos de imagens do Menino Jesus¹¹ e no Museu de Arte Sacra da Bahia, encontram-se berço, chinelinhos e acessórios sofisticados que compoem o enxoval do Menino.

Os jesuítas foram grandes difusores da devoção ao Menino Jesus no Brasil, onde costumava ser representado como um menino da casa grande trajando camisolas de crianças mimadas e com voltas de ouro no pescoço, refletindo um ideal aristocrático.

A grande devoção no mundo colonial, porém, esteve vinculada a Nossa Senhora. Padre Siqueira escreveu, em meados do século XVIII, que Nossa Senhora teria operado tantos milagres no Rio de Janeiro que a quantidade de ex-votos não cabiam na Igreja de Nossa Senhora da Lapa, ficando pelas ruas e casas adjacentes os ex-votos de desenganados que receberam a cura, de aleijados que puderam abandonar as muletas, de doentes com feridas e cabeças quebradas que foram sanadas. Nossa Senhora recebeu ampla devoção sob inúmeras invocações, contudo, a principal foi a Imaculada Conceição.

A arte cristã da contra-reforma propagou sua luta contra o protestantismo utilizando a imagem de Nossa Senhora da Conceição que esmaga a cabeça da serpente, associada à heresia e, portanto, aos temidos protestantes. Em Portugal, foi proclamada padroeira do reino em 1646, simbolizando a serpente aos pés de Maria também o inimigo português: a Espanha, bastando recordar os anos similares ao “cativo babilônico” pelo qual alguns portu-



Figura 2



Figura 3

gueses acreditaram passar durante a União Ibérica (1580-1640)¹². A representação da Imaculada Conceição respaldava-se em uma interpretação do capítulo doze do Livro de Apocalipse, em que uma mulher parturiente é perseguida por um dragão, que “é a antiga serpente chamada diabo ou Satanás”; e talvez na associação com o terceiro capítulo de Gênesis, em que se declara a sina da mulher e da serpente - constante inimizade, elucidada nas palavras divinas: “esta te ferirá a cabeça, e tu ferirás seu calcanhar.”

A representação da Imaculada Conceição teria como modelo as notórias telas de Murillo, Montañez ou Zurbaran. Alguns marfins indo-portugueses dos séculos XVI e XVII representam a Imaculada de forma bastante hierática, pseudocilíndrica, com cabelos longos, mãos postas (fig.2). O atributo fundamental da Imaculada Conceição é o crescente lunar, com as pontas voltadas para cima principalmente. Representações do século XVIII são esculpidas denotando uma idéia de maior movimento, prenúncio de um arrebatamento, refletindo uma estética mais próxima do barroco. As vestes são mais soltas e o corpo normalmente é esculpido em dupla curvatura. Na escultura analisada (fig.3), Nossa Senhora está repre-

sentada em glória, acompanhada por anjos, esmagando a cabeça da serpente.

As esculturas indo-portuguesas de Nossa Senhora da Conceição costumam trazer atributos de outras invocações, de modo que podemos encontrar a Virgem Maria sobre o crescente lunar (atributo da Conceição), carregando o Menino Jesus nos braços ou segurando um rosário (fig.2). Amiúde, o Menino apresenta o torso frontalizado e as pernas de perfil e o rosário pode ser esculpido com a cruz invertida – o que é comum na arte luso-oriental.¹³

Além da devoção à Virgem Maria, o culto aos santos era muito intenso na Europa da contra-reforma, desafiando as críticas dos reformadores protestantes. Nas colônias portuguesas, a veneração popular aos santos era igualmente marcante, podendo ser destacada a atividade das confrarias e a pompa das festas destinadas aos santos como elucidativas do fervor religioso.

A Coleção Souza Lima dispõe de esculturas de santos mártires com São Sebastião; fundadores de ordens religiosas, como São Francisco de Assis e São Domingos; São Francisco Xavier, Apóstolo das Índias; São João Batista e Evangelista; Santa Ana, São José e São Joaquim.



Figura 4



Figura 5

Durante o medievo, São José foi um homem admirado, mas não venerado. Por volta dos séculos XV e XVI, a arte figurativa começa a registrar a importância devocional que se cristaliza na figura de José, que passa a ser visto por alguns teólogos como o maior dos heróis bíblicos, acima dos consagrados patriarcas. Tentou-se desvelar o mistério intrínseco a São José, o homem a quem Deus conferiu o dever de cuidar da gestante Maria e o privilégio de conviver com Jesus e que deveria espelhar a imagem de Deus Pai. No Brasil colonial, São José, o fiel esposo, foi identificado aos aristocráticos senhores de escravos. Na escultura indo-portuguesa selecionada (fig.4), São José é representado com cabelo e barba, chapéu pendurado às costas preso pelo cordão que pode ser visto pendurado ao peito (um de seus atributos), usando sapato (talvez botas) e uma longa túnica.

Contrariando o Concílio de Trento, que rejeitava a representação de temas baseados em livros apócrifos, saiu vitoriosa a tradição de origem medieval em torno do nascimento de Maria, de sua apresentação ao Templo. Teólogos buscavam enfatizar a singularidade de Ana - mãe daquela que conceberia o

Logos Divino. São elucidativas as representações de *Sant'Ana ensinando a Menina Maria* (fig.5), em cadeira decorada em que a Menina é aconchegada pela mão da mãe que segura um livro aberto. A peça denota muita rigidez e apresenta pigmentos coloridos com os arremates dos tecidos e extremidades da cadeira em dourado.

Considerações finais

Imagens religiosas européias serviram de base para o trabalho de artesãos indianos. Os missionários utilizavam-se de artesão indianos e alguns indianos talentosos foram, inclusive, enviados a Portugal a fim desenvolverem suas técnicas, como atesta a carta de Miguel Vaz escrita em 1545 a João III, em que fala de um muito hábil pintor indiano, dizendo que ele “era o melhor de todos” e que seria levado a Portugal pois desejava “aperfeiçoar sua arte e tornar-se um cristão”.

Todavia, se reconhecemos a influência dos temas e das formas de representação da arte cristã européia na elaboração da arte indo-portuguesa, não podemos negligenciar os traços que são tipicamente orientais, como a expressão do rosto de esculturas do Menino Jesus, que como Bom Pastor representa um caso exemplar de riqueza artística e de singular representação do Divino Infante – o qual costuma ser representado como Menino apenas em episódios como a Natividade, a fuga do Egito, nos braços de Nossa Senhora, mas não como o Bom Pastor.

Os marfins indo-portugueses revelam um interessante episódio do encontro de culturas, a portuguesa e a indiana. Indicam, ainda, apreciáveis aspectos da atividade missionária: o respaldo ao desenvolvimento das habilidades de artesãos indianos e o uso de imagens com propósitos pedagógicos e evangelizadores.

Notas

1. A expressão *connected histories*, proposta pelo historiador indiano do império português Sanjay Subrahmanyam, refere-se aos contatos entre distintos povos em escala planetária, povos que teriam suas histórias ligadas, conectadas durante a Idade Moderna.

2. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 34. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. P. 58.
3. LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 2000. P. 278.
4. LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e sociedade do Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999. P.13.
5. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* P. 38.
6. SILVA, Lina Gorestein Perreira. *A Inquisição e os cristãos-novos no Rio de Janeiro: século XVIII*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995. P. 51 e 55.
7. FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. P. 333.
8. CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *A Forma e a Imagem: Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro Colonial*. Rio de Janeiro: PUC./ RIO, 1991. P. 79, 101-2.
9. MALE, Emile. *L'Art Religieux de la fin du XVI siècle, du XVIIe siècle et du XVIIIe siècle: étude sur l'iconographie après le Concile de Trente: Italie, France, Espagne, Flandres*. Paris: Armand Colin, 1951. P. 1-5.
10. SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade e Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Universidade Federal da Bahia, 1971. P. 34.
11. GRANTI, Leila Mezan. *Hanradas e Devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Brasília: UNB, 1993.
12. SOBRAL, Luís de Moura. *Pintura e Poesia na época barroca a homenagem da Academia dos Singulares a Bento Coelho da Silveira*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. P. 110-114.
13. TÁVORA, Bernardo Ferrão Tavares e. *Imaginária Luso-Oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983.

**Crianças: ausentes dos discursos
museográficos do
Museu Histórico Nacional***

Angela Cardoso Guedes

Nota biográfica

Angela Cardoso Guedes é graduada em Comunicação Social e obteve o grau de Mestre em Ciência da Informação (convênio Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica / Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Atualmente, desenvolve tese de doutorado nessa mesma área, tendo como tema o brinquedo enquanto fonte de informação museológica. Sempre atuou em instituições culturais e desde 1990 é assessora de comunicação do Museu Histórico Nacional.

Resumo

Crianças: ausentes dos discursos museográficos do Museu Histórico Nacional

Angela Cardoso Guedes

A reflexão sobre a presença/ausência da criança e de objetos a ela relacionados nas exposições permanentes do Museu Histórico Nacional é o principal tema desse artigo. A inclusão da criança nos discursos museográficos em muito contribuiria para uma melhor compreensão de nossa trajetória enquanto cidadãos e da formação cultural de nosso país e para fazer justiça aos milhões de crianças anônimas, que, com seus braços frágeis, integraram a da força de trabalho que construiu a nossa Nação, desde os grumetes das naus portuguesas aos operários das indústrias do início do século XX. Ao mesmo tempo, estabeleceria, ainda, laços afetivos, de identificação e de reconhecimento de sua própria condição com um dos mais fiéis visitantes do Museu Histórico Nacional: o público infantil e juvenil trazido pela escola.

PALAVRAS-CHAVE: infância, exposição, brinquedo, criança, museu.

* Este artigo integra as pesquisas realizadas para tese de doutorado em ciência da informação sob a orientação da Professora Doutora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro.

Ao visitarmos o Museu Histórico Nacional, não percebemos a criança nem objetos a ela relacionados em quaisquer de suas exposições permanentes; ela parece não fazer parte da História oficial ou do cotidiano das diversas épocas, desde o descobrimento do Brasil ao século XXI.

Acreditamos, no entanto, que a inclusão da criança nos discursos museográficos em muito contribuiria para uma melhor compreensão de nossa trajetória enquanto cidadãos e da formação cultural de nosso país, como preconiza Gilberto Freyre ao atribuir, em grande parte, às brincadeiras, às histórias, à literatura, ao folclore e às lendas comuns às crianças de norte a sul do país o amálgama que une os brasileiros.

Ao mesmo tempo, a presença da criança nas exposições estabeleceria laços afetivos e de identificação e reconhecimento de sua própria condição com um dos mais fiéis visitantes do Museu Histórico Nacional: o público infantil e juvenil trazido pela escola.

Por outro lado, faríamos justiça aos milhões de crianças anônimas, que, com seus braços frágeis, integraram a da força de trabalho que construiu a nossa Nação, desde os grumetes das naus portuguesas aos operários das indústrias do início do século XX.

Uma das primeiras peças incorporadas ao acervo do Museu Histórico Nacional é justamente a escultura “Alegoria ao Trabalho”, de Antoine Nelson, datada da primeira década do século XX, representando o conceito moderno de trabalho: um jovem forte, seminu, com uma picareta na mão; um verdadeiro “homem sadio de corpo e alma, apto para constituir uma célula do organismo social”, sobretudo aquele de origem mais humilde, a ser formado após a breve passagem pela escola. No Brasil de 1922, o jornal “O Estado de São Paulo” denunciava a presença de menores de oito anos trabalhando nas fábricas de São Paulo...

Na última década do século XX, o Brasil ainda tinha aproximadamente oito milhões de crianças e adolescentes, de cinco a dezessete anos, trabalhando ilegalmente, submetidos às longas jornadas, à disciplina rigorosa, à baixa remuneração, sem direitos ou oportunidade de estudo.

Visando a aprofundar a reflexão sobre a presença – ou ausência – da criança nos discursos museográficos, analisamos quatro exposições permanentes do Museu Histórico Nacional - *Colonização e Dependência* (proposta conceitual do Prof. Dr. Antônio Luiz Porto e Albuquerque), *Imagens e Idéias do Divino* (proposta conceitual de Mário Chagas), *Expansão, Ordem e Defesa* (proposta conceitual do Prof. Luís Affonso Seigneur de Albuquerque e Mônica de Almeida Gonçalves, com a consultoria do Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos) e *Memória do Estado Imperial* (curadoria do Prof. Dr. Afonso Carlos Marques dos Santos) -, nas quais procuramos detectar as oportunidades onde poderiam ter sido destacados os papéis desempenhados pela criança.

Colonização e Dependência

Essa exposição, que aborda essencialmente os ciclos econômicos do Brasil e suas relações de dependência, inicialmente com a Metrópole e posteriormente com outros países, é aberta com um painel do artista plástico Clécio Penedo, especialmente feito para esse contexto. Entre as inúmeras imagens mostradas, nenhuma se refere à criança, prenunciando-se já a sua ausência ao longo de praticamente toda a exposição.

Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal! Por te cruzarmos, quantas mães choraram, quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar, para que fosses nosso, ó mar.¹

No núcleo *O mar é o caminho*, estão disponíveis informações sobre a expansão marítima europeia. No entanto, saberá o visitante da presença das crianças nas grandes navegações? Embora em menor escala, as crianças também participaram das viagens transatlânticas rumo ao Brasil empreendidas por Portugal a partir de 1530. Entre as crianças viajantes, encontravam-se as órfãs do Rei, enviadas para se casar com súditos da Coroa, ou os passageiros embarcados na companhia dos pais ou de algum parente. Vale destacar, ainda, o difícil cotidiano dos menores destinados ao mais árduo trabalho a bordo: os grumetes, muitos dos quais “vendidos” por seus pais ou seqüestrados de suas famílias, sobretudo das judias, e os pajens, geralmente oriundos de famílias mais abastadas.

Tarefas árduas e pesadas, sobretudo para os grumetes; insalubridade, doenças, alimento escasso e abuso sexual caracterizavam a vida da criança nas embarcações portuguesas. Era rara a sobrevivência à longa travessia ou a um provável naufrágio e, em caso de ataque de piratas, certa a captura para trabalhos forçados ou demanda de resgate.

Alta era a taxa de mortalidade infantil na Europa durante a Idade Média e mesmo em períodos posteriores – a expectativa de vida das crianças portuguesas entre os séculos XIV e XVIII era de quatorze anos – o que fazia com que as crianças, sobretudo as das classes mais populares, tivessem sua força de trabalho aproveitada ao máximo.

Em uma época em que meninas de 15 anos eram consideradas aptas para casar e meninos de nove anos plenamente capacitados para o trabalho pesado, o cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas era extremamente penoso para os pequeninos. Os meninos não eram ainda homens mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer.²

Num outro momento, *Colonização e Dependência* aborda o ciclo da cana de açúcar e apresenta fotografias de escravos adultos, instrumentos de suplício e uma maquete do artista popular Antônio de Oliveira, que retrata o universo da casa-grande e da senzala, exemplificando somente as atividades econômicas e o castigo dos escravos.

Onde estão a *negra velha*, a *ama de leite*, o *akpalô*, o *moleque*, o *mané gostoso*? O precioso legado cultural transmitido pelos negros não está presente na exposição... Grandes contadoras de histórias, as “negras velhas” ou “amas de leite” transformaram as cantigas de acalanto e histórias de origem portuguesa. Seguindo a tradição africana de existirem indivíduos com a profissão de contar histórias e andar de lugar em lugar recitando contos – “akpalô”, fazedores de “alô” ou conto -, as “negras velhas” andavam de

engenho em engenho, contando histórias às outras negras, amas de meninos brancos. Segundo Freyre,

(...) Por intermédio dessas negras velhas e das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com as pessoas, falando como gente, casando-se, banquetecendo-se – acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais – quase todas histórias de madrastas, de príncipes, de gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras encantadas, mouras tortas.³

Cavá, pipi, bumbum, neném, tatá, papá, papato, au-au, côcô, dindinho, bimbinha. Se a influência negra não gerou a tradição de objetos brinquedos específicos, modificou, segundo Freyre, através da ação de uma negra junto à criança e do escravo junto ao filho do senhor branco, profundamente a linguagem infantil, amolecendo-a e adocicando-a.

Da boca africana aliada ao clima – outro corruptor das línguas europeias, na fervura, por que passaram na América tropical e sub-tropical, o processo de reduplicação da sílaba tônica, tão das línguas selvagens e da linguagem das crianças, atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto. O “doe” dos grandes tornou-se o “doe-doe” dos meninos. Palavra muito mais dengosa.⁴

As Antônias ficaram Dondons, Toinhas, Totonhas; as Terezas, Tetés; os Manoéis, Nezinhas, Manés, Mandus; os Franciscos, Chicos, Chiquinhos, Chicôs; os Pedros, Pepês; os Albertos, Bebetos, Betinhos. Isto sem falarmos das Yayás, dos Yoyós, das Sinhás, das Manus, Calus, Bembens, Dedés, Morocas, Nocas, Nonocas, Gegês: “Os nomes próprios foram os que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos.”⁵

Interessante, ainda, é observar em Freyre como procede a criação do “habitus” no seio da família que, posteriormente, contribuirá para a formação do amálgama da sociedade brasileira:

À figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensi-

nava as primeiras palavras em português errado, o primeiro Padre Nosso e Ave Maria, o primeiro “vôte” ou “oxente” que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e “molho de ferrugem”, ela própria amolegando a comida – outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora. O vulto do moleque companheiro de brinquedo. O do negro velho, contador de histórias. O da mucama. O da cozinheira. Toda uma série de contatos diversos importando em novas relações com o meio, com a vida, com o mundo. Importando em experiências que se realizavam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice ou de corruptor.⁶

A vida de escravo iniciava-se muito cedo:

As pequenas crianças negras eram consideradas graciosas e serviam de distração para as mulheres brancas que viviam reclusas, em uma vida monótona. Eram como que brinquedos, elas as agradavam, riam de suas cambalhotas e brincadeiras, lhes davam doces e biscoitos, deixavam que, enquanto pequenos, participassem da vida de seus filhos.⁷

Era comum ofertar-se à criança branca uma criança negra da mesma idade, para ser usada como brinquedo. Destaca Freyre:

Logo que a criança deixa o berço (...) dão-lhe um escravo de seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição. (...) Enfim, a ridícula ternura dos pais anima o insuportável despotismo dos filhos.⁸

Leva-pancadas, mané gostoso, cavalo, amigo, criado... O moleque companheiro de brinquedo do menino branco podia ser manejado, maltratado à vontade por nhonhô, como “se fosse todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como os judas de Sábado de aleluia e não de carne e osso como os meninos brancos.”⁹

O melhor brinquedo dos meninos de engenho era montar a cavalo em carneiros, mas, na falta de carneiros, em moleques. Nas brincadeiras, muitas vezes brutas, dos filhos de senhores de engenho, os moleques serviam para tudo: eram bois de carros, eram cavalos de montaria, eram burros de liteiras e

de cargas mais pesadas. Apesar de todos os possíveis maus tratos pelo menino branco, a criança negra experimentava uma certa “igualdade familiar” até geralmente os sete anos, quando abruptamente terminava o faz-de-conta, cabendo-lhe então o início de uma árdua vida de tarefas forçadas, entregue à tirania de outros escravos. Aos sete anos a criança era considerada na “idade da razão”, perfeitamente capaz de discernir entre o bem e o mal. A partir desta idade, podiam ser separadas dos pais e vendidas a terceiros, o que raramente ocorria antes dos sete anos pois dificilmente se investiria dinheiro no menor incapaz de agir por si mesmo ou apto a empreender pequenos serviços, a não ser os destinados à distração das senhoras ou como brinquedos para as crianças brancas.

Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama... Aos 12 anos, a criança sobrevivente era um adulto completamente adestrado e trazia por sobrenome a sua profissão, esta refletindo no preço que alcançaria num pregão de escravos.

Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear (...) o preço crescia (...) aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial.¹⁰

Já no núcleo *A corrida do ouro*, sobre a mineração em Minas Gerais, justifica-se a ausência da criança, pois aquele contexto não propiciava a vida familiar, devido às constantes mudanças em busca de novas lavras. Não havia interesse em levar crianças escravas, pois a árdua tarefa de extrair minerais preciosos exigia vigor físico. O escravo valioso e apreciado naquela região tinha entre quinze e vinte e quatro anos; idade inferior a esta era vista com o depreciativo “moleque”, sendo ainda bem cotado aquele entre vinte e quatro e trinta e cinco anos e os maiores de trinta e cinco anos já considerados idosos...

A morte no interior das Minas Gerais não era vista como uma tragédia, e sim uma fatalidade; crianças morriam e eram substituídas por outras... Neste contexto, “é fácil compreender que a criança negra é ainda mais esquecida. Aquele era um mundo de adultos, as terras mineiras não se compararam com as áreas litorâneas e açucareiras que apresentaram um luxo maior, uma vida de

família extensa, na qual os escravos viviam como partícipes, embora em situação secundária e marginalizada”¹¹.

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro também integra a exposição *Colonização e Dependência*, através de ambientações e objetos da nobreza. Entre esses, um brinquedo de corda, um barco em marfim, de origem chinesa, que pertenceu ao Imperador D. Pedro I, muito mais apresentado como uma peça de arte do que como um brinquedo...

Ao imaginarmos peça tão delicada, nos perguntamos: se uma criança tivesse efetivamente brincado com ela, teria este objeto sobrevivido em tão perfeito estado? A partir do brinquedo do Imperador, quantas reflexões acerca da infância da nobreza poderiam ter sido feitas... Desde cedo, as crianças da sociedade aristocrática do século XIX deviam submeter-se a normas de conduta que lhes limitavam os movimentos.

No atelier do fotógrafo eram aprisionados à pose, nas festas de família aos trajes enfeitados, nas escolas à disciplina dos estudos e em casa à moral das orações e aos temores a Deus. Contra tudo isso, levantava-se a energia infantil potencializada nos momentos de descontração, quando podia dar vazão às alegrias e aproveitar o banho de cachoeira, o passeio de barco, a volta de bonde pelo Jardim Botânico ou as cavalgadas pelo campo.¹²

Como terá sido a infância de D. Pedro I? E a do Imperador D. Pedro II? Certamente mais rígida e plena de estudos e compromissos do que a de seu pai... Que brinquedos terá D. Pedro I enviado da Europa ao filho depois de deixar o Brasil e como esse terá agradecido ao pai? Vale destacar a carta de D. Pedro I ao filho de seis anos, escrita no exílio, enviando brinquedos, “huns poucos bonitos, que estimarei te agradem”¹³: três balões, uma caixa de soldados, uma espingarda, um talabarte, uma espada, uma lanterna mágica, uma pistola, uma carroça, uma corda para saltar e um trem de cozinha. Dois anos mais tarde, D. Pedro II já concentrava suas atenções ao estudo, relegando a segundo plano os brinquedos.

E como D. Pedro II educou as filhas? O próprio Imperador revelou em seu diário que “o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo

extremosamente, são meus principais divertimentos”. Coube ao Imperador impor às princesas uma rígida disciplina de estudos, que se iniciavam às sete horas da manhã e prolongavam-se até às nove da noite: inglês, francês, alemão, religião, física, botânica, grego, piano, literatura, latim e fotografia.

Suas filhas, no entanto, apesar da rígida disciplina, ainda brincavam com bonecas aos nove e dez anos. E com quais brinquedos divertiam-se as crianças da elite brasileira do século XIX? Ao longo desse século, fato relevante em relação à criança é que tornam-se cada vez mais cobiçados os brinquedos feitos fora de casa.

Desde 1845, a Corte já contava com 12 casas de brinquedos, localizadas nas ruas centrais da cidade, sendo a mais famosa a chamada “Ao Paraíso das Crianças”, cujo anúncio publicado na seção de notabilidades do Almanaque Laemmert, evidenciava que a criança ainda estava surgindo como consumidor efetivo, pois entre brinquedos, carrinhos para crianças e velocípedes, vendia-se também objetos de fantasia, perfumaria finas e, surpreendentemente, charutos e fumos de todas as qualidades. Portanto, já era possível no comércio da Corte comprar presentes de qualidade para crianças de diferentes idades.¹⁴

As crianças do século XIX encontravam ainda, disponíveis nas livrarias, exemplares de “O homem da barba azul” e “O gato com botas”. Para os maiores, “Os três mosqueteiros”, de Alexandre Dumas, ou “Cinco Semanas em um balão”, de Júlio Verne, eram os mais procurados em livrarias como a Martins. Entre os autores nacionais, Machado de Assis e José de Alencar eram achados na Garnier. Característica do século XIX era ainda a literatura moralista, voltada para crianças e adolescentes, visando a valorizar os bons costumes, a verdade, a virtude e a caridade.

Interessante é o artigo de Ana Isabel Buescu¹⁵ sobre a educação de príncipes na Península Ibérica do século XVI, baseado na obra *Libro Primero del Espejo del Príncipe Cristiano*, de Francisco de Monçon, impressa em 1544, onde coloca-se o problema da educação do príncipe herdeiro e da escolha do mestre que dela seria encarregado e que, com certeza, refletiu-se no modo como os príncipes portugueses e imperadores brasileiros foram educados.

O livro sistematiza as práticas e comportamentos, quer no que diz respeito à pedagogia, quer ao convívio cortesão, é dirigido ao Príncipe e constitui também um conjunto de regras e valores comuns à sociedade da corte e à nobreza, tais como a aprendizagem das letras, ciências e piedade cristã, as formas de aquisição individual das virtudes, os jogos e entretenimentos, a relação com a casa e a corte e os exercícios militares.

Prioritariamente utilizado na educação do príncipe D. João aos sete anos, herdeiro do trono de Portugal, visando a estabelecer as virtudes necessárias ao ofício de rei, o livro teve também como destinatárias as crianças nobres: trata-se de um amplo conjunto de normas e de práticas relativas ao universo aristocrático, seja através de uma dimensão estritamente pedagógica relativa à educação de príncipes e “ninõs generosos”, ou de uma reflexão sobre a corte e seus protagonistas.

Segundo a obra, a educação do príncipe deve iniciar-se bastante cedo. A criança, desde que comece a falar, deve ser iniciada no abecedário, para que rapidamente consiga ler, e na aprendizagem de várias línguas vulgares, como o espanhol, o italiano e o francês, sendo que o ensino da língua latina deve iniciar-se aos cinco anos de idade. A formação do jovem príncipe não é completa se não contemplar outros tipos de atividades, que complementem o ensino das letras, das ciências, da devoção e da aprendizagem do controle de apetites e paixões. Sua educação deve compreender uma vertente lúdica e de entretenimento.

Um entretenimento permitido ao príncipe é a música, mas não qualquer uma, somente o gênero “licito y loable”. Instrumentos de sopro ou que implicam gestos e expressões faciais incompatíveis com seu estado e condição são desaconselháveis. É lícita a música de “vozes y cuerdas”, em que se destaca a aprendizagem de viola, instrumento explicitamente elogiado. Além da música, devem estar presentes o canto e a dança, esta última expressão maior da sociabilidade de corte.

Já a atividade lúdica visava a boa condição física e o preparo para as atividades militares. Neste sentido, são estimulados o “jogo da péla”, jogo de

nobres; a caça, a pesca e a natação, práticas que remetem para a agilidade, força e destreza física.

Em suma, a atividade física deve convergir para a formação do perfeito cavaleiro, ideal aristocrático do qual o príncipe deve ser o mais decisivo modelo; neste sentido, o exercício das armas, a atividade venatória ou desportiva têm como finalidade última inculcar-lhe o gosto pelo comando e pela prática militar, necessárias ao seu futuro ofício de rei: o príncipe deve ser visto, mas em perfeição e não em falta (treinamentos sem público, participações raras e em grande estilo).¹⁵

Ao final da exposição *Colonização e Dependência*, o núcleo *Novos braços para a lavoura* aborda a chegada de “levas de laboriosos imigrantes” da Europa empobrecida, que “com suas ideologias, seus hábitos e seus costumes dariam ao Brasil nova feição”¹⁷.

Pela primeira vez em toda a exposição, muitas imagens de crianças estão entre as vinte e duas fotografias de imigrantes selecionadas, inclusive uma retratando um grupo de operários, tendo à frente jovens, mulheres e crianças da fábrica de escovas de Anselmo Cerello. Diz a legenda: “Não apenas as mulheres, mas também as crianças dividiam com os homens as duras e longas jornadas de trabalho, complementando o contingente de mão de obra necessário para desenvolver a lavoura cafeeira e movimentar as fábricas”.

As fotos de família, seu cotidiano, seu trabalho, ao lado de fotos de documentos de identidade e de objetos de uso pessoal - panela e chaleira japonesas, jogo de café italiano, sandálias alemãs, malas de bambu japonesas – humanizam a exposição, valorizam o papel da criança e da mulher, ressaltam rostos anônimos, tornando-os agentes da história.

Visando a conter os custos de produção, as indústrias nascentes no Brasil, sobretudo em São Paulo, no início do século XX, usaram e abusaram da mão-de-obra infantil e juvenil, sendo responsáveis por inúmeras mutilações e mesmo mortes de menores em acidentes de trabalho, dado o exercício de funções inadequadas para a idade e as péssimas condições de trabalho. Ao longo da Velha República, ambientes de trabalho insalubres e perigosos, salá-

rios insignificantes, custo de vida elevado e exploração da mão-de-obra infanto-juvenil e feminina caracterizavam o cotidiano de famílias da classe operária, muitas das quais constituídas por imigrantes.

A partir do término da imigração em massa, jornais de língua italiana, como o “*Fanfulla*”, indicavam estarem abertas as portas das fábricas e portões da indústria às crianças e adolescentes: *bambini, fanciulli, ragazzi* encabeçavam anúncios em busca de trabalhadores.

Alimentos e bebidas, tecidos e chapéus, cigarros e charutos, vidros e metais, tijolos e móveis, entre uma série de outros produtos então fabricados em São Paulo, passavam por mãos pequeninas, trazendo na sua esteira a indiferença às particularidades e às necessidades da infância e da adolescência. Em 1890, segundo a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, os menores representavam aproximadamente um quarto da mão de obra empregada na indústria têxtil, na capital de São Paulo. Em princípios da década de 1910, o Departamento Estadual de Trabalho apurava que em estabelecimentos têxteis da cidade, essa mão de obra era equivalente a 30%. No entanto, em 1919, o mesmo Departamento verificava que, considerado o total de trabalhadores absorvidos pelo setor têxtil no estado, 37% eram menores, sendo que, em relação aos estabelecimentos da capital, essa mão de obra era estimada em cerca de 40%.¹⁸

Ressaltamos, ainda, o abuso de poder por parte dos patrões, sobretudo os mestres e contramestres, infligindo maus tratos às crianças e adolescentes para mantê-los “na linha” durante o trabalho. Registramos, no entanto, a presença do brinqueado e da brincadeira, severamente punidos, nestes ambientes de trabalho, seja como o afloramento natural da atividade lúdica nesta idade, seja como forma de resistência.

(...) o mundo do trabalho não subvertia a infância e a adolescência a ponto de excluir o lúdico de suas vidas. As brincadeiras dos menores teimosamente resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho e foram, ao longo do tempo, em nome disciplina exigida nos regulamentos das fábricas e oficinas, o claro detonador de atitudes violentas. (...) As brincadeiras no ambiente de trabalho demonstram, por

sua vez, como o emprego indiscriminado de crianças e adolescentes em funções para as quais não estavam preparados ou que, de fato, envolviam riscos, foi determinante em relação à história desses trabalhadores. (...) As dependências das fábricas e oficinas, em função das longas jornadas de trabalho, acabaram sendo, assim, o espaço no qual as crianças e adolescentes entregavam-se às brincadeiras próprias da idade, transformando em brinquedo aquilo que eventualmente tinham ao alcance das mãos.¹⁹

Registrou-se grande número de acidentes devido a brincadeiras com armas de fogo ou barras de ferro, por exemplo.

As atitudes inadequadas ao ambiente de trabalho, porém, adequadas à idade, permitem ter em relação à presença dos menores nas fábricas e oficinas, uma outra percepção: negando-se a obedecer as regras impostas, esses menores demonstravam como a condição de criança e de adolescente se sobrepunha, em muitas situações, à de trabalhador. Fresta importante na rigidez de comportamento pretendida no interior das fábricas e oficinas, a desobediência, a malcriação, as brincadeiras pontuavam o cotidiano do trabalho no período, iluminando com uma forma peculiar de resistência, a história desses pequenos trabalhadores. As brincadeiras provavelmente quebravam a rotina esmagadora dos dias tão longos passados entre os muros dos estabelecimentos industriais, aliviavam a tensão que permeava a situação de trabalho, e resgatavam minimamente o direito à infância e à adolescência, tão negado a esses trabalhadores a partir do ingresso no mundo do trabalho.²⁰

As longas jornadas de trabalho (12 a 14 horas diárias, com intervalos reduzidos e sem descanso semanal), o enorme esforço físico exigido de corpos ainda frágeis, a insalubridade do ambiente de trabalho e moradias inadequadas como os cortiços, a não observância aos princípios mínimos de higiene, aliados à má nutrição e à fadiga extrema, resultavam em inúmeras doenças, entre as quais a tuberculose. Embora já na década de 1910 existissem leis para o trabalho de menores, as mesmas não eram postas em prática, muito porque “os dispositivos que regulamentavam a atividade de crianças e adolescentes nas fábricas e oficinas estavam diluídos no conteúdo de um corpo legislativo

mais amplo, os Códigos Sanitários do Estado, e consistiam, de fato, em medidas restritas”.²¹

Idéias e Imagens do Divino

Nessa exposição, integrada por objetos de devoção e da fé católica, santos, oratórios e painéis pintados utilizados em procissão, não há referências à criança, nem mesmo ao seu papel nas procissões e nas festas religiosas. Como fruto da educação jesuíta, também as crianças participavam das festas do calendário tradicional. Nos autos de Natal, eram anjinhos ou pastores e nas festas de São João ou Reis pulavam a fogueira, subiam em mastros e, a partir do século XVIII, soltavam rojões e estrelinhas.

Alegando procissões, enfeitados com carapuças cobertas de pedrarias e flores, animavam coreografias e cantos em homenagem a determinado santo da igreja católica ou em homenagem aos governadores recém-chegados de Portugal.²²

Entre as funções das crianças negras também estava participar das festividades de rua e cívicas, mas, sobretudo, das cerimônias religiosas. Representavam nos grupos de teatro, participavam das bandas e dos grupos musicais e os que tinham boa voz eram treinados para cantar. Os “moleques” escravos podiam ser alugados para participar destes eventos, enquanto que os livres faziam deles um meio de vida desde a infância.

[No interior das Minas Gerais] Algumas crianças participavam da vida do trabalho não apenas como músicos e atores, mas também como auxiliares de construtores, pintores e arquitetos. Muitos aprenderam tais ofícios ainda quando eram muito pequeninos. Alguns eram livres, mas vários eram escravos dos próprios artesãos ou de outros proprietários e também participavam destas funções e desse aprendizado informal. Muitos cresceram neste meio e puderam se tornar artistas de valor. Pequenas funções domésticas eram exercidas por crianças, inclusive levando recados, mas a simplicidade da vida, voltada mais para o trabalho na mineração, com pouco luxo, acabava por afastá-la de tarefa mais significativa. Não era visto com bons olhos o trabalho de acompanhar suas mães em seu deambular como vendedoras de inúmeros pro-

duros, de alimentos e do mais que ofereciam. Pensavam que assim poderiam participar e auxiliar no contrabando.²³

Expansão, Ordem e Defesa

Essa exposição, que conta a história do Brasil através da expansão do território nacional, é aberta com a presença do índio, representado por fotografias de adultos e objetos utilizados por tribos do Xingu durante o ritual Kuarup, além de armas diversas: conjunto de zarabatana e aljava com dardos, arpão, arcos, flechas e bordunas.

O “curumim” encontra-se totalmente ausente desse discurso. A sua forte influência nos brinquedos e brincadeiras dos brasileiros, disseminada a partir da convivência de índios e filhos de portugueses, mestiços e caboclos nos colégios jesuítas dos séculos XVI e XVII, não está representada no Museu. Freyre destaca o clima fraternal entre alunos de diferentes origens que propiciou uma integração entre conquistadores e conquistados.

(...) um processo de co-educação das duas raças – a conquistadora e a conquistada: um processo de reciprocidade cultural entre filhos da terra e meninos do reino. Terão sido os pátios de tais colégios um ponto de encontro e de amalgamento de tradições indígenas com européias; de intercâmbio de brinquedos; de formação de palavras, jogos, superstições mestiças. O bodoque de caçar passarinho, dos meninos índios, o papagaio de papel, dos portugueses, a bola da borracha, as danças, etc., terão aí se encontrado, misturando-se. A “carrapeta” – forma brasileira de pião – deve ter resultado desse intercâmbio infantil. Também a gaita de canudo de mamão e talvez certos brinquedos com quenga de coco e castanha de caju.²⁴

Rostos de crianças indígenas, no entanto, surgem noutra contexto – não mais livres e soberanas em nossas matas, florestas e rios, mas “colonizadas” pelas missões religiosas do século XX. As imagens mostram estas crianças em exames de aritmética, meninas bororo já batizadas cursando aulas, índias da colônia de Rio das Graças em aula de datilografia e ditado, lição de geografia assistida pelo inspetor da Missão Salesiana, grupo de índios da Co-

lônia Imaculada (estas imagens são reproduções fotográficas do álbum “Missões em Mato Grosso”, 1908, Coleção Miguel Calmon).

Diz a legenda: “Em novembro de 1912, o Marechal Candido Rondon, em relatório oficial publicado em vários jornais do Rio, denunciou diversas irregularidades na Missão Salesiana de Mato Grosso, entre outras: aluguel de índios aos fazendeiros, desmembramento de famílias, má alimentação, maus tratos físicos e exigência da presença de índios na missa.” Ainda oprimida é a criança que integra a foto da família do sem-terra Nelson Alves Pães, morador do assentamento na Fazenda Lageado Bonito, Água-doce, Santa Catarina, em 1993.

Na vitrine em que são apresentados os símbolos do Império do Brasil, nada representa os monarcas em sua infância e, em relação ao Imperador D. Pedro II, nenhum símbolo é anterior à sua coroação, em 18 de junho de 1841, quando passa a exercer o poder moderador, na qualidade de Chefe de Estado, como Imperador constitucional do Brasil. Ao contrário, é o ritual da coroação que é celebrado, com peças como o molde da “mão direita de D. Pedro II por ocasião da Coroação em 1841”.

Em outro momento da exposição, é retratada a Guerra do Paraguai, através da monumental tela de Vítor Meireles, “O Combate Naval do Riachuelo”, e de outros objetos utilizados por soldados durante o conflito. Onde estão as referências aos meninos que lutaram?

Após a Independência do Brasil, a Marinha recrutou crianças, valorizando as que tinham estudado nas Companhias de Aprendizes Marinheiros. Com o advento da Guerra do Paraguai, que se estendeu por um longo período, requerendo a participação de grandes contingentes de soldados, crianças sem nenhum treinamento foram enviadas aos campos de batalha. As Companhias de Aprendizes Marinheiros foram instituídas a partir de 1849 e representam a primeira instituição pública brasileira para menores que não pudessem permanecer sob a custódia dos hospitais ou de responsáveis: os enjeitados nas casas dos expostos, os enviados pela polícia e os “voluntários”, enviados pelos próprios responsáveis, já que estes recebiam um “prêmio” equivalente a 20% do preço de um escravo adulto ou ao preço total de duas ou mais

crianças escravas. Ressaltamos que estas companhias significavam uma das poucas oportunidades de acesso a uma profissão disponível para a criança pobre: ao lado da instrução, no entanto, o rigor da chibata.

Durante a Guerra do Paraguai, os meninos das Companhias de Aprendizes Marinheiros foram sistematicamente encaminhados aos batalhões navais e, quando aqueles tornaram-se escassos, iniciou-se o recrutamento obrigatório. Meninos de nove a doze anos foram convocados entre 1864 e 1870. O envio de crianças aos batalhões navais revelou, ainda, conflitos entre o Estado e as famílias, interessadas em proteger seus filhos, "revelando assim a adoção de valores mais modernos relativos à infância"²⁵ do que aqueles manifestados anteriormente.

Em que pese a louvação da historiografia oficial em relação aos 'grandes almirantes', foram os garotos saídos das ruas, ou praticamente raptados de suas famílias, que de fato se expuseram aos perigos das balas de metralhadoras e de canhões. Foram eles que, de maneira mais arriscada, ajudaram os aliados antiparaguaios a vencer a guerra.²⁶

Memória do Estado Imperial

"A memória do Estado confunde-se com a memória do exercício do poder. Ela não é suficiente para expressar a História dos vários setores de uma sociedade, constituindo-se numa dimensão da existência humana atrelada às elites políticas intelectuais. Mas a História não pode prescindir, para entender a construção humana, do imaginário produzido pelo poder. Esta exposição reúne elementos simbólicos que correspondem ao processo de construção imaginária do Estado e da Nação no Brasil", diz o texto de abertura da exposição. Nesta, o visitante tem acesso a objetos ícones da história do Brasil relacionadas ao período imperial, como a grade do "Fico", de onde D. Pedro I disse ao povo "Se é para o bem e a felicidade geral da Nação, diga ao Povo que fico"; as telas "Sessão do Conselho de Ministros que decidiu a independência", de Georgina de Albuquerque, e "Os primeiros sons do hino da Independência", de Augusto Bracet, ambas de 1922; e a mesa de reuniões da Presidência na 1ª Assembléia Constituinte do Brasil, de 03 de maio a 12 de novembro

de 1823, na qual declarou José Bonifácio de Andrada e Silva que “Sem a Monarquia não haveria um centro de força e união e sem esta não se poderia resistir às Cortes de Portugal e aderir à Independência Nacional”.

Um núcleo dedica-se à ascendência genealógica de D. João VI e à importância dos casamentos reais, sendo ilustrado por acervos como a tela de Edoardo de Martino, de 1872, “A Chegada da Fragata Constituição”, trazendo a futura esposa de D. Pedro II, e o serviço de jantar comemorativo ao casamento de D. Pedro I e D. Amélia. “Os casamentos reais foram ditados por razões de Estado e cumpriam importante papel nas alianças políticas internacionais, favorecidas pela rede de parentesco existente entre as casas reinantes européias”²⁷.

Há, ainda, o “Trono do Senado” e a tela de Jules Le Chevrel, de 1862, retratando D. Pedro II em trajes majestáticos, aos trinta e sete anos: “Chefe de Estado, sustentáculo de autoridade e poder (...) seus retratos espalhados pela província simbolizavam o equilíbrio do Império, instrumento eficaz para afirmar a unidade nacional.”²⁸ Ao lado, o estudo da tela “Coroação e Sagração de D. Pedro II” na Capela Imperial, de Manuel Araújo Porto Alegre, e a tela “Juramento Constitucional da Princesa Isabel”, de Francisco Tironc, retratando a Princesa Isabel ao completar quatorze anos, em 29 de junho de 1860.

Mais uma vez, a exposição do Museu Histórico Nacional reforça o poder imperial a partir da maioridade, relegando a infância dos monarcas ao esquecimento.

A Memória do Estado Imperial relaciona o declínio do Império no Brasil ao desgaste trazido pela Guerra do Paraguai e à abolição da escravatura. Interessante observar que apenas nesse momento é apresentado ao público o único retrato de família da exposição, mostrando o Imperador D. Pedro II ao lado da esposa, filha, genro e netos, de autor não identificado e provavelmente uma das últimas imagens da família imperial no Brasil. O quadro anuncia a queda da monarquia e o exílio: a imagem do Imperador em trajes civis, idoso e cercado pelas crianças, simboliza o fim do período imperial, do poder do Monarca. Ao lado desse retrato, outro de D. Pedro II, também idoso e em trajes civis, de Ernesto Novak, de 1888, reforça essa idéia.

Ressaltamos, portanto, que em todos os momentos nos quais apresenta-se um rosto infantil nas exposições permanentes do Museu Histórico Nacional, ele está associado a um momento de opressão, representando sempre uma classe dominada: o índio, o operário, o imperador sem poder.

O Museu Histórico Nacional possui em seu acervo preciosa coleção de retratos e fotografias que certamente contemplam crianças em seu cotidiano e está formando uma coleção de brinquedos: já não é hora de integrar a criança aos seus discursos museográficos? Será que ao conhecermos melhor nossa própria infância não nos reconheceríamos mais enquanto brasileiros? Ou, como preconizava Freyre na década de 1920:

O que eu desejaria era escrever uma história como suponho ninguém ter escrito com relação a país algum: a história do menino – da sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios – brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje. (...) E creio que é só por meio de uma história deste tipo – história sociológica, psicológica, antropológica e não cronológica – será possível chegar-se a uma idéia sobre a personalidade do brasileiro. É o menino que revela o homem. Mas nunca ninguém aplicou este critério ao estudo da formação ou do desenvolvimento nacional de um país.

Todo o espaço, nas histórias convencionais – e talvez em todas até hoje escritas – é ou tem sido pouco para a glorificação dos adultos: e dentre os adultos, só os homens; dentre os homens, só os importantes como os políticos e os militares. É um erro. Deixa-se quase inteiramente fora do projetor histórico, isto é, na sombra, a mulher; deixam-se quase na sombra os intelectuais, os lavradores, os artistas, os homens de ciência, os artesãos, os industriais, os comerciantes; os servos, os escravos; e ignora-se a presença – a simples presença – da criança, do menino, do adolescente.

É preciso que se reaja contra isto. Porque não há compreensão possível do Homem, deixando-se de procurar compreender a Mulher e o Menino. Como não é possível compreender-se o Senhor sem se compreender o Escravo.⁴⁹

Notas

1. Trecho da poesia "Mar Português", de Fernando Pessoa.
2. RAMOS, Fábio Pestana. A História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. P.48.
3. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala* A Formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarcal. 2. ed. Schimidt, 1936. P.243.
4. Idem.
5. Idem.
6. Idem. P.247.
7. SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História... Op. cit.* P.111.
1. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* P.247-248.
2. Idem.
10. GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manoel. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História... Op. cit.* P.185.
11. SCARANO, Julita. *Op. cit.* P.110.
12. MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História... Op. cit.* P.174.
13. Cartas, correspondências entre D. Pedro I e D. Pedro II, Arquivo Histórico do Museu Imperial, I POB 22.2.831 PI.B. C1-8 apud MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças... *op. cit.* P.138.
14. MAUAD, Ana Maria. A vida... *Op. cit.* P.146.
15. BUESCU, Ana Isabel. A Educação de Príncipes e Niños Generosos: Um modelo quinhentista peninsular. *Revista da História das Idéias* (Vol. 19, 1997), Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997. P. 339-383.
16. Idem.
17. Texto da exposição *Colonização e Dependência*.
18. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História... Op. cit.* P.264-266.
19. Idem. P.268-269.
20. Idem. P.270.
21. Idem. P.271.
22. DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História... Op. cit.* P.99.
23. SCARANO, Julita. *Op. cit.* P.127.
24. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* P.120.

25. VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História... Op. cit.* P.193.
26. Idem. P.208.
27. Texto da exposição *Memória do Estado Imperial*.
28. Texto da exposição *Memória do Estado Imperial*.
29. FREYRE, Gilberto. *Tempos mortos e outros tempos*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. P.54-60.

5º dossiê

Olhares sobre o mundo lusófono

Apresentação

**Brasil e Portugal no sistema
das relações internacionais**

De volta ao Atlântico

Passado e presente de uma identidade

**Lusofonia e imaginário cultural
no ensaísmo de Eduardo Lourenço**

**Educação e autonomia em
sociedades africanas pós-coloniais**

**O azulejo como padrão cultural do
patrimônio urbano modernista brasileiro
e seus paralelos ao mundo lusófono**



Fernando Pessoa - "Heterónimo".

Costa Pinheiro

óleo/tela. 1978.

Acervo Fundação Calouste Gulbenkian

Apresentação

Adriano de Freixo

En 1974 - pouco antes do 25 de abril que mudaria a história de Portugal -, o historiador português Joaquim Barradas de Carvalho escrevia em um pequeno livro intitulado “Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?” - a partir da citação de um conhecido político conservador brasileiro - que maior do que a ignorância existente no Brasil sobre Portugal, só aquela existente em Portugal sobre o Brasil. Passados quase trinta anos, parece-nos que a situação pouco mudou: apesar dos discursos das elites brasileiras e portuguesas exaltando as “relações fraternais” e os “laços históricos e culturais profundos” existentes entre as duas nações (e entre todos os povos de língua portuguesa), este desconhecimento mútuo continua a existir e a mencionada fraternidade fica situada muito mais no campo da retórica do que no das realizações práticas.

Recentemente, durante as comemorações do V Centenário da chegada oficial dos portugueses ao Brasil, essa “identidade” entre as duas nações, e também entre todos os povos de língua portuguesa, foi bastante celebrada pela mídia e, através desta, este discurso acabou atingindo o grande público. Porém, o que percebemos é que, discursos e celebrações à parte, no Brasil, pensa-se pouco sobre Portugal e suas ex-colônias. Em todos os campos de conhecimento, a produção intelectual brasileira sobre o mundo lusófono é reduzida, principalmente no que se refere aos diversos aspectos dessas sociedades na contemporaneidade. Desta forma, percebe-se que o pouco que se produz e se discute, no Brasil, sobre Portugal e os demais países de língua portuguesa, dificilmente foge do senso comum ou de imagens estereotipadas que estão bastante distantes da realidade, apesar de, ao longo da nossa história, as relações com a África Portuguesa e, principalmente, as relações com Portugal desempenharem um papel bastante importante.

A constituição oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, em 1996, deu a impressão de que seria aberta uma nova página nas relações entre os seus Estados-membros. No entanto, até agora, essa Comunidade apresentou poucos resultados concretos em seu objetivo de aproximar os povos de língua portu-
guese-

sa e de, conforme a Declaração Constitutiva da CPLP, “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação”.

A idéia de se fazer este dossiê - “Olhares sobre o mundo lusófono” - surgiu a partir dessas questões. Assim, convidamos diversos pesquisadores brasileiros de várias áreas de conhecimento a refletir sobre as relações políticas e, principalmente, culturais entre os países de língua portuguesa. Os textos que apresentamos a seguir são os resultados destas reflexões.

No primeiro artigo, Williams Gonçalves, professor da UERJ e da UFF e um dos maiores pesquisadores brasileiros na área de Relações Internacionais, discute as relações entre Brasil e Portugal na contemporaneidade, analisando as diversas especificidades presentes nessa relação. Dentro da mesma perspectiva, Adriano de Freixo, especialista em História das Relações Internacionais, analisa, a partir de uma reflexão sobre a história portuguesa, a inserção de Portugal nas relações internacionais contemporâneas, destacando a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa neste processo.

Dando ênfase aos aspectos culturais e identitários, Oswaldo Munteal Filho, professor de História Moderna e Contemporânea da UERJ e da PUC-RJ, pensa o passado e o presente dos povos de língua portuguesa, realizando uma verdadeira “viagem” em torno da comunidade lusófona. A seguir, Maria de Lourdes Soares, professora de Literatura Portuguesa da UFRJ, volta o seu olhar para as reflexões feitas pelo ensaísta Eduardo Lourenço, um dos mais originais pensadores portugueses contemporâneos, sobre o tema da “lusofonia”.

Por sua vez, Adjovanes Thadeu Silva de Almeida e Wagner Marques Pereira, especialistas em História da Educação, discutem os projetos educacionais implementados em Angola e Moçambique após a independência, analisando o papel desses projetos na construção do Estado Nacional naqueles países. E, finalmente, Sul Brasil Pinto Rodrigues, professor do curso de Museologia da UNIRIO, fecha este dossiê com sua reflexão sobre a permanência de elementos da tradição cultural portuguesa na arquitetura modernista brasileira, a partir de um diálogo travado por Lúcio Costa e Le Corbusier a respeito dos azulejos de tradição portuguesa presentes no prédio do Ministério da Educação.

**Brasil e Portugal no sistema
das relações internacionais**

Williams Gonçalves

Nota biográfica

Williams da Silva Gonçalves, nascido em 1953 no Rio de Janeiro, é bacharel e licenciado em História pela UFF. Obteve os títulos de Mestre em Filosofia Contemporânea, pela PUC-RJ, e de Doutor em Sociologia, pela USP. Publicou os livros “O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado” (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003) e “Relações Internacionais” (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002).

Atualmente, é professor adjunto de História Contemporânea, no Departamento de História, e de Teoria das Relações Internacionais, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, ambos da UFF. Além disso, na UERJ, é professor adjunto de História Contemporânea, no Departamento de História, coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* em História das Relações Internacionais e professor de História das Relações Internacionais no curso de pós-graduação *stricto sensu* de História.

Resumo

Brasil e Portugal no Sistema das Relações Internacionais

Williams Gonçalves

Este artigo pretende traçar um amplo painel das relações luso-brasileiras ao longo do século XX, notadamente no pós-Segunda Guerra, chegando até a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na década de 1990. Procurou-se ressaltar as características particulares presentes nessa relação, com ênfase em seus aspectos políticos e culturais, bem como o seu papel nas políticas externas dos dois países.

PALAVRAS-CHAVE: relações luso-brasileiras, relações internacionais contemporâneas, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, diplomacia, relações políticas e culturais.

As relações bilaterais entre Estados quando em um deles existe expressivo número de imigrantes provenientes do outro apresenta peculiaridades. É o caso, por exemplo, das relações do Brasil com o Japão. Embora estejam inscritos em contextos geopolíticos bem distintos, a existência de enorme contingente de descendentes de imigrantes japoneses no Brasil cria uma situação cultural que os chefes de Estado e os diplomatas não podem ignorar quando empreendem negociações políticas e econômicas. E tais peculiaridades convertem-se em verdadeiro capítulo à parte nas relações internacionais quando se trata de Estados que já mantiveram relações metrópole/colônia. Esse é o caso, naturalmente, das relações Brasil-Portugal. Nesses casos, há grande dificuldade por parte dos atores que participam do processo decisório de assumir de maneira inequívoca a prioridade dos interesses nacionais. Na maior parte das vezes, a apresentação dos interesses objetivos é eludida. Coisa que não acontece nas relações com outros Estados. Quando, por exemplo, as autoridades brasileiras procuram apoiar a Argentina em sua luta para superar a crise que tomou conta do país, não se incomodam em mostrar que o fazem porque a consolidação do Mercosul constitui uma das prioridades políticas do Brasil. Muito pelo contrário, consideram que a clareza na formulação dos objetivos constitui condição indispensável para o sucesso do empreendimento diplomático. Já no caso das relações com Portugal, como foi indicado, os interesses nacionais de ambos nunca é convenientemente explicitado. Recorre-se sempre, de parte a parte, à copiosa retórica, que produz o efeito de ocultar o conteúdo político das decisões.

É muito interessante perceber, quando se trata das relações Brasil-Portugal, que as intenções políticas são sempre muito dissimuladas, ao ponto mesmo de parecer que simplesmente não existem. Quando os interesses de qualquer um dos dois Estados cria a necessidade de maior aproximação, é costume se valer dos elementos culturais para justificar a iniciativa. Nesses períodos, geralmente as trocas culturais acabam desempenhando papel central. Por outras palavras, as relações culturais entre os dois países terminam exercendo funções eminentemente políticas, sem que isso fique devidamente claro para os agentes diretamente empenhados nessas relações. Para o obscur-

vador não muito atento, fica a impressão que as relações entre os dois países só se realizam no plano cultural, jamais no plano político.

Prevaleceu uma tendência geral em considerar que, uma vez realizada a independência brasileira da metrópole portuguesa e tendo o Brasil deslocado seu eixo diplomático da Europa para os Estados Unidos (operação dirigida pelo Barão do Rio Branco na primeira década do século XX), as relações políticas entre Brasil e Portugal teriam perdido todo o sentido; sobretudo depois da grande crise dos anos 1930, ocasião em que os investimentos portugueses no Brasil e as relações comerciais entre os dois países declinaram de modo a tornar-se verdadeiramente irrelevantes. Com o término da Segunda Guerra Mundial, esse ponto de vista foi ainda mais reforçado. Isso porque, depois da guerra, a vocação brasileira para a industrialização e o desenvolvimento revelou-se irrefreável, ao passo que em Portugal mantinha-se intacta a ditadura paternalista de vezo agro-pastoril de Antônio de Oliveira Salazar. Em vista desse quadro, parecia óbvio que não havia razão para qualquer tipo de desarmonia política entre ambos os países e que as relações brasileiro-portuguesas praticamente processavam-se apenas no âmbito cultural. Os agentes sociais desse processo só poderiam ser, portanto, intelectuais e acadêmicos envolvidos com a literatura e a pesquisa histórica. Brasil e Portugal, por assim dizer, não se comportavam um em relação ao outro como dois Estados integrados ao sistema internacional de poder, mas sim como duas entidades excepcionalmente interligadas apenas na dimensão da cultura.

A despeito de todas as aparências, no entanto, as relações entre Brasil e Portugal, no período que se segue à Segunda Guerra Mundial, foram de conteúdo marcadamente político. As grandes mudanças ocorridas no sistema internacional contribuíram decisivamente para acentuar esses vínculos políticos. A nova estrutura bipolar do sistema internacional, centrada nos Estados Unidos e na União Soviética, e a nova ordem internacional, assentada em critérios de legitimação tais como respeito aos direitos humanos e à autodeterminação dos povos, fizeram com que Portugal manifestasse grande interesse em estreitar ainda mais seus laços de amizade com o Brasil.

A razão fundamental desse desejo do governo português de bom entendimento com o Brasil era o seu Império Colonial e, particularmente, a África. A África, não constitui nenhum exagero afirmar, forma o pano de

fundo do palco onde têm se desenvolvido as relações Brasil-Portugal. É mais precisamente na costa atlântica da África que se dá a convergência geopolítica dos interesses brasileiros e portugueses. Da parte de Portugal, até meados da década de 1970 era do interesse nacional lutar para manter seu poder sobre as colônias. No período que se segue à independência das colônias, a questão passa a ser a de lutar para criar oportunidades de negócios para as empresas portuguesas e continuar exercendo sua influência cultural. Da parte do Brasil, por outro lado, a costa atlântica da África, particularmente a parte austral, é importante área de segurança do Estado, motivo pelo qual o permanente interesse pela região tanto determinou o apoio ao colonialismo português, como também determinou o imediato reconhecimento dos Estados de ideologia marxista que foram erguidos em lugar das colônias.

A partir da Segunda Guerra Mundial, essas referências geopolíticas molduraram dois importantes processos políticos que, devido às enunciadas vicissitudes das relações brasileiro-portuguesas, traduziram-se em momentos de intensas relações culturais. O primeiro processo teve como núcleo a assinatura e ratificação do Tratado de Amizade e Consulta. O segundo, ainda não encerrado, foi o da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953, foi apresentado pela diplomacia de Brasil e Portugal como instrumento jurídico que selava a aliança entre os dois Estados. Para Portugal, o Tratado deveria proporcionar o incondicional apoio do Brasil à luta que tivera início, um pouco antes, em Goa, com vistas à preservação do Império Colonial contra as iniciativas internacionais em favor da independências das colônias européias na Ásia e na África. Para o Brasil, o Tratado deveria promover maior projeção internacional do país, que participaria, por meio de Portugal, do processo político internacional europeu.

Esses objetivos eram, todavia, de domínio muito restrito. Apenas um pequeno número de políticos e diplomatas, que exerciam postos de grande responsabilidade no aparato estatal e participavam diretamente do processo decisório final, estavam, por assim dizer, plenamente esclarecidos a respeito de todas as implicações da assinatura do Tratado.

Sob a cobertura política do Tratado, foram desenvolvidas intensas relações culturais entre os dois países. As teses defendidas por Gilberto Freyre,

cujo ponto central é a identificação de Portugal como matriz de uma original civilização mestiça, em meio à qual o Brasil figura como paradigma, animaram grande movimento cultural, repleto de congressos, seminários, aulas, cursos, viagens e publicações.

A frenética atividade cultural dos anos 1950 foi de extraordinária importância para Portugal. Por esse meio, Portugal obteve respaldo político para a defesa de seu principal argumento contra as críticas internacionais a respeito de suas colônias, que consistia na tese que Portugal não possuía colônias, e sim, províncias ultramarinas. Para a elite dirigente portuguesa o apoio do governo e da opinião pública brasileiros representava incomensurável êxito diplomático, uma vez que o país tivera seu pedido de ingresso na ONU negado até 1955 e, por isso ficara diplomaticamente isolado.

O clima de efervescência cultural no âmbito das relações brasileiro-portuguesas desfez-se em 1961. Isto porque o governo que tomou posse no Brasil naquele ano decidiu renegociar as relações políticas com Portugal, colocando-as mais de acordo com os interesses nacionais brasileiros. A Política Externa Independente praticada pelo governo brasileiro a partir de 1961 determinou, portanto, o esvaziamento das relações culturais iniciadas no começo da década de 1950.

O segundo relevante processo político diplomático envolvendo Portugal e Brasil a propósito da África, que determinou, mais uma vez, novo ciclo de intensas relações culturais, foi a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996.

A criação da Comunidade foi o resultado, a exemplo da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, de longo e acidentado processo diplomático. O início deu-se no governo do presidente José Sarney, por meio da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, em novembro de 1989. A conclusão aconteceu no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em julho de 1996.

Na perspectiva diplomática de Portugal, todas as negociações que conduziram à criação da CPLP correspondem à retomada da sua estratégia atlântica, que havia sido abandonada em favor da estratégia europeia, no período que se seguiu à Revolução dos Cravos. Uma vez tendo Portugal ingressado na União Europeia e aproveitado os benefícios decorrentes dessa inserção para

promover expressivo crescimento econômico, a elite dirigente portuguesa volta suas vistas para as áreas do antigo império, movida pelo objetivo de criar oportunidades de negócios para suas elites econômicas, para oferecer cooperação e para, sobretudo, reassumir seu posto de matriz da língua portuguesa. Para Portugal, a CPLP cumpre, portanto, a importante função de instrumento de valorização de sua condição de interlocutor válido no sistema internacional em geral e na União Européia, em particular.

Para a diplomacia brasileira, mais especificamente, para os setores nacionalistas da diplomacia brasileira, a CPLP constitui importante instrumento político-diplomático. Para os setores liberais da diplomacia brasileira, a CPLP oferece pouca ou praticamente nenhuma vantagem objetiva para a economia brasileira, dado que os países africanos permanecem muito pobres e desorganizados, situando-se, por essa razão, à margem do processo de globalização. Na medida em que os liberais admitem a idéia que o sistema internacional tornou-se homogêneo e que as relações internacionais exprimem-se na linguagem da economia, para eles as relações com os países africanos não apresenta nenhum sentido prático.

Muito embora os setores nacionalistas da diplomacia brasileira reconheçam que a situação econômica atual dos países africanos não suscite muito entusiasmo, consideram imprescindível manter estreitas relações com todo o mundo de língua portuguesa. Isto porque os nacionalistas entendem que a desejada projeção internacional do Brasil, a materializar-se na ocupação de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, depende, em grande medida, do apoio concedido pelos parceiros da CPLP, bem como, evidentemente, pelos vizinhos sul-americanos. Nessa ótica diplomática, as relações econômicas, comerciais sobretudo, podem esperar por melhores dias. Mas, enquanto o dia não chega, a diplomacia considera ser de interesse do Brasil esmerar-se em cultivar boas relações com todas as partes integrantes da CPLP, promovendo, tanto quanto possível, programas de consulta regular e de cooperação.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pouca atenção foi dada à CPLP. Não obstante o fato de a CPLP ter sido criada em seu governo, como conclusão de processo iniciado anteriormente, prevaleceu a tese que tal Comunidade não tem qualquer funcionalidade econômica, restrin-

gindo-se a desempenhar papel cultural lateral. Como se considera que Portugal é a parte mais interessada, pelos dividendos simbólicos que extrai da Comunidade, a diplomacia brasileira nem tentou ocultar seu desinteresse, no período em que coube ao Brasil presidi-la.

Como se vê, a título de conclusão, ao contrário do que muitos pensam, as relações entre Brasil e Portugal são carregadas de sentido político, sendo que, curiosamente, os principais atores do jogo são aqueles que operam as relações culturais bilaterais.

De volta ao Atlântico

Portugal e a construção do “espaço da lusofonia”

Adriano de Freixo

Nota biográfica

Adriano de Freixo, 34 anos, é especialista em História das Relações Internacionais e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde defendeu uma dissertação intitulada “Do 25 de abril à CPLP: Portugal nas relações internacionais contemporâneas”. Atualmente, está cursando o doutorado em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde desenvolve uma pesquisa intitulada “Minha Pátria é a Língua Portuguesa: A Construção da Idéia de Lusofonia”. Nos últimos anos, tem atuado como professor das áreas de História Contemporânea e Relações Internacionais em diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, no Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

De volta ao Atlântico

Portugal e a construção do “Espaço da Lusofonia”

Adriano de Freixo

A partir do final dos anos 80, com sua integração à Europa praticamente concretizada, Portugal ensaia um retorno a uma “política atlântica”, procurando estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura, retomando a antiga idéia de uma comunidade lusófona, que - articulada a integração de Portugal à União Europeia - adquire também dimensões políticas e econômicas. Assim, no processo de renegociação de seu papel no cenário internacional, o Estado português tem procurado utilizar, de forma concreta, as possibilidades geradas pelo sua inclusão a uma Europa integrada, bem como pela herança cultural que deixou espalhada pelo mundo durante o seu período imperial. Com isto, a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, sob sua hegemonia, adquire uma importância estratégica para definir o seu “lugar” no mundo contemporâneo, podendo funcionar como “moeda de troca” e como trunfo político, dentro da UE e dos outros organismos internacionais a que Portugal pertence.

Palavras-chave: Portugal, política atlântica, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, relações internacionais contemporâneas.

Para muitos, Portugal é um dos grandes “sobreviventes” da história. Nação de pequeno território e de população reduzida, o país definiu suas fronteiras atuais em 1297, após a expulsão dos últimos mouros de seu território e do Tratado de Alcanices, com Castela. Constituiu-se no primeiro Estado Nacional moderno, em 1385, com a ascensão ao trono da dinastia de Avis, que contava com o apoio da burguesia urbana e da pequena nobreza militar contra a alta nobreza, que apoiava a aliança dinástica com sua poderosa vizinha Castela. Neste momento de consolidação da independência nacional, e em busca de alianças contra Castela, D. João I, primeiro soberano da dinastia de Avis, assina uma “aliança perpétua” com a Inglaterra que, de certa forma, marcaria toda a diplomacia portuguesa até o século XX.

A partir do século XV, Portugal inicia um processo que alteraria profundamente a história do ocidente, a expansão marítima europeia, assumindo uma posição eminente na Península Ibérica e na própria Europa. Desde a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415, até o reinado de D. Manuel I (1495-1521), Portugal constrói um imenso império comercial ultramarino que se estende por todos os continentes, como se comprova pelo título ostentado pelo soberano português: “Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar em África, Senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, da Arábia, Pérsia e Índia”. É um momento de glória para Portugal. Além das riquezas proporcionadas pela conquistas ultramarinas, o país vive uma efervescência cultural e intelectual – o Renascimento português – também relacionada a este processo, onde se destacam a literatura de viagens de Duarte Pacheco Pereira, a poesia de Camões, as obras do matemático Pedro Nunes, os estudos do naturalista Garcia de Orta¹. Foi este instante luminoso da história portuguesa que marcou profundamente o imaginário da nação, fazendo com que a consciência daquilo que Portugal representou neste momento se tornasse um dos elementos definidores da identidade nacional, que mesmo a decadência posterior não conseguiria apagar. Simbolicamente, isto se encontra presente tanto na bandeira nacional portuguesa – que possui no

seu centro a esfera armilar, ou seja, a representação do mundo – como em “A Portuguesa”, o hino nacional, cujos primeiros versos são: “Heróis do mar, nobre Povo,/Nação valente, imortal/Levantai hoje de novo/O esplendor de Portugal!”.

Porém, este momento áureo dura pouco. A expulsão dos judeus de Portugal, o Tribunal da Inquisição – utilizado como arma pela nobreza contra a burguesia comercial –, a morte de D. Sebastião e o fim da dinastia de Avis e, finalmente, a anexação à Espanha, através da União Ibérica, marcam a decadência de Portugal. O Império Ultramarino começa a desmoronar. Territórios são perdidos para potências mais poderosas como a Holanda ou a Inglaterra. O país mergulha em um longo período de obscurantismo, aliado ao trauma da perda da independência nacional para aquela que, ao longo da história portuguesa, seria sempre a ameaça política e a grande rival econômica e cultural: a Espanha.

A recuperação da independência com a Restauração, em 1640, não retira Portugal do abismo em que havia mergulhado. A fragilidade do Estado português recém-restaurado faz com que haja a necessidade de alianças com as grandes potências da época como garantia da independência. Reatam-se os velhos laços com a Inglaterra. Fazem-se dívidas. Perdem-se territórios no Oriente. O Tratado de Methuen, em 1703, agrava ainda mais a situação de dependência de Portugal em relação a seus aliados ingleses. Definitivamente, Portugal havia-se tornado um “Estado-cliente”, com um papel secundário no sistema interestatal que se estrutura na Europa a partir do século XVII.

Com a decadência do “império da pimenta”, no Oriente, Portugal torna-se cada vez mais dependente das riquezas provenientes de seu império americano - o Brasil. O século XVIII marca a “Idade do Ouro” em Portugal. As enormes quantidades de metal vindas do Brasil garantem a construção de igrejas e palácios suntuosos, embora os déficits crônicos da balança comercial portuguesa - agravados pelo Tratado de Methuen - façam com que a maior parte do ouro brasileiro fosse para a Inglaterra, constituindo-se numa das grandes fontes de capital que possibilitaram a Revolução Industrial inglesa. Os fracassos das tentativas de industrialização fazem com que Portugal passe

a viver quase que exclusivamente da monocultura da vinha e das riquezas provenientes do Brasil, que começam a escassear em princípios do século XIX. A independência do Brasil agrava ainda mais a situação da frágil economia portuguesa, que necessita reestruturar-se profundamente para suportar o impacto da perda de sua maior colônia. É nesta época que aparece o sonho de construir um novo império, o “Terceiro Império”, desta vez na África.

Porém, este “Terceiro Império” demonstra-se muito frágil ao longo do século XIX, pois a ocupação portuguesa na África é bastante esparsa e está intimamente ligada ao tráfico negreiro para o Brasil. Com a extinção desse comércio, a presença portuguesa nos territórios africanos torna-se ainda mais escassa, apesar das tentativas governamentais de desviar para a África os fluxos de emigrantes que se dirigiam para o Brasil. A corrida imperialista entre as grandes potências europeias, nas últimas décadas do século XIX, parecia representar uma séria ameaça à frágil presença portuguesa na África. Porém, como as grandes potências europeias não chegaram a um acordo entre si sobre o que fazer com os domínios portugueses, e sob a “proteção” da Inglaterra – para quem era vantajoso que Portugal mantivesse seus domínios na África, visto que o país estava sob sua esfera de influência –, Portugal consegue fazer valer os seus interesses na Conferência de Berlim, em 1885. Porém, em 1890, o “sonho imperial” português sofre um traumático revés com o *ultimatum* britânico - sepultando os planos portugueses de estabelecer uma única colônia por toda a largura da África, do Atlântico ao Índico, unindo Angola e Moçambique - em favor das pretensões do magnata Cecil Rhodes. Este acontecimento feriu o orgulho nacional, abalou profundamente a monarquia e abriu caminho para a proclamação da República, em 1910.

O novo regime não conseguiu realizar grandes mudanças na situação de Portugal, tanto no plano interno, quanto no plano da política internacional, demonstrando-se incapaz de, externamente, livrar Portugal definitivamente da tutela britânica e, internamente, satisfazer as aspirações dos setores urbanos que haviam apoiado sua implantação. Em 1926, um golpe militar implanta um regime autoritário no país, fortemente vinculado a uma tradição católi-

ca de direita, que abre espaço para a ascensão de um professor de Economia da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, como homem-forte do regime.

É durante a ditadura salazarista que o “Terceiro Império” é, efectivamente, implantado, tanto do ponto de vista político-administrativo, quanto no imaginário popular, que absorve a retórica de uma única pátria, um “Portugal uno e indivisível” que se estendia “do Minho ao Timor”. Porém, a fragilidade do Estado português acaba fazendo com que o país abra a exploração das riquezas económicas de suas colónias às grandes potências do mundo capitalista, o que o fez assumir um papel subalterno dentro de seus próprios domínios. Portugal, sob qualquer perspectiva de análise, continuava a ocupar um papel secundário no sistema internacional e na economia-mundo, agindo como intermediário de um “imperialismo por procuração”² ou exercendo a função de “correja de transmissão” entre os países centrais e as suas colónias africanas, como cabe a um “país semiperiférico”³.

A inserção internacional de Portugal durante o salazarismo é caracterizada, por um lado, por uma postura de isolacionismo – a perspectiva do “orgulhosamente sós” preconizada por Salazar -, principalmente a partir dos anos 50, quando a comunidade internacional começa a pressionar fortemente o país pela descolonização de seu Império Ultramarino; porém, por outro lado, a posição radicalmente anticomunista do regime português e o papel geoestratégico dos Açores e do próprio território continental de Portugal garantiram-lhe a entrada na OTAN e no “bloco ocidental” liderado pelos EUA. O discurso nacionalista de Salazar não é empecilho para a continuidade da política de abertura das colónias ao capital estrangeiro, o que, somado às questões políticas estratégicas citadas anteriormente, garante a Portugal a “proteção” das grandes potências a sua política colonial e ao próprio regime salazarista.

A Revolução dos Cravos e a redemocratização de Portugal iniciam um processo de reorganização das estruturas internas da sociedade portuguesa, de renegociação do papel de Portugal no sistema internacional e até mesmo de redefinição da própria imagem que os portugueses fazem de si mesmos e, conseqüentemente, da identidade nacional. Os processos de integração à Eu-

ropa, de abandono da “política atlântica” iniciada na época dos grandes descobrimentos e de retorno a esta política sob novos parâmetros norteiam toda estas redefinições pelas quais passam o Estado e a sociedade em Portugal.

A (des)ordem internacional que se estrutura a partir do final dos anos 80 apresenta a Portugal possibilidades concretas de alterar o seu *status* no cenário internacional, pois é inquestionável que os momentos finais do século XX e o início do século XXI apresentam um quadro de indefinições e redefinições. Para alguns analistas, o mundo de hoje estaria vivendo um período de “crise de hegemonia”⁴, caracterizando um momento ímpar nas relações internacionais. Concordando com Wallerstein, acreditamos que, em momentos de crise, países “semiperiféricos” – ou que ocupem posições secundárias – têm a oportunidade de melhorar sua posição no cenário internacional⁵. Porém, acreditamos também que tal fato só é possível se existir uma “vontade” efetiva do Estado Nacional em realizar tal propósito.

Ora, o comportamento do Estado português neste cenário constitui um dos focos principais deste trabalho, pois, apesar de sua reiterada histórica debilidade, a partir do final dos anos 80, aproveitando-se das possibilidades que o quadro internacional lhe propicia, o país intensifica uma estratégia de renegociação de sua posição no sistema internacional. Esta estratégia passa, simultaneamente, pela consolidação da posição de Portugal na Europa e pela articulação do espaço da “lusofonia”. Assim, mesmo com sua limitada capacidade de intervenção, Portugal desempenha um papel fundamental na construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e adota uma política cultural bastante agressiva de divulgação da língua e da cultura portuguesas no mundo. Esta política é expressa pela forte atuação do Instituto Camões - que tem por objetivo básico coordenar todas as atividades de promoção e de defesa da cultura portuguesa, bem como da língua, em todo o mundo – e pela existência de quase duas centenas de leitorados em nível docente superior espalhados por universidades em quatro continentes.

Esta política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da “herança cultural comum” – atende a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das

línguas mundiais da cultura, impedindo que o castelhano se imponha como o único representante da cultura ibérica, o que acaba sendo uma nova vertente da velha rivalidade entre Portugal e Espanha e do medo daquele país de ser absorvido, de alguma forma, pela vizinha mais poderosa. Este discurso da “herança cultural comum” – característico da época salazarista – é revestido com uma nova roupagem através de uma abordagem multicultural e “politicamente correta”, que possibilita analisar as “grandes descobertas” e o colonialismo através da idéia de um “encontro de culturas” que, por sinal, foi a tônica de todas as comemorações do Quinto Centenário dos Descobrimentos Portugueses. Não deixa de ser interessante notar que os setores mais empenhados na construção desse discurso e na própria articulação da CPLP são aqueles provenientes da esquerda democrática portuguesa que, em um passado não muito distante, combatiam o salazarismo e procuravam desconstruir os mitos por ele criados. O problema é que a idéia do “encontro de culturas” não consegue apagar as tragédias da história e a crueldade do processo de colonização. E são justamente estas feridas ainda não cicatrizadas do colonialismo que têm contribuído sobremaneira para a posição reticente e, por que não dizer, de desinteresse de alguns dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) em relação à constituição da CPLP.

Porém, apesar das dificuldades, o esforço português para a construção de um “espaço da língua portuguesa” tem sido incessante, tornando-se uma das pedras angulares da diplomacia portuguesa nos últimos anos, como pode ser comprovado, por exemplo, pela importância atribuída pelo governo e pela sociedade daquele país à questão do Timor Leste. O direito à soberania desta ex-colônia portuguesa - abandonada à própria sorte em 1975, quando, após a retirada das últimas tropas portuguesas, foi invadida e anexada pela Indonésia - tornou-se uma das maiores bandeiras da diplomacia lusa a partir da segunda metade dos anos 80. Essa questão tornou-se também um dos grandes pontos de convergência dentre os países-membros da CPLP que, inclusive, incluíram o Timor como “membro-observador”, no auge da crise timorense. Além disso, a articulação da comunidade lusófona também adquire importância do ponto de vista político-estratégico e econômico, pois poderia servir para for-

talecer o papel de Portugal dentro da Europa, fazendo com que o país assumisse a posição de “intermediário” entre a UE e os PALOP, bem como a de centro de uma articulação entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, em uma estratégia de segurança global.

A concretização destas possibilidades, pelas quais o Estado português tem empreendido um grande esforço, não restauraria a “grandeza perdida” de Portugal – como na utopia sebastianista –, mas poderia fazer com que, dentro de seus limites, o Estado português saísse de sua secular posição subalterna de “Estado-cliente”, e passasse a ser levado em consideração nos cálculos das grandes potências. Assim, Portugal consolidar-se-ia como uma potência média, com uma grande homogeneidade interna, uma sólida identidade nacional e que teria a seu favor a inclusão em um dos três grandes centros da economia-mundo, a Europa, e uma área de influência, articulada em torno de questões culturais e lingüísticas, que se estende por todos os continentes. Ou então, como colocam os teóricos do sistema-mundo, consolidaria a sua condição de “semiperiferia” em novas bases, mais vantajosas para si, sabendo exercer em seu proveito o papel de “intermediação” entre o centro e a periferia que historicamente lhe tem cabido.

De qualquer forma, embora tendo consciência de suas limitações e dos entraves que o sistema internacional lhe impõe, o Estado português tem atuado com bastante eficiência na defesa de seus interesses nacionais, buscando consolidar-se, dentro da ordem internacional que ora se estrutura, como um ator que deve ser levado em consideração pelos demais. Ao mesmo tempo, o país resgata, em uma nova perspectiva, algo caro ao imaginário popular português, o seu “componente imperial”, sob o manto da “lusofonia”, fazendo com que os interesses do Estado sejam identificados com os interesses da nação, conseguindo mobilizar, assim, amplos setores da sociedade em torno de questões da política externa – como no caso de Timor. Assim, Portugal entra no século XXI não somente como um dos mais afortunados sobreviventes da história, mas como uma nação que, ao longo de oito séculos, conseguiu manter a sua independência e soberania,

sabendo articular os seus interesses com os desafios que a ordem internacional lhe impõe.

Notas

1. CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?* Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
2. ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
3. SANTOS, Boaventura de Souza. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. 3. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
4. ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.
5. WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. P.7.

Passado e presente de uma identidade

As perspectivas da comunidade lusófona

Qswaldo Munteal Filho

Nota biográfica

Oswaldo Munteal Filho é licenciado em História pela PUC/RJ. Obteve o título de Mestre em História Social da Cultura pela PUC/RJ e o de Doutor em História Social pela UFRJ. Atualmente, é professor adjunto de História Moderna e Contemporânea na PUC/RJ e na UERJ, além de chefe do Departamento de História da UERJ. Atua, ainda, como conselheiro na UERJ (2003-2005) e como consultor da AGERJ no projeto “Palácio Tiradentes – Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro”.

Resumo

Passado e presente de uma identidade

As perspectivas da comunidade lusófona

Oswaldo Munteal Filho

Este artigo pretende analisar a relação entre as manifestações intelectuais ilustradas de orientação naturalista-utilitária da época dos descobrimentos e a redefinição de uma política colonial capaz de recuperar a economia portuguesa. Os principais desdobramentos da ação reformista podem ver-se refletidos sob duas perspectivas: a estratégia de redescobrimento da América Portuguesa e o realinhamento do papel do Estado português.

Palavras-chave: Portugal, Império Colonial Português, comunidade lusófona, identidades culturais, consenso atlântico.

A idéia de decadência era inseparável da de *fin-de-siècle*, que transmitia uma sensação de mal-estar psíquico e incerteza ideológica, uma mescla desigual de esperança e medo.

Arno Mayer,

A Força da Tradição

Introdução: Alma e instinto - portugueses e brasileiros em busca da identidade

Os homens que cruzaram o Atlântico entre os séculos XV e XVIII buscavam essencialmente especiarias, que muitos navegadores, naturalistas e burocratas régios julgavam existir abundantemente nas terras exóticas do Novo Mundo. Nesta parte do globo terrestre, as ações dos luso-brasileiros foram impulsionadas por uma espécie de mutação mental de inspiração renascentista, que, aliada ao “espírito” aventureiro, domou as ondas da maré e quebrou a baía tranqüila da resignação em busca do alto-mar.

A luta de almas que marcou a aventura lusitana foi possível em virtude de diversas descobertas, sempre objetivando a conquista do território. Assim, foram inventados instrumentos de controle das rotas pelo reconhecimento do céu. Os navegantes voltaram-se para o conhecimento dos mecanismos que permitiam compreender a velocidade dos ventos e a condição das marés.

Na mente e na alma do navegante deveria haver clareza, quando tudo oscilava sob ele. Na ponte de comando havia a mistura da sobriedade do conhecimento para pilotar, do sentimento de descobrir e da caprichosa mística de errar pelo mundo inteiro.

A dimensão multissecular do reconhecimento do céu, da terra e do mar e dos limites territoriais nos oceanos e nas novas terras precipitou as potências europeias da época para um cenário internacional de disputa

acirrada. Muitas bandeiras singraram os mares, dos piratas aos comerciantes ultramarinos, além dos missionários, nobres, pilotos, e naturalistas que lutavam pela hegemonia do Atlântico, transferindo assim para o céu e para o mar a geografia do continente.

As migrações de povos, idéias, especiarias e identidades acabaram por caracterizar as sucessivas aventuras de redescoberta dos territórios ultramarinos. Quando pensamos, quinhentos anos depois, nos possíveis significados da conquista da África, América e Índia para o fluxo de homens e mulheres que passaram a experimentar a cultura portuguesa, perguntamo-nos sobre a capacidade que temos de reunião e o quanto somos diferentes da origem.¹

O consenso atlântico 500 anos depois

A idéia de uma comunidade de povos de língua portuguesa ultrapassa o espaço local e ganha força planetária quando diversos países além daqueles de língua oficial portuguesa se integram de forma fragmentada à cultura lusitana.² As iniciativas em torno de uma maior integração têm sido tímidas. Os centros de pesquisa, acordos de cooperação econômica e mesmo as famosas comemorações em torno dos 500 anos muitas vezes ignoram a força vital de uma possível unidade lusófona.

O pensamento único de cunho neoliberal aumenta os desafios que enfrentamos diante do processo de globalização da economia e de massificação da cultura. A busca da memória viva, dos laços intelectuais e éticos que nos unem e da reflexão sobre as diferenciadas rotas que marcaram a história de Angola, Cabo Verde, Brasil, Portugal, Timor Leste, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné ao longo do século XX adquirem sentido para a formação educacional e cultural de nossos povos.

É de fundamental importância que as casas de memória, universidades e órgãos de comunicação social trabalhem articuladamente na revalorização da tradição intelectual luso-brasileira com o objetivo de informar a sociedade civil sobre uma história que foi, durante muito tempo, comum. Além disso, devemos refletir sobre os nossos vínculos com a modernização e pensar no passado colonial, que afinal sempre surge como um

fantasma contemporâneo para as ex-colônias em busca da superação do atraso. Parte de nossa elite dirigente - econômica e burocrática - tenta contaminar o senso comum com a explicação perversa que associa o nosso atraso econômico à tradição luso-brasileira, esquecendo evidentemente da forma dependente do nosso capitalismo, este sim associado a fatores globais e que escapam ao consenso atlântico.

A liderança em torno da idéia deste consenso depende, é claro, de investimento material, assim como deve estar comprometida com atitude ética e força intelectual, que afinal concorrem para a materialização dos nossos ideais.

Quinhentos anos depois da expansão cultural e da exploração econômica do Novo Mundo, os povos de língua portuguesa têm refletido, cada um à sua maneira, sobre o processo colonizador e sobre o lugar que cada um ocupa no mundo de cultura lusófona. As cidades ultramarinas têm em comum o passado colonial, a herança de uma longa tradição imperial (1415-1974) e os fragmentos de uma multifacetada identidade cultural. A experiência de uma unidade imperial, deslanchada pela cultura renascentista e consignada pela língua, pela fé e pelo monopólio metropolitano, caracterizou a mensagem dos descobrimentos portugueses por três continentes.³

A reflexão sobre a formação dos povos de língua portuguesa, das origens à maturidade, integra uma história de muitos capítulos na busca dos traços comuns entre a história de Portugal e a história dos países que progressivamente se viam envolvidos num complexo cultural discursivo através de diversas épocas. As diversidades cultural, étnica, lingüística e intelectual presentes na trajetória das ex-colônias obrigam-nos a cruzar a hipotética temperança e a peculiaridade dos trópicos com a multiplicidade de dialetos e crenças, e finalmente com a própria busca dos países que herdaram do português o seu sentido/destino.⁴

Na memória dos viajantes que singraram os mares e invadiram os povos e as terras exóticas, havia a contemplação relativamente à natureza tropical e a ação destes homens seculares. A perspectiva de “estar-no-mundo” foi vital para os descobridores, afinal o céu e mar pertenciam de fato aos navegantes e a todos os que eram capazes de entender os sinais presentes na

natureza física das colônias. Havia assim uma verdadeira aliança entre a colonização e a compreensão. Resta saber hoje que síntese é possível ser recuperada ou criada a partir da árida conquista da autonomia e da distante percepção dos fragmentos de uma identidade.

A viagem ao centro do Império

Viajar era preciso e era natural para os homens do renascimento científico-cultural do chamado Grande Século. A necessidade de que fossem trilhados caminhos para dentro e para fora de Portugal, com as mesmas finalidades e objetivos, reside nos sentidos de explorar e conhecer.⁵ Na viagem está implícito o distanciamento, fictício ou não, independente de qualquer racionalidade, num duelo entre razão e vontade/instinto. Para quem o caráter de observar constitui a base para um saber elucidado e não perigosamente suposto, o caminho das fontes é precaução elementar. A viagem foi capaz de (re)construir Portugal pela significação que lhe dá o tempo. Tempo esse que é passado, pois só ele é verdadeiramente tempo.

O desenvolvimento dos espaços de sociabilidade intelectual e o investimento no método científico, voltados para o estudo da natureza como matéria filosófica, visaram a promoção imediata de um conhecimento que se constitui utilitário, ou seja, de um entendimento de fim prático, e inserido nos termos de uma nova descoberta do Novo Mundo. Dessa maneira, a natureza foi a chave para um controle que, de uma forma pragmática, correspondeu a um movimento de largo e minucioso reconhecimento do império colonial atlântico.

O escritor português Miguel Torga, em seus "Diários", diz: "O meu espaço de Liberdade é o mapa de Portugal, subentendido na folha de papel onde escrevo". Torga convida-nos em sua obra a um passeio imaginário por Portugal. Apresenta ao leitor um percurso da aventura lusíada desde os trás-montanos aos minhotos, ao Douro, às Beiras, ao passado coimbrão, à Lisboa ultramarina dos cruzados e dos mouros e à Lisboa peninsular/europeia, e, afinal, converge para as fundações da nacionalidade portuguesa de D. Afonso Henriques, para então chegar aos alentejanos e algarvios, neste

caso o Oriente criado pela Península Ibérica, região fundadora do cisma Ocidente/Oriente desde 711.

Este é o roteiro ideal-típico dos ensaístas de diversas épocas, mesmo entre aqueles onde a perspectiva do historiador não é necessariamente a dominante e, de certa maneira, o entendimento acerca de Portugal acaba por transcender o ofício especificamente historiográfico. Entre estes intelectuais habitam diversas tradições acadêmicas e literárias, como nos casos de Alexandre Herculano, António Sérgio e Oliveira Martins, que, neste último caso, pontifica a reinterpretação da história de Portugal à luz de uma civilização ibérica emergente e de um país que morreu ao nascer e viveu a imitar os outros. Portugal teria acabado no século XVI e os Lusíadas seriam um epitáfio.

Entender Portugal nas suas origens e na sua integralidade parece ser sempre uma meta quase impossível de ser alcançada.⁶ Em um episódio de grande dramaticidade para a história moderna portuguesa, o historiador João Lúcio de Azevedo propõe: “Ninguém acredita já que D. Sebastião venha a ressuscitar, mas poder-se-á dizer que desapareceu de todo o Sebastianismo? Nascido da Dor, nutrindo-se da esperança, ele é na História o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa.”⁷

A difícil e complexa tarefa de - tomando aqui a perspectiva de Fernand Braudel - pegar a estrada e com os próprios olhos inventariar a diversidade, interpretar a partir da paisagem, procurar a divergência, o contraste, a ruptura e a fronteira, mobiliza e impulsiona a percebermos a interinfluência luso-brasileira na sua singularidade e originalidade.

A memória e o passado colonial no tempo presente

O problema da identidade no limiar do século XXI recoloca a sociedade brasileira e a portuguesa frente a frente com as suas histórias de permanências e rupturas. A retomada das discussões em torno dos quinhentos anos faz reacender não só a remota história do povo brasileiro, mas também o sentido desta discussão para o próximo milênio. A retomada da herança quinhentista é sinuosa, diríamos mesmo perigosa, pois remete a uma pesquisa sobre o sen-

tido trans-histórico que habita no interior da tradição luso-brasileira. Nós não acabamos de nos conhecer. A relação atlântica é antiga e permeada por significativas contradições que se referem ao próprio passado colonial.

Promover uma ligação entre portugueses e brasileiros com base exclusivamente na efeméride ou mesmo na “comemoração” do acontecimento é um risco calculado e previsível. O “aqui e agora”, escreveu Ernst Jünger, “trata-se de uma questão central do nosso tempo, quer dizer, de uma questão que, em qualquer dos casos, se faz acompanhar de perigos”.⁸

Entre a herança e o futuro há uma trajetória errática e muitas vezes criativa. Pode-se dizer mesmo que a gênese da identidade lusófona refere-se em primeiro lugar a três influências étnico-culturais: a presença islâmica (século VIII); a tradição visigótica (criação da *Diocesis Hispaniarum* por Diocleciano em 297), que originalmente fundou a Ibéria; e o legado ultramarino, marcado pelo início das grandes navegações (em torno de 1415). Num segundo momento, deve-se considerar a interpretação sobre a história das gerações de povos e culturas que entraram em contato reciprocamente a partir da empresa colonial, das guerras religiosas e dos movimentos de independência. Aparentemente, as trocas culturais foram desprezadas como fatores de integração e, muitas vezes, encaradas como fontes do atraso material. Nesse sentido, para qué lembrar de relações entre partes esquecidas ou pouco desenvolvidas do globo, como a distante e “ininteligível” Índia goense, a miserável África portuguesa de descolonização recente e polêmica, ou o Brasil, cada vez mais periférico relativamente às exigências do núcleo orgânico do capitalismo global? As dificuldades em torno de uma maior visualização sobre a relevância de pensar sobre o passado luso-brasileiro começam em Portugal com o movimento de consolidação do nacionalismo no século XIX, seguido do fenômeno nacional metamorfoseado em fascismo na década de 20 do século seguinte, e posteriormente da recuperação econômica em meio a uma recessão internacional.⁹ Portugal e Brasil parecem existir em planetas distintos. A dinâmica do encontro contemporâneo parece reivindicar da inteligência ibero-americana a elaboração de um verda-

deiro inventário dos marcos conceituais que venham a caracterizar uma historiografia dos povos de língua portuguesa.

O ensino secundário dos jovens estudantes brasileiros tem confirmado todos os preconceitos seculares construídos ao longo das sucessivas redescobertas das nossas diferenças. O encontro do século XXI não é apenas um encontro de culturas. Significa, essencialmente, uma espécie de ajuste de contas com a nossa memória coletiva. É curioso observar a estranheza dos brasileiros no que tange aos quinhentos anos. Um olhar atento pode observar as seguintes iniciativas lúdicas: a preparação de uma outra sinfonia do Novo Mundo (além da famosa nona de Antonin Dvorák) pensada para as comemorações oficiais, uma encenação da chegada dos navegadores numa espécie de funeral virtual e, é claro, alguns protestos em nome da busca da alteridade perdida.

Portugal é retomado no âmbito do senso comum como o ponto de partida do atraso¹¹, uma espécie de mergulho para o nada. Trata-se, na verdade, de eliminar fronteiras entre os países que formam a comunidade lusófona e aproximar do grande público algumas investigações realizadas no contexto dos centros de excelência. A sociedade brasileira precisa de uma alta dose de história. Há uma concepção mais ou menos disseminada de que a empresa e a carreira coloniais empreendidas pelos lusos foram inferiores às dos holandeses, franceses, ingleses e até dos espanhóis, no caso dos nossos vizinhos no cone-sul. Alguns parecem buscar a metrópole ideal ou a coerção mais perfeita. Pior, há um verdadeiro esquecimento do colonialismo recente na África. O olhar sobre a história do presente imediato parece ameaçar decisivamente a crítica e surge a proposta escondida de um homem “não histórico”. Mais uma vez retomando Torga, o escritor português diz: “uma vida dá para quase tudo”.

A intolerância com o passado faz parte das especulações neoliberais e pós-modernas da contemporaneidade. Alguns prepotentes do fim do século correm em busca de uma notoriedade milenarista propondo o fim do pensamento e da ação, sinalizando para o pensamento único que não cessa em afirmar que tudo já está dito. Então para quê a pesquisa? Há um esforço de retirar da história qualquer capacidade de compreender ou explicar, num mo-

vimento de esmagamento de qualquer projeto coletivo. O desafio posto na mesa é o seguinte: não há memória individual ou coletiva. O historiador será capaz de capturar no tempo histórico os registros da memória social contida na experiência multissecular dos descobrimentos? A atitude de pensar historicamente é civil e crítica, independente de ideologias, a partir do momento em que é possível confrontar concepções, examinar registros documentais díspares, buscar a contradição na pesquisa árida e minuciosa sobre o processo histórico com os seus ritmos e sentidos próprios.

O pai da hermenêutica contemporânea, Hans Georg Gadamer, em seu ensaio sobre as origens culturais e os fundamentos antropológicos do continente europeu, medita longamente sobre o hiato entre a genealogia dos povos europeus e o futuro que os espreita. Para tanto, Gadamer lembra muitas vezes do papel da Segunda Guerra Mundial como um momento de reflexão ou "balanço" da experiência humana produzida no passado, e da manipulação sobre a opinião pública e formação científica estéril nos dias que correm. Afinal, onde se encontra a função do pensamento filosófico nisso tudo?¹¹

A pergunta, que muitas vezes tem sacudido os meios de comunicação de uma maneira geral, parte da convicção de que realmente existe alguma coisa para se "comemorar". Bem, se isso é verdade, faz-se necessário estabelecer algumas propostas preliminares. O acontecimento/processo que engloba o mundo lusófono possui temporalidades distintas. A reconstrução portuguesa de 1974 se deu num momento extremamente desfavorável. A economia sustentou o processo de modernização e redemocratização nas décadas que se seguiram à Revolução do 25 de abril, movimento militar que foi o responsável direto pela liquidação do salazarismo.¹²

As ex-colônias viveram ao longo do século XX uma outra experiência histórica, marcada por uma imensa dívida social e pela aceleração do processo de dependência econômica. Em termos metodológicos, pode-se pensar a relação luso-brasileira a partir de Portugal, do Brasil ou de Portugal e Brasil. E este é o ponto fundamental, romper com o isolamento cultural que mais uma vez faz uma sombra entre a Ibéria e o Oriente.¹³

A definição do que somos em termos de uma unidade dos povos de língua portuguesa depende de uma afirmação do encontro no século XXI. O sentido da comemoração é diverso, e a capacidade de reunião está vinculada diretamente à recuperação da memória das ex-colónias e à admissibilidade de uma história comum num passado mais remoto.

Uma das tarefas que se apresentam para os intelectuais que têm pensado e pesquisado a longa expansão colonial lusitana é estabelecer um diálogo entre os tempos da conquista¹⁴ e as tensões em torno dos processos de descolonização. É importante remeter a massa esparramada de dados, fatos e teorias a uma interpretação que insira o espaço ibero-americano no sistema mundial.

Notas

1. Consultar a este respeito: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento - os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.
2. Os documentos fundadores de uma idéia em torno da comunidade lusófona podem ser localizados na seguinte biografia: BRAGA, José Alberto (coord.). *José Aparecido - o homem que criou uma lança na lua*. Lisboa: Trilúva Editorial, 1999.
3. Conferir o seguinte estudo: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Portugal e o mar - um mundo entrelaçado*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.
4. Sobre este aspecto o ensaísta E. Lourenço oferece uma perspectiva decisiva: "Portugal é precisamente o primeiro reino da península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar desde os fins do século XIII até hoje a mesma tira estreita à beira do Atlântico, a outra fronteira sem fim que mais tarde fará parte do seu espaço real e mítico de povo descobridor." (LOURENÇO, Eduardo. Portugal como destino - dramaturgia cultural portuguesa. In: _____. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. P.90.)
5. Ver a este respeito: SARAMAGO, José. *Magem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1985.
6. JACKSON, K. David. *Os construtores dos oceanos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.
7. AZEVEDO, João Lúcio de. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Presença, 1984. P.7.
8. JÜNGER, Ernst. *O passo da floresta*. Lisboa: Edições Cotovia, 1995. P.9.
9. Sobre esta discussão, consultar: MAXWELL, Kenneth. *A construção de democracia em Portugal*. Lisboa: Presença, 1999.
10. Ver a coletânea de artigos de Jaime Reis: *O atraso económico português - 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.

11. GADAMER, Hans Georg. *L'eredità dell'Europa*. Turim: Giulio Einaudi, 1991.
12. Consultar dados de Juan J. Linz e Alfred Stepan na obra *A transição e consolidação da democracia - a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (especialmente P. 115-187).
13. Para uma clarificação das tensões ocidente/oriente, conferir: RUSHDIE, Salman. *Oriente, Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
14. Para um aprofundamento dos marcos qualitativos desta discussão ver: SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

**Lusofonia e imaginário cultural no
ensaísmo de Eduardo Lourenço**

Maria de Lourdes Soares

Nota biográfica

Maria de Lourdes Soares é professora de Literatura Portuguesa no Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ, onde desenvolve pesquisa sobre o ensaísmo de Eduardo Lourenço e sobre a obra de Maria Gabriela Llansol. Mestre em 1988 (dissertação sobre o romance de José Saramago) e Doutora em 1994 (tese sobre o romance de Maria Gabriela Llansol), pela PUC RJ. Publicou o livro *Descobertas e Encontros* (Fundação Biblioteca Nacional, 1995) e diversos ensaios em livros, revistas e periódicos especializados. Publicações recentes:

Nas tuas mãos, de Inês Pedrosa: a paixão da escrita, entre casas e cartas portuguesas. *Mealibra*, Revista de Cultura, Centro Cultural do Alto Minho, n.11, série 3, p. 154-161, dez. 2002.

Da nação-cruzada à nau-alada: a identidade portuguesa no ensaísmo de Eduardo Lourenço. In: LOPES, Luz Paulo da Moita; Bastos, Liliana Cabral (orgs.). *Identidades. Recortes Multi e Interdisciplinares*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

Os acervos literários de Maria Gabriela Llansol. *Revista Acervos Literários*, v.3, n.1, Mariana: AAL-CELLB/UFOP, 2003.

Eduardo Lourenço: o filósofo “português de Vence” e o Brasil. In: LEMOS, Fernando; Moreira Leite, Rui (orgs.) *A Missão Portuguesa*, São Paulo/Bauru: Editora UNESP/EDUSC, 2003, p. 81-87.

A obra de Eduardo Lourenço e Annie de Faria: um testemunho do afeto (seguido de O poeta e os Outros, ensaio inédito do “jovem crítico” Lourenço). *Metamorfozes*, n.4, Rio/Lisboa: Cátedra Jorge de Sena/Caminho, p. 55-62, 2003.

Resumo

Lusofonia e imaginário cultural no ensaísmo de Eduardo Lourenço

Maria de Lourdes Soares

O texto tem por base o ensaísmo de Lourenço e a necessidade de se repensar a lusofonia no contexto pós-colonial, tratando da reflexão feita por aquele autor sobre o sonho da CPLP e dos obstáculos à sua efetiva concretização. Aborda, ainda, o modo de participação de Portugal nesse sonho: imagens e miragens; tentações a evitar e contribuições. Além disso, analisa a língua como mito identitário e enfoca as diferentes temporalidades e modos de funcionamento cultural dos “três anéis” – Portugal, Brasil e África. O texto trata, ainda, da distância cultural entre os países de expressão oficial portuguesa, bem como dos impasses e nós que dificultam ou inviabilizam o diálogo intercultural, enfocando as complexas relações Brasil-Portugal ou não-relações. Por fim, é analisada a possibilidade de se construir o espaço lusófono como futuro, a partir do anseio de um imaginário lusófono compartilhado, tendo como perspectiva o país habitável de Lourenço – a fascinante pátria-língua da literatura.

Palavras-chave: Eduardo Lourenço, ensaísmo português, lusofonia e imaginário cultural, CPLP.

O inocente tema da lusofonia é uma selva obscura ou voluntariamente obscurecida pela interferência ou coexistência nele de leituras, de intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressão de contextos, situações, mitologias, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas.

Eduardo Lourenço

Desfeito o império colonial, Portugal regressou à “exígua casa”, entre Minho e Guadiana. No ensaio “Repensar a lusofonia”, Eduardo Lourenço sublinha a necessidade de, terminada a aventura “por áfrias, brasis e índias”, Portugal “arrumar a casa para estar à mesa coletiva como em casa própria”. Num contexto pós-colonial, o lugar que ocupará nessa mesa não será certamente o da cabeceira, porque outro é o modelo que se impõe. A “mesa” lusófona “supõe um centro que esteja em toda a parte onde o português seja língua aceite e não apenas, nem provavelmente, na praia do Restelo de onde se expandiu”. Esse *centro descentrado* “terá de ser simultaneamente Lisboa, Bissau, Luanda, Maputo, Goa, Brasília”, obra de “concertação coletiva”.¹

Neste artigo antecipador, escrito vinte anos antes da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o ensaísta português já apontava aspectos fundamentais sobre o tema da lusofonia, que retomaria em estudos posteriores: habitar o espaço lusófono significa partilhar uma “língua comum e de ninguém propriedade”, mas “igualmente a complexa e multimoda experiência vital que nela se encarna”, daí a necessidade de se “repensar um quadro, uma ação revitalizadora, um diálogo tecido das diferenças que devem enriquecê-lo”; aos portugueses “cabe menos a proposição e a dinamização de um tal projeto que a escuta polifônica das vozes que hoje constituem a lusofonia viva”; ainda em relação aos portugueses, repensar a lusofonia exige um processo de autognose, na medida em que participar dessa obra e projetar-

se no futuro implica necessariamente tentar compreender aquilo que foram e em que se tomaram: “é uma empresa futurante esta, endereçada à redefinição de nós mesmos no mundo lusófono que nos compreende e ultrapassa, e não à revisitação nostálgica de um passado de múltiplas cicatrizes”. Portanto, uma das tentações que Portugal deve evitar no espaço lusófono reconfigurado é a de atribuir-se uma “nova espécie de missionarismo cultural compensador” da sua “ausência colonizadora imperialista”: “De nostalgias desse gênero, de quintos impérios materiais ou culturais, lusocêntricos, é bom que abdicemos de uma vez para sempre”.

Em “Cultura e Lusofonia ou os três anéis”, a propósito da instituição da CPLP, Lourenço sublinha a importância dessa união de países lusófonos como forma resistência “à pressão de outros espaços lingüísticos”¹³. É evidente que para Portugal, do ponto de vista de uma maior representatividade política e projeção cultural, a CPLP “adquire uma importância estratégica para a definição de seu papel no sistema mundial e nas relações internacionais contemporâneas”, como apontou Adriano de Freixo. Este especialista em História das Relações Internacionais defende que, “com a integração à Europa praticamente concretizada, Portugal ensaia um retorno à ‘política atlântica’, desta vez dentro de novos parâmetros, procurando estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura”. Lembra também que, por outro lado, “a própria adesão à União Europeia propicia a Portugal uma ‘margem de manobra’ para a articulação do mundo lusófono que ele, isoladamente, não teria”. E conclui: “a articulação da CPLP é um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa nos últimos anos e (...), de certa forma, ela traduz uma releitura, sob nova perspectiva, do velho ‘sonho imperial’ português”¹⁴. Valendo-nos de um trocadilho inspirado na frase-lema que sintetiza a aventura expansionista portuguesa, importa refletir o quanto e de que maneira nessa releitura ainda persiste, sob a roupagem do novo “mundo do português”, a nostalgia do velho “mundo português”. Trata-se de fato de uma “empresa futurante” ou de uma reciclagem das ruínas do antigo império? Outra questão liga-se ao fato de se considerar a língua não como um construto de uma determinada comunidade, levando-se em conta as representações ideológicas e as singularidades regionais e nacionais, mas como um dado a priori, um fator essencial de identidade nacional e até supranacional, no caso da cons-

tituição de uma entidade como a CPLP, convertendo-se assim numa espécie de mito identitário fundador dessa comunidade.

Lourenço reconhece que o sonho de uma CPLP, “bem ou mal sonhado, é (...) um sonho de raiz, de estrutura e amplitude *lusíada*” (embora a iniciativa para concretizá-lo tenha partido do Governo Brasileiro, através da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em 1989, considerado o primeiro instrumento institucional da CPLP), mas insiste na idéia de que sonhá-lo a sério, no caso de Portugal, significa não projetar na lusofonia conhecidos fantasmas do sonho imperial, lembrando sempre que não é “o único sonhador dela” e “que os outros a não sonharão” da mesma maneira”. Assim, o que se constituirá como realidade desse sonho não pode ser uma nova miragem lusíada, “não pode, nem sequer metaforicamente, ser pensado e imaginado como *espaço de portugalidade*”.

Como o ensaísta também reconhece no ensaio “Imagem e miragem da lusofonia”, é incegável que a *pequena casa lusitana*, conforme o camoniano batismo, é o “espaço matricial da língua portuguesa”, portanto, de “essência genealógica, de carácter estritamente *comunicacional*, embora saibamos que uma língua partilhada é bem outra coisa que de intercomunicação. É partilha de ser e de sentir”. O fato de os portugueses terem sido os “atuantes primeiros na ordem da cronologia”, conforme reitera em diversos ensaios, não faz deles “senhores da língua”, pois é ela que “é sempre senhora de quem a fala”⁸. Em suma, “uma língua *não tem sujeito*” e o único sujeito da língua portuguesa “são as gentes que a falaram, que a falam e a falarão no futuro”⁹. Apesar disso, nas palavras de Prado Coelho, outro grande ensaísta português, “os portugueses tendem a considerar-se ‘donos da língua’ e garantes da sua versão ‘correta’”¹⁰.

Retomando a imagem dos três anéis proposta por Lourenço, não são nem poderiam ser os mesmos os interesses de cada um dos integrantes dos três campos culturais - Portugal, Brasil e África - em investir na sonhada Comunidade. (Faz-se necessário um parêntese, antes de prosseguirmos. A nosso ver os campos culturais são na verdade tantos quantos os países que compõem a CPLP: sete, quando foi criada, em 17 de julho de 1996 - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe -, e atualmente oito, desde a recente adesão de Timor Leste, que adquiriu o estatuto de observador convidado da CPLP. Evita-se, assim, a tendência de

se abstrair as especificidades de cada um desses países, como ocorre com os novos países africanos de expressão oficial portuguesa, reportando-se a eles apenas através da designação generalizante – África - do continente de que fazem parte.) Segundo Lourenço, cabe ao Brasil, como “*lusófono* e centro empírico de uma Comunidade que tem como único elo incontornável a língua que lhe dá um lugar à parte no continente a que pertence”, tal como “os outros o vêem”, repensar o seu lugar e modo de participação nesse sonho, para que ele e não se torne meramente “uma quimera nado-morta”. A resposta brasileira, obviamente diversa da de Portugal, exige desse país-continente a compreensão de que “só é grande espaço de lusofonia em função de uma origem e de um ponto simbólico que está nele, vindo de algures, e sem o qual fica suspenso de um tempo sem raízes na arcaica e originária temporalidade ocidental”¹¹.

Ao apontar no discurso cultural brasileiro o recalque de uma origem – a raiz portuguesa, “sangue” do Brasil, negada simbolicamente para afirmar um *tempo brasileiro* pleno, não-colonial –, Lourenço toca num ponto nevrálgico, ligado às complexas relações luso-brasileiras. Os títulos de alguns dos ensaios de “Imagem e miragem da lusofonia”, segunda parte de “A nau de Ícaro”, já adiantam e sintetizam o diagnóstico do autor acerca da distância cultural entre os dois países: “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio”; “Uma língua, dois discursos”; “Portugal-Brasil: um sonho falso e um único sonhador”. No discurso cultural português, aponta a insistência no mito da fraternidade luso-brasileira, o olhar superlativo, a imagem “extravagante” ou delirante que os portugueses têm do Brasil, “por muito afastada da realidade dos laços que mantêm com esse grande país”; no discurso cultural brasileiro, o parricídio permanente, a rasura consciente ou inconsciente das raízes lusitanas, a invenção de uma origem de sonho, fora do passado colonial, como se os brasileiros “fossem filhos de si mesmos”¹². Portanto, a questão colonial, mal-resolvida até hoje, encontra-se no centro das labirínticas relações luso-brasileiras ou não-relações. No entanto, apesar de evitar uma posição lusocêntrica, ao tratar dessas relações, Lourenço apóia-se ainda na idéia de origem nacional, quando uma das principais tendências da crítica pós-colonial é justamente a “recusa de toda história fundacional”¹³. Além disso, embora reconheça as diferenças entre os dois discursos culturais, parece acreditar ser possível dirimi-las através

da reconstituição da “ancestralidade compartilhada”, processo que “proporciona margem de manobra tanto para a produção de semelhanças quanto de diferenças”, permitindo a recriação das “raízes históricas” “em termos de laços de parentesco, de cultura e língua comuns”¹⁴.

Segundo o ensaísta, apenas para os portugueses, povo quixotesco, capaz de sonhar sonhos maiores do que ele, “a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizam cada uma das suas componentes”¹⁵. Quanto ao modo como os outros países que constituem a CPLP a sonham ou imaginam, Lourenço pergunta-se, no ensaio “O novo espaço lusófono ou os imaginários lusófonos”, se seria lícito ou delicado que sejam os portugueses “a medir esse impalpável mas não menos denso sentimento de *distância cultural* que separa, no interior da mesma língua, esses *novos* imaginários”¹⁶. De certa forma, o seu diagnóstico é já um modo de dimensionar esse sentimento de distância, como quando afirma que atravessar a “barreira fonética de ressonância ideológica e comercial” da CPLP - sigla a que faltam vogais, pouco pronunciável em português - exige menor esforço do que superar as dificuldades das “barreiras culturais e semânticas”, pois nenhuma mágica de “nomeação, mesmo mais eufônica”, fará desaparecer essa distância cultural¹⁷. Na verdade, sabemos que a concretização da CPLP, cujo pressuposto básico é a “existência de uma experiência histórica comum” – o que é passível de discussão em termos da experiência colonial entre Portugal e Brasil, e mais ainda da experiência que marcou o novo sistema colonial português em África - pressupõe sobretudo um “processo marcado pelo *esquecimento* (como aquele da construção das nações)”¹⁸.

Para Lourenço, a especificidade desses “três campos culturais” deveria ser uma fonte de relacionamento dinâmico. No entanto, deu origem a *nó(s)*, em sentido lacaniano, a situações de bloqueio interno, difíceis de analisar (e de auto-analisar, devido ao difícil distanciamento em relação à própria imagologia e aos inevitáveis pontos cegos, de que por vezes não consegue escapar o próprio ensaísta) e, por conseguinte, de solucionar. O nó maior reside na “transparência angélica” através da qual a “cultura portuguesa se auto-representa” no “jogo intercultural dos três anéis”: “Tíssa transparência é, naturalmente, ilusória, mas é quase irresistível que assim se imagine e viva, por razões de

genealogia ou de histórico hegemonismo, caso particular da prevalência do modelo europeu em espaços não europeus” (LOURENÇO, 1999, p.168). Em suma, como o ensaísta escreve em “Imagem e miragem da lusofonia”, “nenhum dos povos lusófonos se sente empenhado”, como os portugueses, “na visão que a lusofonia induz e, muito menos, nos fantasmas não muito antigos que a assimilavam à esfera *lusitana*”. Em lugar da “figura ideal da perfeição” - outrora imaginada pelos portugueses como “esfera” e hoje por eles sonhada como “espaço de familiaridade não apenas lingüística mas cultural” -, o que agora “importa pensar é o discurso da sua *imperfeição*, o projecto de uma comunidade não só a construir, mas a desenvolver e, antes de tudo, na medida em que isso interesse aos que (...) partilham o uso da língua portuguesa, a *defender*”.

Também são diferentes as temporalidades desses campos e os seus modelos culturais de funcionamento, “determinados pelo jogo subtil das similitudes e dissemelhanças que caracterizam as relações entre eles”. Não são coincidentes os seus *tempos fortes*: Portugal, em função de sua mitologia cultural, tem o “seu tempo forte no passado”; o Brasil, em função de uma “exigência condicionada por um futuro, onde se pode ver já como uma das configurações civilizacionais mais relevantes” do século XXI, encontra o seu tempo pleno numa perspectiva voltada para o porvir; e a África o “espera de um novo *presente*”. Atualmente, para os portugueses, a “parte de África”, onde foram “colonizadores no sentido mais imperial”, encontra-se muito mais forte e “interiorizada em termos afetivos e culturais do que a *parte do Brasil*”. Insistir em apontar essa falta de proximidade é tentar desatar um nó ou bloqueio bastante problemático, ligado a um antigo complexo colonial, e que é a grande pedra no caminho para que se estabeleça um efetivo diálogo entre o Brasil e Portugal. “Ora o destino da *comunidade* - sobretudo no domínio intercultural - é no tempo presente e próximo que se joga para poder corresponder às boas intenções anunciadas”²⁰. A presença cultural brasileira que Lourenço reivindica no tempo presente é a dos equivalentes brasileiros dos “autores realmente comuns entre África e Portugal”, dos autores-referência do novo estatuto dessas culturas, como Rui Knopfli, Craveirinha, Pepetela, Vergílio de Lemos, Luandino Vieira e Mía Couto, e que seriam capazes de dar

uma dimensão da contemporaneidade do “Brasil real”, “profundo”, cuja ausência em Portugal faz dele “um *continente* quase desconhecido”²¹.

Como não poderia deixar de ser, Lourenço recorre à literatura – sua Ilha dos Amores, onde contradições e opostos podem ser reconciliados – como possível caminho para concretizar o sonho de uma língua não apenas de intercomunicação lingüística, mas culturalmente parilhada, nas formas de pensar, sentir e imaginar, através do desejado diálogo entre as várias *pátrias-culturas* lusófonas unidas em torno da chama plural da língua portuguesa. Imaginar que é possível atravessar a dantesca selva obscura da lusofonia, embora reconhecendo de antemão o quanto é pedregoso o caminho, ou ainda, desejar franquear a distância cultural entre os povos de expressão oficial portuguesa, através do sonho dos imaginários culturais compartilhados – serão anseios exequíveis ou miragens quixotescas? Embarcar ou não nessa nova aventura será também obra de “concertação coletiva” em que devem ser consideradas as diferenciações historicamente construídas e a autonomia política dos países envolvidos.

A pátria que mais interessa a Eduardo Lourenço (e que não coincide com a idéia de nação, sincrônica e diacronicamente considerada) é a pátria-língua da literatura – a das Cantigas de Amigo, a de Camões, a de Pessoa e a do *português-outro* esteticamente trabalhado nas várias comunidades lusófonas, como o da língua portuguesa reinventada por Guimarães Rosa. Obviamente Lourenço não revela a mesma admiração pela provocadora exigência de uma “*outra língua*” proposta pelos modernistas de 22²², afirmada a partir de um corte com as raízes culturais portuguesas. O país habitável a que sempre regressa em seus ensaios é “a pequena e grande casa do imaginário em portuguesa língua”, aquela que, recorrendo a uma passagem de Montaigne, é capaz de traspassá-lo como flecha em pleno coração: “página do *Livro do Desassossego*, conto em dois parágrafos de Guimarães Rosa, enigma claro de Maria Gabriela Llansol, estou em minha casa”²³. Assim, em *Da língua como pátria*, a frase do *Livro do Desassossego* – “a minha pátria é a língua portuguesa” – serve de impulso fundamental para a dinâmica de seu pensamento que assumidamente privilegia a linguagem poética. O ensaísta reflete sobre a razão de conferirmos a essa frase pessoana “uma ressonância particular”, se sempre soubemos que a nossa pátria é, antes de tudo, a nossa língua. Conclui que dessa “verdadeira

pátria” a que se referiu Pessoa através do semi-heterônimo Bernardo Soares, dessa “pátria das origens e original” (aproximando-se, nesse sentido, do verso de Hölderlin de que tanto se valeu Heidegger - “é poeticamente que habitamos esta terra”), “só a poesia, em última instância, pode falar”²⁴.

Este aforismo pessoano, descontextualizado, vem servindo de mote a vários discursos ligados aos conflitos diplomáticos Brasil-Portugal e à “reconfiguração pós-colonial do antigo império português enquanto ‘território da língua portuguesa’” através da CPLP, baseada no “projeto ‘Atlântico’ de Agostinho da Silva para Portugal pós-colonial”, cuja concepção de “pátria estendida” também nesse aforismo se fundamentara²⁵. Convém lembrar, no entanto, que antes de enunciar a referida frase, Pessoa-B. Soares adianta: “não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho porém, num sentido, um alto sentimento patriótico”. Raramente, porém, faz-se referência ao que o poeta disse antes ou indaga-se em que sentido teria “um alto sentimento patriótico”. Ora, o que lhe provoca uma imensa comoção estética é a lembrança de ter lido, pela primeira vez, ainda criança, páginas de Vieira (a quem Pessoa, em *Mensagem*, chamará de “Imperador da língua portuguesa”²⁶). Foi um instante de *alumbramento*, como diria Manuel Bandeira. Diante da “fluidez de água sentida”, “num devaneio externo, deixando que as palavras [lhe] façam festas, creança menina no collo d’ellas”, o menino-poeta descobre, fascinado, a morada das palavras, “corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas”²⁷. Leitora atenta de Pessoa, Maria Gabriela Llansol põe em movimento a célebre asserção, libertando-a do sentido único – o nacionalismo estreito – a que foi sujeita. E ao recontextualizá-la, devolvendo-a à cena da literatura, afirma o seu próprio projeto de língua: “o meu país não é a minha língua, mas levá-la-ei para aquele que encontrar”²⁸.

Os grandes poetas de todos os tempos – de Camões a Drummond – sempre se confrontaram com o poder do tempo que tudo corrói. Mas sempre afirmaram também, mesmo quando parecem dizer o contrário, como o faz Pessoa-Álvato de Campos nos versos de *Tabacaria* (nada permanece, tudo morreirá – o poeta, os seus versos e a língua), que a matéria que escolheram para cantar no poema e “a língua em que foram escritos os versos” (PESSOA,

1977, p.365) subtraem-se à ação do tempo e perduram, graças à permanência do próprio canto. Assim, Lourenço conclui que, se é fato que “as civilizações, como as línguas, são mortais”, felizmente “nenhuma língua morre no círculo da poesia, pois é ela a chama no coração de todas as línguas (...) Pátria-língua, língua-pátria, nos lábios dos poetas é uma só realidade, ao mesmo tempo caminho e luz” (LOURENÇO, 1999, p.133)²⁹. Quanto à questão da permanência da obra de arte - no caso, o texto literário -, capaz de, paradoxalmente, transcender os limites da história e da sociedade de que se origina, e afirmar-se como um valor trans-histórico e universal, há muito a debater, mas isso é já assunto para outro ensaio.

Notas

1. LOURENÇO, F. *O Complexo de Marx*. Lisboa : Dom Quixote, 1979. P. 26-28.
2. Idem. P. 27-28.
3. LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999. P. 164.
4. FREIXO, Adriano de. *A CPLP e a Retomada da Política Atlântica Portuguesa*. Comunicação apresentada no IX Simpósio Regional da ANPUH-RJ, realizado na Universidade Federal Fluminense – UFF, em Niterói - RJ, entre 16 e 20 de outubro de 2000.
5. LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro... Op. cit.* P.163-164.
6. Idem. P.186.
7. Id. P.177-179.
8. Id. P.164.
9. Id. P.131.
10. COELHO, Eduardo Prado. A oportunidade. *Pública*, 06/06, 2000. Disponível em: <<http://www.publico.pt/leituras>>
11. LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro... Op. cit.* P.171-172.
12. Idem. P. 137-148.
13. ALMEIDA, Miguel Vale de. O “Atlântico Pardo”: Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN BIANCO, B. *Trânsitas coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2002. P. 25.

14. FELDMAN-BIANCO, B. Entre a "fortaleza" da Europa e os laços afetivos da "irmandade" luso-brasileira. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. *Op. cit.* P.399-407.
15. LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro...* *Op. cit.* P.179.
16. Idem. P.192.
17. Id. P.161.
18. THOMAZ, Omar R. Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. *Op. cit.* P.57-58.
19. LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro...* *Op. cit.* P.180.
20. Idem. P.168-172.
21. Id. P.167.
22. Id. P.204.
23. Id. P.76.
24. Id. P.126-127.
25. FELDMAN-BIANCO, B. Entre a "fortaleza" da Europa... *Op. cit.* P.403-404.
26. PESSOA, F. *Obra poética*. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977. P.86.
27. Idem. P.16-18.
28. LLANSOL, Maria Gabriela. *Um falcão no punho*. Lisboa: Rolim, 1985. P.47.
29. LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro...* *Op. cit.* P.133.

**Educação e autonomia em sociedades
africanas pós-coloniais**

Um estudo sobre Angola e Moçambique

Adkovanes Thadeu Silva de Almeida
e Wagner Marques Pereira

Nota biográfica

Wagner Marques Pereira nasceu em 1958, na cidade do Rio de Janeiro. Graduiu-se em História (UERJ, 1995), e, posteriormente, tornou-se mestre em Educação (UERJ, 1999). Atualmente, é professor na rede pública (Município e Estado) do Rio de Janeiro.

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida nasceu em 1978, na cidade de Nova Iguaçu (RJ). Graduiu-se em História (UERJ, 1995); posteriormente, cursou a pós-graduação em Sociologia Urbana (UERJ, 1997) e o mestrado em Educação (UERJ, 2000). Foi um dos vencedores do Concurso Internacional de Bolsas oferecido pelo CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) em 2001. Na atualidade, é professor do Colégio Pedro II, da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e da rede pública do Rio de Janeiro.

Resumo

Educação e autonomia em sociedades africanas pós-coloniais

Um Estudo Sobre Angola e Moçambique

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida e Wagner Marques Pereira

A discussão que pretendemos realizar neste artigo gira em torno da relação entre educação e autonomia, bem como de alguns de seus desdobramentos, tais como a questão da cidadania, da formação do Estado Nacional, da educação voltada para o mercado, entre outros. Nossa abordagem priorizou o aspecto teórico, não se preocupando com a análise factual das sociedades angolana e moçambicana, apesar de entendê-las como realidades histórico-culturais distintas. Assim, elas foram reunidas em uma única análise, com o objetivo de reforçar a abordagem conceitual, que foi construída a partir das reflexões de Cornelius Castoriadis, Hannah Arendt, Eric Hobsbawm, Michel de Certeau e Paulo Freire.

Palavras-chave: educação e autonomia, sociedades pós-coloniais, cidadania, África Lusófona, Estado Nacional.

No presente texto procuramos dimensionar a relação entre educação e política, considerando-as não como setores isolados, mas que se relacionam intimamente. Discutimos conceitualmente a educação e a influência que os desdobramentos políticos acarretam na esfera educacional.

Por outro lado, por nossa abordagem tender para o aspecto conceitual, englobamos as realidades angolana e moçambicana em um quadro analítico uno, pretendendo elucidar os limites e possibilidades daquelas duas sociedades com relação à autonomia. O que está em jogo, por consequência, são os dilemas vivenciados pelas comunidades que constituem Angola e Moçambique.

Por nos atermos a uma análise conceitual, não abordamos as especificidades dos países citados, priorizando as contradições entre os discursos emitidos pelas autoridades governamentais que participam da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a realidade onde estes discursos deveriam encontrar fundamentação.

Neste sentido, a educação, como instituição imaginária social, encontra-se em uma encruzilhada: priorizar os preceitos do mercado ou a lógica da cidadania? A resposta a tal pergunta, aparentemente simples, envolve aspectos históricos, políticos e culturais, não nos cabendo, portanto, respondê-la. A possível resposta deverá ser formulada no cotidiano daquelas sociedades em tela, sem nos esquecermos, evidentemente, das forças externas que agem na política mundial, e para as quais a pergunta não existe, carecendo de sentido pragmático. Por outro lado, pragmatismo e autonomia excluem-se mutuamente.

De acordo com Castoriadis, pode-se perceber o ressurgimento do projeto de autonomia a partir do século XVI, momento em que alguns autores (Descartes, Leibniz) relacionaram a racionalidade humana ao conhecimento, isto é, o homem entenderia o real utilizando-se do pensamento crítico¹. No caso de Angola e Moçambique, tal fato não aconteceu, visto que se constituíam regiões do império colonial português; a colonização desdobrar-se-á em um desenvolvimento histórico distinto daquele verificado nos países europeus. Em decorrência, a possibilidade de realização da autonomia somente ocorrerá após a independência, ou seja, no último quarto do século XX. Nesse contexto, a educação em Angola e Moçambique assume uma dimensão ímpar.

Por outro lado, o capitalismo emergiu como realidade efetiva, instaurando novas significações imaginárias no interior das sociedades que vivenciaram

o projeto de autonomia, fortalecendo a dinâmica controladora presente na Razão. Assim, na Modernidade, encontramos-nos diante do embate entre as lógicas de autonomia e controle, ambas fundamentadas na mesma Razão.

Controle ou autonomia, manutenção das relações excludentes ou inclusão social dos grupos marginalizados. Tais opções encontram-se no interior da Razão que fundamentou a Modernidade. A própria difusão da escrita possui esta contradição: por um lado, permite, em teoria, a expansão do Esclarecimento Racional a todos os estratos sociais, libertando-os da “tradição” e da “irracionalidade”; em contrapartida, na prática, expulsa aqueles identificados como analfabetos da construção deste novo mundo, estabelecendo mecanismos que os impedirão de exercer sua autonomia individual e social. Assim, escrever possibilita, e ao mesmo tempo, a liberdade e a opressão.

Com isto, ao praticar o movimento da escrita, o homem utiliza-se da sua capacidade de autonomia. Segundo Cornelius Castoriadis, a *autonomia* consiste na auto percepção da capacidade criadora inerente à sociedade, e que se define criticamente no momento desta atitude dupla e concomitante: instituir-se e questionar-se².

O elevado número de analfabetos nas populações angolana e moçambicana³ - segundo os dados disponíveis, superior a 50% (dados colhidos pela CPLP e respectivos países) - inviabilizaria a realização do projeto de autonomia, colocando-as à margem de quaisquer possibilidades de modificação da realidade existente.

Desta maneira, algumas sociedades podem escolher entre adaptar-se, modificar-se ou conservar-se, em relação ao que foram até então. A prática da escrita possibilita à espécie humana modificar a realidade, colocando a própria realidade sob crítica. Ao mesmo tempo, escrever consiste, de acordo com Certeau, na prática iniciadora, por excelência, do capitalismo⁴. Em termos teóricos, os acordos assinados no interior da CPLP e que objetivam a universalização do ensino nos Estados Nacionais que compõem tal organização podem ser analisados sob dois prismas, quais sejam: o primeiro, a possibilidade de autonomia de populações anteriormente alijadas em função da herança colonial; em segundo, a solidificação das relações capitalistas no âmbito dos territórios angolano e moçambicano.

A partir da afirmação supra, podemos perceber o aspecto repressor da razão humana, a qual permitiu, em termos históricos, a manutenção da

exclusão social, alijando todos aqueles indivíduos que não controlam os símbolos gráficos, ou seja, a escrita. Logo, uma das “tarefas” da educação nos países capitalistas periféricos – entre os quais se colocam Angola e Moçambique – consiste na superação da exclusão social, possibilitando uma revolução nos aspectos da vida cotidiana.

Por outro lado, o pertencimento ao Estado Nação possui, como pressuposto básico, o controle – por menor que seja – da língua: mediante a difusão da língua (falada e escrita), praticada pelos grupos sociais dominantes em relação aos demais estratos, através, por exemplo, da circulação de jornais, da escola pública e do serviço militar – sendo que a população, inúmeras vezes, é impelida a participar das atividades militares e escolares –, procura-se estabelecer a identidade social entre todos os integrantes de uma comunidade. Ademais, a escolha e adoção de uma língua específica consistem em um assunto da maior importância política na vida cotidiana dos vários Estados Nacionais⁵. Deste modo, instruir as crianças e os jovens na língua nacional e alfabetizá-los no idioma oficial utilizado pelas autoridades estatais significa garantir a adesão das futuras gerações ao ideário nacional. De maneira análoga, os indivíduos não alfabetizados encontram-se excluídos da nação: não decodificando a escrita nacional, tornam-se impossibilitados de exercer a própria cidadania.

A língua é veículo de cultura que nos dá condições de entender, de uma perspectiva própria e solidamente ancorada no mundo latino, as profundas transformações do mundo contemporâneo, as quais, sabemos, vão muito além da esfera econômica e têm a ver também como novos valores, com novos modos de vida.⁶

O controle da escrita encontra-se, assim, intimamente vinculado não apenas ao poder institucional, mas à própria atividade política. Neste sentido, concordamos com Certeau, quando este afirma que controlar a escrita assegura o domínio do Estado e da economia, excluindo camadas substanciais da população da própria tomada de decisões; acrescentamos, ainda, que, sob nossa perspectiva, o domínio da língua insere-se nesta mesma lógica. Como sabemos, ainda existem diversas línguas regionais, tanto em Angola como em Moçambique, dificultando a formação de uma identidade mais ampla, isto é, de um povo com um único idioma – no caso, o português.

Entende-se, portanto, a preocupação, registrada na 4ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em construir, através do ensino da história, a memória e a identidade nacionais; tal necessidade deve-se, sob nossa perspectiva, à própria mentalidade colonizadora, que não podia permitir a formação de identidades autóctones por parte dos povos colonizados. Ademais, ressalte-se a ênfase do colonizador em fomentar as diferenças entre as diversas comunidades que compunham a região colonial. Ora, após os processos de libertação nacional efetivados em Angola e Moçambique, este panorama constitui-se em um grave problema, fazendo-se necessário diluir as diferenças internas em prol da unidade nacional.

Como decorrência, a educação assume nítido viés político, no sentido de transformar as relações sociais, produtivas e pessoais. Registre-se que tal movimento decorre de uma opção social anterior, qual seja, a da ruptura com seu passado e a instauração de um novo *ethos*. Assim, a educação apareceria como vetor de uma decisão anteriormente tomada pelo conjunto da sociedade. Em termos mais amplos, a possibilidade de transformação assumiria uma nova perspectiva com a efetivação do projeto da CPLP, fazendo com que as populações sintam-se representadas por tal entidade.

No entanto, não vislumbramos, ainda, a presença da CPLP em nosso cotidiano; como afirma o Relatório da Secretaria Executiva de 2002, esta organização aparece como “uma Instituição de Estados”⁷ e não de povos. Até porque, de acordo com os documentos pesquisados, as discussões acontecidas durante as reuniões dos Estados membros restringem-se, basicamente, às questões administrativas e de captação dos recursos necessários para a implementação de projetos.

Ao mesmo tempo, no que se refere à consolidação das relações capitalistas, percebemos o empenho da CPLP na concretização de projetos de educação que objetivam a qualificação profissional, através de acordos, transferência de tecnologia e realização de cursos profissionalizantes. Assim, durante a 4ª Conferência dos Ministros da Educação dos países membros, aprovaram-se os seguintes projetos: “Projeto de Oferta Formativa Quantificante, destinado a jovens com um nível de escolaridade entre o 6º e 8º anos”⁸; e “Projeto de Organização e Gestão de Formação em Contexto de Trabalho destinado a diretores, formadores e alunos de instituições que promovem a formação técnica profissionalizante”.⁹

Tal ênfase clarifica a preocupação de uma educação voltada para os interesses do “mercado” em detrimento da formação de uma consciência crítica. Sob essa ótica, a obra de Paulo Freire permite-nos estabelecer novas perspectivas para a discussão da questão, pois o embate pela formação de um sujeito autônomo perpassa o pensamento político e pedagógico deste autor. Este indivíduo social revela-se fundamental para a constituição da esfera pública, do espaço de deliberação coletiva.

Deve-se resgatar a essência do indivíduo, impedindo um dos mais terríveis efeitos da “massificação”, qual seja: a alienação da maioria, conduzida tal como “massa de manobra” pela minoria, caso em que os indivíduos abdicam, muitas das vezes sem percebê-lo, de seu pensamento crítico, deixando de constituir-se sujeitos para transformar-se em simples objetos. A minoria, assim, influencia decisivamente a política a ser implementada, enquanto a maior parte da população restringe-se a seguir o caminho previamente escolhido pelo escol da sociedade. Como resultado, esta comunidade depara-se com o perigoso esvaziamento da atividade política, fato que permite à propaganda adquirir importância inversamente proporcional ao conteúdo das propostas - estas sim, as que deveriam merecer as atenções da coletividade.

Ora, quando a coletividade – no caso, as sociedades de Angola e Moçambique – apresenta tênue identidade nacional, a questão torna-se ainda mais complexa, visto que a maioria dos indivíduos daquelas sociedades não se percebe como sujeitos da ação política. Neste caso, somente a educação, sob qualquer sentido, é incapaz de solucionar a questão, uma vez que ela depende dos valores e desejos das comunidades que compõem aquelas sociedades, pois o problema é eminentemente político, e não apenas educacional. Embora exista um vínculo permanente entre as duas esferas (política e educação), elas possuem relativa independência, sendo que a segunda subordina-se à primeira.

De acordo com Paulo Freire, nessas circunstâncias, a crítica torna-se uma atividade deveras indesejável, visto que ela impediria a “liberdade” - como se esta última possuísse algum significado relevante, historicamente, quando seccionada da política -, aqui identificada com a ausência de responsabilidade ante a condução dos destinos comunitários, ou como a ênfase no individualismo, na especificidade. Uma educação assim, cujos alicerces não se amparassem na formação de uma personalidade intelectualmente irrequieta, produziria grande desserviço à construção de uma sociedade mais justa¹⁰. As socie-

dades angolana e moçambicana vivenciaram e ainda permanecem circunscritas nesta realidade de desigualdade social. Construir a democracia significa, neste contexto, também, e primordialmente, formar novos indivíduos, forjando-lhes comportamentos inéditos, objetivando romper com a apatia e o desânimo em relação aos assuntos comuns a todos.

Tal preocupação não transparece no Relatório da Secretaria Executiva da CPLP, nem, tampouco, nos discursos da cimeira constitutiva daquela organização. Quando tais documentos abordam a democracia, referem-se aos seus aspectos meramente formais, evitando aprofundar questões que colocariam em xeque os próprios governos signatários da CPLP, uma vez que democracia também significa inclusão social e respeito à alteridade.

Educar, por conseguinte, não consiste senão no primeiro estágio de uma ruptura mais profunda. 'Trazer os indivíduos para o universo mais amplo da cultura escrita seria, de acordo com Paulo Freire, uma das tentativas possíveis de construção de uma realidade social onde a desigualdade económica tal como existente não encontrasse espaço¹¹. Esta corrente intentava modificar a sociedade - tanto a presente como a futura -, não apenas mediante a difusão do conhecimento erudito, mas da conscientização dos excluídos sobre a própria situação em que vivem.

Nada mais diverso do que a concepção de educação presente nas decisões da CPLP. As afirmações contidas nos documentos oficiais não nos permitem vislumbrar a educação como elemento fundamental nas políticas da comunidade lusófona. Ela não aparece como um dos três pilares daquela organização - salvo se considerarmos a "promoção e defesa"¹² da língua portuguesa como sinónimo de educação.

Por outro lado, a preocupação da difusão da língua portuguesa em Angola e Moçambique visa a facilitar a inserção de relações capitalistas nestes dois países, desprezando-se, por conseguinte, as tradições culturais das demais comunidades que os compõem. A educação, assim, tornar-se-ia um instrumento para a criação de uma nova ordem. Desta forma, a educação passaria a centro gerador de novos valores, invertendo-se, completamente, as funções e as normas que sempre a regeram. Porém, a predeterminação na esfera educacional não considera uma verdade insofismável, qual seja:

Mesmo às crianças que se quer educar para que sejam cidadãos de um amanhã utópico, é negado, de fato, seu próprio papel futuro no organismo político, pois, do ponto de vista dos mais novos, o que quer que o mundo adulto possa propor de novo é necessariamente mais velho do que eles mesmos.¹³

Potém, mais grave que o fracasso, é que qualquer projeto que use a educação para a estruturação de uma nova ordem não considera a possibilidade da ação daqueles que estão sendo educados, pois estes são vislumbrados somente como objetos do processo educacional, e não como sujeitos do mesmo.

Em função da tarefa conferida à educação em Angola e Moçambique, os projetos educacionais tornam-se por demais amplos e definidos em pormenores, retirando a subjetividade inerente a qualquer discurso educacional. Por outro lado, ao não considerarem as especificidades da realidade social onde são postos em prática, tais projetos, em oposição aos desejos dos governantes, que tentam canalizar as mudanças, podem retardar qualquer mudança social que porventura pudesse vir a acontecer.

Óbvio que qualquer projeto educacional minimamente preocupado com a liberdade humana - e, por extensão, com a cidadania - deve ser erigido sob a singularidade da possibilidade de ruptura, e não sob a visão utópica de edificar-se uma nova ordem ou novo corpo político. As sociedades angolana e moçambicana perderam a possibilidade de ruptura no momento de sua emancipação política, ao serem enredadas na lógica da bipolaridade que, então, norteava as relações internacionais. As conseqüências daquele momento histórico permanecem vivas ainda hoje, seja devido à falta de recursos para aplicar na educação, seja pelos horrores da guerra civil que dilacerou ambos os países.

Desta forma, se o interesse dos governantes consiste em edificar sociedades mais justas, nas quais imperem a liberdade e a igualdade, eles deveriam debruçar-se sobre a realidade atual, discutindo e refletindo, sem no entanto esquecer das experiências passadas, as quais devem servir de parâmetro para o entendimento de questões relevantes nos dias de hoje.

Assim sendo, se o que está em jogo, no momento, é a relação entre mercado e educação - e conseqüentemente, a cidadania -, emergem os funda-

mentos da própria democracia moderna. Por conseguinte, as prerrogativas de construção de um sistema educacional compatível com as histórias de Angola e Moçambique pertencem àquelas sociedades, as quais devem decidir soberanamente sobre os caminhos a trilhar.

Notas

1. Para Cornelius Castoriadis, o projeto de autonomia emergiu, na história, em dois momentos distintos: o primeiro, na Grécia clássica, cujos mais significativos sinais foram, em nossa opinião, a democracia e a filosofia; o segundo momento ocorreu na Europa centro-ocidental, a partir do século XVIII, cujo emblema máximo foi o Iluminismo. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto* (v.3: O Mundo Fragmentado). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
2. CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto* (v. 2: Os Domínios do Homem). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
3. Dados sobre Angola e Moçambique disponíveis na página oficial da CPLP: <<http://www.cplp.org>>.
4. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* (v.1: Artes do fazer). Petrópolis: Vozes, 1996.
5. HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo: Programa, mito e realidade desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
6. Discurso pronunciado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Fernando Henrique Cardoso, na Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, em 17 de julho de 1996.
7. *Relatório da Secretaria Executiva*. IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 2002.
8. Idem.
9. Id.
10. FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
11. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
12. Discurso pronunciado pelo Presidente da República Federativa do Brasil... *Op. cit.*
13. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992. P.225-226.

**O azulejo como padrão cultural do
patrimônio urbano modernista brasileiro e
seus paralelos no mundo lusófono**

Sul Brasil Pinto Rodrigues

Nota biográfica

Sul Brasil Pinto Rodrigues é bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS. Obteve o título de Mestre em Planejamento Urbano pela UNB e o de Doutor em Educação pela UFRJ. Atualmente, é professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos na UNIRIO.

Resumo

O Azulejo como padrão cultural do patrimônio urbano modernista brasileiro e seus paralelos no Mundo Lusófono

Sul Brasil Pinto Rodrigues

Este trabalho busca, em primeiro lugar, a revelação e o registro da informação de Lúcio Costa sobre o espanto de Le Corbusier ao deparar-se com os azulejos de Portinari, em azul e branco, no prédio do Ministério da Educação e Saúde, MES – atual Palácio Capanema – após concluída sua construção. Em segundo lugar, sugere meios de inserção cultural no mundo lusófono – que vai além dos países de comunidade de língua portuguesa – através do conhecimento do patrimônio histórico e artístico urbano e modernista brasileiro. E, em terceiro lugar, tenta propiciar, e talvez retomar, o problema museal que envolve a discussão sobre a contradição do emprego de revestimento de azulejos da tradição portuguesa e colonial em edificações e projetos da arquitetura modernista brasileira, tendo em vista a questão simbólica das cidades brasileiras.

Palavras-chave: azulejo, padrão cultural, modernismo, patrimônio urbano, mundo lusófono.

Azul e Branco

(Poema em louvor do Edifício do Ministério da Educação)

Concha e Cavalo-Marinho

(Mote de Pedro Nave)

I

Massas geométricas

Em pautas de música

Plástica e silêncio

Do espaço criado

Vinícius de Moraes?

Concha e cavalo marinho

Hoje, mais do que ontem, há a necessidade de pensar-se na contribuição para o estabelecimento de uma unidade padrão de patrimônio cultural para fins de eventual comparação com outros padrões patrimoniais. Este é o sentido da sugestão do estudo comparativo da arte brasileira em relação à de Portugal e de suas demais ex-colônias, de acordo com Gilberto Freyre. Este autor, em 1937 - sem atentar, portanto, para os movimentos de independência e autonomia da ex-colônias portuguesas -, escreveu:

Creio que em nenhum gênero de estudos se impõe com maior insistência a cooperação de brasileiros com portugueses e luso-descendentes de outras terras do que neste: o estudo de problemas de arte culta e popular comuns aos nossos países. O inventário, a análise e a interpretação das obras de arte realizadas pelos portugueses na Europa, principalmente depois das conquistas e navegações e, por influência deles, nos países onde predominou o tipo lusitano de colonização.³

Este pode ser um caminho para a solução do problema da reafirmação do patrimônio e de sua auto-sustentabilidade no momento da retomada da mudança no sentido da industrialização brasileira realmente modernizadora. Tal industrialização modernizadora vem se opor à cultura arcaica que se expandiu e vem se difundindo nas últimas décadas nas áreas urbanas, em decorrência do inchaço destas áreas pelos excedentes populacionais sem emprego e sem perspectiva - ou com fragmentadas perspectivas - para o futuro. Esta direção de estudos também leva a uma reorientação para a autonomia cultural caracteristicamente democrático-nacionalista diante da globalização e da pós-modernização, enquanto afirma a função do patrimônio de promover a civilização, a tradição e o desenvolvimento brasileiros, como queriam Mário de Andrade, Rodrigo de Mello Franco e Aluísio Magalhães. Complementando, é uma direção, ainda, que acompanha os novos rumos apontados na proposta da Política Nacional de Museus e que, segundo Meira⁴, “elevará significativamente o patamar desta política, estratégica para o desenvolvimento do Brasil, tanto em termos sociais, econômicos, políticos, ambientais, quanto a afirmação positiva da nacionalidade brasileira, fincada nos marcos profundos da enorme diversidade étnica e cultural de nosso povo”.

A partir da citação acima de Gilberto Freyre, pode-se pensar na formação de uma coleção de edificações arquitetônicas modernistas no centro da cidade do Rio de Janeiro como monumentos urbanísticos de reconhecida significação patrimonial, sendo que neste trabalho privilegiamos o caso do Palácio Gustavo Capanema. Este prédio, assim como outros projetos arquitetônicos brasileiros em diferentes áreas urbanas do país, adotou como influência cultural - aparentemente de modo contraditório - a tradição portuguesa da utilização do azulejo como revestimento em edificações e projetos arquitetônicos modernistas brasileiros.

O objetivo neste trabalho é triplo: primeiro, revelar e registrar a informação de Lúcio Costa sobre o espanto de Le Corbusier ao deparar-se com os azulejos de Portinari, em azul e branco, nos revestimentos das paredes externas do pavimento térreo entre os pilotis, quando levado por aquele a conhecer o prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES) - atual Palácio Capanema -, após concluída sua construção. O segundo objetivo é o de sugerir meios de participação e inserção no mundo lusófono, que vai além dos países de comu-

nidade de língua portuguesa, através do conhecimento de todos do patrimônio histórico e artístico – urbano e modernista – brasileiro. E o terceiro objetivo é o de propiciar, e talvez retomar, o problema museal que envolve a discussão sobre a contradição entre o emprego de revestimento de azulejos da tradição portuguesa e colonial em edificações e os projetos modernistas da arquitetura modernista brasileira.

A relevância de meu primeiro objetivo neste texto evidencia-se pela importância do emprego do azulejo no revestimento de edificações de projetos modernistas, de que tomei conhecimento por um pequeno fato histórico pessoal comigo acontecido. Ao ler o artigo de Gilberto Freyre “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias”, e interessado no patrimônio urbano modernista da cidade do Rio de Janeiro, gostaria de mencionar uma lembrança e fazer um registro de uma informação que me foi dada pessoalmente, por Lúcio Costa, em entrevista que solicitei a ele sobre patrimônio brasileiro, lá pelos idos de 1969. Lúcio Costa me recebeu em seu gabinete da repartição, no oitavo andar do Ministério de Educação e Cultura (MEC), atual Palácio Gustavo Capanema. Eu iniciei a entrevista falando do aspecto hipotético democrático-nacionalista do projeto arquitetônico e urbanista modernista, e da minha descoberta do patrimônio modernista com as leituras das obras de Mário de Andrade, principalmente de sua correspondência com Manuel Bandeira e Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Subitamente Lúcio Costa me interrompeu e, sorrindo, me contou o ocorrido quando ele levou pessoalmente o consultor técnico pelo projeto do então Ministério da Educação e Saúde (MES), Le Corbusier, que chegara em viagem pela América do Sul, para visitar tal construção concluída. Pelo que percebi na narração do fato por Lúcio Costa, este episódio é marcante da ativa ação dos arquitetos brasileiros, evidenciada pela surpreendente exclamação desapontada de Le Corbusier: “azulejô, azulejô, azulejô”, palavras proferidas repetidamente, com o forte sotaque francês. Com seu espanto, Le Corbusier revelou uma solução de desvario pelo emprego dos belos azulejos artísticos, de Portinari e da Osirarte, na obra de um projeto modernista sob sua consultoria. Recebi a lembrança do fato por Lúcio Costa como uma explicação da afirmação da tradição brasileira modernista recriada sobre “a deixa” da tradição do emprego de azulejos pelo colonialismo português no território brasileiro.

A alegre explicação de Lúcio Costa fez-me perceber a importância do azulejo como um padrão cultural artístico e de uso na arquitetura e urbanismo, como se vem observando nos últimos anos e espalhando pela generalidade das cidades brasileiras, apesar da crise da indústria de materiais de construção, que necessita ser retomada, como todo o processo de industrialização no Brasil.

A relevância do segundo objetivo no estudo do azulejo, em suas conexões, está no abordar da problemática artística e social, artesanal ou industrial, ou ainda da cultura popular ou erudita do azulejo brasileiro, como traço artístico, histórico e como peça colecionável, que guarda valor para fins de conhecimento, de identidade e de comparação. Para isto, o método comparativo, ou o das tipologias culturais, é o método por excelência, de acordo com Mair⁵. Tal autora justifica sua inclinação pelas práticas de antropologia social de Radcliffe-Brown com o fato de que este método é apto para se passar da ação indutiva, ou seja, do particular para a generalização, na feitura do conhecimento científico, de modo a chegarmos às características comuns que podem ser encontradas em diferentes formas nas demais sociedades. Ainda segundo Mair⁶, Radcliffe Brown sugere que este método comparativo ou histórico tem a tarefa de formular e validar afirmações sobre as condições de existência de sistemas sociais e as regularidades observáveis na mudança social. No outro lado do problema – o do estudo do objeto e também da cultura material –, o azulejo em si não pode ser analisado de modo isolado de seu contexto geral e de suas conexões com o ambiente espiritual, por maior que seja a erudição do observador e por mais detalhada que seja sua descrição do azulejo em si e em geral.

Deste modo, um meio de se formar uma unidade para o fim de comparação é o que tem como objeto central de articulação o azulejo como um padrão cultural que se liga, interna ou externamente, a outros objetos e modos de fazer culturais, no interior do processo da cultura brasileira. A diversidade cultural brasileira, com o padrão elaborado para fins práticos, obriga-nos a iniciar o processo de comparação não apenas pelos espaços internos da sociedade brasileira, mas particularmente por edificações de caráter monumental na área central da cidade do Rio de Janeiro, incluindo uma das últimas manifestações do emprego do azulejo, qual seja, o revestimento do Museu do Carnaval, na Passarela do Samba, com os azulejos de Athos Bulcão. Daí passare-

mos para outras áreas urbanas brasileiras, já que o azulejo, de procedência não só portuguesa, teve grande aplicação de arte decorativa em projetos arquitetônicos e construções, nos períodos colonial, imperial e contemporâneo, notadamente no norte e nordeste brasileiros. No caso destacado do estado do Maranhão, o emprego decorativo também se deu com azulejos alemães de Witteburg, conforme descoberta da pesquisa de Mário Barata⁷, onde tivemos a oportunidade de observar os azulejos do casario ao longo da Rua do Sol e, particularmente os do revestimento do prédio da Caixa Econômica Federal, no centro de São Luiz – um sobradão recuperado pelo Programa das Cidades Históricas do Nordeste, da década dos anos 70⁸. Outras cidades de características modernas e de repositório de práticas modernistas como Belo Horizonte e Cataguases, em Minas Gerais, por exemplo, com edificações e monumentos com grande e destacada aplicação artística e funcional de azulejos, são outros exemplos que ilustram a necessidade da comparação de padrões culturais em cidades que também são estruturadas por significativos processos de industrialização e de mudança social. Belo Horizonte revela não só o emprego de azulejos nas edificações públicas da Pampulha e da Igreja de São Francisco como destaque, mas também nos edifícios modernistas do centro urbano. Em Cataguases a azulejaria está presente em residências modernistas particulares, prédios comerciais e educacionais e em painéis na Catedral, compondo um espaço urbano modernista próprio com aplicação de azulejos por Anísio Medeiros, Paulo Werneck, Djanira e Portinari.

Daí é que será possível passarmos para exemplos de edificações modernas e modernistas, como monumentos e como documentos, que poderão ter sido edificadas em cidades portuguesas, angolanas, moçambicanas, cabo-verdianas ou da Guiné, entre outras, não excluindo Macau, Timor e Goa, Damão e Diu, ou mesmo áreas da baía de São Lourenço, entre Montreal e Toronto (350.000 habitantes portugueses), no Canadá, ou em áreas urbanas da Venezuela, por exemplo.

Esta é, de modo resumido, uma possibilidade de empreender uma inserção cultural no mundo lusófono.

A relevância do terceiro objetivo se fundamenta em duas justificações, sendo a primeira a introdução à história do surto do emprego de azulejos iniciado pelos modernistas brasileiros, tendo Lúcio Costa à frente,

a partir do embelezamento no acabamento do prédio do MES, atual Palácio Gustavo Capanema. Esta justificação se afirma na medida em que a implantação do prédio MEC simboliza uma virada no sentido da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que se realiza na plataforma da esplanada do desmonte do Morro do Castelo. Desdobramentos posteriores resultaram na construção e transferência da capital federal para Brasília, e portanto, do próprio Ministério da Educação.

A segunda justificativa da relevância é o problema museal que envolve a discussão sobre a contradição do emprego de revestimento de azulejos da tradição portuguesa e colonial em edificações monumentais e simbólicas de projetos modernistas brasileiros que deveriam marcar a ruptura com manifestações artísticas coloniais e tradicionais, portuguesas ou não, ocorridas no território que viria mais tarde constituir o Brasil.

Ao abordar o problema dos azulejos como traço cultural brasileiro e como-conseqüente da revolução na arquitetura modernista brasileira e, portanto, ao atribuir valor artístico à peça como objeto museável e de articulação, Joaquim Cardozo⁹ diz que, para bem compreender a razão e o sentido da aplicação dos azulejos em revestimentos parietais de edifícios modernos no Brasil, é necessário lembrar que este hábito sempre foi muito freqüente nas velhas técnicas construtivas da Península Ibérica. Posteriormente, José Roberto Teixeira Leite¹⁰, ao escrever sobre o azulejo no Brasil, enquanto o definiu a partir do vocábulo derivado do árabe *alqullarcha* - “pequena pedra cintilante” -, que não tem qualquer relação com a cor azul, disse que “recentemente, arquitetos como Lúcio Costa tentaram restabelecer o uso da azulejaria no revestimento arquitetônico, disso sendo exemplo os painéis executados por Cândido Portinari e por Paulo Rossi Osir para o edifício do Ministério da Educação no Rio de Janeiro”.

Segundo a documentação organizada e colocada à disposição por Lissowski e Sá¹¹ sobre a construção do Ministério da Educação e Saúde e sobre a prática modernista de adotar o revestimento de azulejo brasileiro utilizada nesta construção, esta nova prática teve seu início a partir de correspondência entre Portinari, Drummond e Paulo Rossi, este um artista de São Paulo acordado para gerir a execução das peças em ateliê e esmaltaria, a partir de 1938. Pelo que se depreende da leitura das cartas, o entendimento

inicial deu-se entre Portinari e Paulo Rossi em São Paulo, quando foi discutida entre eles a adoção dos desenhos a serem feitos por Portinari, tendo motivos de Debret e Rugendas, e a reprodução dos desenhos em tinta azul, a esmaltação sobre o “biscoito” e cozimento no forno ao grande fogo, que ficariam a cargo de Paulo Rossi.

No jornal diário do Rio de Janeiro “A Manhã”, edição de 14 de julho de 1943, há uma chamada anunciando o retorno de Paulo Rossi ao Rio de Janeiro, para sua exposição de azulejos no Museu Nacional de Belas Artes. Em entrevista concedida ao periódico, expressando um sentido eminentemente nacional na arte do azulejo, assim se expressou Paulo Rossi:

Foi durante as experiências exigidas pela encomendas de amostras de azulejos pintado sob esmaltes, feitas pelo Ministro Capanema, para a execução do revestimento externo do Ministério de Educação e Saúde Pública que, na tentativa de obter determinado azul, comecei a misturar cores suscetíveis de resistir a temperaturas acima de 1.200 graus. Em verdade devo confessar que não consegui, apesar de três a quatro meses de ensaios, o azul desejado, de conformidade com o azulejo tirado da Igreja da Glória, no Rio, e que me fora remetido para modelo. Tratava-se, provavelmente, de um óxido de cobalto que os portugueses recebiam outrora da Angola e cujo segredo se perdeu, sem dúvida porquanto nem mesmo em Portugal foi possível obtê-lo novamente. Minhas pesquisas permitiram-me encontrar um azul intenso, transparente e atraente que satisfez as exigências do Ministro, que me confiou, então, a execução do revestimento de azulejos do palácio da Educação.¹²

Prosseguindo em sua entrevista, Rossi revela-nos a afirmação desse sentido novo, ou seja, o de compreender a arte do azulejo conectada ao contexto arquitetônico e social do movimento modernista, sentido este produzido na prática e compreendido em seu caráter concomitantemente nacionalista/democrático, e não apenas nacionalista, como reflexo do regime governamental então vigente, ou apenas, em oposição, de democracia liberal. Deste modo, a prática de Paulo Rossi e de Portinari no complexo da implantação do edifício Palácio Capanema revela a ruptura com a tradição do emprego do azulejo nas artes colonial, imperial e contemporânea e constitui-se na nova fase da arte brasileira. Nesse sentido, declara Rossi:

Foi durante esse período de experiências que, percorrendo toda a gama de cores frias, azuis, amarelos e verdes, verifiquei ser viável em nosso meio uma policromia sob esmalte, desde que dela se excluísse o vermelho. É claro que nada de novo descobri, pois nesse terreno a história da civilização nos ensina que em todos os tempos e em quase todos os recantos da terra os homens se sentiram atraídos pelos mistérios do fogo. Sem nos referirmos aos modernos, cabe menção especial aos esmaltes coloridos dos egípcios, assírios, árabes, chineses etc. Mas nada como postar-se pessoalmente diante dos resultados para perceber as possibilidades todas que sugere uma técnica, cujos segredos vêm sendo guardados avaramente pelo que os conhecem ou o descobrem de novo. Temos é certo uma tradição que herdamos dos portugueses que tão criteriosamente a aplicaram na época colonial e retransmitiu até nossos dias, através dos períodos imperial e contemporâneo. Mas é dessa tradição é que eu desejava libertar-me e tanto da técnica como do assunto, a fim de encontrar algo que diferenciasse a nossa arte decorativa da portuguesa e da de outros povos americanos.¹³

Nesta seqüência, como arremate, em de sua entrevista de julho de 1943, Paulo Rossi assim resume os resultados de três anos consecutivos de labor ininterrupto:

As artes puras são manifestações individuais de indiscutível influência sobre os artistas de uma época, mas não criam o estilo decorativo que caracteriza um meio social, um dado ambiente econômico. Quando se pensa na época de Luís XV e que se fala no estilo dela, não se tem em mente um Watteau, um Fragonard ou qualquer outro grande pintor do tempo, mas aquele conjunto de móveis e objetos cujas linhas e cujos motivos de decoração constituem o estilo do século XVIII. Minha pretensão era, e é, a de, seguindo determinadas diretrizes, tanto em relação à técnica como aos assuntos, contribuir para criar uma arte decorativa nossa, independente, com raízes em nossa história, nos nossos costumes, em suma, na nossa vida de todos os dias. Só um conjunto de artistas, numa como reconstituição do artesanato, me pareceu capaz de realizar o intento. Os resultados de três anos de trabalho apareceram. Vou mostrá-los, agora em exposição, na capital do país. Não imagino ter alcançado integralmente o que visei, mas creio que essa equipe de

artistas como Alfredo Volpi, Mário Zanini e Hilda Carioba, que comigo pesquisaram e realizaram a obra que vou mostrar – deu mais um passo para frente no caminho da libertação do colonial. Talvez tais resultados venham a ser um incentivo para outros pioneiros desejosos de romper com as fórmulas consagradas.¹⁴

Espero que com esta interpretação das palavras de Paulo Rossi seja possível contribuir de modo compreensível para uma introdução à história do emprego do azulejo, a unidade de padrão articulador - como decoração artística na arquitetura e no urbanismo modernistas do Brasil. Esta seria uma história da prática de reconstituição do artesanato, expressa na relação entre arte popular e arte erudita, como queriam, nos anos 70, Alúcio de Magalhães e Severo Gomes. Assim sendo, terminamos nossa justificativa parcial para a compreensão do debate sobre o movimento modernista, não o reduzindo à sua dimensão artística apenas, mas revelando-o em sua estruturação social como o provocador da ruptura com a tradição colonial e neocolonial portuguesa, concomitante à evidência da inauguração da tradição brasileira, particularmente na arte decorativa em edificações modernistas, e também da reafirmação da tradição brasileira na generalidade do processo social e cultural da sociedade brasileira.

A segunda justificativa da relevância do problema da contradição da aplicação de azulejos como traço da arte decorativa de tradição portuguesa no edifício-monumento Palácio Capanema, monumento simbólico da centralidade do Rio de Janeiro, como marco de ruptura com a tradição arquitetônica e urbanística, decorre de dois aspectos. Por um lado, encontra-se a necessidade de diferenciar-se os conceitos de “tradição”, “tradição colonial e monarquista portuguesa” e “tradição brasileira”; por outro, de exemplificar, por teorias explicativas, a relação permanência/mudança de concepções de “tradição”, que podem levar a diferenciadas definições, que dificultam a formação da identificação nacional, abrindo caminho para os problemas psicológicos e sociais da fragmentação esquizofrênica e do “estar lascado”, do cidadão comum brasileiro.

“Tradição”, pelo seu significado etimológico, refere-se a comunicação, transmissão, herança cultural e espiritualidade, significados que se localizam no campo da linguagem, popular, cotidiana ou erudita, das conversas e das idéias. Mas a tradição pode também ser compreendida em processos, práticas e modos de fazer com bens naturais de base social.

Tendo em vista esta concepção, a tradição brasileira é também moderna e modernista, como herança ambivalente e contraditória, a partir do nascimento da sociedade brasileira, entre 1822 e 1824, com a outorgada Constituição Imperial Brasileira de 1824. A Carta de Caminha, celebrada intensamente na mídia como a certidão de nascimento do Brasil pela Comissão dos 500 anos (posteriormente, Brasil Connects¹⁵), é principalmente um documento português de alta importância histórica, todavia não certifica o nascimento, por exemplo, dos habitantes da Colônia de Sacramento e do Uruguai (Província Cisplatina). Isto poderia ser explicado pelo que Azevedo Amaral¹⁶ chama de “excesso de passadismo”, redundante na confusão de realidades históricas (afastamento da realidade nacional) com ficções e lendas sem ponto de apoio profundo em fatos concretos da evolução nacional brasileira.

A questão da permanência do discurso da tradição no modernismo foi enfocada por Silviano Santiago¹⁷ no campo da literatura, ao perceber uma “permanência sintomática da tradição dentro do Modernismo”, devendo-se compreender tal tradição brasileira no sentido apontado por Rodrigo Melo Franco¹⁸, ou seja, uma função do patrimônio histórico e artístico nacional. Tal patrimônio foi gestado no decorrer da acumulação de valores por brancos, negros e índios da miscigenada união advinda e interpelada, principalmente, pelos poetas liderados por Tiradentes, nas Minas Gerais do século XVIII, quando adotaram os ideais das Luzes, sendo imediatamente surpreendidos pela repressão e levados a conhecer as trevas do colonialismo. Luzes e trevas: a tradição nacional, de acordo com Lucas¹⁹.

Para encerrar estas breves considerações sobre a questão da ruptura e permanência em relação à contradição da aplicação do azulejo português em prédios modernistas brasileiros, com o intuito de formar um padrão possível de comparação, a explicação de Fryre é necessária:

A arte de origem portuguesa, na América, na Ásia e nas Ilhas, está cheia de riscos de tão esplêndida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se. Por isso tantos de seus valores de arte mais característicos persistiram. Persistiram e persistem. E persistem em combinações e diferenciações inesperadas, mas que guardam o sabor original: das raízes hispânicas.²⁰

E as conclusões de Joaquim Cardozo servem-nos de arremate no estudo da formação deste padrão cultural, para fins de comparação com o mundo lusófono, tendo o azulejo como peça articuladora entre a cultura material e a cultura espiritual desses povos:

O emprego do azulejo como elemento decorativo ou simples guarnecimento de paredes em edifícios modernos é assim uma consequência imediata de sua tradicional presença na arquitetura portuguesa, da qual, desde a sua origem, nunca inteiramente pôde se afastar a arte de construir no Brasil. Mesmo na época presente em que a arquitetura do concreto armado moldada e monolítica estabelece diferenciações profundas entre as tendências construtivas desses dois países, freqüentemente, por efeito de associações, imperceptíveis, surgem aproximações irrecusáveis, o uso do azulejo é uma delas.²¹

Notas

1. Este texto contou, em sua pesquisa e elaboração, com o auxílio dos alunos do Curso de Museologia da UNIRIO Fernanda Magalhães Pinto e Henrique de Vasconcelos Cruz.
2. In: MORAES, Vinícius de. *Operário em Construção e outros poemas*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1979.
3. FREYRE, G. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias. 1937. In: CAVALCANTI, L. (Org.) *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2000. P. 163.
4. MEIRA, M. A. F. de. Palavra do Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. In: BRASIL, Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: Memória e cidadania*. Brasília: MinC, 2003. P.6.
5. MAIR, I. *Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
6. MAIR, L. *Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
7. BARATA, M. *Azulejos no Brasil*. Rio de Janeiro, 1955. Tese apresentada à Escola de Belas Artes da Universidade do Brasil para o concurso de Professor Catedrático de História da Arte. (Separata)
8. Sobre o Programa de Revitalização de Cidades Históricas ver BRASIL, Min. Educação e Cultura. *Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória*. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, 1980.
9. CARDOZO, J. Azulejos na arquitetura brasileira. *Cultura*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério de Educação e Cultura. V.1, n.1, 1948.

10. LEITE, J. R. T. Azulejo. In: *Enciclopédia Barsa*, v.2. Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia Britânica, 1967.
11. LISSOWSKI, M.; SÁ, P. S. M. de. *Colunas da Educação*. Rio de Janeiro: MinC-IPHAN, 1996.
12. ROSSI, Paulo, apud LISSOWSKI, M.; SÁ, P. S. M. de. *Op. cit.* P.272.
13. ROSSI, Paulo, apud LISSOWSKI, M.; SÁ, P. S. M. de. *Op. cit.* P.272.
14. ROSSI, Paulo, apud LISSOWSKI, M.; SÁ, P. S. M. de. *Op. cit.* P.272.
15. "Em meados dos anos 90, um grupo de dirigentes da cultura e arte brasileiras formaram uma associação chamada 'Associação Brasil + 500', para preparar a celebração do quinto centenário do descobrimento do Brasil no ano de 2000. Sob a direção de Edemar Cid Ferreira, a Associação produziu a Mostra do Redescobrimento, que foi rapidamente reconhecida no exterior como um dos mais corajosos projetos culturais. O sucesso da Mostra do Redescobrimento inspirou a 'Associação Brasil + 500' a expandir seus objetivos originais, encontrando novas oportunidades para que a apreciação da cultura brasileira se aprofundasse pelo mundo. Sobre considerável reflexão, a organização reconheceu a necessidade de fundar uma nova entidade brasileira, com o intuito de aceitar uma agenda nacional para a preservação e celebração da cultura brasileira. Também se concluiu que a herança cultural do Brasil está intrinsecamente vinculada à sua herança ambiental: a celebração de uma, necessita da preservação da outra. Em maio de 2001, a 'Associação Brasil + 500' tornou-se oficialmente BrasilConnects: uma organização independente, sem fins lucrativos, que celebra, preserva, apóia e dissemina os mais valiosos bens do Brasil, por meio da conexão do passado do País com seu futuro, sua cultura, sua ecologia e de seu povo com o mundo." (Disponível em: <www.brasilconnects.org/quem_somos/quem_somos.asp>)
16. AMARAL, Ignácio Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
17. SANTIAGO, S. Permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *Cultura Brasileira: tradição e contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / FUNARTE, 1987.
18. FRANCO, Rodrigo Melo Franco, apud GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.
19. LUCAS, Fábio. *Luzes e trevas: Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
20. FREYRE, G. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias. In: CAVALCANTI, L. (Org.) *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2000. P.164.
21. CARDOZO, J. Azulejos na arquitetura brasileira. *Cultura. Op. cit.* P.202.



Beco dos Tambores, portaria do Museu Histórico Nacional, c. 1940.

Este volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, de número 35, foi composto e impresso na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 2003, 503º do Descobrimento do Brasil, 181º da Independência, 114º da Proclamação da República, 81º da criação do Museu Histórico Nacional e 63º do lançamento do Volume 1 dos Anais do Museu Histórico Nacional.

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

MINISTÉRIO
DA CULTURA 



IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL